

SABER E PODER
ESTADO E INVESTIGAÇÃO SOCIAL AGRÁRIA
NOS PRIMÓRDIOS DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL

Frederico Ágoas

Dissertação de Doutoramento em Sociologia

JULHO DE 2010



Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Sociologia na especialidade de Sociologia Histórica e Política Comparadas, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Jorge Pedreira.

Apoio financeiro do POCTI no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.



Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.



[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese/ Dissertação /Relatório /Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 29 de Junho de 2010.

Declaro que esta Dissertação / Relatório / Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),



Lisboa, 29 de Junho de 2010.

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho contou com diversos apoios científicos, materiais e pessoais. Gostaria por isso de começar por agradecer ao Professor Rui Santos e à Professora Maria de Lurdes Rodrigues, pelo incitamento inicial que me confiaram; à Professora Maria Margarida Marques, pelo seu incentivo constante; ao Professor Diogo Ramada Curto e à Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, por terem tornado possível a minha estadia junto do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Universidade de Brown, onde tive a oportunidade proceder a um levantamento bibliográfico preliminar à elaboração da presente tese; ao Professor Onésimo Teotónio de Almeida, por aí me ter acolhido; e à Fundação para a Ciência e Tecnologia pelo financiamento concedido e sem o qual este trabalho não seria possível.

Gostaria também de agradecer à Myriam Sabatier e ao Manuel Deniz Silva, por me terem recebido em Paris para uma temporada de pesquisa bibliográfica junto da Biblioteca Nacional de França e pelas longas discussões que sempre fomos mantendo; ao Daniel Melo, pela amabilidade que teve em partilhar comigo alguns elementos por ele recolhidos no Arquivo Histórico do Ministério do Trabalho e Solidariedade; à Elisa Lopes da Silva, pelas conversas travadas a respeito da acção da Junta de Colonização Interna; ao Victor Pereira e à Mariana Pintos dos Santos, pela leitura atenta que fizeram, respectivamente, de uma versão inicial do primeiro capítulo e do penúltimo capítulo desta tese; e ao Professor Fernando Oliveira Baptista, por me ter orientado na exploração do arquivo da Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia e por me ter iniciado nos meandros da história científica e institucional da investigação social agrária em Portugal.

Gostaria ainda de agradecer à minha família e à Ana Miguel, pelo apoio sem reservas; e ao José Neves e ao Nuno Domingos, pelo alento que sempre me dispensaram e pela crítica a que submeteram uma versão anterior do presente texto. Gostaria finalmente de agradecer ao Professor Jorge Pedreira, por ter aceitado orientar este trabalho, pelo rigor científico a que sujeitou versões preliminares desta tese e pelo empenho incedível com que procurou ajudar-me a clarificar o argumento que agora exponho e de que sou, naturalmente, o único responsável.

RESUMO

SABER E PODER

ESTADO E INVESTIGAÇÃO SOCIAL AGRÁRIA NOS PRIMÓRDIOS DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL

Frederico Ágoas

PALAVRAS-CHAVE: Estado, investigação social, história da sociologia, Portugal

A presente dissertação reconstitui e problematiza a história da investigação social agrária em Portugal na primeira metade do século XX no quadro da história da sociologia e no âmbito mais geral da produção de saberes centrados na população. A recuperação dessa história permite discutir a genealogia nacional daquela disciplina. Permite ainda discutir a relação da produção de saberes científico-sociais com o processo de modernização da burocracia estatal e, inversamente, a relevância que os problemas sociais identificados e produzidos pelo Estado ou em função de racionalidades que lhe são específicas tiveram na emergência e institucionalização de um domínio científico.

ABSTRACT

KNOWLEDGE AND POWER STATE INTERVENTIONISM AND AGRARIAN SOCIAL RESEARCH IN EARLY PORTUGUESE SOCIOLOGY

Frederico Ágoas

KEYWORDS: State, social research, history of sociology, Portugal

This dissertation reconstructs and discusses the history of agrarian social research in Portugal in the first half of the twentieth century in the context of the history of sociology and in the broader context of knowledge production centered in the population. Recovering this history allows us to discuss the national genealogy of that discipline. It also allows us to discuss the relation between the production of social scientific knowledge and the process of modernization of the state bureaucracy, and, conversely, the relevance that social problems identified and produced by the State (or on the basis of its own rationales) have had on the emergence and institutionalization of a scientific domain.

SABER E PODER

*Estado e investigação social agrária
nos primórdios da sociologia em Portugal*

PRÓLOGO

1. História natural da sociologia em Portugal	2
Um exercício de história do conhecimento	5
Genealogias contemporâneas	22
Sociologia, corporativismo e catolicismo social	31
Efeitos de desconhecimento	43

ESTADO E INVESTIGAÇÃO SOCIAL AGRÁRIA NOS PRIMÓRDIOS DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL

Introdução	48
-------------------	-----------

PARTE I: POPULAÇÃO NATURAL DOS CENSOS E VIDA SOCIAL DAS FREGUESIAS

2. Economia rural e monografias locais	54
Economia política, economia social e sociologia	57
O problema da «despopulação»	67
Para o estudo da população...	73
Freguesia e família segundo Le Play	79
O povo de perto ou o «método das viagens»	84
3. Investigação agrária e acção social	109
Concurso de monografias	112
Viver nos campos em 1930	116
Um retrato isolado	120
Ensaio de colonização	126
Uma nova atitude política face ao Estado	129

PARTE II: REFORMISMO AGRÁRIO E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

4. Inquérito Económico-Agrícola (1934-1936)	134
Universidade e administração central	134
Representatividade e casos-tipo	138
A extensão da miséria	142
Uma imagem de conjunto da população rural	146
5. Inquérito à Habitação Rural (1943-1947)	152
Casa do trabalhador, lar de família	153
«O grande alfobre da raça»	156
A situação económico-social da população portuguesa	159
Um marco científico-social	169
Fabricar o esquecimento	181
6. «Níveis de vida e custo de vida» (1934)	186
A vocação social de um conceito	187
Inquéritos orçamentais	192
Estado e investigação social	196
Na esteira do movimento internacional	203
Elevar o nível de vida!	208

PARTE III: A FUNÇÃO SOCIAL DOS TÉCNICOS

7. «Tropa de choque na luta pelos campos»	212
A investigação económico-social no início da década de 1930	212
«Cartas a um aluno»: racionalizar, distribuir, investigar	219
Desenvolvimentismo: os engenheiros em vez da burguesia industrial (e da aristocracia rural)	224
«O Engenheiro, Dirigente Social» ou a arte de governar	230
Da prática à teoria: trabalhos de campo	234
Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola e Instituto Superior de Agronomia: pródiga «simbiose»	246

8. «Agronomia de clínica geral»	254
Pela remodelação tecnológica da grei rústica	254
Administração e ciência	261
Projectos de colonização	266
Junta de Colonização Interna e Instituto Superior de Agronomia: a autonomização do social	286
A lógica do meio	296
9. Sociologia de um país rural	303
Um campo social científico	303
A investigação social agrária da década de 1940	309
Consagração e reconhecimento da sociologia rural	318
EPÍLOGO	
10. Por uma sociologia histórica do conhecimento científico-social	330
Fontes e bibliografia	337

PRÓLOGO

1. HISTÓRIA NATURAL DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL

É comum sugerir-se – para não dizer que é unânime – que a plena afirmação das ciências sociais em Portugal é relativamente tardia. Quanto à sociologia, em particular, teria sido preciso esperar pela revolução de 25 de Abril de 1974 e pela instauração da democracia para ver a disciplina vingar em todo o seu esplendor académico. Simetricamente, assume-se, a vigência de um governo ditatorial durante quase meio século (1926-1974) explicaria por si mesma – ou mais do que qualquer outro factor, pelo menos – o reputado atraso luso no panorama internacional daquelas ciências. São correntes, por exemplo, evocações de máximas lapidares do ditador Oliveira Salazar em que este faria pura e simplesmente equivaler «sociologia» e «socialismo»; como corrente é também a ideia mais geral de que vigoraria então ao mais alto nível político o receio expresso de que uma eventual sociologia pudesse descobrir as disparidades sociais que o regime fascista tanto se empenhou em ocultar¹. É bem verdade que o Estado Novo levantou entraves ao livre desenvolvimento das ciências sociais; mas também, e de forma mais alargada, ao progresso das ciências em geral. Mais que isso: aniquilou boa parte do débil aparelho científico-institucional que herdou da I República, separando a investigação do ensino; impediu que muitos escritores e investigadores pudessem apresentar livremente os seus trabalhos; e chegou mesmo a afastar da universidade diversos docentes por motivos políticos. Quanto a isto não haja dúvidas – teremos oportunidade de o ver mais em pormenor. Nem por isso, contudo, se pode afirmar que a sociologia surge do nada, por geração espontânea, no limiar do regime democrático – pelo contrário.

De facto, e tal como o comprovam trabalhos mais ou menos recentes sobre o tema, à data da revolução a disciplina possui já consideráveis «antecedentes»² – como é

¹ Vd., por exemplo, a mais recente síntese dos trabalhos sobre o tema, a este título paradigmática: Virgílio Borges Pereira, «Le difficile essor de la sociologie portugaise», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 176-177, Março de 2009. Vd. ainda Fernando Luís Machado, «Meio Século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada», *Sociologia*, vol. XIX, 2006, pp. 283-343.

² Vítor de Sá, *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978; Manuel Braga da Cruz, *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*, Coimbra, Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra, 1983; João Ferreira de Almeida, «Ciências sociais», em José Mariano Gago (org.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda,

comum descrever os seus primórdios oitocentistas mais distantes, mas também a sua «presença, parcial e discreta», nos derradeiros anos da ditadura, que entretanto teria passado a «tolerá-la»³. Como teremos oportunidade de ver, aliás, à data da revolução, a disciplina faz parte de diversos currículos académicos e existe já uma licenciatura em Sociologia, outra em Ciências Sociais e outra ainda em Ciências do Trabalho, de acentuado pendor sociológico. Nalguns casos, refira-se, com o apoio manifesto de importantes sectores do Estado Novo ou até mesmo no seguimento mais ou menos directo de medidas da sua própria iniciativa.

Na realidade, cremos, a percepção do atraso relativamente à afirmação da sociologia em Portugal procede em boa medida (não saberíamos dizer quanto) da projecção no passado de uma figura epistémica com contornos académicos perfeitamente definidos – uma *disciplina* – que de facto, e enquanto tal, só começou a ganhar forma (em Portugal como noutros locais, sublinhe-se) na segunda metade do século XX. Tal percepção procede, por assim dizer, da vinculação historiográfica de uma ruptura epistemológica entre um passado pré-disciplinar e um presente propriamente científico que, não sendo arbitrária (longe disso), naturaliza no seu resultado culminar o processo de *disciplinarização*⁴ a que foram submetidas diversas formas de conhecimento científico-social e anula a ascendência que sobre ele tiveram outras tradições académicas mas também o Estado, entre outros intervenientes não

1991; António Teixeira Fernandes, «O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, Lisboa, 1996, pp. 9-41; Ana Nunes de Almeida, Cristiana Bastos, João Ferrão, Karin Wall, *Perfil da Investigação Científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia em Portugal*, Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Observatório da Ciência e Tecnologia, 1999; Manuel Braga da Cruz, «Sociologia», em Joel Serrão, António Barreto e Maria Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. IX, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 466-468; José Madureira Pinto, «Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 2004, pp. 11-31; Adelino Gomes, «A JUC, o *Jornal Encontro* e os primeiros inquéritos à juventude universitária. Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 2005, pp. 95-115; Nuno Estêvão Ferreira, *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, ICS, 2006; José Madureira Pinto, «A Sociologia em Portugal: formação, tendências recentes e alternativas de desenvolvimento», em id., *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, pp. 69-114.

³ Ana Nunes de Almeida, Cristiana Bastos, João Ferrão, Karin Wall, *Perfil da Investigação Científica*, op. cit., p. 19.

⁴ Cf. Laurent Mucchielli, *La découverte du social: naissance de la sociologie en France*, Paris, Éditions La Découverte, 1998, p. 9. A este respeito vd. também Roger Chartier, «Qu'est-ce qu'une discipline? Luigi Einaudi et l'histoire de l'économie politique», *Revue de synthèse*, 1989, 3-4, pp. 257-275; e Claude Blankaert, «Fondements disciplinaires de l'anthropologie française au XIX^e siècle», *Politix*, 29, 1995, pp. 31-54. Cada um destes três textos retoma as reflexões de Michel Foucault acerca dos contornos discursivos e institucionais dessa figura epistémica (vd. por exemplo Michel Foucault, *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio d'Água, 1997 [1971]).

académicos. Não sem efeitos ao nível da imagem corrente do processo de constituição e desenvolvimento da sociologia em Portugal (e das ciências sociais no seu todo) e da dignidade histórica atribuída àqueles «antecedentes», como veremos.

Dito isto, e para sermos perfeitamente claros, o objectivo genérico do presente trabalho consiste assim em questionar não tanto a ideia do atraso português nesta matéria – cuja apreciação manteremos suspensa até final – mas mais propriamente a força de narrativas que o tomam por adquirido. É que, independentemente das suas virtudes, semelhantes narrativas tendem a gerar poderosos efeitos de desconhecimento sobre aspectos centrais da história das ciências sociais em Portugal. De forma mais específica, trata-se de resgatar ao passado um importante filão de trabalhos de investigação científico-social em domínio rural, na sua larga maioria produzidos entre as décadas de 1930 e 1950 e hoje praticamente esquecidos, resultantes de um regime de cooperação oficial entre o Instituto Superior de Agronomia e organismos técnicos do Estado – procedimento que culminaria já na década de 1950 na consagração de uma cadeira de sociologia rural naquele instituto, mas que extravasa em muito essa ocorrência⁵. E se a recuperação desse acervo permitirá de facto matizar a ideia da especificidade relativa do processo de constituição da sociologia portuguesa, o objectivo próprio desta tese consiste, de forma mais modesta, em acrescentar a essa história um novo «capítulo», entre outros que estamos convencidos lhe poderiam ser somados e de que o presente ensaio de abertura não constitui senão o prólogo. Aqui procurar-se-á justamente atender a alguns dos limites dessa abordagem consagrada – dessa história natural – que quando refere aqueles e outros «antecedentes» ora tende a depreciá-los ora a considerá-los marginais à narração que constrói.

Começaremos então por efectuar um exercício de história do conhecimento recuperando três textos mais ou menos esquecidos dessa fase de transição da década de 1950 para a década de 1960 que lhe servem de perfeita ilustração e que assinalam o momento inaugural da narrativa que, tal como procuraremos demonstrar, lhe corresponde. Paralelamente, e com base nesses mesmos textos, trataremos de fixar alguns dos principais marcos dessa *pré-história* da sociologia em Portugal, para

⁵ De forma aparentemente paradoxal, o único estudo sobre as ciências sociais portuguesas constante da publicação da Academia de Ciências de Lisboa, *História e Desenvolvimento da Ciências em Portugal no século XX*, Lisboa, A.C.L., 1992, é redigido por um docente do ISA e dedicado justamente à investigação social em meio rural (Fernando Estácio, «O caso das ciências sociais aplicadas à agricultura», em id., *ibidem*, pp. 791-806).

abordarmos depois de forma sistemática alguns desses efeitos a que chamámos de desconhecimento, gerados por aquela narrativa.

UM EXERCÍCIO DE HISTÓRIA DO CONHECIMENTO

Principiemos então por evocar três textos – três histórias – de meados do século XX cujas datas de publicação não estão separadas entre si por mais de sete anos mas que veiculam duas atitudes muito distintas – na realidade opostas – relativamente à história da sociologia em Portugal e das ciências sociais em geral.

Em 1956, as páginas da revista *Imprensa Médica* abriam-se a um complacente «Esboço da História das Ciências do Homem em Portugal»⁶ assinado por um discreto médico higienista, Fernando da Silva Correia, laborioso polígrafo, autor, entre outras obras, de duas peças de teatro (*A máscara*, *A sombra de Esculápio*) e de um romance (*Vida Errada*), tradutor de Júlio Verne mas também de obras de medicina social, área em que assinou alguns trabalhos originais e entre os quais se deve destacar *Portugal Sanitário*, extensa síntese do estado da saúde pública da nação⁷. Profissionalmente, assumiu funções de inspector da 3.^a área de Saúde Escolar, de Delegado de Saúde e de professor do Curso de Administração Sanitária no Instituto de Higiene Doutor Ricardo Jorge, de que foi também director; era ainda membro do muito activo Grupo Português de História da Ciência⁸ – facto que ajudará a explicar a redacção do trabalho em apreço. Na realidade, a obra posicionava-se explicitamente como «réplica portuguesa» a um

⁶ Fernando da Silva Correia, «Esboço da História das Ciências do Homem em Portugal», *Imprensa Médica*, n.º 5, 15 de Maio de 1956, pp. 249-276; n.º 6, 15 de Junho de 1956, pp. 328-341; n.º 7, 15 de Julho de 1956, pp. 389-404; n.º 9, 15 de Setembro de 1956, pp. 463-478; n.º 10, 15 de Outubro de 1956, pp. 546-559.

⁷ Fernando da Silva Correia, *Portugal Sanitário: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Direcção Geral de Saúde Pública, 1938. Além dos seus méritos substantivos, o trabalho em apreço constitui por direito próprio um importante documento da história das ciências do homem e do desenvolvimento da investigação social em Portugal. Ao estudo das obras, legislação e problemas sanitários (e respectivas histórias), o autor antepõe uma elaborada síntese do designado «Meio Português», onde discorre demoradamente sobre os aspectos naturais e humanos da nação (sobre este último aspecto vd. em particular os capítulos «O povo português» e a «A vida portuguesa», pp. 119-130 e pp. 130-143, respectivamente).

⁸ Sobre a actividade deste grupo e sobre a história da ciência em Portugal vd. Pedro Calafate (org.), *História do Pensamento Filosófico Português*, volume V, *O Século XX*, tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 541-582.

livro estrangeiro, *Vers la Médecine Sociale*, dedicado à formação dessa subespecialidade médica, onde, em capítulo próprio, se procedia à inspecção dos contributos dos diversos países para o «progresso das ciências do homem» e onde se afirmava serem reduzidos ou nulos os sucessos portugueses nesse domínio⁹. Movido também por despeito, Fernando da Silva Correia propunha-se então, ao longo de cinco fastidiosos fascículos, a rever por sua própria iniciativa os contributos lusos para aquelas ciências, já depois de ter retorquido ponto por ponto aos restantes capítulos da obra – sucessivamente centrados nas histórias da organização hospitalar, da higiene pública, da assistência social e das ciências do homem, de que aquela medicina constituiria natural corolário.

Mais do que os conteúdos do texto ou a revisão histórica a que o autor submetia cada uma daquelas ciências, interessa começar por sublinhar a publicação de uma história das ciências humanas numa revista de medicina, facto só aparentemente extravagante; mas é o próprio elenco de saberes abordados que importa destacar (e que de certa forma justifica a opção) – em concreto, Estatística, Demografia Médico-social, Antropologia, Biotipologia, Psicologia, Psicologia social, Medicina Psicossomática, Sociologia descritiva, Genética e Eugenia, Política da População, Política da Família, Pedagogia, Criminologia e Penologia. Importa destacar, efectivamente, a perfeita indistinção entre ciências naturais e sociais que estruturava o texto; mas sobretudo a amálgama desordenada entre conhecimentos científicos e políticas sociais que o caracterizava – prática até então relativamente corrente e que nos deverá dizer desde já algo acerca da procedência compósita das ciências humanas e da potencial relevância das políticas públicas na sua constituição¹⁰. De facto, e ao contrário do que é hoje

⁹ René Sand, *Vers la Médecine Sociale*, Paris, J.-B. Bailliére et fils, Liège, Desoer, 1948.

¹⁰ Os congressos científicos organizados durante a primeira metade do século XX constituem bons indicadores dos fracos níveis de especialização científica e profissional até então atingidos por essa forma de conhecimento em Portugal. A este respeito, e relativamente às ciências humanas, o Congresso Nacional de Ciências da População e o Congresso de História da Actividade Científica, ambos de 1940, ou os sucessivos Congressos Luso-Espanhóis para o Progresso das Ciências, organizados pela Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências e pela sua congénere espanhola, podem ser considerados paradigmáticos quanto aos limites difusos dos domínios epistémicos abordados. Sobre cada um desses congressos cf. respectivamente, Congresso Nacional de Ciências da População, *Resumo das Memórias e Comunicações*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1940; Congresso do Mundo Português, 13.º vol., *Discursos e Comunicações apresentadas ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa (VIII Congresso)*, Tomo 2.º, II Secção – 2.ª Parte: Ciências Médicas, III Secção: Ciências Sociais e Morais, Lisboa, Comissão Executiva, 1940; Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, *Resumo das Comunicações. 5.ª, 6.ª e 7.ª Secções*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1942 e em especial a 5.ª Secção (Ciências Sociais, pp. 3-19); e Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, *Resumo das Comunicações*, Lisboa, s/ ed., 1950. É sintomático do nosso argumento e das transformações que

vulgar, os diversos itens considerados encontram-se ainda agrupados não tanto pelo tipo de abordagem, mas pelo respectivo objecto – no presente caso, o Homem; facto, de resto, com rigorosa correspondência no que toca aos limites (igualmente difusos) dos próprios saberes considerados.

Relativamente à sociologia, em particular, o autor identificava uma verdadeira abundância que, entre outros itens, contemplava ocorrências tão distintas como a penetração do positivismo de Augusto Comte no meio intelectual português, a partir da década de 1880, a criação do Centro Académico da Democracia Cristã e da sua revista *Estudos Sociais*¹¹, ou a influência política da designada «sociologia descritiva», inspirada nos métodos de Frédéric Le Play, no final da monarquia e nos primeiros anos do Estado Novo; mas também, sublinhe-se, a realização de algumas «monografias de localidades, indústrias e instituições», elaboradas por alunas do Instituto de Serviço Social de Lisboa, e a execução de «topografias médicas» redigidas por alunos do Curso de Medicina Sanitária do Instituto Superior de Higiene¹² – áreas adjacentes aos encargos profissionais do autor.

entretanto ocorreriam que, em 1962, numa notícia acerca do XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, um comentador afirmasse: «Devemos dizer que o espírito que presidiu à criação destas duas associações já hoje pode considerar-se um pouco antiquado. Há meio século as ciências estavam longe do desenvolvimento que, desde então até à actualidade, atingiram. Num Congresso em que, no curto espaço de 5 dias, são discutidos os problemas inerentes a mais de 20 ramos científicos diversos, estes assuntos tem necessariamente de ser tratados de relance, de contrário a duração duma reunião desta natureza haveria de prolongar-se por longo tempo. Por esta razão, muitos estudiosos preferem tomar parte em Congressos da sua única especialidade, e não num congresso, a que a multiplicidade de assuntos imprime um carácter dispersivo e heterogéneo» (Mário Cardoso, *Notícia do XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Porto, s/ ed., 1962, pp. 239-240); de resto, entre os votos aprovados nesse congresso ressaltaria justamente a proposta de Fernando de Castro Pires de Lima, Director do Museu de Etnografia e História, do Porto, e de Jorge Dias, para que a secção de Ciências Sociais não continuasse a ser, como até então, «uma secção predominantemente de Ciências Jurídicas, mas [que] se desdobre em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais propriamente ditas, onde possam ser apresentadas e discutidas teses de Sociologia, Antropologia cultural, Etnologia, Etnografia e Folclore (id., *ibidem*, pp. 249-50). Sobre estes congressos vd. Fátima Nunes, «O “público entendimento da Ciência” nos Congressos da Associação para o Progresso das Ciências: Portugal e Espanha. Estratégias e realidades institucionais», em Manuel Baião (org.), *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS/Universidade de Évora, 2004, pp. 381-395.

¹¹ O Centro Académico da Democracia Cristã (fundado em 1901) e a revista *Estudos Sociais* fazem parte de uma corrente renovadora do catolicismo português no contexto das inquietações desencadeadas pelas revoluções liberal e industrial. O movimento operário e, de forma mais alargada, a questão social destacar-se-ão entre os temas abordados por aquela publicação (a este respeito vd.. J. Seabra, A. R. Amaro e J. A. Nunes, *O C.A.D.C. de Coimbra, A Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993).

¹² Fernando da Silva Correia, «Esboço da História das Ciências do Homem em Portugal», *op. cit.*, n.º 7, pp. 400-402.

A relativa prodigalidade da sociologia portuguesa seria confirmada num outro texto originalmente redigido em 1958 e publicado em 1962 por Fernando Falcão Machado nas páginas de um obscuro jornal regional – o jornal *Expansão*, de Coimbra – intitulado «Sociologia em Portugal»¹³ e que veiculava também ele imagem bastante difusa dessa forma de conhecimento. O autor era um empenhado sociólogo, necessariamente amador, professor de liceu de profissão mas um dos primeiros representantes nacionais em congressos internacionais da disciplina¹⁴. Quanto ao texto, tratava-se de uma versão ampliada de um artigo originalmente publicado numa obra de referência norte-americana – *Contemporary Sociology*¹⁵ (1958) – dedicada ao estado de desenvolvimento da sociologia nos Estados Unidos e noutros países (entre os quais Portugal) e onde, para além de incontáveis publicações mais ou menos avulsas e do advento das primeiras ideias mutualistas, na primeira metade do século XIX, e socialistas, na segunda metade, Falcão Machado começava por destacar, também ele, a recepção do positivismo comteano entre a intelectualidade republicana portuguesa de finais de oitocentos e a fundação da revista *O Positivismo* (1878), pelo ensaísta e político Teófilo Braga e pelo psiquiatra Júlio de Matos. Mas também a publicação pelo mesmo Teófilo Braga de um elaborado *Systema de Sociologia* (1884)¹⁶, igualmente de inspiração comteana; a introdução de conteúdos sociológicos do mesmo tipo nalgumas cadeiras da Faculdade de Direito de Coimbra; e a instituição das primeiras cadeiras de sociologia naquela Faculdade, como Sociologia Fundamental e Filosofia Geral do Direito (1889), entre outras – o que, de resto, tal como sublinhava, teria feito de Portugal «um dos países em que a Sociologia mais cedo ingressara nos quadros do ensino oficial»¹⁷.

Da sequência natural do texto, contudo, e após a enunciação destes seus primórdios positivistas, destacava-se uma outra tradição científico-social de origem francesa, relativamente ignorada mas que viria a ter expressão particularmente

¹³ Fernando Falcão Machado, «Sociologia em Portugal», *Expansão*, n.º 62, Dezembro de 1962, pp. 1, 2, 13, 14 e 12.

¹⁴ O mesmo autor registava a sua própria participação no Congresso Internacional de Sociologia de Beirute de 1957 com as comunicações «La méthode selon Paul Descamps» e «Le Complexe d'Adelino Veiga» (id., *ibidem*, p. 12). Trata-se do XVII congresso do Instituto Internacional de Sociologia criado em Paris em 1893 por René Worms, que em 2009 contou com a sua XXXIX edição.

¹⁵ Joseph S. Roucek, *Current Sociology*, Nova Iorque, Philosophical Library, 1958.

¹⁶ Teófilo Braga, *Systema de Sociologia*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1884.

¹⁷ Fernando Falcão Machado, «Sociologia em Portugal», *op. cit.*, p. 2.

pronunciada em Portugal: a designada «Ciência Social» da Escola de Le Play, da qual o autor se assumia de certa forma como derradeiro representante luso. Engenheiro de Minas francês, Frédéric Le Play (1806-1882) foi como se sabe (e é hoje reconhecido como tal) um dos precursores da sociologia empírica. A este respeito, aliás, talvez valha a pena lembrar que a nomeação «sociologia» começaria por designar uma forma de conhecimento essencialmente especulativa – recorde-se a natureza abstracta dos trabalhos do francês Auguste Comte ou do inglês Herbert Spencer, que primeiro se reclamariam do termo. Ora, Le Play aproveitaria as suas funções de especialista metalúrgico para praticar a observação positiva dos factos sociais e para entrar em contacto directo com as populações operárias de diversos países europeus, com objectivos reformistas declarados, procurando nomeadamente pôr cobro ao radicalismo operário emergente. Em *Les ouvriers européens* (1865), a principal obra da sua extensa bibliografia e verdadeiro manifesto daquela tendência, apresenta três dezenas de monografias familiares e expõe o método da sua Ciência Social, assente sobretudo na realização seriada daquelas monografias e na determinação dos orçamentos domésticos das famílias¹⁸. À data da sua morte deixará instalado um dispositivo institucional suficientemente firmado para que os seus seguidores possam preservar e desenvolver o seu legado. Figuras como Henri de Tourville e Edmond Desmolin destacam-se-ão então num grupo reunido em torno da revista francesa *La Science sociale* que alargaria decisivamente as ambições científicas daquela escola e amplificaria o alcance metodológico e teórico da monografia familiar¹⁹.

Suplantada em França pela sociologia de Émile Durkheim, a influência desta Ciência Social estender-se-ia entretanto a diversos países europeus e aos Estados Unidos, onde resistiria à extinção. Nalguns deles (e também neste último), semelhante tradição revelar-se-ia aliás de especial importância na institucionalização académica da sociologia propriamente dita. Em Portugal, como dissemos, e tal como denotava o artigo de Falcão Machado, a sua ascendência institucional e intelectual fazer-se-ia sentir de forma particularmente pronunciada durante boa parte da primeira metade do século XX. A este respeito, o mesmo autor começava por referir a visita do secretário-geral da Sociedade Internacional da Ciência Social (Joseph Durieu) a Portugal, em 1908, que

¹⁸ Frédéric Le Play, *Les ouvriers européens*, 2.ª edição, Tours, Alfred Mame et fils, 1879.

¹⁹ Este grupo distanciar-se-á progressivamente de uma outra tendência da designada escola de Le Play reunida em torno da Sociedade de Economia Social, por ele criada em 1856 e onde se destacarão sobretudo ambições mais estritamente reformistas.

realizaria conferências na Sociedade de Geografia de Lisboa, entre outros temas, sobre o «estado actual da ciência social»; visita à qual sobreviria o convite por parte da Liga de Educação Nacional a outro destacado «sociólogo» da mesma escola, Léon Poinard, para vir trabalhar em Portugal (1909), na sequência do interesse manifestado pelo monarca D. Manuel II em utilizar a Ciência Social para um plano de reformas. Da estadia resultaria a publicação daquele que é reputadamente o primeiro trabalho de sociologia empírica sobre o país, o famoso *Portugal Ignorado* (1912), assinado por Poinard e realizado em colaboração com alguns entusiastas nacionais do método monográfico²⁰. Autêntica carta económico-social da nação onde se passava em revista o estado geral de agricultura, indústria e comércio, da vida pública (educação, religião e política) e da vida familiar (por intermédio das várias vinhetas familiares apenas), *Portugal Ignorado* constitui ainda hoje fonte insubstituível para a história social portuguesa do princípio do século XX. Os seus ecos começariam por reverberar na edição de alguns artigos do engenheiro belga Paul Descamps (outro destacado membro da mesma corrente e, a prazo, a sua principal figura) no *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*; na fundação da Sociedade Portuguesa de Ciência Social, em 1918; e na publicação de *Sciencia Social. O método*, de José Fontes, e de outras obras nacionais de carácter metodológico ou especulativo directa ou indirectamente inspiradas na mesma tendência. Falcão Machado apontava-as²¹.

No seguimento mais ou menos directo daquele trabalho, contudo, importa sobretudo registar – seguindo ainda o mesmo autor – a abertura em 1930-31 de um curso de sociologia (em rigor, de «Ciência Social») na Faculdade de Direito de Coimbra, regido por Paul Descamps e realizado por sugestão directa de Oliveira Salazar, à data ministro das Finanças e admirador de longa data dos princípios

²⁰ Léon Poinard, *Portugal Ignorado*, Porto, Magalhães & Moniz Lda., 1912. A obra de Poinard começaria por ser originalmente publicada em francês na revista *La Science sociale* (id., «Le Portugal inconnu. I. Paysans, marins et mineurs», *La Science Sociale*, fasc. 67 e 68, 1910; «Le Portugal inconnu. II. L'industrie, le commerce et la vie Publique», *La Science sociale*, fasc. 74 e 75, 1910). Diz Falcão Machado sobre o livro: «(...) era não só o primeiro trabalho sociológico sobre Portugal, mas, também, como que um programa ou plano de reformas sociais, que a mudança de regime não permitiu se aproveitasse» («Sociologia em Portugal», *op. cit.*, p. 13).

²¹ José Fontes, *Sciencia Social. O método*, prefácio de Bento Carqueja, Officina de “O Comércio do Porto”, Sociedade Portuguesa de Sciencia Social, 1918. Fernando Garcia, *A Physiologia de Setúbal*, Setúbal, Typ. Mascarenhas, Edição da Liga de Defesa e Propaganda de Setúbal, 1918; José Alberto dos Reis, *A formação social do inglês e do alemão e a educação portuguesa*, Coimbra, França Amado, 1919; Caetano Gonçalves, *O ideal do serviço social e a escolha duma carreira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922; e João Serras e Silva, *A Ciência Social na Educação e na História*, Coimbra, Coimbra Editora, 1926.

corporativistas e social-católicos subjacentes aos trabalhos de Le Play²²; curso que viria a ser repetido um ano mais tarde, na Faculdade de Direito de Lisboa. De ambas as iniciativas resultaria o manual *Sociologie Experimentale*²³, de 1933 (que Falcão Machado passava em claro), e a realização de monografias familiares por parte dos alunos de ambas as faculdades, num total de 90 colaboradores. Igualmente de Paul Descamps, cumpre ainda fazer nota da publicação de «As repercussões sociais do clima em Portugal» (1934)²⁴, texto que acusava abertamente o marcado pendor naturalista da sociologia inspirada em Le Play; e destacar o seu principal trabalho, *Le Portugal. La vie sociale actuelle* (1935)²⁵, sucessor natural de *Portugal Ignorado* e também ele como este ainda hoje de valor ímpar para a reconstituição da vida social portuguesa na primeira metade do século XX. Refira-se a propósito que já depois da partida de Descamps, que manteria o seu curso em Lisboa até 1934, Marcello Caetano, futuro sucessor de Oliveira Salazar na presidência do Conselho de Ministros e então docente na Faculdade de Direito de Lisboa, começaria por assumir aquela orientação sociológica nas suas lições de Direito Administrativo e incitaria também ele os seus alunos à realização de monografias locais²⁶ – aparentemente sem grande sucesso²⁷.

²² Numa conhecida série de entrevistas concedidas por Oliveira Salazar ao jornalista António Ferro e a propósito da sua formação política, o ditador referia-se a um destacado seguidor de Le Play nos seguintes termos: «Acho salutar para a mocidade que à máxima de Maurras, *Politique d'abord*, ela oponha a interrogação (que é uma resposta negativa) de Demolins – *A-t-on intérêt à s'emparer du pouvoir?* (António Ferro, *Salazar: o homem e a sua obra*, 3.ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p. 147). No mesmo livro, o entrevistado referia-se de forma particularmente abonatória a *Portugal Ignorado*: «Poinsard, que fez um inquérito à vida portuguesa há vinte e tantos anos, a convite do sr. D. Manuel, viu-nos como somos, à luz duma boa observação. Fazendo justiça às nossas qualidades, acreditando no nosso futuro, ele impressionou-se principalmente com o nosso provincianismo, com a nossa mediocridade, mediocridade na indústria, no comércio, na agricultura, na vida política, no jornalismo, na arte e na literatura de então» (id., *ibidem*, p. 69).

²³ Paul Descamps, *Sociologie expérimentale*, Paris, Marcel Rivière, 1933.

²⁴ Paul Descamps, *Les Répercussions Sociales du Climat du Portugal*, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Oficinas Fernandes, 1934 [1933].

²⁵ Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot et Cie., 1935. Refira-se que segundo o próprio Descamps, Falcão Machado, juntamente com Serras e Silva e José Fontes, assistiriam na execução da obra; da estadia do sociólogo belga em Portugal resultaria ainda *Histoire sociale du Portugal* (Paris, Firmin-Didot et Cie., 1959), «aplicação do método ao estudo do passado» que só viria a ser publicada após a morte do autor (cf. Paul Descamps, *Resumé de L'histoire de Science Sociale*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1941, p. 33).

²⁶ Cf. Universidade de Lisboa. Faculdade de Direito. *Monografias sobre os concelhos portugueses. Plano elaborado pelo professor da cadeira de Direito Administrativo*, Lisboa, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, 1935.

²⁷ Não obstante, registre-se a resposta de um dos alunos da referida cadeira em José Vitorino de Seica Santos, *Exercício Escolar sobre o Concelho de Coimbra*, Coimbra, s/ ed., 1936.

De resto, e a avaliar pelo relato de Falcão Machado, a sociologia portuguesa de inspiração leplaysiana sobreviveria apenas de forma muito mitigada a este seu fulgor inaugural, entre as décadas de 1910 e 1930. Assim, em 1941, o refugiado polaco Stefan Wloszczewski apresentaria na Universidade de Coimbra uma conferência designada «Le diagnostic de Poinard sur le Portugal...»²⁸, que retomava uma outra comunicação submetida a um Congresso Nacional de Ciências da População, de 1940 (e acerca da qual Machado nada dizia)²⁹; e, em 1945, o próprio Falcão Machado publicaria um razoável resumo da metodologia da Ciência Social intitulado «Considerações sôbre o método em Sociologia»³⁰, texto que muito provavelmente viria a servir de base às lições sobre a «sociedade rural portuguesa» que em 1951, a convite do comandante da Guarda Nacional República, leccionaria aos comandantes das companhias rurais daquela força³¹. Em boa verdade, a influência doutrinal da ciência social de Le Play persistiria marginalmente no lançamento de algumas iniciativas de cariz assistencialista, públicas e privadas, inspiradas nas suas orientações reformistas, nomeadamente na instituição dos cursos de Serviço Social em Coimbra, Lisboa e Porto; e persistiria também, entre sectores sociais católicos (e em particular no âmbito das Semanas Sociais Portuguesas³²), na publicação de alguns trabalhos especulativos, mais ou menos afins àquela tendência – e que Falcão Machado anotava indistintamente³³. A influência desta Ciência Social persistiria ainda, de forma apenas indirecta mas particularmente pronunciada, num importante acervo de trabalhos científicos do Instituto Superior de Agronomia (a que acima fizemos menção e de que nos ocuparemos em detalhe) sobre

²⁸ Stefan Wloszczewski, *Le diagnostic de Poinard sur le Portugal à la lumière des investigations sur la structure des agglomérations humaines*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1941. A mesma conferência seria repetida no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (cf. id., *ibidem*, p. 1). Sobre o autor vd. António Nuno Rosmaninho Rolo, «Stefan Wloszczewski: refugiado, sociólogo, estudioso de Mogofores», *Aqua Nativa*, Anadia, n.º 22, Agosto de 2002, pp. 22-26.

²⁹ Stefan Wloszczewski, «Les buts et les méthodes dans l'enquête sur la structure sociale des agglomérations humaines» (cf. Congresso Nacional de Ciências da População, *Resumo das Memórias e Comunicações*, op. cit., p. 102).

³⁰ Fernando Falcão Machado, *Considerações sôbre o método em Sociologia*, separata do n.º 6 do *Boletim de Orientação Profissional*, Lisboa, s/ ed., 1945.

³¹ Fernando Falcão Machado, «Sociologia em Portugal», op. cit., p. 14.

³² Sobre esta iniciativa da Acção Católica Portuguesa vd. o tratamento parcelar e abreviado que Maria Inácia Rezola faz do tema em *O Sindicalismo Católico no Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp. 167-169. Vd. ainda Nuno Estêvão Ferreira, *A Sociologia em Portugal...*, op. cit., pp. 38-39.

³³ O autor referia, entre outros (e com algumas imprecisões por nós corrigidas): João Porto, *O Homem e a ordem social cristã*, Coimbra, Gráf. de Coimbra, 1944; Diogo Pacheco de Amorim, *Princípios fundamentais de sociologia cristã*, Coimbra, Gráf. de Coimbra, 1944; José Lopes Dias, *Doze lições sobre serviço social*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1945; Manuel de Melo, *As grandes correntes da sociologia católica*, Coimbra, Gráf. de Coimbra, 1946.

os quais nada se dizia – e que, de resto, e enquanto tal, permaneceria fundamentalmente incógnito.

Já na segunda metade do século XX, à margem destes desenvolvimentos leplaysianos e na extensão mais ou menos directa da acção do Estado, o mesmo autor começava por referir a realização de uma série de lições de sociologia na Escola Superior Colonial (1952), proferidas pela socióloga belga France Govaerts, de que resultaria a correspondente publicação, *Curso de Sociologia* (1954)³⁴. Na sequência de ambos surgiriam então «numerosos trabalhos de sociologia», dizia Falcão Machado, relativos às províncias ultramarinas e realizados na mesma instituição do Ministério do Ultramar, destinada fundamentalmente à formação de quadros coloniais e que entretanto se passaria a designar Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, primeiro, e, um pouco mais tarde (então na dependência do Ministério da Educação Nacional³⁵), Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU) – respectivamente em 1954 e 1962. Antes ainda (em 1955), e por iniciativa directa do governo, afirmava-se, haviam sido implantados «estudos sociológicos» em todos os cursos de Engenharia do ensino superior e no curso de Agronomia, com o objectivo expresso de atender às «implicações das ciências técnicas com as situações morais e sociais». Referia-se também a publicação de uma revista de *Estudos Sociais e Corporativos* (1962), órgão do Centro de Estudos Sociais e Corporativos, do Ministério das Corporações (1959), e o lançamento do Plano de Formação Social e Corporativa (1956)³⁶, que previa a criação de «instituições de estudo e aplicação do Serviço Social e do Trabalho» e ao abrigo do qual seriam instituídos este e outros centros congéneres; e, finalmente, a criação no início da década de 1960 do Instituto de Estudos Sociais (junto do mesmo ministério), originalmente destinado à organização de cursos de nível superior em ciências sociais e corporativas e à formação de quadros técnicos daquele organismo³⁷. «Tal é, em resumo,

³⁴ France Govaerts Marques Pereira, *Curso de Sociologia proferido na Escola Superior Colonial*, Gabinete de Estudos Ultramarinos, Centro Universitário de Lisboa, 1954. De acordo com Mendes Correia, à época director da referida Escola, o convite à socióloga belga sucedera-se a uma série de lições por ela efectuadas na Faculdade de Direito de Lisboa (António Mendes Correia, «Prefácio», em id., *ibidem*, pp. 5-7).

³⁵ Por força do Decreto-Lei n.º 43858 de 14 de Agosto de 1961 complementado pelo Decreto n.º 43957 de 9 de Outubro do mesmo ano (que revia o seu plano de estudos), ambos assinados pelos ministros do Ultramar e da Educação Nacional.

³⁶ Cf. Lei n.º 2085 de 17 de Agosto de 1956. Vd. ainda Ministério das Corporações e Previdência Social, *Plano de Formação Social e Corporativa*, «Biblioteca Social e Corporativa» (Publicação n.º 1), Coleção III – Textos legais e outra documentação, Série A – n.º 1, 1958.

³⁷ Cf. Decreto n.º 44620 de 9 de Outubro de 1962.

a história da sociologia em Portugal», afiançava o autor em 1962³⁸. Enfim, uma miríade de ocorrências de onde sobressaía a hegemonia da linhagem leplaysiana e a aparente saliência da acção do Estado.

Ora, semelhante abundância (e isto à margem do seus eventuais méritos) contrastava sobremaneira com o panorama traçado num outro texto, de António da Silva Leal, também ele intitulado «A sociologia em Portugal» e publicado um ano depois daquele, em 1963³⁹. Na realidade, tratava-se de réplica explícita ao artigo de Falcão Machado, de onde ressaltava a crítica implícita ao seu entusiasmo e a conspícua ausência de qualquer referência ao leplaysianismo português. Aí, face ao que se considerava ser a «escassa» produção sociológica nacional, pugnava-se pelo desenvolvimento de «estudos e inquéritos» que permitissem «conhecer o melhor possível a realidade que nos rodeia e de que fazemos parte»⁴⁰. Efectivamente, declarava o autor, à falta de espírito científico em geral acrescia a inexistência de enquadramento universitário adequado, que pudesse servir de base ao desenvolvimento autónomo da disciplina; juízo aliás generalizável à maior parte das ciências humanas, afirmava, mas com contornos particularmente salientes no caso da sociologia. O autor apontava, também ele, os seus primórdios positivistas no meio intelectual português e na academia em particular, e a influência de Augusto Comte, de cujo *Cours de Philosophie Positive* a sociologia teria emergido já organizada: «Será possível encontrar ao longo da história do pensamento ocidental, prenúncios da constituição da sociologia, mas nenhuma outra disciplina pôde, como ela, nascer já com uma aparência de maturidade»⁴¹. Paradoxalmente, afirmava, a subida ao poder dos seus mais acérrimos defensores republicanos, em 1910, acabaria por significar a exclusão da sociologia dos currículos universitários. Seria então preciso esperar meio século pelo «regresso da sociologia à universidade», em Engenharia e Agronomia, mas onde não possuía, sugeria-se, possibilidades de vingar⁴².

António da Silva Leal era então membro associado do Centro de Estudos Sociais e Corporativos e relativamente próximo da primeira geração de «sociólogos informais»

³⁸ Fernando Falcão Machado, «Sociologia em Portugal», *op. cit.*, p. 12.

³⁹ António da Silva Leal, «Sociologia em Portugal», *Estudos Sociais e Corporativos*, n.º 6, Abril de 1963, pp. 131-136.

⁴⁰ Id., *ibidem*, p. 135.

⁴¹ Id., *ibidem*, p. 132.

⁴² Id., *Ibidem*, p. 134.

liderados pelo economista de formação Adérito Sedas Nunes (que à data da sua instituição assumiria a direcção daquele centro). Originalmente reunidos neste e noutros institutos da orgânica estatal ou corporativa, começavam então a dar corpo a um processo de renovação das ciências sociais portuguesas – nomeadamente no recém-criado Gabinete de Investigações Sociais (GIS), anexo ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), e sobretudo através da sua revista, *Análise Social*. António da Silva Leal seria igualmente um dos envolvidos nos trabalhos preparatórios que em 1962 conduziram à publicação do diploma criador do referido Instituto de Estudos Sociais (IES)⁴³, onde ele próprio e o mesmo Sedas Nunes viriam a leccionar e que, dez anos depois, em boa parte por acção deste último, passaria a Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), no qual viria finalmente a ser formalizada a primeira licenciatura em Sociologia no ensino público.

Estávamos então no limiar de uma nova era de progressiva profissionalização e especialização do ensino da sociologia, que entre as décadas de 1950 e 1960 se estenderia a diversos estabelecimentos do ensino superior⁴⁴, mas também da investigação social, que a partir de 1955 conheceria um extraordinário incremento⁴⁵. Nova era que culminaria no início da década de 1970 na aprovação de uma licenciatura em Ciências do Trabalho no recém-criado ISCTE⁴⁶, de um bacharelato com o mesmo nome e de uma licenciatura em Ciências Sociais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas⁴⁷, e, já depois de 25 de Abril de 1974, na reconversão daquela primeira licenciatura em Sociologia pura e simples. Nova era, insista-se, a que corresponderiam entretanto novas genealogias institucionais e científicas formalmente ligadas entre si por estratégias de demarcação relativamente aos respectivos primórdios pré-disciplinares e a outras iniciativas análogas – e de que o texto de Silva Leal representava, por assim dizer, o momento inaugural.

⁴³ Cf. Arquivo Histórico do Ministério do Trabalho e Solidariedade, «Junta da Acção Social, Comissão Executiva, Relatório de Actividades – 1962», em Fundo da Junta de Acção Social, Comissão Executiva, Caixa 468.

⁴⁴ Adérito Sedas Nunes, «Problemas da Sociologia em Portugal», *Análise Social*, vol. I, Jul. 1963 (n.º3), pp. 459-464 (reproduzido com alterações em *Boletim* da Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Sociais Política Ultramarina, Jan. 1964, pp. 9-11).

⁴⁵ [Raúl da Silva Pereira], «Investigação social em Portugal – organismos e instituições», *Análise Social*, vol. III, 1965 (n.º 9-10), pp. 160-219.

⁴⁶ Decreto-Lei n.º 522/72 de 15 de Dezembro.

⁴⁷ Decreto-Lei n.º 520/72 de 15 de Dezembro.

Não é esta a ocasião para passar em revista semelhantes narrativas mas vale a pena notar, por exemplo, como no final da década de 1960, das conclusões de um Colóquio Pedagógico realizado no referido ISCSPU ressaltaria, entre outros traços notórios e a propósito do objectivo expresso de «responder às necessidades do País no domínio do ensino e da investigação em Ciências Sociais», a reivindicação, diante de outras escolas «que directamente concorrem com ele no mercado de trabalho», pelo domínio das Ciências Políticas e Administrativas, da Antropologia e da Sociologia, onde primeiro haviam encontrado afirmação universitária e, segundo se afirmava, «que agora se pretendem autonomizar em licenciaturas próprias»⁴⁸. Desse mesmo colóquio ressaltaria ainda o esforço de distanciamento face à vocação burocrática do ensino ministrado no mesmo estabelecimento, durante muito tempo uma escola de quadros, como vimos⁴⁹. Facto tanto mais saliente se tivermos em consideração que em 1965, apenas quatro anos antes, num artigo publicado por um professor da mesma casa na revista do Instituto, se reclamava para o ISCSPU a posição de liderança no processo de renovação do ensino das ciências sociais (e da sociologia em particular) justamente com base na antiguidade da sua missão oficial⁵⁰.

No mesmo sentido, registre-se como, sensivelmente na mesma altura, num texto especificamente dedicado à «Situação e problemas do ensino de Ciências Sociais em Portugal» (na realidade quase exclusivamente dedicado à sociologia) e publicado nas páginas da referida *Análise Social*, se advogava igualmente o incremento da formação neste domínio científico, no quadro de uma reflexão alargada acerca do panorama académico daquelas ciências pontuada também ela por uma estratégia de demarcação apenas implícita mas comparável (e ademais recíproca) à do ISCSPU⁵¹. A este respeito, começava por retomar-se a avaliação proposta por Sedas Nunes, cinco anos antes:

⁴⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, «[Relatório final, Colóquio Pedagógico. ISCSPU. 1968]», p. 4 em AHU/UM/DGEDU/RE/CX 165.

⁴⁹ A este respeito registre-se por exemplo a seguinte passagem, relativa à variante de Administração Ultramarina da licenciatura proposta em Ciências Políticas e Administrativas: «Finalmente, a variante Administração Ultramarina deverá habilitar os respectivos estudantes ao futuro tratamento científico e técnico dos problemas do Ultramar, sem pretender orientar a sua formação para as exigências particulares de uma ou outra carreira (o que seria próprio de uma “escola de quadros”, feição que o Instituto, sempre teve dificuldade em assumir)» (id., *ibidem*, p. 10, sublinhado nosso). Esta interpretação encontra ainda extenso apoio na entrevista por nós efectuada a Adriano Moreira.

⁵⁰ Cf. Óscar Soares Barata, «O ensino do ISCSPU e as novas aplicações das ciências sociais» (separata de *Estudos Políticos e Sociais*, 1965).

⁵¹ J. C. Ferreira de Almeida, «Situação e problemas do ensino de Ciências Sociais em Portugal», *Análise Social*, vol. VI, 1968 (n.º 22-23-24), pp. 697-729.

(...) a situação da Sociologia nas Universidades é, efectivamente, muito precária. Inexistente em 7 das 8 Faculdades (2 Faculdades de Direito, 3 de Letras, 2 de Economia e o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina) em que, logicamente, deveria apoiar-se, e impossibilitada, em 6 das 7 Faculdades onde penetrou, de suscitar vocações docentes específicas, devido à ausência de um quadro legal que permita a especialização sociológica⁵².

Os cursos de Administração Social de Empresas e de Política Social, no Instituto de Estudos Sociais (IES); o diploma de Conselheiro de Organização Científica do Trabalho e Relações Humanas na Empresa (com opção em Sociologia Industrial), oferecido pela Escola Superior de Organização Científica do Trabalho (anexa ao Instituto Superior de Línguas e Administração, de natureza privada); e ainda a licenciatura em Sociologia no (também privado) Instituto Estudos Superiores de Évora – todos eles entretanto criados – não alteravam substancialmente a situação⁵³.

Em boa verdade, afirmava-se, ensinavam-se em Portugal «Técnicas Sociais» mas não propriamente «Ciências Sociais»⁵⁴. No ISLA, eram os próprios anúncios insertos na imprensa diária que publicitavam a formação de «Técnicos de administração e psicologia industrial» e de «Peritos em relações humanas na empresa» – de «aplicadores», portanto, e não de «cientistas»; o mesmo podia ser dito, de resto, do IES, ou dos Institutos de Serviço Social. Em Évora, por seu turno, tratava-se de «preparar dirigentes competentes sobretudo para as obras sociais das Empresas ou de outros Centros em que o progresso social deva surgir com o progresso económico» – com objectivos afinal semelhantes aos dos cursos anteriores⁵⁵. Evoluções que pelo seu carácter «parcelar» não vinham senão tornar manifestas resistências institucionais ao movimento de «procura social genérica de ciência do social», confirmadas aliás, sugeria-se, pela fracção dessa procura que recebera efectiva satisfação; ou ainda pela natureza essencialmente privada dessas iniciativas: numa sociedade espartilhada entre

⁵² Adérito Sedas Nunes, «Problemas da Sociologia em Portugal», *op. cit.*, p. 460 (citado em J. C. Ferreira da Almeida, «Situação e problemas do ensino de Ciências Sociais em Portugal», *op. cit.*, p. 700).

⁵³ Id., *ibidem*, pp. 701-2

⁵⁴ Id., *ibidem*, p. 705.

⁵⁵ Id., *ibidem*, p. 702-704.

imperativos modernizadores e a pesada herança do passado, a sociologia científica (produto acabado da civilização industrial) e, de forma alargada, as ciências sociais eram consideradas potencialmente subversivas e efectivamente temidas como tal⁵⁶.

Quanto ao ISCSPU – a única das escolas superiores acima mencionadas que era eximida da impossibilidade formal de suscitar vocações académicas na área da sociologia, indistintamente imputada às Faculdades de Engenharia, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Agronomia e Escola Superior de Agronomia Veterinária, de cujos currículos efectivamente constava – afirmava-se que também aí não se tinham atingido ainda «as condições de diferenciação-centração que corresponderiam a uma a real *formação* fulcralmente *científica*». Salientava-se o carácter «híbrido» da formação sancionada pela licenciatura em Ciências Sociais e Política Ultramarina, «produto de uma evolução institucional bem conhecida» e correspondente à preparação fornecida pelo Curso de Administração Ultramarina acrescida da ministrada no Curso Complementar de Estudos Ultramarinos, com diversas disciplinas de índole sociológica e antropológica mas onde avultava o número de cadeiras dedicadas a problemas do Ultramar, «com carácter mais de ciência aplicada ou de técnica social do que de ciência fundamental»⁵⁷ – sem se conformar, portanto, ao «sentido restrito» que no texto se imputava ao termo. O mesmo sentido restrito, sublinhe-se, que desclassificava igualmente parte das ocorrências (não se especificava quais) apontadas no supracitado texto de Falcão Machado, para o qual se remetia a referência aos «antecedentes da sociologia» no país; e que justificava ainda uma advertência quanto à «acepção demasiadamente compreensiva» que este autor atribuía àquela designação⁵⁸. De resto, e significativamente, recomendava-se que a leitura do mencionado texto fosse complementada por outro, de António da Silva Leal, «no qual lhe são feitas certas críticas» – «A Sociologia em Portugal», que acompanhámos mais acima e que de certa forma servia de mote ao presente artigo.

⁵⁶ Id., *ibidem*, pp. 708-10. As palavras exactas do autor eram as seguintes: «Não será que se receia que as ciências sociais representem um princípio de contestação generalizada, que ponha em causa as “cauções meta-sociais da ordem social”?» (*ibidem*, p. 710).

⁵⁷ Id., *ibidem*, pp. 703-4.

⁵⁸ A este propósito o autor afirmava: «É, contudo, conveniente ter em conta que o A. utiliza o termo Sociologia numa acepção demasiadamente compreensiva, donde resulta aparecerem referidos sob essa designação iniciativas e trabalhos que só remotamente ligam com o sentido estrito em que o mesmo vocábulo é empregado no presente escrito» (id., *ibidem*, pp. 700-701, n. 3).

Não se trata de afirmar a derivação directa entre estes dois textos (e muito menos entre qualquer um deles e as conclusões do Colóquio Pedagógico do ISCSPU) mas de destacar simplesmente a forma como o primeiro antecipa argumentos do segundo (e, de alguma forma, também daquele colóquio). E não está apenas em causa a simples renúncia ao passado pré-disciplinar da sociologia, atitude comum a ambos (ou àquelas conclusões) e consumada em nome de uma nova acepção do termo, implícita mas expressivamente formulada no título «A Sociologia em Portugal», de Silva Leal, pela força do artigo definido que se antepunha ao indeterminado «Sociologia em Portugal», de Falcão Machado. Na realidade, e de forma mais penetrante, o argumento aplica-se ao modo como nos dois textos se assume a ideia de uma ciência do social de contornos relativamente definidos mas de pergaminhos académicos firmados e incontestados que, enquanto tal, ou se encontra convenientemente institucionalizada ou então não existe de todo, como de facto acabam por confirmar. Vale a pena notar também como diante de tal concepção, as razões dessa ausência são consideradas como exteriores à ciência em si – falta de espírito científico ou resistências institucionais activas, consubstanciadas por exemplo na traição dos seus mais acérrimos defensores, na falta de enquadramento universitário ou em fundados receios arcaístas. Enfim, vale a pena notar também como, na decorrência dessas duas posições (perante uma essência que se encontra por realizar, poder-se-ia dizer), fica estabelecida à partida a dupla especificidade da sociologia portuguesa, perante as demais ciências institucionalizadas e face às sociologias de outros países – independentemente, portanto, do processo específico de construção de uma ciência do social em Portugal.

Os efeitos retóricos veiculados por este tipo de genealogias científico-institucionais (para além daquilo que nelas objectivamente se afirma) são por demais notórios (quando não eles próprios explícitos) e os seus objectivos genéricos encontram-se anotados em bibliografia avulsa ou especificamente dedicada ao tema⁵⁹. De forma

⁵⁹ Para os casos da sociologia espanhola e brasileira, por exemplo, vd. respectivamente Bernabé Sarabia Heydrich, «Precursores de la Sociología Española. Siglo XIX», em Salustiano del Campo (org.), *Historia de la sociología española*, Barcelona, Ariel Sociologia, 2001, pp. 17-40; e Sérgio Miceli, «Por uma sociologia das ciências sociais», em Sérgio Miceli (org.), *Historia das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, 2.ª edição, São Paulo, Editora Sumaré, 2001, pp. 11-28. Entre os trabalhos que abordam especificamente este assunto vd. nomeadamente Donald N. Levine, *Visions of the Sociological Tradition*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1995; R. W. Connell, «Why is Classical Theory Classical?», *American Journal of Sociology*, vol. 102, n.º 6, Maio de 1997, pp. 1511-1557; e Christian Topalov, «Les usages stratégiques de l’histoire des disciplines. Le cas de l’ “école de Chicago” en sociologie», em Johan Heilbron, Remi Lenoir e Gisèle Sapiro (orgs.), *Pour une histoire des sciences sociales*, s/ l., Fayard, 2004, pp. 127-157. Para uma análise sistemática das funções atribuídas a este tipo de histórias disciplinares em

geral, trata-se de validar pretensões profissionais de grupos intelectuais já estabelecidos ou apenas emergentes face aos concorrentes e diante das entidades credenciadoras, nomeadamente pela redefinição ou delimitação de um domínio de conhecimento de cujos proponentes se apresentam então como representantes autorizados – ora por asserção de filiações a figuras ou filões intelectuais tidos por adequados, ora por dissolução de traços da sua própria história (um «processo de selecção do predecessor», nas palavras de um sociólogo americano, que pode operar por elisão do mesmo, acrescentaríamos nós⁶⁰). Estratégias que na sua aparente dissonância podem não só complementar-se como relevam aliás de uma mesma disposição identitária, que insinua a antiguidade do programa científico proposto (celebrando o prosseguimento de uma qualquer tradição consagrada), ou sugere a sua suprema singularidade (esconjurando as impurezas genealógicas da sua constituição) – e que, de uma forma ou de outra, estabelece a respectiva legitimidade.

Nos casos apontados – não é abusivo afirmá-lo – trata-se também de assumir posições nesse campo disciplinar emergente (epistemologicamente indefinido e institucionalmente disperso), reivindicando de forma mais ou menos expressa a titularidade da hegemonia intelectual e reclamando o desenvolvimento de estruturas institucionais próprias – alegando, respectivamente, a menoridade científica das restantes forças em presença e (mais do que a eventual omissão) a deficiente acção do Estado. O que não significa, naturalmente, que se visem *apenas* efeitos retóricos, tendentes à consagração académica de um qualquer conhecimento científico-social, ou que esses discursos sejam puro reflexo de interesses emergentes. Existem certamente diferenças epistemológicas entre esta sociologia «fulcralmente científica», tal como entretanto se viria a impor ao nível do ensino e da investigação, e os saberes que a precederam, de que a aptidão explicativa consignada à investigação empírica, por oposição a ambições predominantemente descritivas, ou a especificidade relativa dos métodos praticados e ensinados, face a outras disciplinas, são apenas duas. E, insista-se uma vez mais, existiram de facto entraves institucionais, políticos mas também académicos, à afirmação das ciências sociais, sobretudo no que toca, justamente, à sua diferenciação disciplinar e autonomização universitária. Tal não invalida, por seu turno,

diversos domínios científicos vd. Loren Graham, Wolf Lepenies e Peter Weingart (orgs.), *Functions and Uses of Disciplinary Histories*, Boston, D. Reidel, 1983.

⁶⁰ A expressão é retirada de Charles Camic, «Structure After 50 Years: Parsons and the Institutionalists», *American Sociological Review*, vol. 57, pp. 421-445 (citado por Christian Topalov em «Les usages stratégiques de l’histoire des disciplines...», *op. cit.*, p. 127).

que a acção do Estado (e de outros poderes) tenha contribuído de modo decisivo para a constituição daqueles saberes; como não invalida que esses mesmos saberes possam ser estudados na sua dignidade própria, independentemente de qualquer teleologia epistemológica, e, *simultaneamente*, como parte de um processo de disciplinarização de um conhecimento que nem sempre terá sido perfeitamente idêntico a si próprio – possibilidade que tem sido rejeitada.

A este respeito, poder-se-ia dizer que «A Sociologia em Portugal» de Silva Leal contém *in nuce* os princípios centrais da narrativa que acompanharia o processo de afirmação universitária da sociologia portuguesa – mas também da narrativa que viria ela própria a impor-se como história da sociologia em Portugal. Ou melhor seria dizer, com propriedade acrescida, que uma e outra partilham, mais do que elementos concretos, uma mesma atitude formal face ao desenvolvimento científico-social. É que num e noutro caso, a história da ciência vê-se transformada numa verdadeira *prova de obstáculos*: em concreto, numa luta pela afirmação de um conhecimento mais ou menos constituído contra a acção deletéria do Estado – por definição, mais interessado em administrar a vida social da população (incluindo intelectuais e cientistas) do que propriamente em conhecê-la – e contra os antecedentes pré-disciplinares da sociologia – aos quais se imputa à partida um estatuto infra-científico. E assim, se acerca da influência do positivismo comteano existem hoje alguns estudos notáveis, embora à margem daquela história e predominantemente centrados na sua ascendência sobre o ideário político republicano ou sobre o pensamento jurídico oitocentista⁶¹, já o mesmo não se pode dizer do leplaysianismo português, acerca do qual pouco se sabe⁶²; ou até mesmo de outros saberes sociológicos produzidos na alçada directa ou indirecta do Estado, pura e simplesmente descurados ou, na melhor das hipóteses, tratados, também eles, sob outros tópicos⁶³.

⁶¹ Vd., por exemplo, Fernando Catroga, «Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado Político-Social», *Revista de História das Ideias*, vol. I, 1977, pp. 287-394.

⁶² Os trabalhos supracitados de Manuel Braga da Cruz (vd. nota 1) representam uma excepção parcial àquela regra; relativamente à tradição leplaysiana, esses mesmos trabalhos seguem no essencial as informações avançadas por Fernando Falcão Machado (em «Sociologia em Portugal», *op. cit.*). Sobre o tópico, não obstante, refira-se o interessante artigo de Bernard Kalaora, «Paul Descamps ou la sociologie leplaysienne à l'épreuve du Portugal de Salazar», *Gradhiva*, n.º 6, Verão de 1989, pp. 50-64, que sintomaticamente não é citado em qualquer outro trabalho sobre a história da sociologia em Portugal; e ainda o trabalho de Fernando Medeiros, *Groupes domestiques et habitat rural dans le nord du Portugal. La contribution de l'école de Le Play (1908-1934)*, Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, centrado nos contributos substantivos dos trabalhos leplaysianos acima mencionados relativamente às comunidades rurais do Norte de Portugal.

⁶³ Mais adiante teremos oportunidade de fazer referência a alguns destes trabalhos.

Para a história da sociologia sobreviriam sobretudo relatos do processo de constituição do Gabinete de Investigações Sociais e das acções dos seus membros, que viriam de facto a ser responsáveis pela criação da primeira licenciatura pública em Sociologia. A este respeito, tem vigorado sobretudo a história da sociologia proposta por Adérito Sedas Nunes num célebre artigo publicado na revista *Análise Social*, na verdade um testemunho pessoal, mas sobre o qual tem recaído (a despeito do próprio, diga-se) o estatuto de estudo sobre a matéria⁶⁴. Não sem prejuízo relativo para a história daqueles «primórdios», como dissemos, mas também, cremos, para a compreensão global do processo de constituição das modernas ciências sociais em Portugal. É o que passaremos a ver de seguida.

GENEALOGIAS CONTEMPORÂNEAS

Como começámos por sugerir, «Afirmar que a sociologia portuguesa só começou verdadeiramente após a revolução de Abril de 1974 é quase um lugar-comum»⁶⁵. Quem o afirma é o sociólogo José Madureira Pinto, num texto relativamente recente onde procede à revisão dos principais estudos sobre o tema e onde confirma aliás a necessidade de temperar a força de semelhante afirmação, por fidelidade «à especificidade dos movimentos de longa duração da história da cultura portuguesa» e «à complexidade dos processos sociopolíticos que precederam e se desencadearam com a reinstauração da democracia em Portugal»⁶⁶. Efectivamente, diz Madureira Pinto, «desde o último quartel do século XIX, o campo intelectual português foi registando ecos relativamente nítidos do movimento das Ciências Sociais nos países centrais», referindo-se nomeadamente à dominância do positivismo comteano no que designa por «Primórdios» da sociologia em Portugal⁶⁷. E se é verdade que o mesmo autor não deixa de reconhecer o desenvolvimento, ainda durante a ditadura, de «condições globalmente favoráveis à difusão de quadros de pensamento de orientação “desenvolvimentista” e à

⁶⁴ Adérito Sedas Nunes, «Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal», *Análise Social*, vol. XXIV (1.º), 1988 (n.º 100), pp. 11-55.

⁶⁵ José Madureira Pinto, «A Sociologia em Portugal...», *op. cit.*, p. 69.

⁶⁶ Id., *ibidem*.

⁶⁷ Id., *ibidem*.

procura de conhecimentos sistemáticos sobre o social»⁶⁸; e até mesmo o advento de um «Novo Fôlego» neste domínio, a partir da década de 1960, animado por «investigadores de prestígio internacional» e por «um grupo de jovens estudiosos dos problemas sociais, quase todos economistas e (...) com ligações ao movimento católico (...)»⁶⁹; não é menos verdade que esta «História breve da sociologia portuguesa» elide a maioria das ocorrências que deixámos referidas para o período do Estado Novo e faz-lhe corresponder uma fase de «Interregno». Para Madureira Pinto, o golpe militar de 1926 instaura uma «ruptura decisiva» no campo intelectual português: «Durante quase cinco décadas de regime ditatorial, toda a reflexão de tipo sociológico passou a ser encarada pelo aparelho ideológico-repressivo instalado como actividade potencialmente contrária à segurança do Estado, devendo por isso ser vigiada, censurada e reprimida»⁷⁰.

Em boa verdade, e a este último título em específico, o autor limita-se a fazer eco de posições anteriormente avançadas por si próprio e por outros colegas de profissão. Num volume já com dezoito anos, consagrado ao estado geral da *Ciência em Portugal*, o sociólogo João Ferreira de Almeida, em capítulo dedicado às «Ciências Sociais», sustenta também ele que o período da ditadura conservadora teria afectado o campo científico de forma generalizada, embora com especial incidência no que toca àquelas ciências⁷¹. Mais especificamente, o discurso oficial teria então privilegiado «a aproximação normativa e autoritária à sociedade»: «A empiria atrapalhava. Não havia que mexer-lhe muito, nem mesmo com instrumentos teóricos. E quando isso se não podia de todo evitar, então havia que fazê-lo acriticamente, em pesquisas desgarradas, favorecendo um hiperinstrumentalismo posto directamente ao serviço de qualquer política sectorial»⁷². Assim, prossegue ainda o mesmo autor, disciplinas científico-sociais que à data do golpe de Estado de 1926 haviam já logrado algum peso e tradição, como a História e a Economia, conseguiriam apesar disso sobreviver, ao passo que outras, como a Sociologia e a Antropologia, ficariam impossibilitadas de irromper à luz do dia, «até que a irresistível viragem da década de 1960, sociocultural primeiro,

⁶⁸ Id., *ibidem*, p. 71.

⁶⁹ Id., *ibidem*, p. 73.

⁷⁰ Id., *ibidem*, p. 71.

⁷¹ João Ferreira de Almeida, «Ciências Sociais», *op. cit.*, p. 73.

⁷² Id., *ibidem*.

política depois», lhes permitisse finalmente germinar⁷³. Ocorrências que, num caso como noutro, não chegam para invalidar o diagnóstico de partida – antes parecem confirmá-lo: as primeiras teriam sobrevivido «definidas», ao passo que as segundas nasceriam «em pequenos microclimas isolados» e de forma apenas «tímida»⁷⁴.

Parece ser também esta a convicção genérica do sociólogo António Teixeira Fernandes, que rejeita a maioria científica das iniciativas sociológicas que efectivamente identifica para o período anterior à revolução de 25 de Abril de 1974; e isto a despeito do esquema faseado mas ininterrupto que propõe num artigo especificamente dedicado à história da sociologia em Portugal, relativamente à qual distingue três etapas distintas: uma primeira que se prolongaria desde as últimas décadas do século XIX aos finais da primeira metade do século XX e onde pontuariam nomes como o já mencionado Teófilo Braga e o publicista Alfredo Pimenta; uma segunda que remontaria a meados do século XX e que seria protagonizada pela revista *Análise Social* e pelo seu segundo director, Adérito Sedas Nunes; e uma terceira «constituída com o pós-25 de Abril», em que a sociologia passaria finalmente a poder ser creditada com um estatuto próprio – «A Sociologia institucionaliza-se, passa a ser praticada como disciplina autónoma, adquire contornos de uma verdadeira profissão e entra em pleno nas Universidades»⁷⁵. Com efeito, se a «Sociologia» daquela primeira fase (entre aspas na formulação do autor) «Assume uma feição essencialmente doutrinal e ideológica, frequentemente polémica, em detrimento da produção de conhecimento científico» e «Procura mais a mudança do que a cientificidade, revelando-se alheia às questões epistemológicas e metodológicas»⁷⁶; a sociologia que lhe sucede, embora fazendo apelo aos métodos das ciências sociais, teria mantido «intuitos doutrinários» idênticos, agora imbuídos de inspiração católica (e já não republicana) mas de qualquer forma preponderantes sobre as análises objectivas: «Trata-se mais de elaboração doutrinal, com propósitos sociais, do que investigação propriamente dita (...)», afirma Teixeira Fernandes recuperando a apreciação que o economista Mário Murteira faz da análise da sociedade portuguesa levada a cabo por Adérito Sedas Nunes em 1964⁷⁷.

⁷³ Id., *ibidem*, pp. 73-74

⁷⁴ Id., *ibidem*, p. 74.

⁷⁵ António Teixeira Fernandes, «O conhecimento científico-social em Portugal...», *op. cit.*, pp., 11-17.

⁷⁶ Id., *ibidem*, p. 14.

⁷⁷ Id., *ibidem*, p. 16. A referência citada é Mário Murteira, «Um olhar (dos anos 60) sobre Portugal», *Análise Social*, vol. XXVIII (4.º-5.º), 1993 (n.º 123-124), pp. 745-752.

Na realidade, e ainda de acordo com o argumento de Teixeira Fernandes, nenhuma das sociologias anteriores a 1974 parece sequer estar a altura da designação, seja em que sentido for: entre aquilo que a sociologia começou por ser e o que ela actualmente é, «não existe qualquer semelhança. A coincidência reside apenas no equívoco do nome»⁷⁸; e quanto ao que ela terá sido entretanto, em meados da década de 1960 e no caso específico de Sedas Nunes, tem «pouco ou nada a ver com a perspectiva hoje dominante nos estudos sociológicos entre nós» (também de acordo com formulação de Murteira, citada por Fernandes)⁷⁹. De resto, e de forma perfeitamente explícita, é o próprio autor que começa por concluir, com propriedade face ao que afirma, que a verdadeira radicação e desenvolvimento da sociologia só se opera após o estabelecimento da democracia e, sublinhe-se, depois da introdução (aparentemente concomitante) de uma nova «prática científica»⁸⁰ – confirmando assim, também ele, a ideia que dissemos corrente quanto à precedência histórica do regime democrático face à sociologia.

Ideia, aliás, que, de tão corrente, se poderia dizer quase “oficial”. Em 1999, o Observatório das Ciências e das Tecnologias do Ministério da Ciência e Tecnologia dava à estampa um *Perfil da Investigação Científica em Portugal* onde procedia à avaliação dos diversos domínios científicos nacionais, em cada caso precedida por pequenas resenhas históricas de cada uma das disciplinas consideradas. Relativamente à sociologia, o referido relatório afirmava, de forma porventura mais matizada mas igualmente inequívoca, que «Embora a institucionalização da Sociologia como *ciência, disciplina ou profissão* só tenha realmente acontecido em Portugal após o 25 de Abril, podemos admitir que desde a década de 60 [do século XX] se tolerava a presença, parcial e discreta, deste ramo do saber em alguns lugares circunscritos»⁸¹. De facto, e tal como se explicita, para além da criação da licenciatura em Sociologia no Instituto Superior Económico e Social de Évora (que resultava de uma parceria da Companhia de Jesus com a Fundação Eugénio de Almeida), a sua presença estender-se-ia então, no campo do ensino, à introdução de «conteúdos sociológicos» em algumas cadeiras de licenciaturas universitárias (referiam-se os casos secundários de Economia e Direito) e,

⁷⁸ António Teixeira Fernandes, «O conhecimento científico-social em Portugal...», *op. cit.*, p. 15.

⁷⁹ Id., *ibidem*, p. 16.

⁸⁰ Id., *ibidem*, p. 9.

⁸¹ Ana Nunes de Almeida, Cristiana Bastos, João Ferrão, Karin Wall, *Perfil da Investigação Científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia em Portugal*, *op. cit.*, p. 19 (sublinhado nosso).

no domínio da investigação, à execução de «estudos sobre aspectos cruciais da sociedade portuguesa, inspirados naquele saber e publicados na *Análise Social*⁸²». Sobre o enquadramento institucional de cada uma destas iniciativas, registavam-se apenas os «pequenos subsídios» da parte de vários Ministérios e o apoio concedido pela Fundação Calouste Gulbenkian (a partir de 1966) ao grupo reunido em torno daquela revista (graças aos quais teria conseguido sobreviver); e sobre os primórdios a que começámos por fazer menção, absolutamente nada – nenhuma referência ao que provisoriamente designámos de leplaysianismo português ou às presenças curriculares por nós referidas (Agronomia, Engenharia, etc.), nem, tão pouco, a qualquer outra das incidências descritas. Assim – confirma-se uma vez mais – seria preciso esperar por 1974 e pela mudança radical do panorama científico para que a sociologia, beneficiando da «experiência democrática», se institucionalizasse «com um lugar e estatuto próprios», na universidade e no ensino superior públicos⁸³.

Evidentemente, não é nossa intenção discutir factos tão incontestáveis quanto consensuais: com o 25 de Abril de 1974, o panorama científico nacional muda de facto radicalmente; a experiência democrática favorece sem dúvida a «hospitalidade académica e o interesse público perante uma modalidade do saber que fornece instrumentos para explicar e interpretar a mudança social»⁸⁴; foi efectivamente depois daquela data que a sociologia foi reconhecida enquanto licenciatura no ensino superior público mas também como profissão (ali e noutros domínios institucionais). Importará notar, contudo, ainda a respeito do mesmo volume, como convicções idênticas não impedem que, relativamente à Antropologia (que supomos poder ser também ela tomada enquanto saber fornecedor de instrumentos que explicam a mudança social), se reconheçam os respectivos «Antecedentes históricos». De facto, a assunção das transformações políticas da década de 1970 e das correspondentes mudanças ao nível das ciências sociais em Portugal e da Antropologia em particular (que nos absteremos de relatar aqui em pormenor mas que contemplam igualmente a difusão alargada da disciplina e a reorientação científica da única licenciatura existente à data da revolução democrática) não invalida que, relativamente a ela, se deixem registados de forma necessariamente sucinta os limites outrora difusos entre ramos do saber mais ou menos

⁸² Id., *ibidem*.

⁸³ Id., *ibidem*, p. 20.

⁸⁴ Id., *ibidem*.

contíguos mas não necessariamente académicos (como os citados «Folclore» ou os estudos sobre «Tradições Populares»); e, nessa medida, que se aluda também à importância da acção do Estado no desenvolvimento geral da disciplina⁸⁵.

A tais factos poder-se-ia talvez contrapor que semelhantes situações – a relativa fluidez das fronteiras disciplinares ou a diluição dos contornos entre propósitos políticos e interesses de pesquisa – são específicas da Antropologia, entendida aqui em sentido lato, pelo próprio facto de a designação ter englobado e englobar ainda hoje saberes tão distintos quanto a Etnografia e a Etnologia, a Antropologia Física e a Antropologia Social ou Cultural (embora já não os acima mencionados), mas igualmente pelas conhecidas e especialmente pronunciadas aplicações coloniais dos diversos ramos antropológicos. A este respeito, contudo, valerá a pena invocar, ainda de acordo com o mesmo relatório, o caso da Demografia, hoje perfeitamente definida mas durante muito tempo «ciência instrumental em pesquisas que têm alcance, conteúdos e enquadramentos institucionais noutras áreas científicas»⁸⁶. Também aqui, aliás, a mesma indefinição inicial e posterior afirmação académica não inviabilizam que se considerem os respectivos «Antecedentes históricos» onde pontuam algumas referências clássicas da «investigação demográfica» em Portugal – «os trabalhos de A. Almeida Garrett e Montalvão Machado sobre a natalidade, o estudo diacrónico da população portuguesa (1864-1960) de João Evangelista e ainda a obra do italiano Massimo Livi Bacci sobre padrões de fecundidade» – mas sobretudo, e uma vez mais, incidências directamente decorrentes da acção do Estado e nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística, considerado «A referência institucional de maior peso para a Demografia em Portugal»⁸⁷. E se desta disciplina poderia ainda afirmar-se ser derivada de forma praticamente directa (como poucas outras) de saberes de Estado como a Estatística – e não ser senão afinal exemplo paradigmático de um tipo de génese que, enquanto tal, não se aplicaria senão a ela própria ou à Estatística, por exemplo (e daí também, porventura, o seu estatuto subalterno face a outras disciplinas) – atente-se ainda no caso relativamente precoce da Geografia, mais finamente caracterizada pelo mesmo texto.

⁸⁵ Id., *ibidem*, pp. 9-11.

⁸⁶ Id., *ibidem*, p. 13.

⁸⁷ Id., *ibidem*, p. 14.

Sujeita, também ela, a profunda inflexão conceptual e metodológica no final da década de 1960 e sobretudo no início da década seguinte, em função da própria renovação internacional da disciplina, por um lado, e da modernização da sociedade e da economia portuguesas e da ruptura introduzida pelo 25 de Abril de 1974, por outro, carregava do passado, não obstante, importantes «heranças» históricas, consubstanciadas em particular no desenvolvimento paralelo, a partir da década de 1940, de dois pólos institucionais, um em Coimbra e outro em Lisboa, animados por Amorim Girão e Orlando Ribeiro, ambos sob a égide conceptual e metodológica do geógrafo francês Vidal de la Blache (1845-1918) e mais genericamente da Escola Francesa de Geografia, e filiados portanto em princípios científicos partilhados: a) visão integrada do meio geográfico, com atenção às componentes físicas e humanas das realidades estudadas; b) análise empírica como principal critério de cientificidade, assente em observação directa e trabalho de campo; c) valorização das situações singulares e correspondente ascendência do estudo monográfico, de âmbito regional; d) e concepção humanista da ciência e “heróica” do cientista, com predomínio do trabalho individual⁸⁸. Ora, ainda de acordo com os mesmos autores, semelhante concepção do trabalho científico viria a consolidar-se através dos méritos dos membros mais activos da comunidade geográfica universitária, mas também, saliente-se, por via das boas condições de trabalho proporcionadas pelos Centros de Estudos Geográficos de Coimbra e Lisboa, criados respectivamente em 1942 e 1943; pelo apoio de instituições estatais e privadas, nomeadamente do Instituto de Alta Cultura/Instituto Nacional de Investigação Científica (o primeiro com acção de relevo na própria instituição daqueles centros), da Junta de Investigação do Ultramar (do Ministério do Ultramar) e da Fundação Calouste Gulbenkian; e pelas oportunidades que os territórios ultramarinos criavam, enquanto campo de investigação⁸⁹.

Claro que se poderia afirmar que tal se explicaria por estarmos então em presença, como bem sublinham os autores, «de uma ciência humana mas não social, pelas metodologias naturalistas a que recorre»⁹⁰ – o que significaria esquecer que para o período em causa o mesmo poderia ser dito da própria sociologia, pelo menos em parte, e do primeiro leplaysianismo português; significaria aliás esquecer também o quanto a

⁸⁸ Id., *ibidem*, pp. 15-16.

⁸⁹ Id., *ibidem*, p. 16.

⁹⁰ Id., *ibidem*.

orientação conceptual e as opções metodológicas do próprio Vidal de la Blache são devedoras da sociologia de Frédéric le Play. De resto, vale a pena deixá-lo registado antecipadamente, a descrição que ali se faz do trabalho científico em Geografia aplica-se na íntegra (talvez com a excepção do predomínio do trabalho individual, mas sem prejuízo para a visão humanista de ciência e “heróica” do cientista) a boa parte da investigação económico-social realizada sensivelmente no mesmo período no Instituto Superior de Agronomia e noutros ambientes institucionais conexos, (substituindo apenas «visão integrada do meio geográfico» por «visão integrada do meio social» ou, talvez, e com mais propriedade, «visão integrada do meio populacional»), também ela de feição predominantemente naturalista e de inspiração conceptual e metodológica análoga – e da qual acabaria por se destacar, progressivamente, um importante acervo de trabalhos de investigação social e, no limite, de sociologia. Mas afirmá-lo é avançar já demais, até porque essa transição paradigmática carece ela própria de problematização e será atendida mais adiante.

À margem desta última consideração, poder-se-ia pura e simplesmente argumentar que, historicamente, nenhuma das duas situações acima referidas – a relativa fluidez das fronteiras disciplinares ou a diluição dos contornos entre propósitos políticos e interesses de pesquisa – se aplica à sociologia e que esta, pelo contrário (e mais que qualquer outra ciência social), teria emergido já organizada, como vimos sugerir Silva Leal, ou, nas suas próprias palavras, com singular «aparência de maturidade»; e que o seu percurso institucional teria ficado marcado, provavelmente por essa razão e ao invés de outros saberes equiparados, pela constante receio da parte de poderes temerosos do seu potencial crítico – o que, em ambos os casos, e ainda antes de avançarmos no relato da nossa própria investigação, os dados avançados na primeira secção deste capítulo parecem desde logo negar (e isto para nada dizer por ora acerca dos estudos internacionais mais recentes que se ocupam do tema)⁹¹.

E se se poderia finalmente pretender, de modo inverso, que, relativamente aos aspectos por nós destacados do relatório que temos vindo a acompanhar, as heranças e os contextos apontados para cada um daqueles saberes (antropologia, demografia, geografia e sociologia), não são assim tão distintos entre si, devemos sublinhar que os antecedentes de cada uma das restantes disciplinas são aí considerados por direito próprio (e não obstante o que se diz a respeito de cada qual) «antropológicos»,

⁹¹ Mais adiante, o capítulo 6 trata alguns destes trabalhos.

«demográficos» e «geográficos», ao passo que os antecedentes «sociológicos» ora são qualificados com o substantivo «conteúdos» (incompletos, portanto, como os que foram introduzidos em cadeiras universitárias que lhe eram essencialmente esquivas) e não propriamente sociológicos, ora apenas «inspirados» nesse saber (como nos estudos realizados acerca de aspectos cruciais da sociedade portuguesa publicados na *Análise Social*). E devemos sublinhar também que se entre as primeiras (antropologia, demografia e geografia) a acção mais ou menos directa do Estado promove ou, pelo menos, se encontra de alguma forma implicada no respectivo desenvolvimento, no caso da sociologia detém o seu progresso ou, quando muito (e de forma meramente pontual), ter-lhe-ia permitido apenas sobreviver, como vimos.

A respeito da sociologia, poder-se-ia mesmo dizer, tem vigorado de forma particularmente pronunciada a tese geral de Victor de Sá que quatro anos após a revolução de Abril de 1974, num importante e pioneiro *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*, afirmaria de forma lapidar que:

O que verdadeiramente aconteceu foi que, há meio século, se deu uma ruptura violenta numa das mais ricas e fecundas tradições da cultura portuguesa, ruptura que localizamos em 1929, data a partir da qual as concepções sociais foram entre nós oficialmente preteridas para darem lugar às concepções corporativistas. Sob a ditadura salazarista a palavra *social* foi votada a uma certa maldição, assim como as suas derivadas socialismo e sociologia⁹².

Ruptura tanto mais violenta, sublinhe-se, se considerarmos que o mesmo autor não hesita em fazer «remontar as ciências sociais [portuguesas] ao período do Renascimento, quando o humanismo veio substituir, a partir do século XV, a velha cultura feudal»⁹³. E se a evocação desta passagem não permite ainda aceder às razões daquela especificidade, permite desde já sublinhar a intensidade relativa e o modo particular com que aquela apreciação genérica parece aplicar-se à sociologia.

⁹² Victor de Sá, *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*, *op. cit.*, p. 11.

⁹³ Id., *ibidem*, p. 15.

SOCIOLOGIA, CORPORATIVISMO E CATOLICISMO SOCIAL

Mais recentemente, naquele que é na verdade o primeiro trabalho de fôlego sobre a história da sociologia em Portugal, Nuno Estêvão Ferreira, na esteira das formulações mais dialécticas de Madureira Pinto a que começámos por nos referir na secção anterior, discute de forma apenas implícita a referida tese de Sá, controvertendo explicitamente as posições de António Teixeira Fernandes e Mário Murteira.

Para estes autores, como vimos, e agora segundo Estêvão Ferreira, o relevo que intencionalidades de modernização socioeconómica e legitimações doutrinárias de cunho reformista-católico teriam assumido na “sociologia” praticada em Portugal nas décadas de 1950 e 1960 (e por Sedas Nunes em particular), justificariam a convicção de que apenas depois de Abril de 1974 passariam a existir «condições sociais» para o desenvolvimento daquela disciplina «a partir da “consolidação do paradigma científico”»⁹⁴. Para Estêvão Ferreira, alternativamente, o peso que o reformismo-católico e o próprio corporativismo terão assumido na trajectória de Sedas Nunes, por um lado, e o facto de as instituições por si projectadas só terem sido reconhecidas após a transição democrática, por outro, não invalidam que já em 1972 estivesse concluída «uma determinante viragem no percurso daquele actor no sentido de produzir investigações no campo das ciências sociais nos contextos em que estava inserido»⁹⁵. E não só não o invalidam como terão constituído o enquadramento geral – as doutrinas e ideologias perfilhadas ou as instituições entretanto criadas – de um processo essencialmente individual de cariz intelectual (protagonizado pelo mesmo actor) em que, por rupturas sucessivas, se foram queimando etapas, da doutrinação corporativista à afirmação das modernas ciências sociais (passando pela realização de estudos sociais sobre o desenvolvimento), até à decisiva depuração epistemológica de um «conhecimento científico do real-social». De acordo com o autor, semelhante viragem abriria então caminho àquilo que não seria senão a mera «legalização» da licenciatura em Sociologia no ISCTE mas também à transformação do Gabinete de Investigações

⁹⁴ Nuno Estêvão Ferreira, *A Sociologia em Portugal...*, *op. cit.*, p. 222.

⁹⁵ Id., *ibidem*, pp. 222-223.

Sociais em Instituto de Ciências Sociais (ICS), em 1982, apenas possíveis, de facto, no novo quadro político⁹⁶.

Não nos ocuparemos do argumento de Estêvão Ferreira em toda a sua extensão, mas, para os devidos efeitos, torna-se necessário explicitar este último ponto. Inicialmente integrado no Gabinete de Estudos Corporativos (GEC), do Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa, e posteriormente destacado por convite para a direcção do recém-criado Centro de Estudos Sociais e Corporativos (CESC), do Ministério das Corporações, Adérito Sedas Nunes acabaria por verificar a incompatibilidade entre a estrutura social portuguesa e as teses corporativistas, a que começaria por aderir. Constatação que viria conduzi-lo, então, ainda no âmbito deste enquadramento institucional genérico, à convicção da necessidade de se proceder ao «estudo aprofundado das estruturas e dos dinamismos da organização da sociedade»⁹⁷ (e, apenas a prazo, à sociologia científica).

O movimento descrito decorre em dois passos: se num primeiro momento a descoincidência entre as realidades sociais e aquele ideário começaria por suscitar a proposta de aplicação de um «pré-corporativismo», ou de um corporativismo possível, a aplicar nomeadamente, para além da reorganização das empresas, por intermédio da «preparação dos dirigentes e do estudo sério e intenso dos problemas económicos»⁹⁸; num segundo momento, a mesma constatação, «associada a outros factores», e, em particular, às dificuldades de concretização de projectos de investigação autónomos (é este o factor destacado por Ferreira), teria significado «a definitiva desvalorização dos princípios doutrinários e, principalmente, o recurso a metodologias mais eficazes no acesso à realidade social»⁹⁹. A posição que assumiria como director do referido CESC, ocupada por Sedas Nunes em 1957 e na qual permaneceria por cerca de dois anos, representaria o separador simbólico destes dois momentos¹⁰⁰ e a renúncia ao cargo, para

⁹⁶ Diz o autor: «Na nossa perspectiva, o corporativismo e o reformismo católico constituem, sem sombra de dúvida, importantes referências na trajectória de Adérito Sedas Nunes. As instituições que projectou foram apenas reconhecidas depois da transição democrática. Mas também consideramos ter tido início em 1965 e estar concluída em 1972 uma determinante viragem no percurso daquele actor no sentido de produzir investigações no campo das ciências sociais nos contextos em que estava inserido. E foi essa mudança que preparou a legalização da licenciatura em Sociologia no ISCTE e a criação do ICS, apenas possíveis no novo quadro político» (id., *ibidem*).

⁹⁷ Id., *ibidem*, p. 168.

⁹⁸ Id., *ibidem*, p. 167.

⁹⁹ Id., *ibidem*, pp. 164-165.

¹⁰⁰ Id., *ibidem*, p. 165.

a qual invocaria a recusa da tutela de criar uma publicação periódica que divulgasse os trabalhos realizados, o natural corolário de uma mesma postura científica perante os problemas sociais (gerada ainda no GEC, tal como se explicita). Facto que explicaria também, de acordo com Estêvão Ferreira, a decisão de regressar ao GEC¹⁰¹, agora algo paradoxal, perante a progressiva desvalorização do corporativismo (após a passagem pelo CESC) e face ao papel que (ainda segundo o autor) a definitiva ruptura com aquela doutrina viria a ter na subsequente evolução intelectual de Sedas Nunes e na correspondente criação do Gabinete de Investigações Sociais, como sua condição¹⁰².

De resto, só a circularidade do argumento permite afirmá-lo simultaneamente – que a ruptura científica com o *corporativismo* foi condição da sua subsequente evolução intelectual e, por isso, determinante na criação do GIS, nos moldes descritos («O GIS é resultado de uma primeira ruptura no percurso de Sedas Nunes»¹⁰³) e que o regresso ao Gabinete de Estudos Corporativos é consequente com a postura *científica* de Sedas Nunes perante os problemas sociais. Porque é justamente por via de «uma análise da realidade social *por intermédio de processos científicos*» ou, mais adiante no mesmo parágrafo, pela crítica teórica «*alicerçada numa matriz científica*», que se desencadeia no próprio GEC um processo em que se começaria por associar «a exposição sistemática dos eixos estruturadores da doutrina corporativista» a «uma análise das estruturas sociais, na qual o recurso a construções de teoria social permitia esclarecer dificuldades de correlação e apontar incompatibilidades»¹⁰⁴ e que, a jusante, resultaria na radical reconfiguração do próprio GEC. Reconfiguração *possibilitada*, é certo, pela proposta de alteração estrutural apresentada pelo ministro das Corporações e Previdência Social em 1962 ao abrigo do Plano de Formação Social e Corporativa (e que viria a redundar na instituição do GIS junto do ISCEF), mas *determinada*, sublinhe-se, pelas próprias reservas da parte de Sedas Nunes (e de outros membros do GEC)

¹⁰¹ Afirma o autor: «(...) o motivo imediato para a saída de Sedas Nunes do CESC – a recusa da tutela em criar uma publicação periódica que divulgasse os trabalhos realizados – assim como a decisão de regressar ao GEC expressam a mesma postura que havia sido gerada nesta instância corporativista. O estudo científico dos problemas sociais constitui o denominador comum» (id., *ibidem*, pp. 168-169).

¹⁰² A este respeito o autor limita-se a afirmar: «Num primeiro momento, o corporativismo constituiu o quadro de realização de estudos científicos sobre o social. Posteriormente, o abandono do “pré-corporativismo” mostrou-se compatível com a prossecução daqueles trabalhos nos contextos institucionais existentes. Finalmente, uma tal compatibilização tornou-se insustentável (...)» (id., *ibidem*, p. 169).

¹⁰³ Id., *ibidem*, p. 164.

¹⁰⁴ Id., *ibidem*, pp. 165-167. Sublinhados nossos.

relativamente ao projecto inicial do ministro, que previa a criação de novo centro de estudos sociais e corporativos e de forma a corresponder «à necessidade de proceder a estudos sociais, *de acordo com a preocupação da objectividade e à luz do critério científico*»¹⁰⁵. E se as razões de fundo que terão levado Sedas Nunes a regressar ao GEC são para nós relativamente irrelevantes, já o mesmo não se pode dizer das razões que, no GIS, terão levado, primeiro, à «emergência das investigações sociológicas» e, depois, à «sociologia científica» propriamente dita – que são fundamentalmente as mesmas, acrescidas de preocupações metodológicas inerentes a esse mesmo processo (embora aparentemente estimuladas também pelas transformações económico-sociais do país).

Assim, e depois de dois anos iniciais em que os trabalhos produzidos no GIS e publicados na *Análise Social* permaneceriam inscritos «na perspectiva de uma abordagem de problemas sociais, onde o trabalho, o sindicalismo, a habitação, o progresso [alguns deles temas comuns aos abordados no GEC e no CESC] constituem vectores importantes, e que podemos considerar na óptica de uma compreensão dos “aspectos sociais do desenvolvimento económico”»¹⁰⁶, em 1965 operar-se-ia uma modificação no perfil da revista «no sentido de alargar o seu “cunho sociológico”, sem no entanto a desviar do seu interesse fulcral pelos problemas sociais”», e que seria acompanhada «pela construção de outros objectos de análise»¹⁰⁷. Para Estêvão Ferreira, estamos então em presença de dois movimentos complementares em que as questões metodológicas suscitadas pelos primeiros ensaios de problematização do desenvolvimento social e económico de Portugal implicavam recorrer a novos procedimentos de análise, e em que, por seu turno, as abordagens sociológicas da realidade significavam a valorização de outros tópicos¹⁰⁸. «Iniciava-se aqui o processo que conduziria à emergência da fundamentação epistemológica da sociologia, ou, dito de outro modo, processava-se uma segunda transição do percurso de Sedas Nunes, de que resultaria a derradeira etapa que assinalamos»¹⁰⁹ – e que, no seu devido tempo, levaria ao reconhecimento da sobredita forma de conhecimento.

¹⁰⁵ Id., *ibidem*, pp. 191-192.

¹⁰⁶ Id., *ibidem*, p. 193.

¹⁰⁷ Id., *ibidem*, p. 196.

¹⁰⁸ Id., *ibidem*.

¹⁰⁹ Id., *ibidem*.

É certo que, já a terminar o texto, Estêvão Ferreira sugere que o próprio perfil institucional do GIS teria sido relevante para a afirmação da sociologia no espaço académico português, por nele não se ter operado a cisão (tal como terá sucedido noutros enquadramentos institucionais mais ou menos conexos) entre «as metodologias de objectivação» e a «interpretação dos resultados»¹¹⁰. Mas, como vimos, para além de embater na instrumentalidade dos primeiros estudos do GIS, semelhante especificidade decorria ela própria, para lá das preocupações metodológicas notadas, dessa *ruptura individual* que as desencadeara. Aliás, afirma Estêvão Ferreira a propósito de forma inequívoca, «Na base destas evoluções situa-se a *intencionalidade* inicial do GIS»¹¹¹.

Na verdade, cremos, e nos termos do próprio texto que temos vindo a acompanhar, mais do que o resultado de uma *ruptura individual* com o corporativismo, a criação do GIS, primeiro, e o posterior e correlativo desenvolvimento da sociologia nesse mesmo gabinete, parecem ter começado por corresponder a uma *autonomização científico-institucional* dos primeiros estudos económico-sociais realizados ainda no GEC¹¹² ou, se preferirmos, à consumação de perspectivas aí abertas mas efectivamente não concretizadas, ou apenas parcialmente consumadas (o que evidentemente não invalida que semelhante ruptura intelectual tenha de facto ocorrido e contribuído para semelhante desfecho). E se essa autonomização não pode ser compreendida à margem das diligências iniciais do ministro das Corporações e Previdência Social (José João Gonçalves Proença) e, sobretudo, da decisiva anuência à contraproposta, da parte dos membros do GEC, de total reestruturação do mesmo, aquele deferimento, por seu turno, não pode ser entendido sem referência a um contexto genericamente favorável àquele tipo de estudos e à criação de institutos votados à sua realização que não pode ficar por uma referência vaga ao arranque desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960. Pelo contrário, a referência a semelhante contexto deverá considerar também o modo concreto como aquelas transformações desafiaram os moldes consagrados do

¹¹⁰ Segundo o autor, no GIS «A ciência possuía autonomia para comportar todas as instâncias metodológicas, até porque passava a estar em causa explicar o social pelo social e não introduzir reformas sobre a sociedade» (id., *ibidem*, p. 231).

¹¹¹ Id., *ibidem* (sublinhado nosso).

¹¹² É o próprio Estêvão Ferreira que o afirma, relativamente àquele segundo aspecto: «Para além de corresponder a uma autonomização face à doutrinação corporativista, a emergência de investigações sociológicas também era o resultado de preocupações metodológicas. A mesma questão inicial, as condições estruturais do desenvolvimento social e económico, provocava a reivindicação de um espaço epistemológico para a sociologia, onde pudessem ser exploradas construções teóricas de maior potencial explicativo e possibilidades metodológicas mais eficazes» (id., *ibidem*, p. 195).

intervencionismo público e da própria orgânica institucional do Estado e a relação biunívoca que a governação manteve com os lugares de criação e com a própria produção de saberes sobre o social (teóricos ou empíricos), de que o GEC, sublinhe-se, constitui desde logo instância a considerar. Tanto mais quando se começa por dar por assente a desconfiança do regime face a este tipo de estudos; ou inversamente, quando a suposta relação destes com a putativa inflexão política daquele, a partir de meados da década de 1950 (que teria tido nos primeiros Planos de Fomento o seu sinal mais aparente), carece também ela de explicitação.

A este título genérico, aliás, Estêvão Ferreira fornece um contributo inestimável, não tanto a respeito do Estado ou de organismos na sua esfera de influência mais ou menos directa, mas a propósito da Igreja, resgatando ao passado um pouco conhecido acervo de trabalhos de investigação social de âmbito religioso e a acção do Secretariado de Informação Religiosa (SIR) do episcopado português, criado em 1959 e responsável pela realização daqueles estudos. Aqui, porém, a «sociologia do religioso» (a expressão é do autor) e a institucionalização do SIR não avultam senão enquanto resultado culminar de um quadro sócio-histórico alargado onde se cruzam em pano de fundo factores como: *a*) a reacção do catolicismo português ao processo de secularização então em curso na sociedade portuguesa; *b*) o entendimento clerical da posição relativa do Estado nesse processo e a percepção dos limites dos modelos instituídos da acção eclesial e social-católica; *c*) a ampla e profunda reforma pastoral desenvolvida pelas elites do clero de Lisboa ao longo da década de 1950; *d*) a emergência da sociologia das religiões no panorama científico internacional; e ainda *e*) a preponderância intelectual e científica de práticas equivalentes empreendidas noutras paragens¹¹³.

Sublinhemos convenientemente a dupla importância deste complexo itinerário pelas transformações intelectuais e institucionais da Igreja, pelas racionalizações conexas protagonizadas pelas mais altas esferas do clero e pelas influências estrangeiras a que umas e outras terão sido sujeitas. Trata-se antes de mais de destacar e especificar a

¹¹³ A aposição ordenada de apenas duas entre as várias passagens do livro em questão que serviriam para ilustrar a nossa avaliação bastará para confirmá-la: «No quadro da reforma pastoral que foi sendo desenvolvida pelas elites do clero de Lisboa ao longo da década de 50 [do século XX], a sociologia religiosa constitui uma componente de uma estratégia global do catolicismo, que visava, acima de tudo, reagir de forma concertada e homogénea ao processo de secularização da sociedade portuguesa. A criação do SIR corresponde a este imperativo de renovação das relações entre a Igreja e a sociedade» (id., *ibidem*, p. 81). Ou, mais adiante: «A afirmação da sociologia religiosa em Portugal decorreu das preocupações relativas à descristianização da sociedade e à emergência da coordenação da acção pastoral da Igreja Católica perante tal realidade» (id., *ibidem*, p. 95).

ascendência que determinadas formas de conhecimento empírico acerca da sociedade terão passado a exercer sobre a acção burocrática (interna) e pastoral (externa) daqueles sectores eclesiásticos, esta última de especial relevância para o caso português atendendo ao papel plurissecular da Igreja propriamente dita ou de outras instituições conexas com a mesma inclinação assistencialista (como as Misericórdias) na gestão das relações sociais e na vez de um Estado hesitante face a esta matéria ou, nalgumas áreas, assumidamente demissionário – e relativamente ao qual poderá ter sido pioneira e, acrescentamos nós, que poderá ter chegado a servir-lhe de inspiração. Até porque assim se inaugura um novo capítulo da história das ciências sociais em Portugal (a «sociologia religiosa»), relativamente autónomo perante outros filões já referidos mas com vários actores e dinâmicas comuns àqueloutro filão que vínhamos acompanhando e onde se destacaria, uma vez mais, o inevitável Adérito Sedas Nunes – envolvido nalgumas das primeiras iniciativas científico-sociais daquele sector reformista do catolicismo português, enquanto militante laico¹¹⁴.

Mas, se no quadro do argumentário avançado, o envolvimento em semelhantes iniciativas e a ascendência intelectual da doutrina social da Igreja podem de facto ajudar a compreender o «interesse» inicial de Adérito Sedas Nunes pela sociologia¹¹⁵, esse envolvimento e esse interesse não chegam igualmente para justificar a ulterior *afirmação científica* (e institucional) daquele conhecimento, mesmo atendendo a tudo o que se foi deixando registado relativamente a este ponto e desconsiderando inclusivamente problematizações mais interessantes avançadas por Estêvão Ferreira a respeito do modo como enigmas e insuficiências da ciência económica (em que inicialmente se formara) terão conduzido Sedas Nunes não só a novos instrumentos de análise mas também à própria conceptualização prévia da esfera ontológica que os reclamará: *o social*¹¹⁶. Não chegam para justificá-lo, dizíamos, pelo menos sem precisar a importância que processos análogos terão tido ao nível dos institutos do Estado ou da orgânica corporativa. O facto de Adérito Sedas Nunes constituir, como se afirma, «o elemento de ligação entre diversos agentes e contextos sociais, que foram sendo

¹¹⁴ Sobre as iniciativas científico-sociais do sector reformista do catolicismo português vd. também Adelino Gomes, «A JUC, o *Jornal Encontro* e os primeiros inquéritos à juventude universitária...», *op. cit.*.

¹¹⁵ «Será então no cruzamento entre a percepção do espaço de intervenção da igreja e as formas de problematizar o social que aplica que iremos detectar as linhas que conduziram ao seu interesse pela sociologia» (Nuno Estêvão Ferreira, *A Sociologia em Portugal...*, *op. cit.*, p. 163).

¹¹⁶ Cf. *id.*, *ibidem*, pp. 181-191 (especialmente 183 e 185-186).

definidos por finalidades distintas, mas cuja articulação nos permite compreender uma estratégia e explicar as suas evoluções» não pode, quanto a nós (e tal como se pretende), servir de justificação a que um desses dois «contextos» – o corporativismo e o catolicismo social, no caso o primeiro – se veja pura e simplesmente subsumido no percurso individual da figura (ademais apenas uma entre várias) que os liga¹¹⁷. A menos que se considere que no âmbito do objecto estudado – a sociologia em Portugal – cada um daqueles dois enquadramentos institucionais se reveste de dignidades historiográficas distintas, em função de desenlaces epistemológicos e académicos diferenciados e, sublinhe-se, *definidos à partida pelas respectivas finalidades*. Bastaria então, de facto, por um lado identificar a emergência do interesse *propriamente científico* pela sociologia por parte daquele actor privilegiado e, por outro, mostrar a *degenerescência instrumental* (ou a deriva utilitária) de uma ciência já constituída e posta ao serviço de interesses particularistas (neste caso religiosos).

Quanto a nós, e sem prejuízo de estarmos perante a mais profunda e interessante análise disponível sobre o tema, a verosimilhança da alegação de que, apesar de se tratar de duas vias paralelas, a afirmação da sociologia religiosa no SIR e o desenvolvimento da sociologia no GIS radicam numa mesma matriz¹¹⁸, resulta em parte daquilo que se nos afigura ser a anulação ostensiva das potencialidades (e correlativas limitações) do corporativismo para enquadrar teoricamente as implicações sociais e políticas decorrentes da necessidade declarada e entretanto consagrada de desenvolvimento económico do país – de que homens de formação técnica como Sedas Nunes e engenheiros e economistas em geral viriam a ser os principais arautos, e cujas condições e consequências seriam eles os primeiros a avaliar. O que não equivale a afirmar, naturalmente, a identidade (ou sequer qualquer tipo de filiação directa) entre corporativismo e sociologia. A este respeito, será certamente desnecessário insistir aqui na forma como a doutrina oficial do regime serviu efectivamente de base (como vimos sugerir Victor de Sá) a enunciados que negavam muitos dos fundamentos e postulados que à época caracterizavam aquele saber e, desde logo, a própria possibilidade de considerar a manifestação de interesses sociais que não correspondessem directamente aos agrupamentos humanos considerados naturais – nação, corporações e família. E vale

¹¹⁷ Id., *ibidem*, p. 13.

¹¹⁸ «Todavia, tanto estes contactos como as noções que os membros do GIS, na sua fase inicial, possuíam do trabalho desenvolvido no SIR, não nos permitem inferir o acerto de estratégias a partir de um referencial originário. A proximidade verificada aponta, antes, para a existência de vias paralelas que foram desenvolvidas a partir de uma mesma matriz» (id., *ibidem*, p. 226).

a pena sugerir antecipadamente que algumas das mesmas questões que noutros enquadramentos institucionais (nomeadamente em domínio agronómico) haviam já conduzido à aplicação de instrumentos de investigação científico-social e à invocação formal da sociologia, emergiriam nesses contextos de problematizações teóricas e de dificuldades práticas que, muito embora comungassem de alguns dos mesmos valores e inquietações, pouco ou nada ficariam a dever ao corporativismo, enquanto sistema político-económico.

Mas o corporativismo não foi apenas a formulação doutrinária de um modelo de organização económico-social a impor de cima para baixo (juridicamente ou por doutrinação das elites, por exemplo) ou um princípio formal de representação política, decorrente daquele e assente numa concepção organicista da sociedade; enfim, o corporativismo foi algo mais do que mera barreira ideológica que teve de ser superada por «salto epistemológico» para que o «social» pudesse ser pensado. Historicamente, e como têm notado alguns autores, o corporativismo foi também um sistema hierarquizador e centralista de representação sectorial de interesses e de autoridade estatal, que não se esgotou nos regimes que o formalizaram enquanto tal, mas foi, igualmente, e de forma mais restrita, um princípio de regulação social ou até mesmo um instrumento (institucional) de intervencionismo público – de resto perfeitamente compatível com as orientações genéricas da doutrina social da Igreja, mas que também não se confunde com ela¹¹⁹. O facto, nem sempre devidamente ressaltado (o que se compreende, atendendo à dominância de declarações de princípio da parte de alguns sectores do regime que pura e simplesmente negavam a ocorrência de interesses que não coincidissem com o designado «bem-comum»), ajudará certamente a compreender que um Gabinete de Estudos Corporativos (GEC) tenha chegado a assumir-se, como efectivamente se assumiu, enquanto fórum de discussão de temáticas como as relações laborais na empresa ou a instituição de políticas sociais¹²⁰. E surpreenderá menos por isso que as respectivas publicações e particularmente o seu periódico, a *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, se tenham constituído desde logo enquanto veículos

¹¹⁹ Sobre este assunto vd. entre outros Jacques Donzelot, *L'invention du social. Essai sur le déclin des passions politiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1994 [1984], capítulo 3. Para uma discussão deste tópico para Portugal vd. Nuno Domingos, «Desproletarizar: a FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo», em Nuno Domingos e Victor Pereira, *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 165-196, e bibliografia aí citada.

¹²⁰ Sobre este assunto vd. José Luís Cardoso e Maria Manuela Rocha, «Corporativismo e Estado-Providência (1933-1962)», *Ler História*, nº 45, 2003, pp. 111-136. Para uma crítica a este texto vd. Nuno Domingos, «Desproletarizar...», *op. cit.*

– entre outros – de introdução e, só até certo ponto, de vulgarização da teoria social e da sociologia em Portugal – saber de que Adérito Sedas Nunes foi seguramente o mais destacado promotor, embora não o único, aqui e noutros locais da orgânica oficial. Nas páginas daquela revista, por exemplo, e ainda antes da integração de Sedas Nunes no GEC, eram já relativamente frequentes algumas referências à sociologia (ou a alguns dos seus cultores), em artigos como «Reformas de estrutura (Introdução a um estudo de Economia)» e «Notas sobre o marxismo», do economista Francisco Pereira de Moura¹²¹; ou «Breves considerações sobre alguns problemas sociais contemporâneos», do jurista e subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social António Jorge da Motta Veiga¹²².

A este título, porém, e no que se refere à suposta incompatibilidade entre corporativismo e sociologia, a edição em livro de *Situação e Problemas do Corporativismo* (1954), de Adérito Sedas Nunes (originalmente publicado como artigo na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos* com o título «Teoria e problemas do corporativismo»), é duplamente paradigmática. Por um lado, porque se tratava efectivamente de um confronto crítico com a doutrina corporativa, por recurso a um instrumentário teórico-sociológico (e nomeadamente à noção de grupos sociais, em contraponto com os designados «grupos corporativos», considerados «não realmente existentes»), mas com o objectivo declarado de superar formulações abstractas e de realizar o corporativismo na prática. Efectivamente, o «pré-corporativismo» então proposto não representava o abandono de uma utopia tida agora por irrealizável face ao confronto crítico com a sociologia (e, por sua via, com a realidade social), mas mais propriamente uma estratégia para a sua progressiva (e necessariamente incompleta) implantação, protelada como estava por iniludíveis clivagens sociais, em si mesmas um problema para o qual se apontaria no mesmo volume a necessidade de se proceder à reforma das empresas – por pedagogia corporativista ou por intervenção directa, de acordo com a teoria sociológica das «relações humanas». Argumento que não invalida, evidentemente, que se abrisse assim caminho para que, a prazo e para alguns dos seus

¹²¹ Francisco Pereira de Moura, «Reformas de estrutura (Introdução a um estudo de Economia)», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 1, Janeiro-Março de 1950, pp. 31-43 e n.º 2, Abril-Junho de 1950, pp. 23-40; id., «Notas sobre o marxismo», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 6, Abril-Junho de 1951, pp. 42-49 e n.º 7, Julho-Setembro de 1951, pp. 46-54.

¹²² António Jorge da Motta Veiga, «Breves considerações sobre alguns problemas sociais contemporâneos», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 6, Abril-Junho de 1951, pp. 11-28.

proponentes, o corporativismo viesse de facto a tornar-se mais propriamente um meio e não tanto um fim.

Por outro lado, a redacção e a própria publicação do texto como primeiro número da «Colecção de Estudos Corporativos» (editado conjuntamente com a conferência «O problema da autoridade na empresa»), beneficiava de certa forma daquilo que tem sido descrito como a «segunda arrancada corporativa», em que, a seguir à II Guerra Mundial, se destacariam figuras como Marcello Caetano (convidado para discursar na inauguração do gabinete, na qualidade de antigo comissário nacional da Mocidade Portuguesa) e José Pires Cardoso (seu director), e no âmbito da qual seriam desde logo implantadas diversas realizações sociais, como a extensão da Previdência ou a criação do Serviço Social do Trabalho, para além do lançamento do ambicioso Plano de Formação Social e Corporativa¹²³. Efectivamente, a instituição do GEC constitui já de si «semente» de uma atitude política renovada face ao corporativismo e à acção social do Estado, e é também nesse enquadramento que devem ser atendidas as acções dos seus membros.

Ora, semelhante argumento, que o trabalho de Nuno Estêvão Ferreira não acolhe, ajuda desde logo a compreender a atenção que aí viria a ser dada aos problemas e políticas sociais (e, na sua decorrência, à própria sociologia) à margem da relevância que a influência ideológica da doutrina social da Igreja e a militância católica de Sedas Nunes possam ter tido nesse mesmo processo; mas ajuda também a compreender a anuência do ministro das Corporações e Previdência Social Gonçalves Proença à proposta de criação do Gabinete de Investigações Sociais junto do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, em alternativa a um novo centro de estudos corporativos. Decisão que, de resto, se encontrava jurídica e doutrinariamente suportada pelo referido Plano de Formação Social e Corporativa, aprovado ainda pelo seu antecessor (Henrique Veiga de Macedo) e que contemplava explicitamente, entre outras medidas, a indicação de «Fomentar a criação e promover o desenvolvimento de centros ou gabinetes de estudos sociais e corporativos nos organismos corporativos ou em

¹²³ Sobre este ponto vd. nomeadamente Howard G. Wiarda, *Corporatism and Development: the Portuguese Experience*, Nova Jérsea, Princeton University Press, 1977; e a recensão crítica à obra de Manuel de Lucena, «Uma leitura americana do corporativismo português», *Análise Social*, vol. XVII (2.º), 1981 (n.º 66), pp. 415-434.

quaisquer outras instituições ou estabelecimentos, designadamente nos de natureza cultural ou educativa»¹²⁴.

De forma mais alargada – e é este o ponto que pretendemos sublinhar a respeito do livro de Nuno Estêvão Ferreira, *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade* – a verosimilhança da tese enunciada no título começa por decorrer da desvalorização a que são submetidas algumas iniciativas mais ou menos avulsas no âmbito da sociologia de inspiração leplaysiana (a que começámos por fazer menção) e, sobretudo, do menosprezo de outros lugares institucionais com funções análogas às do Gabinete de Estudos Corporativos e do Gabinete de Investigações Sociais, como a Junta de Colonização Interna do Ministério da Agricultura ou o Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar – numa palavra, da depreciação historiográfica de outros «antecedentes» da sociologia académica em Portugal, que de facto são referidos (parte deles, pelo menos, relacionados com ISCSPU, por exemplo) mas cujo potencial significado em nada parece inibir semelhante conclusão¹²⁵.

Com efeito, desconsiderar tais iniciativas e lugares impede que se atenda *em perspectiva* à importância da acção de determinado tipo de agentes e institutos sob a alçada directa ou indirecta do Estado (e da própria Universidade, à luz de semelhante orientação), e que se integre as instâncias aduzidas no referido livro num movimento mais geral de *modernização das burocracias oficiais* (agrária, colonial, corporativa) e, por que não sugeri-lo (na sequência do argumento avançado pelo próprio Estêvão Ferreira), da burocracia eclesiástica, e dos métodos de governo dos homens e das almas aí praticados – em que, por razões específicas a cada qual (momentos de crise ou ambições reformistas renovadas, por exemplo) e por outras que se poderiam dizer transversais (e nomeadamente à racionalização progressiva daqueles procedimentos), o conhecimento empírico dos diferentes domínios administrados passará a deter uma importância acrescida.

Seja como for, no que toca àqueles antecedentes, a orientação do trabalho em causa (e o respectivo corolário) coloca-o junto dos anteriores que vínhamos acompanhando. Na verdade, e não obstante a atenção dispensada à acção de agentes não

¹²⁴ Ministério das Corporações e Previdência Social, *Plano de Formação Social e Corporativa*, *op. cit.*

¹²⁵ Sobre a investigação social em domínio colonial em meados do século XX em Portugal vd. Rui Pereira, *Conhecer para Dominar. O Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique (1926-1959)*, dissertação a obtenção do grau de Doutor em Antropologia, Lisboa, Faculdades de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

académicos e o facto de não se fazer depender (como na generalidade dos trabalhos citados) a constituição da sociologia da instauração da democracia, poder-se-ia mesmo dizer que a estrutura formal do argumento se mantém: a ruptura entre investigação social (ou a execução de «estudos sociais») e sociologia (ou «investigações no campo das ciências sociais») é de facto antecipada (1972) mas taxativamente confirmada; e, de forma correspondente, organismos como o Gabinete de Estudos Corporativos ou o Serviço de Informação Religiosa são implicados na história da sociologia para dela se verem ilibados como não propriamente científicos ou, até mesmo, adversos à sua implantação. Enfim, poder-se-ia finalmente afirmar, para resumir, que nesse lapso identificado de dois anos entre a consagração daquela disciplina e o final do salazarismo se condensa a tese de que não foi preciso esperar pela democracia para ver vingar a sociologia mas que a sua emergência foi afinal absolutamente exterior (quando não verdadeiramente antagónica) à acção do regime.

EFEITOS DE DESCONHECIMENTO

Sugiramo-lo de forma explícita: neste como naqueles trabalhos vemos plasmada uma certa contradição implícita entre saber e poder que não nega a instrumentalização deformada do primeiro termo pelo segundo mas que parece pressupor a incompatibilidade genética entre ambos e, por maioria de razão, o antagonismo radical entre ciência, neste caso social, e um regime autoritário. Por outras palavras, trata-se de rejeitar à partida a própria possibilidade de que dos desígnios mais ou menos imediatos do poder (neste caso, do poder numa das suas formas extremas) possa emergir verdadeiro conhecimento social. Postura de partida, diga-se, com naturais implicações quanto ao que se considera fazer parte da história da sociologia e quanto à avaliação que se faz do que legitimamente dela se considere fazer parte.

No que se refere a este último ponto, são ainda os trabalhos de Manuel Braga da Cruz (o primeiro já com mais de um quarto de século), que melhor dão conta em perspectiva dos sucessivos e diversificados perfis que a sociologia – chamemos-lhe assim porque é assim que o autor a designa – foi assumindo em Portugal, particularmente na Faculdade de Direito de Coimbra, passando pelas primeiras

derivações leplaysianas (no mesmo local, mas posteriores) e pelas respectivas aplicações extra-académicas, até ao seu advento mais recente no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos e, já na década de 1960, no Instituto de Estudos Sociais, no Instituto de Economia e Sociologia de Évora e em torno da revista *Análise Social*¹²⁶. Relativamente a esta, aliás, e ao respectivo contexto institucional, o autor não deixa de sublinhar de forma clara as funcionalidades políticas que começaram por motivá-los, sugerindo avisadamente que «Com o surto de industrialização iniciado no pós-guerra, e que atinge o auge nos anos 60, e com os problemas que ao desenvolvimento económico punham os recursos humanos e a conflituosidade social» surgiria então «um novo interesse pela sociologia, formulado a partir de instituições de estudo e formação corporativa, virados para a optimização e racionalização dos recursos humanos, afectados pela emigração maciça». Argumento, diga-se, que na sua acepção formal, não deixa de imputar também a cada um dos restantes períodos em que divide a sua narrativa. Assim, se no período positivista «a sociologia foi funcional, como ideologia da ordem e do progresso, à consolidação social dos interesses da ascendente pequena burguesia citadina, e à ascensão da sua tradução política republicana», no período experimental, de inspiração leplaysiana, «serviu claramente para reforçar, como ideologia reformadora por via educativa, as pretensões restauradoras da paz social, pela concertação corporativa dos interesses antagónicos, e pelo intervencionismo supletivo do nascente estado do bem estar, de que o catolicismo social, fundamental inspirador ideológico do Estado Novo, se fez arauto»¹²⁷. Finalmente, seria ainda preciso atender ao papel da sociologia na formação dos quadros superiores da administração ultramarina e à crescente participação dos professores do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos em fóruns internacionais relacionados com temáticas ultramarinas (no quadro de missões oficiais, acrescentemos nós) para ver emergir aí «com maior acuidade» a sociologia no seu formato colonial.

Tais observações não invalidam, contudo, que a vocação sistemática da periodização proposta para a sociologia em Portugal («positivista», «experimental», «colonial» e «do desenvolvimento e do trabalho») tenda a dar por suprido o tratamento de um tema que não se esgota neste contributo (e naquela periodização). Como não

¹²⁶ Manuel Braga da Cruz, *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*, *op. cit.*; id., «Sociologia», *op. cit.*

¹²⁷ Manuel Braga da Cruz, *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*, *op. cit.*, p. 48-49.

invalidam que o progressismo tácito dessa abordagem acabe por desvalorizar cientificamente os afloramentos académicos registados e, muito em particular, os mais antigos, positivistas e experimentais, a cujos contornos se contrapõe – sem referências substantivas aos trabalhos tipificados ou alusão comparativa a outros internacionais contemporâneos – a actual configuração disciplinar (académica e de natureza fundamental) daquele saber. Com efeito, diz Braga da Cruz: «Se no período positivista, a sociologia é ainda uma questão filosófica, no período experimental, mau grado a pretensa fundamentação da teoria pela pesquisa, com generalizações induzidas da observação factual, a sociologia permanece ainda sendo uma questão doutrinária e educativa, um expediente com intuítos de política social». Avaliação que parece também desprender-se da qualificação comparada que se imputa à designada «sociologia colonial», considerada «de integração» (relativamente ao regime), à qual se contrapõem outras «utilizações» da sociologia, reputadas «de ruptura» e, afinal, verdadeiras responsáveis pela sua institucionalização¹²⁸.

Não pretendemos discutir aqui a natureza política do Estado Novo. De resto, e no que toca à política científica, o autoritarismo repressivo do regime não parece oferecer margem para qualquer tipo de discussão. Embora só na década de 1960 se tenha efectivamente assistido à implantação de uma política científica sustentada no quadro da administração pública (sob a influência da OCDE) e não obstante o prolongamento reforçado de algumas medidas implantadas durante a I República, a verdade é que ao nível dos laboratórios de Estado e do ensino superior a actividade científica (nos seus diversos domínios) durante o Estado Novo ficaria marcada pelo controlo autoritário de cientistas e intelectuais em geral e, inclusivamente, por perseguições políticas e verdadeiras purgas¹²⁹. Também não pretendemos pôr em causa, (já o dissemos) o facto indisputável de que foi apenas na década de 1970 que ocorreu a decisiva afirmação da sociologia e, mais genericamente, das ciências sociais, tal como as conhecemos hoje. Mas as narrativas cotejadas, assentes em séries de conceitos opostos (de aplicação mais geral) que qualificam o conhecimento científico-social a)

¹²⁸ Id., *ibidem*, p. 48. «Quer num quer noutro período *a sociologia está longe de atingir a sua autonomia e maturidade científica*» (id., *ibidem*)

¹²⁹ Maria Eduarda Gonçalves, «Mitos e realidades da política científica portuguesa», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 46, Outubro de 1996; Beatriz Ruivo, «As instituições de investigação e a política de ciência», em J. M. Gago (org.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991, pp. 25-48; Fernando Rosas, «Estado Novo, Universidade e depuração política», *Seara Nova*, 62, Outono de 1998, pp. 11-20.

quanto aos seus lugares de produção como académico ou burocrático, *b*) quanto às suas finalidades como fundamental ou aplicado, e que têm apenas a sua aplicação extrema nas equivalências presumidas entre democracia e ciência, por um lado, e fascismo e obscurantismo, por outro, tendem a gerar poderosos efeitos de desconhecimento relativamente à história das ciências sociais que de resto não se restringem ao período do Estado Novo.

Efectivamente, e de forma mais específica, as narrativas compostas com base em semelhantes operadores tendem a desqualificar à partida escolas e saberes que acabaram por se perder no tempo, sem deixar legado institucional (como o por nós designado *leplaysianismo* português); tendem a desvalorizar as raízes estatais (ou afins) de outros saberes e escolas que vingaram (recordemos o que se disse a respeito da relação entre corporativismo e sociologia); e, mais grave ainda, tendem a gerar um efeito de ocultação sobre a produção de saberes em organismos oficiais do Estado, em si mesmo relevantes para a história das ciências sociais e que em certos casos terão sido determinantes para o próprio desenvolvimento e autonomização relativa das mesmas junto da academia (teremos oportunidade de o ver ao longo da presente tese).

De resto, a este respeito o panorama actual não é propriamente animador. As mais recentes sínteses da história da sociologia em Portugal não fazem qualquer referência ao Gabinete de Estudos Corporativos ou à sociologia rural do ISA, para citar dois casos apenas¹³⁰. Na verdade, poder-se-ia talvez dizer – tendo por contraponto os trabalhos que acompanhámos em maior pormenor que no seu conjunto (e praticamente sem recurso a fontes externas) permitem de facto traçar um quadro bastante alargado e diverso daquela história – que, ao contrário do que seria de esperar, parece estar a assistir-se, desde os primeiros trabalhos de Manuel Braga da Cruz e com a notável excepção do trabalho de Nuno Estêvão Ferreira, a uma depuração progressiva da narrativa que dá conta da institucionalização da sociologia no país. Semelhante possibilidade merecerá certamente ser averiguada, à luz das actuais condições de produção do conhecimento sociológico. Enfim, importará sobretudo regressar às fontes disponíveis e procurar alargar, passo a passo, os termos daquela narrativa. É esse o objectivo do presente trabalho.

¹³⁰ Virgílio Borges Pereira, «Le difficile essor de la sociologie portugaise», *op. cit.*; e Fernando Luís Machado, «Meio Século de investigação sociológica em Portugal...», *op. cit.*.

**ESTADO E INVESTIGAÇÃO SOCIAL AGRÁRIA
NOS PRIMÓDIOS DA SOCIOLOGIA EM PORTUGAL**

INTRODUÇÃO

Em 1956, Eugénio de Castro Caldas proferia nas instalações do Instituto Superior de Agronomia (ISA), onde leccionava, uma conferência sobre «Problemas de Sociologia Rural», na qual começava por se afirmar «firmemente convencido» de que aquela disciplina constituía «matéria que não pode deixar de despertar a atenção e a simpatia dos Agrónomos e Silvicultores portugueses, dos Estudantes do nosso Instituto e de toda a gente culta»¹³¹. Castro Caldas dirigia-se aos estudantes do ISA no âmbito do I Curso de Sociologia Rural, a convite da Juventude Universitária Católica, que organizara o evento. A ocasião servia de pretexto para se congratular pela então recente alteração (1955) à reforma curricular de 1952, que viera consagrar a disciplina sob a designação de História da Agricultura e Sociologia Rural¹³². Como vimos, a medida integrava-se numa iniciativa mais geral, da responsabilidade do Ministério da Educação, em que se previa a criação de disciplinas de Sociologia em diversos cursos do ensino superior, em particular nos cursos de Engenharia das Faculdades de Ciências das Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, no curso de Engenharia do Instituto Superior Técnico, em 1955, e, um ano mais tarde, na Escola Superior de Medicina Veterinária¹³³. No caso específico do ISA, o objectivo expresso da medida consistia em «melhorar a formação humanística dos futuros diplomados, por forma a poupá-los aos excessos de um tecnicismo absorvente e a favorecer a sua integração nas realidades sociais dos meios em que terão normalmente de trabalhar»¹³⁴. Mas a referida medida sucedia-se também ao protesto público face à supressão da anterior disciplina de Agricultura Comparada e Geografia Económica, operada em 1952.

¹³¹ Eugénio de Castro Caldas, *Problemas da Sociologia Rural*, separata de *I Curso de Sociologia Rural*, Lisboa, Edição da JUC do Instituto Superior de Agronomia, 1956, p. 5. Trata-se de uma lição proferida no dia 8 de Março de 1956.

¹³² Cf. Decreto n.º 40 364, de 27 de Outubro de 1955. A referida reforma foi aprovada a 8 de Fevereiro de 1952 pelo decreto n.º 38 636.

¹³³ Cf. Decreto n.º 40 378, de 14 de Novembro de 1955, para os cursos de engenharia; e Decreto n.º 40 844, de 5 de Novembro de 1956, para o curso de medicina veterinária.

¹³⁴ Decreto n.º 40 364, de 27 de Outubro de 1955. Vd. Nuno Estêvão Ferreira, *A Sociologia em Portugal*, op. cit., p. 45. A mesma formulação era igualmente utilizada no diploma que criava a disciplina na Escola Superior de Medicina Veterinária, invocando o presente decreto.

Um ano depois dessa data, por ocasião do primeiro centenário da criação do ensino superior agrícola em Portugal (1952/1953), Mário de Azevedo Gomes, então professor de Silvicultura e Dendrologia no mesmo Instituto, ao passar em revista esses cem anos inaugurais, lamentava que a reforma manifestasse uma orientação por aquilo que se lhe afigurava como um «abaixamento, pelo que às possibilidades da *cultura geral* diz respeito»:

(...) suprimiu-se a disciplina de Agricultura Comparada e Geografia Económica, aquela onde precisamente, chegados os estudantes aos estudos terminais, mais se tornava possível alargar-lhes o espírito na interpretação do vasto âmbito da vida profissional, quando enfrentados alguns dos grandes problemas mundiais, os da Economia em particular. Ressente-se o ensino universitário português, em vários dos seus ramos, e mormente neste do ensino técnico, do baixo nível daquela cultura geral que chegue até aos universitários a partir da própria Universidade; e é duplamente de estranhar, portanto, que essa amputação tenha sido consentida¹³⁵.

À sua voz juntara-se ainda, segundo o próprio, a dos estudantes, «ao que parece mais depressa apercebidos da pedagogia que lhes convém do que certos dos que têm o encargo oficial de zelar por ela, de aperfeiçoá-la e defendê-la»¹³⁶.

¹³⁵ Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1953, p. 67. Mário de Azevedo Gomes (1885-1965) foi um destacado engenheiro agrónomo, dedicado fundamentalmente à silvicultura, e eminente professor do ISA. A sua intensa actividade política e cívica, que se prolongou durante a República e o Estado Novo, e em particular a sua participação no movimento de oposição a este último, valer-lhe-iam em 1946 a demissão compulsiva do ISA (onde leccionava desde 1914 e onde seria readmitido em 1951) e a prisão, em três ocasiões distintas. Foi ministro da Agricultura (1923-24) e esteve formalmente envolvido no grupo da *Seara Nova*. Foi ainda director da Estação Agrária Central, até à sua extinção em 1936 (cf. Fernando Oliveira Baptista, «Mário de Azevedo Gomes», em F. Rosas e J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 387-388; vd. ainda Henrique de Barros, *Prof. Mário de Azevedo Gomes. Contribuição para uma biografia*, s/ l., edição do autor, s/ d. – separata da *Revista Agronómica*, vol. XLVIII, Tomo III e IV, 1965; e A. A. Monteiro Alves, «Mário de Azevedo Gomes. Um professor de carácter», *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XXVIII, n.º 1, 2005, pp. 594-602 – que contém uma relação bastante exaustiva dos seus trabalhos publicados).

¹³⁶ Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, *op. cit.*, p. 134. Vd. também António Monteiro Alves, Fernando Luís Estácio, Ilídio Moreira, Edgar de Sousa, *O Instituto Superior de Agronomia na Segunda Metade do Século XX*, Lisboa, ISAPress, 2007, p. 80.

Castro Caldas, então professor da referida disciplina, mencionava também ele, naquela lição, o episódio, «triste sem dúvida no seu início, mas onde tudo, afinal, acabou em bem, e que explica em parte a minha presença tão assídua neste I Curso de Sociologia Rural»¹³⁷. Efectivamente, o facto de assumir no evento papel de destaque, com a apresentação de duas comunicações, justificava-se não só por lhe incumbir dirigir a recém-criada disciplina, mas sobretudo por já antes ter incorporado no programa da cadeira suprimida uma muito acentuada componente sociológica. O próprio aludiria ao facto, invocando a enxertia perante a plateia: «Recordo-me que, em 1949 – já lá vão sete anos – tive a boa inspiração de enxertar, de forma provavelmente abusiva, no programa da velha cadeira de Geografia Económica e Agricultura Comparada o ensino de uns rudimentos de Sociologia Rural». Lembrava ainda o entusiasmo dos alunos, dizia, «por esses primeiros passos tentados num caminho novo em Portugal». Aí a sociologia comparecia como complemento necessário a um outro ramo científico, a Geografia Económica, também ela de forte componente humana, que dava então, sob esse formato específico, os primeiros passos no currículo académico oferecido pelo Instituto¹³⁸. Ambas emprestavam desde logo a respectiva designação ao título que, na sebenta que circulava entre os alunos, substituíam o nome oficial da cadeira: *Lições de Geografia Agrária e Sociologia Rural*; uma e outra, segundo Castro Caldas, convocadas no âmbito desse campo científico mais vasto que dava pelo nome de Ciência Agronómica, obrigado, pela sua vastidão, à discriminação de ramos especializados da ciência¹³⁹.

Na realidade, e apesar do franco desenvolvimento que Castro Caldas daria então à matéria, logo em 1949, a invocação da sociologia no figurino académico do ISA ocorreria ainda antes, no quadro da disciplina de Economia Rural e na sequência de importantes desenvolvimentos ao nível da investigação agrária em Portugal. Em 1948, Henrique de Barros dava à estampa, na secção «Sociologia e Economia Rurais» da colecção de livros agrícolas expressivamente intitulada «A

¹³⁷ Eugénio de Castro Caldas, *Problemas da Sociologia Rural*, op. cit., p. 5.

¹³⁸ A disciplina de Agricultura Comparada figurava no currículo do ISA desde o ano lectivo de 1911/1912 e foi sobrevivendo às sucessivas reformas, ora como cadeira do elenco geral, ora como curso complementar, sob mais do que uma designação: «Geografia Económica. Agricultura Comparada» (1911/1912) e «Agricultura Comparada. História da Agricultura» (1918/1919).

¹³⁹ [Eugénio de] Castro Caldas, *Apontamentos da Cadeira de Agricultura Comparada*, sebenta das lições, ISA, 1949-1950.

Terra e o Homem», o primeiro volume da obra *Economia Agrária*, com base no curso que leccionava no Instituto desde 1942 e onde dedicava desde logo uma breve secção introdutória à Sociologia Rural¹⁴⁰. Em rigor, dizia, algumas das questões ali versadas enquadravam-se melhor na sociologia do que na economia agrária. Em concreto, declarava Barros, o objecto de atenção dos sociólogos rurais era o estudo das «populações dos meios rurais (habitantes das herdades, das quintas, dos casais, das aldeias, de certas vilas e, parcialmente, até dalgumas cidades)», em particular dos seus «elementos *vitais*» (composição, distribuição e variação populacionais), «*culturais*» (tradições, usos e costumes, crenças, instituições populares), «*materiais*» (níveis de vida) e «*estruturais*» (forma e disposição dos aldeamentos, caracteres das habitações, associações existentes, formas espontâneas de organização, etc.)¹⁴¹. Para além de «cativante», o conhecimento da Sociologia Rural era assim considerado «de real utilidade para aqueles técnicos de agronomia e da silvicultura que tenham por dever lidar directa e permanentemente com as populações rurais»¹⁴².

O argumentário então evocado fazia apelo à sociologia no âmbito de uma redefinição teórica da própria Economia Rural¹⁴³. A uma concepção «limitada» da disciplina, mais propriamente designada de Administração Agrícola – que «vê apenas o aspecto particular da empresa agrícola privada e não o aspecto global da colectividade rural»¹⁴⁴ – opunha-se uma outra, de «muito maior amplitude», dedicada ao «estudo da actividade social» dos grupos directa e indirectamente envolvidos na exploração do solo agrícola «no que se refere às lutas que os seus componentes travam entre si, com outros grupos e de certo modo até com a Natureza»¹⁴⁵. Como «ciência *social*», dizia, «a Economia Agrária ocupa-se de relações que se estabelecem entre economias privadas ou entre estas e os poderes públicos»¹⁴⁶. Significativamente, o volume em causa abria com uma reflexão geral

¹⁴⁰ Henrique de Barros, *Economia Agrária*, vol. 1, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1948. À data Henrique de Barros leccionava também os cursos auxiliares de «Agricultura Comparada. História da Agricultura» e «Administração, Contabilidade e Escrituração Agrícolas».

¹⁴¹ Id., *ibidem*, p. 63.

¹⁴² Id., *ibidem*, pp. 64-65.

¹⁴³ Sobre este segundo ponto, cf. Fernando Oliveira Baptista, «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta-1974)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Dezembro de 1981, pp. 59-81.

¹⁴⁴ Henrique de Barros, *Economia Agrária*, *op. cit.*, p. 52.

¹⁴⁵ Id., *ibidem*, p. 54.

¹⁴⁶ Id., *ibidem*, p. 56.

de natureza epistemológica acerca do posicionamento relativo das diversas «ciências sociais autónomas» diante da «Ciência Social», de que sociologia e economia (entre outras) não eram senão ramos especializados. «Não há que estranhar esta tendência para a fragmentação, em compartimentos aliás nem sempre estanques, da Ciência Social; corresponde tão somente ao processo geral de diferenciação e especialização seguido em todas as ciências»¹⁴⁷.

Longe de ser inédita, porém, semelhante orientação teórica tinha já longa tradição no Instituto. De facto, e enquanto tal (como começaremos por ver), ela remontava pelo menos a finais da década de 1910, às lições de Economia Rural de D. Luís de Castro, das quais se destacaria a população como objecto de estudo e para o qual seriam precocemente convocadas metodologias sociológicas de tipo monográfico. Seria no entanto preciso esperar pelo início da década de 1940 para ver emergir do âmbito daquela disciplina um considerável acervo de trabalhos de manifesto pendor sociológico, em particular relatórios finais de curso, que, embora sem delimitação científica rigorosa, não deixariam de configurar desde logo uma nova área de estudos. Indelévelmente ligado à sua constituição ficará o nome de Eduardo Lima Basto, regente de Economia Rural no ISA até ao ano da sua morte (1942), e o seu *Inquérito Económico-Agrícola*, de 1934-1936, onde se destacará então, para além da minuciosa reconstituição do funcionamento económico de diversas explorações agrícolas, uma atenção muito sistemática – e nessa medida absolutamente singular – às condições de vida daqueles que trabalhavam nos campos. Será aliás no seguimento directo desse inquérito que surgirá o *Inquérito à Habitação à Rural* (1943-47), a mais importante obra de investigação social da primeira metade do século XX em Portugal (co-dirigida por Lima Basto e Henrique de Barros) e a mais perfeita circunscrição desse novo domínio epistémico.

Como veremos, porém, não será possível compreender a sua emergência e consolidação sem extravasar o âmbito puramente académico e atender à acção de outras instituições da orgânica do Estado, de âmbito relacionado, incumbidas de funções diversas mas congregadas por um objectivo comum: *conhecer a população rural*.

¹⁴⁷ Id., *ibidem*, pp. 17-20.

PARTE I.
POPULAÇÃO NATURAL DOS CENSOS E
VIDA SOCIAL DAS FREGUESIAS

2. ECONOMIA RURAL E MONOGRAFIAS LOCAIS

Embora com larga tradição no plano curricular do ISA (na realidade presente desde a sua criação, em 1852)¹⁴⁸, a cadeira de Economia Rural no Instituto Superior de Agronomia (ISA) seria objecto de uma importante redefinição teórica já no decurso da década de 1910, nas mãos de D. Luís de Castro, que, em 1917, após afastamento forçado, voltava a assumir a respectiva regência¹⁴⁹. Paralelamente, a partir desse período, a investigação realizada no âmbito dessa disciplina ou com base nos seus ensinamentos, sob a orientação do seu titular, manifesta também ela importantes alterações.

A reorientação do curso de Economia Rural e a apresentação do seu plano a que Luís de Castro procedia em *Apontamentos para a lição de abertura do Curso de Economia Rural (Ano lectivo de 1919-1920)* abria com uma referência à «nova escola económica», que «leva sempre como alicerce do seu raciocínio a ciência social»¹⁵⁰ – e que deveria substituir-se à velha orientação professada, essencialmente

¹⁴⁸ Para uma síntese do processo de constituição e institucionalização dos saberes agronómicos durante o século XIX vd. o artigo de Maria Carlos Radich, «Ciências agrárias, sociedade e tecnologia no Portugal oitocentista», *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XXVIII, n.º 1, 2005, pp. 410-419, onde se destaca a conspícua ausência de referências à economia rural. Vd. ainda B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro, *L'enseignement supérieur de l'agriculture en Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900. Sobre aquilo que o autor designa de «ensino das ciências sociais aplicadas à agricultura» no ISA vd. Fernando Estácio, «O caso das ciências sociais aplicadas à agricultura», *op. cit.*

¹⁴⁹ Sobre Luís de Castro, vd. o artigo publicado por ocasião da sua morte, Felipe de Figueiredo, «D. Luís de Castro», *Agros*, fasc. 9-12, Setembro-Dezembro de 1929, pp. 193-206; e ainda Fernando Estácio, «Dom Luís Filipe de Castro. O professor e primeiro presidente da SCAP», *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XXVIII, n.º 1, 2005, pp. 468-473. Conde de Nova Goa, licenciado em Agronomia em 1888, Luís de Castro foi nomeado lente catedrático do Instituto em 1902, primeiro para a cadeira de Arboricultura e Viticultura, mais tarde para a de Economia (1904), então designada «Economia, Direito Administrativo, Legislação e Contabilidade, e que passaria a Economia e Administração Rurais. Princípios de Direito Administrativo. Legislação Agrária. Organização Comercial da Agricultura», em 1911/1912. Depois de ter sido demitido de lente do Instituto, em 1913, voltaria a ser integrado no seu lugar por decreto de 20 de Dezembro de 1917, data a partir da qual imprimiria novo fôlego à disciplina. Para além de escritor prolixo, destaque-se ainda o facto de ter sido ministro das Obras Públicas em 1908 e, entre a sua extensa actividade internacional, delegado de Portugal na comissão permanente do Instituto Internacional de Agricultura de Roma. É provável que esta e outras missões internacionais tenham desempenhado um papel significativo nas orientações teóricas e nos métodos por si adoptados no ISA. Filipe Figueiredo apresenta um inventário alargado da sua volumosa bibliografia [*O Antigo Instituto Agrícola e a sua Obra (1852 a 1911)*], Lisboa, ISA, 1917].

¹⁵⁰ [D. Luís de Castro], *Apontamentos para a lição d'Abertura do curso d'Economia Rural (Ano lectivo de 1919-1920)*, Famalicão, Typ. «Minerva» de Cruz, Souza & Barbosa, Lda, 1920, p. 5 (publicado originalmente em *Agros*, n.º 10, 11 e 12, 1919).

administrativa e contabilística¹⁵¹. Enquanto tal, dizia, a economia propunha-se abolir as barreiras entre economia política *pura* e economia social: a primeira tradicionalmente dedicada «às relações espontâneas que se formam entre quaisquer corpos»; a segunda às «relações voluntárias que os homens criam entre eles – sob a forma de associações, de legislação ou de quaisquer instituições – em vista de melhorar a sua condição» (também designada por «política social»). De resto, prosseguia ainda (citando terceiros), a riqueza não era em si mesma um «facto primitivo» mas produto da actividade humana; esta, por seu turno, «enquanto aplicada à aquisição dos bens», uma actividade essencialmente social:

Sem dúvida, o carácter social da actividade humana não foi sempre tão marcado como na sociedade moderna; houve organizações económicas mais simples do que a nossa, em que as actividades económicas individuais dependiam menos umas das outras; talvez mesmo tenha havido uma pré-história económica em que toda a actividade humana estava reduzida à procura individual de subsistência. *Mas não há vida económica um pouco elevada* sem relações organizadas entre as actividades individuais e por consequência sem interdependência. Na vida económica moderna, não há lugar para a actividade puramente individual; por consequência, o que a economia política estuda é um aspecto das relações sociais formadas em vista da aquisição dos bens¹⁵².

À Economia Rural, assim, enquanto ramo da economia política (enquanto «Economia política rural», dizia), cabia não só o estudo da *economia agrícola*, «parte das ciências agrícolas consagrada ao estudo das leis da produção e ao exame

¹⁵¹ Para efeitos de comparação considere-se o programa da décima primeira cadeira do Instituto de Agronomia e Veterinária (Economia, direito administrativo, legislação e compatibilidade rurais e florestais) regida pelo antecessor de Luís de Castro (Francisco António Alvares Pereira) onde a este respeito não pontuava senão uma breve alínea consagrada aos «Costumes e aptidões das classes rurais», no quadro das «Considerações económico-agrícolas que determinam as diferentes regiões agrícolas de Portugal» (ponto 11 da Segunda Parte da cadeira dedicada à designada «Administração Rural»). De resto, no referido programa, não existe qualquer referência à população, enquanto tal. Registe-se ainda a natureza essencialmente administrativa dos «Exercícios práticos» previstos no mesmo programa (cf. B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro, *L'enseignement supérieur de l'agriculture...*, *op. cit.*, pp. 233-239).

¹⁵² D. Luís de Castro], *Apontamentos para a lição d'Abertura do curso d'Economia Rural*, *op. cit.*, pp. 7-8 (a passagem citada constituía uma citação de Henri Truchy, *Cours d'Économie Politique*).

das condições que asseguram a prosperidade das empresas de exploração do solo»; mas também da *política agrária*, que se ocupava do «conjunto dos problemas rurais sob o ponto de vista dos interesses sociais da nacionalidade»¹⁵³. Tratava-se, pois, de «aportuguesar» nestes novos moldes um curso de economia rural¹⁵⁴.

Tanto mais, diria num outro texto, pela natureza dos próprios estudos professados no ISA¹⁵⁵. Àquelas breves determinações epistemológicas, Luís de Castro acrescentava outras, de natureza mais prosaica: estavam em causa não só os interesses da lavoura mas os próprios desígnios da nação. Se a «velha interpretação» da disciplina satisfazia os requisitos de um ensino secundário agrícola, nomeadamente a formação de regentes agrícolas ou de agricultores diplomados, revelava-se «escassa» e «incompleta» para a «orientação do espírito de engenheiros agrónomos». «Economia agrícola, sim. Mas alguma coisa mais também», diria então. Ao estudo de tudo quanto dizia respeito à administração, «sob o ponto de vista de *técnica de gerência*, ao equilíbrio duma exploração rural, duma quinta, duma fazenda, duma herdade, duma granja», havia que apor ainda o estudo da política agrária, «política da propriedade, das relações entre o trabalho e o capital, do salariado, das melhores formas de explorar a terra, da população, etc.». Afirmava, enfim, «os destinados a dirigentes, a orientadores, de empresas é certo, *mas também duma sociedade*, e para isso cursam escolas superiores, além de estudarem os problemas da Economia Agrícola têm (...) de acompanhar “o seguimento forçado da evolução que submete cada dia mais os agricultores às consequências da conjuntura social”»¹⁵⁶.

Surgia então no programa da cadeira, em lugar de pleno destaque, e após algumas «noções gerais indispensáveis» e antes ainda da resposta às interrogações basilares da Economia (produção, repartição e consumo nos seus diversos aspectos), a *População*: «motor essencial que põe em movimento a máquina económica e que

¹⁵³ Id., *ibidem*, pp. 8-9.

¹⁵⁴ Id., *ibidem*, pp. 10-11. Sobre a nova orientação teórica imposta à cadeira confira-se a opinião de Felipe de Figueiredo: «Baseando-se nos princípios fundamentais da Economia Política, ela vem trazer à Agronomia o ponto de vista sociológico, o conhecimento do meio social em que a indústria tem de funcionar e a cujas necessidades tem de satisfazer» (Felipe de Figueiredo, «D. Luís de Castro», *op. cit.*, p. 197).

¹⁵⁵ D. Luís de Castro, «A cadeira de Economia Rural, Legislação e Estatística», *Agros*, número especial dedicado ao ensino da agronomia e da silvicultura, s/ d. [1927], pp. 311-312.

¹⁵⁶ Id., *ibidem*, 311-312. O autor citava o original francês de Charles Antoine, *Curso de Economia Social*, *op. cit.*

tanto interesse desperta entre nós pelas suas modalidades, seus aspectos tão variados, suas qualidades e defeitos e por esse fenómeno dominante, entre nós, da *emigração*»¹⁵⁷.

ECONOMIA POLÍTICA, ECONOMIA SOCIAL E SOCIOLOGIA

À distância de quase um século, a reorientação impressa por Luís de Castro à cadeira de Economia Rural e a preocupação emergente com as questões relacionadas com a população parecem então acompanhar uma tendência mais geral para à inclusão de temáticas sociais nos currículos universitários, em particular dos cursos de Direito. Na Faculdade de Direito de Coimbra, ao 2.º Grupo de disciplinas (Ciências Económicas, de que constava Economia Política, presente no figurino académico desde 1836¹⁵⁸, por se reputá-la indispensável ao «governo das nações»¹⁵⁹)

¹⁵⁷ D. Luís de Castro, *Apontamentos para a lição d'Abertura do curso d'Economia Rural...*, pp. 10-11. Vd. ainda D. Luís de Castro, *Prelecção inaugural da cadeira de Economia Rural no ano lectivo de 1921-1922*, Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922: «Percorra-se o índice de qualquer tratado recente de Economia Política e logo se notará, não só como a agricultura tem agora interêsse directo em conhecer os assuntos de quási todos os seus capítulos, como para êles dá ou possui elementos de estudo de vital interêsse. Pegue-se no mais recente que tenho. A data é a dêste ano de 1921. Logo de entrada, nas noções gerais, a classificação das terras e dos capitais, entre os quais para nós avultam os agrícolas; a fixação da idea de propriedade, tão obliterada nos tempos que decorrem, a discussão das várias doutrinas que a tal respeito têm curso, o exame da *população* que nos interessa sumamente, assim como a análise da demografia agrícola que se impõe a qualquer que deseje conhecer econòmicamente um país ou o mundo. Da actividade econòmica dêste ser colectivo que é a população, depende a agricultura, assim como a inversa é igualmente verdade» (id., *ibidem*, p. 14).

¹⁵⁸ A data coincide com a criação da Faculdade de Direito, por fusão das Faculdades de Leis e de Cânones, determinada pelo Decreto Ditatorial de 5 de Dezembro de 1836 [Fernando Araújo, *O Ensino da Economia Política nas Faculdades de Direito (e algumas Reflexões sobre Pedagogia Universitária)*, Lisboa, Almedina, 2000, p. 19-20]. De acordo com o mesmo autor, as primeiras propostas dirigidas à instituição do ensino universitário da Economia Política remontavam às Cortes de 1821. O facto não invalida evidentemente que o estudo da Economia tivesse já certa tradição no meio cultural português e que as ideias do liberalismo económico pontuassem com fulgor no ambiente intelectual da época e no próprio meio universitário (id., *ibidem*, pp. 15-18). A fundação em Lisboa da Escola Politécnica, em 1837, é também ela acompanhada da criação de uma disciplina de Economia Política; na mesma altura institui-se nos recém-fundados Liceus uma rubrica dedicada a «Princípios de Economia Política, de Administração Pública e de Comércio» (id., *ibidem*, p. 21). Em Coimbra, na docência da cadeira, começará por pontificar Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, que em 1851/52 sucederá na cátedra a José Alexandre de Campos – e que manterá até 1869/70 (id., *ibidem*, p. 24). Durante o período em que Manuel Nunes Giraldes assegurará a titularidade da cadeira (1870/71-1898-99), entretanto designada «Economia Política e Estadística», suceder-se-ão na sua regência nomes como João de Pina Madeira Abranches (a partir de 1881/82), Emídio Garcia (1893/94), José Frederico Laranjo (1895/96), Afonso Costa (1896/97 e 1897/98) e Francisco Fernandes e Abel de Andrade (1898/1899). À titularidade de Giraldes suceder-se-á a de João Marcelino Arroyo (de 1899/1900 a 1901/02). A regência de disciplina de «Economia Política e Estatística» começará então por ser assegurada por Afonso Costa e depois, em 1900/01, por José Ferreira

acrescentar-se-ia entretanto, nas primeiras décadas do século XX, o curso de Economia Social, «em atenção à importância que hoje revestem as questões operárias»¹⁶⁰. Na Faculdade de Direito de Lisboa, por seu turno, a mesma Economia Social passaria a constar formalmente da carreira académica a partir de 1912, como complemento da Economia Política¹⁶¹. Em parte, semelhante desenvolvimento traduziria o compromisso republicano para com a designada questão social. Na realidade, o tratamento do tema contava já com consideráveis antecedentes – dentro e fora da academia.

De modo excessivamente resumido poder-se-ia dizer que à apologia do operariado e à sua defesa militante por parte de alguns sectores intelectuais¹⁶² e à consideração do tema por outros sectores conservadores (na esfera da Igreja¹⁶³) acresceriam da parte do Estado, a partir da década de 1880, práticas de fiscalização industrial e medidas de assistência que lhe eram dirigidas e que culminariam ainda antes do final da monarquia em alguns inquéritos directamente apontados à condição

Marnoco e Sousa. Com a Reforma dos Estudos de 1901 (Decreto n.º 4, de 24 de Dezembro) a disciplina passa a ser designada «Ciência Económica e Direito Económico»; com a aplicação da referida Reforma ao 2.º ano do curso de licenciatura, em 1902/03, Marnoco e Sousa ascende à titularidade da cadeira. A partir de 1915/1916 a regência de Economia Política passaria a ser assegurada por António de Oliveira Salazar (cf. id., *ibidem*, pp. 27-42 e 98). Em Lisboa, com a entrada em funcionamento da nova Faculdade de Estudos Sociais e de Direito, a regência da cadeira de Economia Política será assegurada por Vieira da Rocha (funções que manterá com algumas intermitências até ao ano lectivo de 1934/35) (id., *ibidem*, p. 47).

¹⁵⁹ Era Forjaz de Sampaio que o afirmava, em 1845, a propósito das razões que haviam levado à inclusão da cadeira no currículo da Faculdade de Direito de Coimbra: «Este estudo apropriadíssimo para todos os cidadãos que desejam exercer o comum na cultura do entendimento, é essencialmente necessário para os que se propuserem ao governo das nações, não só das mais altas e gerais funções políticas, mas nas menores e particulares dos distritos e municípios. Importa igualmente aos JC/TOS, que por que dentre eles costumam escolher-se os funcionários administrativos, quer pela pequena relação dos preceitos jurídicos com os económicos» (Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, *Elementos de Economia Política e Estadística*, 3.ª edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, s/ data, p. iii).

¹⁶⁰ Manuel Rodrigues (org.), *A Universidade de Coimbra no Século XX, Actas da Faculdade de Direito. I (1911-1919)*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 293-294 (citado por Fernando Araújo, *O Ensino da Economia Política...*, op. cit., p. 41).

¹⁶¹ Com o arranque do primeiro ano lectivo da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito seria Fernando Emídio da Silva a assegurar as cadeiras de Economia Social e Estatística (id., *ibidem*, p. 47).

¹⁶² Saliente-se o precoce trabalho de Francisco Maria de Sousa Brandão (1818-1892), engenheiro, militar, deputado e membro do Directório do partido Republicano (*A Economia Social. I – O Trabalho*, Lisboa, Tipografia do Progresso, 1857). Destaquem-se também os trabalhos pioneiros de Costa Goodolfim (1842-1912) sobre o movimento mutualista em Portugal (vd., entre outros, *A Previdência: Associações de Socorro Mútuo, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, Caixas Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889). De uma perspectiva mais distanciada, vale a pena referir também os conhecidos trabalhos de Bento Carqueja (*O Futuro de Portugal. Questões Económico-Sociais*, Lisboa, José Bastos, 1900) e de Basílio Teles (*A carestia de vida nos campos: cartas a um lavrador*, Porto, Chardron, 1903).

¹⁶³ Vd., entre outros, Charles Antoine, *Curso de Economia Social*, Viseu, Imprensa da Revista Católica, 1904-1905.

operária, de iniciativa parlamentar¹⁶⁴. De forma mais pontual, o inquérito à economia rural da 7.^a região agrícola, de 1887, serviria de ensejo à apresentação de um breve mas minucioso confronto entre a situação daqueles que «possuíam alguma coisa» com os que se encontravam «completamente privados de benefícios da posse da terra», de forma a comprovarem-se os benefícios moralizadores do acesso à propriedade – de que resultaria aliás relato particularmente impressionante (e relativamente singular para a época) da situação económico-social do jornaleiro dos distritos de Santarém e de Lisboa¹⁶⁵. Ainda em meio agronómico embora à margem do movimento, refira-se o enciclopédico *Le Portugal au point de vue agricole*, organizado por B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro no âmbito da representação portuguesa à Exposição Universal de Paris de 1900, e destaque-se o capítulo I da terceira parte, assinado pelo deputado Anselmo de Andrade e dedicado à população e à propriedade agrícolas, com algumas anotações sobre o modo de vida rural mas de natureza essencialmente historiográfica (e marginalmente estatístico) – e de onde sobressaía afinal uma representação caracteristicamente tradicionalista do povo rural, enfaticamente confirmada aliás pelas fotografias apenas (vd. Anexo Fotográfico I, figuras 1-6)¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Cf. Nuno Luís Madureira, *As Ideias e os Números. Ciência, Administração e Estatística em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 62-69. A este respeito vd. mais adiante o capítulo 6.

¹⁶⁵ «Quase sem telha nem beira, desapossados do solo, o seu viver, como simples auxiliares de quem lhes paga o trabalho, influi perniciosamente na sua índole. Puro mercenário, desinteressado de tudo, resignado à sua sorte, mas não convencido da justiça dela, embora muitas vezes paciente, esforçado, submisso, e não raro dotado de decisão e inteligência, ainda assim o trabalho que executa é geralmente mau. A sua alimentação, toda dependente das intermitências a que estão sujeitos os serviços agrícolas, ora é abundante e succulenta, ora deficiente pela pouquidão e ruindade das substâncias ingeridas. Neste último caso, o exercício do trabalho, em vez de ser ginástica salutar, degenera em extenuante cansaço. Muitas vezes, para rebater as demasias da falta de conveniente alimento, iludindo nervos e estômago, recorre ao uso, ou antes abuso de dois venenos, o tabaco e a aguardente. O emprego desta vicia-lhe a índole, corrompendo-lhe ao mesmo tempo o organismo, habituando-o a dissipações de diferentes ordens. O hábito de fumo domina-o pelo vício, e serve-lhe para de momento para momento interromper o trabalho, *fazer uma aguada*, no calão deles. O maltês, de tez tisonada, fisionomia descaída, olhar cavo e pouco amigo, numa espécie de vagabundagem, acode onde presume, encontrar maior ganância. O farto salário, que em algumas épocas do ano alcança 500 e 600 réis, e mais, gasta-o quase sempre imprevidentemente, vingando-se dos dias de penúria pelo excesso da refeição sólida e líquida em certos dias a semana. De resto, as incertezas, a dependência em que o coloca a má sorte que lhe coube, prestam-lhe ao semblante umas sombras tristes, que contrastam com a fisionomia aberta do trabalhador rural, que obtém toda ou quase toda a subsistência da família das courelas que agricultura directamente como proprietário, parceiro ou usufrutuário a longo prazo» (Paulo de Morais, *Inquérito Agrícola – Estudo geral da economia rural da 7.^a região agronómica*, citado por Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para a história da questão agrária em Portugal – Séc. XIX e XX*, Editorial Inova, Porto, 1974, pp. 306-307).

¹⁶⁶ B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro, *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.

Em domínio mais estritamente académico, por seu turno, em Direito, nas últimas décadas do século XIX, a questão social constitui-se objecto de tratamento historiográfico e, fundamentalmente, jurídico. Facto que corresponde também a opções teóricas que vigoram então de forma alargada no direito universitário (o designado «sociologismo jurídico», de orientação positivista¹⁶⁷), mas sobretudo a uma concepção renovada do triângulo conceptual indivíduo-Estado-sociedade e, na sua esteira, da própria Ciência do Direito – que se faz crítica das intemperanças individualistas do liberalismo económico-político então prevalecente e propugna um intervencionismo estatal acrescido¹⁶⁸. Nesse âmbito específico, e ainda antes do advento da República, refiram-se os trabalhos dedicados à constituição e evolução do movimento operário em Portugal, de Luiz Gonçalves¹⁶⁹ e de José Lobo de Ávila Lima¹⁷⁰, ambos estudantes de Direito, e destaquem-se *O operariado português na Questão Social*, publicado em 1905 (como aqueles) por Fernando Emídio da Silva (também estudante de Direito e futuro responsável da disciplina de Economia Social na Faculdade de Direito de Lisboa)¹⁷¹; e *Estudos de Economia Nacional II, Legislação Operária Portuguesa*, de 1906, dissertação de licenciatura em Direito de

¹⁶⁷ Cf. António Manuel Hespanha, «L’histoire juridique et les aspects politico-juridiques du droit (Portugal 1900-1950)», *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico*, 10, 1981, pp. 423-454. Diz o autor: «Pour le sociologisme dominant, la compréhension et l’étude du droit sont inséparables de la compréhension et de l’étude de la société environnante» (p. 426). A este respeito vd. ainda Manuel Braga da Cruz, *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*, *op. cit.*; e os estudos seminais de Fernando Catroga, «Os Inícios do Positivismo em Portugal...», *op. cit.*; e «O Sociologismo Jurídico em Portugal e as Suas Incidências Curriculares, 1837-1911», em *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas. Actas do Congresso «História da Universidade»*, Coimbra, s/ ed., 1991, I, 399-414. Para uma boa síntese do caldo intelectual positivista que vigora na Faculdade de Direito de Coimbra em finais de oitocentos e que aqui esboçamos de forma necessariamente redutora vd. Maria de Fátima Brandão, «Introdução», em José Ferreira Marnoco e Sousa, *Ciência Económica. Prelecções feitas ao curso do segundo ano jurídico do ano de 1909-1910*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997, pp. IX-XXXVI.

¹⁶⁸ A este respeito vd. a luminosa comunicação de Fátima Moura Ferreira, «Do individualismo ao(s) sociologismo(s) na formação jurídica: as relações entre o processo de cientificação dos saberes e a teorização sobre o social», VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004. Não obstante, e sem colidir com o que acima afirmámos, vale pena referir que a autora sublinha como aquela ideologia cientista e sociologista, que nos seus aspectos formais redundou num reequacionamento das relações entre a sociedade e Estado, se terá prestado a ilações sócio-políticas diversas, tanto para legitimar formas políticas e estaduais então vigentes, como para abrir espaço a opções políticas alternativas, afastadas das orientações do regime Constitucional-Monárquico e do liberalismo mais ortodoxo.

¹⁶⁹ Luís Gonçalves, *A evolução do movimento operário em Portugal*, Lisboa, Adolpho de Mendonça, 1905.

¹⁷⁰ José Lobo de Ávila Lima, *Movimento operário em Portugal*, Lisboa, Ferreira & Oliveira, 1905.

¹⁷¹ Fernando Emídio da Silva, *O operariado português na Questão Social*, Lisboa, Typ. Universal, 1905.

Ruy Enes Ulrich, onde se procedia à codificação da legislação dispersa nesse domínio¹⁷².

De resto, em Coimbra, na viragem do século, a disciplina de Economia Social conta já com os seus cultores. São precisamente dessa altura o *Curso de Economia Social na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1898-1899*¹⁷³, e as *Lições de Economia Social Feitas na Universidade de Coimbra ao Curso do Segundo Ano Jurídico de 1900 a 1901*¹⁷⁴, proferidos pelos então regentes da cadeira de Economia Política (Abel de Andrade e Marnoco e Sousa, respectivamente), no âmbito desta (e de onde emanarão também os supracitados trabalhos), no quadro de uma redefinição alargada do seu teor. Efectivamente, a reforma curricular de 1901, que elevará aquele sociologismo jurídico a paradigma dominante¹⁷⁵, consagrará, a par de uma nova filosofia do direito (que um comentador bem posicionado caracterizará três décadas mais tarde de «naturalismo cientista»¹⁷⁶), uma orientação pedagógica renovada que vinha já favorecendo a sistematização das matérias, a exposição de princípios gerais, a formulação de generalizações e a aproximação à realidade; isto em detrimento da exegese, do comentário, da dedução e da lógica abstracta – com tradução, portanto, ao nível dos métodos e dos conteúdos professados¹⁷⁷. De forma mais alargada são as designadas ciências sociais que conquistam espaço e dignidade face às ciências jurídicas e, entre aquelas, a economia política que, com o tempo, se virá a impor à própria sociologia, entretanto reconhecida no currículo académico da Faculdade (nas cadeiras de Sociologia Geral

¹⁷² Ruy Enes Ulrich, *Estudos de Economia Nacional II, Legislação Operária Portugeza*, Coimbra, França Amado, 1906.

¹⁷³ Abel de Andrade, *Curso de Economia Social na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1898-1899*, Coimbra, Minerva, 1899.

¹⁷⁴ José Ferreira Marnoco e Sousa, *Lições de Economia Social Feitas na Universidade de Coimbra ao Curso do Segundo Ano Jurídico de 1900 a 1901*, Coimbra, França Amado, 1901.

¹⁷⁵ Cf. Fernando Catroga, «O Sociologismo Jurídico em Portugal...», *op. cit.*, pp. 410-413. Ainda a este respeito, vale a pena registar o comentário de Mário Júlio de Almeida Costa [«O Ensino do Direito em Portugal no Século XX (Notas sobre as Reformas de 1901 e de 1911)», *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 39, 1963, p. 35] segundo o qual a referida Reforma teria chamado «à ribalta o axioma do carácter eminentemente social dos fenómenos jurídicos» (citado em Fernando Araújo, *O Ensino da Economia da Economia Política...*, *op. cit.*, p. 33).

¹⁷⁶ Cabral de Moncada, «Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XIV, 1937-38, pp. 105-146, 259-342; vol. XV, 1938-39, pp. 25-117 (p. 133, citado em Maria de Fátima Brandão, «Introdução», *op. cit.*, p. XXII).

¹⁷⁷ Cf. Maria de Fátima Brandão, «Introdução», *op. cit.*, p. XV. Vd. também Paulo Mêrea, «Esboço de uma História da Faculdade de Direito», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, 1953, pp. 23-197.

e Filosofia do Direito e de Sociologia Criminal e Direito Penal) e nela professada naquele formato naturalista (de inspiração comteana e spenceriana), enquanto fundamento da economia política¹⁷⁸.

No que se refere a esta em particular, que passará a designar-se Ciência Económica e Direito Económico, será pela mão de Marnoco e Sousa que semelhante orientação doutrinária e pedagógica virá a encontrar mais fiel tradução¹⁷⁹ – ele próprio avultaria como destacado proponente daquele sociologismo, não só nesta como noutras cadeiras que viria a reger¹⁸⁰. Unanimemente reconhecido pela inovadora sistematização a que submeterá o estudo das doutrinas económicas e da ciência económica em geral, distinguir-se-á ainda pelo ecletismo da sua abordagem onde, não obstante, pontuará a insistência na necessidade de intervenção estatal no sentido de regulamentar a vida económica, em função do interesse comum e em particular ao nível da questão social¹⁸¹. Acabará aliás por abandonar expressamente a sistematização clássica que vinha adoptando nas suas lições, de Jean Baptiste Say (produção, circulação, repartição), justamente por nela não haver lugar para o «Estado» ou para a «População»¹⁸². Aquele primeiro termo passará então a constar

¹⁷⁸ O argumento é de Manuel Braga da Cruz, segundo o qual: «A sociologia, utilizada para suprimir o fundamento jusnaturalista da filosofia do direito, é assim suprimida com ela, cedendo à economia política o importante lugar que tivera nos estudos jurídicos. A sociologia foi assim, neste primeiro período [positivista] mera ciência de passagem na metodologia da pedagogia jurídica. Serviu para banir a metafísica e, como ela a filosofia, e para introduzir a economia política e social» (*Para a História da Sociologia Académica em Portugal, op. cit.*, p. 30).

¹⁷⁹ De acordo com Maria de Fátima Brandão, Marnoco e Sousa perfilar-se-ia na continuidade de outros professores que o haviam precedido na regência de Economia Política: «Na verdade, José Frederico Laranjo, Afonso Costa, e Abel de Andrade vão passando entre si o testemunho de um magistério económico, onde cada um vai deixando traços que acabam por se unificar em Marnoco e Sousa, a partir do ano lectivo 1900-1901. Em José Frederico Laranjo encontra-se já a “combinação do processo didáctico extensivo com o intensivo ou monográfico... por ele aplicada ao ensino da ciência económica”, a especial atenção prestada “às questões portuguesas”, as simpatias pelas “escolas intermédias”, pois é nele visível a influência das ideias de List, da escola histórica, e sobretudo do socialismo catedrático»; a referência constante às “soluções individualista e socialista, tentando-se ao mesmo tempo apurar o que há de verdade em cada uma delas»; «a história das doutrinas individualista e socialista». Em Afonso Costa observa-se «um grande interesse pelo movimento socialista ... [e pela] forma sociológica desta escola». Finalmente, em Abel de Andrade «manifesta-se sobretudo a corrente da economia política nacional» («Introdução», *op. cit.*, p. XXI).

¹⁸⁰ Num ou noutro momento, Marnoco e Sousa regeria ainda as seguintes cadeiras: Ciência Política, Direito Público, Direito Constitucional, Administração Colonial e Direito Eclesiástico.

¹⁸¹ Cf. Maria de Fátima Brandão, «Introdução», *op. cit.*; e Alcino Pedrosa, «A Faculdade de Direito de Coimbra e o ensino da economia política em Portugal (1836-1933)», em José Luís Cardoso e António Almodovar (orgs.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992, pp. 427-438.

¹⁸² «(Eis aqui) a verdadeira razão porque se deve abandonar a divisão clássica da economia política. Nesta divisão não há lugar lógico para a teoria do valor, visto o valor dominar todos os processos da vida económica. Os economistas clássicos resolveram esta dificuldade, tratando do valor na circulação, mas

do plano da cadeira sob o tópicio «Condições da Vida Económica» (juntamente com «Propriedade Privada» e «Concorrência»), ao passo que a segunda (a «População», juntamente com o «Território») surgirá agora debaixo de «Bases da Vida Económica» (de acordo com a sistematização do economista americano Edwin Seligman¹⁸³).

Diga-se que semelhante arrumação traduzia já de si o culminar de uma transformação gradual das suas lições onde, ainda sob o esquema clássico, começara por comparecer um capítulo preliminar dedicado ao estudo estatístico-demográfico da População¹⁸⁴ e, já mais tarde, em lições consagradas ao *Capitalismo Moderno*, uma alínea consagrada ao papel do Estado, enquanto sua condição¹⁸⁵. Delas

não é menos verdade que todas as outras partes da economia política obedecem a esta lei. § O mesmo acontece com o problema da população, que uns tratam na produção, outros na repartição e outros, no consumo. Mas, em qualquer dessas partes, o problema da população está sempre deslocado, desde que o momento em que todos os fenómenos económicos supõem uma população que pela sua actividade lhes dá origem. § A intervenção do Estado também não pode ocupar um lugar apropriado em qualquer destas partes, pois o Estado intervém na produção regulando a produção, na circulação adoptando uma política aduaneira proteccionista, na repartição legislando sobre os salários e a taxa de juro, e no consumo estabelecendo leis sumptuárias» (José Ferreira Marnoco e Sousa, *Tratado de Economia Política*, vol. I, Coimbra, França Amado, 1917, pp. 112-113).

¹⁸³ Cf. José Ferreira Marnoco e Sousa, *Ciência Económica...*, *op. cit.*, [1910]. Era este o plano das lições: Introdução / Cap. I – Conceito da ciência económica / Cap. II – Escorço histórico das doutrinas económicas / Cap. III – Método da ciência económica / Parte I – Bases da vida Económica / Cap. I – Território / Cap. II – População / Parte II – Condições da vida económica / Cap. I – Propriedade privada / Cap. II – Concorrência / Cap. III – Estado / Parte III – Processos da vida económica / Cap. I – Lei do valor / Cap. II – Indústria / Cap. III – Troca.

¹⁸⁴ Cf. José Ferreira Marnoco e Sousa, *Sciencia Económica. Prelecções Feitas ao Curso do Segundo Anno Juridico do Anno de 1901-1902*, Coimbra, França Amado, 1901. Era este o plano das lições: Preenchimentos / Cap. I – Conceito de ciência económica / Cap. II – Constituição histórica da ciência económica / Cap. III – Carácter científico da ciência económica / Cap. IV – Do método da ciência económica / Cap. V – Divisão sistemática da ciência económica / Parte I – População / Cap. I – O desenvolvimento da população / Cap. II – A emigração / Cap. III – Colonização / Parte II – Produção / Cap. I – Conceito económico da produção / Cap. II – A natureza como agente de produção / Cap. III – O trabalho como agente de produção / Cap. IV – Capital / Cap. V – Teoria económica da indústria em geral / Cap. VI – Teoria económica de cada uma das indústrias em especial / Cap. VII – Tipos históricos de organização industrial / Parte III – Circulação / Cap. I – Conceito económico da circulação / Cap. II – Teoria do valor / Cap. III – Teoria da moeda / Cap. IV – Teoria geral do crédito / Cap. V – Teoria económica dos bancos em especial / Cap. VI – Teoria do comércio internacional / Cap. VII – Teoria dos câmbios (cf. Fernando Araújo, *O Ensino da Economia Política...*, *op. cit.*, pp. 31-32, n. 70).

¹⁸⁵ Cf. José Ferreira Marnoco e Sousa, *O Capitalismo Moderno. Lições Feitas ao Curso do 2.º Ano Juridico de 1907-1908*, Coimbra, França Amado, 1907. Era este o plano das lições: Parte I – Natureza do capitalismo moderno / Livro I – Conceito do capitalismo / Cap. I – Do capital em geral / Cap. II – Estrutura do capitalismo / Cap. III – Concentração capitalista / Livro II – Condições económicas do capitalismo / Cap. I – Propriedade privada / Cap. II – Liberdade económica / Cap. III – O Estado / Livro III – A lei do valor no capitalismo / Cap. I – Ideias gerais / Cap. II – Valor subjectivo / Cap. III – Valor corrente / Cap. IV – Valor normal / Parte II – Análise das relações capitalistas / Livro I – Indústria / Cap. I – Grande indústria / Cap. II – Divisão do trabalho / Cap. III – Máquinas / Cap. IV – Sindicatos industriais / Livro II – Troca / Cap. I – Moeda / Cap. II – Crédito / Livro III – Réditos / Cap. I – Renda (cf. Fernando Araújo, *O Ensino da Economia Política...*, *op. cit.*, pp. 35, n. 81).

assomaria ainda o fenómeno da «Emigração», aí tratado com uma desenvoltura e profundidade assinaláveis, e a própria questão social, em lições dedicadas às doutrinas e às metodologias da ciência social leplaysiana¹⁸⁶; e delas viria finalmente a desprender-se, como dissemos, já na década de 1910, o problema do enquadramento legal da classe operária, enquanto tal¹⁸⁷.

Seria esta também a orientação imposta por despacho do Governo à nova cadeira de Economia Social na Faculdade de Direito de Lisboa¹⁸⁸. Apesar da presença de algumas nótulas teóricas e históricas relativas à disciplina propriamente dita e ao movimento operário, e da breve alusão a índices salariais e de desemprego, as *Lições de Economia Social* então aprovadas denotam um conteúdo predominantemente jurídico¹⁸⁹. O que não significa que se considere o problema das classes trabalhadoras como um fenómeno de natureza estritamente legal. Pelo contrário. À sua inferioridade jurídica (mas também moral e intelectual) considera-se subjacente uma inferioridade económica e social, que de certa forma a explica: no currículo aprovado, à descrição da sua «condição» apõem-se «melhoramentos» práticos a introduzir que contemplam, para além da situação laboral em si mesma, domínios como o consumo, a alimentação, a habitação, a saúde ou a infância (entre outros), conducentes à sua «transformação». Num e noutro caso, porém, no reconhecimento dos problemas do operariado e nos remédios aventados, as formulações propostas assumem uma forma essencialmente normativa: anotam-se as condições e os defeitos dos métodos de «reparação legal existentes»; e sublinha-se a necessidade de protecções legais acrescidas e de enquadramento jurídico das iniciativas autónomas de particulares (patrões ou operários)¹⁹⁰.

¹⁸⁶ José Ferreira Marnoco e Sousa, *Sciencia Social. Lições sobre o Methodo e Doutrinas desta Escola feitas na Universidade de Coimbra ao Curso de Sciencia Económica e Direito Económico de 1907-1908*, Coimbra, França Amado, 1908.

¹⁸⁷ Para um resumo dos primórdios da legislação laboral e do direito do trabalho em Portugal vd. Mário Pinto, *Direito do Trabalho*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1996. Em 1934/1935, com o advento do Estado Novo (e nos termos do Decreto-Lei n.º 23382, de 20 de Dezembro de 1933), a cadeira de Economia Social seria substituída pela de Direito Corporativo. (cf. Fernando Araújo, *O Ensino da Economia Política...*, *op. cit.*, p. 74).

¹⁸⁸ Faculdade de Direito, *Programa do Curso de Economia Social*, s/ l., Imprensa da Universidade, 1912. Aprovado por despacho de 7 de Maio de 1912 (*Diário do Governo* n.º 109, de 10 de Maio de 1912).

¹⁸⁹ Fernando Emídio da Silva, *Lições de Economia Social Feitas ao Curso do 3.º Ano de 1916 pelo Ex.mo Sr. Dr. Fernando Emídio da Silva* (José de Azeredo Perdigão, ed.), Lisboa, Tip. do Inst. Prof. dos Pup. Do Exérc., 1916.

¹⁹⁰ Cf. *id.*, *ibidem*. Sobre este assunto vd. também Nuno Luís Madureira, *As Ideias e os Números...*, *op. cit.*.

Em Agronomia, por seu turno, a reorientação da cadeira de Economia Rural e a correlativa inclusão de temáticas «sociais» corresponderá a condicionantes específicas em que a «questão social» propriamente dita não será senão um entre outros elementos da «conjuntura» que atingem *directamente* os agricultores e a produção agrícola em geral – que, sublinhe-se (e por agora), permanecerá o eixo imediato das preocupações¹⁹¹. Aí, e à margem da descrição dos diversos momentos do circuito económico, é também a representação estatística da população que primeiro sobressai, como elemento variável da economia rural, e depois os fenómenos que a afectam, enquanto factor de produção. Entre eles avultará igualmente a questão da emigração para o estrangeiro e para as cidades, expressivamente inventariado da perspectiva da agricultura local como o problema da «despopulação» (a este respeito bastará registar como nos anos anteriores à I Grande Guerra o êxodo rural atingirá números nunca antes vistos¹⁹²). Aí, não

¹⁹¹ Valerá a pena assinalar que na viragem do século a questão social era um tema principalmente urbano, associado aos operários industriais e aos ofícios urbanos em geral (Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, vol. VI de José Mattoso (org.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p. 240).

¹⁹² O problema da emigração vinha sendo alvo de preocupação pública pelo menos desde 1873, ano do *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873; as causas do êxodo então invocadas pelo secretário do Governo Civil do Porto, em resposta ao inquérito, eram as seguintes: «I – A ambição de adquirir riquezas fomentada e desenvolvida pelo exemplo dos que regressam com boas fortunas, e à qual não serve de obstáculo a ideia de que o maior número dos emigrantes por lá fica, vítimas da miséria e das doenças; § II As promessas falazes e reiterados convites dos aliciadores, cujo número dia a dia é maior; § III – O aumento do preço das subsistências; § IV – Os pequenos salários e ténues interesses que entre nós percebem da agricultura e da indústria os que a elas se dedicam sem capitais nem créditos; § V – A aversão ao serviço militar, que determina a saída de muitos menores de 14 anos sem a prestação da respectiva fiança (Joaquim Taibner de Moraes «Emigração do Distrito do Porto», em Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para a História da Questão Agrária...*, op. cit., p. 249). Na mesma década destaque-se a dissertação de Frederico Laranjo, *Theoria geral da emigração*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1877, trabalho pioneiro e recorrentemente citado. Da sua autoria, e sobre o mesmo assunto, vale a pena citar também «A População», *O Instituto*, 24, 1877, pp. 193-203, 241-252; 25, 1878, pp. 1-14; «Causas Económicas da Emigração», *O Instituto*, 25, 1878, pp. 99-110, 145-158, 193-206. Já na década de 1910 e ainda sobre o mesmo tema destaque-se, entre outros, a obra de Afonso Costa, *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911, e o trabalho de síntese teórica e estatística de Fernando Emídio da Silva, *Emigração Portuguesa*, Lisboa, Typografia Universal, 1917. A década em causa corresponde aliás, no seguimento das anteriores, a um período de intensa actividade editorial sobre o assunto. Sem pretensões de exaustividade registre-se ainda o trabalho de Filipe Lucci, professor efectivo do Liceu Central Pedro Nunes (*Emigração e Colonização*, Lisboa, Typ. do Anuario Comercial, 1914), acerca das causas do fenómeno e da sua relação com a colonização ultramarina. O problema da emigração sobressairá então em torno da designada questão agrária – a este respeito são bem conhecidos os trabalhos de Ezequiel de Campos (*A conservação da riqueza nacional: a grei, os mineraes, a terra, as matas, os rios*, Porto, 1913) e de Anselmo de Andrade (*Portugal económico*, Coimbra, 1918, 2.ª edição revista do texto originalmente publicado em 1902). No ISA, em 1913 (durante um primeiro período de regência da cadeira por D. Luís de Castro), Dinis de Castro e Sousa de Almeida Sarmento entregaria como relatório de licenciatura *A emigração e a crise agrícola*, Lisboa, ISA, 1913; nas respectivas conclusões, largamente inspiradas nos trabalhos de Frederico Laranjo e de Afonso Costa, o autor apontava: «I – A causa principal da emigração é de natureza económica. II – Portugal não produz ainda as subsistências necessárias para a sua população. III – A maioria dos emigrantes portugueses é constituída por individuos analphabetos e que se

obstante, é a própria figura colectiva do homem que virá a destacar-se como objecto de estudo e é a imagem sociográfica da *população* que progressivamente se impõe – e que mais claramente distinguirá a Economia Rural do ISA.

A «Importância do seu estudo dentro da Economia» seria então sobrelevada num pequeno mas interessante artigo publicado na revista dos estudantes do instituto (*Agros*), genericamente intitulado «População» e com aquele subtítulo, originalmente redigido como trabalho do 5.º ano de Agronomia por um dos alunos de Luís de Castro¹⁹³. A influência daquela na consumação dos fenómenos económicos era reputada de incontestável. O autor perguntava-se retoricamente: «Qual o factor principal da produção? § Qual o incansável organizador da circulação? § Qual o regulador da repartição? § Qual, enfim, o consumidor obrigado da maior parte das riquezas que a produção criou, que a circulação pôs ao seu dispor, que pela repartição lhe coube?». A todas estas questões uma única resposta: o Homem, «átomo do enorme, do incomparável, do complexo todo que é a população; desse ser colectivo com a sua vida própria, os seus movimentos, os seus períodos de vigor e de decadência»¹⁹⁴. Propulsor do aparelho económico, reagente da produção de riqueza – assim se justificava o estudo da população:

Quanto a mim, separar da Economia o estudo da população era o mesmo que estudar uma máquina sem ter em conta o estudo do motor que a acciona e sem o qual fica impossibilitada de se mover e portanto de produzir; era o mesmo que separar do estudo da interpretação das reacções químicas e dos produtos que delas resultam, o estudo dos corpos que a elas dão origem; era o mesmo que estudar na Química a água como resultado da combinação do oxigénio com o hidrogénio e prescindir-se do estudo de cada um desses elementos em si; era, finalmente, um contra-senso insustentável, como acertadamente têm pensado todos os modernos economistas que nos seus

occupam nos trabalhos agrícolas. IV – A manter-se a emigração com as percentagens de 1912, a população diminuirá. V – O meio principal de regularisar a emigração portugueza é o desenvolvimento da agricultura» (p. 67).

¹⁹³ Benjamim Benoliel, «População. Importância do seu estudo dentro da Economia», *Agros*, II Série – 3.º ano, n.º 6, Junho de 1927, pp. 128-133.

¹⁹⁴ Id., *ibidem*, pp. 128-129.

cursos e tratados de Economia Política, introduzem capítulos mais ou menos extensos tratando a população¹⁹⁵.

Era porém no âmbito da Economia Rural, dizia, que o significado do seu estudo mais claro se tornava. «Com efeito, se nalgum dos ramos em que o homem pode exercer a sua actividade, *melhor e mais profundamente precisa conhecer o meio em que vive e nesse meio principalmente a população que o habita*, esse ramo é a Agricultura»¹⁹⁶. Era nesse domínio que, de forma mais imediata, melhor transpareciam as suas atribuições no âmbito da *produção* mas também ao nível do *consumo*: «É na exploração da terra que mais directo se torna o contacto entre o indivíduo e aqueles que o rodeiam, não só porque será nos seus vizinhos que encontrará (...) a mão-de-obra tão vastamente exigida pela lavoura, mas também porque é nessa vizinhança que por ventura encontrará o consumidor dessa produção»¹⁹⁷.

Para o seu estudo anotava-se então a existência de duas modalidades distintas, o *estudo demográfico*, por recurso aos números das estatísticas populacionais, e aquilo a que chamava *estudo demológico*, recorrendo também a dados colhidos directamente por inquérito.

O PROBLEMA DA «DESPOPULAÇÃO»

E de facto, semelhante reorientação teria manifesta reciprocidade ao nível da investigação realizada no quadro institucional do ISA, em particular na evolução dos relatórios finais de curso aí entregues¹⁹⁸. Desde 1858 até meados da década de 1910,

¹⁹⁵ Id., *ibidem*, p. 129

¹⁹⁶ Id., *ibidem*, p. 130 (sublinhado nosso).

¹⁹⁷ Id., *ibidem*.

¹⁹⁸ Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, *op. cit.*, pp. 73-129. O artigo apresenta a totalidade dos títulos entregues entre 1858 e 1953. Nele o autor contabilizava mil cento e trinta e quatro candidatos às cartas de curso (e respectivos relatórios), perfazendo um total de mil cento e vinte e um indivíduos (em treze casos verificava-se a habilitação com os dois cursos oferecidos pelo ISA, agronomia e silvicultura). A contribuição feminina era de 51 diplomadas, o que representava menos de 5 % do total. Cronologicamente, o número total podia ser distribuído da seguinte forma: 117 diplomados de 1858 a 1918; e 1004 para o período subsequente, até 1953.

a ocorrência de alguns ensaios apenas marginalmente dedicados à população rural não será senão pontual¹⁹⁹. Um olhar mais atento permite aliás afirmar que poucos são, incluindo estes, aqueles que se lhe referem²⁰⁰. Avultam, entre outros, trabalhos sobre o estado geral da agricultura ou da pecuária em regiões diversas, sobre culturas específicas ou ainda sobre aspectos técnicos relacionados com a produção²⁰¹. A partir de então, aquela tornar-se-á presença constante dessa série, muito em particular num interessante ensaio de 1921, que lhe era especificamente dedicado e que simbolicamente consagrava o objecto, mas também, e de forma mais geral, em estudos regionais de índole agrícola que passariam entretanto a invocar de forma sistemática os dados estatísticos dos censos. Consideremos antes de mais o primeiro.

Os objectivos confessos e a estrutura adoptada por *Subsídios para o estudo da população agrícola* (era esse o nome do referido relatório final) acusavam abertamente as circunstâncias que o promoviam e as respectivas motivações.²⁰² A uma primeira parte dedicada ao estudo da «evolução da população agrícola no continente» (redigida também ela com base em dados dos censos) seguia-se uma outra destinada a reunir «as causas prováveis do abandono dos campos», a analisar «os remédios indicados para a fixação do operário agrícola à terra» e ainda «os meios de debelar a falta de braços na agricultura»²⁰³. Perante a falta de estatísticas adequadas para tratar essa questão em específico ensaiara-se estratégia alternativa assente em inquérito indirecto aplicado a trezentos indivíduos «que pela sua posição na agricultura nacional, compreendendo bem a importância do assunto talvez

¹⁹⁹ Para além do já citado *A emigração e a crise agrícola* (1913), de Dinis Sarmento, registem-se os seguintes: Eduardo Francisco de Salles Barreto, *Da necessidade da protecção dos trabalhadores rurais*, Lisboa, Instituto Geral de Agricultura, 1877; Olímpio Pires, *Habitações económicas para os operários rurais em Portugal (Subsídios para a resolução do problema das)*, Lisboa, Instituto de Agronomia e Veterinária, 1907.

²⁰⁰ Vd., por exemplo Martinho de França Pereira Coutinho, *A cultura no Concelho de Cascais*, Lisboa, Instituto de Agronomia e Veterinária, 1900 e José Justino d'Amorim, *O Minho Rural*, Lisboa, Instituto de Agronomia e Veterinária (Tip. a vapor de Augusto Casta & Mattos, Braga), 1907. Já em meados da década de 1910, também com uma breve referência à população, Jacome d'Ornellas Bruges, *A Ilha Terceira. Notas sobre a sua agricultura, gados e indústrias anexas*, Lisboa, ISA, 1915.

²⁰¹ Assinale-se ainda uma subsérie do início da década de 1890 dedicada ao estudo da economia agrícola de diversas regiões agrónomicas administrativas (vd., por exemplo, C. Moraes Palmeiro, *Economia Rural da 7.ª Região Agrónómica*, Instituto de Agronomia e Veterinária, 1891).

²⁰² Carlos Artur de Melo Vieira, *Subsídios para o estudo da população agrícola*, Lisboa, ISA, 1921.

²⁰³ Id., *ibidem*, p. 2.

respondessem»²⁰⁴. A algumas itens prévios de caracterização geral do meio agrícola («Qual o estado da agricultura na região?»; «Qual o regímen de propriedade?»; e «Qual a natureza dos braços?») seguia-se tópico especificamente referente ao problema – «Há falta [de braços]? A que é devida?» – ao qual se anexara um conjunto de eventuais respostas:

- a) À emigração? – Que aspecto tem tomado? § b) Ao urbanismo (saída para as cidades)? § c) À guerra? § d) Ao serviço militar? § e) Ao exercício de outras profissões? § f) Ao grande desenvolvimento fabril ou comercial da região? § g) À proximidade de estabelecimentos do Estado? Qual a influência deste? § h) À melhor retribuição do trabalho fora do campo? § i) Ao regímen de propriedade? § j) À propaganda de ideias avançadas?

Depois de se inquirir acerca das «condições de vida do operário rural» (em concreto, por «alimentação», «residência» e «salários») perguntava-se ainda pela forma de se modificarem semelhantes condições («aumento de salário»; «medidas de previdência»; «instrução técnica»; «abaixamento do custo de vida»); e pelas responsabilidades que com esse intuito deveriam incumbir respectivamente «ao particular», «ao sindicato» e «ao Estado». Para a decisiva pergunta «Como agarrar o operário à terra?», apresentava-se novo conjunto de potenciais respostas: «propaganda sindical», «aforamentos», «criação do Casal de família», «cooperativismo agrícola» e «colonização». E, finalmente, denunciando as preocupações que animavam o autor, duas derradeiras questões relativas à forma de «suprir a crise de braços» («pela máquina agrícola?»; «pela instrução técnica?»; «pela colonização?») e ao modo de garantir a devida «protecção do operário rural e do proprietário»²⁰⁵.

Das respostas recolhidas o autor destacava o problema da emigração, «este nosso verdadeiro cancro nacional», e do «urbanismo», que depois daquela era considerado «o fenómeno demográfico que avulta mais entre as causas da

²⁰⁴ Id., *ibidem*, p. 5.

²⁰⁵ Id., *ibidem*, pp. 3-5.

despopulação dos campos»²⁰⁶. Quanto à primeira, começava por se criticar o Estado por não atacar o mal de frente, preferindo os «calmantes» à «terapeutica que leva à cura»²⁰⁷. Como razões do fenómeno ressaltavam as designadas «económicas» e, secundariamente, «o clima e a instrução»²⁰⁸: «Como já dissemos é o analfabetismo uma das causas da emigração. O exemplo frisante de um ou doutro “brasileiro” que volta para a terreóla ostentando a riqueza que conseguiu alcançar, leva aos outros o desejo de tentarem fortuna, não se lembrando que entre os muitos que foram só poucos voltaram ricos»²⁰⁹. Quanto ao «urbanismo», o desenvolvimento industrial de Lisboa e Porto mas também de outras cidades como Coimbra, Portimão, Tavira, Setúbal e Covilhã, fazia delas «focos de poderosa atracção da população agrícola»²¹⁰. A este respeito, como causas imediatas do êxodo e denotando considerável erudição bibliográfica, o autor fazia questão de opor expressamente aquilo que considerava serem motivos «lógicos, naturaes e humanos» à «doutrina antropro-sociológica de Ammon e Lapouge», de feição estritamente naturalista, «cuja verificação os factos não confirmam»²¹¹ – e, antes de mais, «a alta de salários, a melhoria das condições económicas e a lei da capilaridade social de Dumont», segundo a qual (e de acordo com o próprio Arsène Dumont) «todo o homem tende a elevar-se acima da sua condição social»²¹². A estas razões, consideradas principais, acresciam ainda as

²⁰⁶ Id., *ibidem*, pp. 32 e 36, respectivamente.

²⁰⁷ Id., *ibidem*, p. 32.

²⁰⁸ Id., *ibidem*, p. 34.

²⁰⁹ Id., *ibidem*, p. 35.

²¹⁰ Id., *ibidem*, p. 36.

²¹¹ Id., *ibidem*, p. 37. Otto Amon (1842-1916) e Georges Vacher de Lapouge (1854-1936) eram antropólogos, o primeiro alemão e o segundo francês, ambos de orientação darwinista e acérrimos defensores da eugenia. Cada um deles viria a ser o principal responsável pela divulgação da obra do outro nos respectivos países e os dois ficarão associados ao «seleccionismo» e ao que consideravam ser, por oposição ao natural processo evolutivo entre os restantes seres vivos, a evolução disgénica da humanidade e os seus efeitos sociais deletérios. Àquela e a estes oporiam a ideia de uma selecção sistemática dos indivíduos que, no caso do segundo, não poderia senão retardar a morte de toda a civilização. A referência a ambos os autores na monografia citada evoca certamente a «lei de Ammon», corroborada por Lapouge, segundo a qual a «selecção urbana» (de acordo com a formulação de Lapouge) conduziria à concentração nas cidades dos efectivos do *Homo Europoeus* (também designados por raça nórdica, ariana, etc.), considerados hereditariamente superiores e mais móveis, e (entre outros efeitos) à «despopulação» qualitativa dos campos (cf. Pierre André Taguieff, «Sélectionnisme et socialisme dans une perspective aryaniste: théories, visions et prévisions de Georges Vacher de Lapouge (1854-1936)», *Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle*, Cahiers Georges Sorel, vol. 18 (1), 2000, p. 7-51.

²¹² Carlos Artur de Melo Vieira, *Subsídios para o estudo da população agrícola*, op. cit. Arsène Dumont (1849-1902) destacar-se-á em França, em finais do século XIX, pela atenção que dedicou às questões demográficas e em particular ao designado problema da «despopulação». Depois de estudar Direito, consagrará a sua actividade e a sua fortuna ao estudo da população. Entre as suas obras avultará *Dépopulation et Civilisation: Étude Demographique*, Paris, Lecrosnier et Babé, 1890, onde advertirá para

facilidades de transporte, outras de ordem «psíquica» (as actividades recreativas, a imprensa) e ainda de ordem «moral».

O problema da «despopulação rural» seria ainda marginalmente aludido num outro relatório do mesmo ano (1921) dedicado a Luís de Castro, *Notas sobre a crise actual dos géneros e salários*, ensaio onde se evocava o fenómeno como «um dos males que encarece a mão-de-obra em todo o mundo»²¹³. Aqui, porém, era o contexto alargado da crise económica mundial (capítulo 1) e dos seus efeitos em Portugal (capítulo 2) que servia de mote à dissertação. De forma mais geral, eram os efeitos da crise que vinha assolando o país desde 1906-07, que a República não conseguiria debelar e que a guerra de 1914-19 viera agravar. De resto, o período compreendido entre 1912 e 1914 corresponderá desde logo a anos de fome, na sequência de más colheitas e de restrições impostas às importações. A emigração, a norte, e a resistência organizada, a sul, abater-se-iam então sobre os proprietários sob a forma de alta de salários e de falta de mão-de-obra. As poucas vozes que então se levantam reclamando a reforma geral da grei rústica (Anselmo de Andrade, Ezequiel de Campos, Oliveira Salazar) destacam justamente, entre outras medidas, a necessidade imperiosa de reduzir salários e de fixar mão-de-obra²¹⁴.

os perigos da diminuição da natalidade francesa. Entre outros escritos, publicará ainda em livro *Natalité et Démocratie: Conférences Faites à l'École d'Anthropologie de Paris*, Paris, Schleicher, 1898, e *La Morale Basée sur la Démographie*, Paris, Schleicher Frères, 1901. Os seus trabalhos distinguem-se pela forte oposição à orientação naturalista da ciência do homem, então predominante, e pela correspondente evocação de determinações sociais para explicar os fenómenos de natureza demográfica, política e até mesmo sociológica (Georges Lapouge será então objecto da sua crítica); o recurso a estatísticas oficiais será aliás complementado por pesquisas directas no terreno e pela elaboração de monografias locais nomeadamente em meio rural de forma a aferir aquelas causas. Mas Arsène Dumont ficará sobretudo associado à citada «lei da capilaridade social», segundo a qual «todo o homem tende a elevar-se de funções inferiores da sociedade a outras superiores» e de onde derivará diversos corolários de natureza demográfica (a proporcional redução do número de filhos) e sociológica, com aplicação a domínios profissionais, intelectuais e artísticos. Entre outras medidas destinadas a combater os seus efeitos, Dumont aludiria à importância da divulgação da doutrina da solidariedade social entre cidadãos e sugeriria o estabelecimento de medidas apontadas a fixar o camponês à pequena propriedade [cf. Jean Suttler, «Un démographe engagé: Arsène Dumont (1849-1902)», *Population*, vol. 8 (1), pp. 79-92; e Etienne van de Walle, «Arsène Dumont», em Paul George Demeny e Geoffrey McNicoll (orgs.), *Encyclopedia of Population*, Nova Iorque, Macmillan Reference USA, 2003].

²¹³ Alfredo Alberto da Silveira e Lorena, *Notas sobre a crise actual dos géneros e salários*, ISA, 1921, p. 24.

²¹⁴ A título de exemplo, registem-se as palavras do futuro Presidente do Conselho, Oliveira Salazar: «A nossa preparação para o futuro tem já neste momento todos os defeitos contrários às qualidades exigidas: precisava-se uma baixa remuneração do trabalho, os salários sobem em proporções inaceitáveis; urgia dispor duma maior força produtiva, a capacidade de trabalho é diminuída por greves incessantes e numerosas; necessitavam-se subsistências baratas, a alta dos preços parece não ter limites... § Provavelmente nós sofreremos a guerra... quando começar a paz» (António de Oliveira Salazar, «A crise das subsistência em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito da*

Escrevendo da perspectiva dos lavradores que, «pretendendo produzir, querem tirar das suas terras os *máximos rendimentos* afim de ver se conseguem cobrir as máximas despesas a que são obrigados»²¹⁵, o autor advertia ainda para «outro factor perigoso [que] se desenvolve em proporções gigantescas actuando sobre a tremenda crise mundial da mão-de-obra: as *greves agrícolas* e as greves em todas as indústrias»²¹⁶. E lamentava-se, glosando sentimentos e temores que aparentemente reputava de universais²¹⁷:

Embora o movimento sindicalista se estendesse noutros ramos, suponha-se no entanto que esse movimento fosse irrealizável no campo agrícola, porquanto os agricultores não vivendo em conjuncto nos seus trabalhos, só no fim desses por vezes se encontravam e difícil seria portanto qualquer combinação. § Acrescia também a vantagem de viverem mais intimamente com o seu patrão, que por vezes trabalhavam com eles conjunctamente e comiam na mesma mēza. Desgraçadamente hoje já se reúnem e se organizam, servindo de terrível exemplo todo o Meio-dia da França onde prospera a viticultura e onde também numerosas greves a teem vitimado²¹⁸.

Universidade de Coimbra, ano IV, 1917-18, pp. 272-345 citado em Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para a História da Questão Agrária...*, op. cit., p. 490).

²¹⁵ Id., *ibidem*, p. 4.

²¹⁶ Id., *ibidem*, p. 27. Como se sabe, toda a década de 1910 seria atravessada por uma forte (e por vezes violenta) contestação social e por movimentos grevistas com grande expressão nas cidades, mas também nos campos (cf. Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, op. cit., pp. 448-449 e 449-450, para o início da década e, respectivamente, para o meio urbano e rural; e ainda pp. 602-605, para finais da década). Sobre o movimento operário na viragem da década de 1910 para a seguinte vd., entre outros, Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; e José Pacheco Pereira, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal – A greve geral de Novembro de 1918*, Porto, 1971. Vd. ainda Fernando Rosas e Maria Fernanda Rolo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009. O mesmo tema mereceria então destaque num livro (relativamente singular para época) de Fernando Emídio da Silva, *As Greves*, Lisboa, F. E. Silva, 1913.

²¹⁷ A propósito das preocupações expressas pelo autor, e muito embora não disponhamos de dados quantitativos sobre o assunto, é de supor que fosse bastante importante o contingente de herdeiros de proprietários rurais nas fileiras académicas do Instituto. O excerto de um texto de Ferreira Lapa (director do Instituto de Agronomia e Veterinária entre 1877 e 1892), citado por Maria Carlos Radich («Ciências agrárias, sociedade e tecnologia...»), op. cit., p. 413) aponta nesse sentido: «(...) [o instituto devia esforçar-se por atrair aos seus cursos] o maior número possível de herdeiros ou descendentes de proprietários rurais, afim de não só fazer recair a instrução agronómica a quem melhor a pode usar em proveito público; mas para refrear de algum modo esta deserção cada vez maior que se está produzindo no que há de mais nobre em inteligências e fortunas, dos campos para as cidades».

²¹⁸ Alfredo Alberto da Silveira e Lorena, *Notas sobre a crise actual dos géneros e salários*, op. cit., pp. 28-29.

Mas não só aí – também em Inglaterra e nos Estados Unidos e ainda em Portugal, onde às causas económicas da crise (com os efeitos da I Grande Guerra à cabeça) e a outras que se imputavam directamente à deficiente acção do Estado, acresciam «vícios da organização social», sobrepondo-se como um «cancro» a todas as «medidas boas». Dizia o autor:

Hoje em dia a greve é um jogo com a certeza quasi absoluta de se conseguir o fim desejado seja ele o mais disparatado possível. Teem-se organizado as classes trabalhadoras, unindo-se, estabelecendo os seus estatutos e impondo a sua vontade, querendo-se conduzir a sociedade inteira para um caminho de terror e medo²¹⁹.

Denúncia expressamente estribada em palavras de Oliveira Salazar segundo as quais a vitalidade do todo se aferia pela coesão dos vários elementos que o compunham e da qual aliás apenas um agregado social dera provas convincentes, a freguesia, «excepto é claro a família, embora um tanto combalida»²²⁰.

PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO...

Porventura mais do que nestes dois relatórios, relativamente avulsos, semelhantes preocupações com a *população* teriam ainda tradução, como dissemos, num conjunto alargado de estudos regionais onde se passaria a incluir sistematicamente aquela figura como alínea de caracterização das respectivas economias agrícolas.

²¹⁹ Id., *ibidem*, pp. 43-4.

²²⁰ Id., *ibidem*, p. 45. O autor citava «A crise das subsistências em Portugal», *op. cit.*: «O indivíduo deixa a família, esta a comuna, esta a região e as diferentes regiões a comunidade Nacional e esta por ultimo afirma-se sosinha e forte para um interesse geral. § Nos povos em decadencia enfraquece o espirito Nacional, o que quer dizer a consciencia dos laços de solidariedade se apaga ou desaparece, como se deixasse de existir o interesse comum. A Nação não existe, já como um povo vivo, mas como uma soma inerte de elementos quasi independentes, de pequenos agregados locais, que organização politica consegue, apesar de tudo dar as aparencias duma unidade perfeita».

Em *A região de Manteigas*, por exemplo, dissertação de 1918 e uma das primeiras a conformar-se com essa inovação, dedicava-se-lhe um extenso capítulo, precedido de dois outros onde se caracterizava solo e clima, e a que se seguia um derradeiro consagrado à agricultura local²²¹. O capítulo dedicado à população, em concreto, encontrava-se dividido em duas secções, respectivamente destinadas a descrever, com base em dados dos censos, o «Estado da População» e o «Movimento da População». Do primeiro constavam dados relativos ao seu agrupamento por sexo e idades, longevidade, número de «indivíduos defeituosos», naturalidade, estado civil, instrução, composição numérica das famílias e ocupações profissionais; do segundo, matrimónio, nascimentos e óbitos (com correspondentes taxas), o cálculo do crescimento fisiológico da população e ainda, e como não poderia deixar de ser, o movimento migratório na região. Esta estrutura geral, com ligeiras modificações, repetia-se em diversos trabalhos idênticos do mesmo período²²². Mais significativo, porém, a semelhante reorientação teórica e à saliência do tópico em causa corresponderia daí em diante a delimitação de uma modalidade particular de relatório final e a convocação de metodologias especificamente destinadas ao estudo da população e, muito em particular, à descrição das suas condições de vida.

Desse desenvolvimento em particular daria conta um finalista de Agronomia, num trabalho de 1923, onde começava por se congratular por finalmente se encontrar resolvida em termos administrativos «a questão da tese», até então em moldes imprecisos, e relativamente à qual, de forma significativa, destacava duas opções:

Para a escolha do relatório deve preferir-se, quanto a mim, ou resolver qualquer problema agrícola de facto ou simuladamente proposto, ou uma monografia. Aquele, de utilidade imediata, obrigando a estudar um assunto

²²¹ Augusto Sanches Barjona de Freitas, *A Região de Manteigas (Solo, clima, população e agricultura)*, Lisboa, ISA (Imprensa de Manuel Torres), 1918.

²²² Vd., por exemplo, Floriano Sobral Rocha, *O Concelho da Maia sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, ISA (Tip. Progresso, Porto), 1919; Aurélio Marcos Pereira, *A ilha de S. Miguel sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, ISA, 1919; José Gonçalves Martinho, *O Concelho da Póvoa de Varzim sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, ISA, 1920; António Augusto Monteiro do Amaral, *O Concelho de Pinhel sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, ISA, 1920; João Carlos das Neves Pestana, *O concelho da Figueira da Foz sob o ponto de vista agrícola (Subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, ISA (Figueira da Foz, Tipografia Popular), 1924; Artur Fontoura de Sequeira, *Subsídios para o estudo agrícola da região de Chaves*, Lisboa ISA, 1925.

em todos os seus quês de pró e contra; esta, preferível duma freguesia por mais completa e verdadeira, tornando conhecido em pormenores por vezes interessantes, em minudências quantas vezes ignoradas, o nosso país rural, tal qual é o seu pensar, o seu falar, *o seu viver*, tão desconhecido certamente por cá, como por lá o é a vida daqui, dos cafés, dos clubes, onde se avalia do patriotismo de cada um pela frequência com que se sucedem os mais estrondosos vivas à Patria²²³.

O relatório em causa integrava uma pequena mas homogénea subsérie de trabalhos desse tipo em que para além da situação geográfica e da condição económica da localidade estudada (consideradas sucessivamente em capítulos dedicados à «Topografia», «Solo e clima», «População», «Propriedade», «Agricultura», «Exploração agrícola», «Capitais», «Indústria», «Comércio», «Trabalho» e «Consumo») avultava apreciação mais ou menos aprofundada do *modo de vida* dos seus habitantes. Em *Monografia da freguesia rural de S. João Baptista de Capeludos*, por exemplo (assim se chamava o referido relatório final de curso), no capítulo dedicado à população, começava-se por notar genericamente como aquela,

caracteristicamente agrícola, é na agricultura, no seu moirejar constante de labutas, que de boa mente gasta a sua actividade, dando-se por bem compensada das árduas canseiras de todo um dia, tarefa quotidiana, quando no aconchego do lar lhe é dado gozar o ambiente morno do borrarho nas noites frias de Inverno, ou, se a estação é outra, sentindo escachoar-lhe nas veias o sangue alvoroçado por um trabalho insano ao ardor caustico dum sol estivo, pode enfim estirar-se no limiar da porta ou no soalho esburacado da varanda e dormir então, servindo-se do apeiro como almofada, um sono pesado, profundo, quase mortal²²⁴.

²²³ Francisco José Gomes de Carvalho, *Monografia da freguesia rural de S. João Baptista de Capeludos*, Lisboa, ISA, 1923, páginas não numeradas.

²²⁴ Id., *ibidem*.

Sublinhava-se também o papel específico da mulher, dentro e fora de casa: «o seu lugar, feita a comida – um magro caldo e umas batatas rachadas com sal – é no campo (...) sachando, roçando mato, ou a braços com qualquer outro serviço que não desdenha fazer, sendo fácil vê-la atrás do arado, de rabiça na mão, lavrando tanto à vontade como se estivesse em casa a lavar a loiça, afoitando os bois»²²⁵.

Nesta monografia em particular destacavam-se ainda pequenos capítulos dedicados a aspectos diversos da sociedade rural, igualmente aludidos noutros trabalhos equivalentes. «Higiene», um desses capítulos, era palavra «cuja significação na freguesia de ordinário não se conhece». O pormenor pitoresco da descrição confirmava-o: por baixo da casa onde se comia ficavam as lojas dos bois, das cabras e dos porcos «envenenando o ar e produzindo um cheiro horrível»; isto na casa dos lavradores, afirmava o autor, pois entre os pobres não era raro verem-se os donos da casa a partilhar compartimentos com coelhos e galinhas da sua criação. Não era aliás apenas nas habitações que se notava a falta de limpeza – a gente em si era «naturalmente pouco limpa»: «Nunca toma banho mesmo nos dias mais ardorosos do pino do Verão, lavando a cara semanalmente, aos domingos, para ir à missa. Quando no trabalho chega a hora da refeição, não se lava as mãos ainda que o serviço seja espargir ou carregar carros de estrume. É então que usa dizer: “mal vai o lavrador que não come por ano dois carros de esterco!”». Facto que contrastava com o esmero no traje de domingo, dizia, a que não obstante faltava a graça, «o bom gosto e o tom de regionalismo do vestuário de outrora, principalmente nos trajes femininos». Era a «febre do luxo nestes últimos anos contagiando tudo e todos»:

a doença da moda entrando em toda a parte, no palácio e na choupana, nos grandes Centros de vida artificiosa e até, Santo Deus!, nos lugares mais sertanejos da província onde eu julgava a vida ronceira e simples, mas santificada pela devoção e pelo trabalho; é a mania que todos temos de importar de fora, achincalhando o que é nosso, mas dando brados à nossa indignação se algum aparece a dizer-nos que nada temos de original, que em nós é traduzido do estrangeiro em linguagem baixa, adulterada e gasta de calão.

²²⁵ Id., *ibidem*.

O mau estado da «Instrução», por um lado, a inexistência de sindicatos ou de associações de «Previdência», por outro, e ainda a carência de instituições de «Assistência» eram igualmente objecto de referência própria. Neste último caso dava-se conta de como sempre que necessitados de cuidados médicos, os habitantes da freguesia viam-se primeiro instados a comprometerem-se «com os influentes políticos locais, porquanto hoje é mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um pobre, ainda que bem necessitado mas sem recomendações, entrar num desses institutos de caridade». A terminar, e antes de uma breve síntese, descrevia-se com relativo pormenor o «Estado Moral e Social» da população em causa, caracterizado em concreto por uma «certa liberdade de linguagem» (que não era senão sinal da franqueza característica das gentes), pela imunidade às «ideias libertárias» («limpo anda o cérebro de falsas teorias igualitárias»), pelo carácter «submisso, respeitador e tolerante» e pelo estrito cumprimento das obrigações religiosas²²⁶.

Este trabalho tratava-se de resto de um dos mais desenvolvidos daquela subsérie, cumprindo escrupulosamente uma estrutura geral que se repetia de forma mais ou menos completa noutros trabalhos equivalentes²²⁷. Mais resumidamente, em *Monografia da freguesia rural de S. Martinho do Bispo*, de 1921, no capítulo dedicado à população, insistia-se no papel da mulher na labuta dos campos, «óptimo auxiliar do homem, executando por vezes sozinha muitos serviços agrícolas enquanto o marido trabalha por ofício», e no predomínio da família agrícola, ameaçado porém pelo avultado número de indivíduos entregues às artes e ofícios – «o que vai fazendo rarear os braços para os serviços de campo, tornando-se nos tempos de maior azáfama agrícola, necessária a importação de braços estranhos»²²⁸. Facto que não deixava de ter consequências nefastas também sobre próprio o estado moral da população. Se o trabalhador agrícola era geralmente «submisso,

²²⁶ Id., *ibidem*.

²²⁷ Vd. ainda, para além dos trabalhos referidos no corpo do texto, Alberto Baptista Borges, *Subsídios para o estudo monográfico do concelho de Aldegalega do Ribatejo (População, Natureza e Trabalho Agrícola)*, Lisboa, ISA, 1921; Clementina das Mercês Dinne Rosado, *Esboço monográfico da freguesia de S. Bento de Ana Loira*, Lisboa, ISA, 1925 e José Birne de Sousa Lorêto, *A região de Aguiar da Beira sob o ponto de vista agrícola e algumas considerações para o melhoramento da sua agricultura*, Lisboa, ISA, 1927.

²²⁸ David Pinto de Moraes Ferreira, *Monografia da freguesia rural de S. Martinho do Bispo, do concelho e distrito de Coimbra*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1921, p. 8.

procurando produzir bem» e sem se intrometer em «questiúnculas políticas», «pouco observante no geral» mas «religioso no fundo», imune às «edeias libertárias modernas que prometem invadir também o campo subvertendo-lhe o seu modo de ser», já o mesmo não se notava no artificio,

que pela índole do seu trabalho frequenta dia a dia a cidade. Cheios os ouvidos de arezel de comício, ele é o invez do primeiro. Bem menos respeitador e tolerante, o cérebro imbuído de falsas teorias igualitárias e literatura dissolvente, está sempre pronto para medidas extremas que o conduzam ao fim que tem em vista²²⁹.

Fora deste «extremo», contudo, «que por Deos não é o mais frequente», e «apesar das agruras da vida», o povo desta freguesia era considerado «enérgico e trabalhador», «alegre e comunicativo»²³⁰.

Por seu turno, em *Esboço monográfico da freguesia rural de Loivos*, de 1921, o estado moral da população, sintetizado aqui em menos de meia dúzia de linhas, era em termos genéricos considerado mau, «devido principalmente à falta de educação cívica»²³¹. Neste caso, porém, a esta apreciação abreviada e ao retrato estatístico da população em causa, acrescia, no mesmo âmbito, a descrição esmiuçada das condições de vida de várias famílias, de acordo com o ramo de actividade a que o respectivo chefe se dedicava. «Para terminar o estudo da população, é necessário descrever os diferentes tipos de família agrícola, industrial, comercial e mista», diria então o seu autor²³².

Assim, na família agrícola, considerava-se o «agricultor caseiro ou rendeiro» e o «agricultor proprietário». O primeiro, que era também «o nosso operário rural», vivia com mulher e dois filhos numa casa de dois andares: um rés-do-chão onde alojava a cria («um porquito e algumas vezes também um jumento ou uma cabra, que lhe fazem os estrumes que hão de lançar à terra»); e um primeiro andar com

²²⁹ Id., *ibidem*.

²³⁰ Id., *ibidem*, p. 9.

²³¹ Laurentino Pereira Coelho, *Esboço monográfico da freguesia rural de Loivos*, Lisboa, ISA, 1921, p. 8.

²³² Id., *ibidem*, p. 14.

duas ou três divisões, acomodação da família mas também celeiro («não sendo raro ver-se um monte de batatas debaixo das camas»). À sua alimentação, que tinha por base o caldo e as batatas, não faltava «uma ou duas vezes por semana um pedaço de carne e um pouco de arroz»; raros eram aliás aqueles que pelo Natal não tinham «o seu porquito gordo para matar, conservando a carne em sal, vendendo os presuntos para pagar a renda da casa e comprar algumas fazendas para se vestirem». O «lavrador proprietário», embora com condições de vida idênticas às do primeiro, tinha uma vida mais desafogada: a casa era um pouco mais ampla, com quinteiro, e possuía algum dinheiro para satisfazer «qualquer necessidade urgente» – por regra, só trabalhava para os outros com os seus bois. Já o taberneiro, um dos subtipos da «família comercial», vivia numa casa mais limpa e alimentava-se um pouco melhor («come carne mais amiudadas vezes»); não trabalhava a terra, obrigando os filhos a trabalhar os pedaços que possuía. A «família do comerciante propriamente dito», constituída «por um individuo com uma ilustração regular, pela esposa, também do mesmo nível, e três ou quatro filhos», vivia numa habitação de boa aparência e desfrutava de alimentação mais variada e cuidada que os tipos anteriores; os filhos, de resto, ao atingirem os 10 anos de idade, iam estudar para o Porto. Quanto à «família industrial», que tinha por «modelo» o alfaiate, vivia em condições modestas, com alimentação igualmente limitada a pão, caldo e batatas. Finalmente, a «família mista», em que o chefe de família era artífice e os restantes 7 membros (mulher e filhos) cultivavam a terra, conseguira já acumular pela assiduidade do seu trabalho «um pé-de-meia regular» e uma extensão de terreno de aproximadamente 3 hectares²³³.

Inusitado detalhe, dir-se-ia, que correspondia na realidade a indicações expressas de D. Luís de Castro.

FREGUESIA E FAMÍLIA SEGUNDO LE PLAY

Efectivamente, pelo menos desde 1920, alunos directamente a seu cargo passariam a ser incumbidos de executar inquéritos monográficos de estrita inspiração leplaysiana

²³³ Id., *ibidem*, pp. 16-19.

junto das suas freguesias de origem, como componente prática da cadeira de Economia Rural²³⁴.

Era este o âmbito de *Esboço de uma monografia da freguesia de Alcoentre*, de 1923, trabalho manuscrito elaborado por um deles «durante as férias», onde para além de itens então habituais em trabalhos do Instituto (situação geográfica, vias de comunicação, culturas agrícolas, mas também dados demográficos colhidos dos censos) se destacava um pequeno capítulo dividido em duas secções respectivamente dedicadas à «Povoação e População Rural»²³⁵. Na primeira começava-se por dissertar acerca da sanidade e aparência geral da localidade:

sendo uma vila pobre e pequena é no entanto bastante aseada, tem um aspecto agradável e é muito salubre como o prova o facto de em todas as ocasiões em que doenças epidémicas têm assolado o país, desde a epidemia de cólera, até à recente pneumónica, atacando e vitimando fortemente as populações da região, algumas até da própria freguesia, como em Tagarro e Quebradas, Alcoentre se ter mantido quase que imune, não havendo a registar senão um ou outro caso isolado²³⁶.

Caracterizava-se ainda, sucintamente, o tipo mais frequente de habitação, de que se anexava uma pequena planta à escala (na realidade pertencente a uma das classes mais abastadas) – em geral de piso térreo, normalmente constituída por quatro divisões interiores, dois quartos, uma cozinha e uma casa de entrada. Acresciam pormenores do interior:

²³⁴ Cf. Benjamim Benoliel, *op. cit.*, p. 131. Sobre a nova orientação pedagógica imposta à cadeira de Economia Rural, embora sobre matérias de índole mais estritamente económica, confira-se uma vez mais a opinião de Felipe de Figueiredo: «Nesta sua cadeira, em cuja regência se tornou distinto, e dado sempre capital importância a todas as questões ligadas com a economia portuguesa, levou os alunos a fazerem na aula conferências contraditadas, estabelecendo-se discussão entre eles sobre os pontos mais importantes da Economia; ao mesmo tempo designava-lhes como exercícios práticos, a apresentação de projectos, planos e orçamentos de explorações agrícolas, em conduções determinadas, dados assim vida a estes estudos e despertando o interesse dos alunos» («D. Luís de Castro», *op. cit.*, pp. 200-201).

²³⁵ Eduardo Augusto Mendes Frazão, *Esboço de uma Monografia da freguesia de Alcoentre*, 7 de Janeiro de 1923.

²³⁶ Id., *ibidem*, páginas não numeradas.

O pavimento de algumas casas é térreo, mas a maior parte é assoalhado pelo menos na casa de entrada e nos quartos. A chaminé está a 0,50 m acima do solo e sobre ela é em geral feita a comida numa pequena lareira sob uma trempe ou então em fogareiros. Na cozinha há ainda frequentemente uma mesa e uma arca. § A mobília da casa de entrada, em regra, consta de umas cadeiras e de uma cómoda, e a dos quartos de uma cama de ferro e às vezes de uma mala²³⁷.

Quanto à população, e após brevíssimas considerações gerais, apresentava-se estudo detalhado de cada uma das categorias em que se considerava dividida, em função do «modo de vida, extensão da propriedade e recursos». Em concreto: «a) Trabalhador rural sem nada; § b) Trabalhador que à custa do seu trabalho e do de sua família amanha uma pequena propriedade, trabalhando ainda dias fora; § c) Proprietário trabalhando na sua fazenda e metendo assalariados; § d) Proprietário que dirige a sua exploração sendo todos os trabalhos feitos por assalariados» – sem deixar ainda de se sublinhar «que em toda a freguesia não há mais do que quatro indigentes».

O método observado consistia na contabilização aproximada dos indivíduos que lhe pertenciam e na apresentação de uma monografia pormenorizada de uma família característica, tomada expressamente «para tipo». Da primeira (o «trabalhador rural sem nada») afirmava-se serem raros os indivíduos nela incluídos, no máximo quatro por cento dos fogos da freguesia. Citava-se, como tipo característico da freguesia, «António Marcelo, casado, 35 anos, com 2 filhos de idade superior a 8 anos, trabalhador e que tem um salário por dia de trabalho útil variável entre 4\$00 e 7\$00. Os seus haveres limitam-se a alguns móveis e a uma enxada e uma fouce, que são os seus utensílios de trabalho».

Vive com dificuldade porque devido à carestia de vida gasta diariamente na alimentação e vestuário, tudo quanto ganha. Compra a crédito nas lojas, pagando no fim da semana quando recebe a fêria. A alimentação consta de pão de milho, batatas, feijão, bacalhau, hortaliça e vinho. Os filhos andam descalços e os pais regularmente vestidos. § Pagam 5\$00 por mez de renda de

²³⁷ Id., *ibidem*.

casa. § Impostos não paga nenhum, nem a própria taxa militar, pois como nada tem, recusa-se a pagar²³⁸.

Já da segunda categoria, a que pertenciam o maior número de trabalhadores rurais da freguesia, dizia-se genericamente poderem viver sem dificuldades, mesmo que nem sempre fosse esse o caso:

talvez porque em geral estes indivíduos casam com criadas de servir educadas em Lisboa, onde os hábitos de passar bem e o de vestirem com luxo [são] depressa adquiridos, desprezando as regras da economia, o que dá em resultado que os lucros das colheitas sejam quase todos destinados a pagarem as dívidas contraídas nos estabelecimentos.

Ainda assim, no caso monografado, o cultivo de 2 ou 3 hectares de terra, acrescido dos salários de pai e filho resultantes do trabalho noutras propriedades, permitia uma vida de «regular abastança», «pois que o vinho, cereais, engorda do porco e os seus salários lhes dão para pagar as despesas de alimentação e vestuário, que são as únicas»²³⁹.

Acima destes, «José Nobre, cerca de 50 anos, casado, com 2 filhos maiores e já casados também», proprietário de 3 terrenos com cerca de 30 hectares «onde trabalha ao lado dos assalariados e donde colhe 25 a 30 pipas de vinho, cereais, legumes, hortaliças e azeites para seu consumo e venda do excedente», com o qual fazia lucros apreciáveis e garantira casa própria; e, finalmente, «António Cristovão, 50 anos, casado, com 3 filhos», dono de 200 hectares de área cultivada (vinha, milho e trigo), pinhal e charneca, e de «uma magnífica residência, bem mobilada, com muitas divisões, vivendo com conforto e luxo». Todavia, encargos onerosos, para fazer face a «maiores exigências, filhos a educar, etc.», e à manutenção da propriedade (com considerável pessoal fixo), de par com a má administração da exploração, tornavam as receitas proporcionalmente inferiores às do tipo anterior.

²³⁸ Id., *ibidem*.

²³⁹ Id., *ibidem*.

Por realizar, porém, neste trabalho (segundo se afirmava por falta de escrituração organizada), ficava a apresentação dos orçamentos de cada um dos proprietários estudados, orientação expressa de D. Luís de Castro que seria levada a cabo ainda antes da sua morte (em 1928) em alguns relatórios finais semelhantes²⁴⁰. Numa extensa e bem elaborada monografia dedicada à região de Alcobaça, de 1922, de estrutura idêntica à da subsérie referida, aditava-se um capítulo final genericamente intitulado «Vida Rural» onde se incluía um pequeno estudo de cariz etnográfico, baseado em fonte secundária²⁴¹, e um estudo monográfico de 5 famílias de uma freguesia do concelho («os tipos mais comuns das terras de Alcobaça») – aplicado no terreno dois anos antes, como tarefa curricular da cadeira de Economia Rural e por recurso àquele instrumento contabilístico²⁴². O autor dividia os agricultores em 3 tipos, conforme os trabalhos da respectiva propriedade fossem totalmente executados por jornaleiros (tipo I), única tarefa do seu proprietário (tipo II), ou como suplemento da sua actividade enquanto assalariado (tipo III). Expressamente de fora ficava «o caso especial dos rendeiros» e os «cultivadores mais pobres», tipo «muito raro na região, porque ao chegar ao último grau de miséria, o cultivador, ou emigra ou mendiga»²⁴³. Na realidade não apresentava orçamentos senão do II e do III tipo, por serem as únicas famílias que em rigor podiam ser classificadas como «agrícolas» (o grande proprietário, por não viver exclusivamente dessa actividade, não qualificava como tal) e dos quais retirava conclusões essencialmente económico-financeiras: embora menos desafogada que há uns anos, em virtude de dificuldades que entretanto se haviam abatido sobre toda a população, a condição do pequeno agricultor e do trabalhador agrícola, a esse título, não podia ser considerada senão «verdadeiramente excepcional»²⁴⁴.

²⁴⁰ Para além dos dois relatórios a que nos referimos no corpo do texto e com recurso à mesma metodologia vd. ainda o trabalho relativamente modesto de António José da Rosa Junior, *A freguesia rural de Chancellaria*, Lisboa, ISA, 1924.

²⁴¹ M. Vieira Natividade, *O povo da minha terra: notas e registos de etnografia alcobacense*, Lisboa, Anuario Commercial, 1917.

²⁴² Joaquim Vieira Natividade, *A Região de Alcobaça. Algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural*, Lisboa, ISA, 1922, p. 174.

²⁴³ Id., *ibidem*, p. 175.

²⁴⁴ Id., *ibidem*, pp. 175-176.

O POVO DE PERTO OU O «MÉTODO DAS VIAGENS»

O maior pendor económico deste e de outros trabalhos equivalentes e a opção genérica por aquilo que se designava por «famílias abastadas» seriam abertamente criticados num interessante relatório final de 1926, *Estudos sob o ponto de vista económico e social, baseados no estudo das famílias segundo o método monográfico de Le Play (concelho de Cantanhede)*, onde por recurso aos mesmos métodos contabilísticos se dava corpo a um estudo de perfeita vocação sociológica²⁴⁵. Sem se referir a qualquer uma em particular, o autor mostrava-se muito severo relativamente às monografias que afirmava conhecer, que se limitavam «a descrever banalidades». A sua finalidade, dizia, não devia ser meramente descritiva, «para leituras recreativas», mas «para obter elementos positivos e fundamentais para uma reorganização da vida social». Deviam ser animadas, como afirmava fazer nas 12 monografias que apresentava (uma por cada freguesia do concelho), por «um ponto de vista de Economia Social», sem ter em conta os métodos de produção e o emprego de riquezas: «isso já entra noutras atribuições que só pertencem à tecnologia e agricultura comparada»²⁴⁶.

Era no método de Le Play, afirmava-se, que semelhante orientação se encontrava melhor realizada. Aquele pusera de parte «a história e a estatística», substituindo-as por aquilo que designava de «método das viagens». Sem desprezar as primeiras, o autor confirmava que apenas este último permitia «estudar e observar os fenómenos sociais directamente, de modo a surpreendê-los nas suas manifestações»²⁴⁷. Observação essa que, contudo, devia ter por base famílias operárias. Em parte por razões metodológicas, e de acordo com Le Play: «como toda a vida operária se resume em equilibrar receitas com as despesas, ela ficará suficientemente conhecida estudado que seja o orçamento familiar»²⁴⁸. Em parte também, como se afirmava, pela própria simplicidade do inquérito, nestes casos facilitado, por serem estas as famílias que mais claramente revelavam as suas

²⁴⁵ Manuel Martins Baptista, *Estudos sob o ponto de vista económico e social, baseados no estudo das famílias segundo o método monográfico de Le Play (concelho de Cantanhede)*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1926.

²⁴⁶ Id., *ibidem*, p. 53.

²⁴⁷ Id., *ibidem*, p. 55.

²⁴⁸ Id., *ibidem*.

receitas²⁴⁹. A este respeito, aliás, não deixava de expressar a sua admiração e reconhecimento pelas figuras de padre e lavrador, de quem primeiro se socorria em cada freguesia²⁵⁰:

A primeira pessoa a quem me dirigia era ao prior da freguesia; e se assim o fazia era pela simples razão de ser ele que melhor conhece a vida íntima das famílias jornaleiras. Em seguida ia-mos até casa dos maiores proprietários. Previamente eu e o Padre tínhamos escolhido a família, o que não era das operações mais fáceis, visto que esta tinha apenas um filho, aquela já tinha os filhos ou casados ou no Brasil, aquele par tinha ainda os filhos muito pequenos, este não tinha um dos chefes que já havia falecido, etc. Por fim lá aparecia uma que me servia aos planos e era o Padre que me dizia os nomes, as idades e me descrevia a casa e mobílias, etc. § O lavrador conhecia as suas propriedades, o seu valor, o seu rendimento, ou seja a parte que faltava do inventário e a parte da receita. § Por fim, nas duas horas de descanso ao meio-dia, ou então à noite, chamava-se os chefes ou um deles para responder à parte que eles sempre gostam de responder, ou seja à parte que diz respeito às despesas. Estes nunca eram exagerados visto que o Padre e o lavrador por vezes objectavam fazendo-os entrar na ordem²⁵¹.

A opção por estas famílias, contudo, justificava-se sobretudo por razões de ordem teórica, visto considerar-se que apenas as famílias jornaleiras, na sua simplicidade elementar, representavam convenientemente a vida nacional. Porque eram elas, nomeadamente no seu concelho, o «tipo mais simples dos agrupamentos sociais», para além da mais numerosa. A família jornaleira constituía por isso a base do estudo não só do «ponto de vista económico», mas também «social» e «moral»:

²⁴⁹ Id., *ibidem*, p. 64

²⁵⁰ «Eu confesso a minha admiração por estas duas entidades, padre e lavrador, no que diz respeito à maneira como conhecem a vida íntima de cada família. É que algumas vezes sucedeu fazer a parte da despesa com o Padre e o Lavrador e que era perfeitamente igual à que nos vinha dizer depois jornaleiro» (id., *ibidem*, p. 59).

²⁵¹ Id., *ibidem*, pp. 58-59.

Destes inquéritos tirar-se-ão conclusões precisas não só do estado económico de cada freguesia ou de cada região como das causas da sua miséria económica ou das suas vantagens. Tirar-se-ão conclusões das facilidades e dificuldades de vida, das causas do seu mal-estar e dos remédios para as subtrair ou reduzir. Vemos qual o estado moral e as suas relações com a decadência mais ou menos acentuada; e assim se o jornaleiro é modesto, religioso e obediente é porque o é também o tipo 2.º, 3.º e 4.º. Se assim não sucede é porque o exemplo parte do 4.º tipo, 3.º e 2.º. Quem dera que todos atentassem bem nisto para que tivessem vergonha quando se lamentam que o jornaleiro não é o mesmo doutros tempos; que trabalha poucas horas, pouco, e não é sincero nem obediente. Não vêm que são eles os maiores culpados²⁵².

Orientação marcadamente organicista que era confirmada pela estratégia a que se recorria para superar algumas complicações metodológicas. Nem sempre fora possível aplicar o inquérito a famílias do 1.º tipo, «puramente jornaleiras sem nenhuns bens ou com o mínimo», ou porque em certa freguesia não era possível encontrá-las, ou porque não sendo «normais», também não representavam um «tipo característico». Nestas ocasiões, a solução consistia em «subir um grau», aplicando o estudo a uma família do segundo tipo («famílias que têm algumas propriedades tendo no entanto necessidade de trabalhar dias fora para atender às necessidades da alimentação»).

Quanto a «conclusões», o autor considerava-as condensadas no quadro-resumo que apresentava a terminar o trabalho (vd. quadro n.º 1). Para cada uma das doze freguesias do concelho (que se consideravam representadas pela família monografada em cada qual) o autor apresentava uma síntese dos dados recolhidos, desagregados por alíneas de caracterização atinentes à respectiva condição económica, ao tipo de divisão da propriedade, tipo predominante de família, à condição social e religiosa, à emigração e, finalmente, à fertilidade dos solos. Embora sem ordenação aparente (e sem designá-las como tal), as “variáveis” seleccionadas para «classificação das zonas sociais» prestavam-se a leituras cotejadas – que sugeriam ademais alguns resultados consistentes.

²⁵² Id., *ibidem*, pp. 64-65

Em freguesias onde predominavam propriedades mais extensas, a situação económica das famílias era tendencialmente pior (era o caso de Pocariça, Portunhos, Ançã e Cantanhede). A este respeito, freguesias como Cadima e Covões, também elas com propriedades relativamente maiores, constituíam apenas excepções parciais: na primeira das duas, efectivamente pobre, vivia-se com certa comodidade; na segunda pontuava uma «abundância regular», embora «sempre a caminho da miséria» (de resto, a pequena propriedade mantinha presença marginal). Em contrapartida, em freguesias consideradas de divisão fundiária «regular» registava-se a «abundância» ou pelo menos o «remedeio» em que viviam as gentes (era o caso de Bolho, Sepins, Murtede e Febres); na Tocha, com estrutura fundiária semelhante (embora pobre), conseguiam-se verdadeiros «milagres de produção» (à custa de labor considerado «insano»); em Outil, por sua vez, a pobreza vigente afectava poucos, atendendo ao reduzido volume das gentes. Esta estrutura dual encontrava reprodução parcial ao nível da apreciação que era feita «sob o ponto de vista religioso». Relativamente ao primeiro grupo, aliás, a homologia era perfeita: «pouca religião» na Pocariça, apenas «indiferente» em Portunhos, «pouca e fria» em Ançã e já «decadente» em Cadima, Cantanhede e Covões. Entre o segundo grupo (as freguesias mais abastadas) a religião parecia sobreviver um pouco melhor: se em Bolho, Outil e na Tocha os habitantes pareciam algo arredados da Igreja (as duas últimas, porém, eram relativamente mais pobres) em Sepins e Murtede havia «bastante religião» e em Febres pontuavam mesmo «convicções sinceras e católicos praticos e verdadeiramente piedosos». A mesma estrutura projectava-se ainda de forma rigorosa ao nível da emigração averbada: considerada «constante», «regular», «grande» ou até mesmo «patológica», entre as freguesias do primeiro grupo; «pequena» e «não patológica», entre as restantes.

Nada disto, porém, seria assinalado pelo autor. E pouco importa para o caso se esta leitura ou outras como esta eram ou não legítimas, em função dos dados recolhidos e das realidades no terreno. O problema parecia resumir -se, como vimos, ao «exemplo» veiculado pelas classes superiores (pelos «tipos» mais elevados de família). De resto, não havia razões para inquietação: nuns casos melhor, noutros menos bem, prevalecia o «amor à terra», a «renúncia», a «alegria». A verdadeira conclusão, essa, poderia bem ser afinal a nota que se apunha em rodapé à descrição

[QUADRO N.º 1]

CLASSIFICAÇÃO DAS ZONAS SOCIAIS (FREGUESIAS) DO CONCELHO DE CANTANHEDE
- BASEADA NO ESTUDO DAS FAMÍLIAS -

Famílias [Freguesia]	Sob o ponto de vista económico	Divisão da propriedade Tipo predomínio	Tipo predominante das famílias	Sob o ponto de vista religioso e social	Emigração. Tipo de Emigração	Fertilidade dos solos e climas
N.º 1 [Bolho]	Abundância enquanto houver muito vinho e boa venda.	Regularmente dividida. Há grandes proprietários mas são dispersas as propriedades.	2.º, 3.º e 4.º	Não há religião. Indiferentes. Pacíficos. Amor á terra. Orgulhosos e ingratos.	Não é patológica. Dá-se no 2.º e 3.º tipo de família.	Bastante férteis. Argilosos e argilo-humíferos. Clima é suave. Bastante água.
N.º 2 [Sépius]	Abundância enquanto houver muito vinho e boa venda.	A propriedade está bem dividida e só há a média propriedade.	2.º e 3.º	Há bastante religião. Amor ao trabalho e á terra. Humildes, pacíficos e caridosos.	Não é patológica. Dá-se nas famílias do 3.º tipo.	Muito ricos e teem muitas ribeiras com água. Os terrenos são argilosos e argilo-calcários.
N.º 3 [Murte]de]	Abundância enquanto houver muito vinho e boa venda.	Melhor dividida ainda que a anterior.	3.º	Há bastante religião. Amor ao trabalho e á terra. Humildes pacíficos e caridosos.	Atualmente é muito pequena e será patológica quando se der.	Há mais vinhedos e mais terras de milho e melhores. Tem menos ribeiras.
N.º 4 [Pocaniça]	Os grandes proprietários sugam todos os rendimentos. Os pequenos vivem dificilmente e pobres.	Predomina a grande. A média quasi não existe.	1.º e 4.º	Pouca religião. Não há amor ao trabalho nem á terra.	É quasi nula por não haver tipos de família 3.º e 2.º.	Terras argilosas e com extensos vinhedos. Há poucas ribeiras.
N.º 5 [Portanhos]	Pobrissima. Pode ainda ser rica quando obtiverem matas e outras industrias alem da cal.	Mal dividida. Quasi só pertence ao tipo 4.º. Há grandes predios de chameca.	1.º e 4.º	A religião é mais indiferente. Amigos dos seus interesses. Trabalham para viver sem mais aspirações.	É constante. É frequente a emigração de famílias inteiras q. nunca mais voltam.	Terras fortemente argilo-calcareas. Só produzem azeite e mato. Tem uma pequena ribeira.
N.º 6 [Ançã]	É uma região remediada mas pobre.	Mal dividida. Predomina a média e a grande propriedade.	1.º e 4.º	A religião existe, mas pouca e fria. É indolente mas vive feliz com a sua pobreza ⁽¹⁾ .	A emigração é regular, para o Brasil e África. Dá-se a emigração patológica.	Tem uma enorme ribeira, abundância de águas. Os solos são variadissimos.

(1) - Não é um povo bolchevista e tem poucas aspirações. Apenas deseja ganhar para vestir bem e para comer.

N.º 7 [Outil]	E uma região pobre porque produz pouco mas a região é extensa e a população reduzida. Ha a receita das pedreiras.	Ha a media propriedade bem dividida.	3.º.	A religião é automática e quasi são indiferentes. É um povo orgulhoso, desconfiado mas feliz. Come bem e veste melhor.	A emigração é pequena e não é patológica. É por ganancia que se emigra.	E uma zona quasi esteril. O clima é seco e quente.
N.º 8 [Tocha]	E pobre, mas á custa dum labor insano conseguem-se nulgres de produção. E uma zona extensa com pouco povo.	Ha a media propriedade regularmente dividida.	3.º.	A religião é rotineira e decadente. É esmolher e amigo do seu semelhante. Folgação e alegre.	A emigração temporaria é enorme. Para o estrangeiro é regular ou mesmo grande.	E esteril. Só produz á custa de quantidades enormes de estumes difíceis de obter.
N.º 9 [Cadima]	E pobre mas vive comodamente e com menos fatura que o anterior. Trabalha menos mas vive pior.	Ha a media e a grande.	3.º e 4.º.	A religião está muito decadente. É povo ativo e pouco cuidadoso.	A emigração é grande para o Brasil nas familias do 1.º, 2.º e 3.º tipo.	Parte esteril como o n.º 8 e parte argilosa regularmente produtiva. O clima é ameno e humido.
N.º 10 [Cantanhede]	Ha de tudo desde o maior luxo ás maiores misérias como acontece nos grandes centros. Mas está em belas condições economicas.	Ha a media e a grande propriedade.	3.º e 4.º.	A religião da vila está decadente. É mais por luxo do que por convicção. O resto da freguesia é do n.º 8.	A emigração é regular e dá-se no 1.º, 2.º e 3.º tipo.	Variadissimos terrenos e produção. Cima é suave e ha fatura daguas.
N.º 11 [Febres]	Abundancia e dificilmente se encontra miseria que é atendida pela caridade. Ha mendigos esoticos que exploram a caridade.	Ha a media e a pequena propriedade regularmente dividida.	2.º e 3.º.	Ha convicções sinceras e catholicos práticos e verdadeiramente piedosos. Os jovens (rapazes) são indiferentes.	A emigração é pequena. Dedicam-se ao comercio do ouro e ao offico de serrador etc.	A fertilidade é igual ao n.º 8 estando os terrenos mais humiferos.
N.º 12 [Corvoes]	Abundancia regular mas sempre a carunho da miseria. Ha muitos comerciantes e negociantes que tomam a propriedade instável.	Ha a media e grande. A pequena é transitoria.	3.º.	Está bastante decadente. E um povo descontente quanto orgulhoso. São indolentes para o trabalho.	E patologica. Bem acentuada. E devido a contraem dividas ou quando chegam á miseria.	Os solos são variadissimos em geral são fortemente argilosos, asperos e pobres.

Fonte: Manuel Martins Baptista, *Estudo sob o ponto de vista económico e social, baseado no estudo das familias segundo o método monográfico de Le Play (concelho de Cantanhede)*, op. cit., p. 140A.

das gentes de Ançã – que, destacada do quadro, parecia arrematá-lo, qual sortilégio: «Não é um povo bolchevista e tem poucas aspirações. Apenas deseja ganhar para vestir bem e para comer».

* * *

Apesar de algo desconforme ao conjunto dos trabalhos a que nos temos vindo a referir (pela sua mais pronunciada vocação sociológica), e na realidade marco culminante de uma primeira e breve fase de estudos económico-sociais no ISA, esta monografia expressava cabalmente não só a posição que *freguesia* e *família* ocupavam no âmbito da estratégia de acesso ao país rural que os caracterizava, como suas unidades elementares, mas também o estatuto subalterno que os dados colhidos no terreno, por inquérito, detinham no quadro do discurso veiculado pela economia rural.

A um olhar global sobre a população acrescia então uma visão mais de pormenor sobre a sua vida, apartada já da imagem extrínseca veiculada por outros relatórios finais de curso, de onde ressaltava a população natural dos censos, com as suas séries de dados agregados e de carácter essencialmente vitalista. Olhar renovado, se quisermos, apartado também, julgamos poder dizê-lo, desse outro olhar etnográfico, de mais sólida tradição e maior peso institucional, que desde a viragem do século, embora abandonando imagens predominantemente textuais e indo também ele ao encontro do povo rural, se centrava sobretudo em aspectos da sua cultura, em termos genéricos, e, então, nas décadas de 1910 e 1920, particularmente na arte popular²⁵³. (E isto para nada dizer de discursos estritamente naturalistas sobre o Homem que por essa altura preponderavam não só na antropologia colonial²⁵⁴ – como é comum afirmar-se – mas também metropolitana,

²⁵³ Cf. João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultural Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, capítulo 1 («A antropologia portuguesa entre 1870 e 1970: um retrato de grupo»); e idem, *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, capítulo 9 («Metamorfoses da arte popular»). Cf. também Rui Ramos, *A Segunda Fundação*, *op. cit.*, pp. 581-582.

²⁵⁴ Cf. Ricardo Roque, *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, ICS, 2001.

nomeadamente em meio académico²⁵⁵). Facto que não invalida que em registos etnográficos ocorram também, de forma ocasional, imagens impressivas da sua existência económico-social ou que o mesmo suceda de forma igualmente pontual entre os designados «estudos locais» então especialmente em voga (géneros bastas vezes indestrinçáveis e de que *Através dos Campos*, de Silva Picão, constitui, a este respeito, manifestação simultânea tão notável quanto excepcional²⁵⁶); ou ainda que, com base nos censos e em estatísticas oficiais, um publicista de renome como Bento Carqueja viesse a publicar em 1916 uma poderosa síntese estatística do «povo português», nos seus mais diversos aspectos, complementada aliás por inquéritos directos pontualmente aplicados pelo próprio²⁵⁷. Em *Agronomia*, contudo, determinações económico-políticas específicas *consagrarão a população como objecto de estudo desencadeando procedimentos de inventariação mais ou menos sistemática do modo de vida dos seus componentes* – de onde se destacará uma taxonomia das famílias rurais e, no limite, uma impressiva sociografia do Homem.

. O seu sinal mais aparente será a inclusão, nalgumas daquelas monografias, da fotografia, retratando aspectos da vida rural, na sua vulgaridade quotidiana (vd. Anexo Fotográfico II, figs. 6-10), e ainda das próprias famílias, no seu habitat social (*idem*, figs. 11-26). Mas a sua instituição ficará marcada sobretudo, como vimos, pela consagração de uma figura *mais abrangente* da população, enquanto categoria «demológica» (para utilizarmos a expressão atrás evocada) – muito embora, sublinhe-se, *pouco mais do que circunstancial*. Em boa verdade, no retorno que cada um dos finalistas do ISA efectuava às respectivas origens não se procurava senão fixar (documentadamente, é certo) casos-tipo de uma imagem mais ou menos idealizada do povo rústico, onde a não conformidade efectivamente apurada (a reputada «decadência», por exemplo) de alguns dos seus espécimes servia quando

²⁵⁵ Cf. Gonçalo Duro dos Santos, *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950: o que significa seguir uma regra científica?*, Lisboa, ICS, 2005.

²⁵⁶ José da Silva Picão, *Através dos Campos. Usos e Costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983 [1903]. Sobre este último género vd. António Santos Silva, *Palavras para um País*, Oeiras, Celta, 1997, capítulo 7 («Os lugares visto de dentro. Estudos e estudiosos locais do século XIX português»).

²⁵⁷ Bento Carqueja, *O Povo Português. Aspectos Sociaes e Económicos*, Porto, Chardron, 1916. Pelas suas características e pelos temas abordados (trabalho, urbanismo, etc.), a obra em causa mereceria por si mesma tratamento mais demorado. Merecê-lo-ia ainda pelo facto de no ano anterior à sua publicação, Bento Carqueja ter passado a leccionar, entre outras, a cadeira de Economia Política na recém-criada Faculdade Técnica do Porto. O carácter preambular do presente capítulo e a aparente singularidade daquela iniciativa justificam quanto a nós que o exame da relação entre ambos os factos se veja remetido para uma próxima oportunidade.

muito de mote a enunciados políticos de apelo à reparação económica e social, mas não para pôr em causa a propriedade dessa imagem – facto que nos seus aspectos formais será também comum aos discursos antropológicos nacionais de finais de oitocentos e princípio de novecentos, em torno da cultura popular²⁵⁸.

Importa sublinhá-lo, por um lado, para melhor aceder ao carácter verdadeiramente pioneiro que, particularmente a este respeito, de facto pode ser atribuído ao *Inquérito Económico-Agrícola*, dirigido por Lima Basto e lançado poucos anos depois, em 1931; mas também ao *Inquérito à Habitação Rural*, lançado em 1938²⁵⁹. Importa sublinhá-lo, por outro lado, para compreender o papel que, não obstante, conceitos como «freguesia» e «família» começarão por desempenhar aí na composição do objecto de estudo. Mas importa ainda sublinhá-lo para começar desde já a entrever por que razão, apesar da importância que a par de alguns poucos autores aqui se imputará a esses dois grandes inquéritos nacionais, ambos acabarão por ser votados a uma invisibilidade quase absoluta a que apenas muito pontualmente virão a ser resgatados – e a que, diga-se, ainda hoje se encontram parcialmente sujeitos, não tanto na qualidade de fontes para a história social do século XX português (de que na realidade foram já objecto)²⁶⁰, mas sobretudo enquanto núcleo mais ou menos oculto de desenvolvimento das ciências sociais em Portugal²⁶¹.

²⁵⁸ Cf. João Leal, *Antropologia em Portugal...*, *op. cit.*, caps. 7 e 8 («Imagens contrastadas do povo: cultura popular e identidade nacional na antropologia portuguesa oitocentista»); e «“Tylorian professors” e “japanese corporals”: teoria antropológica e identidade nacional na etnografia portuguesa», respectivamente): «O modo como o país é pensado sobredetermina os retratos que a antropologia portuguesa oitocentista portuguesa “tira” do povo e da cultura popular» (p. 110).

²⁵⁹ Cf. Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991, p. 500: «Naturalmente, a indagação económica e social agrícola tinha suas tradições em Portugal. Mas raras vezes foi metodologicamente globalizante, procurando caracterizar o conjunto do País. Foi esta a orientação que Lima Basto imprimiu ao seu estudo, pelo que apresenta, neste aspecto, as características de estudo pioneiro».

²⁶⁰ Refira-se, como exemplo paradigmático, Fernando Rosas, *O Estado Novo*, vol. VII de José Mattoso (org.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994. O trabalho em causa, contudo, refere apenas a publicação de um dos dois volumes de *Inquérito à Habitação Rural* efectivamente publicados. Refira-se ainda, entre outros, o recurso a estas fontes por parte de João Lemos de Castro Caldas no quadro do estudo da evolução histórica do regime de parceria agrícola em Portugal (*Terra e Trabalho: parcerias e parceiros*, Oeiras, Celta, 2001); o livro em causa constitui aliás o único trabalho que conhecemos que se socorre de forma exaustiva do acervo documental do arquivo da Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia composto pelos relatórios de licenciatura em áreas económico-sociais.

²⁶¹ Existem algumas excepções pontuais a esta regra: refira-se a breve síntese institucional apresentada por Fernando Estácio, «O caso das ciências sociais aplicadas à agricultura», *op. cit.*; embora centrado na ciência económica e nas suas relações com a política agrária, destaque-se o artigo de Fernando Oliveira Baptista, «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta-1974)», *op. cit.*; e de uma perspectiva da história do conhecimento idêntica a que aqui adoptamos (embora centrado em apenas um

Invisibilidade que se compreende, pelo menos em parte, tendo em conta o facto de muito antes ainda daquelas se começarem a afirmar plenamente, no princípio da década de 1960, terem sido sujeitos a um zeloso trabalho de esquecimento, em virtude do incómodo político que entretanto passarão a representar, e dos seus ecos não se escutarem senão ao longe no campo da oposição clandestina ao Estado Novo.

desses trabalhos), destaque-se também João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*, *op. cit.*, capítulo 5 («Pastoral e Contra-Pastoral: o *Inquérito à Habitação Rural*»). Maria Inês Mansinho e Luísa Schmidt fazem referência breve e genérica às monografias do Instituto Superior de Agronomia: «(...) em parte ainda inexploradas e que constituem um material de reflexão importantes sobre as problemáticas regional e local. § Várias gerações de *agrónomos* e *silvicultores* se preocuparam então em fazer uma descrição dinâmica das questões rurais através das ciências sociais: Lima Basto, Azevedo Gomes, Henrique de Barros, Castro Caldas, são nomes a reter» [«A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico», *Análise Social*, vol. XIX (125-126), 1994 (1.º-2.º), pp. 441-81, p. 446].

ANEXO FOTOGRÁFICO I

Fonte: B. C. Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro, *Le Portugal au point de vue agricole, op. cit.*, 1900.

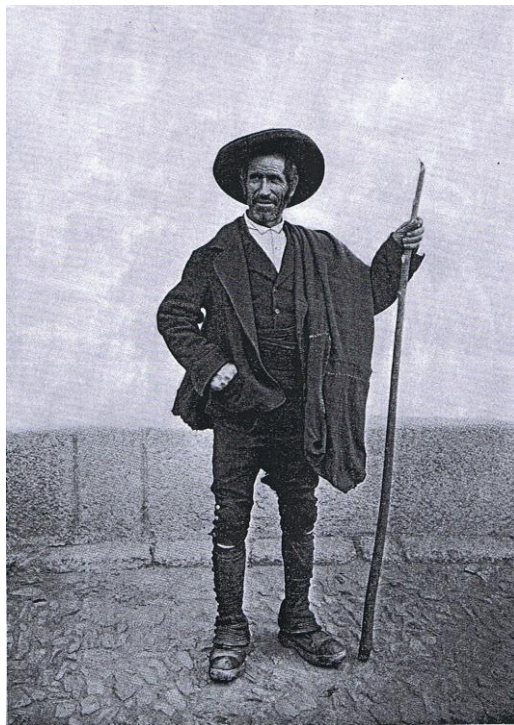
[Figuras n.º 1 e n.º 2]



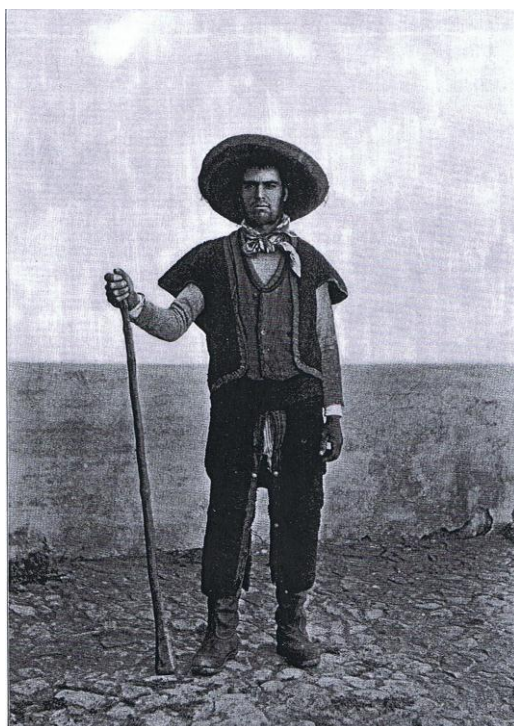
«Campagnard de Carriça (Minho)»



«Villageoise de Vianna do Castello (Minho)»



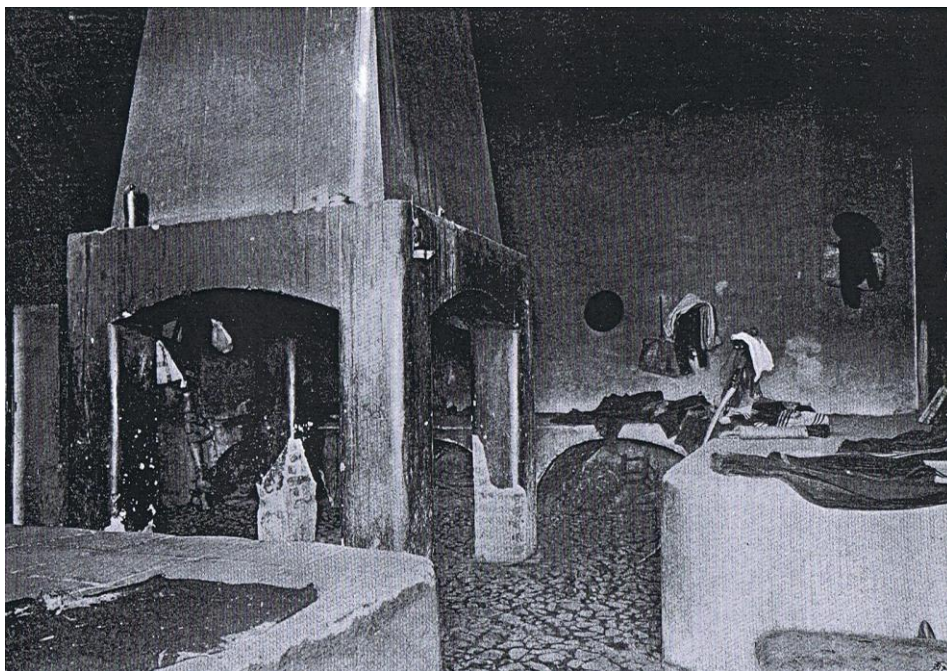
«Montagnard de la Serra da Estrela»



«Campagnard de l'Alemtejo»



«Paysan de l'Alentejo portant la soupe aux ouvriers qui travaillent loin du "monte"»



«Logement des ouvriers de la campagne (Casa de malta, à l'Alentejo)»

ANEXO FOTOGRÁFICO II

Fonte: Manuel Martins Baptista, *Estudos sob o ponto de vista económico e social, baseados no estudo das famílias segundo o método monográfico de Le Play (concelho de Cantanhede)*, op. cit., 1926.



«Bolho»



«Jornaleiros»



«Rapariga do Campo»



«Sardineiro»



«Mendigo»



«Escola»



«Família n.º 1»



«Família n.º 9»



«Família n.º 2»



«Da família n.º 2»



«Família n.º 4»



«Da família n.º 4»



«Família n.º 5»



«Da família n.º 5»



«Família n.º 6»



«Da família n.º 6»



«Família n.º 10»



«Da família n.º 10»



«Família n.º 11»



«Da família n.º 11»

3. INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA E ACÇÃO SOCIAL

Em 1936, no quarto e último volume de *Inquérito Económico-Agrícola*, Eduardo Lima Basto caracterizava nos seguintes termos a orgânica institucional da investigação económico-agrária em Portugal:

Existe na Estação Agrária Central uma Divisão de Estudos Económicos mas carece quase em absoluto de meios de acção; se alguns poucos trabalhos de investigação tem feito, devem-se quase exclusivamente à força de vontade do seu director [à época, Mário de Azevedo Gomes] e aos esforços individuais dos seus auxiliares que muito mais poderiam realizar se tivessem os necessários e devidos recursos. Quase na mesma situação está a Direcção Geral de Acção Social Agrária, no seu especial campo de actividade. § A cadeira de Economia Rural no Instituto Superior de Agronomia, não tem sequer anexo um simples gabinete de estudos, nem dispõe da mais pequena verba para trabalhos de investigação²⁶².

A este quadro acresceria ainda, nesse mesmo ano, a proibição de acumulações de cargos em organismos de ensino com outros em organismos de investigação, ao abrigo de provisão legal aprovada um ano antes. De acordo com Mário de Azevedo Gomes, tratava-se da «derradeira acção desconjuntante infligida ao “*sistema ensino, investigação, fomento*”» da Estação Agrária Central, depois da separação formal entre o Instituto Superior de Agronomia (que passaria a figurar no Ministério da Instrução Pública) e aquela organização do Ministério da Agricultura, onde até 1924 haviam permanecido ligados na mesma Direcção Geral de Ensino e Fomento²⁶³. Com a aplicação daquela lei assistir-se-ia então ao desmembrar da Estação Agrária Central (cujo corpo técnico era constituído por vários professores

²⁶² E. A. Lima Basto, *Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, vol. IV de *Inquérito Económico-Agrícola*, dirigido por E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1936, p. 437.

²⁶³ A este respeito vd. [Mário de] Azevedo Gomes, «Contra a incorporação do ensino agrícola no Ministério da Instrução», *Seara Nova*, n.º 149, 1929, pp. 68-69.

do ISA), que acabaria por ser extinta em 1936. A sua substituição pela Estação Agronómica Nacional, em 1937, tendo embora «reavivado o espírito de investigação» e em certos ramos da ciência agronómica promovido o «fluxo de uma seiva mais rica e promissora, marcando-se um real progresso», ficaria marcada pela supressão total na sua orgânica de outros ramos, nomeadamente da economia agrária: «(...) quando a Estação Agrária Nacional foi substituída pela Estação Agronómica Nacional sem que nesta tivesse sido incluído qualquer departamento destinado à investigação na área das Ciências Sociais, foi aberta uma lacuna importante nos serviços nacionais de investigação científica no domínio das ciências agrárias em Portugal»²⁶⁴.

No âmbito do ISA, por seu turno, a morte de D. Luís de Castro parece ter coincidido desde logo com um certo refluxo de uma até então incipiente primeira fase de investigação económico-social. Efectivamente, depois de 1928, e até 1934, a presença pontual de alguns trabalhos de economia rural no conjunto dos relatórios finais entregues durante esse período não disfarçará o desaparecimento completo de monografias consagradas a freguesias rurais, nos moldes anteriormente descritos²⁶⁵. Apenas depois dessa data, mas sobretudo a partir de 1937, voltaremos a encontrar aqui nova série de trabalhos genericamente dedicados à economia agrária do país de onde se destacará também, progressivamente, um importante subconjunto de trabalhos de investigação social. No ressurgimento de ambos, em especial deste último, será então de primordial relevância a acção de outras instituições da orgânica do Estado entretanto criadas, nomeadamente a Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola (criada em 1930 e decisivamente reorganizada em 1935) e muito em particular a Junta de Colonização Interna (criada em 1936), cuja actividade técnica viria a ser em larga medida alimentada por alunos finalistas do ISA, em regime de tirocínio curricular. A importância científica deste duplo relacionamento institucional será tratada mais adiante.

²⁶⁴ Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, op. cit., pp. 55-57. Cf. também, Fernando Estácio, «O caso das ciências sociais aplicadas à agricultura», op. cit., p. 796.

²⁶⁵ Registem-se Luís Pereira da Cunha Fialho, *A cultura da vinha – Seu aspecto económico agrícola no concelho de Aldegalega do Ribatejo*, Lisboa, ISA, 1930; Henrique Maria de Azevedo Coutinho Lobo Alves, *Subsídios para o estudo da exploração agrícola minhota*, Lisboa, ISA, 1930; e Lerenio Antunes Barradas, *Elvas Agrícola*, Lisboa, ISA, 1932. Destaque-se ainda, no mesmo período, a entrega do relatório final de curso de Henrique de Barros, *Ensaio sobre a história da colonização metropolitana*, Lisboa, ISA, 1930.

Igualmente decisiva será a iniciativa do Conselho Escolar da recém-criada Universidade Técnica de Lisboa (onde seria integrado o ISA), que em 1931 promovia a realização de um inquérito à situação económica da agricultura portuguesa, encarregando Eduardo Lima Basto – que por então regia já a cadeira de Economia Rural – de o dirigir²⁶⁶. Para lá do seu alcance económico imediato («pioneiro», segundo Castro Caldas, pela sua «vocaçãõ globalizante»), a saliência científica de *Inquérito Económico-Agrícola* apreciar-se-á antes de mais, como também teremos oportunidade de ver, pela ascendência directa que virá a exercer sobre toda uma geração de trabalhos neste domínio; mas igualmente, e desde logo, pela forte preocupação metodológica com a representatividade dos dados colhidos no terreno, de que resultará ainda uma expressiva imagem de conjunto – na realidade sem precedentes – das condições de vida concretas da população rural portuguesa ou, se quisermos, da vida social nos campos. A este respeito, vale a pena destacar antecipadamente o quarto e derradeiro volume da obra (*Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, de 1936), texto de síntese redigido pelo próprio Lima Basto, e ainda o primeiro dos três inquéritos em que aquele assentava, aplicado e relatado por Henrique de Barros (*Inquérito à Freguesia de Cuba*, de 1934), de onde ressaltará manifesta vocação sociológica. Tanto mais num panorama onde até então não pontuavam senão alguns incipientes esforços da referida Direcção Geral da Acção Social Agrária (do Ministério da Agricultura), que de resto constariam entre as poucas referências então disponíveis e ali citadas por Lima Basto.

Embora de alcance incomparavelmente menor que o referido inquérito, essas iniciativas permitem no entanto aferir a especificidade doutrinária e científica daquele e ainda convocar, pelo menos em parte, a evolução do quadro social e institucional em que virá a ser executado e dado à estampa. Será aliás por recurso a metodologias monográficas semelhantes que se dará corpo, num e noutro caso, a

²⁶⁶ Eduardo Lima Basto formara-se em Agronomia em 1902, no então Instituto de Agronomia e Veterinária. Depois de assumir aí funções de chefe de serviço, a partir de 1906, passará a Professor Catedrático de Mecânica, em 1911. Após a demissão de Luís de Castro em 1913, Lima Basto assegurou o ensino naquela área até à reintegração daquele, em 1917, data em que solicita licença graciosa. O termo desta coincide com a morte de D. Luís de Castro em 1928. Regressa ao ensino em 1931. Antes de 1926 foi por diversas vezes deputado e assumiu ainda funções de ministro do Comércio, do Trabalho ou das Finanças e de presidente da Câmara Municipal de Lisboa (Cf. Eugénio de Castro Caldas, «O “Instituto de Economia Agrária” que, em 1940, Lima Basto idealizou», em AAVV, *Centro de Estudos de Economia Agrária. 25 anos*, Fundação Calouste Gulbenkian – Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras, 1983, pp. 45-58).

programas de pesquisa bastante diversos – com resultados, também eles, assaz distintos.

CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Sensivelmente um ano após o lançamento do *Inquérito Económico-Agrícola* e ainda antes do seu primeiro volume sair do prelo, a Direcção Geral da Acção Social Agrária lançava em *Diário do Governo* de 1933 um «concurso de trabalhos monográficos sobre o regime e organização do trabalho rural, englobando a questão de higiene e conforto rural»²⁶⁷. A diligência dirigia-se em particular a técnicos dos serviços agrícolas nacionais, mas também a outras entidades. Cada monografia deveria conter o «estudo e observação» de cada um dos tópicos gerais propostos, num ou mais concelhos administrativos, desde que limítrofes. Para todas as monografias consideradas de mérito previra-se a remuneração de 250\$00 e, entre essas, a atribuição suplementar de 2000\$00 para a melhor e de 1000\$00 para as duas imediatamente seguintes, com direito a publicação em boletim do ministério. Esclarecimentos aos «concorrentes» e a indicação dos pontos que deveriam ser «especialmente focados» ficavam ao cuidado directo da Divisão das Corporações e Associações Agrícolas da referida Direcção Geral²⁶⁸.

Ao apelo replicara Jaime Dias, com trabalho premiado e publicado em número do *Boletim da Agricultura*, de 1934, intitulado «Regime e organização do trabalho rural, englobando a questão de higiene e conforto no concelho de Idanha-a-Nova»²⁶⁹. Entre as motivações indicadas para a resposta, o autor não deixava de invocar algumas de ordem pessoal, relacionadas com a sua própria condição de lavrador do concelho estudado, mas também com o seu sentimento de justiça, expressas ademais em termos particularmente ásperos:

²⁶⁷ Aviso em *Diário do Governo* n.º 39, 2.ª série, de 16 de Fevereiro de 1933.

²⁶⁸ Id., *ibidem*.

²⁶⁹ Cf. Jaime Dias, *Regime e organização do trabalho rural, englobando a questão de higiene e conforto no concelho de Idanha-a-Nova*, separata do *Boletim da Agricultura*, Ano II, n.ºs 9 e 10, III Série, Lisboa, Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direcção Geral da Acção Social Agrária, 1934. Proeminente beirão, Jaime Lopes Dias (1890-1977) destacar-se-ia pela extensa obra regionalista e etnográfica.

Português, amante da minha terra que prezo de ser, conhecedor do penoso viver do nosso povo, lidando há anos com o trabalhador do concelho de Idanha-a-Nova, onde, modesto lavrador, pratico a agricultura, entendi que não devia deixar de apresentar-me perante aquela repartição do Estado a fazer o meu depoimento, visto que alguma coisa de útil poderia resultar para tão esquecida e tão abandonada classe rural e para o desenvolvimento e valorização do solo egitanense, entregue ao esforço isolado da lavoura, que, sobretudo a média e a pequena, não vive, mas vegeta, quando não é asfixiada pelo próprio Estado.²⁷⁰

Quadro circunstancial, por seu turno, que era apresentado no âmbito de um justificativo mais geral onde se ressaltava a oportunidade do concurso, à luz, por um lado, da necessidade de construção e ressurgimento nacionais e sobretudo, por outro lado, dos desafios colocados pela recente crise económica internacional (1929-1930) e das responsabilidades político-sociais que daí considerava advir à acção do Estado, e – afirmava-se – que este entretanto efectivamente assumira.

De acordo com o autor, a tarefa de posicionar o país ao nível das mais civilizadas nações não podia ser feita à custa do meio rural; Portugal não era apenas a capital, sendo «necessário olhar com mais atenção para as esquecidas terras de província». Embora todos afirmassem aceitar a ideia, dizia, a verdade é que o país continuava atravessado por «pequenos dissídios» e a maioria das terras permanecia «atrasada algumas dezenas de anos em melhoramentos de civilização». Constatação que de resto se impunha, como afirmava, a quem quer que conhecesse um pouco do viver «das nossas pobres aldeias, mesmo de muitas das nossas vilas, do seu abandono, da carência dos mais elementares preceitos de higiene e conforto e do pobre viver das suas populações»²⁷¹. Às suas próprias palavras apunha ainda as de terceiros: «Mau grado todas as conquistas da civilização moderna, vive-se ainda hoje em dia nas nossas aldeias como se poderia viver em plena idade média»²⁷²; e

²⁷⁰ Id., *ibidem*, p. 4.

²⁷¹ Id., *ibidem*, p. 3.

²⁷² As palavras eram de Cunha Leal em *Ditadura, Democracia ou Comunismo?* (cf. id., *ibidem*).

afiançava-as com o parecer de Oliveira Salazar: «Quando se desce da capital à província, da cidade à aldeia, do clube, da redacção do jornal, do salão de festas ao campo, à fábrica, à oficina, o horizonte das realidades sociais alarga-se a nossos olhos e tem-se uma impressão diferente do que seja uma nação»²⁷³.

A premência deste «estado de coisas nacionais», porém, era considerada tanto maior em virtude da «extensa crise económica que perturba e avassala o mundo», e do conseqüente «agravamento da questão social». Impunha-se o seu remédio, tal como o afirmara já há quarenta e dois anos «alguém que não era libertário nem comunista», em concreto o Papa. Impunha-se em particular a acção dos governos, que procuravam realizar «com toda a razão a revolução de cima para baixo», antes que ela avançasse, «com todos os seus horrores, de baixo para cima». E especificamente em Portugal, dizia, tal como se inscrevera recentemente na Constituição da República (1933), pela consagração de diversas incumbências de âmbito social ao Estado, todas elas melhor resumidas, como afirmava, numa outra formulação mais simples que as da própria Constituição (que citava extensamente): «É garantido o direito à vida, entendendo-se como tal aquele que o homem tem de exigir trabalho e este de ser remunerado por forma a poder fazer face às suas necessidades normais e de sua família; é obrigatória a assistência, na doença, na invalidez e na velhice»²⁷⁴.

Seriam essas de resto as orientações emanadas nesse mesmo ano (1934) do I Congresso da União Nacional. Entre outras medidas mais ou menos avulsas – valerá a pena destacar desde já os votos então expressos no sentido da racionalização e ampliação da burocracia agrícola, da intensificação da política hidráulica ou do reforço da instrução agrícola²⁷⁵ – que não chegariam a articular-se numa política agrária propriamente dita (que permaneceria circunstancialmente marcada pela

²⁷³ Id., *ibidem*.

²⁷⁴ Id., *ibidem*, p. 4.

²⁷⁵ União Nacional, *I Congresso da União Nacional*, VII vol., s/ l., União Nacional, 1934, pp. 173-174. Relativamente à orgânica estatal referente à agricultura a subsecção em causa emitia os seguintes votos: «3.º - Organizar nas suas funções completar o Ministério da Agricultura, sistematizando os seus serviços, ligando-os por forma adequada com os serviços de outros Ministérios e tornando fácil o seu contacto com os organismos agrícolas de forma a tornar eficaz a sua acção conjunta. § 4.º - Ampliar e completar os serviços de organização geral, estudo e assistência técnica agrícola, revendo a sua situação actual e dotando-os convenientemente, segundo um plano de realizações progressivas». A respeito da política hidráulica entretanto lançada afirmava-se: «7.º - Manter a intensificação da política hidráulica indispensável à sólida economia do Estado e de largas conseqüências sociais e agrárias e dar seguimento e execução aos projectos de régua no sul do País valorizadores da riqueza nacional».

protecção concedida aos grandes interesses tradicionais²⁷⁶), pontuaria a necessidade expressa de «Estudar em bases equitativas e práticas um plano de assistência aos trabalhadores rurais»²⁷⁷.

A realidade, contudo, ficaria muito aquém do furor da prosa. De facto, o atraso estrutural herdado da I República acabaria não só por subsistir como seria activamente defendido pela agricultura patronal e absentista e por importantes segmentos políticos do Estado Novo. O predomínio de uma agricultura familiar semi-proletarizada, pobre e resignada com a sua situação, funcionava não só como factor de conservação da estrutura produtiva agrícola e de importantes sectores industriais tradicionais que extraíam as suas mais-valias de uma força de trabalho abundante e barata, paga abaixo do custo de subsistência (e de que aquele tipo de exploração agrícola se assumia como «viveiro natural»); mas, também, como elemento central de estabilização do sistema económico e político – enquanto «almofada amortecedora» das crises de desemprego e subsistência, e verdadeiro «pântano moderador» das tensões sociais²⁷⁸. Não obstante um inicial impulso reformista em domínio agrário (a que teremos oportunidade de nos referir em pormenor mais adiante), seria preciso esperar pela década de 1960 para que algo mudasse no meio rural, sob o peso da emigração maciça para as cidades e para o estrangeiro e de um decisivo arranque industrial. Até então, a uma paisagem rústica naturalmente diversa e geograficamente dividida pela bacia do Tejo e pela cordilheira central, sobrepunham-se por igual fortíssimas desigualdades económicas

²⁷⁶ De acordo com Fernando Rosas, [«Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)», *Análise Social*, vol. XXVI (3.º-4.º), 1991 (n.º 112-113), pp. 771-790], a política agrária da Ditadura Militar e dos primeiros anos do Estado Novo (1926-1934) ficaria marcada pela «preocupação de acudir sectorialmente à defesa de certas produções ligadas aos principais *lobbys* de interesses rurais» (antes de mais aos do trigo, a que corresponderia o lançamento da Campanha do Trigo em 1929), mas também aos do vinho e do arroz, e, já mais tarde, do azeite e das lãs (pp. 772-773). Semelhante intervenção ter-se-á projectado em concreto na fixação administrativa de preços «compensadores» para a produção nacional (acima dos produtos estrangeiros equivalentes), na imposição de restrições à importação de produtos concorrentes, na cartelização corporativa da produção agrícola e das indústrias transformadoras correspondentes, na centralização dos comércios interno e externo, na concessão de créditos à produção e financiamento dos designados «melhoramentos rurais» (no sentido de fixar mão-de-obra assalariada), e na garantia político-policia de baixos salários (id., *ibidem*, p. 773). Segundo o mesmo autor, a esta orientação no sentido da substituição dos mecanismos de mercado pela busca de uma auto-suficiência assente em esquemas proteccionistas também não terá sido alheia a conjuntura de crise internacional do início da década de 1930 (id., *ibidem*, p. 774).

²⁷⁷ *I Congresso da União Nacional*, op. cit., p. 174.

²⁷⁸ Fernando Rosas, *O Estado Novo*, op. cit., pp. 40-41.

e sociais, procedentes e reprodutoras de uma estrutura fundiária e social profundamente iníqua²⁷⁹. Retenhamos os seus traços essenciais.

VIVER NOS CAMPOS EM 1930

Ao norte de Portugal, como se sabe, predominava a exploração de dimensões reduzidas e parcelada; a sul (no Alentejo, sul da Beira Baixa e Baixo Ribatejo), explorações de grandes dimensões e concentradas; a este respeito, a Estremadura e o norte do Ribatejo representavam zonas de transição, onde pontuavam já com algo peso explorações de dimensões consideráveis. Propriedades como estas, com superfícies superiores a 100 hectares, embora não perfizessem mais do que 0,4 por cento do número total de explorações detinham cerca de 45 por cento das terras; no extremo oposto, as explorações com menos de 1 hectare de superfície representavam 50 por cento do conjunto das explorações agrícolas e apenas 4 por cento da superfície continental; a importância relativa das explorações de dimensões consideradas intermédias, com superfícies compreendidas entre os 20 e os 100 hectares, era praticamente residual – 2 por cento do total, predominantemente situadas a sul. Quanto às formas de exploração, a conta própria excedia apenas ligeiramente o arrendamento capitalista e a parceria, em que o proprietário cedia o terreno e o capital de exploração a um «parceiro» de quem cobrava parte do produto por ele obtido. O facto mais saliente, no entanto, residia no predomínio esmagador da exploração familiar (82 por cento), que englobava estas formas de exploração indirectas e ainda casos de pequenos proprietários que cultivavam directa e solitariamente os seus próprios terrenos – na realidade, o grosso da conta própria, uma vez que os grandes proprietários tendiam a «dá-las de renda».

²⁷⁹ O resumo que se segue procura seguir no essencial a síntese e as conclusões propostas por Fernando Rosas, *ibidem*, pp. 35-53. Os dados quantitativos apresentados têm a mesma proveniência e reportam-se fundamentalmente a Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito às explorações agrícolas*, Lisboa, INE, 1952-1954, Instituto Nacional de Estatística, *IX Recenseamento geral da população*, s/ l., s/ e., 1950; Instituto Nacional de Estatística, *X Recenseamento geral da população*, Lisboa, INE, 1960; e ainda a estimativas constantes de Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, *op. cit.*, e Fernando Oliveira Baptista, *Política Agrária (anos 30-1974)*, dissertação de doutoramento, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1984. Os elementos qualitativos indicados têm genericamente por base alguns dos trabalhos da época do Instituto Superior de Agronomia que trataremos de forma mais ou menos pormenorizada ao longo do nosso texto.

Fracamente capitalizada e alimentada por mão-de-obra familiar, semelhante forma de exploração tendia fundamentalmente para a auto-subsistência, abarcando porém situações económica e socialmente diversas – na sua precariedade comum, sublinhe-se. Aqueles que conseguiam obter da terra cultivada o suficiente para o seu sustento sem ter de recorrer à venda da sua força de trabalho a terceiros viviam com maior desafogo relativo. No início da década de 1950 semelhante situação figuraria nas estatísticas agrícolas sob a designação de «exploração familiar perfeita», que contabilizava então 32 por cento das explorações mas apenas 14 por cento da força de trabalho agrícola (a estimativa pode ser aplicada sem grande margem de erro à década de 1930). Por detrás do número e da respectiva categoria assomava uma classe de «camponeses médios» que subsistia à custa do seu próprio trabalho e do trabalho gratuito dos membros da família (por vezes da vizinhança); em boa parte também, das remessas dos emigrantes; e ainda do escoamento a baixos preços do parco excedente das suas produções. A estes expedientes, muitas famílias associavam uma «produção artesanal de auto-subsistência», sobretudo no Norte, onde a tecelagem do linho, o fabrico de utensílios ou a produção doméstica de pão eram relativamente comuns, como forma de complementar os respectivos sustentos. A perspectiva de ascender a patrão capitalista animava certamente a vida de alguns destes agricultores; mais frequentemente, esperava-os a emigração para a cidade ou para o estrangeiro, ou a progressiva proletarização.

Precisamente nesta última situação encontrava-se toda uma gama de pequenos agricultores cujos terrenos cultivados, demasiado pequenos ou pulverizados em parcelas, não produziam o suficiente para assegurar a sobrevivência da família e para quem o salário (agrícola ou industrial, sazonal ou permanente) constituía complemento indispensável do seu sustento – e não mais que isso, visto que os lavradores ricos ou os proprietários industriais contavam com a produção agrícola do respectivo assalariado para assegurar o remanescente da reprodução da sua força de trabalho. A prevalência destas «explorações familiares imperfeitas» pode ser estimada em cerca de metade do total, com especial incidência no litoral, e em mais de 60 por cento das explorações familiares. Na ausência de outras fontes de

rendimento, a este «campesinato pobre» não restava muitas vezes senão a migração sazonal ou a mendicidade em bandos²⁸⁰.

Verdadeiramente dramática, porém, era a situação da maioria daqueles que, sem acesso à terra, tinham como única fonte de rendimento a força dos seus braços. Estimativas para a década de 1930 indicam que os assalariados agrícolas representavam uma proporção superior a 40 por cento do total da força de trabalho disponível. Com o designado campesinato pobre, constituíam «a grande legião da população activa rural». A importância relativa dos primeiros crescerá até à década de 1960, então travada pelo êxodo rural e pela emigração em massa. Aquele número, no entanto, disfarça fortes discrepâncias regionais: na década de 1950, o proletariado rural englobaria mais de 70 por cento dos activos agrícolas do Sul e 22 por cento da população activa da zona de agricultura familiar. Mas a figura estatística encobre também a existência de condições económico-sociais assaz diversas no seu seio.

Tal como entretanto se passaria a fazer nos trabalhos da época realizados no ISA (a partir do *Inquérito Económico-Agrícola*), havia que distinguir entre trabalhadores *permanentes* e *temporários*. Os primeiros distribuíam-se por uma extensa hierarquia de categorias, de feitores a criados da lavoura, passando por toda uma gama intermédia de especialidades agrícolas, ao serviço das grandes explorações. A sua condição profissional garantia-lhes não só alimentação e habitação durante todo o ano – que muitas vezes constituía parte do salário e a que acrescia ainda vestuário ou direitos de cultivo sobre certos terrenos – mas também, nalguns casos, a acumulação de algumas poupanças. Viviam por isso numa situação relativamente privilegiada, quando comparados com os segundos. Estes, por seu turno, os designados trabalhadores eventuais, que constituíam a larga maioria dos assalariados agrícolas, viam-se constringidos a ser contratados à empreitada ou apenas ocasionalmente. No Sul chegavam a representar dois terços da população activa. Profissionalmente desqualificados, pagos ao dia, em dinheiro ou em géneros, e às vezes com direito a comida, não conseguiam durante boa parte do ano acumular o suficiente sequer para garantir a sua própria subsistência – ademais sujeitos como estavam a um desemprego endémico ou ao sub-emprego generalizado.

²⁸⁰ Sobre este último aspecto vd. Susana Pereira Bastos, *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.

Afirmar que o seu destino lhes guardava muitas vezes a fome, o recurso à penhora ou à mendicidade, permite talvez imaginar as condições em que viviam. Mas aquilo que se possa deduzir da situação que os obrigava a semelhantes opróbrios fica certamente aquém da sua condição efectiva – teremos oportunidade de o constatar, em plano de fundo, à medida que formos invocando os trabalhos de investigação realizados no ISA e noutros ambientes institucionais mais ou menos adjacentes²⁸¹. É graças a eles aliás, no seu conjunto, que é hoje possível reconstituir em detalhe, para as décadas de 1930 a 1950, a sociologia rural de um país que era então essencialmente agrícola. A empreitada foi já consumada, como dissemos, pelo menos em parte, e é nela que nos apoiamos para apresentar esta síntese. Em larga medida, contudo, permanecem actualmente por delimitar as condições de produção e a especificidade desses contributos – a sua *importância histórica*. A este respeito, parece-nos, é desde logo esclarecedor a carência relativa, para o mesmo período, de elementos equivalentes relativos às cidades²⁸². Mas importa sobretudo notar, por cotejo directo, em que medida aqueles discursos se destacam de outros do mesmo âmbito, de procedência política, académica ou análoga, que por então vigoravam de forma hegemónica sobre as representações vigentes da vida rural. É que por vezes parecem dominar também, da mesma forma, a nossa imaginação actual acerca de tudo aquilo que foi dito e escrito a esse respeito.

Encontramo-nos em pleno território da História do Conhecimento: para lá de estratégias individuais e de contextos políticos e sociais, torna-se imperativo atender ainda às modalidades efectivas dessas palavras – aquilo que se procura conhecer, as formas concretas de obter conhecimento e os resultados que conseguem alcançar. Veja-se como as palavras de Jaime Dias, cuja monografia vínhamos acompanhando,

²⁸¹ Para uma síntese de alguns desses trabalhos vd. id., *ibidem*, pp. 53-59.

²⁸² A este respeito compare-se por exemplo a desproporção do número de fontes invocadas por Fernando Rosas (*O Estado Novo, op. cit.*) relativamente à estratificação social, aos salários, às condições laborais e, sobretudo, às condições de vida dos trabalhadores rurais, por um lado, e do operariado industrial, por outro, na década de 1930 (respectivamente, pp. 48-59 e 91-99); registe-se também o detalhe relativo com que este último tema é abordado em cada um dos dois casos, muito superior para o meio rural; finalmente, registe-se ainda a própria natureza das fontes, no primeiro caso maioritariamente contemporâneas do período tratado e recolhidas por inquérito directo, no segundo fundamentalmente estimativas indirectas efectuadas em trabalhos já posteriores ou mesmo recentes, com a significativa excepção de Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle (op. cit.)*, que de forma enfática confirma a regra; registe-se finalmente que a caracterização da população operária industrial do país «do ponto de vista das suas principais características sociológicas» é efectuada com base em dados relativos à «alvorada do século XX», constantes de Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979.

muito embora aflorassem com detalhe as condições de vida do seu próprio concelho, não podiam dar conta do problema social em toda a sua extensão e senão reduzi-lo, na sua génese, a uma abstracta «lei económica».

UM RETRATO ISOLADO

A estrutura geral do trabalho em causa reproduzia a ordem dos temas superiormente indicada. A um capítulo introdutório incluído por iniciativa do autor, onde se dava «Notícia geográfica, económica e histórica do concelho de Idanha-a-Nova» (e que incorporava também dados relativos à distribuição estatística da população), seguiam-se capítulos respectivamente dedicados às «Condições e caracteres económicos e sociais do trabalho e dos trabalhadores agrícolas» (capítulo II), à «Higiene e conforto rural (III) e, finalmente, ainda de acordo com as indicações expressas no programa do concurso, um capítulo onde se aventavam «Soluções destinadas a contrariar defeitos observados e a remediar faltas reconhecidas» (IV). O segundo capítulo em particular encontrava-se dividido em 3 secções sucessivamente consagradas às formas de exploração da «Agricultura», aos «Trabalhadores Agrícolas» e à sua «Instrução». A atenção do autor incidia especialmente nos trabalhadores, focando, entre outros aspectos, o seu «Número e categorias principais», os «Contratos» vigentes, as «Formas de recrutamento», os «Dias e horas de trabalho» e os «Salários»²⁸³.

Os dados de pormenor avançados para cada uma das categorias de trabalhadores (numerário, géneros e serviços auferidos, na qualidade de salário) veiculavam uma imagem mais ou menos geral das suas condições de vida neste concelho particular, pontualmente sintetizada em passagens como a que dava corpo à alínea «Rendimento do trabalho agrícola»:

²⁸³ Jaime Dias, *Regime e organização do trabalho rural...*, *op. cit.*. As 11 alíneas que davam corpo a esta secção eram as seguintes: número e categorias principais; formas de recrutamento; contratos; dias e horas de trabalho; salários; causas que influem na alta ou na baixa dos salários; falta de alojamentos no campo; influência do viver industrial das povoações na alta ou baixa dos salários; rendimento do trabalho agrícola; educação profissional; e vontade ao trabalho.

Já se disse, o jornaleiro de Idanha-a-Nova não pode concorrer no trabalho com o da borda d'água, por exemplo, ou com o ribatejano. § Alimenta-se mal. § O salário não dá para ele, e além dele há quase sempre a família. § Cinco escudos nas condições actuais do custo de vida, com dias, com semanas intercaladas sem trabalho, dão o que bastas vezes se verifica: ir tudo para o penhor: as arrecadas da mulher, quando as tem, ou algum lençol de cama, se o há; passando muitas privações e muita miséria! § É assim sem exagero. § As refeições constam, como já se disse, de almoço, jantar, merenda em parte do ano, e ceia. § Só nesta última o jornaleiro come alimento cozinhado: o caldo. § E que caldo!... § Quantas vezes mal adubado porque há apenas uns restos de toucinho que, ao quilograma ou menos, foi comprado à chaniceira, ou umas escorralhas de azeite que o azeiteiro ainda deixa desprender do último quartilho adquirido na taberna!²⁸⁴

Valia-lhe, de acordo com o autor, o «meio físico» e o «ambiente saudável», bem como a condescendência dos proprietários, pouco exigentes e de resto complacentes com a preguiça: «se o trabalhador de Idanha-a-Nova tivesse que trabalhar como em algumas regiões se trabalha, teria que comer também como ali se come, sob pena de cair no trabalho por inanição!»²⁸⁵.

Aduziam-se ainda as causas de tão baixos salários, para o autor explicados naturalmente pela «velha e tão mal tratada lei da oferta e da procura». O «mal» em concreto, dizia, encontrava-se não no «*chômage* consequência da racionalização do trabalho como agora sói dizer-se, certamente não está nas máquinas», mas no facto de a terra não comportar as gentes²⁸⁶. A solução, em parte, depois de melhorados os transportes, encontrava-se na diversificação industrial e em específico no fabrico de telha e tijolos que desse bom uso aos bons barros abundantes na região. O «grande remédio», porém, quanto a si, só poderia advir da «transformação cultural, nos processos de exploração», e da necessária obra de hidráulica, por construir, que permitisse superior aproveitamento da mão-de-obra²⁸⁷.

²⁸⁴ Id., *ibidem*, p. 29

²⁸⁵ Id., *ibidem*..

²⁸⁶ Id., *ibidem*, p. 28.

²⁸⁷ Id., *ibidem*, pp. 28-29.

Paralelamente, o estado geral da «Higiene e Conforto Rural», a que dedicava o terceiro capítulo, não era considerado melhor. Nele analisava-se globalmente as «Povoações» e a «Habitação familiar» e focava-se ainda a situação de «Indústrias domésticas», da «Moral cívica e moral familiar», da «Assistência, Previdência, Reforma», ao que acrescia nota, em registo etnográfico, relativa aos «Divertimentos» mais comuns. Do estudo de pormenor de cada um destes tópicos ressaltavam algumas conclusões, destacadas em capítulo final, entre outras referentes ao capítulo anterior, e que o autor resumia globalmente em 5 pontos:

1. A existência de 1500 famílias de jornaleiros com perto de 6000 componentes [em 27 952 habitantes], que não têm assegurado o trabalho e portanto o pão de cada dia;
2. A falta de instrução e a ausência de educação profissional para os trabalhadores agrícolas;
3. A deficiente alimentação do jornaleiro e de suas famílias;
4. A falta de higiene e conforto nas povoações e nas habitações; e,
5. A deficiente assistência médica e hospitalar, a ausência completa de previdência, seguro ou reforma, de protecção às crianças e aos velhos²⁸⁸.

Finalmente, para cada um destes problemas, e em perfeita consonância com as orientações políticas entretanto consagradas²⁸⁹, apunha-se em secção própria sugestões destinadas a remediá-los: o já referido melhor aproveitamento da mão-de-obra pela *irrigação* e eventual transformação do meio agrícola em meio agrícola-industrial – o que permitia, por agora, e como fazia questão de sublinhar o autor, não entrar no «transcendente problema da divisão forçada da terra» (da *reforma agrária*, sublinhe-se); a *intensificação do ensino primário* e a criação de uma *jornada mínima* para o assalariado e sua família; a comparticipação do Estado em 50 por cento dos orçamentos das *obras de melhoramento rural*, a autonomização dos serviços de saúde e o cumprimento das posturas municipais, depois de reformadas e actualizadas; e, por último, a *criação de estabelecimentos de assistência oficial*,

²⁸⁸ Id., *ibidem*, p. 43.

²⁸⁹ Cf. *supra* notas 275 e 276.

financiados por contribuições impostas aos mais ricos, juntamente com o estabelecimento obrigatório de seguros e reformas para os trabalhadores²⁹⁰.

Não nos ocuparemos da sorte de tais recomendações. Aqui interessa-nos sobretudo sublinhar o carácter aparentemente circunstancial da iniciativa, sob a forma de concurso, apenas precedida 25 anos antes por outra vagamente semelhante, em plena monarquia, dessa feita destinada a dar início a um inquérito à economia nacional e a apurar as causas do êxodo rural²⁹¹; ao que acrescia ainda a própria modalidade da resposta, circunscrita a concelhos singulares ou a conjuntos de concelhos limítrofes de cuja selecção para além do mais ficava incumbido o próprio «concorrente». A este propósito diga-se que Lima Basto, em conferência de 1935, evidenciando conhecimento do concurso se limitava a reportar o trabalho citado – o que sucederia também no *Inquérito Económico-Agrícola*²⁹². Registe-se, porém, que Henrique de Barros aproveitaria também ele parte dos dados por si colhidos e publicados no já citado primeiro volume daquele inquérito, para submeter a sua própria candidatura ao concurso da Direcção Geral de Acção Social Agrária, com *A população e o trabalho agrícolas na freguesia de Cuba*²⁹³. Seja como for, pela sua própria

²⁹⁰ Jaime Dias, *Regime e organização do trabalho rural...*, *op. cit.*, pp. 43-46.

²⁹¹ De acordo com um trabalho preparado para a ocasião, tratava-se de um *Concurso de Monografias* lançado em 1909 pelo Ministério das Obras Públicas. No relatório e projecto de decreto que o instituiu, a iniciativa era então justificada do seguinte modo «O estudo monográfico das freguesias rurais do país é ao mesmo tempo o ensaio e o início do inquérito geral à vida económica nação. (...) Os investigadores a quem fôr confiado o inquérito geral, encontrarão nestas monografias a experiência dos processos de investigação e nos resultados apurados uma espécie de vertices da rede de geodesia económica que abrangerá todo o continente». Entre as razões aduzidas para «adocção do processo monográfico» destacava-se ainda «O predomínio crescente da população urbana que se está fazendo sentir nocivamente no empobrecimento da vida rural (...)» e ainda a emigração, «cujas causas é necessário estudar na propria origem das populações válidas, a quem o mal estar local obriga a procurar subsistências em outras regiões... É na freguesia rural, principal viveiro da nossa emigração, que é preciso surpreender as causas que a determinam e porventura o fio de uma acção que a extinga ou oriente por forma mais útil à nação» (cf. Humberto Beça, *Ermezinde. Monografia Histórico-Rural*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1924). Com a instauração da República o concurso viria a ser revogado, razão pela qual a monografia citada só veria a luz do dia quinze anos mais tarde.

²⁹² Cf. E. A. Lima Basto, *Níveis de vida e custo de vida. O caso do operário agrícola português*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1935, p. 48. Eugénio de Castro Caldas refere-se-lhe também de forma expressiva como a «curiosíssima Monografia do Concelho de Idanha-a-Nova do Dr. Jaime Lopes Dias» (em Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. II, *A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Baixa)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1947., p. 359).

²⁹³ Henrique de Barros, *A população e o trabalho agrícolas na Freguesia de Cuba*, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas – Ministério da Agricultura, Junho de 1934. Tratava-se de uma monografia executada no âmbito da Divisão de Estudos Económicos da Estação Agrária Central. Os dados e conclusões veiculados constam do capítulo «A população e o trabalho» do relatório redigido por Barros no âmbito do *Inquérito Económico-Agrícola*, a que nos referiremos adiante.

natureza, a iniciativa não podia redundar senão numa imagem muito parcelar da vida social nos campos (com perfeita tradução nas respectivas conclusões), em virtude quer dos seus objectivos específicos quer do carácter no mínimo aleatório de eventuais respostas. A este título em particular, a distância que a separará do *Inquérito Económico-Agrícola* é de facto absolutamente notável. A filiação doutrinária e os respectivos objectivos eram também eles, afinal, bem diferentes, na esteira, como veremos, da já longa tradição nacional de reformismo agrário, de que Lima Basto era então um dos principais cultores (como bem denota, por exemplo, a orientação imposta às suas lições de Agricultura Comparada no ISA²⁹⁴).

Com apoiantes nos mais diversos quadrantes políticos e genericamente qualificável por um produtivismo anti-decadentista estribado num «regresso modernizante à terra», semelhante doutrina assentava de forma global em propostas de emparcelamento das pequenas propriedades a norte do Tejo; de parcelamento das herdades do Sul; de instalação de colonos provenientes das primeiras nos terrenos das segundas e lançamento de obras de hidráulica agrícola destinadas a viabilizar o aproveitamento destas; e, finalmente, de arborização do solo considerado sem aproveitamento agrícola²⁹⁵. Tais ideias, que remontavam a meados do século XIX e que teriam expressão acabada no famoso projecto de lei de fomento rural de Oliveira

²⁹⁴ Prof. [E. A.] Lima Basto, *Agricultura Comparada*, sebenta das lições, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, s/ d. De resto, Lima Basto tivera ensejo de tentar passar à prática as suas ideias sobre o assunto, aquando da sua fugaz passagem pelo cargo de ministro do Trabalho, em 1917. Entre outras medidas, o seu decreto de mobilização agrícola previa a possibilidade de o ministério que dirigia vir a promover o cultivo de «terrenos de alqueive, incultos e de pousio pertencentes a particulares: § arrendados pelo Estado quando os seus proprietários a isso se prestem, por não os quererem explorar directamente; § ou requisitados pelos Estado, quando se verifique que os seus proprietários não querem utilizar para a sua cultura os auxílios que o Estado lhes proporcione nem mesmo os queiram arrendar (artigo 1.º, alínea i do referido decreto, citado em Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para a História da Questão Agrária...*, op. cit., p. 464). Como noutras ocasiões, porém, os grandes interesses fundiários falariam mais alto.

²⁹⁵ Sobre esta tradição do pensamento agrário português e respectiva evolução vd. Fernando Rosas, «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal: elementos para o seu estudo», em José Luís Cardoso e António Almodovar (orgs.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, op. cit., pp. 357-372; o mesmo autor sublinha a especificidade daquilo que também designa por neofisiocratismo, relativamente «ao ruralismo conservador e anti-industrialista ou das utopias de retorno ao Antigo Regime próprias dos integralistas»: «É de um regresso modernizante à terra que aqui se trata, da criação de uma «nova agricultura» como base do desenvolvimento económico do país, designadamente do seu desejável desenvolvimento industrial» (p. 363); Rosas destaca ainda a sua especificidade face ao unilateralismo industrialista dos anos trinta e quarenta, pela prioridade concedida à modernização agrícola. Sobre o mesmo assunto vd. ainda Luciano do Amaral, «Reformismo Agrário», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, op. cit., pp. 821-823.

Martins (de 1877)²⁹⁶, viriam entretanto a adquirir dignidade institucional, nos primeiros anos do Estado Novo, como um dos eixos da política agrária do novo regime²⁹⁷. Efectivamente, a partir de meados da década de 1930, com a designação do ministro Rafael Duque para a pasta da Agricultura (1934), passaremos a vê-la consignada na orientação política governamental, nomeadamente pelo desenvolvimento (e execução) de projectos de colonização e, muito em particular, pela criação da Junta de Colonização Interna em finais de 1936²⁹⁸. O facto ajudará a compreender mais adiante não só a inicial benevolência política para com trabalhos tão incómodos quanto aquele *Inquérito Económico-Agrícola* ou o *Inquérito à Habitação Rural*, como a própria arrancada técnico-científico de que o segundo virá a representar, de certa forma (e no domínio específico da investigação social), expressão culminar. Elemento de uma estratégia de pacificação dos campos mas também, sublinhe-se, de um plano de desenvolvimento económico do país a que se associava então um discurso de acentuado pendor industrialista, o reformismo agrário ver-se-ia entretanto rendido à força dos interesses mais imediatos da «lavoura»²⁹⁹. Não sem consequências para o destino daquelas obras.

Como é sabido, porém, iniciativas daquele tipo haviam sido já pontualmente precedidas por outras idênticas desencadeadas ainda antes do golpe militar de 1926 (que abriria caminho ao Estado Novo), onde figuraria desde logo (ainda que apenas

²⁹⁶ Oliveira Martins, «Projecto de lei de fomento rural», em Oliveira Martins, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editora, 1994, pp. 9-156.

²⁹⁷ Cf. Fernando Rosas, «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)», *op. cit.*; vd. ainda idem, *O Estado Novo*, *op. cit.*, pp. 432-433.

²⁹⁸ Cf. id., *ibidem*. Sobre a importância desta orientação doutrinária, perfilhada pelo próprio Oliveira Salazar, na política agrícola do Estado Novo e em particular sobre a acção de Rafael Duque vd. também Luciano do Amaral, «Rafael Duque», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, *op. cit.*, pp. 278-279. Sobre a acção da Junta de Colonização Interna, no âmbito geral desta corrente doutrinária e no quadro orgânico específico do Estado Novo vd. Fernando Oliveira Baptista, «Colonização Interna», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, *op. cit.*, pp. 159-162 e, sobretudo, idem, *A Política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993; vd. ainda João Lemos de Castro Caldas, *Política de colonização interna. A implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna*, Lisboa, ISA, 1988.

²⁹⁹ Fernando Rosas refere-se às condicionantes de alguma hesitação legislativa na consagração daqueles princípios e da quase nula aplicação prática que tiveram as políticas de modernização agrária destacando em primeiro lugar «o forte peso económico, social e político dos lobbies representativos da grande agricultura cerealífera do Sul e da lavoura absentista e rentista em geral, sendo, como eram, importantes segmentos da base de apoio ao Estado Novo. A sua ideologia ruralista, ultraconservadora e antidesenvolvimentista – fortemente pesante no discurso oficial do regime – defenderia afincada e persistentemente os velhos privilégios dos “senhores do pão” e da grande lavoura tradicional contra as ofensivas do reformismo agrário e do industrialismo, remetendo-os, especialmente o primeiro, para o rol das manobras subversivas e desestabilizadoras da “ordem estabelecida”» («O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal...», *op. cit.*, p. 369).

de modo circunstancial) o estudo monográfico de famílias rurais – a que depois recorreria igualmente o referido *Inquérito Económico-Agrícola*. Ora, é à luz da dignificação política deste reformismo agrário que julgamos poder compreender também a edição em 1935, pela mesma Direcção Geral de Acção Social Agrária, de um relatório de 1930, da autoria de Mário Fortes, relativo a um primeiro ensaio de colonização de 1926, a colónia agrícola dos Milagres³⁰⁰. Atentemos nele por um momento.

ENSAIO DE COLONIZAÇÃO

Mário Fortes era à data chefe dos Serviços de Baldios e Incultos da Divisão de Baldios, Incultos e Colonização daquela Direcção Geral³⁰¹. Para além da crónica legislativa do processo de constituição dessa colónia e da exposição do seu detalhado plano de exploração, o autor apresentava ainda os dados técnicos atinentes aos diversos estudos técnicos efectuados para definição e delimitação da área colonizável do baldio em causa, entre os quais constavam estudo agrológico, estudo geo-agrológico e estudo fito-cultural³⁰². Para a constituição do projecto definitivo de colonização agrícola procedera-se então à fixação da superfície mínima capaz de prover o sustento duma família, tarefa que por seu turno, tal como se afirmava, fora efectuada com base em «estudo da vida familiar dum lar de cultivador»³⁰³. Também aqui, porém, de acordo com os desígnios expressos, a imagem parcelar que se veiculava da vida quotidiana nos campos estava longe de poder dar conta das

³⁰⁰ Mário Fortes, *Colónia Agrícola dos Milagres. Concelho de Leiria – Freguesia dos Milagres*, separata do *Boletim da Agricultura*, ano II, n.ºs 4 e 5, III Série, Lisboa, Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direcção Geral da Acção Social Agrária, 1935. Sobre as circunstâncias em que foi elaborado este projecto e sobre a acção de Mário Fortes nesse âmbito vd. Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, *op. cit.*, pp. 526-527.

³⁰¹ À data da redacção do relatório o referido Serviço encontrava-se integrado na Direcção Geral do Fomento Agrícola.

³⁰² Para conferir os antecedentes legislativos e doutrinários da iniciativa e para um resumo dos pormenores técnicos do presente relatório vd. João Lemos de Castro Caldas, *Política de colonização interna...*, *op. cit.*; sobre esta colónia em específico vd. Sara Mónico Lopes, *De baldio a colonato: a Colónia Agrícola dos Milagres*, Leiria, (1925-1950), Lisboa, tese de mestrado do ISCTE, 2003.

³⁰³ Mário Fortes, *Colónia Agrícola dos Milagres...*, *op. cit.*, p. 12.

condições de vida efectivas da população rural – nem era esse, de resto, o seu objectivo.

A publicação do relatório servia de pretexto para uma actualização da pertinência do projecto em causa, pela mão do próprio Mário Fortes. Em preâmbulo começava-se por clarificar a confusão, tomada por frequente no espírito de muitos «menos familiarizados com as questões sociais e económicas da actualidade», entre «colonização de valorização económica» e aquilo que designava por «colonização de povoamento»³⁰⁴. A primeira modalidade, relativamente à qual referia a existência de alguns casos pontuais espalhados pelo país, nem sempre assegurava «residência estável» e «continuidade de ocupação à agrícola» à família do agricultor³⁰⁵; a segunda, de cujo único exemplo era a colónia dos Milagres, procurava precisamente garanti-lo. Esta tinha por isso largas vantagens sobre a primeira, não só económicas, mas também, como se sublinhava, «morais e políticas». A «colonização de valorização económica» considerava-se de aconselhar apenas em zonas de grande fluxo de trabalho eventual; noutras, onde a agricultura mantivesse carácter extensivo ou em que fosse normalmente necessário o recurso a correntes migratórias, o meio mais recomendável de vincular a colonização consistia na posse imediata do terreno pelo colono, constituído em unidade familiar, ou pela comunidade de interessados. Sendo mais dispendiosa, afirmava, era esta modalidade que maior interesse público garantia, «já como valioso instrumento de ruralização da grei, já como factor da melhoria da condição social do cultivador»³⁰⁶.

Assim, e mediante esta orientação, a selecção da família estudada tivera por base um conjunto de «meia dúzia de casos» de famílias pobres, sustentadas exclusivamente pelo valor do braço, mas reputadas «estáveis»³⁰⁷; considerara-se igualmente a circunstância do colono poder associar ainda ao rendimento da sua parcela de terreno o produto do salário obtido pelo trabalho em terra alheia e, desta forma, expressamente de acordo com o método tipológico de Le Play, cuja família

³⁰⁴ Id., *ibidem*, p. 5.

³⁰⁵ O autor referia nomeadamente os «aforamentos» das areias de Salvaterra de Magos, Marinhais, Benfica do Ribatejo, Almeirim; a divisão e o aforamento do baldio da Câmara Municipal de Serpa; divisões similares na Serra de Grândola, na Amareleja, na Serra de Mértola, entre outras (id., *ibidem*).

³⁰⁶ Id., *ibidem*, pp. 5-6 (sublinhado nosso).

³⁰⁷ Sobre o processo de selecção dos colonos nesta iniciativa em específico vd. João de Lemos Castro Caldas, *Política de colonização interna...*, *op. cit.*, p. 10.

configurasse um caso do 2.º tipo³⁰⁸. De acordo ainda com o método «deste economista clássico» apresentavam-se algumas «notas ou elementos diversos da [sua] constituição social» e o «orçamentos das receitas e despesas familiares», atendendo a itens como a alimentação, o vestuário, despesas com a casa (renda e mobiliário) e despesas diversas (incluindo gastos com barbeiro, pároco e ainda com o médico, farmácia e livros, considerados «imprevistos»): o défice estimado de 255\$00 anuais, face às receitas auferidas pelo salário, consideradas primárias, poderia então ser coberto pelo produto das colheitas que, por sua vez, e de acordo com as estimativas, era passível de garantir ainda algum proveito líquido. Face às quatro premissas consideradas – «agrológica, lito-hidrológica, económica e familiar» – fixava-se em 5 hectares a extensão considerada para prover o sustento duma família de cultivador³⁰⁹.

Note-se, contudo, e é este o ponto que importa sublinhar, como a família estudada não representava senão uma entidade relativamente abstracta, estritamente engendrada de acordo com critérios estabelecidos em função dos objectivos económicos e políticos definidos. Efectivamente, e como o próprio relatório especificava, supusera-se família formada por 6 pessoas, número tomado por «termo médio», composta por casal e 4 filhos; as refeições eram igualmente objecto de conjectura, de acordo com o que «normalmente» era praticado por uma família da freguesia dos Milagres; os salários auferidos eram na realidade imputados a dias passíveis de se obter trabalho noutras explorações, tal como se pretendia que viesse a ocorrer; as próprias despesas orçamentadas, ainda que referentes a consumos efectivos, eram estimadas com base em encargos parcelares de uma família realizados durante um mês do ano. Neste âmbito, a família, enquanto unidade económico-social, não era senão instância geral de uma imagem uma vez mais idealizada daquilo que era e do que deveria continuar a ser a vida rural; os dados colhidos no terreno relativos às suas condições de vida – tidos por constantes e por definição generalizáveis a famílias do mesmo tipo – não eram senão termos de uma equação contabilística em que a única verdadeira variável era a extensão do terreno a atribuir – mas que nem por isso, como dissemos, deixariam de ser citados em

³⁰⁸ Mário Fortes, *Colónia Agrícola dos Milagres...*, *op. cit.*, p. 12.

³⁰⁹ Id., *ibidem*.

Inquérito Económico-Agrícola, então no quadro de uma apreciação geral da condição económico-social do trabalhador rural português.

UMA NOVA ATITUDE POLÍTICA FACE AO ESTADO

Como veremos de seguida, a mesma metodologia de acesso à vida familiar, no âmbito da mesma orientação doutrinária embora na esteira de objectivos diversos, servirá de suporte, no referido *Inquérito Económico-Agrícola*, a uma representação mais geral da vida nos campos de onde sobressairá em particular a amplitude da miséria, sobretudo entre categorias inferiores de trabalhadores. A esta constatação seguir-se-á a necessidade expressa de estudar em pormenor a sua condição, configurada já como *objecto de estudo específico*. Será aliás na sua decorrência e conformando-se a semelhante objectivo que dois anos após a edição do seu derradeiro volume, em 1938, virá a ser lançado o questionário-guia para o *Inquérito à Habitação Rural*, como extensão do primeiro, e cuja realização e publicação consagrará o conhecimento da população como área de estudos no âmbito da Economia Rural. Paralelamente, e para além da referida ascendência metodológica que aquele primeiro inquérito virá a exercer no domínio institucional do ISA, técnicas introduzidas e apuradas no seu decurso revelar-se-ão ainda instrumentais na renovada aposta do Estado na política de colonização; que, por seu turno e como teremos oportunidade de ver, virá ela própria a mostrar-se categoricamente determinante na instituição e desenvolvimento daquela área de estudos.

De forma mais alargada, sublinhe-se, e entre certos sectores governativos, é própria a atitude política face ao Estado que, filiada na tradição reformista a que acima fizemos referência, passará a atribuir-se um papel central na direcção da vida económica e social da nação e na modernização geral do país – que terá precisamente por base a intervenção ao nível da questão agrária³¹⁰. Semelhante atitude ver-se-á então

³¹⁰ Cf. Fernando Rosas, «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal...», *op. cit.*, p. 368. A este respeito o autor afirma de forma expressa: «Todo o projecto reformista agrário desde fins do século passado [do século XIX] está indissociavelmente ligado à ideia central da redefinição do papel do Estado na vida económica e até, mais ou menos explicitamente, na sociedade em geral. (...) Desde o cesarismo martiniano ao Estado Novo salazarista, passando pela efémera experiência sidonista da “República Nova” ou pelo “dessarranjo brusco e virtuoso” preconizado por certos seareiros, ou seja,

condensada numa série de diligências legislativas coordenadas e apontadas ao meio rural na qual caberão agora ao Estado importantes iniciativas infraestruturais e organizativas – e já não apenas intervenções supletivas referentes à fixação de preços e comercialização de produtos – de que a colonização representará tão-somente um dos eixos daquilo que viria afinal a constituir uma verdadeira política agrária de carácter global e totalizante³¹¹. De facto, e como também teremos oportunidade de ver, tal política contemplará igualmente grandiosos planos de hidráulica agrícola (e de povoamento florestal) ou a reestruturação e dignificação ministerial da burocracia estatal neste domínio, que passará entretanto a contar com novos institutos especificamente consagrados à sua execução – e onde se deve destacar a criação da Junta de Colonização Interna em 1936.

Mas é ainda o próprio estatuto da colonização interna que se altera, agora enquanto esteio de um programa de correcção da estrutura fundiária em que se pretende fazer assentar, simultaneamente, a intensificação e a diversificação culturais, e a regeneração moral *mas também física*, saliente-se, da população rural – e não tanto já como simples instrumento de fixação da mão-de-obra assalariada adjacente às grandes explorações ou de povoamento e valorização do território. Daí também, cremos, o progressivo deslocamento de projectos em que se considera a constituição de explorações familiares «imperfeitas», cujas áreas atribuídas não cheguem por si só para garantir o sustento das famílias que as exploram (como no caso apresentado por Mário Fortes), para projectos em que se prevê a constituição de empresas familiares «viáveis», que elevem antigos assalariados ou camponeses pobres à condição de proprietários – mas, sobretudo, que se bastem económica e socialmente.

Trata-se, enfim, de todo um programa reformista que procurará lançar as bases agrícolas de uma modernização industrial (desde logo das indústrias complementares da produção agrícola) e, de forma mais imediata, responder ao impasse de um modelo económico centrado no proteccionismo das grandes produções do trigo, do arroz ou da vinha, que vinha revelando sinais de

desde finais do século XIX até, pelo menos, ao segundo pós-guerra, as ideias e os homens do fomento económico (neofisiocratas ou industrialistas) surgirão quase sempre ligados, com maior ou menor compromisso ideológico, às teorizações e experiências autoritárias de superação do liberalismo político e económico» (id., *ibidem*).

³¹¹ Cf. Fernando Rosas, «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)», *op. cit.*

esgotamento. É que à estagnação das principais produções agrícolas ou até mesmo ao recuo das principais culturas arvenses (após os substanciais aumentos da década de 1920), e ao défice produtivo que se instalará a partir de 1936 relativamente ao trigo, somar-se-á a constatação dos limites da área cultivável bem como o fim do «mito dos incultos» e, portanto, o reconhecimento da improcedência de soluções culturais de carácter meramente extensivo ou quantitativo. Mas trata-se também de procurar absorver um excesso populacional a que a agricultura existente não consegue dar resposta e que se traduz, simultaneamente, num designado «sobrepovoamento rural» (ou se quisermos na «fome de terra») e numa incapacidade para atender à necessidade acrescida de subsistências³¹². Será o próprio ministro Rafael Duque a afirmá-lo numa conferência já de 1940, a este título paradigmática e intitulada precisamente *As Subsistências e a População*, onde destacará como «problema central do nosso tempo» a necessidade de «estabelecer as condições gerais que contribuam para absorver os excedentes da população; fazer de elementos inactivos ou de fraca produtividade instrumentos criadores de riqueza socialmente útil, restituindo-lhes poder de compra para satisfação das necessidades próprias e da família»³¹³.

Que este impulso reformista económico e social tenha sucumbido aos efeitos da II Guerra Mundial e ao contra-ataque ideológico, político e económico do poderoso lóbi ruralista, acabando por se ver substituído pelos desígnios industrialistas do pós-guerra, não só não o destitui do profundo significado político-económico de que se revestiu – enquanto primeira política agrícola integral do Estado português e, de forma mais genérica, na qualidade de ensaio inaugural de desenvolvimento planeado; como não invalida, como dissemos, que tenha contribuído de modo decisivo para a constituição dos saberes sócio-agrários (entre outros) dentro e fora do ISA. Desde logo, pelo enquadramento político que proporcionará às primeiras iniciativas destinadas a apurar a situação económico-social da agricultura portuguesa (e da população rural em específico), a que não deu directamente origem mas a cujos resultados e metodologias conferiu suporte ideológico e até mesmo visibilidade – nomeadamente pelo

³¹² Cf. id., *ibidem*.

³¹³ Rafael Duque, *As Subsistências e a População*, conferência proferida em 17 de Abril de 1940, no Teatro da Trindade, pelo Ministro da Agricultura Dr. Rafael Duque, a convite da União Nacional, Lisboa, Ministério da Agricultura, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Repartição de Estudos Informação e Propaganda, 1940, pp. 28-29.

aproveitamento a que os submeterá no quadro das políticas de hidráulica agrícola e de colonização interna. Mas também, enfim, por via de iniciativas desses mesmos organismos (Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola e Junta de Colonização Interna) que darão seguimento e desenvolverão as primeiras – procedentes da Universidade Técnica de Lisboa (a que passará então a pertencer o ISA) e que serão objecto dos próximos capítulos.

PARTE II.
REFORMISMO AGRÁRIO
E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

4. INQUÉRITO ECONÓMICO-AGRÍCOLA (1934-1936)

UNIVERSIDADE E ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

Em ofício de 30 de Dezembro de 1931, o reitor da recém-criada Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Azevedo Neves, comunicava ao titular da cadeira de Economia Rural do Instituto Superior de Agronomia, Eduardo Lima Basto, que o Conselho Universitário o encarregava de dirigir um inquérito à situação económica da agricultura nacional³¹⁴.

Instituída um ano antes, por decreto do ministro da Instrução Pública, a UTL passava a reunir as escolas técnicas superiores, com sede em Lisboa³¹⁵. Para além do ISA, a nova instituição universitária englobaria ainda o Instituto Superior Técnico, a Escola Superior de Medicina Veterinária e o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. A medida legislativa que consagrava a nova universidade dava corpo a um projecto que remontava já a 1913, na ocasião apresentado por um grupo de professores daquele grau de instrução. Em parte traduzia-se assim formalmente a dignidade de que entretanto e progressivamente se haviam revestido as profissões técnicas, cuja formação escolar permanecia à data numa posição institucional indefinida. O processo, porém, não fora isento de conflitos e até mesmo de oposição expressa, precisamente em torno da atribuição do novo estatuto universitário. A criação da UTL à margem da Universidade clássica buscava congruar consensos a este respeito; mas estavam também em causa concepções acerca da natureza da própria universidade e do ensino superior, quanto ao seu relacionamento com o Estado e às funções que lhe deviam competir – nomeadamente no desenvolvimento da vida económica do país. Em causa estava

³¹⁴ Cf. E. A. Lima Basto, «Prefácio», em Henrique de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, vol. I de *Inquérito Económico-Agrícola* dirigido pelo Prof. E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1934, p. V.

³¹⁵ Decreto 19 081, de 2 de Dezembro de 1930. Relativamente a este assunto procuramos seguir no essencial a síntese interpretativa do processo proposta por Carlos Manuel Gonçalves, *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2006, pp. 131-138. Sobre a mesma medida vd. também Moisés Bensabat Amzalak, *Para a História da Universidade Técnica de Lisboa – A fundação da Universidade*, Lisboa, Editorial Império, 1956.

também o alargamento das responsabilidades cometidas aos técnicos (a sua «função social»), que os próprios reivindicavam³¹⁶, no quadro de outras estratégias e conquistas tendentes a exponenciar o respectivo protagonismo³¹⁷, e que o Estado promoveria, dando corpo por diversas vias a uma «ideologia tecnocrática» marcada pela crença nas competências daqueles para reger e administrar o desenvolvimento económico³¹⁸ – mas também outros domínios da vida social, como veremos.

O preâmbulo do decreto que a constituía referia-se a ambos os aspectos, sublinhando o posicionamento institucional específico da UTL:

A cultura das mais altas carreiras económicas, como a engenharia, a veterinária, a agronomia e actividade mercantil já atingiu entre nós uma elevação científica não inferior à das chamadas carreiras liberais. Ao lado das Universidades clássicas, centros de alta cultura e de investigação científica, é tempo de se formarem Universidades técnicas, ensinando como se deve desenvolver a vida económica, com todas as exigências materiais da civilização moderna.

No discurso de tomada de posse como reitor, Azevedo Neves confirmava, também ele, a renovada intimidade com a administração central e destacava as incumbências que considerava daí advirem:

³¹⁶ Cf. Carlos Manuel Gonçalves, *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, op. cit., pp. 197-199.

³¹⁷ Cf. id., *ibidem*, pp. 196-197. Vd. ainda Fernando Rosas, *O Estado Novo*, op. cit., pp. 90-91.

³¹⁸ Seguimos a aplicação que neste contexto Maria de Lurdes Rodrigues faz da expressão (*Os engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo*, Oeiras, Celta, 1998). A este respeito vd. João Bernardo, *Labirintos do Fascismo. Na Encruzilhada da Ordem e da Revolta*, Porto, Edições Afrontamento, 2003, pp. 319-326: «Foi talvez neste aspecto que o salazarismo melhor antecipou ideias que viriam a ser correntes na segunda metade do século XX, considerando que governar não correspondia a um acto voluntarioso de energia política, mas a uma decisão intelectual tomada por especialistas habilitados. Na nota que dirigiu ao país em 3 de Setembro de 1940, apresentando uma das suas mais importantes remodelações ministeriais, Salazar observou que “a política, como arte humana, existirá e será sempre necessária, enquanto existirem homens; mas o governo parece que será cada vez mais uma função científica ou técnica”» (p. 321). Para Bernardo, semelhante orientação constituirá não só característica central do regime salazarista como virá a ser determinante para a estabilidade e longevidade do Estado Novo (cf. p. 319). Recuperaremos esta ideia mais adiante, quando abordarmos a acção da Junta de Colonização Interna.

À face do decreto criador, a Universidade Técnica de Lisboa é um novo organismo eminentemente nacional, diverso das Universidades clássicas nas suas bases, orientação e espírito, moderno, de índole social, centro de investigação científica e de finalidade prática, foco de propaganda do ensino técnico, órgão destinado a servir o Estado por meio de inquéritos e estudos que o Governo especialmente o encarregue ou que ele entenda dever propor e executar, centro de cooperação mútua dos diversos institutos, elemento destinado a auxiliar as Associações Técnicas no estudo dos vários problemas de fomento nacional³¹⁹.

Palavras que seriam devidamente correspondidas na prática, nomeadamente pelo lançamento de uma série de inquéritos sobre problemas nacionais de natureza económica de que ficariam cometidas as diversas escolas da UTL, em regime de rotatividade.

Seria essa a delimitação institucional mais imediata daquele que viria a ser o mais importante trabalho de investigação económico-social até então realizado em Portugal, o *Inquérito Económico-Agrícola* – que seria também o primeiro a ser executado no âmbito daquela série. Na realidade, a sua execução assentaria em questionário composto, ainda no quadro da Divisão de Estudos Económicos da Estação Agrária Central (do Ministério da Agricultura), por Henrique de Barros, que aí assumia funções de adjunto, sob as indicações do respectivo director, Mário de Azevedo Gomes, e por sugestão directa deste³²⁰. A este respeito, Lima Basto limitar-se-ia a revê-lo e a acrescentar, de sua iniciativa, «alguns quesitos relativos à situação económica dos trabalhadores rurais e empresários agrícolas»³²¹. Tal como afirmaria mais tarde, contudo, em «Carta-prefácio» anexa ao derradeiro volume da obra, de 1936, a directriz geral que nele orientava o recurso a monografias familiares, na boa tradição da Economia Rural do ISA, mas também e sobretudo na linha de práticas

³¹⁹ *Anuário da Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa, UTL, 1954, p. 7 (citado por Carlos Manuel Gonçalves, *A Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, *op. cit.*, p. 132).

³²⁰ Cf. Anónimo, «A-propósito de “Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal” do Prof. E. A. Lima Basto», *Agros*, Ano XXI, n.º 3, Maio-Agosto de 1938, pp. 90-100.

³²¹ Id., *ibidem*.

então vigentes a nível internacional, como veremos, era da sua própria responsabilidade³²².

A obra começaria por evocar a crise financeira de 1929, que lhe servia de mote. Apesar da relativa resistência patenteada pela economia portuguesa e de alguns factores atenuantes do seu impacto em Portugal (desde logo o seu relativo fechamento ao exterior), a crise internacional não deixaria de exercer os seus efeitos sobre a economia nacional, nomeadamente por intermédio da interrupção das transferências monetárias oriundas do Brasil (com prejuízo ao nível das remessas dos emigrantes, mas também de rendimentos de capital português aí investido), pela diminuição do fluxo de emigração (decorrente das dificuldades económicas dos países de destino) e pela quebra das cotações das principais exportações de origem colonial. Ao decréscimo das principais exportações tradicionais do país (vinho, conservas e cortiça), mas também das próprias importações, e para além de uma moderada redução da produção industrial (entre outros danos de natureza mais estritamente financeira), a crise afectaria ainda sectores específicos da agricultura destinados à exportação, atingidos pela retracção dos mercados internacionais; e desencadearia uma redução do preço do trigo, sob a pressão do trigo exótico, dos baixos salários e do aumento do desemprego³²³. O objectivo expresso do inquérito, tal como constava das «Bases» que o orientavam, consistia assim em «analisar comparativamente a estrutura e a posição económico-social actuais da grande e da pequena exploração em agricultura, prestando especial atenção às consequências que para cada uma delas, acarretou a última crise económica»³²⁴. Como de certa forma denunciava a formulação desse desígnio, o inquérito tinha no entanto motivações reformistas mais vastas – que teriam tradução inequívoca e directa nas opções metodológicas assumidas e na natureza das suas conclusões.

³²² E. A. Lima Basto, «Carta-prefácio», em E. A. Lima Basto, *Alguns aspectos económicos da Agricultura em Portugal*, *op. cit.*, p. XI.

³²³ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo*, *op. cit.*, p. 136-144.

³²⁴ [E. A. Lima Basto], «Bases para o plano de Inquérito Económico-Agrícola a realizar pela Universidade Técnica», em Henrique de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, *op. cit.*, pp. VII-XXXII.

REPRESENTATIVIDADE E CASOS-TIPO

No seu formato final, o inquérito viria a ser constituído por três volumes iniciais, cada qual contemplando a monografia de uma freguesia, e por um quarto, da responsabilidade do seu director, destinado a alinhar algumas considerações gerais e onde se procurava mostrar a importância que para o estudo e progresso económico e social do país, pode ter um trabalho desta natureza³²⁵. No terreno, a sua prossecução seria conduzida com base num plano uniforme assente no referido questionário. Este, por seu turno, fora dividido em duas partes distintas, a primeira aplicável às freguesias em geral, a segunda centrada naquilo que aqui se denominava «unidades económicas» ou «económico-sociais» (explorações agrícolas e famílias de agricultores) e executada mediante o denominado «método monográfico»³²⁶. A designação de umas e outras, porém, obedeceria agora, ao invés do que até então fora norma no ISA (e fora dele), a um cuidadoso processo de selecção desenhado à luz dos objectivos propostos. Face à impossibilidade prática de estender o inquérito a todo país, ou sequer a grandes regiões caracterizadas pela predominância de determinada «estrutura da propriedade e da exploração e trabalho», tal como se pretendia, evocavam-se meticolosas diligências para que as instâncias estudadas pudessem ser consideradas *representativas*: as freguesias da estrutura agrária da zona a que pertenciam; e as unidades económicas da diversidade económico-social da região em causa³²⁷. Optava-se assim pelo estudo tão exaustivo quanto possível de quatro concelhos do país e, na medida dos recursos disponíveis, de tantas instâncias – freguesias e unidades económico-sociais – quantas necessárias para os caracterizar³²⁸.

³²⁵ Cf. E. A. Lima Basto, «Carta-prefácio», *op. cit.*, p. XV. A sua preocupação com o desenvolvimento dos estudos agrários não era inédita. Já em 1917, quando ocupava o cargo de ministro do Trabalho e por ocasião do seu Decreto de Mobilização Agrícola, Lima Basto cometera o seu ministério de «Promover e executar todos os estudos, trabalhos e melhoramentos necessários para o mais útil aproveitamento dos terrenos para a cultura e, em geral, todas as medidas que contribuam para desenvolvimento e aperfeiçoamento da agricultura» (art.º 1 alínea o) do referido decreto (citado em Manuel Villaverde Cabral, *Materiais para a História da Questão Agrária*, *op. cit.*, p. 465).

³²⁶ Cf. [E. A. Lima Basto], «Bases para o plano de Inquérito Económico-Agrícola a realizar pela Universidade Técnica», em *Henrique de Barros, Inquérito à Freguesia de Cuba*, *op. cit.*, Bases 5.ª e 6.ª.

³²⁷ Cf. *id.*, *ibidem*, Base 2.ª.

³²⁸ Cf. *id.*, *ibidem*, Bases 4.ª e 6.ª.

O processo obedeceria a vários passos, de uma elaboração metodológica assinalável. De acordo com os *propósitos comparativos* apontados, dois concelhos deveriam pertencer a região caracterizada por acentuada predominância da pequena exploração; os outros dois, inversamente, a região em que dominasse a grande exploração. Dentro de cada um destes dois grupos, por sua vez, um deles deveria reunir condições para que pudesse ser tomado por «concelho tipo da região», ou seja, aquele que com maior exactidão reproduzisse os seus aspectos sociais, económicos e agrícolas, tal como se explicitava. Em contrapartida, o segundo deveria poder ser considerado atípico: em concreto, e recorrendo à formulação que o expressava, «aquele que – pertencendo à mesma região e apresentando as mesmas características naturais do anterior – que mais se afaste da feição regional no que se refere à área e regime de explorações agrícolas». Ao estudo do caso-tipo acrescia agora, para efeitos de comparação, o estudo do caso anómalo. Pretendia-se assim aferir, por um lado, as condições «mesológicas» que justificam determinada estrutura de propriedade e, por outro, isolar as causas que explicavam as variações apuradas. O objectivo de semelhante estratégia, de acordo com a orientação doutrinária que o animava e tal como se assumia de forma expressa, consistia na *avaliação da possibilidade de modificar as estruturas efectivas*³²⁹. Neste quadro, e face à inconveniência prática de abranger num único estudo a área total de um concelho, a análise deveria então incidir directamente ao nível da freguesia, de todas as que o compusessem ou daquela que melhor permitisse a sua caracterização aproximada, num e noutro caso³³⁰.

Na realidade, como dissemos, o inquérito acabaria por ser aplicado apenas a três freguesias, duas de concelhos alentejanos, a terceira do norte do país – que, na sua diversidade, se pretendiam *representativas* da estrutura agrária nacional ou, se quisermos, da composição do *território*. Assim, D. Francisco de Vilhena, professor auxiliar do ISA, receberia directamente de Lima Basto a incumbência de estudar um qualquer concelho a Norte, em região caracterizada por acentuada predominância da pequena exploração. A opção em concreto pela freguesia de Santo Tirso, no concelho do mesmo nome, ficaria a dever-se a contingências profissionais –

³²⁹ Cf. id., *ibidem*, Base 3.^a

³³⁰ Cf. id., *ibidem*, Base 4.^a

considerando que nela se expressava convenientemente aquela circunstância³³¹. Victória Pires e Paiva Caldeira, respectivamente Director do Posto Agrário de Portalegre e Adjunto da XVII Brigada Técnica da Campanha de Produção Agrícola, seleccionariam o concelho de Elvas, por entenderem configurar região onde predominava com nitidez a grande propriedade, e em específico a freguesia de Santo Ildefonso, por nesse quadro se tratar de uma das mais características³³². Finalmente, Henrique de Barros optaria pelo concelho de Cuba, onde sendo predominante a grande exploração avultava um grande número de pequenos prédios rústicos, conformando-se portanto ao disposto na «Base 3» relativamente ao estudo das causas que provocavam o aparecimento de pequenas explorações em região de grande exploração. Embora inicialmente pretendesse estender o inquérito às 3 freguesias que compunham o concelho (Cuba, Vila Alva e Vila Ruiva) acabaria por se ver obrigado a limitá-lo à freguesia homónima, que melhor o representava nas suas condições gerais³³³.

Por seu turno, o processo de selecção das «unidades económico-sociais» a monografar em cada uma das freguesias encontrava-se também ele sujeito a minuciosas indicações. Estas, no seu conjunto, veiculavam igualmente, como no caso da escolha das freguesias, uma estratégia de acesso à realidade bem distinta do que até então era norma neste domínio. Não só se considerava de início uma gama muito mais alargada de tipos eventuais a considerar, que transcorria exaustivamente toda a escala socioprofissional (da «família de grande proprietário» ao «jornaleiro imigrante temporário», passando pelo «parceiro cultivador» e por todo um conjunto de categorias intermédias), como se passava também a sujeitar essa escala, já de si alargada, a alterações e acrescentos que o contacto directo com o terreno motivasse³³⁴: quando no quadro de cada um dos tipos previamente designados se

³³¹ D. Francisco d'Almeida Manuel de Vilhena, *Inquérito à Freguesia de Santo Tirso*, vol. III de *Inquérito Económico-Agrícola* dirigido por E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1934, p. V.

³³² D. R. Victoria Pires e J. J. Paiva Caldeira, *Inquérito à Freguesia de Santo Ildefonso do Concelho de Elvas*, vol. II de *Inquérito Económico Agrícola* dirigido por E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Junho de 1934, p. 5.

³³³ Henrique de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, *op. cit.*, pp. 3-4.

³³⁴ As categorias e subcategorias inicialmente previstas para inquérito eram as seguintes: *a*) família de grande proprietário; *b*) de médio proprietário; *c*) de pequeno proprietário; *d*) de rendeiro; *d a*) duma grande exploração; *d b*) duma mediana exploração; *d c*) duma pequena exploração; *e*) dum parceiro cultivador; *e a*) duma grande exploração; *e b*) duma mediana exploração; *e c*) duma pequena exploração; *f*) de seareiro; *g*) de feitor ou outro delegado do proprietário; *h*) de criado; *i*) de pastor; *j*) de jornaleiro

notassem «divergências importantes», o inquiridor deveria então proceder ao estabelecimento de «sub-tipos», sujeitando-se a um número de monografias suficientes de modo a que todos diversos casos ficassem convenientemente documentados. Tal como se indicava, a escolha dos tipos de família, para que fosse rigorosa, implicava desde logo o conhecimento prévio da freguesia. Era nesse sentido que se indicava expressamente que esta segunda parte do inquérito só fosse aplicada depois de preenchida a primeira. Para cada caso, o inquiridor ficava assim incumbido de monografar pelo menos uma família, considerada representativa do seu tipo, ou tantas quantas as reputadas necessárias para que o conjunto pudesse ser tomado como tal.

Tão ou mais significativa, a este respeito, era a orientação transmitida para que cada uma das instâncias examinadas ficasse conhecida não só «isoladamente» mas também à luz da respectiva posição no conjunto, ou seja, «dentro do quadro geral em que se desenvolvem a produção e a vida rural, isto é, nas suas relações com os diversos outros casos». A estratégia metodológica delineada de forma a obter este objectivo consistia na ordenação sucessiva das diversas instâncias apuradas em cada freguesia por referência à unidade económica de maior dimensão – uma família de proprietário. Começando por esta, a selecção dos restantes deveria ser efectuada entre aqueles que com ele directamente se relacionassem. Concretizando, admitia-se que o proprietário, para além dos bens que directamente explorasse, possuísse ainda outros sujeitos a «arrendamento» ou «dados de parceria»; que tivesse um «feitor» e que empregasse «criados» e «pastores»; e que desse ainda trabalho a «jornaleiros». Contemplando-os a todos, por referência àquele, compunha-se a rede que permitia estudar por um lado a situação das famílias agrícolas, nas suas diversas condições, mas também considerá-las no quadro geral da vida económica e social da freguesia.

habitante na freguesia; k) jornaleiro emigrante temporário (Cf. as «normas gerais» para a 2.^a parte do questionário utilizado, especificamente dedicada às monografias das unidades económico-sociais das freguesias, «Bases para o plano de Inquérito Económico-Agrícola a realizar pela Universidade Técnica», *op. cit.*, p. XXIII-XXIV).

A EXTENSÃO DA MISÉRIA

Em face dos objectivos propostos, cada um dos três relatórios ficaria assim indelevelmente marcado pelo relativo pormenor com que caracterizava cada uma das três freguesias e, em particular, como pretendemos aqui destacar, a situação económica e social das populações correspondentes, nos termos definidos. Embora com diferenças assinaláveis ao nível da respectiva composição e nem sempre respeitando à letra as orientações veiculadas por Lima Basto, a estrutura geral de cada um deles seguia aproximadamente a organização do questionário que lhes servira de base.

O mais abreviado, referente à freguesia de Santo Ildefonso, limitava-se a anotar de forma sucinta a resposta a cada um dos quesitos previstos, para ulterior aproveitamento no volume final. Os mais de 100 itens relativos à primeira parte do questionário (comum às três freguesias) tratavam aqui ordenada e telegraficamente aspectos como a produção agrícola, o comércio, a distribuição estatística da população ou o regime de exploração da terra³³⁵. Na segunda parte do relatório (respeitante às unidades económico-sociais) registava-se, nos mesmos termos, neste caso específico apenas para uma família proprietária, dados relativos à sua composição, ao grau de instrução e ocupações dos respectivos membros, aos capitais acumulados, à organização da exploração, ao pessoal que empregava, ao orçamento anual de receitas e despesas, à sua alimentação, ao destino dado às economias realizadas e a ainda à existência de eventuais casos de emigração. Neste trabalho, as restantes categorias de trabalhadores mereciam apenas menção relativamente breve, na secção dedicada ao pessoal empregado pela família monografada, onde se referiam dados relativos às remunerações vigentes, às respectivas condições contratuais e ao regime alimentar a que cada uma delas se encontrava submetida. Os outros dois inquéritos apresentavam uma composição mais elaborada, menos centrada na exploração agrícola, alargando o conjunto de famílias monografadas –

³³⁵ A organização da primeira parte do relatório, de acordo com a estrutura do questionário, era a seguinte: características gerais; a produção agrícola; a produção em face do consumo da freguesia; comércio de produtos agrícolas; capital e crédito; associação; população e trabalho agrícola; a propriedade agrícola; assistência técnica oficial (cf. D. R. Victoria Pires e J. J. Paiva Caldeira, *Inquérito à Freguesia de Santo Ildefonso do Concelho de Elvas*, op. cit.).

veiculando por isso uma representação menos estritamente económica do quotidiano familiar rural.

Francisco Vilhena procedia igualmente à divisão do seu relatório (sobre Santo Tirso) em duas partes, de acordo com a estrutura do questionário; a segunda, porém, era composta por oito monografias individuais referentes às diversas categorias de rurais efectivamente existentes na região (jornaleiro com e sem exploração; criado, feitor e rendeiro; pequeno, médio e grande proprietário). Por elas obtinha-se já um quadro muito expressivo da sua situação geral e relativa. A este respeito, de resto, a justificação que apresentava do facto de se ter socorrido de uma família de grande proprietário pertencente a uma outra freguesia do mesmo concelho, em virtude de em Santo Tirso (freguesia) nenhuma delas explorar directamente as suas terras, era bem elucidativa da orientação subjacente ao inquérito – bastante diversa já, como dissemos, de outros trabalhos anteriores. De facto, dizia, não se abstera de violar o regulamento por considerar melhor interpretar o espírito que presidia a este «trabalho de conjunto» admitindo que nele interessava mais a «amostra» que apresentava da «estrutura e da situação económica e social» de qualquer uma das regiões analisadas, do que a descrição rigorosa que se pudesse fazer duma simples freguesia³³⁶. O pequeno resumo que acrescentava a ambas as partes do questionário, na secção final do volume, era esclarecedor das conclusões gerais a que chegara³³⁷; quanto à população agrícola, em específico, era a síntese das monografias efectuadas que melhor expressava a sua condição, particularmente deplorável entre as categorias inferiores de trabalhadores temporários:

A monografia do “jornaleiro que vive exclusivamente do seu jornal” demonstra como é precária a existência do trabalhador (...). O seu nível de vida é muito baixo. § O “jornaleiro que além do seu jornal tenha qualquer exploração própria” leva uma vida um pouco mais desafogada, no entanto o seu nível de existência continua a ser miserável. O “prédiosito” que possui e pelo qual todos aspiram, é muitas vezes o produto das economias provenientes da emigração temporária

³³⁶ Francisco d’Almeida Manuel de Vilhena, *Inquérito à Freguesia de Santo Tirso*, op. cit., p. VII.

³³⁷ Id., *ibidem*, pp. 230.

para Espanha ou França. § O “criado” de lavoura já se “governa” melhor e sobretudo vive mais despreocupado, enquanto não o despedem, mas o alojamento que o patrão lhe dá é, em geral, deplorável. O criado de lavoura já realiza por vezes economias³³⁸.

Henrique de Barros, por seu turno, mais do que um relatório, comporia um verdadeiro estudo de economia agrária sobre a freguesia de Cuba – com uma inequívoca vocação sociológica, como já afirmámos. O volume por si redigido destacava-se desde logo dos demais pela organização que o autor lhe emprestava, dividindo as matérias por capítulos e integrando, significativamente (como veremos), as monografias indistintamente efectuadas a empresas e a famílias nos assuntos de ordem geral que, de acordo com o critério do autor, com elas se relacionassem – em concreto: a produção, propriamente dita, e as condições de vida da força de trabalho agrícola. Particularmente notável era este último capítulo, especificamente intitulado «A população e o trabalho agrícola». Aí confrontava directamente o exame geral das condições contratuais e salariais a que pessoal fixo e jornaleiro se encontravam submetidos, com a apreciação das respectivas condições de vida, empiricamente documentadas pelas referidas monografias. A distinção expressava-se antes de mais na imagem global da situação de uns e outros, mais desafogada no caso dos primeiros, sobretudo em comparação com a dos segundos – em que era considerada manifestamente inferior ao mínimo indispensável³³⁹:

As monografias mostraram também que as condições de vida deste pessoal [fixo] estão longe de ser o que conviria que fossem, nem quanto a alimentação, nem quanto a conforto, nem quanto a higiene, nem quanto a cultura. Mas deve-se dizer que, não obstante, são muito razoáveis se as compararmos com as do pessoal jornaleiro (...). Nem se passa fome, nem se deixa de andar calçado e vestido, nem se habita em condições de falta de limpeza e promiscuidades excessivas³⁴⁰.

³³⁸ Id., *ibidem*, p. 234.

³³⁹ Henrique de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, *op. cit.*, p. 127.

³⁴⁰ Id., *ibidem*, p. 110

Quanto a estes, em específico, encontravam-se especialmente sujeitos a crises periódicas de desemprego, particularmente nos meses de Setembro, Outubro, Janeiro e Fevereiro. A maior parte, porém, não tinha trabalho garantido senão por seis meses, sendo numerosos aqueles que não chegavam a perfazer sequer esse tempo³⁴¹. Era o trabalho das ceifas, prosseguia, que permitia acumular algumas economias, com que se atenuava o «regime de défice» permanente em que se vivia. Não mereciam censura por isso, dizia Barros, as «pequenas lutas» travadas para conseguir um salário mais elevado. Era por seu intermédio aliás que em cada ano, pouco a pouco, se ia fazendo a alta das jornas, «através de pequenos episódios em que não faltam greves de um ou dois dias, abandonos subitâneos do trabalho»³⁴². Os trabalhadores acabavam assim por conseguir arrecadar até 30\$00 por dia, trabalhando muito mais do que podiam, começando ao romper do dia e prolongando a jornada até haver luz, por vezes pela noite dentro, «ao luar»³⁴³. Expediente, contudo, que não chegava para fazer face ao agravamento do desemprego, que não transparecia, segundo Barros, das estatísticas que o reportavam. Melhor do que qualquer sistema de contabilidade estatística, era no crescimento da mendicidade que de acordo com o autor se evidenciava o crescimento do desemprego³⁴⁴.

A comprovar esta severa análise anotavam-se então três monografias relativas a famílias desta freguesia (de jornaleiro, de jornaleiro seareiro e de manageiro), particularmente elucidativas da situação geral, acima enunciada. Atente-se no primeiro caso, F. P., de 32 anos, casado com A. M., de 33 anos, ambos jornaleiros e com dois filhos, de 9 e 7 anos. O confronto entre receitas e despesas para o ano em análise revelava um défice anual de 40 por cento. De acordo com Barros, este problema orçamental era aqui resolvido pela esmola, pelo crédito, ou pela fome – sobretudo pela fome. Com o vestuário nada gastavam, vestindo-se do que lhes davam. As refeições eram compostas, de manhã, por uma «açorda com

³⁴¹ Id., *ibidem*, p. 115.

³⁴² Sobre a conflituosidade social no sul do país durante este período vd. José Pacheco Pereira, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, s/ d.; e João Madeira, «“Nas nossas terras o partido somos nós”. A rede do Partido Comunista Português nos campos», em D. Freire, I. Fonseca e P. Godinho, *Mundo Rural. Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Lisboa, Edições Colibri e Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2004, pp. 119-132.

³⁴³ Id., *ibidem*, p. 114.

³⁴⁴ Id., *ibidem*, p. 116.

azeitona ou sardinha»; ao princípio da tarde, por um «naco de pão com azeitonas, sardinhas ou queijo»; à noite, por uma sopa de feijão ou grão. «Carne e peixe fresco, passam-se semanas que os não provam». Mesmo em condições normais, sublinhava-se, a profissão de jornaleiro não chegava para assegurar a manutenção duma família. A situação deste trabalhador, além do mais, estava longe de ser das piores. Estimava-se que nesta condição se encontrassem pelo menos 50 por cento dos 1097 chefes de família indicados como trabalhadores agrícolas por conta de outrem³⁴⁵.

Com base na mesma distinção entre pessoal fixo e temporário, e nas conclusões por essa via aferidas, analisava-se ainda, sucintamente, aquilo que aqui se designava por «espírito» da população. Entre os primeiros, dizia Barros, aparte algum receio pelo futuro, notava-se um certo contentamento, «uma certa conformidade com a ordem estabelecida – que lhes proporcionava uma vida isenta de grandes preocupações». Já entre os segundos vigorava «uma viva e poderosa noção de injustiça da sua sorte», ainda que apenas de forma latente, como sublinhava. Tais sentimentos, aliás, não tinham até à data determinado ainda «qualquer atitude de organização e muito menos de rebeldia». Confirmava-o o facto de a única associação de trabalhadores rurais existente na freguesia, a Lutador Football Club, ter mero carácter recreativo. Em torno dela, porém, começava a notar-se uma certa disputa entre «os elementos que no momento do inquérito a orientavam e cujos objectivos não eram senão os apontados» e «um certo número de elementos da classe operária, e mesmo alguns estranhos, que pretendiam imprimir-lhe uma feição combativa, uma característica de sindicato operário defensor dos interesses dos trabalhadores rurais e seu representante perante a classe patronal»³⁴⁶.

UMA IMAGEM DE CONJUNTO DA POPULAÇÃO RURAL

Dois anos depois, aos estudos parcelares de cada uma destas três freguesias acresceria então, em 1936, a análise geral da situação económico-agrícola do país,

³⁴⁵ Id., *ibidem*, pp. 117-119.

³⁴⁶ Id., *ibidem*, pp. 129-130.

pela mão de Lima Basto, no quarto volume do inquérito, *Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*.

Em termos estritamente económicos, o volume ficava desde logo marcado pela introdução de diversas inovações metodológicas, como a noção de produto nacional, ou a atenção conferida a aspectos relacionados com a produtividade³⁴⁷. Mas era igualmente por seu intermédio que a avaliação da condição económico-social da população rural portuguesa propriamente dita alcançava aqui a vocação globalizante que mais claramente distinguia o inquérito. Fundamentalmente com base nos três relatórios publicados, embora pontualmente socorrendo-se também de outras poucas fontes disponíveis (nomeadamente dos supracitados estudos de Jaime Dias e de Mário Fortes), Basto apresentava não só uma verdadeira imagem de conjunto do estado da economia agrícola portuguesa, nos seus mais diversos aspectos, mas também, e desde logo, em segmento dedicado ao «Trabalhador Rural» (Parte IX), um panorama bastante expressivo da situação social nos campos³⁴⁸. Tal como no trabalho de Barros, a análise assentava no exame compartimentado das diversas categorias de trabalhadores não-proprietários, distinguidos pela duração do seu contrato – permanente e temporário. Após consideração genérica da situação económica do «operário rural» e das formas de retribuição salarial dominantes (capítulo I), avaliava-se em pormenor e separadamente a condição particular de uns e outros, à luz dos dados colhidos pelo inquérito e de outros constantes do *Boletim de Estatística e Informação Agrícola*.

Entre os primeiros, efectuavam-se especificações relativas a «salários totais» e «alimentação» para as regiões do Minho, Beira Baixa e Alentejo (cap. II)³⁴⁹. Para os segundos invocavam-se as passagens mais expressivas de cada um dos três volumes do inquérito e ainda do trabalho monográfico de Jaime Lopes Dias, sobre Idanha-a-Nova, tidas globalmente por eloquentes quanto à situação geral do trabalhador temporário e que se sintetizava nos seguintes termos (cap. III):

³⁴⁷ Cf. Eugénio de Castro Caldas, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, *op. cit.*, pp. 500-501.

³⁴⁸ Para uma resenha de toda a obra, nos seus diversos aspectos, vd. «A-propósito de “Alguns aspectos económicos da Agricultura em Portugal”», *op. cit.*. O extenso volume, «de 482 páginas, com 99 tabelas, 46 quadros e 28 gráficos» (p. 91), encontrava-se dividido em 11 partes dedicadas aos seguintes temas: (parte I) Importância da Agricultura Economia portuguesa; (II) A Propriedade rústica; (III) A Exploração agrícola; (IV) Produtos agrícolas: I – Cereais panificáveis; (V) Os Produtos agrícolas: II – Produtos diversos; (VI) Produtos florestais; (VII) Produtos animais; (VIII) Associações agrícolas; (IX) O trabalhador rural; (X) Moeda, Preços e Salários; (XI) O Caminho do Progresso.

³⁴⁹ E. A. Lima Basto, *Alguns aspectos económicos da Agricultura em Portugal*, *op. cit.*, pp. 307-315.

Se as condições dos operários permanentes podem ser consideradas razoáveis por terem trabalho garantido todo o ano e, quando alimentados pelo patrão, sustento suficiente para eles próprios, o mesmo se não pode dizer dos jornaleiros temporários que não logram ter trabalho em todas as épocas do ano e que só têm, para atenuar um pouco a grandeza da sua miséria, os melhores salários que auferem em épocas de aperto de trabalho, como a das ceifas, à custa de um esforço extenuante³⁵⁰.

Ao que acrescentava, mais adiante:

O que vale a alguns, e nem sempre, pela incerteza e má condição em que as culturas são feitas, é a leira de terra que possuem ou arrendam, a «seara» que tomam ao patrão e onde vão buscar por vezes algum complemento de ganhos. Quantos porém nada mais têm que aquilo que podem obter com o aluguer do seu trabalho ou do da mulher! Para esses a situação é francamente má e o pior é que, com as dificuldades levantadas à emigração e com a crise agrícola dos últimos anos, essa situação tende a agravar-se ano a ano³⁵¹.

O panorama era grave. A realidade, porém, afirmava Basto, é que não existiam estatísticas que dessem conta da verdadeira dimensão do problema, que de resto não havia merecido ainda a devida atenção da parte dos estudiosos; apesar disso, os números obtidos pelos poucos trabalhos efectuados até então atestavam a importância da questão e a premente necessidade de abordá-la em pormenor³⁵².

Como dissemos, o próprio Lima Basto viria a assumir esse encargo, em *Inquérito à Habitação Rural*. Não deixaria no entanto de proceder desde logo àquilo que podemos considerar um primeiro ensaio desse estudo, ainda neste *Inquérito Económico-Agrícola*, por recurso aos conceitos de «custo de vida» e «níveis de

³⁵⁰ Id., *ibidem*, p. 317.

³⁵¹ Id., *ibidem*, p. 319.

³⁵² Id., *ibidem*.

vida» e metodologias associadas (cap. 4), como de resto fizera já um ano antes, na sua importante conferência *Níveis de vida e custo de vida. O caso do operário agrícola português* – que estabelecera então as condições da sua invocação, em perfeita sintonia, diga-se, com estudos internacionais da época (de que Basto revelava então profundo conhecimento³⁵³). A este respeito o autor referia expressamente as recomendações emanadas da segunda Conferência Internacional de Estatística do Trabalho, realizada em Abril de 1925 sob os auspícios do Bureau International du Travail, criado em 1919, futura Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas (a publicação periódica dessa organização, *Revue International du Travail* era ainda profusamente citada)³⁵⁴. Por intermédio daqueles conceitos avaliava-se a importância relativa que assumia cada uma das parcelas de que se compunha o orçamento familiar («alimentação», «habitação», «vestuário» e outras necessidades englobadas em «despesas diversas»). Nos termos convencionados deste método, a fracção percentual dispendida com a alimentação pretendia-se indicativa da condição social de cada família, que não podia ser avaliada pura e simplesmente pelas estatísticas de salários ou pela variação do preço do chamado «cabaz de compras», por não veicularem senão índices relativamente abstractos, nada dizendo quanto a condições de vida efectivas³⁵⁵. Em termos gerais, para Portugal, a elevada percentagem que os gastos com alimentos representavam, expressava cabalmente, de acordo com o autor, o reduzido nível vigente³⁵⁶.

Com base no mesmo instrumento recortar-se-iam ainda os temas específicos cujo estudo completava a Parte da obra dedicada ao trabalhador rural. Em pequenos capítulos tratava-se sucessiva e isoladamente cada uma daquelas alíneas orçamentais por recurso a algumas notas dispersas do inquérito, a algumas (poucas) fontes secundárias e à análise dos próprios orçamentos compilados. A *alimentação* (V) de

³⁵³ Vd. mais adiante capítulo 6.

³⁵⁴ E. A. Lima Basto, *Níveis de vida e custo de vida*, *op. cit.*, p. 8. Sobre a adopção destas metodologias sociológicas por parte do Bureau International du Travail vd. o interessante livro de Antoine Savoye, *Les débuts de la sociologie empirique. Études socio-historiques*, Paris, Meridiens Klincksieck, 1994, em particular o capítulo 2 («La famille au microscope», pp. 53-84).

³⁵⁵ Eugénio de Castro Caldas aludirá alguns anos mais tarde à precoce vocação sociológica desta conferência nos seguintes termos: «É nesta Conferência que Lima Basto se apresenta com a estatura do Sociólogo, inato ou intuitivo, difundindo conceitos pouco divulgados na época e definindo-os com precisão científica (...) É pioneira pois a apresentação da metodologia de análise dos orçamentos familiares e da repartição da despesa em alimentação na despesa familiar total» («O “Instituto de Economia Agrária” que, em 1940, Lima Basto idealizou», *op. cit.*, p. 50).

³⁵⁶ E. A. Lima Basto, *Alguns aspectos económicos da Agricultura em Portugal*, *op. cit.*, p. 321-322.

jornaleiros permanentes mas também a de famílias contratadas não podia ser considerada senão deficiente. No caso dos primeiros, os salários auferidos não chegavam sequer para compor a refeição usual que, mesmo em condições normais, não era considerada nutritiva e caloricamente satisfatória. As condições de *habitação* (VI) das famílias de jornaleiros em particular eram geralmente más, em termos de comodidade e higiene. O *vestuário* (VII), entre jornaleiros e pequenos agricultores, ficava manifestamente aquém do necessário. Finalmente, quanto aos restantes encargos – *despesas diversas* – a sua fraca percentagem dava também conta do reduzido nível de vida, mais por mais levando em consideração a sua natureza concreta: «[n]ada ou quase nada que represente cultura ou educação, pouco que represente distrações da monotonia da vida de trabalho, aparece nos orçamentos dos nossos trabalhadores agrícolas ou pequenos agricultores»³⁵⁷.

* * *

Não é possível nestas já extensas linhas atender à abrangência das mais de 480 páginas do volume em causa e em particular fazer a devida justiça à sua predominante e inovadora vertente económica, exterior ao âmbito do presente trabalho e a que acima nos referimos superficialmente. Diga-se em nosso abono, porém, que numa extensa recensão à obra, originalmente publicada nas páginas da *Seara Nova* por autor anónimo e reimpressa na revista dos estudantes do ISA (*Agros*) em 1938, era principalmente a sua vertente social que merecia destaque – e sobretudo a parte IX acima tratada³⁵⁸. Seriam aliás métodos aí aplicados e desenvolvidos, na sequência como dissemos da conferência *Níveis de vida e Custo de vida. O caso do operário agrícola português*, que se revelariam centrais na constituição dessa área de estudos especificamente dedicada às condições de vida da população. O recurso a semelhantes procedimentos, contudo, generalizar-se-ia

³⁵⁷ Id., *ibidem*, p. 348.

³⁵⁸ «A-propósito de “Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal”», *op. cit.*. Neste âmbito, e para além louvor prévio à obra de Lima Basto e da descrição genérica do inquérito, a apreciação crítica alargava-se ainda a outras partes da obra destacando aspectos como a importância demográfica e económica da população agrícola, a divisão da propriedade, técnicas e formas de exploração, a evolução dos preços e salários ou a produtividade da agricultura portuguesa em comparação com a de outras nações.

primeiro na recém-criada Junta de Colonização Interna, onde pela mão de Henrique de Barros se instituiria uma modalidade reelaborada do questionário em que se apoiara o inquérito em causa, como modelo da investigação aplicada conduzida naquele âmbito. Em simultâneo, essa mesma modalidade não deixaria então de vir a servir de base ao mais importante trabalho de investigação social da primeira metade do século XX em Portugal.

Efectivamente, dois anos após a publicação do derradeiro volume de *Inquérito Económico-Agrícola*, Lima Basto, coadjuvado pelo mesmo Henrique de Barros, viria então a ter oportunidade de aprofundar o diagnóstico social nele adiantado, em novo inquérito de âmbito nacional uma vez mais promovido pela Universidade Técnica de Lisboa. Desta feita, preocupações expressas com as condições de vida dos trabalhadores rurais viriam a redundar na delimitação de uma abordagem metodológica específica de onde resultaria uma imagem não apenas *expressiva* mas já bastante *representativa* da situação social da população rural portuguesa – uma verdadeira sociografia rural, se quisermos. Em conformidade, a publicação do primeiro volume de *Inquérito à Habitação Rural*, em 1943, revestir-se-ia não apenas de uma elevada importância política, pelo retrato cabal do drama da miséria (que em boa medida viria a selar o destino da obra), mas sobretudo, como pretendemos aqui destacar, de um significado científico que o reputaria de inigualável no panorama da investigação económico-social em Portugal.

5. INQUÉRITO À HABITAÇÃO RURAL (1943-1947)

Tal como o anterior *Inquérito Económico-Agrícola*, o novo *Inquérito à Habitação Rural* integrava-se numa série de estudos sobre «problemas nacionais de natureza económica» promovida pelo Senado Universitário da UTL. Este segundo, em particular, contaria ainda com um importante subsídio atribuído pela Federação Nacional de Produtores de Trigo, instituição da orgânica corporativa, pelo menos formalmente – na realidade, e de forma significativa, actuando como agência estatal para a execução da política cerealífera do Estado Novo³⁵⁹. O objectivo expresso do inquérito, como constava do «Questionário-Guia» que lhe serviria de base, assinado por Lima Basto e publicado em 1938, consistia agora, especificamente, em «conhecer as condições económicas e higiénicas em que, nas diversas regiões do país, se alojam as famílias dos trabalhadores agrícolas e dos pequenos agricultores». Simultaneamente, procurava-se ainda obter elementos de estudo que permitissem determinar «a forma de melhorar essas condições, dentro das possibilidades actuais das famílias; [e] as medidas a tomar para modificar essas condições dentro das possibilidades financeiras da Agricultura e do Estado»³⁶⁰.

A sua coordenação começaria por ficar a cargo de Lima Basto e de Henrique de Barros, este último então profissionalmente adstrito à Junta de Colonização Interna³⁶¹. No terreno, o inquérito viria a ser aplicado por um conjunto de finalistas e recém-licenciados, entre os quais se destacava Eugénio de Castro Caldas³⁶². Alguns desses contributos, que teremos oportunidade de explorar em ocasião oportuna, seriam levados a cabo já no âmbito do regime de colaboração entretanto estabelecido entre organismos técnicos do Estado (em particular a Junta de Colonização Interna)

³⁵⁹ Relativamente à segunda proposição cf. Luciano do Amaral, «Federação Nacional de Produtores de Trigo», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, op. cit., vol. I, pp. 346-347.

³⁶⁰ E. A. Lima Basto, *Inquérito à Habitação Rural. 1. Questionário-guia*, Lisboa, ISA-UTL, 1938, p. 27 (sublinhado nosso).

³⁶¹ Após a morte de Lima Basto, em 1942, Henrique de Barros ficaria encarregue da coordenação dos trabalhos, então já como docente do Instituto Superior de Agronomia.

³⁶² E ainda João da Fonseca George, Elgar Laborde Basto, António Júlio Lôbo Martins e Flávio Martins, no primeiro volume; Francisco Rosa, Manuel Simões Pontes, António Faria e Silva no segundo; Rodrigues Pereira e Carlos Silva (e uma vez mais Francisco Rosa), no terceiro.

e o ISA. No seu formato final, o inquérito deveria contar com três volumes, o primeiro relativo às regiões do Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro; o segundo, às Beiras (Alta, Baixa e Litoral); e finalmente, o terceiro, ao Ribatejo, à Estremadura, ao Alto e Baixo Alentejo e ao Algarve. Ao primeiro, publicado em 1943, Basto anteporia ainda um estudo de sua autoria sobre «O problema da habitação rural». Embora expressamente centrado nessa questão, o alcance deste novo inquérito viria a ser na realidade muito mais vasto³⁶³.

CASA DO TRABALHADOR, LAR DE FAMÍLIA

Efectivamente, julgamos poder dizê-lo, o *Inquérito à Habitação Rural* extravasava em muito os contornos de outras iniciativas semelhantes – e por aí se pode começar a aferir a sua especificidade.

Registe-se desde logo um outro inquérito da iniciativa da Direcção Geral de Saúde (do Ministério do Interior), de 1935, sobre o problema da *Higiene Rural*, profusamente citado por Basto no supra-mencionado capítulo do *Inquérito Económico-Agrícola* dedicado à habitação. Ali, uma abordagem de carácter exclusivamente higienista fará sobressair, relativamente à casa, aspectos mais estritamente dessa índole, relacionados em particular com as suas condições físicas de saneamento³⁶⁴. Registe-se ainda um *Inquérito Habitacional*, com a mesma proveniência institucional, aplicado sensivelmente durante o mesmo período (entre 1937 e 1940), desta feita em meio urbano, destinado igualmente a dar conhecimento das condições de salubridade das casas de Lisboa pelo estudo concreto das freguesias de Santos e Camões³⁶⁵. Em domínio industrial (e a título privado),

³⁶³ Para uma interessante e pioneira análise crítica da obra em causa, genericamente semelhante à que aqui fazemos embora no âmbito de um outro campo discursivo, vd. João Leal, *Etnografias Portuguesas*, op. cit., cap. 5 («Pastoral e Contra-Pastoral: o *Inquérito à Habitação Rural*»). Os vários contributos nele contidos de que aqui nos socorremos encontram-se devidamente assinalados em nota ao longo das próximas páginas.

³⁶⁴ Direcção Geral de Saúde, *Higiene Rural*, Direcção Geral de Saúde – Ministério do Interior, 1935. Para um resumo do documento vd. Manuel Vicente Moreira, *Problemas da Habitação (Ensaio social)*, Lisboa, Grandes Oficinas Gráficas «Minerva», 1950.

³⁶⁵ Henrique Jorge Niny, *Inquérito Habitacional*, Lisboa, Direcção Geral de Saúde – Ministério do Interior, 1941. Em parecer da Câmara Corporativa de 1944, sobre a proposta de lei n.º 45 relativa às casas

iniciativas avulsas junto dos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Tabacos acompanham pontualmente o movimento³⁶⁶. Mas vale a pena assinalar também a singularidade relativa do *Inquérito à Habitação Rural* face a outras iniciativas genericamente do mesmo âmbito, já posteriores e de muito maior divulgação, como o inquérito à *Arquitectura Popular em Portugal* (lançado no terreno em meados da década de 1950 pela Associação dos Arquitectos Portugueses), ou os primeiros trabalhos de Ernesto Veiga de Oliveira (sensivelmente do mesmo período) – quer um quer outros, predominantemente centrados na descrição de morfologias e tipologias habitacionais, apesar dos aspectos humanos aflorados³⁶⁷. No primeiro caso, de resto, não se deixaria de advertir para o facto de a selecção dos casos publicados resultar num «*falseamento* do aspecto real e das condições de vida dos povoados, em que nem tudo é exemplar»³⁶⁸. No seu conjunto, o *Inquérito à Habitação Rural*, para além de dados recolhidos e anotados sobre cada um daqueles tópicos, fará ainda ressaltar, e nisso se distingue dos demais, uma imagem penetrante dos seus ocupantes – de «como vive e de que vive quem lá mora»³⁶⁹.

de renda económica, no qual se fazia referência à necessidade de estudos sobre as condições habitacionais das classes de pequenos rendimentos das principais cidades e centros industriais, caracterizava-se este inquérito da seguinte forma: «(...) sendo um trabalho valioso para o conhecimento das condições de salubridade das casas de Lisboa, não considerou, por não ser esse o seu fim principal, o aspecto económico-social do problema, traduzido pela relação entre a renda da casa e os proventos do agregado familiar que nela habita» (António Vicente Ferreira (relator), «Parecer sobre a proposta de lei n.º 45 relativa às casas de renda económica», *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 78, 6 de Abril de 1944, p. 422-430, p. 424).

³⁶⁶ Manuel Vicente Moreira, *Ensaio Médico-Sociais II. Habitações Operárias*, separata de *O Instituto*, vol. 99, Lisboa, Gráfica de Coimbra, 1941.

³⁶⁷ Respectivamente, AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004 [1961], oficialmente lançado por Decreto-Lei n.º 40 349 de 19 de Outubro de 1955 com o apoio do Fundo de Desemprego do Ministério das Obras Públicas; e artigos dispersos por diversas publicações recentemente compilados em Ernesto Veiga de Oliveira, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2003. Sobre cada um deles vd. João Leal, *Etnografias Portuguesas*, *op. cit.*, respectivamente capítulos 6 e 7 («Os arquitectos e a modernidade popular: o *Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal*, pp. 165-195; «Veiga de Oliveira e a Arquitectura Tradicional Portuguesa», pp. 197-223). Sobre o primeiro vd. ainda José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX, 1911-1961*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991, pp. 438-444.

³⁶⁸ «Da pobreza, do abandono e da insalubridade, tão característicos de muitas das nossas aldeias e lugares, não há indícios neste livro; e poderiam assacar-nos culpas por termos falsificado uma realidade inegável» («Introdução», em *Arquitectura Popular em Portugal*, *op. cit.*, p. XXV).

³⁶⁹ A expressão era de Eugénio de Castro Caldas em «A província da Beira Litoral», capítulo 1 do segundo volume do *Inquérito à Habitação Rural* (Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. II, *op. cit.*, p. 59).

Nele destacar-se-á em particular a atenção minuciosa – «quase obsessiva», como afirmou recentemente um comentador³⁷⁰ – conferida aos recheios das habitações, mas também às famílias que nelas viviam, aos seus recursos e às suas despesas. Como afirmava Lima Basto no prefácio à obra, por via de uma subtil especificação, o inquérito procurava conhecer «não simplesmente a *casa* do trabalhador mas sim o *lar* de família»³⁷¹. Assim se explicitava aliás, no estudo acima referido, a propósito do trabalho em análise:

Além do que se refere à localização da casa, procuram-se indicações sobre a família que a habita, visando especialmente a conhecer a sua composição e recursos, para se poder deduzir qual a parte que destes gasta na habitação. Procurou-se estudar a casa sob todos os aspectos, dando especial relevo às suas condições higiénicas. Indagou-se do *recheio* da casa (mobiliário, utensílios, louças, roupas) por se entender que é ele que muito contribui para o conforto e para o bem-estar daquela estrutura psico-social da casa com a família que constitui o *lar*. Não se esqueceu o aquecimento e iluminação³⁷².

E de facto, o questionário em que assentava a aplicação do inquérito denotava uma concepção bastante alargada da questão em causa. Naquele começava-se justamente por designar uma série de itens relativos ao agregado familiar que a habitava – a sua composição, os salários auferidos pelos diversos membros e accidentais receitas provenientes de terreno que eventualmente explorassem. Seguiam-se quesitos mais estritamente relacionados com a habitação, que incluíam informações acerca do tipo em causa, aparência, ocasional existência de pátios e de outras dependências, materiais utilizados (no interior, exterior, cobertura e pavimento) e compartimentos existentes – de que constava indicação para inventariação de respectivas aberturas, função e número de utilizadores (no caso de se tratarem de quartos de dormir). Ainda no mesmo âmbito requeria-se a descrição

³⁷⁰ João Leal, *Etnografias Portuguesas, op. cit.*, p. 150.

³⁷¹ E. A. Lima Basto, «Prefácio», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943, p. 11.

³⁷² E. A. Lima Basto, «O problema da habitação rural», em *id.*, *ibidem*, 26.

das condições de gerais de saneamento, uma estimativa do valor do imóvel, nota do seu estado de conservação, da forma da propriedade vigente e, sempre que se aplicasse, do valor da renda. Finalmente, abriam-se duas secções destinadas a fazer anotar o recheio da casa e informações respeitantes aos encargos resultantes de aquecimento e iluminação, e aos produtos utilizados para tais efeitos. Como constava das «Instruções gerais» que antecederiam o questionário propriamente dito, cada aplicação deveria ainda ser acompanhada de uma planta do edifício e da disposição do mobiliário em cada compartimento, e de fotografias que revelassem a envolvente da casa, o seu aspecto exterior e respectivos interiores³⁷³.

O norte (sociográfico, se quisermos) que lhe estava subjacente, na esteira de trabalhos anteriores, encontrava perfeita expressão nas referidas «Instruções», pelas quais se procurava acentuar, para melhor orientação do inquiridor e face ao que se considerava ser a excessiva pulverização do assunto em perguntas, aquilo que efectivamente se pretendia «conhecer». Em concreto, tratava-se antes de mais de apurar os encargos inerentes ao «habitar», entendido naquele sentido lato. Tal como se afirmava, «Para habitar uma casa é preciso ter camas (embora às vezes reduzidas a uma esteira), ter recipientes onde se cozinhe o frugal repasto, possuir talheres (às vezes limitados a uma colher e um garfo), em resumo ou ampliação, ter móveis, louças, utensílios e roupas, constituindo o chamado recheio da casa»; anotações a que deveria ainda acrescer o registo dos encargos inerentes a aquecimento e iluminação, tal como constava do questionário. O objectivo expresso de tais procedimentos consistia em aferir o *custo de vida*, em função do qual se podia então medir o *nível de vida* de cada família³⁷⁴.

A *casa* assumia-se aqui como lugar de excelência para o seu estudo.

«O GRANDE ALFOBRE DA RAÇA»

Semelhante orientação, já o dissemos, surgia no seguimento de preocupações manifestadas em trabalhos anteriores e de metodologias aí introduzidas, nomeadamente na sequência do *Inquérito Económico-Agrícola* onde, como vimos,

³⁷³ Cf. E. A. Lima Basto, *Inquérito à Habitação Rural. 1. Questionário-guia, op. cit.*, não paginado.

³⁷⁴ Ponto 4 em id., *ibidem*, pp. 28-30.

Lima Basto destacara já essa questão em capítulo próprio e nos mesmos termos. Henrique de Barros, por seu turno, assinalaria logo aí, também ele, na «Explicação prévia» que antecedia o volume desse inquérito por si redigido, como a estrutura mista daquele, na forma do questionário indiferenciado às unidades económicas e sociais, se prestava a alguns equívocos metodológicos.

Então, diria Barros, a prática da sua aplicação levava-o à convicção de não ser conveniente, tal como fora efectuado, adoptar o mesmo modelo para as monografias de famílias de trabalhadores rurais e de pequenos agricultores, por um lado, e para as monografias de explorações de alguma importância, por outro. Isto porque se no primeiro caso eram sobretudo os elementos relativos às *condições de vida* que interessava ressaltar, no segundo, afirmava, tais elementos deixavam de interessar para assumirem primacial importância os que diziam respeito à *estrutura e funcionamento da empresa agrícola*. Cada uma dessas duas questões deveria merecer pois estudo separado³⁷⁵ – e assim se pode compreender em parte o destaque que aquelas virão assumir em *Inquérito à Habitação Rural*. Aliás, Barros, tal como na devida altura sublinhámos (e ao contrário dos seus colegas), procederia desde logo à separação dos dados monográficos obtidos para famílias trabalhadoras dos referentes a famílias proprietárias, de acordo com essa divisão. Mas esse mesmo facto deve ser compreendido também em face da *delimitação expressa de preocupações relativas às condições de reprodução da força de trabalho agrícola*, bem como da manifesta necessidade de as prover, por intermédio de acções adequadas – diante das quais se pode compreender também a preponderância que a casa propriamente dita assumia aqui à partida, como seu instrumento de eleição e de acordo com concepções na altura vigentes noutros países europeus³⁷⁶.

Era o próprio Lima Basto que o afirmava, no estudo que antecedia o primeiro volume onde dava conta dos objectivos alargados deste inquérito. «Estudar em que

³⁷⁵ Henrique de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, *op. cit.*, pp. 4-5.

³⁷⁶ Cf. João Leal, *Etnografias Portuguesas*, *op. cit.*, p. 147. De resto, e por essa mesma razão, do primeiro volume constavam ainda listagens dos preços dos materiais de construção para cada região que figuravam como «Bases para Orçamentos» para a reparação ou para a construção de novas habitações. A este respeito, numa pequena brochura da autoria de Lima Basto acerca do tema da casa rural, publicada pela Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Lima Basto declarava: «Do que nos propomos ocupar é da *pequena casa rural*, aquela que deve ser o núcleo ou o coração da pequena ou média exploração agrícola, aquela que precisa fazer-se a máxima economia e que tanto pode contribuir para o bem-estar e tranquilidade da maioria dos agricultores do nosso Portugal» (cf. E. A. Lima Basto, *A Casa Rural*, Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas – Ministério da Economia, 1942, p. 6).

condições a população de um país vive e se desenvolve, é dever elementar dos que se interessam pelo progresso desse mesmo país. Da robustez de uma população, do seu bem-estar, dependem, em grande parte, a sua capacidade de produção e desta a riqueza nacional». Tanto mais, aclarava, pela importância de que em Portugal esse sector de actividade se revestia. «Portugal é um país predominantemente agrícola. A maioria da sua população vive nos campos e pelos campos; essa população constitui o grande alfofre da raça que todos queremos forte, robusta, produtiva e boa; precisamos de auscultar os seus males para lhe procurar remédio eficaz»³⁷⁷. Assim se pode compreender também, para além da delimitação explícita do problema, o facto de o presente trabalho não se centrar senão nas camadas inferiores da sociedade rural e, simultaneamente, de se estender a todo o país. Ao contrário daquele primeiro grande inquérito (*Económico-Agrícola*), não se tratava já de dar conta da *diversidade económico-social de cada região*, no quadro da descrição alargada de grandes zonas económico-agrícolas do país, definidas pelas correspondentes estruturas agrárias e enquanto sua expressão – tal como constava dos seus objectivos e no sentido de proceder à reforma geral da agricultura. Tratava-se sobretudo e antes de mais de explicitar as *condições gerais e efectivas em que vivia a população trabalhadora do país rural* – de forma a poder assegurar níveis de subsistência mínimos, neste caso por intermédio da melhoria das condições habitacionais.

A estrutura metodológica do inquérito em si mesma respondia directamente por semelhante objectivo. Era ele nomeadamente que presidia à selecção dos casos a estudar. Idealmente, as instâncias inquiridas deveriam ser *representativas* não só de cada uma das regiões (da sua diversidade) mas também e pela primeira vez neste contexto, frise-se, da própria *população* – em concreto, da incidência em que nelas se apresentasse cada uma das categorias económico-sociais em que por definição se considerava repartida³⁷⁸. Assim se previa de forma explícita que o número de casos estudados fosse primeiro em proporção dessa divisão efectiva e só depois dos vários *tipos de casa* que eventualmente ocorressem – de resto, e significativamente, a este

³⁷⁷ E. A. Lima Basto, «O problema da habitação rural», *op. cit.*, pp. 22-23.

³⁷⁸ Em concreto, trabalhador temporário; trabalhador temporário cujas receitas do salário fossem acrescidas por outras provenientes de terreno que explorasse; trabalhador permanente (contratado ou não) e pequeno agricultor que vivesse exclusivamente da sua exploração.

último respeito consideravam-se expressamente inúteis as repetições³⁷⁹. A *casa* propriamente dita mas também (e sobretudo) o *nível de vida* que nela se expressava surgiam então como reflexo das condições económicas em que vivia a população. Desse mesmo facto dava conta a própria estrutura das monografias apresentadas, onde a apresentação da habitação se sucedia sempre à designação prévia da categoria de trabalhador em causa, à descrição da respectiva família e à apresentação pormenorizada das suas receitas e despesas.

Assim, no primeiro volume, as unidades inquiridas viriam ainda a ser designadas naqueles termos iniciais, no quadro das sub-regiões em que se considerava dividida cada uma das províncias; no segundo, já da exclusiva responsabilidade de Henrique de Barros após a morte de Lima Basto, a sua selecção, no âmbito destas, seria já feita sem recurso a qualquer nível geográfico intermédio, imputada directamente à distribuição socioprofissional da população. O terceiro, por razões a que teremos ainda oportunidade de nos referir, acabaria por não ser dado estampa. Quanto ao resto, e ressalvando aquela diferença, a estrutura de ambos era praticamente idêntica.

A SITUAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL DA POPULAÇÃO PORTUGUESA

Cada um dos dois volumes publicados encontrava-se dividido em três partes, correspondentes às três províncias de que um e outro se ocupavam. A abrir cada uma delas, surgiam capítulos introdutórios relativos à província em causa, no primeiro da autoria de Barros, no segundo de Castro Caldas. Nestes descrevia-se sucessivamente o «Território», as «Sub-regiões» em que se considerava dividido, o «Meio físico», a «Agricultura» e os designados «Aspectos sociais». A estes artigos preliminares sucedia-se a apresentação dos dados obtidos no terreno, em capítulos genericamente denominados «A Habitação Rural em...», no primeiro volume repartidos ainda pelas

³⁷⁹ «O número de casos a estudar depende: a) No conjunto das categorias: dos usos e costumes da região, das possibilidades da inquirição e da proporção em essas categorias se apresentam que conviria, sendo possível, indicar aproximadamente; b) Em cada categoria: do número de tipos diferenciados de habitação, devendo porém, cada caso estudado corresponder o melhor possível a um tipo característico e vulgar na região. É inútil repetir exemplos iguais ou semelhantes» (E. A. Lima Basto, *Inquérito à Habitação Rural. I. Questionário-guia, op. cit.* p. 31).

referidas regiões, no segundo globalmente para as províncias. Naquele, e em conformidade com esta organização, os dados colhidos no terreno eram ainda precedidos de estudos regionais, redigidos pelos respectivos inquiridores. Apoiando-se já no contacto directo com as populações e nos resultados das monografias, alguns destes relatórios intermédios apresentavam desde logo sínteses bastante eloquentes da situação económico-social efectiva das populações em causa.

João da Fonseca George e Elgar Laborde Basto, no estudo que precedia as monografias da sub-região do Minho Litoral, destacavam a condição geral das famílias, apontando algumas causas concretas para a sua situação:

Não fugiremos à verdade se dissermos que o nível económico das famílias sobre que incidiu o nosso inquérito, as quais representam o tipo comum, é extremamente baixo. Os exemplos que constituem este relatório justificam plenamente a nossa afirmação. § Em todas se nota uma ausência de lucros e um conjunto de despesas tão baixas que forçosamente implicam uma maneira de viver muito perto da miséria. A excessiva divisão da propriedade agrícola, os encargos resultantes das péssimas condições em que são feitos os contratos de arrendamento, a incultura e a falta de espírito associativo aliados a uma má organização do crédito agrícola, são os principais determinantes de tal estado de coisas³⁸⁰.

A apreciação alargava-se ainda a outros aspectos. Impressionava antes de mais o «espírito de resignação» dos minhotos. Quase todos, como se apontava, eram analfabetos e de um modo geral os seus horizontes estavam circunscritos a um raio de 50 quilómetros. Quanto à casa que habitavam, não era senão o reflexo das circunstâncias gerais em que viviam e, relativamente a ela, não se alimentavam quaisquer esperanças de poder vir a melhorá-la³⁸¹.

³⁸⁰ João da Fonseca George e Elgar Laborde Basto, «A Habitação Rural no Minho Litoral ou Baixo-Minho», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *op. cit.*, pp. 137-183 (p. 139).

³⁸¹ Id., *ibidem*, pp. 139-140.

Esta relação entre a situação económico-social dos indivíduos inquiridos e as condições habitacionais em que viviam era não só sublinhada por Flávio Soares Martins como servia expressamente de estrutura conceptual ao estudo que antecedia as monografias por si efectuadas, relativas à região do Barroso, Trás-os-Montes (onde realizara o seu tirocínio, integrado na Junta de Colonização Interna)³⁸². Facto para o qual começava por avançar algumas interessantes fundamentações de ordem teórica e metodológica, de manifesto pendor sociológico:

A noção de *modo de vida* é inerente à maneira como os povos dão satisfação às suas necessidades, quer sejam materiais, quer morais, quer religiosas. No quadro das necessidades materiais figuram como condições primeiras a alimentação, o vestuário, a *habitação*. É desta última que vamos tratar em especial neste pequeno relatório. § (...) A habitação *compreende-se*, isto é, não aparece bruscamente, sem razões que a determinem, antes tem causas originárias que a fazem ser desta ou daquela maneira. Relaciona-se, numa palavra, com outros factos e fenómenos sociais. Determinar essas causas é compreendê-la. Ainda aqui o princípio da causalidade é verdadeiro: em campos de experimentação idênticos, as mesmas causas provocam os mesmos efeitos. Assim, pode-se afirmar que, por toda a parte no Mundo onde as causas que vamos apresentar apareçam não isoladamente mas em conjunto, a habitação terá por força de mostrar-se semelhante às adiante descritas³⁸³.

Nesses exactos termos, começava-se então por considerar a habitação, nas suas diversas instâncias, primordialmente determinada pelo «meio físico» e, depois, pelo «sentido da actividade económica», no Barroso predominantemente pastoril. Ordens de razões que explicavam que aqui, em termos gerais, houvesse traços comuns a todas. No entanto, e quanto ao pormenor, dizia, diferiam entre si. Efectivamente, diria, na sua diversidade, a habitação obedecia ainda a uma outra lei: «consoante os seus possuidores são mais ou menos dotados de riqueza, assim as habitações satisfazem melhor ou pior o objectivo a que visam». Assim, concluía, «em qualquer

³⁸² Flávio Martins, «A Habitação Rural em Trás-os-Montes (Região do “Barroso”)», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *op. cit.*, pp. 351-385.

³⁸³ Id., *ibidem*, p. 353.

região, se não deve fazer o estudo da “Habitação” sem prévia análise das diferentes camadas da Sociedade cujo modo de habitar se quer estudar». E, de acordo com o princípio promulgado, para proceder ao seu estudo efectivo, dividia a «sociedade barrosã» em «Camada A – Superior», «Camada B – Mediana» e «Camada C – Inferior»³⁸⁴.

A descrição genérica que fazia das casas correspondia directamente a esta estrutura conceptual, da qual resultava, diga-se, imagem particularmente penetrante da diversidade de condições verificadas. Se entre os primeiros (Camada A) algumas habitações estavam divididas por quartos, abaixo deles encontrava-se generalizado o tipo de habitação «cozinha-sobrado». Neste último compartimento, especificamente, dormia toda a família. «Aí estão as camas, as mais das vezes tarimbas de madeira, onde dormem pai e mãe, filhos, genros, noras e avós. Não se vá supor que quaisquer tabiques existam a separar as camas ou tarimbas. Estas tarimbas, com um enxergão ou dois, são dormida de filhos sem distinção de sexos nem de idades». Na Camada C, por seu turno, a mais baixa, desapareciam inclusivamente sobrado e cozinha «para dar lugar a um compartimento que ocupa toda a extensão da habitação, a qual é de pavimento térreo». Espaçoso, portanto, dizia o autor, o que naturalmente não era sintoma de melhor arranjo higiénico, mas tão-somente «da miséria material que impossibilita a divisão do interior em compartimentos mais ou menos individuais. Atrás daquela miséria material caminha a miséria moral»³⁸⁵. «Roupas de casa», «objectos de cozinha» e, finalmente, «despesas da família» eram ainda analisadas de acordo com a mesma repartição social, veiculando imagem correspondente.

Era porém do conjunto diversificado e iterativo das monografias coligidas e do detalhe obstinado que as distinguiu que ressaltava a verdadeira dimensão do problema e o seu profundo significado social. Nos dois volumes a obra apresentava um total de oitenta monografias relativas a outros tantos agregados familiares e respectivas habitações, número particularmente notável atendendo à minúcia da recolha e à amplitude da cobertura geográfica. Nelas, como dissemos, começava-se por dar indicação da categoria ou categorias de trabalhador a que o chefe da família pertencia; seguia-se uma descrição dos membros que a compunham e dos rendimentos por cada um deles obtidos; estabeleciam-se assim as receitas globais auferidas ao longo de todo

³⁸⁴ Id., *ibidem*, pp. 356-357

³⁸⁵ Id., *ibidem*, pp. 358-359

um ano, que eram confrontadas com as despesas discriminadas de renda da casa, iluminação e aquecimento, vestuário e roupas da casa, e alimentação; finalmente, à descrição da casa, nos termos exaustivos do questionário, sucedia-se o inventário da totalidade dos objectos encontrados no seu interior, com o devido valor de compra e estimativa do respectivo valor corrente, devidamente localizados na planta anexa a cada qual. A exposição resultante impressionava antes de mais pelo grafismo do esquisso e pelo carácter extremo de algumas das instâncias registadas. Refiram-se alguns exemplos extremos.

Em Vale do Bouro, no Minho (exemplo n.º 6), Laborde Basto e Fonseca George davam conta da situação de um trabalhador temporário a cujos rendimentos anuais auferidos por salário, durante apenas três meses, acresciam os de dois filhos, que trabalhavam como criados de lavoura, ainda o pequeno lucro do trabalho de tecedeira da mulher, e o produto da venda das couves-galegas que plantavam em horta anexa à casa (figuras 27-28). Para além do casal, a família compunha-se de 9 filhos com idades compreendidas entre os 20 e os 4 anos. Embora vivendo em casa relativamente recente e razoavelmente conservada, metade dos filhos dormia normalmente em casa de uma avó, onde por vezes comiam. O recheio da casa dava imagem cabal da miséria em que viviam, de resto comparável, tal como se afirmava, à dos restantes indivíduos da mesma categoria profissional na região (vd. quadro n.º 2). Para uso de toda a família, entre outros objectos avulsos e sem valor, registavam-se os seguintes itens: uma cama e uma cadeira; uma faca, quatro colheres e três garfos; três malgas, quatro pratos, e um copo apenas³⁸⁶.

Em Carvalhais, Trás-os-Montes (exemplo n.º 19) procedia-se ao levantamento da situação de um trabalhador rural que ainda recentemente ascendera à categoria de trabalhador permanente, obtendo assim salário durante todo o ano – mas que nem por isso conseguia chegar a viver condignamente. E (permita-se o parêntesis) que melhor testemunho da sua veracidade do que a inverosimilhança do relato e das imagens anexas? A família em causa era constituída pelo respectivo chefe, de 37 anos, pela sua mulher, de 33, e cinco filhos, duas raparigas de 16 e 2 meses e três rapazes de 14, 10 anos e 20 meses. Exceptuando os dois mais velhos, afirmava-se, todos os membros

³⁸⁶ João da Fonseca George e Elgar Laborde Basto, «A Habitação Rural no Minho Interior ou Alto-Minho – Secção B», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *op. cit.*, pp. 122-127.

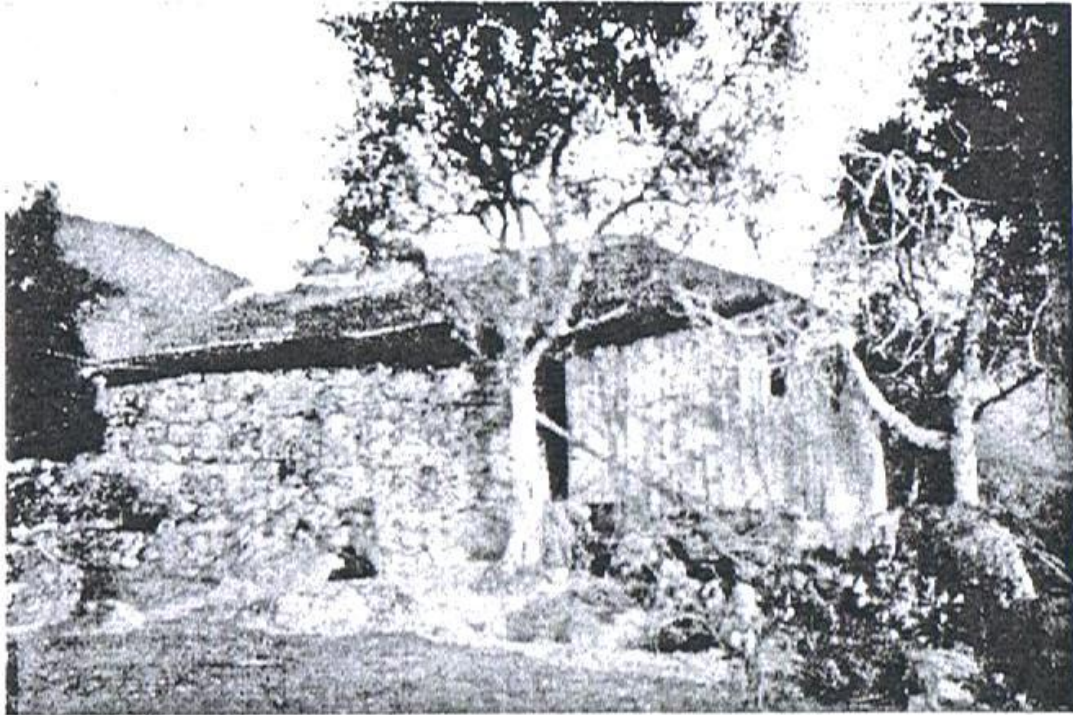


Figura 27. Vale do Bouro – Exemplo n.º 6

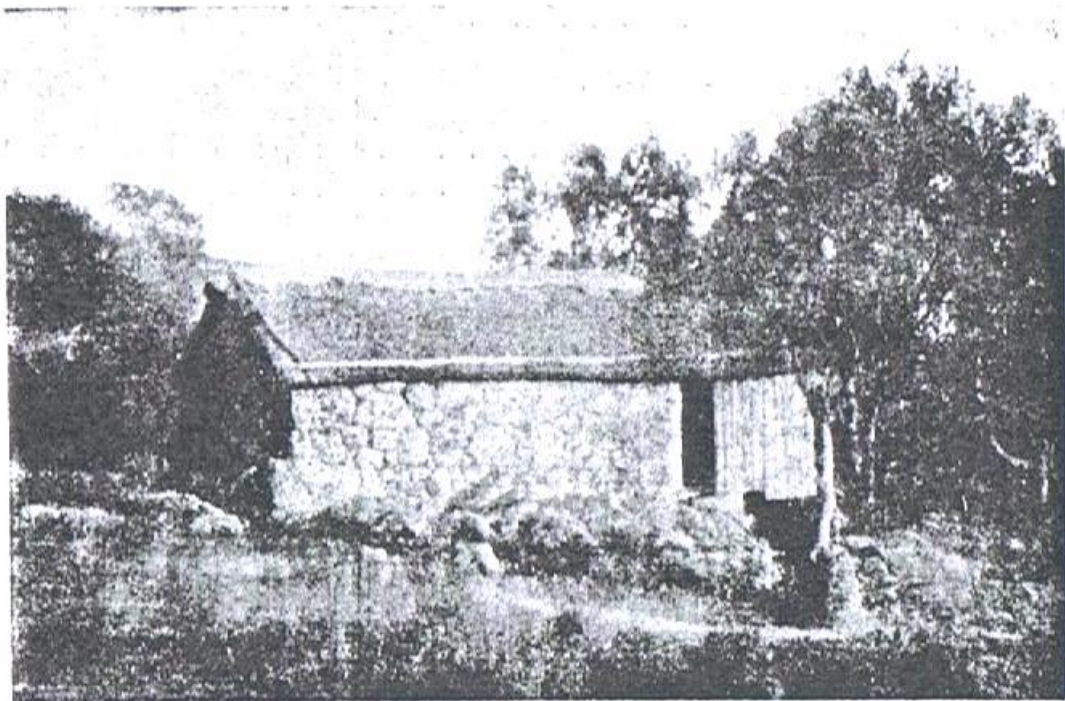


Figura 28. Vale do Bouro – Exemplo n.º 6

[QUADRO N.º 2]

RECHEIO DA CASA [EXEMPLO N.º 6, VALE DO BOURO]

	Valor de compra	Valor actual
<i>Móveis</i>		
1 cama de cerejeira com colchão de palha (1920)	5\$00	20\$00
1 taboleiro que serve de cama (preço da madeira)	3\$00	-
1 cadeira de pinho	1\$50	1\$30
1 preguiceiro	6\$00	3\$00
1 armário	4\$50	4\$00
1 caixa (1920)	8\$00	30\$00
1 caixa	15\$00	8\$00
1 tear manual (1920)	8\$00	60\$00
<i>Utensílios</i>		
1 pote de ferro grande	20\$00	15\$00
1 pote de ferro pequeno	7\$00	5\$00
1 faca	1\$00	-
4 colheres, cada	\$20	-
3 garfos, cada	\$30	-
1 colher de terrina	\$80	\$50
1 caneco	8\$00	2\$00
<i>Louças</i>		
3 malgas, cada	\$70	\$20
4 prato de barro, cada	\$60	\$40
1 copo pequeno	\$60	\$60
1 candeia	1\$00	\$50
1 garrafa	1\$00	-
<i>Roupas de casa</i>		
3 lençóis de estopa, cada	10\$00	8\$00
1 travesseiro	3\$00	2\$50
2 fronhas	4\$00	1\$50
1 cobertor	28\$00	15\$00
3 mantas, cada	8\$00	5\$00
1 coberta	50\$00	35\$00

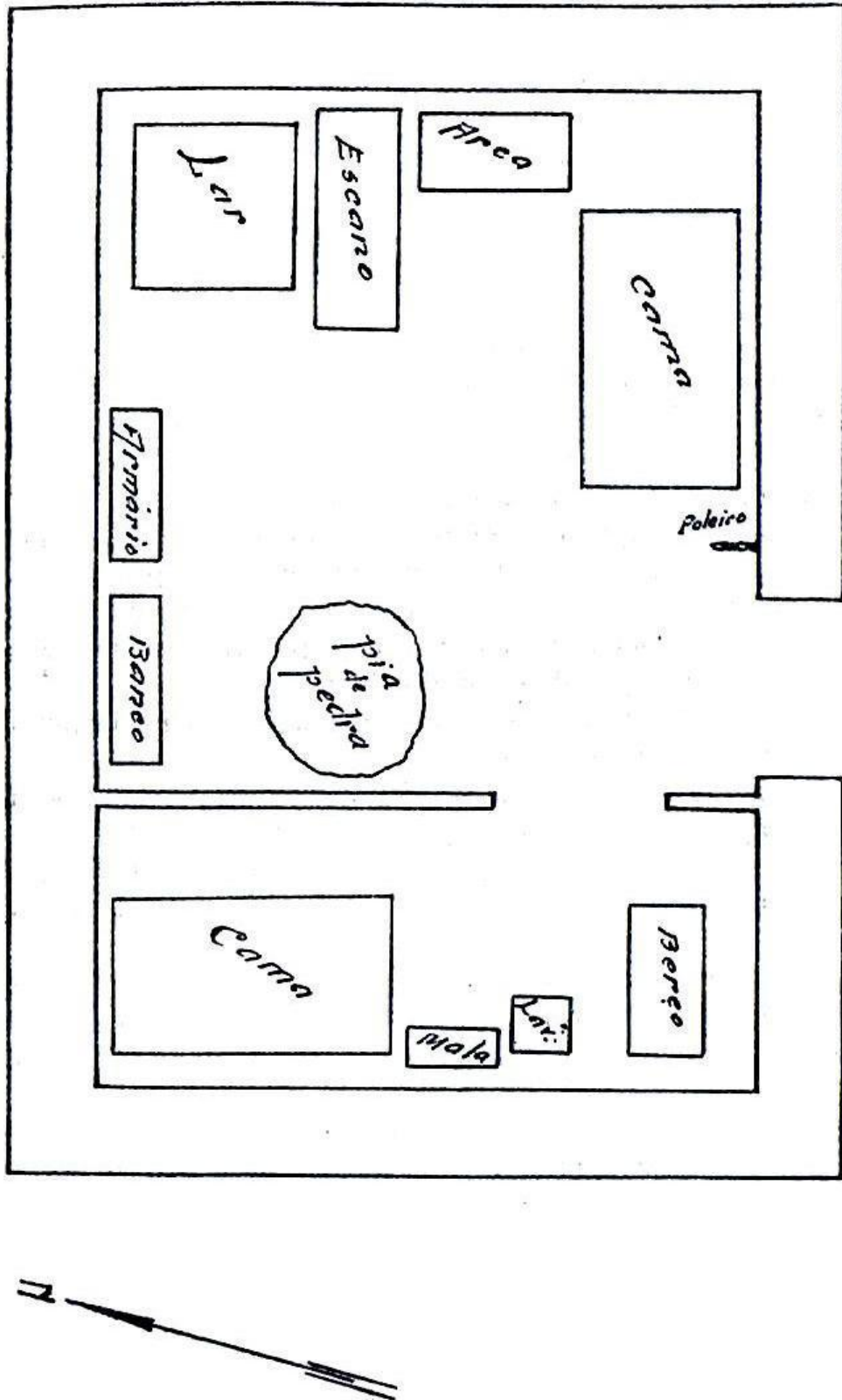
Fonte: João da Fonseca George e Elgar Laborde Basto, «A Habitação Rural no Minho Interior ou Alto-Minho – Secção B», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *op. cit.*, pp. 126-127.

tinham um «aspecto de miséria confrangedora». O chefe de família aparentava pelo menos 50 anos. A mulher encontrava-se há muitos anos doente. Os rendimentos reunidos pelo salário que aquele auferia constituíam as únicas receitas de que dispunham, dispendidos na sua quase totalidade (95 por cento) com a alimentação (vd. quadro n.º 3). A casa em que viviam era na realidade uma antiga loja de porcos. A pia de pedra no centro da sua única divisão, de cerca de 25 metros quadrados, comprovava-o (figura 29). Tal como se afirmava, aliás, não sem uma certa e expressiva frieza, «À mudança de género dos seus habitantes não correspondeu qualquer outra que tendesse a torná-la mais confortável e mais higiénica»: o pavimento era ainda de terra batida, as paredes estavam por cair e para além da porta de entrada não existia qualquer outra abertura – «apenas houve o cuidado de durante algumas semanas não fechar a porta para conseguir a extinção dos maus cheiros». Do lado em que se cozinhava dormiam numa só cama a filha mais velha e os três rapazes. Sem chaminé, o fumo acumulado escoava-se pelos intervalos das telhas, que não possuíam qualquer forro³⁸⁷.

Como estas duas monografias, muitas outras lhes sucediam. Mas vale a pena destacar ainda o tratamento que o presente trabalho fazia das condições de alojamento a que eram sujeitos os trabalhadores provisoriamente deslocados das respectivas regiões. Tal como se sublinhava, aliás, a própria natureza do inquérito («o fim de investigação das condições de vida do trabalhador rural português que muito especialmente visa») obrigava a fazer referência a um tipo de habitação que, não obstante temporária, influenciava o «estado de saúde» dos trabalhadores e, muito em particular, desse tipo específico, condenado a abandonar a sua terra para reunir algum dinheiro – obtido ademais à custa da mais rigorosa economia³⁸⁸. Situação que de resto se estendia a todo o país, mas que era aqui tratada em concreto para a Região Demarcada do Douro, onde assumia contornos especialmente salientes. Aí, afirmava o autor da secção (Castro Caldas), o problema residia sobretudo na ausência dos «abastados proprietários», comumente substituídos nas

³⁸⁷ António Júlio Lobo Martins, «A Habitação Rural em Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *op. cit.*, pp. 303-308. O autor cumprira nessa região o seu tirocínio curricular.

³⁸⁸ Eugénio de Castro Caldas, «A Habitação Rural na Região Demarcada do Douro», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *op. cit.*, pp. 387-444.



Quintal

Figura 29. Planta do exemplo n.º 19 [Carvalhais]

[QUADRO N.º 3]

RECHEIO DA CASA [EXEMPLO N.º 19, CARVALHAIS]

	Valor de compra	Valor actual
<i>Móveis</i>		
2 camas de ferro e colchões	130\$00	80\$00
4 bancos, cada um	3\$00	1\$00
1 armário	5\$00	2\$00
1 mala	30\$00	10\$00
1 arca	15\$00	10\$00
1 lavatório de ferro	25\$00	15\$00
1 banco de madeira	5\$00	5\$00
Banca de cozinha		Sem valor
<i>Utensílios</i>		
6 panelas	8\$00	5\$00
1 frigideira	5\$00	3\$00
2 cafeteiras	6\$00	5\$00
6 talheres	5\$00	3\$00
3 colheres e garfos	\$80	\$50
2 facas	2\$00	1\$00
1 almotolia	3\$00	1\$00
2 bilhas	5\$00	2\$00
<i>Louças</i>		
4 pratos de esmalte	2\$50	1\$50
3 pratos de faiança	1\$20	\$60
3 púcaros	2\$50	2\$00
6 tigelas	1\$00	\$50
<i>Roupas</i>		
4 lençóis	15\$00	4\$00
1 travesseiro	4\$00	2\$00
1 fronha	2\$50	1\$00
3 cobertores	35\$00	25\$00
1 coberta de lã	25\$00	15\$00
3 toalhas de rosto	6\$00	5\$00
3 panos de limpeza	1\$00	s/ valor

Fonte: António Júlio Lobo Martins, «A Habitação Rural em Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *op. cit.*, pp. 307-308.

suas funções de direcção por «administradores sequiosos de enriquecer» que forneciam aos trabalhadores um tratamento que se considerava «criminosamente inferior a tudo quanto se possa imaginar». A dependência onde eram instalados – conhecida por «cardenho» – veiculava imagem vigorosa das condições proporcionadas: em geral de piso térreo, com divisão para homens e outra para mulheres, ambas sujeitas a higiene defeituosa e nem sempre providas das tradicionais tarimbas – casos em que os trabalhadores se viam obrigados a dormir directamente sobre a palha³⁸⁹. No primeiro dos dois exemplos estudados (n.º 33) cinquenta metros quadrados deviam servir de abrigo a cinquenta assalariados, cabendo a cada qual menos de trinta centímetros nas tarimbas corridas suspensas das paredes (figuras 30-31); aí, às trinta e cinco mulheres habitualmente contratadas reservam-se 25 metros quadrados de chão coberto de palha³⁹⁰. No segundo caso (n.º 34), quarenta homens e mulheres abrigavam-se separadamente em cerca de 30 metros quadrados (figura 32).

Mais do que as palavras, porém, eram as imagens e as plantas anexas (com a devida escala e a respectiva ocupação) que melhor expressavam o tratamento a que estes trabalhadores e trabalhadoras se encontravam submetidos (figura 33).

UM MARCO CIENTÍFICO-SOCIAL

Não cabe aqui atender em pormenor à diversidade das situações registadas³⁹¹. É possível porém afirmar que embora casos de miséria extrema como estes não fossem estatisticamente maioritários, era a extensão e a profundidade da pobreza do país rural que sobressaía do conjunto dos dois volumes – mais do primeiro do que do segundo, expressando a sua maior concentração em regiões serranas do interior (como a Beira Interior, o Alto Minho e algumas regiões de Trás-os-Montes)³⁹².

³⁸⁹ Id., *ibidem*, p. 395-396.

³⁹⁰ Id., *ibidem*, p. 401.

³⁹¹ Para uma síntese dos resultados do inquérito de acordo com as regiões estudadas e relativamente aos dois volumes publicados vd. João Leal, *Etnografias Portuguesas, op. cit.* (capítulo 5).

³⁹² Cf. Id., *ibidem*, p. 155.

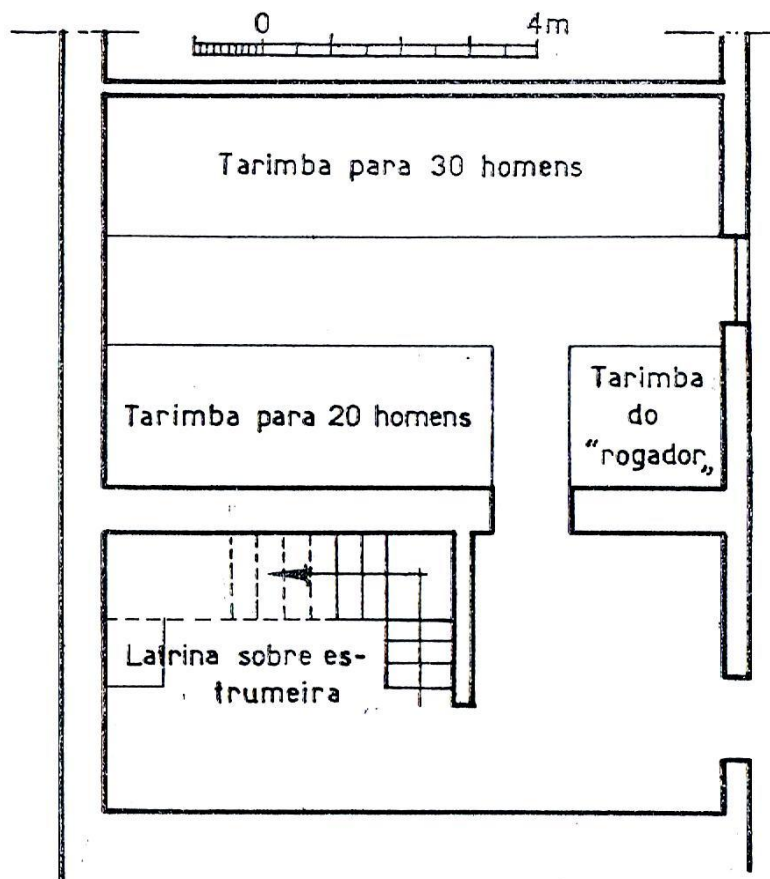


Figura 30. Caldas de Moledo – Exemplo n.º 33. Planta do cardenho

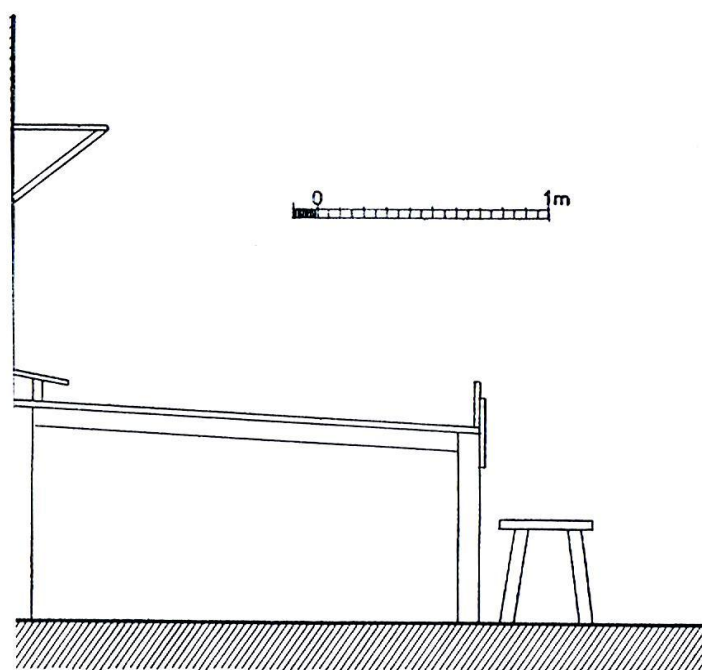


Figura 31. Caldas de Moledo – Exemplo n.º 33. Corte transversal de uma tarimba

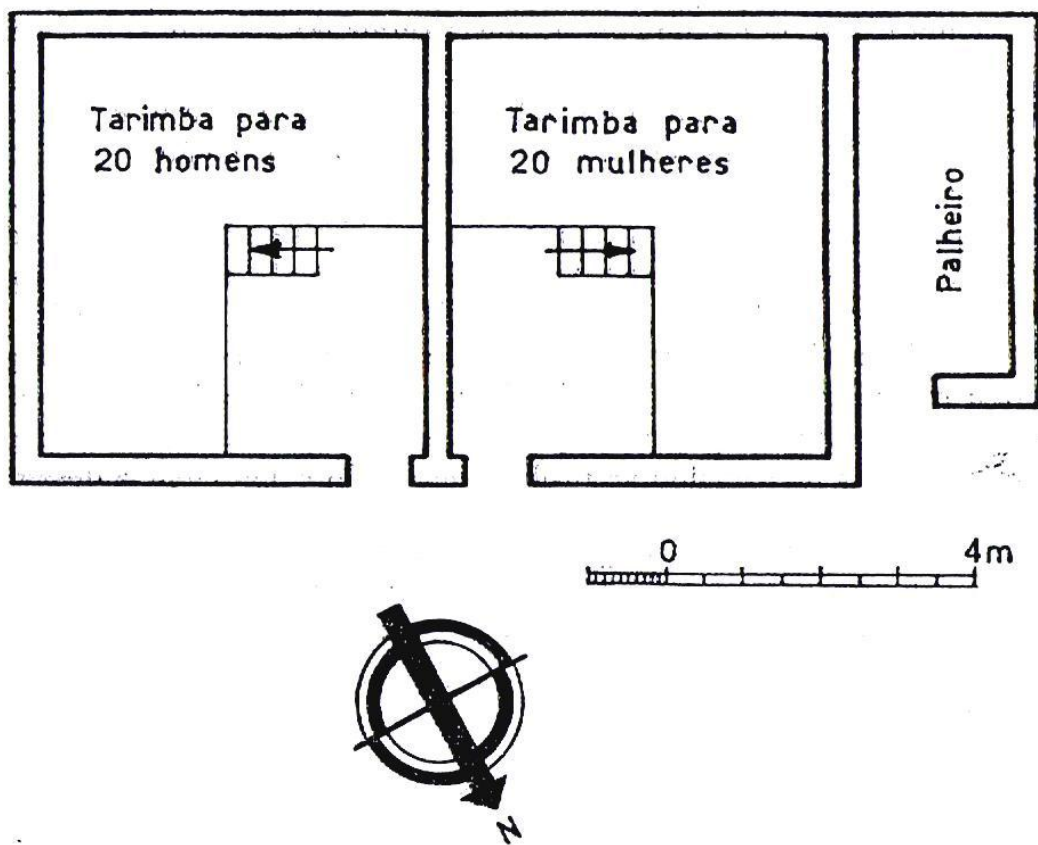


Figura 32. Casais do Douro – Exemplo n.º 34. Planta do Cardenho

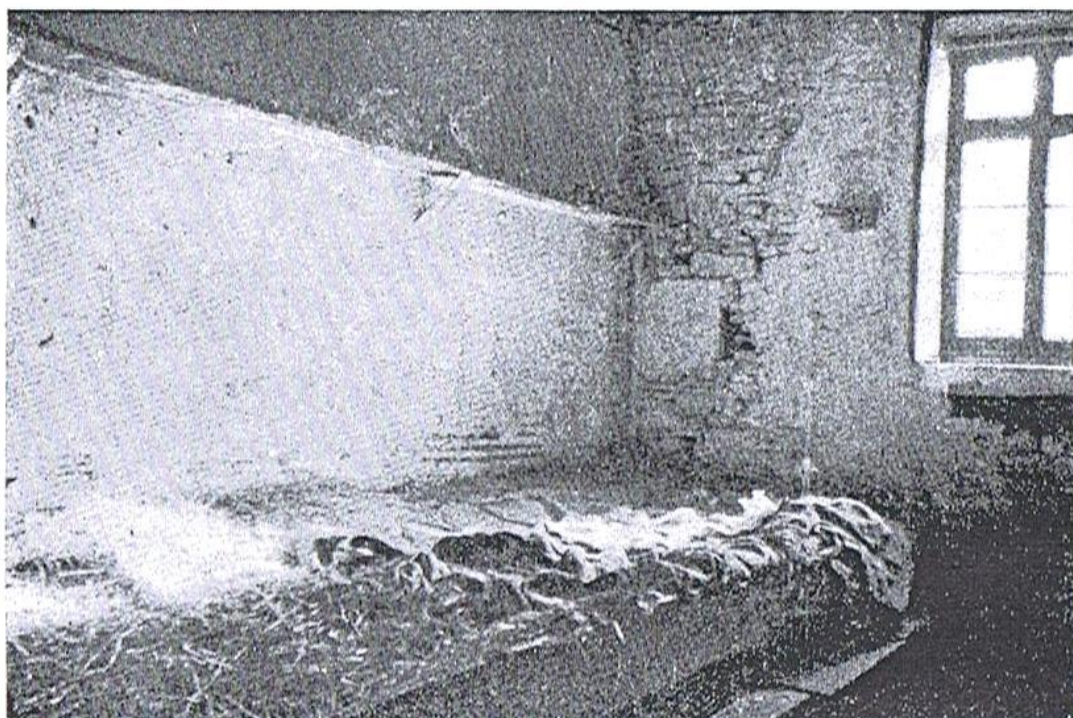


Figura 33. Interior de um cardenho tipo regional

Situação que terá surpreendido inclusivamente alguns dos próprios envolvidos no inquérito³⁹³. Foi certamente ela que ressaltou da extensa atenção pública granjeada pela obra, alargada a diversos sectores sociais³⁹⁴.

Entre as diversas reacções públicas que a edição do primeiro volume motivou destacava-se pela sua amplitude um estudo expressamente dedicado ao inquérito, de Francisco Ramos da Costa, economista próximo do Partido Comunista Português, publicado na colecção de «Cadernos da Seara Nova»³⁹⁵. Aí o autor procedia à síntese de diversos elementos quantitativos nele constantes e aferia e reafirmava o miserável nível de vida geral nas províncias estudadas – que aliás, dizia, podia ser desde logo confirmado pelos números relativos aos recheios das casas, «testemunho eloquente do índice paupérrimo das condições de vida dentro da habitação»³⁹⁶. Resultados com que afrontava, circunstancialmente a propósito das regiões do Alto Minho e Minho Litoral, as imagens idealizadas que considerava dominarem (e que efectivamente dominavam³⁹⁷) as apreciações correntes do modo de vida nos campos:

³⁹³ Em entrevista concedida a João Leal, Eugénio Castro Caldas expressava nos seguintes termos a sua reacção ao confronto com o terreno: «Aquilo era de facto miséria. Eu, quando fui lançado para ali, sem termos de referência, levei tempo a perceber o que era miséria camponesa nessa época. Há um sítio em que a coisa me impressionou tanto que eu disse a mim próprio: “que diabo, e se eu for estudar os casos de agricultores tecnicamente mais evoluídos?» E foi o estudo desses casos – em Marco de Canaveses e Amarante – que me revelou quão pobres eram os outros. É impressionante o que se apura neste *Inquérito*: o recheio da casa, uma cama de ferro, etc... Isto era a pura expressão da verdade. Isto era uma miséria» (id., *ibidem*, pp. 155-156).

³⁹⁴ No «Prefácio» ao segundo volume do *Inquérito à Habitação Rural*, Henrique de Barros dava conta deste último facto: «Houve todavia um facto que nenhum dos colaboradores do inquérito previu, ou melhor, ousou prever: o favorável acolhimento que o primeiro volume mereceu por parte do público, da imprensa e de certos sectores oficiais, demonstrativo, esse acolhimento, de que havia sido versado um problema realmente actual e cuja importância era sentida pela opinião pública. As referências de alguns deputados na Assembleia Nacional, as citações em pareceres da Câmara Corporativa, os artigos de fundo dos grandes jornais, as entrevistas, os comentários da imprensa da província, os estudos críticos das revistas, as provas de interesse por parte dos meios intelectuais progressivos, sucederam-se com reveladora frequência e sempre elevada compreensão da finalidade patriótica do inquérito e da honradez mental que caracterizou a sua realização» (em Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. II, *op. cit.*, p. 8).

³⁹⁵ F. Ramos da Costa, *Inquérito à Habitação Rural. Crítica à obra - estudo e soluções do problema* (Cadernos da Seara Nova), Lisboa, Seara Nova, 1944.

³⁹⁶ Id., *ibidem*, p. 23.

³⁹⁷ A este respeito vd. nomeadamente Daniel Melo, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001. Ainda a este propósito, Fernando Rosas afirma genericamente, com particular pertinência para o caso em análise: «Não há, talvez, nada mais absurdamente demagógico no Portugal salazarista dos anos 30 do que o discurso ideológico, conservador, e agrarista sobre o mundo rural e a vida camponesa. Desde a criação do Secretariado de Propaganda Nacional, em 1933, passará a dominar o próprio discurso oficial do regime e a marcar a imagem que ele projecta do país» (*O Estado Novo*, *op. cit.*, p. 53).

(...) os números que vamos ler, negam com eloquência a honestidade de todos quantos no-lo têm mostrado sob o *prima dum bucolismo poético*, donde parece sempre depreender-se luz, cor e felicidade ambiente. Quantas vezes o Minho tem sido mostrado a estrangeiros como tipo da felicidade rural e alfobre de inspirações folclóricas, através de meia dúzia de meninas da sociedade elegante de Viana do Castelo ou Braga, a quem, por desfastio, se manda vestir os trajes regionais, e carregadas de oiro verdadeiro e falso, símbolo da riqueza, as mandam bambolear com artes de modelo de casa de alta costura. A realidade rural, porém, é bem outra (...) ³⁹⁸.

Se dúvidas houvesse quanto à tónica da obra, o reverberar das suas ásperas conclusões atingiria a própria Assembleia Nacional, onde a pretexto da discussão da Lei dos Melhoramentos Agrícolas, de 1946, embora sem se referir expressamente ao trabalho, um deputado dava eco a algumas das suas conclusões, no seguimento de duras críticas que se apontavam à acção do governo em matéria de política agrícola:

Gostaria que aqueles de V. Ex.^{as} que quase nunca saem de Lisboa conhecessem o que é a vida do homem do campo para darem o devido valor a quanto exponho. Ganhões, pastores, boieiros, toda a variada multidão que constitui o pessoal trabalhador de uma casa agrícola continua hoje, como dantes, a dormir semanas e semanas seguidas no duro chão de casas térreas ou, na melhor das hipóteses, em tarimbas de madeira. Por colchões tem os ramos de árvores que amaciam a aspereza do isolo ou do tabuado; por cobertores, sacas esfarrapadas que serviram a adubos; e, quando o vento das noites de Inverno penetra furioso pelas frestas das casas de telha vã, esses míseros seres humanos só conseguem algum calor aconchegando-se uns aos outros ³⁹⁹.

³⁹⁸ F. Ramos da Costa, *Inquérito à Habitação Rural...*, *op. cit.*, p. 33.

³⁹⁹ Alocução do deputado Teófilo Duarte a 7 de Fevereiro de 1946 no âmbito da discussão na generalidade da referida proposta de lei em *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 27, 8 de Fevereiro de 1946, p. 438.

A importância da obra em causa, porém, extravasava largamente o seu profundo significado político e económico. Na realidade, a sua publicação revestir-se-ia de um alcance científico que o mesmo Ramos da Costa não hesitava em considerar como «histórico». Era de resto justamente por aí que encetava a sua apreciação ao *Inquérito à Habitação Rural*, posicionando-o diante da análise que fazia do panorama da investigação científico-social em Portugal, considerado deplorável. Avaliação essa que, de acordo com o autor, não se podia justificar pura e simplesmente pelo «clima intelectual» português, adverso às publicações técnicas e científicas. À falta de «capacidade», como dizia, para trazer contributos aos diferentes ramos de especialização, acresciam razões relacionadas com o que designava de «atitude» vigente: por um lado, a tendência quase absoluta para «parasitar» tratados estrangeiros (ademais «antiquados»); por outro, a «abstracção do facto nacional», que não podia classificar senão de «desonesta». A este respeito especificava que «Se no âmbito das ciências puras é admissível esta circunstância tendo em devida conta que possuímos pobríssimos meios de investigação, e poderem ser os resultados dos trabalhos científicos de aplicação universal, outro tanto não dizemos no que respeita às Ciências Sociais, à Ciência aplicada e à Técnica»⁴⁰⁰. Era pois diante deste quadro genérico que o autor se propunha criticar o *Inquérito à Habitação Rural*, cuja importância, dizia, não podia ser avaliada senão no seguimento do anterior *Inquérito Económico-Agrícola*. «Neste clima intelectual em que vicejam teses, lições sapientes, monografias que obstinadamente lançam uma cortina de fumo *estratégica* sobre a realidade nacional, apareceu recentemente uma obra (...) que já conquistou um lugar de padrão nos Estudos da Economia Nacional»⁴⁰¹.

Ramos da Costa destacava não só a sua proximidade à realidade mas também a própria *especificidade do olhar*: «No Inquérito à Habitação Rural não há o desvio costumaz de afastamento da realidade, ou, o que é pior, a preocupação de mostrar uma realidade diferente da que temos, por ser ela bem negra quando reduzida a números e negar exuberantemente a seriedade e humanidade de quem dela se ocupa

⁴⁰⁰ Francisco Ramos da Costa, *Inquérito à Habitação Rural...*, *op. cit.*, p. 7.

⁴⁰¹ Id., *ibidem*, p. 10.

com olhos folclóricos»⁴⁰². A este último respeito não deixava de hostilizar explicitamente os que destacavam as «características pitorescas da Casa portuguesa», esquecendo aquilo que de facto era comum a todas elas e que efectivamente as vulgarizava numa mesma «identidade», de carácter económico – em concreto, o seu «índice de higiene, insalubridade e desconforto», tal como considerava demonstrado pelo inquérito e em particular pelas fotografias que o ilustravam⁴⁰³. Mas essa especificidade era ainda definida positivamente, a propósito das causas nele invocadas para explicar a chamada «forma» da habitação: «A identidade estética da casa em regiões geograficamente diferenciadas como são aquelas sobre que incidiu o Inquérito, põe em destaque a importância dos factores económico e social, facto este que nos deve orientar, quando propusermos a solução»⁴⁰⁴.

Nestes termos, e ressalvada que estava de início a apreciação de conjunto ao trabalho, não se deixava inclusivamente de criticar de forma genérica, entre os estudos que antecederam a análise das várias sub-regiões, aqueles que de acordo com Ramos da Costa tendiam para a «generalidade geográfica», obscurecendo determinantes económicas e sociais. Nessa mesma linha, criticava-se em específico um desses capítulos, da autoria de Castro Caldas, por salientar em demasia «o aspecto ético da ligação do homem à terra», induzindo por isso, afirmava-se, a concluir que menos do que razões económicas e sociais que impõem uma miséria “*que não deixa levantar a cabeça*”, seriam antes razões éticas de uma entrega não absoluta à terra e pouco acolhimento dos técnicos e da ciência agrária, que se apresentavam como justificação do baixo nível do rural trabalhador»⁴⁰⁵. Não era sem ironia e mesmo com algum humor que contrapunha: «Tratar deste modo o problema é torcê-lo, porque as terras dão espigas e calhaus e a assistência técnica não bate gratuitamente à porta de todos os camponeses, e destes, a maioria não tem reservas em dinheiro ou crédito para adiantar às culturas ou investir em gados a que possam aplicar a zootécnica»⁴⁰⁶. Apontava-se ainda o facto de para a região em causa – Douro Litoral

⁴⁰² Id., *ibidem*.

⁴⁰³ Id., *ibidem*, p. 26.

⁴⁰⁴ Id., *ibidem*, pp. 26-29.

⁴⁰⁵ Id., *ibidem*, pp. 16-19.

⁴⁰⁶ Id., *ibidem*, p. 19.

– não se ter seleccionado senão quatro exemplos de entre o mesmo tipo social, o «rendeiro explorando empresa de tipo familiar», o que aliás embatia, afirmava o autor correctamente, na indicação dada por Lima Basto para se observar critério equitativo («representativo», na realidade) na distribuição das classes sociais designadas⁴⁰⁷. Critério que, por seu turno, e de acordo com o autor, não deixava de enfermar ele próprio de alguns problemas: fazendo as monografias incidir nas camadas mais baixas da população agrícola, pela forma como classificava as categorias profissionais, tornava-se «completamente omissa sobre as condições económicas, sociais, estéticas e de higiene das camadas superiores dos médios e grandes proprietários»⁴⁰⁸.

O crítico mostrava-se assim particularmente elogioso da norma adoptada por Flávio Soares Martins no artigo de sua autoria a que acima nos referimos, acerca do Barroso, que obrigava a que se subisse na «escala social» proporcionando termo de «contraste e comparação», e que por isso deveria ser tomado como exemplo – desiderato que, contudo (e como vimos), era marginal aos objectivos proclamados da obra⁴⁰⁹. Na realidade, e como teremos oportunidade de confirmar mais adiante, as seis monografias apresentadas por esse autor haviam sido elaboradas no âmbito do tirocínio curricular que cumprira junto da Junta de Colonização Interna e transcritas do respectivo relatório, sendo por isso relativamente exteriores à orgânica do inquérito.

A especificidade científica do inquérito voltaria ainda a ser destacada, alguns anos mais tarde, pelo dirigente comunista na prisão, Álvaro Cunhal, num célebre trabalho redigido já durante a década de 1950 acerca da questão agrária, onde em capítulo próprio o autor dava conta das condições de vida da população rural, sublinhando igualmente as causas económicas que lhes subjaziam⁴¹⁰. Em larga medida por recurso aos dois grandes inquéritos nacionais do ISA, apontava-se em particular o deficiente regime alimentar e as insatisfatórias condições habitacionais

⁴⁰⁷ Id., *ibidem*, pp. 15-16.

⁴⁰⁸ Id., *ibidem*, p. 12.

⁴⁰⁹ Cf. «Nota da Universidade Técnica» apensa ao estudo de Flávio Martins, especialmente redigido para o *Inquérito à Habitação Rural* com base naqueles dados (em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *op. cit.*, p. 362).

⁴¹⁰ Álvaro Cunhal, *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, Volume I, Lisboa, Editorial «Avante!», 1976. Trata-se de um trabalho originalmente publicado no Brasil: Álvaro Cunhal, *A Questão Agrária em Portugal*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

do país. Relativamente ao primeiro aspecto citavam-se 45 monografias de famílias de assalariados rurais, dispersas pelos dois inquéritos e ainda por alguns relatórios finais de curso do mesmo instituto, de que o autor revelava perfeito conhecimento (parte dos quais realizados no âmbito da Junta de Colonização Interna). Relativamente à habitação, em secção expressivamente designada «A sepultura da vida», lançava-se mão fundamentalmente do *Inquérito à Habitação Rural*. Deste em particular destacava-se uma vez mais o âmbito alargado dos resultados que, segundo dizia Cunhal, «apesar das suas deficiências», forneciam não só retrato fiel do que eram os lares dos trabalhadores dos campos, mas também da condição geral das famílias que os habitavam: «O “inquérito” fornece, portanto, não apenas uma informação acerca das habitações, mas uma informação acerca do pungente drama da miséria dos trabalhadores do Norte de Portugal»⁴¹¹.

A apreciação positiva que a este respeito se fazia do trabalho servia aqui inclusivamente para controverter aqueles que eram apontados como «Expoentes da ciência apologética»:

Tal é a tremenda situação revelada pelo “inquérito à habitação rural” nas províncias do Norte. Compreende-se que os referidos ases da “ciência” apologética desmintam estes factos esmagadores, tachando-os de “inaceitáveis”, de “improváveis”, mesmo que não tenham para opor-lhes senão o caricato argumento da “vitalidade germinal” do povo⁴¹².

O objecto da sua crítica dirigia-se em específico a esses «publicistas» que começavam «a “investigação” pelas conclusões» e que partiam depois em busca dos respectivos fundamentos. Tal processo, afirmava-se, «leva directamente à eliminação imediata dos factos contrários às ideias feitas e à aceitação daqueles que lhe são favoráveis. Repelem-se, então, como inexactos, os mais exactos testemunhos e reproduzem-se, como realidades, puras invenções e fantasias»⁴¹³. Entre aqueles, segundo o autor, pontuava Mendes Correia, mas também Águedo de Oliveira, para

⁴¹¹ Id., *ibidem*, p. 89.

⁴¹² Id., *ibidem*, p. 96.

⁴¹³ Id., *ibidem*, p. 84.

quem as causas do problema da carência alimentar em específico, ainda de acordo com Cunhal, residiam na «má administração e esbanjamento pelas donas de casa»⁴¹⁴. Era ainda por recurso ao inquérito que se denunciava aqueles que insinuavam que as diferenças de instrução e cultura entre as várias classes sociais provinham de diferenças congénitas. Dizia: «deve ver-se nos 70 % 80 % e 90 % de analfabetos que é frequente encontrarem-se nas populações rurais, não um resultado do acanhamento da caixa craniana que inventam os “teóricos” burgueses, mas um aspecto mais e um índice do baixíssimo nível da sua vida»⁴¹⁵.

Porventura de forma mais relevante, em campo político oposto, em parecer da Câmara Corporativa de 1944, apontava-se este trabalho como «modelo» de estudo eventual a realizar sobre as condições da habitação urbana, em particular das classes com menores rendimentos nas diferentes regiões do país e nas principais cidades e centros industriais – mas que nunca viria a ser realizado. O seu objectivo, no âmbito da apreciação à lei n.º 45, relativa às casas de renda económica, era o «inteiro e profícuo conhecimento do problema e bem fundada apreciação das soluções parcelares que forem aparecendo». O exemplo científico do inquérito era aqui invocado, aliás, por expressa oposição ao já referido *Inquérito Habitacional* de 1941, da Direcção Geral de Saúde do Ministério do Interior, por neste não se considerar ou sequer se aludir, como atrás referimos e tal como se afirmava, ao «aspecto económico-social do problema»⁴¹⁶.

E o que dizer ainda de todo um pequeno mas consistente acervo de inquéritos e resumos estatísticos de orientação médico-fisiológica motivados por preocupações idênticas mas especificamente centrados no problema da alimentação que, a pretexto da situação de carência de subsistências a que acima fizemos alusão, começava então a ganhar forma⁴¹⁷? É que sem deixar de confirmar de modo genérico aquele

⁴¹⁴ Id., *ibidem*, pp. 84-86. Artur Águedo de Oliveira (1894-1978), destacado «intelectual orgânico» do Estado Novo; para além dos vários cargos que ocupou ao longo da sua carreira no Tribunal de Contas assumiu ainda altas funções no aparelho político como membro da Junta Central da Legião Portuguesa, membro da Comissão Executiva da União Nacional, deputado à Assembleia Nacional (1935-1968), de subsecretário de Estado das Finanças (1931 e 1935) e de ministro das Finanças (1950-1955) (cf. Carlos Bastien, «Artur Águedo de Oliveira», em F. Rosas e J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, *op. cit.*, p. 680).

⁴¹⁵ Álvaro Cunhal, *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, *op. cit.*, p. 76.

⁴¹⁶ Cf. *supra* nota 365.

⁴¹⁷ Cf. as resenhas dos trabalhos compilados por A. A. Mendes Correia e J. A. Maia de Loureiro em Instituto Nacional de Estatística, *A alimentação do povo português*, bibliografia prefaciada e coordenada pelo Prof. Doutor António Augusto Mendes Correia, Publicações do Centro de Estudos Demográficos,

diagnóstico (por vezes em apontamentos bem expressivos), não podia naturalmente alcançar as determinantes económico-sociais que lhe subjaziam. E isto até quando os seus resultados eram de tal modo inequívocos⁴¹⁸ que obrigavam alguns dos principais ideólogos do regime, entre eles o próprio Mendes Correia, a negar enfaticamente as evidências⁴¹⁹. De tal forma que já em 1948, nas páginas da recém-criada *Gazeta Médica Portuguesa*, se perguntava retoricamente (no título de um dos artigos do seu número inaugural) ser ou não ser possível ao «higienista», afinal, abstrair-se dos «problemas económico-sociais» atinentes à questão⁴²⁰. O autor respondia-se a si mesmo, contrariando o que considerava ser a tendência dominante:

Lisboa, 1951. Para uma síntese de alguns destes trabalhos vd. Fernando Rocha Faria, *A Alimentação dos Trabalhadores Rurais Portugueses (resumo de algumas investigações)*, separata do *Jornal do Médico*, n.º 44-48, 1942; e ainda Bernardino de Pinho, *Inquéritos Alimentares Portugueses*, separata de *O Médico*, n.º 384, 1959. Ainda a este respeito não podemos senão discordar de Luciano do Amaral quando afirma que «não existem balanças alimentares oficiais – ou sem serem oficiais – senão a partir dos anos 60 [do século XX]. E também não existem registos quantitativos sobre a evolução do consumo alimentar para o período anterior à década de 50 [do mesmo século]» (Luciano do Amaral, «Alimentação», em Joel Serrão, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. VII, *op. cit.*, pp. 87-88). De facto, e para além dos trabalhos oriundos do ISA que temos vindo a tratar, e de outros provenientes da Junta de Colonização Interna que vinham analisando o problema de forma mais ou menos sistemática pelo menos desde meados da década de 1930 (e que evocaremos mais adiante), há ainda que considerar este acervo de pesquisas de orientação médico-fisiológica que abordam directamente o problema e, muito em particular, a estimativa das disponibilidades alimentares de J. A. Maia de Loureiro referente a dados de finais da mesma década (vd. nota seguinte). Refiram-se ainda alguns trabalhos avulsos realizados pelo Serviço Técnico de Higiene da Alimentação e Bromatologia, anexo à Direcção Geral de Saúde (cf. Bernardino de Pinho, *Relatório do Serviço Técnico de Higiene da Alimentação e Bromatologia, para o ano de 1949*, Lisboa, Direcção Geral de Saúde, 1950), e também, da mesma Direcção Geral do Ministério do Interior, *Inquérito Alimentar entre os operários da fábrica de louça de Sacavém* (trabalho efectuado pelo Serviço Técnico de Higiene da Alimentação e Bromatologia, em colaboração com o Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge), Lisboa, Direcção Geral de Saúde, 1949. O referido Serviço havia sido criado pelo decreto n.º 35 108 de 7 de Novembro de 1945, que reformava a orgânica dos serviços de saúde e assistência oficial. Do seu plano de trabalho constariam entre outras as seguintes alíneas: 1) realizar inquéritos sobre a forma como se alimenta a população portuguesa; 2) estudar a composição e o valor nutritivo dos alimentos; estudar as rações alimentares dos indivíduos, em relação com a sua actividade e o meio em que vivem, tendo conta a nossa produção agro-pecuária e a nossa indústria piscatória, bem como os costumes tradicionais do povo português (*id.*, *ibidem*, p. 7).

⁴¹⁸ A este respeito, e neste domínio específico, destaquem-se, entre outros, os trabalhos de J. A. Maia de Loureiro (professor da Faculdade de Medicina e Presidente da Comissão de Nutrição do Trabalhador Rural), «Estimativa das disponibilidades alimentares da população do continente português», *Amatus Lusitanus*, vol. 1, n.º 6, pp. 442-457, Maio de 1942; e *A Saúde do Homem (Sondagens e Interrogações)*, Lisboa, Barcelona, Rio de Janeiro, Livraria Luso-Espanhola, Lda., 1947.

⁴¹⁹ António Augusto Mendes Correia, «Introdução», em Instituto Nacional de Estatística, *A Alimentação do Povo Português*, *op. cit.*, pp. 7-27. Este artigo será tratado no texto mais adiante.

⁴²⁰ José Cutileiro, «Será possível ao higienista abstrair dos problemas económico-sociais?», *Gazeta Médica Portuguesa*, vol. 1, n.º 1, pp. 119-122. O facto não impediria que logo no segundo número da referida publicação M. Ferreira de Mira, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, apresentasse um «Inquérito à alimentação e condições sanitárias do pessoal numa exploração agrícola» (*Gazeta Médica Portuguesa*, vol. 1, n.º 2, 1948, pp. 371-393), realizado a convite da Fundação da Casa de Bragança, sem qualquer referência às condições económico-sociais dos trabalhadores inquiridos.

Na prática, todavia, que observa o higienista português? Salvo uma ou outra avitaminose, cuja profilaxia é fácil e se generalizou notará que os progressos teóricos da nutrição se reflectiram muito pouco na alimentação do seu povo; verificará que a produção de alguns dos alimentos mais preciosos, como o leite, é escassíssima para as necessidades nutritivas da Nação; e notará que se come, não segundo as necessidades alimentares de cada um, mas segundo o seu poder de compra. Aqui, o problema económico-social aparece-lhe em toda a sua grandeza: é evidente que o higienista poderá aconselhar este ou aquele alimento, dotado de maior poder nutritivo dentre os que são acessíveis; poderá ainda promover a distribuição pelo Estado, entre os mais necessitados, duma vitamina ou de um mineral cuja carência seja notória na dieta habitual desses indivíduos; mas se pretender melhorar radicalmente a saúde do seu povo através duma melhoria da sua nutrição, não vê outro caminho na sua frente senão o aumento das disponibilidades alimentares do seu país e uma distribuição racional dessas disponibilidades⁴²¹.

Efectivamente, e sublinhe-se convenientemente este ponto, o *Inquérito à Habitação Rural* destacava-se então não só como poderosa denúncia da imagem romântica da vida social nos campos veiculada por determinados sectores do Estado Novo, mas também e simultaneamente, de forma mais geral, como contraponto tácito ao panorama da investigação social em Portugal. Embora na esteira de trabalhos de índole semelhante, como o *Inquérito Económico-Agrícola* ou a conferência *Níveis de Vida e Custo de Vida. O caso do operário agrícola português*, e contemporâneo de outros semelhantes que entretanto se executavam no âmbito de alguns organismos oficiais do Estado (como teremos oportunidade de ver na III parte desta tese), pelas suas características específicas mas sobretudo pelo significado social de que se revestiria, o *Inquérito à Habitação Rural* assinalava a mais perfeita delimitação de uma estratégia de acesso à população em que pontuava, agora de forma perfeitamente explícita, a correlação entre a categoria económica das famílias trabalhadoras e a respectiva situação social. Não obstante o seu carácter

⁴²¹ Id., *ibidem*, p. 121.

essencialmente descritivo e a extensão limitada do respectivo universo de aplicação, através do cruzamento sistemático das diversas categorias de trabalhadores com as correspondentes condições de subsistência obtinha-se não só um quadro bastante alargado das modalidades de existência nos campos, que extravasava em muito outros de natureza etnográfica, mas também uma penetrante representação do estado geral da sociedade rural, apartado de outras de matriz mais estritamente naturalista, de orientação humana ou geográfica.

Por sua via consagrava-se uma área de estudos sociais específica, no âmbito da economia rural e a ela subordinada, concretizada em particular pela avaliação das condições de vida dos diversos agrupamentos de trabalhadores rurais – dos seus níveis de vida. Assim o delimitava, de forma lapidar e por referência às metodologias que o caracterizavam, Castro Caldas, no 2.º volume da obra:

Nos vastos domínios e dentro das modernas tendências de uma Economia que, por ser cada vez mais Social, procura tornar-se operante e positiva cabe, como processo indutivo de analisar os diversos aspectos da vida dos agrupamentos populacionais, o método monográfico. § Por seu intermédio, se reúne material de estudo, arrancando à vida social dos povos os casos-tipo que em si contêm o conjunto de realidades e aspirações que a inteligência e o coração humanos procuram ou manifestam⁴²².

Simultaneamente, porém, por seu intermédio, marcar-se-ia simbolicamente o culminar precoce desta curta mas profícua série de trabalhos de investigação económico-social de âmbito nacional.

FABRICAR O ESQUECIMENTO

De facto, não deverá causar surpresa que a publicação do seu terceiro volume, depois de se encontrar praticamente concluído, esbarrasse na proibição censória que

⁴²² Eugénio de Castro Caldas, «As províncias da Beira – Introdução», em Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. II, *op. cit.*, p. 29.

sobre ele viria a impender⁴²³. Apenas parte dos dados, relativos às províncias do Alto e Baixo Alentejo, seria divulgada em dois trabalhos da autoria de um dos seus colaboradores, Carlos Silva, na forma dos respectivos relatórios de tirocínio (também ele realizado junto da Junta de Colonização Interna) e de licenciatura, ambos de circulação restrita⁴²⁴. O segundo volume, aliás, seria desde logo sujeito a deficiente distribuição⁴²⁵. A este facto não terá sido certamente alheia a reorientação da política agrária portuguesa, após a II Guerra Mundial, que entretanto se distanciaria decisivamente do reformismo agrário⁴²⁶ – orientação assumida pelos organizadores deste e do anterior *Inquérito Económico-Agrícola* e à luz da qual se pode compreender também a inicial benevolência institucional relativamente a ambos, como dissemos. Para além do mais, como vimos, um e outro passariam entretanto a servir como instrumento político de denúncia do idílio rural propagado pelo regime, ao que acrescia ainda a simpatia declarada de alguns dos seus colaboradores pela oposição republicana ou comunista⁴²⁷. Os seus ecos tornavam-se inaceitavelmente ensurdecedores. Como sempre, a solução para lhes pôr termo era apenas uma. Sobre ambos cairia ainda – não é exagerado dizê-lo – um verdadeiro manto de silêncio ao qual, a partir de então e como já fizemos referência, só muito excepcionalmente viriam a ser resgatados.

A este respeito invoquem-se três exemplos sintomáticos, uma observação geral e ainda uma possível consequência. Logo em 1945, em livro especificamente consagrado aos *Problemas da Vida Rural* editado na «Biblioteca Rural», Luís Martin Graça, destacado engenheiro agrónomo que entre outras funções chegaria a ser subsecretário de Estado da Agricultura e que por então dirigia a referida

⁴²³ Cf. Carlos Silva, «Recordando o “Inquérito à Habitação Rural”», em F. O. Baptista, J. P. Brito e B. Pereira (orgs.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 755-790.

⁴²⁴ Carlos Silva, *Habitação Rural. Províncias do Alto Alentejo e Baixo Alentejo (Ensaio)*, Lisboa, ISA, 1947. O único exemplar do respectivo relatório de tirocínio, de acordo com João Leal, encontrar-se-ia na posse do seu autor (cf. João Leal, *Etnografias Portuguesas, op. cit.*, p. 149, nota 2).

⁴²⁵ Cf. id., *ibidem*, p. 159. De forma porventura sintomática, mas nem por isso menos surpreendente, o referido volume não consta do acervo da Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia (BISA). Existe um exemplar disponível na Biblioteca Nacional de Lisboa.

⁴²⁶ Cf. Fernando Oliveira Baptista, *Política Agrária do Estado Novo, op. cit.*, pp. 29-30, 36 e 39-40. Vd. ainda Fernando Rosas, *O Estado Novo, op. cit.*, pp. 435-440

⁴²⁷ Para além da conhecida proximidade de Barros à oposição republicana, Flávio Martins, Francisco Rosa e Carlos Silva seriam próximos do Partido Comunista Português (cf. João Leal, *Etnografias Portuguesas, op. cit.*, p. 158).

colecção, compilava uma série de artigos da sua autoria e de carácter essencialmente doutrinário redigidos entre 1942 e 1944 dedicados a temas tão diversos quanto a produção agrícola, o trabalho e a mentalidade agrícola, a mulher do campo ou a alimentação nesse meio social⁴²⁸. Não obstante a referência elogiosa a Lima Basto, a propósito do primeiro item (a avaliação da produção agrícola), e a existência de um capítulo especificamente dedicado à «habitação rural», em que se assinalava por exemplo a condição «incompleta ou deficientíssima» da maior parte das «instalações agrícolas», pontuava uma conspícua e brevíssima alusão ao *Inquérito à Habitação Rural*, dando apenas nota da sua edição, e o recurso alternativo a dados colhidos pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, descritivos apenas dos números médios de divisões e ocupantes e particularmente contrastantes com os daquele inquérito⁴²⁹. O mesmo sucederia aliás num outro trabalho dessa mesma colecção, de Ferreira de Mira (*O Trabalho e a Alimentação*, de 1946), então professor jubilado da Faculdade de Medicina de Lisboa, onde com base nos dados de Quartin Graça se concluiria airoosamente que

Com as devidas reservas, e enquanto observações mais extensas e completas nos não esclarecerem devidamente, podemos supor que a alimentação dos nossos trabalhadores rurais se aproximava, no início da Guerra Mundial, da que competia teóricamente a quem se entrega a lides agrícolas, e era de certo suficiente para gente habituada desde as primeiras idades a um regime sóbrio⁴³⁰.

Outro exemplo ainda: em 1948, antecipando-se à reunião da FAO (Food and Agriculture Organization) que se realizaria no ano seguinte em Lisboa, o Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística, incumbiria Mendes Correia (juntamente com o médico Maia de Loureiro) de orientar a recolha dos trabalhos então disponíveis sobre a situação alimentar portuguesa, nos seus aspectos

⁴²⁸ Luís Quartin Graça, *Problemas da Vida Rural*, Lisboa, Livraria Luso-Espanhola, Lda., 1945.

⁴²⁹ Para um resumo do referido inquérito vd. Bernardino de Pinho, *Inquéritos Alimentares Portugueses*, separata de «O Médico», n.º 384, Porto, s/ ed., 1959.

⁴³⁰ M. Ferreira de Mira, *O Trabalho e a Alimentação*, Biblioteca Rural (publicada sob a direcção do Eng. Agrónomo Luís Quartin Graça), 12, Lisboa, Livraria Luso-Hespanhola, 1946, p. 108.

«médico-fisiológico» e «económico-social», como empreitada preliminar à realização de um inquérito alargado sobre o tema⁴³¹. Da tarefa resultaria uma obra com 53 resenhas bibliográficas, precedidas de extensa introdução, da autoria de Mendes Correia⁴³². Muito embora se referissem outros trabalhos do ISA, nomeadamente alguns relatórios finais de curso, não se fazia qualquer menção sequer ao *Inquérito à Habitação Rural*. Quanto ao *Inquérito Económico-Agrícola*, que constava da exaustiva relação de trabalhos, era elidido da apresentação que deles se fazia na referida “Introdução” onde curiosamente, um pouco à margem do texto, não se deixava de mencionar a supracitada monografia de Jaime Lopes Dias, acerca do concelho de Idanha-a-Nova. De resto, só a muito custo se conseguia fazer com que os dados se conformassem ao axioma vigente da «vitalidade germinal» do povo português, comprovado que estava à partida pelas «tarefas enormes» realizadas pela população e pelos «acréscimos consideráveis dos seus quantitativos demográficos» – e que segundo o autor denegava quaisquer veleidades que pudessem ser mantidas a respeito da sua eventual subalimentação⁴³³. A solução para semelhante quebra-cabeças consistia afinal, e tal como se recomendava, em observar um «prudente ecletismo» na análise cotejada das publicações recenseadas, umas mais «optimistas», outras naturalmente menos⁴³⁴ – e entre as quais destoavam sobremaneira os trabalhos aí compilados oriundos do ISA (mas também da JCI), que constariam por certo entre os que eram considerados «pessimistas», ou até mesmo entre outros reputados de «inaceitáveis».

Mais relevante, talvez, é o facto de na subsequente bibliografia que noutros domínios institucionais virá a dar corpo ao desenvolvimento das ciências sociais em Portugal serem no mínimo escassas (não diremos inexistentes pela impossibilidade formal de o comprovar) as referências a qualquer uma daquelas duas obras ou sequer a Lima Basto, seja por que razões for. Surpreende menos por isso que Eugénio de Castro Caldas, como vimos a abrir o corpo central do presente trabalho, ao assinalar em 1956 o estabelecimento formal de conteúdos sociológicos no currículo do ISA, não fizesse qualquer referência a este passado recente. A ocorrência não invalida

⁴³¹ Instituto Nacional de Estatística, *A alimentação do povo português*, *op. cit.*

⁴³² António Augusto Mendes Correia, «Introdução», *op. cit.*

⁴³³ Id., *ibidem*, p. 24

⁴³⁴ Id., *ibidem*, p. 19.

evidentemente a importância substantiva destes trabalhos, a que julgamos pelo menos ter conseguido aludir, ou o papel que ambos viriam a ter no desenvolvimento das ciências sociais no quadro da investigação agronómica, no ISA e fora dele (como teremos oportunidade de ver na próxima parte da tese). O próprio Castro Caldas não deixaria aliás de reconhecê-lo, por mais de uma vez e com a devida ênfase, anos mais tarde, destacando em concreto, para além da precoce vocação sociológica dos trabalhos de Lima Basto, a ascendência que estes viriam a ter sobre trabalhos ulteriores, concretizada em particular na evolução dos relatórios finais de curso do ISA:

Na óptica que nos propusemos seguir da indagação histórica, os trabalhos referidos de Lima Basto apresentam-se basilares e impulsionadores do desenvolvimento da investigação agronómica em Portugal. Constituíram Escola que foi seguida por outros investigadores que tentaram clarificar muitos dos aspectos que ensombrevam a ruralidade penosamente vivida por fortíssima percentagem da população portuguesa em aldeias isoladas⁴³⁵.

Menos explorada, porventura, certamente menos divulgada foi a ascendência equiparável que aqueles primeiros trabalhos tiveram sobre a actividade da própria Junta de Colonização Interna praticamente desde o seu início. Actividade, diga-se, que prosseguiu depois de forma intensa, resistindo à perda do seu inicial fulgor reformista, e, sublinhe-se, que foi contribuindo, também ela, por via de estreito relacionamento institucional e interpessoal, para a orientação adoptada por boa parte da investigação económico-agrícola no ISA e, de forma mais geral, para a delimitação de uma área de estudos dedicada ao estudo da sociedade rural – ou, para sermos rigorosos, a alguns dos seus aspectos. Num e noutro caso – antecipe-se o motivo subjacente à III parte desta tese – preocupações económico-políticas expressas viriam a revelar-se absolutamente determinantes para o desenvolvimento da investigação económico-social e muito em particular para a progressiva autonomização dessa área de estudos sociais no âmbito da investigação agronómica em Portugal.

⁴³⁵ Cf. Eugénio Castro Caldas, *A agricultura portuguesa*, *op. cit.*, p. 502.

6. «NÍVEIS DE VIDA E CUSTO DE VIDA» (1934)

A economia do argumento deste trabalho e o lugar que nele ocupa esta II parte, centrada nos dois grandes inquéritos nacionais realizados pelo ISA no curso da primeira metade do século XX, deverão explicar por si mesmos que no devido momento não se tenha feito mais do que breve referência à conferência de Eduardo Lima Basto de 1935, *Níveis de Vida e custo da vida. O caso do operário agrícola português*. Em certa medida – poder-se-ia dizer – trata-se de um simples relatório intercalar dos resultados do *Inquérito Económico-Agrícola*, de que no ano anterior (1934) se havia apresentado os primeiros três volumes (é essa a proveniência dos dados evocados na palestra) e de que se publicaria, um ano mais tarde (1936) o derradeiro trabalho de síntese, da sua autoria. E, no entanto, a singularidade do estudo impede que se passe praticamente em silêncio aquele que é na realidade o primeiro trabalho académico de fôlego efectuado em Portugal acerca das condições de vida genéricas da população trabalhadora do país. Optou-se assim por não interromper no texto a sequência congénita que se considera existir entre aqueles dois grandes inquéritos, sem deixar no entanto de tratar a conferência a terminar esta II parte, como que em apenso.

A sua importância deverá justificar, portanto, que aqui seja tratada à margem da sequência natural da tese; mas o estatuto de excursão permitirá ademais efectuar uma deriva histórico-conceptual, relativamente exterior à lógica monográfica do texto, em que se considere as *condições de invocação* do conceito de níveis de vida e se deixe convenientemente sublinhada a *centralidade* da noção (e dos métodos que a suportam) na constituição dessa área de estudos consignada às condições de vida do trabalhador rural. É esse conceito, como vimos, que anima o *Inquérito à Habitação Rural* (onde tem a sua aplicação plena) e que mais directamente o liga (para além do respectivo contexto institucional) ao anterior *Inquérito Económico-Agrícola*; mas também a outros trabalhos contemporâneos ou posteriores (como veremos nos próximos capítulos) com origens institucionais diversas. E é nessa conferência que Lima Basto procede primeiro à sua definição, na esteira, como veremos, de orientações emanadas a este respeito por organismos internacionais e de outras utilizações nacionais e estrangeiras do inquérito orçamental.

A VOCAÇÃO SOCIAL DE UM CONCEITO

Integrada na série de conferências anuais organizada desde 1931 pela Universidade Técnica de Lisboa, coubera a Lima Basto, em 1935, na vez do ISA e de acordo com desejo expresso do Conselho Universitário, focar o «problema do custo da vida especialmente em Portugal».

Significativamente, o autor começava por definir a noção que primeiro se evocava no título («níveis de vida»), destacando a sua dimensão subjectiva – e por oposição à que constava do encargo de que fora incumbido («custo da vida»). Mais do que as *quantidades de bens* efectivamente consumidas, diria o autor, aquele conceito relevava a designada «*satisfação total* que um indivíduo ou família retiram do consumo de certas quantidades de géneros alimentícios, de outros de vestuários e de outros bens». Essa sua especificidade era objecto de explicitação: «Famílias de indivíduos diferentes, especialmente se têm tradições e costumes di-semelhantes e habitam em países e climas diversos, podem ter a mesma soma de satisfações, ou o mesmo nível de vida, embora repartam as suas despesas por artigos e serviços que completamente diferem em quantidade e qualidade». Não se tratava, pois, de uma noção absoluta, indiferentemente aplicável aos diversos países; nem tão pouco sequer a toda a população de determinada nação: «Mesmo em um país, as comparações só se podem bem fazer entre agrupamentos semelhantes, pois não há só um nível de vida; quer na cidade quer no campo, há várias classes de rendimento e vários graus de níveis de vida». Embora de forma apenas tácita, sublinhava-se assim a índole social do conceito (a sua indexação a agrupamentos sociais específicos) que não significava «nem o que custa a vida nem como as pessoas deviam viver mas *o modo de vida habitual*»⁴³⁶.

Era nesse mesmo sentido que apontavam as definições respigadas de algumas obras então recém-publicadas, de autoridades estrangeiras das quais Lima Basto se socorria em seu apoio. À cabeça, a de um membro da Divisão das Investigações do

⁴³⁶ E. A. Lima Basto, *Níveis de vida e custo da vida. O caso do operário agrícola português*, op. cit., pp. 6-7.

Bureau International du Travail (BIT), segundo o qual a expressão de níveis de vida designava «a soma das satisfações que se retiram do consumo global dos bens e dos serviços»⁴³⁷. De acordo com *Elements of Rural Sociology*, de um dos pioneiros olvidados da sociologia americana (Newell Sims), tratava-se da «forma como um grupo ou classe de gente habitualmente vive ou deseja viver. Envolve as satisfações de toda a ordem gozadas ou desejadas»⁴³⁸. E, de facto, notava o autor, os rendimentos auferidos não eram senão um factor (o principal) entre outros que determinavam o nível de vida efectivo, modificando aquele. Lima Basto elencava-os, recorrendo a Sims: antes de mais a «classe social», que contemplava os hábitos daqueles com que mais de perto as pessoas privavam e ainda outros forçados pela tradição, pelo meio social e pela cultura; depois o «progresso social», «porque novos desejos são originados pela criação de novos bens e novos interesses»; o «temperamento individual», que expressava nomeadamente diferenças de idade e de instrução; e, finalmente, o «tamanho da família e a idade dos seus membros»⁴³⁹. Era ainda pela mesma ordem de razões que Lima Basto justificava a invocação do conceito:

O estudo dos níveis de vida das diversas classes permite averiguar até que ponto as necessidades mínimas, que cada ser humano deve ter direito a satisfazer, são ou não satisfeitas e, *consequentemente, é a base da investigação das modificações económicas e sociais precisas para dar, cada vez a maior número, as condições necessárias a essa satisfação*⁴⁴⁰.

⁴³⁷ Id., *ibidem*, p. 6. (a referência citada era H. Staehle, *Une enquête internationale sur les coûts de la vie*. Revue Internationale du Travail, vol. XXVI, n.º 3, 1932).

⁴³⁸ Id., *ibidem*, p. 6 (Newell Leroy Sims, *Elements of Rural Sociology*, Nova Iorque, Thomas Y. Cromwell Company, 1927.). A estas duas definições, Lima Basto acrescentava ainda a de E. L. Kirkpatrick, segundo o qual o nível de vida «pode ser considerado como uma medida da vida em função da soma total de valores gozados pela família, evidenciada pela aquisição e dispêndio do rendimento e pelo uso do tempo na satisfação de desejos de coisas quer materiais (como a alimentação, o vestuário e o abrigo) quer espirituais (como a educação, a música e as artes)» (em «The Standard of Life in a Typical Section of Diversified Farming», *Bulletin no. 423*, Agricultural Experiment Station, Cornell University, 1923); e a de Alfred Marshal, que sinteticamente lhe atribuía o significado de «padrão de actividades ajustadas aos desejos» (em *Principles of Economics*, 8.ª edição, Londres, Macmillan, 1920).

⁴³⁹ E. A. Lima Basto, *Níveis de vida e custo da vida. O caso do operário agrícola português*, *op. cit.*, pp. 7-8.

⁴⁴⁰ Id., *ibidem*, p. 7 (sublinhado nosso).

Semelhantes considerações teóricas, porém, serviam aqui sobretudo de suporte à análise que se fazia das limitações inerentes aos métodos então disponíveis destinados a aferir essas condições, reputadas mínimas. Mesmo depois de confrontadas com a evolução de salários nominais, as medidas vigentes do custo da vida (aferidas pelos respectivos índices e traduzidas na evolução dos designados salários reais) encontravam-se sujeitas à deformação não directamente contabilizável do desemprego: «É evidente que não pode melhorar o nível de vida da classe operária quando uma parte dela não tem nenhum trabalho e essa parte chega a atingir 28,8 %, como na Dinamarca, 31 %, como nos Países-Baixos e nos Estados Unidos, e mesmo 43,8 %, como na Alemanha; isto sem contar com que os que estão apenas parcialmente empregados»⁴⁴¹. De resto, dizia ainda, nem todas as satisfações podiam ser convenientemente avaliadas «em pêsos ou em dinheiro»:

o valor dos alimentos não pode ser medido pelo seu custo, a conveniência do vestuário pelo dinheiro que com êle se dispende, os confortos que uma casa proporciona pela sua renda. O dinheiro dispendido com livros ou instrumentos musicais não nos diz se há tempo disponível para os utilizar e se o não há êsse dispêndio não representa muita elevação no nível de vida. O quantitativo das despesas também nada revela sôbre a sua utilidade ou economia, podendo mesmo representar unicamente desperdício⁴⁴².

O designado *panier international de provisions*, por exemplo (o cabaz de compras, na sua tradução portuguesa), a partir do qual se construía o número índice referente à alimentação (que ponderado com outros relativos aos restantes tipos de despesa e de acordo com as normas emanadas do BIT dava origem ao índice do custo da vida), não era senão uma «noção teórica» que não podia ser tomada como medida das despesas mínimas ou normais de uma família operária: «Não se garante que a qualidade dos artigos [apreciados] seja, em todos os casos, absolutamente idêntica; ainda a quantidade ou “pêsos” aplicado a cada artigo, embora idêntico em todos os

⁴⁴¹ Id., *ibidem*, p. 11.

⁴⁴² Id., *ibidem*, p. 8.

países, não reflecte os hábitos médios dos principais países considerados»⁴⁴³. Facto que para Lima Basto não desqualificava a utilidade relativa desses instrumentos, sobretudo se correctamente aplicados e convenientemente complementados por outros. As reservas aludidas, contudo, aplicavam-se com particular pertinência a Portugal.

Efectivamente, os elementos então disponíveis a este respeito deixavam bastante a desejar. De acordo com Lima Basto, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP) mantinha uma série de números-índice neste domínio, com 1917 como base (e referida a 1914), recorrendo ao preço de vinte e cinco géneros alimentícios, de aquecimento e de iluminação, empregando para a sua ponderação alguns coeficientes representativos do consumo anual de quatro pessoas; por seu turno, o Instituto Nacional de Estatística (INE, à data Direcção Geral de Estatística) publicava desde 1929 um índice do custo da vida, determinado por recurso a três grupos de artigos, referidos igualmente a 1914: trinta géneros alimentícios de origem vegetal, vinte e um géneros alimentícios de origem animal e dez artigos de iluminação, aquecimento e higiene⁴⁴⁴. Ora, como assinala Lima Basto, os dados disponibilizados pelo INTP representavam apenas índices do custo da alimentação, a que se haviam acrescentado alguns elementos avulsos relativos a outros consumos. Para poderem ser tomados com propriedade como índices do custo da vida deveriam agregar ainda dados relativos ao custo da habitação, vestuário e aquilo que se designava por despesas diversas – o que não era efectivamente o caso. De resto, o processo adoptado não era seguido senão na Austrália, no Egipto e na Palestina (entre os 33 países de que Lima Basto afirmava ter conhecimento). Para além do mais, a ponderação dos diversos itens era efectuada com base no consumo de uma «família hipotética». Quanto aos dados do INE, embora considerassem convenientemente outros grupos de consumo (para além dos géneros alimentares), constituíam apenas um «índice de preços de retalho», por não se ponderarem os valores obtidos pelos consumos efectivos das famílias, como era então comum em todos os países que faziam uso do índice (com a excepção da Espanha), por recurso a orçamentos de famílias operárias (que expressavam aqueles consumos), obtidos

⁴⁴³ Id., *ibidem*, p. 14.

⁴⁴⁴ Lima Basto reportava ainda um índice apresentado pelo Banco de Portugal, relativo a preços de retalho. Para pormenores relativos à evolução dos índices do custo de vida em Portugal vd. Nuno Luís Madureira, *As Ideias os Números...*, *op. cit.*, pp. 79-84.

pela consulta de registos que eventualmente mantivessem ou, sobretudo, por recurso a inquéritos familiares, directos ou indirectos⁴⁴⁵.

Tal expediente, como se sabe, possuía pergaminhos firmados a nível internacional, particularmente entre toda uma geração de reformadores sociais do século XIX⁴⁴⁶. Na sua genealogia destacava-se evidentemente (e tal como fizemos menção no capítulo 1) Frédéric Le Play que, no quadro das suas monografias familiares, utilizara e vulgarizara o método dos orçamentos familiares desde a década de 1840 (procedimento que sistematizaria no seu seminal *Les Ouvriers Européens*, de 1855), e ainda vários dos seus seguidores mais directos como Henri de Tourville ou Édmond Demolins – que juntamente com outros desenvolveriam o seu legado e institucionalizariam a sua «Ciência Social» à margem da academia (designadamente na École des Voyages), antes da consagração académica da sociologia enquanto tal⁴⁴⁷. De facto (vale a pena voltar referi-lo), a linhagem leplaysiana extravasaria largamente a sua origem circunstanciada, dando curso a este mas também a outros métodos de investigação social no quadro de densas redes institucionais, de âmbito nacional e internacional, que, como vimos, se estenderiam a Portugal⁴⁴⁸. Os seus objectivos, aliás, excederem desde o início o puro altruísmo de classe, dispondo-se a obter importantes «efeitos de conhecimento» relativamente às actividades sociais das famílias e à sua inserção no meio físico e social, por onde se procurava aferir conclusões gerais sobre o estado geral da sociedade⁴⁴⁹.

Em contrapartida, o recurso ao inquérito orçamental (e respectivas emanações) extravasaria largamente a sua utilização leplaysiana – neste e noutros domínios de aplicação. Detenhamo-nos neles por um momento.

⁴⁴⁵ Cf. E. A. Lima Basto, *Níveis de vida e custo da vida. O caso do operário agrícola português*, op. cit., pp. 21-23..

⁴⁴⁶ Para um perspectiva panorâmica do recurso à análise de orçamentos familiares em diversos domínios ao longo do século XIX e princípio do século XX vd. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique*, op. cit., capítulo 3 («La famille au microscope. Les enquêtes sur les budgets des familles ouvrières»).

⁴⁴⁷ Sobre a importância de Frédéric Le Play e seus epígonos no desenvolvimento das ciências sociais e em particular da sociologia vd. Bernard Kalaora e Antoine Savoye, *Les Inventeurs oubliés. Frédéric Le Play et ses continuateurs aux origines des sciences sociales*, Seyssel, Champ Vallon, 1989.

⁴⁴⁸ Sobre o desenvolvimento dos dispositivos institucionais que serviram de base ao desenvolvimento e divulgação da ciência social de Le Play (como a École des Voyages e a École des Roches) vd. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique*, op. cit., capítulo 5 («L'enseignement de la sociologie. La voie le playsienne»).

⁴⁴⁹ Tal como sublinha Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique*, op. cit., p. 55.

INQUÉRITOS ORÇAMENTAIS

No âmbito de diligências semelhantes, esse mesmo instrumento seria então profusamente utilizado em diversos países, nomeadamente na Alemanha, entre populações rurais, no quadro da extensa e diversificada actividade da Verein für Socialpolitik: criada em 1873, a designada associação para a política social declarava, também ela, objectivos reformistas inequívocos, em oposição expressa ao liberalismo vigente e ao radicalismo operário emergente; entre os seus membros contar-se-iam nomes como Max Weber ou Ferdinand Tonnies e dela despontaria mais tarde, em 1909, a Associação Alemã de Sociologia (Deutsche Gesellschaft für Soziologie)⁴⁵⁰.

Nos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século XX, pontuaria o designado *survey movement*, de orientação predominantemente filantrópica, que albergava diversas tendências reformistas e onde se pode destacar por exemplo Paul Kellog e o grande inquérito social por si conduzido em Pittsburgh (*Pittsburgh Survey*, 1909) também por recurso àquele procedimento (entre outros) – destinado a aquilatar as condições de vida dos trabalhadores daquela cidade e financiado pela recém-criada Russell Sage Foundation⁴⁵¹. Neste caso em particular, os referentes metodológicos mais imediatos seriam o naturalista escocês Patrick Geddes (1854-

⁴⁵⁰ Cf. Göran Therborn, *Science, Class and Society. On the Formation of Sociology and Historical Materialism*, Londres, Verso, 1980 (1976), p. 131; sobre o mesmo assunto vd. ainda Wolfgang Glatzer, «La institucionalización de la sociología en Alemania (1871-1933)», em Salustiano del Campo (coord.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000, pp. 95-110. Sobre o desenvolvimento da investigação social na Alemanha vd. Anthony Oberschall, *Social Empirical Research in Germany: 1848-1914*, Paris, Haia, Mouton, 1965.

⁴⁵¹ Cf. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique, op. cit.*, capítulo 3 («Les social surveys américains. La ville comme terrain d'étude et d'action»). O desenvolvimento da investigação social nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX ficará estritamente associado ao trabalho de organizações assistencialistas privadas. Paul Kellog era então um jovem jornalista da revista *Charities*, órgão da Charity Organisation Society de Nova Iorque. O alargamento nacional do comité da referida publicação, em 1905, que passou a incluir representantes dos diversos sectores do serviço social (entre os quais Jane Adams, conhecida filantropa norte-americana e fundadora dos famosos albergues sociais, os *social settlements*), e a fusão da revista com o órgão nacional dos albergues, conferiu unidade ao movimento cuja acção acabou por resultar na aplicação de vários inquéritos, entre os quais o referido inquérito de Pittsburgh. Envolvendo cinquenta inquiridores, o trabalho contemplou, entre outras vertentes, um inquérito sobre a vida doméstica e o custo da vida no meio operário (cf. id., *ibidem*, pp. 90-95).

1932), precursor do urbanismo, ele próprio profundo conhecedor dos trabalhos de Le Play, membro da sua Sociedade de Economia Social (criada por este em 1856) e colaborador assíduo da revista leplaysiana *La Science Sociale*; e ainda Charles Booth, famoso filantropo inglês e autor do monumental *Life and Labour of the People in London* (1892-1897), de cuja complexa metodologia constavam igualmente instrumentos idênticos⁴⁵². Na Grã-Bretanha, aliás, a utilização desse recurso no âmbito de preocupações humanistas remontava já a finais do século XVIII, onde primeiro David Davies, clérigo escocês com estudos em Oxford, e depois Frederick Morton Eden, reputado pioneiro da economia política, aplicariam métodos semelhantes (respectivamente em *The Case of Labourers in Husbandry Stated and Considered*, 1795 e *The State of the Poor*, 1797) na sequência da subida dos preços dos cereais e de outros bens de primeira necessidade, com o intuito de avaliar a condição dos mais pobres⁴⁵³.

Desenvolvidos e utilizados à margem da universidade, semelhantes instrumentos revestir-se-iam entretanto de dignidade académica, nomeadamente nos Estados Unidos, onde a investigação social empírica de carácter filantrópico (e frequentemente de inspiração religiosa) revelar-se-ia de considerável importância na institucionalização universitária da própria sociologia, nomeadamente no caso da

⁴⁵² Id., *ibidem*, pp. 96-100. Sobre Patrick Geddes vd. Hellen Meller, *Patrick Geddes: Social Evolutionist and City Planner*, Londres, Routledge, 1990. Sobre Charles Booth vd. Christian Topalov, «La Ville, “terre inconue”: l’enquête de Ch. Booth et le peuple de Londres, 1886-1891», *Genèses*, n.º 5, Setembro de 1991, pp. 5-34. Sobre a tradição britânica de investigadores empíricos no âmbito alargado das ciências sociais e sobre Charles Booth em particular vd. Richard Stone, *Some British Empiricists in the Social Sciences, 1650-1900*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, capítulo 12.

⁴⁵³ Cf. George J. Stigler, «The Early History of Empirical Studies of Consumer Behavior», *The Journal of Political Economy*, Vol. 62, n.º 2, Abril de 1954, pp. 95-113. Como justificação para os respectivos trabalhos David Davies e Frederick Eden invocavam precisamente as difíceis condições de vida, o primeiro entre os mais pobres, para os quais solicitava apoio e o estabelecimento de um salário mínimo, o segundo especificamente entre trabalhadores agrícolas. Davies começara por coligir orçamentos familiares na sua própria paróquia, recorrendo depois a correspondentes por via dos quais acabará por recolher um total de 127 orçamentos de famílias pobres, que descreveu em pormenor na referida obra. Eden, por seu turno, acrescentara à descrição dos diversos condados ingleses (e à revisão das leis de protecção aos mais pobres) alguns orçamentos colhidos por si próprio, outros remetidos por clérigos e outros ainda compilados por um agente que manteve ao seu serviço durante um ano. Acabaria por publicar sessenta orçamentos de famílias agrícolas e vinte e seis de famílias não-agrícolas. Embora nenhum dos dois tenha sintetizado a informação recolhida, os elementos acumulados autorizavam desde logo a repartição dos dados por grupos de rendimentos e classes de consumo – alimentação, habitação, combustível, vestuário e ainda outras diversas. Sobre este assunto vd. ainda Day Monroe, «Pre-Engel Studies and the Work of Engel: The Origins of Consumption Research», *Family and Consumer Sciences Research Journal*, vol. 3, n.º 1, 1974, pp. 43-64. Sobre Eden em particular vd. Richard Stone, *Some British Empiricists in the Social Sciences*, *op. cit.*, capítulo 10.

designada Escola de Chicago⁴⁵⁴ (em 1928, *The American Journal of Sociology* abriria as suas colunas a um estudo sociológico assente em inquéritos orçamentais⁴⁵⁵); ou ainda antes em França, embora de forma mais circunscrita, onde a influência da escola de Le Play, com alguma penetração académica na última década do século XIX, acabaria por ser suplantada pelo durkeimianismo emergente, no quadro de uma acesa disputa entre esta e outras facções intelectuais pela predominância do respectivo paradigma científico-social e pelo controlo institucional da sociologia⁴⁵⁶. Ainda assim, Paul de Rousiers, que entretanto assumiria o cargo de presidente da muito leplaysiana Sociedade Internacional de Ciência Social, leccionaria um curso consagrado às grandes indústrias modernas na École Libre des Sciences Politiques até 1932⁴⁵⁷. Por seu turno, na esfera de influência directa do próprio Émile Durkheim, o proeminente Maurice Halbwachs socorrer-se-ia justamente da análise de orçamentos familiares na sua dissertação de doutoramento (de 1912), num momento já de um certo refluxo da utilização daquele método no âmbito da ciência social francesa, em apoio da sua teoria sociológica

⁴⁵⁴ Sobre o papel dos reformadores sociais e da investigação social empírica em geral no desenvolvimento da ciência social norte-americana vd. Anthony Oberschall, «The institutionalization of American sociology», em Anthony Oberschall (org.), *The Establishment of Empirical Sociology: Studies in Continuity, Discontinuity and Institutionalization*, Nova Iorque, Harper and Row, 1972, pp. 187-251. Vd. ainda Craig Calhoun, «Les transformations institutionnelles des sciences sociales américaines», em Johan Heilbron, Remi Lenoir, Gisèle Sapiro (org.), *Pour une histoire des sciences sociales*, op. cit., pp. 263-280.

⁴⁵⁵ Carle Zimmermann, «The Family Budget as a Tool for Sociological Analysis», *The American Journal of Sociology*, XXXIII-26, Maio de 1928. Albion Small, fundador do departamento de sociologia na Universidade Chicago, era admirador da Verein für Socialpolitik e evocava-a como potencial modelo a seguir (Cf. Göran Therborn, *Science, Class and Society*, op. cit., p. 131, n. 55).

⁴⁵⁶ Cf. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique*, op. cit., capítulo 5 («L'enseignement de la sociologie. La voie le playsienne»). Sobre aquilo que o autor considera ser a disputa pelo domínio institucional da sociologia entre René Worms, Gabriel Tarde e Émile Durkheim no período compreendido entre 1890 e 1903 vd. Laurent Mucchielli, *La Découverte du Social... op. cit.*; e id., «El nacimiento de la sociología en la universidad francesa (1880-1914)», em Salustiano del Campo (coord.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, op. cit., pp. 41-59. Sobre este período das ciências sociais francesas no quadro do desenvolvimento internacional de práticas idênticas e da sociologia vd. a excelente síntese de Jean-Michel Berthelot, *La Construction de la Sociologie*, Paris, Puf, 2003. Para uma avaliação resumida da importância da estatística e da investigação social no desenvolvimento internacional da sociologia vd. Robert C. Bannister, «Sociology», em Theodor M. Porter, Dorothy Ross (org.), *The Modern Social Sciences*, vol. 7 de *The Cambridge History of Science*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 329-353. Para uma tentativa de síntese teórica do mesmo processo vd. sobretudo o excelente artigo de Björn Wittrock, Peter Wagner e Helmut Wollmann, «Social Science and the modern State: policy knowledge and the political institutions in Western Europe and the United States», em Peter Wagner, Carol Hirschon Weiss, Björn Wittrock e Helmut Wollmann (orgs.), *Social Sciences and Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 28-85.

⁴⁵⁷ Cf. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique*, op. cit., capítulo 7 («La professionalization des sociologues. L'exemple de Paul de Rousiers (1857-1934)»), p. 226.

sobre a hierarquia das necessidades entre a classe operária – diligência que de resto instauraria a temática das classes sociais no seio daquele grupo e que faria então de Halbwachs o mais destacado proponente do método⁴⁵⁸.

Halbwachs começaria por abordar a questão em termos estritamente teóricos, num artigo de 1905⁴⁵⁹; recorreria mais tarde aos orçamentos familiares, em *La Classe Ouvrière et les niveaux de vie. Recherches sur la hiérarchie des besoins dans les sociétés industrielles contemporaines* (assim se chamava a referida dissertação), para avaliar objectivamente a forma como os operários hierarquizavam e satisfaziam as respectivas necessidades, de modo a atingir um nível de vida *por eles próprios considerado aceitável*⁴⁶⁰. Na sua perspectiva, e de acordo com aquele primeiro texto, os consumos efectivos reflectiam não só valores económicos, mas também a apreciação relativa de determinado bem na sociedade considerada e ainda a medida em que para certa classe satisfaziam a necessidade a que se reportavam. Às mãos de Halbwachs, os orçamentos familiares permitiam assim aferir, para além de deficiências materiais efectivas a que os trabalhadores se encontrassem submetidos (ao nível da alimentação, habitação, etc.), as próprias representações económicas da classe operária, enquanto tal⁴⁶¹.

Embora começando por expressar algumas reservas relativamente a esse instrumento, nomeadamente quanto à utilização que dele era feita por Le Play, Halbwachs insistiria por diversas ocasiões nas suas potencialidades eminentemente sociológicas – por oposição aos seus empregos aplicados – nomeadamente num artigo programático, de 1908, intitulado «Budgets de familles», a que se manteria fiel até ao final da sua carreira⁴⁶². Dizia Halbwachs, referindo-se-lhe e sublinhando os «problemas de ciência» que dele emanavam:

⁴⁵⁸ Como assinala Laurent Muchielli, e apesar de algumas referências à realidade das classes sociais, Durkheim nunca chegaria a elevar o tema a problema sociológico de primeira importância (*La Découverte du Social, op. cit.*, p. 512).

⁴⁵⁹ Maurice Halbwachs, «Remarques sur la position du problème sociologique des classes», *Revue de Métaphysique et de Morale*, 13, 1905.

⁴⁶⁰ Maurice Halbwachs, *La Classe Ouvrière et les niveaux de vie. Recherches sur la hiérarchie des besoins dans les sociétés industrielles contemporaines*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1913.

⁴⁶¹ Cf. Laurent Muchielli, *La Découverte du Social, op. cit.*, pp. 516-517.

⁴⁶² Maurice Halbwachs, «Budgets de familles», *Revue de Paris*, Agosto de 1908, pp. 534-562.

C'est l'étude des classes sociales, de leur réactions, de leurs limites, qui devient ainsi possible, et c'est le sociologue qui entre en scène, non seulement pour tirer des budgets et utiliser ce qui n'a pas intéressé l'hygiéniste ou le philanthrope, mais pour indiquer aussi aux enquêteurs comment ils doivent choisir les cas à observer, et quels détails, précisément, on leur demande de recueillir⁴⁶³.

A sua própria dissertação de doutoramento, para além da sua componente sintética (a que não se consagrava senão o derradeiro capítulo), constituía um verdadeiro compêndio crítico sobre o método⁴⁶⁴.

Depressa, porém, Halbwachs ver-se-ia relativamente isolado no âmbito da ciência social francesa que, de par com a perda de influência da Escola de Play, abandonaria de forma progressiva esse recurso. Paradoxalmente, o inquérito orçamental sobreviveria sobretudo em formato aplicado, nomeadamente no âmbito da orgânica do Estado, instrumentalizado no quadro da adopção de políticas sociais então embrionárias. E não apenas em França. Com o virar do século e um pouco por todas as nações industrializadas ou em vias disso (e também em Portugal, como veremos), o Estado assumiria de modo resolutivo este tipo de procedimento (menos resolutamente em Portugal) no contexto mais alargado de outras práticas de inquérito social que vinha adoptando desde o início do século XVIII.

ESTADO E INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Reconhece-se hoje devidamente a importância da acção administrativa e política do Estado no desenvolvimento da investigação social em diversos países⁴⁶⁵. As

⁴⁶³ Id., *ibidem*, p. 561.

⁴⁶⁴ O referido livro contém ainda um útil anexo bibliográfico sobre o tema. Halbwachs comentava a evolução histórica do procedimento, dividindo as suas instâncias efectivas entre as que recorriam a livros de contabilidade propriamente ditos e as que reconstituíam os orçamentos através de indicações verbais.

⁴⁶⁵ Para o caso francês vd. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique, op. cit.*, cap. 1 («L'État enquêteur. De Guizot a Le Play»); para o caso alemão vd. David F. Lindenfeld, *The Practical Imagination: The German Sciences of State in the Nineteenth Century*, Chicago, The University of

especificidades nacionais do processo encontram-se fora do âmbito do presente texto, mas vale a pena aludir à sua extraordinária abrangência internacional (e ainda temática e metodológica); processo que ademais se encontra integrado num outro, anterior e de natureza mais geral, não exclusivamente centrado no Homem, de desenvolvimento e implantação oficial de uma contabilidade geral do Estado⁴⁶⁶. É aliás legítimo invocar, na sua génese, além de importantes descobertas conceptuais e metodológicas e de uma progressiva racionalização de procedimentos administrativos então consagrados (como a cobrança de impostos, por exemplo), determinações económico-políticas e práticas governativas renovadas em que o homem, na sua figura colectiva da população (mas também a natureza ou o território), comparecerá justamente (no ideário mercantilista, por exemplo) como um entre vários factores que determinam a riqueza do Estado, ou, naquele primeiro caso em particular, enquanto índice da força geopolítica da nação⁴⁶⁷. Não é certamente por acaso que entre os autores das primeiras estimativas populacionais comparecerão justamente nomes como Vauban (1633-1707), destacado engenheiro militar francês,

Chicago Press, 1997; para o caso inglês vd., entre outros, Raymond A. Kent, *A History of British Empirical Sociology*, Aldershot, Gower Publishing Company, 198; Philip Abrams, *The Origins of British Sociology: 1834-1914*, Chicago, University of Chicago Press, 1967 e Martin Bulmer, *Essays on the History of British Sociological Research*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985; para o caso inglês e norte-americano vd. Michael J. Lacey e Mary O. Furner (orgs.), *The State and social investigation in Britain and the United States*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993; para o caso português vd. Nuno Luís Madureira, *As Ideias e os Números*, *op. cit.*

⁴⁶⁶ A este propósito vd. Richard Stone, «Nobel memorial lecture 1984: the accounts of society», *Journal of Applied Econometrics*, vol. 1, n.º 1 (Janeiro de 1986), pp. 5-28.

⁴⁶⁷ Sobre a emergência de novas determinações económico-políticas no quadro daquilo que designa por uma nova «arte de governo» que virá a emergir entre o século XVI e XVIII vd. Michel Foucault, «La “gouvernementalité”», *Dits et Écrits II, 1975-1988*, Paris, Gallimard, 2001, pp. 635-657 (lição originalmente pronunciada no âmbito do curso leccionado no Collège de France em 1977-1978 intitulado «Sécurité, territoire et population»): «L’introduction de l’économie à l’intérieur de l’exercice politique, c’est cela, je crois, qui sera l’enjeu essentiel du gouvernement. (...) Gouverner un État sera donc mettre en oeuvre l’économie, une économie au niveau de l’État tout entier, c’est-à-dire avoir à l’égard des habitants, des richesses, de la conduite de tous et de chacun une forme de surveillance, de contrôle non moins attentive que celle du père de famille sur la maisonnée et ses biens» (p. 642). No quadro deste argumentário, e sobre a constituição de novos saberes, dirá ainda: «(...) la théorie de l’art de gouverner a été liée (...) à tout un ensemble d’analyses et de savoirs qui se sont développées depuis la fin du XVIe siècle et qui ont pris toute leur ampleur au XVIIIe siècle, essentiellement cette connaissance de l’État dans ses différentes données, dans ses différentes dimensions, dans les différents facteurs de sa puissance, et que l’on a appelée précisément la «statistique» comme science de l’État» (pp. 647-648). Para uma visão resumida deste processo específico no quadro genérico da história das ciências sociais vd. Theodore M. Porter, «Genres and objects of social inquiry, from the enlightenment to 1890», em Theodore M. Porter, Dorothy Ross (org.), *The Modern Social Sciences*, *op. cit.*, pp. 13-39; para uma visão sistemática do mesmo processo vd. J. Heilbron, Lars Magnusson, B. Wittrock (orgs.), *The Rise of the Social Sciences and the Formation of Modernity: Conceptual Change in Context, 1750-1850*, Boston, Kluwer Academic Publishers, 1998.

ou o inglês William Petty (1632-1687), vulgarmente credenciado (entre outros feitos) como pioneiro simultâneo de economia política e demografia.

De modo talvez excessivamente abreviado poder-se-ia dizer que aos inventários populacionais e aos primeiros censos modernos do século XVIII suceder-se-ão entretanto outras práticas de inquérito mais específicas onde tópicos como crime, prostituição, higiene ou saúde se constituirão temas privilegiados de observação social, e em que a acção do Estado pouco se distinguirá da investigação filantrópica de carácter privado. Enquanto universos de aplicação, destacar-se-ão progressivamente a cidade, primeiro, e a classe operária, depois (e em particular as suas condições de vida), entre outros segmentos da população⁴⁶⁸ – processo que à margem dos seus particularismos locais pode ser também genericamente considerado no âmbito da extensão de formas de exercício do poder directamente apontadas à vida biológica da nação⁴⁶⁹. De forma que se poderia dizer simétrica, a contestação social mais ou menos generalizada contribui também ela para o desenvolvimento da investigação social, que em muitos casos não será senão o reverso de medidas sociais de cuja aplicação o Estado virá também a retirar parte da sua legitimidade política.

No final do século XIX, num ambiente de feroz competição inter-estatal e de forte instabilidade político-social, as preocupações com a vitalidade da população instituem-se em índices que reportam a condição física de soldados e trabalhadores e que dão curso a novas ciências como a antropometria ou outras ligadas à alimentação. Relativamente ao inquérito orçamental em específico, como dissemos, o Estado assumir-se-á então como um dos principais cultores do método sistematizado por Le Play como forma de aferir condições gerais de subsistência. Na Alemanha, destacar-se-á o grande inquérito orçamental de 1909 realizado pelo gabinete central de estatística que pela sua reputada qualidade, e de par com um

⁴⁶⁸ Cf. Eileen Janes Yeo, «Social surveys in the eighteenth and nineteenth centuries», em Theodor M. Porter, Dorothy Ross (org.), *The Modern Social Sciences*, *op. cit.*, pp. 83-99. Vd. também Martin Bulmer, Kevin Bales e Kathryn Kish Sklar (orgs.), *The Social Survey in Historical Perspective, 1880-1940*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

⁴⁶⁹ Cf. Michel Foucault, «Les mailles du pouvoir», em Michel Foucault, *Dits et Écrits II*, *op. cit.*, 1001-1020 (conferência originalmente pronunciada na Faculdade de Filosofia da Universidade da Baía, em 1976). Foucault designará por biopolítica essas formas de exercício do poder. O autor começará por abordar o tema no âmbito mais estrito da história da medicina, em «La naissance de la médecine sociale» (id., *ibidem*, pp. 207-228, conferência originalmente pronunciada no quadro do curso de medicina social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em Outubro de 1974). Sobre a sua aplicação alargada vd. ainda pelo mesmo autor «La “gouvernementalité”» *op. cit.*

outro efectuado pela União dos Trabalhadores Metalúrgicos, servirá de base empírica às conclusões teóricas avançadas por Halbwachs acerca da hierarquia das necessidades entre a classe operária⁴⁷⁰. Em França, e apesar do desenvolvimento metodológico que o procedimento aí atingira, será preciso esperar por 1913 para que o Ministério do Trabalho lance um inquérito aos orçamentos de 1500 famílias operárias e de outros trabalhadores, de cuja comissão fará parte o próprio Halbwachs⁴⁷¹. Sensivelmente na mesma altura, o Gabinete do Trabalho norte-americano passará a inquirir regularmente nesse sentido vinte e cinco mil famílias, no quadro dos procedimentos gerais de recolha estatística⁴⁷².

Na realidade, nos Estados Unidos, práticas desse tipo no mesmo domínio institucional datavam já de 1875, aplicadas pelo Gabinete de Estatística do Trabalho de Massachusetts, cujo director (Carol Wright, 1849-1909) era seguidor atento dos trabalhos da Sociedade de Economia Social (à qual acabaria por aderir). Posteriormente nomeado director do recém-criado congénere federal, começará por desencadear aí vastos inquéritos orçamentais sobre as receitas e despesas dos trabalhadores americanos mas também de trabalhadores dos principais países industrializados. No seu relatório de 1890, consagrado aos operários de diversas indústrias pesadas, o referido departamento reproduz 3260 orçamentos reconstituídos por via de questionário dos quais 770 são recolhidos na Europa⁴⁷³.

Do outro lado do Atlântico, por seu turno, no início do século XX e ainda no mesmo âmbito, o inquérito orçamental possui igualmente apreciáveis precedentes. É aliás a óptica estatal que vigora naquele que é o primeiro procedimento desse tipo de que existe notícia, em Inglaterra: Gregory King, saliente genealogista inglês e reputado precursor da economia política, apresentará em 1696, na sequência dos trabalhos de William Petty e entre outras estimativas afins, tabelas reportando

⁴⁷⁰ No anexo bibliográfico de *La Classe ouvrière et les niveaux de vie*, Halbwachs recenseia os inquéritos orçamentais empreendidos pela estatística oficial alemã de 1879 a 1909.

⁴⁷¹ Cf. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique*, *op. cit.*, p. 63. Na realidade, esse inquérito fora já precedido de um outro com alcance inferior, em 1905, efectuado pelo Departamento do Trabalho (Office du travail) sobre o trabalho domiciliário na indústria da roupa interior também por recurso a uma centena de orçamentos familiares, considerados por Savoye de valor desigual (cf. *id.*, *ibidem*).

⁴⁷² Cf. Laurent Muchielli, *La Découverte du Social*, *op. cit.*, p. 517.

⁴⁷³ Cf. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique*, *op. cit.*, p. 61. Na Europa o inquérito seria conduzido por Elgin Gould, posteriormente professor na Universidade John Hopkins (cf. *id.*, *ibidem*).

rendimentos e despesas de 26 categorias económico-sociais (de duques a vagabundos) e a despesa nacional exaustivamente repartida por diversos itens alimentares e vestuário. Aparentemente efectuado por alta recreação, o propósito manifesto do trabalho consiste então em avaliar a contribuição dos diversos grupos sociais para a riqueza da nação – a este título, e significativamente, o autor aproveitava os dados por si compilados para efectuar comparações com dois dos mais fortes rivais políticos e comerciais da Inglaterra, França e Alemanha⁴⁷⁴.

No quadro da sua aplicação moderna e já na extensão directa da orgânica do Estado, destaque-se o belga Édouard Ducpétieux (1804-1868) que em 1855, no mesmo ano em que Le Play dará à estampa *Les Ouvriers Européens*, publicará *Budgets économiques des classes ouvrières en Belgique: subsistances, salaires, population*, de que constarão os resultados de cerca de centena e meia de orçamentos familiares⁴⁷⁵. O mesmo autor publicará ainda antes, entre muitas obras com a mesma orientação reformista, *De la condition physique et morale des jeunes ouvriers et des moyens de l'améliorer* (1843), onde pugnará pelas responsabilidades do Estado nesta matéria⁴⁷⁶. Publicista formado em Direito, destacar-se-á também pelas suas críticas à pena de morte e pelos seus importantes trabalhos sobre o sistema penitenciário; entrará aliás ao serviço do Estado como inspector-geral das prisões, funções que acumulará mais tarde (a partir de 1841) com as de membro da comissão central de estatística belga, então criada pelo governo e no âmbito da qual recolherá os dados utilizados na referida obra (compilados em 1853)⁴⁷⁷.

A superior importância deste estudo, de resto, radica não só no facto de se tratar de uma das primeiras utilizações do inquérito orçamental, mas também por ter sido nele (juntamente com alguns orçamentos recolhidos por Le Play) que o economista alemão Ernst Engel se virá a apoiar para proceder àquela que será a primeira análise estatística de dados relativos a consumos domésticos, de onde

⁴⁷⁴ Cf. Richard Stone, «Nobel memorial lecture 1984: the accounts of society», *op. cit.* Vd. ainda Richard Stone, *Some British Empiricists in the Social Sciences*, *op. cit.*, capítulo 3.

⁴⁷⁵ Édouard Ducpétieux, *Budgets économiques des classes ouvrières en Belgique: subsistances, salaires, population*, Bruxelas, 1855.

⁴⁷⁶ Édouard Ducpétieux, *De la condition physique et morale des jeunes ouvriers et des moyens de l'améliorer*, 2 tomos, Bruxelas, Meline, Cans et Compagnie, 1843; ou ainda id., *Le Paupérisme en Belgique. Causes et remèdes*, Bruxelles, Librairie Polytechnique d'Aug. Decq., 1844.

⁴⁷⁷ Cf. Théodore Juste, *Notice sur Édouard Ducpétieux*, Bruxelles, Comptoir Universel d'Imprimerie et de Librairie, Victor Devaux et Cie., 1871.

derivará a famosa lei homónima (a Lei de Engel)⁴⁷⁸. O referente metodológico mais imediato desse trabalho terá sido o matemático belga Quetelet e o tratamento probabilístico a que este submetera fenómenos humanos diversos, no âmbito da sua «física social» (primeiro designada «estatística moral») e no seguimento de importantes desenvolvimentos ao nível daquela especialidade matemática, até então quase exclusivamente aplicada a fenómenos naturais. Com base na repartição socioeconómica das famílias e na decomposição percentual dos respectivos consumos por tipos de despesa, Engel concluiria, num trabalho de 1857, que quanto menores fossem os rendimentos de determinado agregado doméstico, maior seria a proporção por ele dispendida em alimentação⁴⁷⁹. Essa mesma lei ascenderia entretanto a postulado da ciência económica, depois de ser submetida a importantes discussões e aditamentos (desde logo pelo já referido Carol Wright, entre outros⁴⁸⁰); e seria decisivamente ampliada, como vimos, pela perspectiva sociológica de Maurice Halbwachs, segundo o qual a importância da alimentação no consumo global dos operários explicar-se-ia também pelo facto de as refeições representarem o momento mais intenso da sua vida social, sujeita aos efeitos anómicos da disciplina fabril e privada de outros lazeres.

Acessório central nos estudos económicos sobre o consumo e na primeira sociologia de base empírica das classes sociais, a análise estatística de inquéritos orçamentais começaria na realidade por ser convocada por Engel como parte de uma estratégia circunstancial para comparar o consumo agregado da Saxónia (extrapolado por via da tipificação percentual das despesas individuais das famílias belgas estudadas por Ducpétieux) com as correspondentes estimativas da produção, de forma a determinar em específico o *limiar de subsistência* da população desse estado germânico – cuja comissão de estatística chefiava⁴⁸¹. Após assumir a direcção da estatística central prussiana, em 1860 (cargo que manterá até 1882, já depois da

⁴⁷⁸ Cf. George J. Stigler, «The Early History of Empirical Studies of Consumer Behavior», *op. cit.*.

⁴⁷⁹ Engel, Ernst, «Die Productions- und Consumptionsverhältnisse des Königreichs Sachsen», em *Zeitschrift des Statistischen Bureaus des Königlich Sächsischen Ministeriums des Innern*, n.º 8 e 9, 1857 (citado em George J. Stigler, «The Early History of Empirical Studies of Consumer Behavior», *op. cit.*, p. 98).

⁴⁸⁰ Cf. *id.*, *ibidem*.

⁴⁸¹ Cf. *id.*, *ibidem*, n. 8.

unificação alemã), Engel aplicaria o mesmo procedimento metodológico a famílias germânicas (realce-se então o inquérito orçamental alemão de 1879)⁴⁸².

De modo idêntico, em Itália, os primeiros inquéritos orçamentais, nesse caso em domínio rural, remontavam à década de setenta do século XIX, no seguimento de preocupações manifestadas a respeito da condição camponesa. A esse inquérito de 1877, executado por mandato parlamentar e em que são recolhidos orçamentos familiares um pouco por todo o país, seguir-se-á um outro, em 1885, dedicado às condições de higiene e saúde das comunas do Reino onde figurarão também elementos do mesmo tipo; a prática repete-se posteriormente em novo inquérito parlamentar de 1907, especificamente sobre as condições de vida dos camponeses do Sul de Itália e da Sicília (o designado *mezzogiorno*)⁴⁸³. O mesmo procedimento seria mais tarde alargado extensivamente a todo o país, já na Itália fascista, num monumental inquérito publicado em onze volumes pelo Istituto Nazionale di Economia Agraria, a partir de 1931, também com base em orçamentos familiares e em moldes muito semelhantes aos do *Inquérito Económico-Agrícola* português (cujas bases seriam lançadas nesse mesmo ano)⁴⁸⁴. Diga-se a propósito que Lima Basto era não só profundo conhecedor do trabalho do director do referido instituto, Arrigo Serpieri, mas também confesso admirador das práticas do Estado fascista italiano em domínio agrário⁴⁸⁵.

Todavia sublinhe-se: à margem das especificidades nacionais do processo em causa e dos seus cruzamentos internacionais ou doutrinários (ou respectivas precedências) interessa sobretudo destacar, em termos genéricos, a importância relativa da acção administrativa e política das autoridades centrais na institucionalização e no próprio desenvolvimento do inquérito orçamental, face à sua filiação filantrópica – de que frequentemente mal se distingue – e à sua utilização académica – que bastas vezes lhe sucederá. Efectivamente, em termos globais, o

⁴⁸² Engel continuará a fazer uso do método mesmo depois dessa data (destaque-se o importante *Die Lebenskosten belgischer Arbeiter-Familien*, em *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, tomo IX, Première Livraison, pp. 3-15).

⁴⁸³ Cf. Antoine Savoye, *Les Débuts de la Sociologie Empirique*, *op. cit.*, p. 64.

⁴⁸⁴ Istituto Nazionale di Economia Agraria, *Monografie di Famiglie Agricole*, vol. I. Mezzadri di Val di Pesa e del Chianti (Toscana), Roma, Libreria Internazionale, 1931.

⁴⁸⁵ Alguns dos métodos utilizados naqueles dois trabalhos seriam sistematizados por Arrigo Serpieri em *Guida a Ricerche di Economia Agraria*, Bolonha, Edizioni Agricole, 1928, de que presumivelmente Lima Basto teria conhecimento (existe um exemplar da época na Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia).

Estado figurará não só como destacado praticante desse tipo de pesquisa mas também como seu precursor e decisivo instigador. Em Portugal, na ausência de tradição filantrópica neste domínio e face à rejeição de metodologias indutivas no âmbito da academia, será precisamente o Estado a instaurar semelhante procedimento, também aqui no quadro mais alargado de outras iniciativas anteriores e análogas que contemplam ou que são directamente apontadas à classe operária.

NA ESTEIRA DO MOVIMENTO INTERNACIONAL

Em Portugal, às primeiras medidas de fiscalização técnica oficial dos postos de trabalho industriais, empreendidas na década de 1880, suceder-se-ão entretanto, na viragem do século, recolhas mais sistemáticas de alguns elementos relativos aos preços dos géneros alimentícios, à habitação popular e sobretudo às associações mutualistas, de que o *Boletim do Trabalho Industrial* se fará arauto⁴⁸⁶. No limiar do regime monárquico e após um período de forte contestação operária, faz-se inquirir directamente por iniciativa parlamentar as associações de classe, que se encontram obrigadas por lei a informar o governo sobre os assuntos designados: no respectivo questionário de 115 perguntas, e para além de itens referentes ao mercado de trabalho e às condições de vida, sobressaem então tópicos respeitantes à incidência de movimentos grevistas e às próprias organizações proletárias (número de associados, receitas e despesas). No decurso destas iniciativas, o operariado constitui-se como objecto específico de inquérito – a vigilância do Estado estende-se sucessivamente, das condições de produção fabril, às condições de reprodução da força de trabalho e aos suportes institucionais da identidade operária. Em contrapartida, o movimento operário penetrará a esfera de acção do Estado liberal, do qual se fará progressivamente sujeito, pela via directa da auscultação de interesses ou pela instauração de medidas apontadas à relação capital-trabalho. O

⁴⁸⁶ Sobre este assunto vd. Nuno Luís Madureira, *As Ideias e os Números, op. cit.*, capítulo 4 («Políticas do inquérito»). O presente parágrafo baseia-se na obra citada. Relativamente às recolhas referidas vd., entre outros, Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria – Repartição do Trabalho Industrial, *Monografias Industriaes*, 1.ª Circunscricção dos serviços technicos da industria, *Economia Social, Instituições de Beneficencia e Associações de Previdencia no Distrito do Porto. Situação do Operariado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.

advento da República em 1910 virá então consagrar este duplo deslocamento, elevando a designada questão social a aspecto central das competências do Estado. O sinal mais aparente desta transformação será a dignificação ministerial do tema, com a criação do Ministério do Trabalho em 1916, ou ainda a instituição legal das primeiras medidas de previdência em 1919⁴⁸⁷. Mas o processo terá também consequências ao nível das próprias práticas de inquérito.

Às primeiras iniciativas de inquérito relativamente circunstanciais e de alcance circunscrito suceder-se-ão entretanto procedimentos de recolha de informação sistemáticos e de abrangência nacional; simetricamente, a orientação reformista do Ministério do Trabalho, apoiada nos desenvolvimentos internacionais da estatística matemática mas sobretudo em práticas afins empreendidas noutras paragens, faz-se munir de aparelhagens metodológicas que permitem sintetizar a informação recolhida com um grau superior de abstracção e que são traduzidas em designados números únicos. É desnecessário insistir aqui no modo como esta nova economia dos procedimentos estatísticos é genericamente determinada por objectivos políticos imediatos e como autoriza simultaneamente uma abordagem instrumental dos objectos que fabrica⁴⁸⁸. Entre os tópicos considerados contar-se-á precisamente o problema generalizado de subsistência decorrente da forte subida dos preços da primeira metade da década de 1910 – numa altura que crescem os protestos contra a «carestia de vida», burocraticamente glosada como «custo de vida». Após uma primeira tentativa em 1913 para construir um indicador agregado dos preços por recurso a dados constantes da Balança Comercial⁴⁸⁹, a Repartição de Defesa Económica do Ministério do Trabalho lançará novo inquérito às associações de classe do país, em 1916, com o intuito expresso de elaborar o primeiro índice ponderado do custo de vida em Portugal – iniciativa a que não terão sido alheios problemas de abastecimento provocados pela Primeira Guerra Mundial e o consequente agravamento da questão social, mas também o próprio anacronismo dos

⁴⁸⁷ Miriam Halpern Pereira, «The origins of the welfare state in Portugal: the new frontiers between public and private», *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 4, n.º 1, Abril de 2005, pp. 3-26.

⁴⁸⁸ Para uma claríssima abordagem a esta questão vd. Nuno Luís Madureira, *As Ideias e os Números*, op. cit., pp. 71-73. A expressão «economia dos procedimentos estatísticos» é derivada de uma expressão praticamente idêntica utilizada nessa obra (p. 72).

⁴⁸⁹ Albino Vieira da Rocha, *Situação Económica de Portugal. A Alta dos Preços*, França & Arménio, Coimbra, 1913 (citado em Nuno Luís Madureira, id., *ibidem.*)

instrumentos então disponíveis para o efeito⁴⁹⁰. Influenciado pelas estatísticas inglesas publicadas pelo Board of Trade e pelo inquérito orçamental australiano de 1913⁴⁹¹, Aquino da Costa Júnior, chefe da referida repartição, recorrerá então a esse procedimento para determinar relativamente a diversos produtos as quantidades médias efectivamente consumidas por um agregado doméstico de 4 pessoas e, com base nelas, estimar o impacto da evolução dos preços na vida das famílias⁴⁹².

Tratar-se-á então do primeiro inquérito orçamental português – e, durante muito tempo, o único.

Ora, Lima Basto – regressemos à sua conferência de 1935 que vínhamos acompanhando – invocava não só esta iniciativa mas igualmente a longa genealogia internacional desse tipo de procedimento, relativamente à qual demonstrava perfeita erudição e perante a qual se perfilava⁴⁹³. Referindo-se ao assunto de forma concisa, citava nomes como Gregory King, Quetelet, Le Play e Engel, destacando também o seu ulterior e superior desenvolvimento nos Estados Unidos; citava ainda diversas iniciativas estrangeiras equivalentes, informação provavelmente vertida da dissertação de Halbwachs, de que por certo teria conhecimento⁴⁹⁴. Sublinhava porém a decisiva importância da acção do Bureau International do Travail e em particular das II e III Conferências Internacionais de Estatística do Trabalho, de 1925 e 1926,

⁴⁹⁰ Nuno Luís Madureira, *As Ideias e os Números*, *op. cit.*, p. 74. A este último respeito o mesmo autor afirma: «Até esta altura, o custo do pão era considerado a principal medida do nível de vida do povo. Com o aumento do rendimento nacional, na segunda metade do século XIX (crescimento do produto a uma taxa de 0,6 % ao ano), alteram-se as elasticidades da procura e diversifica-se o leque de produtos alimentares. Arroz, batatas, feijão, bacalhau, peixe fresco, chouriço e toucinho, manteiga, açúcar, sabão, carvão e petróleo passam a representar uma parcela muito significativa dos orçamentos das famílias operárias e começam a ser amplamente publicitados nos anúncios de mercearias, desejosas de atrair clientela com preços atractivos. Para conhecer com rigor a situação da classe operária impõe-se, pois, estabelecer um padrão de referência para o século XX equivalente ao que o pão fora para os séculos XVIII e XIX» (*id.*, *ibidem*, pp. 73-4). Sobre a crise das subsistências e os seus reflexos nas condições de vida do operariado no pós-guerra vd. Fernando Medeiros, *A sociedade e a economia portuguesas*, *op. cit.*, pp. 115-143,

⁴⁹¹ G. H. Knibbs, *Expenditure on Living in the Commonwealth, November, 1913*, Melbourne, Commonwealth Bureau of Census and Statistics, 1914.

⁴⁹² Para pormenores metodológicos e significado científico do inquérito no âmbito da estatística matemática vd. Nuno Luís Madureira, *As Ideias e Números...*, *op. cit.*, pp. 76-79.

⁴⁹³ Na realidade, Lima Basto sucedera na pasta do Trabalho ao ministro que tutelara a iniciativa.

⁴⁹⁴ Diversos alunos a seu cargo citariam nos respectivos relatórios finais Maurice Halbwachs e muito em particular a sua obra *Morphologie Sociale*, Paris, Librairie Armand Alcan, 1938. Do catálogo da biblioteca do Instituto Superior de Agronomia consta uma edição original da obra *La Classe Ouvrière et les niveaux de vie*, de 1913.

responsáveis pela divulgação do método, como forma de ponderação do custo de vida. Delas emanariam igualmente bases internacionais comuns para a sua execução e a recomendação universal para o lançamento periódico de inquéritos aos rendimentos e despesas das famílias⁴⁹⁵. Em Portugal, contudo, tal recomendação permaneceria sem efeito. Lima Basto assinalava a carência, reafirmando a superior utilidade desses inquéritos para o estudo dos níveis de vida das diversas classes – à data vigoravam ainda os dados do inquérito de 1916.

Relativamente a este, e para além de considerá-lo antiquado, Lima Basto assinalava-lhe diversas limitações: desde logo, a indistinção socioprofissional dos inquiridos, «com salários muito diversos e níveis de vida bastante diferentes»; depois, a distribuição geográfica das famílias, oriundas de «regiões de hábitos e costumes muito diferentes», não convenientemente considerados na análise dos dados; finalmente, o facto de não se ter estabelecido em separado as condições dos diversos grupos sociais de receitas, atendendo-se apenas ao tipo de família (definido pelo número de elementos do agregado) e à dimensão do concelho de residência⁴⁹⁶. Nem por isso deixaria de notar a elevada percentagem da despesa em géneros alimentícios reportada pelo inquérito, e a insuficiência calórica das refeições diárias. Mas a questão exigia tratamento actualizado – e era esse um dos propósitos da palestra.

No que concerne ao operário industrial, e na ausência de outras fontes, Lima Basto socorria-se dos dados do INE, confinando a análise aos géneros alimentícios, para determinar a evolução dos preços dos produtos consumidos e confrontá-la com a evolução dos salários (para o período 1929-1934). A conclusão impunha-se: apesar de figurar entre os países onde os géneros necessários ao sustento doméstico eram mais baratos, era Portugal, entre as nações consideradas, que apresentava o poder de compra mais reduzido. De resto, o cabaz apreciado, admitindo-o como válido, tomaria pelo menos 83 por cento do salário de um operário (no presente caso o de um pedreiro). A poupança que permitia outras despesas, fazia-se à custa da

⁴⁹⁵ E. A. Lima Basto, *Níveis de vida e custo da vida. O caso do operário agrícola português*, op. cit., pp. 16-17.

⁴⁹⁶ Cf. id., *ibidem*, pp. 26-27. Lima Basto apontava ainda o facto de o inquérito «ter sido realizado durante o período anormal da guerra em que, pela falta de certos géneros e dificuldades de abastecimento, os preços muito frequentemente variavam e os salários dificilmente se acomodavam ao valor instável da moeda» (cf. id., *ibidem*, p. 26).

composição e variedade dos alimentos, o que em grande parte, dizia, podia «explicar o definhamento da nossa raça e até talvez a grande mortalidade infantil»⁴⁹⁷. Deduzia-se ademais, por análise indirecta, a insuficiência do dinheiro que sobrava para suportar outros encargos. Enfim, resumia,

Verificado fica que, de um modo geral, os operários portugueses têm níveis de vida pouco elevados que se traduzem a-miúdo por alimentação deficiente e quási sempre mal equilibrada, por habitações desprovidas de confôrto e de higiene, por vestuário insuficiente e, acima de tudo, pela impossibilidade de desenvolverem ou mesmo iniciarem a sua cultura, de buscarem um pouco de alívio ou distracção aos seus labores quotidianos, de se precaverem contra a invalidez ou a velhice sem forças e sem pão⁴⁹⁸.

Relativamente ao operário agrícola, os elementos necessários ao estudo dos níveis de vida também não abundavam. Iniciativas tendentes ao apuramento da situação alimentar e dos orçamentos de famílias rurais, dizia Lima Basto, da parte da Estação Agrária Central e da Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola, não estavam ainda concluídas (as primeira nunca veriam a luz do dia). A precariedade da situação do proletário rural, em tudo idêntica à do seu congénere urbano (senão mesmo pior), era aferida sobretudo por dados constantes do *Inquérito Económico-Agrícola*, cujas conclusões antecipava por referência a algumas monografias respigadas dos três primeiros volumes da obra:

A situação do operário agrícola em Portugal é bem precária. § Quer ao Sul, quer ao Norte, quando consegue ter trabalho todo o ano, as suas condições de vida são ainda relativamente suportáveis, principalmente quando a mulher também ganha para o casal ou quando pode ter alguma pequena exploração agrícola que lhe traga um suplemento de géneros ou de dinheiro. Às vezes (1.º caso) chega mesmo a fazer economias, a criar capital, mas essas economias provêm, em geral, não de um excesso de produção mas de uma deficiência de consumo, da

⁴⁹⁷ Id., *ibidem*, p. 31.

⁴⁹⁸ Id., *ibidem*, p. 42.

privação de comodidades, da abstinência, de um completo descuido de instrução e da cultura. § Quando, embora com trabalho permanente, se alarga um pouco mais na despesa com a comida ou com os artigos de vestuário (casos 2.º e 3.º), pois na cultura raro pensa, já não lhe é possível fazer economias, sem que possa ser acusado de perdulário. § Os números colhidos referentes a trabalhadores temporários, isto é, que não têm trabalho assegurado todo o ano, só vêm confirmar afirmações freqüentemente feitas sobre a miséria a que estão sujeitos. Os dois casos que citei, um no Norte, outro no Sul, em regiões tão diferentes e tão distantes, assemelham-se nos resultados⁴⁹⁹.

Seja como for, e como o próprio autor sublinhava, a palestra pretendia sobretudo vincar a necessidade «de estudos completos e metódicos» neste domínio, tendentes à resolução do problema.

ELEVAR O NÍVEL DE VIDA!

Elevar o nível de vida! Assim o exigiam, dizia Lima Basto, para além dos mais elementares princípios de justiça, a sobrevivência da indústria, restringida no seu desenvolvimento pela «proporções insignificantes» do mercado, mas também *a capacidade de trabalho e o vigor da própria raça*. Estava em causa o futuro do país – económico, social e moral. Era essa de resto a opinião genérica de grandes economistas clássicos aí citados, de Adam Smith em particular: «subsistências abundantes aumentam a força do trabalhador e a esperança de melhorar a sua condição e de acabar os dias em tranquilidade e abundância anima-o a empregar essa força ao máximo»; e de David Ricardo: «Nos países em que as classes trabalhadoras têm menores desejos e se contentam com o alimento mais barato, os povos estão expostos às maiores vicissitudes e miséria». Era ainda a essa a opinião de Mussolini, de que também se evocava uma passagem⁵⁰⁰. Era essa finalmente a apreciação de

⁴⁹⁹ Id., *ibidem*, p. 44.

⁵⁰⁰ «Vindo a tempos recentes, direi ainda que Mussolini, o Duce italiano, na primeira reunião do Conselho Nacional das Corporações, proclamou que não mais podia ser admitida a inevitabilidade da pobreza

Alfred Marshall, com que se terminava o artigo: «Uma elevação do nível da vida implica um acréscimo de inteligência, energia e respeito próprio... Uma elevação no nível de toda a população aumentará muito o dividendo nacional e a parte que dêle cabe a cada grau e a cada profissão»⁵⁰¹. Impunha-se portanto determinar a verdadeira dimensão do problema, alargando a escala de inquérito e avaliando os males anotados em toda a sua extensão⁵⁰².

Lima Basto insistia nas especificidades naturais e humanas do meio agrícola e na singularidade da situação do operário rústico, traduzida no respectivo «nível de vida»:

O orçamento do homem do campo é estabelecido de um modo diferente do do homem da cidade. Os níveis de vida não são os mesmos; o homem do campo, porque faz mais trabalho físico e vive ao ar livre, necessita em geral, de consumir mais alimentos e êsses alimentos são mais próximos da natureza, mais grosseiros; por outro lado a natureza dos trabalhos que executa e as condições de isolamento em que geralmente vive dão ao homem do campo uma certa indiferença por muitas coisas com que se preocupa o homem da cidade; assim, no vestuário, pouco se importa, vulgarmente, com a variação, buscando mais o confortável que o moderno, dispendendo mais no fato de trabalho que no domingueiro; também as distrações o não atraem tanto⁵⁰³.

Enfim, assim se justificava também a correspondente necessidade de, no seguimento deste seu trabalho, estabelecer iniciativas destinadas a «profundar o estudo dos orçamentos familiares»⁵⁰⁴: «É preciso fazer mais e melhor; é indispensável realizar cuidadoso inquérito a numerosas famílias, em várias regiões e em diversas situações,

material e que era necessária “uma mais alta justiça social... encurtando a distância entre as máximas e as mínimas possibilidades de vida”» (id., *ibidem*, p. 46).

⁵⁰¹ Id., *ibidem*, p. 49

⁵⁰² «Não basta averiguar que alimentos constituem a alimentação do trabalhador (...). Não é suficiente também conhecer a alimentação média; é necessário indagar de que modo durante o ano a família provê a sua alimentação» (id., *ibidem*, p. 45).

⁵⁰³ Id., *ibidem*, p. 44.

⁵⁰⁴ Id., *ibidem*, p. 48.

acompanhando-as passo a passo na sua vida, discriminando tôdas as receitas e despesas, determinando a forma e a composição da sua alimentação»⁵⁰⁵.

Semelhante desígnio, como vimos, viria a ter perfeita tradução no *Inquérito à Habitação Rural* do Instituto Superior de Agronomia, lançado em 1938 e cujos resultados seriam dados à estampa em 1943 e depois em 1947; e tê-lo-ia ainda, como veremos, numa miríade de trabalhos desse período, com essa e com outras proveniências institucionais directamente relacionadas com ISA. No decurso desse processo, *factores* ponderados nesta proto-sociologia económica, seriam isolados e elevados à categoria de *fenómeno*. De uma certa perspectiva é já isso que sucede naquele inquérito, atendendo à posição que nele ocupa a casa (a «habitação») na reprodução da força de trabalho agrícola; na realidade, é a sociedade rural em si (a população, nos seus aspectos «vitais» «estruturais», «materiais» e «culturais») que se assumirá aí como *objecto* de uma «agronomia de clínica geral» consagrada ao *saneamento físico e moral* dos campos, de iniciativa estatal – e para a qual serão intimados a participar agrónomos e outros técnicos. É a sua função que se alarga e, com ela, o âmbito dos seus conhecimentos neste domínio, que ascenderão a área de estudos no ISA já no curso da década de 1940.

Vê-lo-emos em detalhe nos próximos capítulos.

⁵⁰⁵ Id., *ibidem*, p. 43.

PARTE III.
A FUNÇÃO SOCIAL DOS TÉCNICOS

7. «TROPA DE CHOQUE NA LUTA PELOS CAMPOS»

A INVESTIGAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL NO INÍCIO DA DÉCADA DE 1930

Começamos por recuar sensivelmente duas décadas, a 1928. Chegava então ao seu termo uma primeira e breve fase de estudos económico-sociais no ISA, coincidindo com o final de um segundo período de regência da cadeira de Economia Rural por Luís de Castro. Depois disso seria preciso esperar dez anos para voltar a ver emergir aí uma nova série de trabalhos finais de licenciatura genericamente dedicados a esse domínio epistémico, de contornos ainda mal definidos. A apresentação meramente pontual de alguns poucos trabalhos mais estritamente económicos, no curso desse período, não nos impede de o declarar abertamente (antes o confirma, como se pode apurar pelo que afirmámos mais acima). E um exame preliminar, mesmo superficial, à lista completa desses relatórios atesta-o: a partir de 1938, já após a publicação do *Inquérito Económico-Agrícola* e ainda antes da edição de *Inquérito à Habitação Rural*, passaremos a ver surgir *de forma regular* estudos de índole diversa mas daquele âmbito, uns dedicados a freguesias particulares (que voltarão entretanto, a partir de 1939, a recuperar a designação de monografia), outros consagrados a temáticas eminentemente sociais (alimentação e habitação, por exemplo, ou colonização, de maior incidência), uns e outros (juntamente com mais uns quantos) anexando ainda subtítulos que invocavam expressamente aquela área de inquérito, em formulações variadas: «aspecto económico-social», «estudo económico e social», «aspectos sociais e económicos», ou, de forma menos precisa, «notas sobre a vida rural». Serão eles o eixo deste capítulo e desta extensa e derradeira III parte.

Vale a pena começar por recordar também a proibição que por então passava a impender (precisamente a partir de 1936) sobre os docentes do ISA, relativamente a actividades de investigação noutros organismos do Estado, para se poder aquilatar convenientemente o real significado de que esta nova série de trabalhos se revestirá. Na realidade, tendo em conta a situação precária da investigação no ISA ao nível das respectivas cadeiras (a que também já fizemos alusão) e descontando claro está, ainda neste âmbito, a extraordinária oportunidade em que se viria a traduzir a iniciativa do Conselho Universitário da UTL (ao lançar os dois grandes inquéritos

nacionais que tratámos com pormenor na parte anterior), a superior orientação dos relatórios finais de curso, da qual ficavam incumbidos os referidos docentes, representava para estes forma privilegiada (quando não a única) de se confrontarem directamente com o terreno, através dos seus orientandos.

Em bom rigor, porém, é possível retomar o fio àquela meada ainda um pouco antes. Logo em 1934, prefigurando essa série de estudos económico-sociais em que se generalizará o recurso a monografias familiares, surgia um curioso e interessante trabalho final que se ocupava *Da alimentação e da habitação das classes rurais no distrito de Évora*⁵⁰⁶. Interessante e curioso pois destacar-se-á então, da listagem desses relatórios, não só por qualidades que lhe eram intrínsecas (a modalidade metodológica da abordagem e o carácter eminentemente social da temática) mas sobretudo pela sua excepcionalidade relativa, naquele conjunto, onde então se encontrava praticamente isolado. A aparente inspiração no *Inquérito Económico-Agrícola*, nessa altura em curso, explica-lhe porventura as qualidades, embora na verdade pouco nos diga quanto às razões do seu isolamento⁵⁰⁷.

Seja como for, neste caso particular, a própria oportunidade da entrega era determinada por circunstâncias especiais. Efectivamente, o seu autor, candidato à carta de curso de idade já avançada, completara o 4.º ano ainda em 1916 e por aí ficara depois de integrado no Corpo Expedicionário Português à I Grande Guerra. Por motivos profissionais via-se agora instado a entregar o relatório. Em concreto, o problema do êxodo rural e a correspondente necessidade de fixação do trabalhador agrícola serviam aí de pretexto a uma análise das condições de vida das classes rurais, em torno daqueles dois tópicos, *alimentação e habitação*, tratados em partes separadas. Começava-se assim por apontar a intensificação daquele primeiro problema: «Hoje pode dizer-se só vive no campo quem já não consegue uma colocação nas cidades e talvez não vá longe da verdade afirmando que todo aquele que vai para esses meios, olha com certo desdém para os trabalhos do campo, esquecendo a maior partes das vezes que já por lá passou»⁵⁰⁸. Entre as causas

⁵⁰⁶ José Sebastião de Torres Vaz Freire, *Da alimentação e da habitação das classes rurais no distrito de Évora*, Lisboa, ISA, 1934, não paginado.

⁵⁰⁷ Embora não exista na obra qualquer referência nesse sentido, é possível que o trabalho em causa tenha sido efectuado no âmbito institucional da Estação Agrária Central, sob a orientação de Mário de Azevedo Gomes, tal como é efectivamente o caso do relatório final de curso a que nos referimos a seguir.

⁵⁰⁸ José Sebastião de Torres Vaz Freire, *Da alimentação e da habitação das classes rurais no distrito de Évora*, *op. cit.*.

evocadas, para além do natural «desejo de querer ver coisas novas», destacava-se genericamente a situação económica e em particular a falta de trabalho, a irregularidade e a penúria dos salários, a incerteza das condições atmosféricas ou a rudeza e monotonia das tarefas agrícolas – contrastantes ademais com o «bulício da cidade»⁵⁰⁹. Aludia-se ainda a um tímido processo de modernização ao nível das comunicações, pois com o advento e vulgarização de «camionetes» e «bicicletas» raro era agora aquele que não ia à cidade ou vila mais próxima quase todos os domingos – «e depois de a ela se habituar dificilmente pode ver-se no campo»⁵¹⁰.

Semelhantes generalidades, relativamente comuns em trabalhos anteriores, viam-se agora sustentadas por «exemplos» respigados de inquérito directo, efectuado pelo autor, com base no qual se compunham várias monografias familiares, das quais se apresentavam, para cada concelho do distrito, pequenos quadros-síntese com nota da composição e do custo das refeições praticadas. Dos dados recolhidos deduzia-se a necessidade de distinguir duas classes rurais, pequenos agricultores e jornaleiros, à semelhança do que havia feito primeiro Barros e depois faria Lima Basto, em *Inquérito Económico-Agrícola*. À luz da distinção desenvolvia-se separadamente o tema e concluía-se globalmente ser pão e azeite a base comum da alimentação – os restantes alimentos («chouriço, queijo, uma sardinha») eram considerados «guloseimas». Diante da situação de outros países, de que se apresentava breve relato, a necessidade de efectivas melhorias tornava-se manifesta, em domínio porém onde reinava uma miséria só verdadeiramente conhecida por aqueles que com ela mais de perto conviviam. Relativamente à habitação, o mesmo tipo de comparação internacional e a descrição bastante pormenorizada de uma sua instância tipificada, da região do Alentejo, apontava para conclusões da mesma índole⁵¹¹ e fazia notar ainda a total inacção dos poderes

⁵⁰⁹ E prosseguia: «(...) levado muitas vezes por um parente que já ali está anichado, ou ainda pelo prazer da aventura, ele aí vai a caminho da cidade em mira de situação mais desafogada, trocando a vida monótona do campo pelo bulício da cidade, e por uma noite de cinema, que tanto o encanta, esquecendo a maior parte das vezes que a miséria continua a segui-lo e que apenas a suporta muitas vezes com mais resignação, do que o faria no campo» (id., *ibidem*).

⁵¹⁰ Id., *ibidem*.

⁵¹¹ «Se compararmos as habitações rurais do sul com as do norte do Paiz podemos verificar que a diferença é muito grande. § N'estas, vive o homem, a mulher, os filhos, o burro, o porco tudo em comum, na maior das promiscuidades. Felizmente, no sul, e em especial no Alentejo, não vemos isso. O burro tem o seu lugar proprio assim como o porco. No interior das casas, geralmente, há aceio, e rara é aquela que pelo menos uma vez por mês, não é caiada e basta isto para lhe dar o aspecto agradável que tão característico é das casas alentejanas, o que não quer dizer que sob o ponto de vista higienico não estejam atrazzadas e muito. § É vulgar a familia dormir toda no mesmo compartimento, em geral de

públicos, contrastante com o muito que «lá fora» se fazia (em particular na Itália fascista, mas também em França e Inglaterra):

Pena é que no nosso Paiz, por enquanto, nada se tenha feito a este respeito, pois seria uma das formas de combater o abandono dos campos e até mesmo certos vícios, pois o trabalhador que vem da sua lide e chega a casa onde não encontra conforto e higiene, foge para a taberna onde gasta o pouco que recebeu do salário e onde tantas vezes, sem querer é arrastado para o crime⁵¹².

O carácter relativamente excepcional (ou precoce, no quadro do nosso argumentário) deste último trabalho torna-se manifesto reproduzindo aquilo que se afirmava num outro relatório do mesmo ano, *Contabilidade Agrícola – Sua importância no estudo da economia rural e possibilidade da sua adaptação às condições da lavoura portuguesa*⁵¹³. Nele começava-se justamente por traçar um panorama geral do estado da investigação nesse domínio (a cujo enquadramento institucional fizemos alusão no capítulo 3) e por apelar à reforma dos seus processos. De acordo com o autor, que executara o referido relatório junto da Estação Agrária Central e por sugestão do seu director (Mário de Azevedo Gomes), a suprema conveniência desses estudos justificava-se quer pela posição que aquela

pequenas dimensões e quasi sempre sem janelas, quando muito uma pequena fresta por onde o ar entre com dificuldade, mas o sol nunca. As casas, sempre rés do chão, têm geralmente 2 a 3 divisões quando muito: uma, que é a entrada e serve ao mesmo tempo de cozinha, onde se comem as refeições e onde as mulheres passam os seus dias costurando; a outra, ou outras, servem simultaneamente de dormitório, arrecadação e até mesmo de dispensa. § Se os telhados em telha vã têm o inconveniente de tornar as casas frias e desconfortáveis, ainda têm a vantagem de as arejar e de lhes fornecer um pouco de ar mais puro, de contrario não sei o que seria aquela atmosfera, no fim de uma noite! § O chão é quasi sempre terreo, quando muito de tijolo. A luz usada é em geral a do petroleo e raras vezes a candeia de azeite, hoje já muito posta de parte. § Na casa de entrada ha a classica chaminé onde se faz a comida, no chão, e se aquecem no inverno; uma meza, o poial com as bilhas de barro com agua, a estandeira, onde colocam as louças; as cadeiras de tábuas, e os mochos ou bancos de 3 e 4 pés. Nas paredes ainda se vê, a guarneceiras, bonitas rosetas em papel de seda, de variadas côres, em que a dona da casa capricha em apresentar os mais complicados recortes. § Nos quartos ha as camas de ferro onde dormem dois e três, e a arca onde se guarda a “côpa”, ou sejam os fatos domingueiros. Quanto a utensilios de lavagem nem vale a pena referir-nos a eles, pois são tudo o que ha de mais resumido. A higiene é para eles completamente desconhecida» (id., *ibidem*).

⁵¹² Id., *ibidem*.

⁵¹³ Henrique Carlos de Moura, *Contabilidade Agrícola – Sua importância no estudo da economia rural e possibilidades da sua adaptação às condições de lavoura portuguesa*, Lisboa, ISA, 1934.

ciência detinha na agronomia, «ciência das ciências agrícolas», quer também pela posição que no país a agricultura ocupava, a primeira, «social e economicamente apreciada» – interessando portanto, dizia, não só ao progresso (económico) da nação, mas também ao bem-estar (social) da grei portuguesa. Verdade incontestável, acrescentava-se, mas que não havia sido até então inteiramente «compreendida e amparada». A existência noutros países «mais progressivos» de institutos ou departamentos do Estado a quem exclusivamente competiam os estudos de economia destoava sobremaneira das fracas dotações da Divisão de Estudos Económicos daquela Estação Agrária Central⁵¹⁴.

A análise sumária das realizações efectuadas neste âmbito era ainda precedida por um sublinhado da importância do «método estatístico», considerado fundamental na evolução da ciência económica, das suas origens aos dias de hoje, «fazendo-a sair do campo especulativo em que os economistas de então viviam»⁵¹⁵. A este método, porém, havia que acrescentar o «método experimental» que, de acordo com o autor, complementava o primeiro, possibilitando o cumprimento da vocação pragmática (ou «prática») dessa ciência: «A economia não tem por finalidade apenas medir os factos pelos números; ela tem também por função construir, caminhando da análise para a síntese»⁵¹⁶. Quanto a estatísticas e inquéritos realmente existentes, em matéria de economia agrícola, não havia contudo no campo privado ou oficial com o que documentar «os interesses da lavoura ou solucionar-lhe as questões no campo da justiça e da razão»⁵¹⁷.

De facto, dizia, as primeiras encontravam-se mal organizadas, em particular no caso dos serviços directamente responsáveis pelas estatísticas agrícolas; os segundos, por seu turno, nada de útil haviam produzido até à data – menos por falta

⁵¹⁴ Id., *ibidem*, pp. 1-3.

⁵¹⁵ Id., *ibidem*, p. 2. A este respeito o autor acrescentava: «De facto, aperfeiçoados como foram os métodos de investigação, principalmente o método estatístico, reunindo um número importante de observações acumuladas e em condições de poderem completar-se com rapidez, começaram os economistas a ter à sua disposição uma soma de materiais suficiente em quantidade e sobretudo em qualidade que os habilitou a poder valorizar cada vez mais a função da ciência económica, mudando-lhe o rumo teórico em que inicialmente caminhou, e permitindo-lhe levá-la ao grau de especialização que presentemente a distingue» (id., *ibidem*, p. 3).

⁵¹⁶ O autor afirmava ainda: «Se lhe é necessário apreciar os resultados económicos sob o ponto de vista quantitativo, não póde em última instância deixar de os estudar e verificar sob o ponto de vista qualitativo» (id., *ibidem*, p. 4).

⁵¹⁷ Id., *ibidem*, p. 5

de iniciativa do que por falta de sequência nos trabalhos⁵¹⁸. A este último respeito invocavam-se várias diligências já desse século, uma delas em marcha, as restantes malogradas. Assinale-se um plano de inquérito geral económico, de 1907, que não passara das bases (publicadas após 20 anos, em 1927), precedido por um outro duas décadas antes, decretado em 1886 e do qual se afirmava ter sido apenas muito parcialmente divulgado (uma monografia relativa à 7.^a região agrónómica, a que fazemos referência no capítulo 2); um primeiro concurso de monografias rurais, de 1909 (a que também fazemos menção nesse mesmo capítulo); uma eventual série de «inquéritos agrícolas regionais» da Direcção Geral de Ensino e Fomento (do Ministério da Agricultura), lançada em 1927, mas de que não se conheciam frutos; e, finalmente, o *Inquérito Económico-Agrícola*, cujos trabalhos progrediam a bom ritmo. Em resumo, quatro inquéritos em meio século, dois dos quais sem deixarem vestígios, outro incompletíssimo.

Ainda neste âmbito, porém, sem distinção especial, invocava-se tradição intelectual de origem estrangeira que, não sendo então especificada como tal, passaria mais tarde a constar dos anais da sociologia portuguesa. O autor referia-se em concreto a *Le Portugal Inconnu*, de Poinard, e mais genericamente ao interesse das «monografias de famílias preconizadas por Le Play e vulgarizadas pela “Science sociale”», de que a obra em causa constituía, dizia ainda, ensaio único – e que por isso representara, a este título, «estímulo nulo»⁵¹⁹. Certamente menos do que pensava, como vimos. Desde logo, à estadia de Poinard em Portugal sobreviria não só a criação da *Sociedade Portuguesa de Ciência Social* mas também a publicação de algumas monografias caracteristicamente leplaysianas e de outras obras doutrinárias com a mesma orientação; sobreviria ainda o convite de Oliveira Salazar a Paul Descamps, cerca de um quarto de século volvido, para realizar obra em tudo semelhante (cujos resultados viriam a ser publicados um ano depois do relatório a que nos temos vindo a referir, em *Portugal, la vie sociale actuelle*) e para divulgar o método em cursos nas Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra; sobreviriam finalmente, para além de *Histoire Sociale du Portugal* do mesmo autor (já de 1959),

⁵¹⁸ Id., *ibidem*, p. 8 e 11.

⁵¹⁹ Id., *ibidem*, pp. 12-14.

outros pequenos trabalhos da mesma índole, de Descamps e de alguns dos seus epígonos nacionais⁵²⁰.

No próprio âmbito da investigação económico-agrícola, por seu turno, nos trabalhos efectuados por alguns dos alunos de Luís de Castro, era manifesta a mesma ascendência metodológica, provavelmente aí vertida já de forma indirecta, mas com tradução inequívoca na orientação que perfilhavam. Ali, contudo, sobressaíam então os volumes já publicados do *Inquérito Económico-Agrícola*, efectuados por recurso a metodologias semelhantes, na esteira daqueles e de outros por então realizados em Itália, mas sobretudo na sequência da adopção destas técnicas por organismos de cooperação internacional, nomeadamente pelo Bureau International do Travail⁵²¹.

Na realidade, seria ainda com base nos mesmos instrumentos que a prolífica fase de investigação económico-social que se lhe sucederia, no ISA e em alguns organismos do Estado, viria a ganhar forma. Estes últimos seriam aliás em larga medida os responsáveis directos pela constituição dessa série de relatórios finais de curso (a que começámos por nos referir no início deste capítulo) e em particular pela sua componente mais especificamente social – que progressivamente se autonomizaria de aspectos mais estritamente económicos. De facto, Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola, primeiro, e Junta de Colonização Interna, depois, no desempenho das suas actividades, dedicariam especial atenção a aspectos sociais das respectivas intervenções no terreno, contemplados em estudos técnicos preliminares que para esses aspectos específicos seriam conduzidos sobretudo através daquelas metodologias. Parcial ou totalmente executados por finalistas do ISA, eram aí entregues como trabalhos finais de curso, depois de reformulados e sempre que fosse esse o caso (teremos oportunidade de o ver em pormenor mais adiante).

Paralelamente, porém, no campo da investigação económico-agrícola, no ISA, a alusão sistemática às condições de vida das classes rurais inferiores, nos moldes do *Inquérito Económico-Agrícola*, assumir-se-ia igualmente como traço emblemático de uma subsérie daqueles relatórios, consagrados a freguesias individuais e motivados, também eles, por inquietações sociais expressas. O advento

⁵²⁰ Sobre cada um destes tópicos vd. capítulo 1.

⁵²¹ Vd. capítulo 6.

destas ocorreria então na sequência de apelo directo de Mário de Azevedo Gomes que, em 1937, na terceira de uma série de cartas dirigidas aos alunos do ISA, os instava a cumprirem aquela obrigação académica na modalidade monográfica consagrada, no quadro de uma relevante reflexão geral acerca do espírito da profissão – da sua «função social» – e das responsabilidades que considerava agora competirem-lhes.

«CARTAS A UM ALUNO»: RACIONALIZAR, DISTRIBUIR, INVESTIGAR

«Cartas a um aluno» era o nome de um pequeno conjunto de missivas publicadas por Azevedo Gomes na revista da associação de estudantes de agronomia (*Agros*) que tinham por «alvo epistolar» designado a globalidade do corpo discente do ISA e pelas quais se procurava imprimir nova mentalidade à «vida escolar». «*Ficar ou não ficar aprovado... eis a questão*; questão velha e sempre môtça nas escolas portuguesas, em a nossa como em qualquer outra, dos graus elementar e médio até ao grau superior!» Assim se começava por resumir no segundo desses textos, de 1934, a atitude reinante entre estudantes, «que fazem da tarefa escolar quotidiana quási que exclusivamente ponto de apoio para o salto decisivo do exame final». Para o autor, no entanto, a raiz do problema não se encontrava na chamada «massa escolar» mas mais na «orgânica defeituosa do nosso ensino público» em que o «exame» surgia com o valor máximo de «um fim a atingir». Cumpria pois, de acordo com Azevedo Gomes, substituir aquela primeira máxima por uma outra, «ficar ou não ficar sabendo», que resumia a necessidade, depois de concluída a frequência escolar, de se ficar apto à «prática consciente *de uma actividade socialmente útil*». Vingado o princípio, mais que a implantação de uma nova mentalidade escolar, embora com base nela, dar-se-ia uma verdadeira revolução no ensino⁵²².

Era também esse o tema genérico de uma notável palestra proferida dois anos antes (em 1932) pelo mesmo Azevedo Gomes no Instituto Superior Técnico, *A função social do agrónomo na actualidade. O caso português*, no âmbito de uma

⁵²² [Mário de] Azevedo Gomes, «Cartas a um aluno», *Agros*, ano XVI, I Série – N.º 6, Novembro-Dezembro de 1934, pp. 189-191 (o sublinhado da última citação é nosso).

série de conferências de intercâmbio universitário promovidas pela Universidade Técnica de Lisboa (a mesma onde em 1934 Lima Basto proferiria o seu célebre trabalho sobre o nível de vida do operário rural)⁵²³. Embora expressamente centrada no caso da engenharia agronómica, considerava-se a questão generalizável a quaisquer técnicos de grau superior, tal como se fazia menção de sublinhar na edição da palestra em livro, com ligeiríssimas alterações, já em 1946⁵²⁴. O seu objectivo confesso consistia no fornecimento de elementos dirigidos à respectiva formação profissional, em consonância com os renovados desígnios do tempo: «Pretendo em última análise, para empregar expressão consagrada, focar a chamada questão social nas suas relações com as classes técnicas, aqui representadas», diria ainda de forma mais explícita⁵²⁵. Neste caso, a exortação aos colegas era acompanhada de um interessante diagnóstico social, que a justificava. De acordo com o autor impunha-se «*a priori*» um esforço de organização do trabalho agrícola que se desenvolvesse porém, simultaneamente, no sentido de aumentar também o bem-estar do trabalhador rural – só assim era digno do qualificativo «racionalizador»⁵²⁶.

A complexidade do problema e a necessidade do seu estudo eram ilustradas pela invocação de um recente inquérito aplicado a proprietários e trabalhadores alemães sobre as vantagens de iniciativas desse tipo, tendentes à organização científica do trabalho agrícola, e pelo qual se evocava aqui o sentimento «naturalmente divergente» de uns e de outros, relativamente ao sistema preconizado – os primeiros esperançados no encurtamento da duração das tarefas, os segundos receosos de se verem reduzidos ao papel de máquina e compensados apenas por fraca indemnização. Dizia o autor:

Estes receios e aquelas esperanças, tudo tem seu fundo de razão, traduzem com bastante eloquência, creio eu, quanto o problema é complexo e quanto é necessária no seu tratamento aquela base experimental que, comecei por

⁵²³ Mário de Azevedo Gomes, *A função social do agrónomo na actualidade. O caso português*, conferência pronunciada em 22 de Junho de 1932 no Instituto Superior Técnico, Lisboa, Oficina Gráfica do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1932.

⁵²⁴ E como então denotaria a modificação do respectivo título: Mário de Azevedo Gomes, *A função social dos técnicos universitários. O caso português*, Estudos Sociais I, s/ l., edição do autor, 1946.

⁵²⁵ Id., *ibidem*, p. 18.

⁵²⁶ Id., *ibidem*, pp. 28-29.

dizer, assume de nossos dias com a actividade de organismos apropriados um lugar cada mais vez mais distinto na investigação de carácter sociológico⁵²⁷.

Tanto mais, afirmava ainda, que àquela complexidade e a esta necessidade se sobrepunha normalmente uma ilusória crença no progresso (nomeadamente quanto às possibilidades de criação de riqueza) e na «maleabilidade» e «plasticidade» do sistema para resolver os problemas sociais enfrentados⁵²⁸. O apuro com que se caracterizava aquela primeira convicção merece que se deixe aqui registado por extenso o aludido excerto:

Principiemos por imaginar que, pela aceleração generalizada do ritmo verificável no movimento racionalizador da produção, nos avizinhamos, quanto à criação de riqueza, daqueles resultados que são o generoso ideal dos propagandistas do progresso. Teríamos assim a grande massa operante dos trabalhadores mais bem paga, e mais poupada quanto ao dispêndio de energias, e tê-la-íamos, como consequência, em condições de uma vida melhorada, com a apetecida elevação do nível do bem estar colectivo. Por outra parte tudo isto haveria sido feito – e não é pequena a vantagem – sem perturbações de maior no sistema social vigente, evolutivamente, como usa dizer-se, e não revolucionariamente. Não toparíamos destroços, espectaculosas ruínas em nosso caminho; e poderiam as digestões dos senhores do mundo – por mais demoradas que fossem – fazer-se ainda, de princípio a termo, sem quaisquer acidentes mercedores de registo! § É demais perigosa porém a ilusão, corporizada nesta concepção social, para que seja lícito já hoje – me parece – deixá-la erecta, intangível diante de nós!⁵²⁹

Na realidade, dizia ainda, o sistema não revelava capacidade «nem para expandir-se até à generalização necessária, nem o poder de vibração que lhe permita o ritmo acelerado que as circunstâncias reclamam»; além disso, outra razão acrescia

⁵²⁷ Id., *ibidem*, p. 29 (sublinhado nosso).

⁵²⁸ Id., *ibidem*, p. 32.

⁵²⁹ Id., *ibidem*, pp. 31-32.

ainda para «evidenciar como fatais» aquilo que considerava ser as insuficiências diante da «questão social»: o próprio «movimento de conquista» de um mínimo económico – «esta marcha apressada no caminho da justiça social já não há forças que possam detê-la; como aliás convém à hora da humanidade, na idade a que chegou, que não haja efectivamente!»⁵³⁰. Obrigava-se assim o «homem de gabinete», perante as insuficiências diagnosticadas, ao exame das modalidades diversas de actuação nesse domínio⁵³¹. De forma mais geral, e independentemente disso, obrigavam-se os técnicos, afirmava, «como classe, e isto naturalmente em qualquer país, [a] *uma participação interessada no estudo e no tratamento dos problemas sociais que ficam delineados, na consciência de que a sua acção pode ser das mais úteis para a pesquisa das soluções convenientes*»⁵³².

Por toda a parte, assegurava, mas em Portugal em particular – tendo em conta o sentimento de «indiferença confessada» diante desses problemas que então dizia vigorar no âmbito da orgânica institucional do Estado. O atraso económico do país não podia justificar tal atitude, «por vezes errada» – a intervenção técnica pela sua própria natureza, implicava frequentemente que se considerasse, para além da produção de riqueza, também a repartição correlativa – mas «sempre injusta»⁵³³. Não servia sequer de atenuante o facto de «certas modalidades da questão social» não terem ainda passado entre nós das «aspirações vagamente formuladas» às «expressas reivindicações». Pelo contrário, a transformação era inevitável e não havia mesmo forma de deter o curso dos acontecimentos sociais. Havia, isso sim, e dentro de certos limites, a capacidade de regulá-los, «tornando regrado, gradual, ritmado, aquilo que tende, pela pressão das necessidades e pela carência de cultura, a ser desregrado, atribulário e sem ritmo». «O que há, enfim, dizia o mesmo autor, é a possibilidade relativa de obter por bem aquilo que a ninguém convirá, verificadas as contas, que seja obtido a mal». Por solidariedade, como considerava desejável, ou por egoísmo, antecipando conclusões futuras, impunha-se o congruar de todas as

⁵³⁰ Id., *ibidem*, p. 32-33.

⁵³¹ Id., *ibidem*, p. 33.

⁵³² Id., *ibidem*, p. 44 (sublinhado nosso).

⁵³³ Id., *ibidem*, p. 55. «(...) não é lícito em Portugal, como em parte nenhuma, aos profissionais duma classe que vive tão perto dos fenómenos sociais em causa, que quase constantemente os palpa na sua labuta diária, negar a própria evidência e abandonar-se comodamente à corrente da indiferença e da apatia, sem mais raciocinar e sem prever; o alheamento em tal caso não é humano; *e eis aqui a injustiça*» (id., *ibidem*, pp. 55-56).

boas vontades «no sentido de transformar-se a corrente impetuosa e devastadora na linha de água de curso regular e útil»⁵³⁴.

Desde há muito que o problema em análise inquietava Azevedo Gomes. Escrevendo em 1919, o mesmo autor sublinharia logo aí a necessidade de atender à «organização do trabalho» de forma a garantir a viabilidade das empresas agrícolas e a tranquilidade da lavoura – mas também, acrescentava, o próprio alívio do proletariado rural. Tratava-se na altura de uma interessante análise à situação económica da agricultura portuguesa onde, depois de se considerar as suas condições naturais e antes de se apreciar os respectivos resultados económicos, se procedia ao exame da conjuntura específica da exploração agrícola⁵³⁵. A este respeito destacava-se o «grau de progresso» atingido pelos profissionais da agricultura e as «condições de apetrechamento» a que aquela se encontrava sujeita, mas também as condições que lhe eram impostas pelo designado «meio social» – em concreto, a situação do crédito associativo, a comercialização dos produtos agrícolas e ainda o pungente problema do trabalho rural, considerado de particular relevância, atendendo ao arcaísmo técnico das explorações. Acerca deste último tópico afirmaria então:

A simples constatação do alto valor que é preciso reservar para o pagamento da produção agrícola nacional (...) indica *a priori* que poucos aspectos do viver agrícola podem interessar tanto a economia da produção como aqueles que se prendem com a organização do trabalho pessoal nos nossos campos. Partindo de uma quota deste trabalho que mostrámos ser elevada, o êxito das empresas, e o bem-estar dos respectivos empresários, estreitamente dependem – e de dia para dia cada vez mais mantido o apetrechamento actual – das condições que lhes houverem preparado por cada região ou zona agrícola as exigências dos trabalhadores do campo, cujo crescente desenvolvimento é geral mas afecta naturalmente de preferência os países, como o nosso, em que o preço do trabalho pessoal mais influi, por imperfeição orgânica, no custo da produção. E se este é o encarar uma das faces do problema, outra não menos interessante se oferece à consideração do

⁵³⁴ Id., *ibidem*, p. 60

⁵³⁵ Mário de Azevedo Gomes, *A situação económica da agricultura portuguesa*, [Lisboa], Instituto Superior de Comércio de Lisboa, 1920.

economista, qual é o verificar até que ponto a satisfação daquelas exigências, mais ou menos perturbadoras do equilíbrio da empresa agrícola, traz real benefício e seguro desafogo de vida à classes dos assalariados rurais⁵³⁶.

Treze anos volvidos, como vimos, o tema seria objecto de alocução própria e considerado merecedor de tratamento especializado. De resto, já em 1919 estimaria insuficiente o estado do conhecimento acerca da situação da «grande massa da população rural executora do trabalho agrícola», sobre a qual os dados estatísticos pouco assistiam e para cujo estudo encomendava, por falta de alternativa, a abordagem «subjectiva» dos principais autores que sobre ela se haviam ocupado:

Qual vinha sendo nos últimos anos antes da guerra a situação no país da grande massa da população rural executora do trabalho agrícola? Eis uma questão a analisar de entrada que os dados estatísticos ajudam mal e quási tem de ser acompanhada apenas subjectivamente através o critério, os depoimentos e estudos de alguns dos nossos publicistas mais versados na matéria (Basílio Teles, *Carestia de vida nos campos*; Anselmo de Andrade, *Portugal Económico*; Bento Carqueja, *O Povo Português*; Ezequiel de Campos, *A Conservação da Riqueza Nacional*)⁵³⁷.

Mas vale a pena recordar aqui e alargar o pouco que se disse acerca do papel social dos técnicos neste período para melhor compreender as renovadas ambições de Azevedo Gomes e o lugar que agora nelas ocuparia a investigação económico-social.

DESENVOLVIMENTISMO: OS ENGENHEIROS EM VEZ DA BURGUESIA INDUSTRIAL (E DA ARISTOCRACIA RURAL)

Dissemos mais atrás que a um protagonismo acrescido por parte dos técnicos, assente também na conquista do título universitário, na criação da ordem dos

⁵³⁶ Id., *ibidem*, p. 64.

⁵³⁷ Id., *ibidem*, p. 65.

engenheiros e na promoção activa do seu estatuto profissional e científico, corresponderia ainda um alargamento das respectivas funções⁵³⁸. São eles próprios que o reclamam, a partir de finais da década de 1920. «A função social do engenheiro» (bem como outras formulações derivadas) torna-se aliás título recorrente de textos onde se glosa o tema⁵³⁹. Destaque-se um deles, de 1927, assinado por Araújo Correia, engenheiro de formação e eminente economista, que tomava por referência a situação de países mais desenvolvidos:

O vertiginoso progresso mundial operou, pela força de leis naturais e sociais prodigiosas, a modificação completa na feição das sciencias applicadas. O engenheiro não é o sábio pretensioso e orgulhoso que no seu gabinete directorial ordena ou concebe projectos técnicos – nem sómente o cumpridor paciente, devotado e modesto que lentamente executa os planos estudados muitas vezes fóra das realidades económicas e sociais do logar em vão ser postos em prática. A função do engenheiro modesto não se limita a escrever relatórios, a emitir opiniões, a visionar planos, de ordem puramente técnica ou teórica. A sua missão alargou-se, dilatou-se com a complexidade e dificuldade da vida moderna⁵⁴⁰.

Na sequência do seu discurso sobressaem então as responsabilidades económicas que se ambiciona assumir ao nível das empresas e do Estado (na vertente comercial e financeira mas também em lugares de administração), no quadro daquilo que se pretende que seja uma aposta renovada e decisiva no desenvolvimento industrial e no progresso económico.

Sabemos que condicionantes estruturais da economia portuguesa haviam mantido Portugal numa situação de debilidade industrial crónica. Na ausência de reforma agrária privara-se aquele sector de um mercado nacional que lhe

⁵³⁸ Esta secção procura seguir no essencial a síntese proposta por Carlos Manuel Gonçalves, *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, *op. cit.*

⁵³⁹ Vd. por exemplo Araújo Correia, «A função social do engenheiro», *Técnica*, n.º 6, pp. 1-2; José Queiroz Vaz Guedes, «A função social do Engenheiro», *Técnica*, n.º 18, 1929, p. 36; Teixeira Duarte, «As funções do engenheiro em relação ao capital», *Técnica*, n.º 29, 1930, p. 335 (citados em *ibidem*).

⁵⁴⁰ Araújo Correia, «A função social do engenheiro», *op. cit.* (id., *ibidem*).

viabilizasse uma arrancada resoluto, mas também das matérias-primas e da mão-de-obra necessárias a um crescimento económico sustentado. Os mercados externos não constituíam alternativa ao reduzido consumo interno, tendo em conta o custo das matérias-primas importadas, a fraca diversidade dos produtos manufacturados e o próprio anacronismo das empresas – numa palavra, a sua falta de competitividade internacional, a que no final da década de 1920 acresceria ainda a retracção desses mercados. Até à II Guerra Mundial, o crescimento industrial é moderado e dá-se fundamentalmente por «surtos», ao sabor das grandes crises mundiais, alimentado por um tecido industrial onde, não obstante algumas importantes excepções, impera a falta de capital, a pequena dimensão das unidades empresariais, o atraso tecnológico e índices de produção e produtividade muito baixos. Debilidades que eram parcialmente compensadas, da perspectiva das empresas, pela acção proteccionista do Estado (que se viria acentuar no regime salazarista e que lhes garantia nomeadamente os mercados nacional e colonial) e pelo emprego extensivo e intensivo de uma força de trabalho desqualificada, em larga medida semi-camponesa (contando muitas vezes com menores) e coarctada nas suas liberdades sindicais e políticas – elementos que determinam então uma política generalizada de baixos salários e que no limite não só garantem a viabilização económica de uma larga maioria das unidades produtivas como se acrescentam eles próprios enquanto entraves a um desenvolvimento acelerado do sector⁵⁴¹.

Ora, no início da década de 1930, num ambiente alargado de exaltação pró-industrializante determinado pela conjuntura resultante da Grande Depressão, assiste-se ao despertar da «consciência industrial» portuguesa. Eventos como o I Congresso Nacional dos Engenheiros, de 1931, a Grande Exposição Industrial, de 1932, o I Congresso da Indústria Portuguesa, de 1934 ou a secção de indústria do Congresso da União Nacional, de 1934, assinalam-no institucionalmente. Mais: assiste-se pela primeira vez à formulação de uma «estratégia articulada» para o desenvolvimento industrial do país e de políticas económicas consonantes, ideologicamente condensadas num «nacionalismo modernizante» que irá procurar romper com o conservadorismo agrário vigente⁵⁴². Detentores de formação técnico-científica, familiarizados com as realidades estrangeiras da grande indústria e

⁵⁴¹ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo, op. cit.*, pp. 61-63

⁵⁴² Id., *ibidem*, pp. 87-88.

estribados numa visão de conjunto da economia portuguesa, os engenheiros destacar-se-ão então na defesa da «regeneração material» da nação, pugnando por um acrescido intervencionismo estatal, superiormente esclarecido pela sua orientação de vanguarda. Serão eles, aliás, os técnicos, os principais teorizadores dessa ideologia industrialista, em vez de uma burguesia industrial que emergia então na cena política e económica do país⁵⁴³. Apesar da importância de sectores tradicionais ligados à produção de bens de consumo, tecnologicamente atrasados e fracamente especializados e capitalizados, que articulados com um artesanato industrial ainda mais disperso e arcaico dominavam largamente a paisagem da indústria transformadora, a estrutura industrial era ainda assim relativamente diversificada: à progressiva «concentração espontânea» ou cartelização administrativa de diversos sectores, acrescentavam-se importantes sectores intermédios e alguns grupos de grandes dimensões, mais modernizados e dirigidos por uma restrita mas cada vez mais influente elite industrial⁵⁴⁴. Nem esta nem os designados industriais médios, contudo, assumiriam aquele papel, ou porque não possuem a bagagem técnica e cultural necessária ou porque avultam interesses imediatistas⁵⁴⁵.

O I Congresso Nacional dos Engenheiros, de 1931, marcará assim o momento definidor de uma «consciência política» entre técnicos que se faz crítica da «abulia industrial» e do atraso económico vigente e que toma o Estado Novo como instrumento da sua disposição reformista⁵⁴⁶. Entre os temas abordados, sobressaem então a electrificação do país mas também, tal como no caso de Azevedo Gomes, a racionalização dos procedimentos de planeamento e organização industrial (trabalho, remuneração, higiene, acidentes, política de pessoal, distribuição de rendimentos) e a necessidade de reforma do ensino. Mas o congresso marca simultaneamente o momento decisivo para a afirmação profissional dos engenheiros – «elevar o culto da profissão de engenheiro» constará de resto entre os principais objectivos da iniciativa. Nesse contexto de exaltação industrialista e de entusiasmo pelo progresso e pela técnica, os engenheiros vêem também a possibilidade de assumir novas

⁵⁴³ Id., *ibidem*, pp. 88-89.

⁵⁴⁴ Id., *ibidem*, pp. 67-84

⁵⁴⁵ Id., *ibidem*, p. 88.

⁵⁴⁶ Id., *ibidem*, p. 89.

responsabilidades na definição e na direcção da economia – mas também do próprio país⁵⁴⁷. As suas intenções são então resumidas de forma lapidar na frase recorrentemente citada de um desses engenheiros, Joaquim Taveira: «Contam-se como actividades economicamente distintas a agricultura, a indústria e o comércio. O *poder* resultante da sua exploração está actualmente nas mãos de agricultores, industriais e comerciantes. O primeiro passo na racionalização deverá ser a transferência desse *poder económico* para os agrónomos, engenheiros e comercialistas»⁵⁴⁸. Projectos e anseios que começarão por encontrar assentimento limitado.

De facto, algumas medidas de estímulo às indústrias e, como referimos, um crescimento moderado do sector, não podem ser entendidos como aposta decisiva na industrialização, que na realidade começará por encontrar bloqueios diversos e até mesmo resistências activas⁵⁴⁹. Como é sabido, predominava (e predominaria ainda durante algum tempo) uma concepção ruralista do país na defesa da qual pontuavam nomeadamente sectores industriais tradicionais baseados na exploração de uma mão-de-obra barata de que, recorde-se, a estrutura arcaica do meio agrícola constituía garante, e sobretudo os grandes proprietários rurais, com fortes influências económicas e políticas e firmemente opostos a qualquer projecto de reforma agrária ou crescimento industrial; concepção que era de resto partilhada ao mais alto nível político, como componente do caldo ideológico conservador que enformava as próprias representações da nação. Está também em causa, como é sabido, a sobrevivência do regime, que impõe a necessidade de estabelecer equilíbrios entre senhores rurais e certas fracções de uma burguesia industrial (que só então se começa a afirmar no plano nacional, como dissemos), e que começará por ditar as prioridades políticas (contenção e repressão das várias oposições, construção da organização corporativa) e económicas (estabilização financeira), no quadro de uma conjuntura internacional pouco benévola onde assomará, primeiro, a guerra civil de

⁵⁴⁷ Maria de Lurdes Rodrigues e Sandra Pereira, «Congressos de Engenharia», em F. Rosas e J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, *op. cit.*, pp. 186-188.

⁵⁴⁸ Trata-se de um artigo publicado em 1931 numa separata da *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses* (citado por João Bernardo, *Labirintos do Fascismo...*, *op. cit.*, p. 320).

⁵⁴⁹ Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo*, *op. cit.*, pp. 111-115.

Espanha e, depois, a crise económica e social que acompanha a Segunda Guerra Mundial⁵⁵⁰.

Seria preciso esperar pelo final da conflagração para ver despontar um arranque industrializador digno da designação mas também, e de forma correspondente, para ver os técnicos assumirem de modo alargado (e tal como pretendiam) a liderança do processo de desenvolvimento socioeconómico do país. A ocasião serviria de resto de pretexto a uma reedição de *A função social do agrónomo na actualidade* (agora com o título genérico *A função social dos técnicos universitários*), de Azevedo Gomes, e à redacção de um novo «Intróito» onde se faziam ecoar as repercussões do evento a esse nível⁵⁵¹ e onde se actualizavam as ambições dirigentes da classe profissional:

Continua, assim, pelo mundo fora – e hoje mais que ontem pela necessidade premente da recuperação – e cabe aos técnicos de grau superior, digamos aos universitários, e m̀ormente aos que ficam ligados à *Produção* sob a designação genérica de Engenheiros, a condução das actividades com maior repercussão social. § É o nível de vida dos conjuntos populacionais que tem que elevar-se, como um bloco, de modo que possa lograr cada qual sustentação bastante com trabalho são, assistência na doença, na invalidez, na velhice, isto como mínimo de garantias, à parte as de ensino do recreio e da cultura⁵⁵².

⁵⁵⁰ Cf. síntese de Carlos Manuel Gonçalves, *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, *op. cit.*, pp. 204-205, assente nas análises de Brandão de Brito e Fernando Rosas.

⁵⁵¹ «Que o tema central do estudo não envelheceu, creio bem ser incontestável; nem fora, nem dentro do país. A chamada «Crise Económica Mundial», primeiro, logo após os preparativos ou o simples mal estar que antecedeu e como que adivinhou a guerra, e este supremo flagelo por fim, tudo foram sucessos contrários a que tivesse curso normal as iniciativas e as reformas sociais de que fui dando, naquele ano já distante, a propositada conta (...). De modo que, nesta aurora de Paz – a qual a nossa própria dignidade exige se revista de imperturbável confiança – os problemas, para este sector das preocupações gerais, surgem os mesmos, mostrando-se apenas mais viva, mais consciente, e muito mais largamente difundida, a eclosão dos movimentos colectivos que acabarão por impô-los aos olhos de todos» (Mário de Azevedo Gomes, *A função social dos técnicos universitários...*, *op. cit.*, p. 8).

⁵⁵² *Id.*, *ibidem*, pp. 8-9. No final dessa década, o mesmo processo de industrialização serviria também de pretexto à publicação de um outro artigo com o mesmo título, de José Pereira Athayde, onde seriam então não só explícitas mas centrais as referências à doutrina social da Igreja (*A Missão Social dos Engenheiros*, Lisboa, A.E.C, 1949).

O facto não impediria contudo que engenheiros e técnicos superiores em geral prosseguissem entretanto na defesa das suas teses e que fossem estendendo a sua influência social – e não apenas ao sector industrial (tal como reconheceria Azevedo Gomes⁵⁵³) ou sequer a domínios estritamente económicos.

«O ENGENHEIRO, DIRIGENTE SOCIAL» OU A ARTE DE GOVERNAR

A lição de um professor do Instituto Superior Técnico, Vicente Ferreira, a um grupo de antigos alunos da sua cadeira de Resistência de Materiais por ocasião do décimo sétimo aniversário da respectiva formatura, em 1939, permite dar uma ideia da extensão do processo e ainda dos contornos alargados de algumas das suas aspirações; desde logo pelo título, *O Engenheiro, Dirigente Social*⁵⁵⁴, mas também pela sua eloquência. A ocasião começaria aliás por servir de pretexto para uma renovação dos votos efectuados 17 anos antes à mesma plateia para que todos viessem a «exercer na sociedade portuguesa bem vincada influência». Profecia que acabaria por se confirmar, tal como se dava por comprovado pelo exame da «lista dos engenheiros de 1922», onde se encontravam os nomes de um actual Ministro da República, de directores gerais de importantes serviços públicos, de professores e académicos ilustres, de técnicos de grandes empresas particulares e de obras públicas, de presidentes de grémios e procuradores à Câmara Corporativa, de chefes de indústrias e de casas comerciais – perfazendo um total de 56 ex-alunos que ocupavam «funções superiores de orientação e comando»⁵⁵⁵. De tal forma que o autor não hesitava sequer em identificar uma tendência de substituição, ao nível do

⁵⁵³ «Pelo que à engenharia agronómica respeita tenho podido, por dever do ofício, verificar um pouco mais de perto a marcha das ideias (...). E é com prazer que constato em núcleos agronómicos mais responsáveis – posto que contactantes com mais expressivas realidades – a existência dum elevado espírito compreensivo, daquela precisa atitude de consciência profissional que reputo a única própria do tempo em que vivemos. § Porém, nem aqui, apesar do muito que é sugestivo da paisagem social dos nossos rurais, esse estado de espírito poderá ter-se como generalizado e definitivamente adquirido (...)» (Mário de Azevedo Gomes, *A função social dos técnicos universitários...*, *op. cit.*, pp. 10-11).

⁵⁵⁴ Vicente Ferreira, *O Engenheiro, Dirigente Social*, s/ l., s/ed., Junho de 1939. O texto em causa é destacado por Fernando Falcão Machado na sua história da Sociologia em Portugal a que começamos por nos referir no capítulo 1.

⁵⁵⁵ Id., *ibidem*, pp. 4 e 6.

escol dos dirigentes da nação, dos homens de leis, que até há bem pouco tempo predominavam (e não só em Portugal), pelos técnicos.

Predomínio até então justificado, começaria por dizer: excluindo os teólogos, eram eles que haviam estudado «as “humanidades” e as ciências em que implícita ou explicitamente se contém o conhecimento da psicologia do homem, dos seus interesses e paixões, da sua mentalidade e das acções e reacções, que êle exerce ou recebe, como elemento da grande unidade compósita chamada A SOCIEDADE». Numa palavra, eram eles que melhor conheciam «a matéria» sobre a qual actuava o homem de estado e só eles sabiam manejar os «instrumentos de acção» – as leis e as instituições – que a informavam a mantinham coerente⁵⁵⁶. Enfim, resumia, à proeminência do sacerdote, nos séculos passados, sucedera no século XIX a proeminência do bacharel, «sacerdote da nova religião»⁵⁵⁷. Mas ao império da Fé e da Lei sobreviria afinal o império da Técnica: a civilização industrial, dizia, materializara os vínculos que na sociedade moderna ligam os homens entre si e, muito embora não tivessem desaparecido totalmente os vínculos espirituais, as preocupações do homem concentravam-se agora na utilização da matéria e das fontes de energia física. As sociedades modernas reorganizavam-se primordialmente para «a disputa dos meios de produção; os valores morais passam a segundos planos, ou utilizam-se, somente, como “activantes” da energia potencial da máquina humana; as inteligências passam a valer, sobretudo, pelo seu poder de intervenção, de organização e de direcção das forças materiais». Domínios de actividade não directamente implicados na produção encontravam-se também eles sujeitos aos efeitos da mecanização⁵⁵⁸. Compreendia-se assim, rematava, que numa sociedade

⁵⁵⁶ Id., *ibidem*, p. 5.

⁵⁵⁷ Id., *ibidem*, p. 6. O autor explicitava o argumento: «(...) até há poucas décadas, a estrutura social das nações civilizadas apoiava-se na concepção abstracta do *Direito*; era mantida pela Lei, colocada acima de todas as vontades individuais e dominando-as. À *Lei* se submetiam os simples cidadãos, os governantes e os próprios soberanos absolutos. A religião do Direito, – se nos é lícito expressarmo-nos de tal dêste modo –, substitui no século do liberalismo, a religião de *Deus*, que tinha dominado as consciências nos séculos anteriores desde o triunfo definitivo do Cristianismo (id., *ibidem*).

⁵⁵⁸ «O músico compõe e toca para o disco fonográfico; o pintor desenha e pinta para a máquina fotográfica; o actor e poeta só declamam para o microfone; e o próprio homem político, o condutor de povos, deixou de arrebatá-lo com a vibração comovida da voz, o jôgo expressivo da fisionomia e a elegância do gesto, para lançar mecânicamente as suas orações pela antena da T.S.F. – Dos Demóstenes modernos já se não pode dizer o que dos seus admiradores dizia do antigo: - que não bastava ouvi-lo, mas era necessário vê-lo, para se conhecer a força de persuasão das suas orações» (id., *ibidem*, p. 6).

dominada pela Técnica, «o comando dos homens-máquinas» viesse afinal a pertencer aos técnicos⁵⁵⁹.

A estas razões genéricas, outras acresciam ligadas aos próprios processos de formação intelectual dos engenheiros⁵⁶⁰. Era neles, dizia ainda, mais que em quaisquer outros diplomados, que se conjugava de forma adequada o ensino teórico ao ensino experimental, a seu ver «muito superior como preparação mental ao ensino das ciências abstractas ou simplesmente lógicas, como o *Direito* e as *Matemáticas*», e que os capacitava em especial para a assunção de cargos dirigentes. Enfim, declarava, em sociedades hiper-mecanizadas, caracterizadas pela «expressão clara, precisa e extremamente simples dos conceitos orientadores da vida», devia corresponder clareza e precisão idêntica nos métodos de governo. A «arte de governar», dizia, tendia portanto a confundir-se com a própria «arte de organizar», que por seu turno constituía «domínio próprio dos técnicos», mais capacitados assim, pela natureza da sua formação, a assumir posições de quadros sociais. Para tal, porém, careciam de formação ao nível do que designava de ciências político-sociais – defeito reputado comum a todas as escolas, com a excepção da Escola do Exército; careciam em específico do estudo do Homem, «a primeira *matéria prima* sôbre que um dirigente tem de actuar», «base insubstituível de tóda a produção». A função social do engenheiro, nos termos da sua definição, tornava aliás evidente a necessidade de «conhecer não só o homem-organismo ou o homem-máquina; mas o homem-psíquico, célula ou unidade componente dos grupos sociais primários e da própria nação»⁵⁶¹.

A conclusão impunha-se com naturalidade: a necessidade de sacrificar algumas cadeiras puramente técnicas em nome da intensificação do ensino da

⁵⁵⁹ Id., *ibidem*.

⁵⁶⁰ A este respeito o autor fazia questão de distinguir os engenheiros de outros «técnicos»: «Nos últimos anos tomou-se tal gôsto pela palavra que nos aparecem técnicos e técnicas das mais espantosas especialidades. § O modesto funcionário que varre as ruas é um técnico de limpeza municipal; o escriturário que alinha os algarismos de uma factura ou de uma conta corrente, é um técnico de contas; o enfermeiro que aplica os pensos nos membros chagados dos lázaros, é o técnico das ligaduras e assim para tódas as práticas e profissões. Há a técnica dos artistas teatrais, dos oradores de sessões de empossamento, das manicures, dos redactores de leis, dos vendedores de automóveis, dos pregoeiros de leilões e dos informadores de jornais. Mas a técnica de que eu falo é a que se ensina neste Instituto, e nas chamadas escolas técnicas e profissionais dos diversos graus. É, – se quiserem uma definição, aliás insuficiente –, o conjuncto de conhecimentos teóricos e práticos aplicados à utilização, para fins sociais, da matéria e das forças da natureza» (id., *ibidem*, p. 5).

⁵⁶¹ Id., *ibidem*, p. 9.

Organização, em específico da Organização científica do Trabalho, e da correspondente inclusão, entre as disciplinas formativas, da Sociologia – o que de resto, e a seu tempo, viria de facto a suceder.

Menos arrebatado nas suas formulações e movido por inquietações humanistas mais manifestas, preocupações semelhantes haviam conduzido Azevedo Gomes, em 1932, a conclusões idênticas: *A função social do agrónomo*, tal como a entendia, compelia-o a uma participação activa não só no *tratamento* mas também, por consequência, no *estudo* dos problemas sociais rurais. Desígnios que neste caso particular beneficiariam de forma relativamente precoce (e como teremos oportunidade de ver em pormenor) do empenho interventor do Estado em domínio agrário, consubstanciado em medidas apontadas à economia e à sociedade rurais no âmbito da Lei de Reconstituição Económica, de 1935 – em concreto, florestação de baldios, obras de hidráulica agrícola e iniciativas de colonização. Tal como vimos, as mesmas preocupações voltariam ainda a ter tradução naquelas «Cartas a um aluno», onde em 1934, antecipando-se a esse arranque reformista, Azevedo Gomes pugnaria pela *utilidade social* da actividade agronómica. A publicação da terceira e derradeira dessas cartas, em 1937, parece no entanto ter aguardado pela decisiva mobilização estatal dos engenheiros agrónomos para a intervenção técnica nos campos, de que a criação da Junta de Colonização Interna (em 1936) se assumirá como sinal mais aparente, e pela conclusão do *Inquérito Económico-Agrícola*, nesse mesmo ano. A este respeito talvez não seja demasiado ousado vislumbrar num e noutro evento, à vez, o formato corpóreo de uma nova mentalidade que voltava a reputar de necessária e o modelo concreto de investigação por que desde há muito pugnava. Senão vejamo-lo.

Tratava-se agora de clarificar, nesse último texto e à luz das considerações anteriores, o significado do relatório final e as características a que deveria obedecer⁵⁶². Como último acto académico (e desde logo como prova da futura capacidade profissional) nele se simbolizava também o primeiro passo na vida técnica dos finalistas. Devia ter por isso em conta, nos seus objectivos, justamente «o género de trabalhos que esperam o técnico, quando em pleno campo de

⁵⁶² [Mário de] Azevedo Gomes, «Cartas a um aluno», *Agros*, ano XX, n.º 2, Março-Abril de 1937, pp. 51-54.

actividade, e sobretudo aquele conjunto de trabalhos que representam as exigências profissionais mais comuns»; enfim, trabalhos que expressivamente designava de *agronomia de clínica geral*. «Agrónomos de campo», autêntica «tropa de choque» – assim se podiam designar os que enveredavam por essas profissões técnicas e a quem pertencia «a primeira linha de combate na luta travada e a travar». Corresponderiam por isso melhor aos objectivos do último trabalho as provas que mais perfeitamente se ajustassem a demonstrar solução «para qualquer problema da vida agronómica correnteia»⁵⁶³. Sucedia-se assim o referido convite à execução das chamadas «monografias agrícolas», consideradas afirmação bastante (a melhor, depreende-se) de que o finalista viria a ser, na prática profissional, «*elemento bem apetrechado, consciente, autónomo, útil, portanto, para o esforço técnico colectivo*»⁵⁶⁴.

Apelo esse que, como dissemos, viria não só a ser cumprido mas também expressamente invocado por alguns daqueles que lhe corresponderiam.

DA PRÁTICA À TEORIA: TRABALHOS DE CAMPO

A partir de 1938 (e progressivamente) despontará então na lista de relatórios finais entregues no ISA uma subsérie de extensas monografias agrícolas dedicadas a várias freguesias do país que se prolongará de modo quase ininterrupto por cerca de quinze anos⁵⁶⁵. Concentradas sobretudo no primeiro terço desse período, até 1943 (perfazendo quase duas dezenas), continuarão depois dessa data a comparecer naquela lista de forma mais ou menos regular pelo menos até 1953, a ritmo inferior porém (menos de uma dezena) e após uma interrupção de três anos (até 1946).

Por recurso mais ou menos fiel à primeira parte do questionário do *Inquérito Económico-Agrícola* (relativa às freguesias) estes trabalhos virão então a representar outras tantas réplicas daquele (ou, para sermos rigorosos, das suas monografias

⁵⁶³ Id., *ibidem*, pp. 52-53.

⁵⁶⁴ Id., *ibidem*, p. 54.

⁵⁶⁵ Cf. a lista completa dos relatórios finais de curso entregues até 1955 no ISA em Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, op. cit..

locais). Alguns deles reclamar-se-ão mesmo desse estatuto, como no caso de *Monografia da Freguesia da Encarnação (Maфра)*, de 1940, em que o autor declarava expressamente ter-se subordinado ao «programa de conjunto» que orientara as três monografias daquele inquérito e cujo trabalho considerava aliás como natural «sequência à obra»⁵⁶⁶; ou ainda no caso de *Monografia da Freguesia de Reguengo Grande*, do mesmo ano: «Nem outra coisa seria de esperar pois nada há actualizado entre nós, que tenhamos conhecimento, a não ser esse Questionário-Guia para orientar trabalho deste género que, é óbvio, devem obedecer todos a um plano geral»⁵⁶⁷. No entanto, e não obstante as pretensões de alguns dos seus autores e o facto de muitos deles terem sido directamente orientados por Lima Basto, a selecção das freguesias monografadas não obedecerá a qualquer plano de conjunto, resultando essencialmente avulsa, determinada sobretudo pela procedência geográfica dos autores ou pela colocação dos respectivos tirocínios, dispersos local e institucionalmente⁵⁶⁸.

Vários finalistas declarar-se-ão então especificamente inspirados no trabalho de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, que destacavam face aos demais. Mas entre as motivações aduzidas pelos autores para semelhante opção, da respectiva responsabilidade, sobressairão então a empatia com as condições de vida dos trabalhadores rurais e o manifesto empenho em estudá-las. Em *Subsídios de estudo para o fomento da freguesia de Alameda*, trabalho de 1938 que inaugurava esta subsérie, invocavam-se de início algumas citações avulsas de obras diversas (nomeadamente da Constituição de 1933) que se pretendiam expressivas das preocupações económico-sociais que animavam o seu autor⁵⁶⁹. Em *A freguesia da Achadinha*, de 1940, começava-se igualmente por destacar a necessidade de investigar as causas que justificavam o nível de vida vigente do trabalhador rural e

⁵⁶⁶ António Henriques da Costa e Andrade, *Monografia da Freguesia da Encarnação (Maфра)*, Lisboa, ISA, 1940, p. III.

⁵⁶⁷ António Lopes Ribeiro, *Monografia da freguesia de Reguengo Grande (Concelho da Lourinhã)*, Lisboa, ISA, 1940, p. V.

⁵⁶⁸ Os finalistas eram colocados em diversas instituições da orgânica agronómica do Estado tais como as Brigadas Técnicas de diversas regiões, os Postos Vitivinícolas ou Postos de Culturas Regadas, ou ainda em organismos de coordenação económica como a Junta Nacional de Frutas.

⁵⁶⁹ João Martins, *Subsídios de estudo para o fomento da freguesia de Alameda*, Lisboa, ISA, 1938. O autor citava ainda A. Proença, *Aspectos Sociais* (1937) e Brito Camacho, *Questões nacionais* (1937).

de procurar meios para que subisse «em proporções aceitáveis»⁵⁷⁰. Em *Mateus. Subsídios de estudo para a sua monografia*, de 1941, entre várias razões expressas para a preferência de «trabalho de campo ao de secretária», o autor evocava primeiro o seu estatuto de «filho duma freguesia rural e duma média casa de lavoura» – onde aprendera a participar de todos os serviços de campo e a apreciar os «esforços, canseiras e suores» que lhes eram inerentes; aí aprendera também, dizia, a apreciar a injustiça da «superioridade desdenhosa» com que o operário das fábricas olhava para o trabalhador rural, «para o que “ainda não largou a enxada”». Declarando-se ainda «mais amigo da prática do que de certas teorias» e, afirmava, dizendo-se apoiado nessa preferência pelo estudo da Economia Rural (pelo «Mestre» e pela «Ciência»), assim se radicara nele a ideia de se dedicar ao «estudo das condições de vida da gente do campo» e de contribuir «para melhorar as condições de vida profissional e social e atenuar as injustiças e misérias de vária natureza que ainda existem nos nossos meios rurais»⁵⁷¹.

Seria porém nas palavras de Azevedo Gomes em «Cartas a um aluno» que este finalista e outros como ele encontrariam incentivo directo para a execução destas monografias agrícolas (como o comprova a correspondente referência bibliográfica em muitas delas e as citações dali vertidas, noutras). Era justamente com essa referência que abria a introdução do já referido trabalho sobre Alameda: «Os artigos do meu ilustre Prof. Mário de Azevedo Gomes, insertos no “Agros”, com a epígrafe “Cartas a um Aluno”, deram-nos o estímulo para abraçarmos trabalho de campo de preferência ao de laboratório»⁵⁷². Era também assim que, em 1943, se encetava o texto de *A freguesia de Requeixo (Aveiro). Subsídios para o seu estudo económico, social e agrícola*: «Enfileirando, portanto, naquela “tropa de choque”, como diz o Exmo. Prof. Azevedo Gomes, ao referir-se aos agrónomos de

⁵⁷⁰ José Soares, *A freguesia da Achadinha (estudo económico-agrícola)*, Lisboa, ISA, 1940, p. 2: «Três foram as questões sobre que mais incidiu a minha atenção: o nível de vida do trabalhador rural; a grandeza da exploração agrícola; a renda e as formas de exploração. § Por que é que a vida do trabalhador rural se fixou no nível actual? O que há a fazer para que este suba em proporções aceitáveis? § O que levou a exploração agrícola a fixar-se na grandeza actual? Como se modificará este estado de cousas no que ele tem de ruinoso? § Como se coadunará a renda com o abandono da terra pelos proprietários que em melhores condições a poderiam explorar? § Os inquéritos que realizei deram-me elementos para responder aos porquês que acabo de formular e habilitam-me a admitir hipóteses sobre concretas e futuras formas de modificar para um melhor sentido o estado de cousas actuais».

⁵⁷¹ Agnelo Galamba de Oliveira, *Mateus. Subsídios de estudo para a sua monografia*, Lisboa, ISA, 1941, pp. 9-10.

⁵⁷² João Martins, *Subsídios de estudo para o fomento da freguesia de Alameda*, op. cit., p. 1.

campo – em “Cartas a um aluno” –, podemos contactar directamente com os inúmeros e sempre novos problemas da vida prática»⁵⁷³. Era finalmente assim que em *A freguesia de Troviscal (Oliveira do Bairro)*, de 1946, se fazia o balanço brioso da experiência de investigação no terreno: «Sentimos prazer em anunciar que não deslustrámos aquela «tropa de choque» – expressão feliz do nosso Mestre Ex.º Prof. Mário de Azevedo Gomes, em “Cartas a um aluno” (...) porque resolvemos, ou abrimos o caminho para isso, os inúmeros problemas que, na vida prática, se nos depararam»⁵⁷⁴.

Em concreto, entre alguns relatórios menos elaborados avultarão outros de composição verdadeiramente notável, como os atrás referidos ou ainda *A Freguesia de Alvalade (Subsídios para um estudo económico-agrícola)* e *Monografia da Freguesia de S. Cipriano de Pinheiros*, ambos de 1941, para citar mais dois exemplos apenas⁵⁷⁵. Do conjunto sobressairá antes de mais o detalhe com que se desenvolverão os inúmeros itens constantes da primeira parte do questionário de *Inquérito Económico-Agrícola*, anotados sucessivamente para cada uma das freguesias estudadas e contemplando, como naquele, os seus aspectos naturais (topografia, hidrologia, meteorologia, etc.) e outros específicos das respectivas economias agrícolas (produção agrícola, consumo, comércio, capitais, mão-de-obra, propriedade, etc.). Mas desse conjunto sobressairá ainda a atenção conferida a aspectos sociais, desde logo em capítulos genericamente dedicados à «População e trabalho agrícola» (onde, para além da estatística descritiva daquela, se anexarão algumas generalidades acerca de especialidades profissionais existentes, respectivos salários e ainda, muitas das vezes, sobre alimentação e habitação); e sobretudo em monografias de famílias de classes sociais inferiores, primeiro incluídas naquele capítulo, na qualidade de «exemplos», depois à sua margem, com dignidade de capítulo próprio.

O significado dessa separação seria destacado pelos próprios finalistas, por via de argumentários onde sentimentos humanistas se associavam à evocação

⁵⁷³ Manuel Simões Pontes, *A freguesia de Requeixo (Aveiro), Subsídios para o seu estudo económico, social e agrícola*, Lisboa, ISA, 1943, p. I. O autor colaboraria no segundo volume de *Inquérito à Habitação Rural*, em parte dedicada à Beira Litoral.

⁵⁷⁴ Manuel de Oliveira Silvestre, *A freguesia de Troviscal (Oliveira do Bairro)*, Lisboa, ISA, 1946, p. 7.

⁵⁷⁵ António Luís Seixas Felix da Cruz, *A freguesia de Alvalade (Subsídios para um estudo económico-agrícola)*, Lisboa, ISA, 1941; Luís Matos Salazar d’Eça, *Monografia da Freguesia de S. Cipriano de Pinheiros (Concelho de Monção)*, Lisboa, ISA, 1941.

expressa da necessidade de «apuramento da raça». Um deles, antecedendo a apresentação de três monografias sucessivamente dedicadas a trabalhador temporário, trabalhador permanente e pequeno proprietário, começava então por afirmar:

Embora êste capítulo seja dos mais ingratos, não quisemos apresentar o nosso modesto trabalho sem nêle o incluirmos, pois, seria como uma casa de habitação regularmente construída a que faltassem as portas e janelas. § Não nos demoramos a justificar a importância dêstes estudos, mostrando quão baixo é o nível de vida dos trabalhadores de campo e quão preciso é resolver êsse problema antes que a raça acabe de se definhar⁵⁷⁶.

Justificações que eram comuns a outros trabalhos idênticos, onde se lhes dedicava igualmente capítulo autónomo:

Saber a maneira como vivem as pessoas menos abastadas tem muito interêsse, principalmente se se tem em vista melhorar a sua situação. § Sabendo-se que, de entre todos os países da Europa, somos talvez aquele em que há mais baixos níveis de vida, devemos todos trabalhar para que se remedeie o mal, cuja única solução consiste em criar mais riqueza. (...) Como adiante se verá, o nível de vida da freguesia não serve para aquilatar do que vai por esse Portugal além, visto o que observámos na nossa excursão do 5.º ano de Agronomia. § Sensibilizou-nos tanto que escolhemos êste trabalho⁵⁷⁷.

A tendência geral para a disjunção analítica entre aspectos económicos e sociais no conjunto dos relatórios finais de curso será de resto notória, na evolução destas monografias agrícolas, não só na emancipação das monografias familiares mas também – e de modo simétrico – na autonomização dos «resultados

⁵⁷⁶ Agnelo Galamba de Oliveira, *Mateus. Subsídios de estudo para a sua monografia*, op. cit., p. 113.

⁵⁷⁷ Manuel de Oliveira Silvestre, *A freguesia de Troviscal (Oliveira do Bairro)*, op. cit., p. 566.

económicos» das «explorações» (de cada uma das «unidades económico-sociais» inquiridas) – que passarão entretanto, a partir de 1940, a figurar igualmente em capítulo próprio⁵⁷⁸ (facto a que não terão sido provavelmente alheias eventuais orientações de Lima Basto que em 1941 dava à estampa *Contas de Exploração. Contas de Cultura*, onde apelava à uniformização dos procedimentos de contabilidade agrícola e onde sublinhava a importância económica do seu estudo⁵⁷⁹). A substituição da segunda parte do questionário de *Inquérito Económico-Agrícola*, relativo às «unidades económico-sociais», pelo questionário de *Inquérito à Habitação Rural*, entretanto dispensado por Lima Basto aos seus orientandos e já exclusivamente dedicado à família e à respectiva habitação, começará por intensificar aquela disposição disjuntiva que, no estrito âmbito destes trabalhos, não se verá consumada senão após a morte daquele, em 1942, então com prejuízo relativo para os aspectos sociais. De facto, nas poucas monografias agrícolas entregues depois dessa data, já sob o impulso de Henrique de Barros (que assumira entretanto a regência da cadeira de Economia Agrícola), predominará uma perspectiva mais centrada na «empresa agrícola», em detrimento da família que a explorava⁵⁸⁰.

Seria no entanto na progressiva vulgarização das metodologias associadas ao conceito de «níveis de vida» que aquela disjunção teria o seu sinal mais aparente. E tê-lo-ia desde logo, ainda nesta série de trabalhos, numa interessante monografia de 1940, *A freguesia de Alvite. Subsídios para o seu estudo económico, social e agrícola*, onde as 9 monografias familiares apresentadas no final do volume em jeito de anexo, mais do que para ilustrar aspectos genéricos do modo de vida (mais do que «casos-tipo» ou «exemplos», portanto) serviriam aí de base a minucioso estudo dos «orçamentos familiares», em rubrica própria e em capítulo especificamente dedicado

⁵⁷⁸ Sensivelmente a partir de 1941, várias destas monografias passarão a apresentar um capítulo dedicado aos «resultados económicos» das explorações estudadas, englobando os resultados apurados pelas respectivas «contas de cultura» que constavam já de monografias anteriores.

⁵⁷⁹ E. A. Lima Basto, *Contas de exploração. Contas de cultura*, Lisboa, Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Ministério da Economia, 1941.

⁵⁸⁰ Ainda assim não se deixará de aludir de forma sistemática às condições gerais de subsistência da força de trabalho agrícola. Na viragem da década de 1940 para a década seguinte, já sob a regência de Eugénio Castro Caldas e sob sua orientação, em duas outras monografias agrícolas, voltará a recorrer-se à composição de monografias familiares (cf. José Henrique da Fonseca Peixoto, *Monografia da freguesia de Vale de Santarém*, Lisboa, ISA, 1949; Alexandre Mário Carvalho Caldas, *Monografia da freguesia de S. Vicente do Paul, concelho de Santarém*, Lisboa, ISA, 1953).

ao «trabalhador rural»⁵⁸¹. Ali começava-se justamente por invocar palavras de Lima Basto, alusivas aos objectivos gerais daquele procedimento, a que o autor acrescentava outras que delimitavam os seus próprios propósitos: «“Um orçamento familiar dá a imagem do nível económico da vida da família” diz o Prof. E. A. Lima Basto na sua conferência intitulada “Níveis de vida e custo de vida”. Atentando naquelas palavras, nós pretendemos dar uma ideia, tanto quanto possível real, do modo de *vida habitual* dos habitantes da freguesia de Alvite»⁵⁸². À análise global das «receitas» sucedia-se a discriminação colectiva das «despesas», contrastadas nos respectivos «saldos», que em todos os casos contemplados resultavam «deficitários» (vd. quadro 4); análise financeira que se via ainda complementada pela descrição e análise exaustiva dos consumos das famílias, repartidos pelas alíneas de despesa consagradas (de acordo com as normas emanadas do Bureau International du Travail) e ponderados pelas chamadas «unidades de consumo», de modo a permitir comparações entre famílias (com base em escala organizada por Arrigo Serpieri, director do *Istituto Nazionale di Economia Agraria* italiano)⁵⁸³. Das respectivas proporções extraía-se finalmente todo o significado social do estudo, resumido na declaração incontestável do «baixo nível de vida do habitante da freguesia»⁵⁸⁴.

Já relativamente à margem desta subsérie de monografias agrícolas mas ainda no mesmo âmbito da investigação económico-agrícola no ISA, esse mesmo conceito («níveis de vida») viria a revelar-se central a dois outros relatórios de licenciatura, do ano seguinte (1941), entregues por dois finalistas directamente envolvidos em *Inquérito à Habitação Rural*. Elgar Laborde Basto, tendo embora tirocinado na Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola (estágio de que resultara o correspondente relatório de tirocínio, «Correcção das valas da lezíria da eira»⁵⁸⁵),

⁵⁸¹ João Cândido Ventura da Cruz, *A freguesia de Alvite (Moimenta da Beira). Subsídios para o seu estudo económico, social e agrícola*, Lisboa, ISA, 1940. A respeito do capítulo onde se encontravam compiladas as monografias de unidades económico-sociais o autor afirmava: «Inclue este capítulo todas as monografias por nós elaboradas, às quais nos reportamos sempre nas nossas conclusões, quer para delas tirar directamente os elementos necessários, quer para confirmação dos resultados a que chegámos por observação local ou por inquérito». (p. 233).

⁵⁸² Id., *ibidem*, p. 143.

⁵⁸³ Cf. id., *ibidem*, p. 149. Através das «unidades de consumo» ponderavam-se os consumos relativos dos membros de cada agregado familiar de acordo com as necessidades individuais estimadas em função das respectivas idades e sexo.

⁵⁸⁴ Id., *ibidem*, p. 157.

⁵⁸⁵ Elgar V. C. D. Laborde Basto, [*Correcção das valas da Lezíria da Eira*], Lisboa, ISA, 1941.

aproveitara antes dados colhidos no curso daquele inquérito nacional para redigir *Subsídio para o Estudo Económico-Social dum Rendeiro Minhoto*, sobre uma exploração agrícola de Ribeira, em Vale de Bouro – justamente uma das localidades tratadas no primeiro volume daquela obra, em secção consagrada ao Alto Minho⁵⁸⁶. A uma primeira parte dedicada às condições agro-climatéricas da região, seguia-se estudo económico-social propriamente dito, do qual figuravam elementos respeitantes à exploração (contratos, contas de cultura, capitais e resultados económicos) e à família. Relativamente a esta, em capítulo próprio («Condições de vida do caseiro da exploração da Ribeira»), e após algumas considerações genéricas acerca do agregado familiar e da respectiva habitação, apresentava-se descrição pormenorizada do respectivo orçamento e estudo individualizado das parcelas referentes a consumos domésticos. Despesas com alimentação, habitação, aquecimento e iluminação, vestuário, calçado e roupas de casa, e, finalmente, despesas consideradas diversas (apenas aludidas, por serem praticamente inexistentes) viam-se aí sucessivamente esmiuçadas e percentualmente confrontadas com os encargos globais, veiculando não só o seu carácter efectivo mas igualmente a sua importância relativa. Vale a pena derivar por um momento para o conteúdo deste trabalho para deixarmos convenientemente indiciada a vocação sociológica da metodologia que o suportava.

Finais da década de 1930, Ribeira, Alto Minho. Família composta por caseiro de 67 anos – descendente de antigos caseiros e que nunca saiu das terras de Basto – pela mulher, dois filhos e uma filha adultos, a esposa de um deles e ainda 3 netos, de tenra idade. Indivíduos rígidos e fortes, talvez devido à própria selecção da natureza. São de corpo e de espírito, acostumados a vida isolada, conhecem apenas o seu senhorio e restantes habitantes do local – também eles essencialmente conservadores, fatalistas, desconfiados. O que sabem da vida e da arte da agricultura receberam-no de herança, de seus pais, e intacto o transmitirão a seus filhos. Vivem solitários em sua casa, conversando sempre com as mesmas pessoas, sempre sobre os mesmos assuntos. Não há luz eléctrica e muito menos capital para adquirir

⁵⁸⁶ Elgar V. C. D. Laborde Basto, *Subsídio para o Estudo Económico-Social dum Rendeiro Minhoto*, Lisboa, ISA, 1941.

[QUADRO N.º 4]

**QUADRO COMPARATIVO DAS DESPESAS
[FREGUESIA DE ALVITE]**

N.º das monografias	U. C. Escala de A. Sempert	% das despesas sobre o total											Despesas Totais	Saldos	Despesas Totais por U.C. (A. Sempert)
		Alimentação	Habitação	Vestuário e Calçado	Iluminação e aquecimento	Diversas						Diversos			
						Total	Higiene	Instrução	Contribuições	Diversos	Diversos				
1	4,5	73,86	0,00	13,37	2,42	10,35	1,25	0,68	4,42	0,86	3,14	5,849\$10	-14\$25	1,299\$80	
2	4,0	70,34	0,00	17,59	2,83	9,19	1,36	0,84	3,83	1,05	2,11	4,750\$30	-389\$72	1.187\$575	
3	6,25	73,79	0,00	15,78	2,57	7,86	1,64	0,54	1,15	1,29	3,24	4,633\$50	-868\$07	741\$36	
4	3,625	67,89	0,00	15,20	10,60	6,31	1,24	0,00	3,60	0,00	1,47	4,357\$60	-30\$40	202\$09	
5	4,25	69,89	0,00	14,83	4,98	10,30	1,03	0,00	5,83	2,55	0,89	3,926\$00	-136\$65	923\$96	
6	2,75	66,03	0,00	15,53	7,53	10,91	0,72	0,00	6,31	3,23	0,65	3,091\$70	-10\$70	1.124\$26	
7	3,125	68,63	0,00	15,94	4,41	11,02	1,19	0,00	5,97	3,09	0,77	3,237\$15	-29\$07	1.035\$89	
8	2,25	63,94	0,00	19,53	5,69	10,84	0,64	0,00	8,21	1,37	0,62	2,091\$50	-336\$49	974\$00	
9	3,25	66,83	0,00	16,55	3,01	13,61	2,85	0,32	0,70	3,17	6,57	3.156\$40	-175\$85	971\$20	
Médias	-	69,02	0,00	16,04	4,90	10,04	1,22	0,26	4,45	1,85	2,16	-	-	-	

Fonte: João Cândido Ventura da Cruz, *A freguesia de Alvite (Momento da Esfera)*..., op. cit., p. 149. O número das monografias correspondem respectivamente a famílias de: 1) «proprietário, médio agricultor»; 2) idem; 3) «proprietário-negociante-ambulante»; 4) «proprietário, pequeno agricultor»; 5) «proprietário-jornaleiro, médio agricultor»; 6) «proprietário-jornaleiro, pequeno agricultor»; 7) idem; 8) «proprietário-jornaleiro, pequeníssimo agricultor»; 9) «negociante-ambulante».

telefonía – o seu mundo é o seu lar, os vizinhos, as terras das cercanias. Ignorantes, soçobram à falta de cultura – curvam-se em face de forças externas, que não podem dominar. Vigora porém, valha-lhes isso, um laço colectivo de solidariedade, periodicamente invocado para a realização de granjeios, próprios e alheios. Habitam uma boa casa minhota, com arrecadação e loja para animais no rés-do-chão; cozinha e quartos no primeiro andar. Entregam de renda ao senhorio os valores em géneros a que são obrigados por contrato. O pouco que acumulam, a cada ano, não chega para ascender na escada social. Mais de 80 por cento daquilo que despendem com a manutenção do lar gastam com a alimentação – milho, vinho, feijão e batata perfazem três quartos da despesa total. Ementa reputada adequada aos esforços dispendidos na lavoura, mas parca em minerais, vitaminas e proteínas. Quase nada se gasta com a casa, além do que se paga de renda; com aquecimento e iluminação apenas o que se queima na candeia e o que arde na cozinha, na lareira – que aquece, serve de fogão e proporciona distração a quem contemple as labaredas e a sua acção destruidora. O pouco que se gasta com roupa (8,53%) tem a sua expressão cabal no valor que cabe a cada membro da família – supondo que o homem equivale à unidade, a mulher a oito décimas, e uma criança a metade, o dispêndio por ano cifra-se em 66\$90 por unidade de consumo. Olhando simplesmente para a família tirar-se-ia idêntica conclusão... Resumindo, afirmava-se, ressaltava o fraco nível das condições económico-sociais das famílias⁵⁸⁷.

A disposição sociológica desta última metodologia viria a ser expressamente sublinhada por um outro finalista, também ele envolvido no *Inquérito à Habitação Rural*, num relatório final intitulado *Subsídio para um estudo dos orçamentos familiares rurais em Portugal*, igualmente de 1941, e onde se procurava explicitar os procedimentos de recolha e tratamento de informações em investigações desse tipo⁵⁸⁸. A apresentação de alguns exemplos avulsos de «orçamentos de famílias rurais» servia aqui de base a algumas considerações genéricas acerca dos factores determinantes daquilo que se denominava por «nível económico das famílias» – em concreto, as cinco alíneas convencionadas por que se repartiam as despesas domésticas. Da habitação, por exemplo, um desses factores, declarava-se poder ser

⁵⁸⁷ Cf. *id.*, *ibidem*, pp. 82-99. O parágrafo é construído com base em elementos constantes do trabalho fazendo uma utilização livre de algumas das expressões utilizadas pelo autor.

⁵⁸⁸ João da Fonseca George, *Subsídio para um estudo dos orçamentos familiares rurais em Portugal*, Lisboa, ISA, 1941.

tomada sob variados aspectos, classificáveis em dois grupos, ora destacando as «características de ordem física» («arquitectura», «construção», «dimensões», «localização»), ora salientando «características de ordem psicológica», para as quais com mais propriedade se poderia empregar o termo «social»: «[desse grupo] fazem parte a família na sua organização, natureza e suas relações com o meio exterior»⁵⁸⁹. O autor justificava-se, lançando mão de pequeno excuro conceptual que evocava, por antecipação, palavras do *Inquérito à Habitação Rural*:

Distinguem os autores ingleses os termos “house” e “home” que poderemos traduzir por “casa” e “lar”. § O conceito de “casa” é inseparável dos conceitos de família e lar. A casa é uma estrutura físico-social enquanto que a família é uma estrutura puramente social. § Fundamentalmente, o lar refere-se a uma estrutura psíquico-social, e assim como a casa pôde sêr considerada o lugar o ocupado pela organização física da família, o lar é simplesmente a forma da sua organização psicológica⁵⁹⁰.

De forma mais explícita, a concluir, apontava-se a necessidade de estudos deste tipo e a esperança de se ter assim contribuído para o seu desenvolvimento: «Não fômos os primeiros, mas esperemos não sêr também dos últimos, e assim da *Obra de todos resultará algo de grande a afirmar ao país que o Engenheiro Agrônomo português pôde prestar incalculáveis serviços no campo cada vez mais vasto e mais espinhoso da Sociologia Rural*»⁵⁹¹. A fechar invocava-se Salazar, e palavras da sua autoria, consideradas expressivas do modo como se sentira o problema que servira de mote à realização do trabalho⁵⁹².

Mais do que as motivações pessoais do autor ou a delimitação desse tipo de estudos, contudo, importa sobretudo destacar a forma como João da Fonseca George se posicionava diante do panorama da investigação agronómica. A abrir o relatório

⁵⁸⁹ Id., *ibidem*, p. 72.

⁵⁹⁰ Id., *ibidem*.

⁵⁹¹ Id., *ibidem*, p. 94 (sublinhado nosso).

⁵⁹² «Não há limite à elevação do Nível de Vida de quem trabalha; não há mal algum que este se eleve cada vez mais, em tanto quanto o comporte a economia do País» (António de Oliveira Salazar citado por id., *ibidem*, p. 94).

considerava-se a obrigação da parte do «técnico agrícola superior» em interessar-se não só pelos «problemas da ciência agronómica pura» mas também pelos «problemas económicos com a agricultura relacionados»; mas, afirmava ainda, *aos aspectos «biológico» e «económico», no «estudo da produção agrícola», outros por inerência acresciam*⁵⁹³. E especificava-os, pela convocação da correspondente área científica e à luz do que estimava ser a razão do seu apelo:

Queremos referimo-nos à Sociologia Rural, ciência inter-relacionada com muitas outras que o moderno Engenheiro Agrónomo não pôde ignorar, por estarem compreendidas no âmbito dos seus conhecimentos obrigatórios. Elevar o nível de vida do nosso trabalhador rural, é um dever de todos aqueles cuja actividade profissional com ela se encontre relacionada⁵⁹⁴.

Apreciação que se pretendia corroborada por pequeno resumo histórico dos estudos nessa área, «estudos referentes aos orçamentos familiares» (onde, entre outros, se citavam Engel e Le Play), e pela constatação do seu fraco desenvolvimento em Portugal, face a países como a Itália e a Alemanha, mas também a Rússia ou os Estados Unidos⁵⁹⁵. A este respeito em particular anotava-se a existência de avultado número de monografias que, muito embora não «especializadas», permitiam o estudo de algumas unidades económicas nacionais. Quanto a inquéritos familiares «propriamente ditos», referia-se o trabalho efectuado pelo Chefe da 2.ª Secção da Repartição de Defesa Económica do extinto Ministério do Trabalho e Previdência Social, realizado em 1916 e 1917 e envolvendo 538 famílias (a que fizemos referência mais atrás). Finalmente, e para além do *Inquérito Económico-Agrícola* levado a cabo pela Universidade Técnica de Lisboa, havia que citar ainda a conferência de Lima Basto intitulada *Níveis de Vida e Custo de Vida* mas sobretudo, «pela sua importância», os inquéritos então conduzidos pela Junta de Colonização Interna e pela Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola⁵⁹⁶.

⁵⁹³ Id., *ibidem*, p. 1.

⁵⁹⁴ Id., *ibidem*, p. 2.

⁵⁹⁵ Id., *ibidem*, pp. 5-8.

⁵⁹⁶ Id., *ibidem*, pp. 8-9.

E de facto, sublinhe-se, a dimanação e o corolário sociológicos destes dois últimos trabalhos, de Laborde Basto e de Fonseca George, mas também daquela última monografia agrícola em específico (sobre a freguesia de Alvite), não invalidam que, muito embora por recurso aos mesmos instrumentos metodológicos e em particular ao conceito de «níveis de vida», fosse já de um outro conjunto de trabalhos de investigação económico-social que viria a derivar a componente mais especificamente social da série geral de relatórios finais de curso entregues no ISA. Estruturalmente distintos das monografias agrícolas que acabámos examinar e até mesmo bastante díspares entre si (pelo menos por comparação à quase perfeita homogeneidade daquelas), não deixarão por isso de poder ser reunidos numa outra subsérie que definiremos agora por referência àquele domínio genérico de investigação (primeiro) e à respectiva procedência institucional (depois) – em concreto, organismos técnicos do Estado⁵⁹⁷. Neste âmbito, destacar-se-ão antes de mais, pela sua quantidade e pela sua importância, os relatórios finais redigidos por tirocinantes na Junta de Colonização Interna – onde de resto estagiara também o autor daquela monografia sobre o Alvite.

Por respeito à cronologia, porém, e antes de considerarmos aqueles e a sua superior relevância em capítulo próprio, começaremos por atender brevemente à acção da Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola (JAOHA) e aos relatórios com essa proveniência.

JUNTA AUTÓNOMA DE OBRAS DE HIDRÁULICA AGRÍCOLA E INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA: PRÓDIGA «SIMBIOSE»

Criada em 1930 no quadro do Ministério da Agricultura e reformulada em 1935, no âmbito das suas novas orientações, a JAOHA viria então a ser instalada em moldes

⁵⁹⁷ A lista considerada engloba todos os relatórios de licenciatura correspondentes àquela área de inquérito procedentes de tirocínios curriculares em organismos do Estado. O cruzamento dos dois critérios delimita um conjunto de trabalhos efectuados na Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola e na Junta de Colonização Interna (a que nos referiremos separadamente no correr do texto), no quadro de outros com a mesma procedência mas dedicados a outras temáticas (a que se aludirá apenas para efeitos de contextualização). Consequentemente, consideram-se igualmente excluídos trabalhos realizados no âmbito de tirocínios efectuados noutros organismos técnicos do Estado de natureza mais estritamente agrícola.

definitivos no Ministério das Obras Públicas e Comunicações como instrumento de planeamento e execução da política de hidráulica agrícola⁵⁹⁸. O seu plano de geral de actividades, desse mesmo ano, coordenava ambições e esforços desde há muito mantidos sem sucesso neste domínio e que viriam a ser agora decisivamente desenvolvidos⁵⁹⁹. Apresentada como instrumento de valorização do território, a política de hidráulica agrícola seria também associada a projectos de colonização interna pelos quais, segundo se afirmava, se pretendia proceder ao parcelamento de grandes propriedades privadas beneficiadas pela rega e à criação e fixação de novos proprietários. Para além de responsabilidades directas sobre as obras de arte que lhe incumbiam executar, a sua acção ficaria ainda marcada, a partir de 1935, pela intensa actividade técnico-científica de cariz hidráulico e agronómico, vertida na respectiva orgânica institucional (onde constava nomeadamente uma Repartição Técnica de Estudos Agronómicos e Económico-Sociais) e na qual tomariam parte inúmeros licenciados e finalistas do ISA⁶⁰⁰.

Em 1936, na sala de actos do ISA, a sessão solene de abertura do ano lectivo da Universidade Técnica servia de pretexto a um primeiro balanço da actividade da JAHOA, pelo regente da cadeira de Hidráulica Geral e Agrícola (Rui Ferro Mayer), onde se destacava justamente, para além das obras e projectos em curso, os designados efeitos sociais da política hidráulica e o papel activo que aí desempenhavam os tirocinantes e a própria Universidade. A este respeito, e após inventariação dos trabalhos realizados até à data, começava-se por sublinhar como

⁵⁹⁸ A Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola seria criada pelo Decreto n.º 18 865, de 8 de Setembro de 1930. Dela ficaria dependente a até então existente Divisão de Hidráulica Agrícola, que constava da orgânica da Direcção Geral de Fomento Agrário. Um ano volvido, a sua estrutura seria reajustada pelo Decreto n.º 20 329, de 19 de Setembro de 1931. A decisiva reorganização de 1935 seria promulgada pelo Decreto n.º 25 049, de 16 de Fevereiro desse ano. No âmbito do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, de cuja orgânica passaria a constar, a mesma Junta seria mais tarde integrada na Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos, por consequência dos Decretos n.º 37 596, de 3 de Novembro de 1949, e 37 707, de 30 de Novembro desse ano.

⁵⁹⁹ Sobre alguns dos antecedentes doutrinários e políticos das medidas de hidráulica agrícola aplicadas durante o Estado Novo vd. a interessante comunicação de Tiago Saraiva, «Paisagens Tecnológicas. O domínio das águas e a colonização de Portugal e do Ultramar», *V Congresso Ibérico Gestão e Planeamento de Água*, Faro (Universidade do Algarve), 4-8 de Dezembro de 2006.

⁶⁰⁰ Cf. Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, *Estudos, projectos e construções. Hidráulica Agrícola. Relatório de 1937*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1937. A Repartição Técnica de Estudos Agronómicos e Económico-Sociais encontrava-se dividida à data em 4 chefias entre as quais se destacava uma dedicada ao estudo social e económico das zonas de rega e beneficiação. Da referida orgânica constava ainda uma Repartição Técnica de Estudos e Organização de Projectos.

o que ordinariamente se prefere designar por obras – as albufeiras, os canais, etc. – representa apenas um *meio*, um utensílio de transformação: o facto essencial a realizar, a verdadeira *obra*, é a modificação dos processos explorativos e comerciais que a rega ou enxugo ocasionam, e a *remodelação profunda da Orgânica económica e social e uma e outra têm de ser escoradas por uma avisada assistência agronómica*⁶⁰¹.

O tema merecia desenvolvimento alargado em secção onde se apontavam algumas das consequências da rega. Se esta implicava de si a reforma do tipo de propriedade, pelo parcelamento (embora «sem as violências da expropriação», asseverava o autor), implicava igualmente a transformação do «tipo de condutor da exploração». Por seu intermédio satisfazia-se a ambição de propriedade, reputada vigente entre as classes rurais, tornando-se o agricultor no «mais desejável tipo de cidadão e um elemento estabilizador do mais alto valor social». Conseguia-se assim «escorar, pela forma mais eficaz, o edifício da ordem social, e abrigar dos vendavais da propaganda as velhas virtudes da grei»⁶⁰². Paralelamente, sublinhe-se, invocava-se ainda a potencial função do regadio no «robustecimento físico da Raça», pelo combate ao problema da alimentação que, tal como se considerava expressamente demonstrado pelo então recém-publicado *Inquérito Económico-Agrícola*, era comum não só a trabalhadores temporários e a operários rurais mas à generalidade da população portuguesa. De resto, afirmava-se, assim se explicavam em grande parte as decepções quanto aos resultados da educação física e da prática de desportos. O problema, contudo, revestia-se de particular acuidade no proletariado agrícola e, tal como se destacava, na sua capacidade de trabalho⁶⁰³.

Semelhantes considerações, proferidas na mais rigorosa atmosfera académica, eram justificadas pelo próprio autor pela invocação da «relação íntima» que afirmava existir entre os trabalhos da JAHOA e da Universidade Técnica de Lisboa (UTL)⁶⁰⁴. Facto que aliás a distinguia das demais universidades, dizia, das

⁶⁰¹ Rui Ferro Mayer, «A acção da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola – aspectos técnicos, económicos e sociais», *Agros*, ano XIX, n.º 6, Novembro-Dezembro, 1936, p. 232 (sublinhado nosso).

⁶⁰² Id., *ibidem*, p. 236-237.

⁶⁰³ Id., *ibidem*, p. 237-241.

⁶⁰⁴ Id., *ibidem*, p. 234.

clássicas em particular, no quadro da obrigação genérica que se considerava incumbir-lhe de sobrepor à sua acção cultural «uma acção decidida na vida económica do Paiz». E acrescentava, sublinhando a perfeita sintonia das respectivas missões:

Sendo assim, natural é que o seu espírito (...) tenha de constituir-se não apenas na reclusão dos laboratórios e no silêncio das livrarias, mas também no ambiente da actividade exterior, em fábricas e em estaleiros, em campos de experiência e em florestas. A comunidade dos objectivos do labor, a coordenação harmónica de esforços, o sentimento da utilidade da própria profissão e também das que a ela se associam, o acordo de ideais que germinaram em alfôbres diferentes mas que vão frutificar num só terreno, são os melhores meios de criar, extra-muros, uma forte expressão de solidarismo, que é penso eu, a fôrma típica que o nosso espírito universitário deve revestir⁶⁰⁵.

Exemplar «simbiose», tal como se sugeria, mutuamente vantajosa para ambos os organismos e que tinha a sua tradução mais imediata, por um lado, no preenchimento do quadro técnico da Junta com pessoal oriundo das duas escolas da UTL envolvidas – Instituto Superior Técnico (IST) e ISA – e, por outro, no número elevado de tirocinantes que haviam «completado a sua formação» com um período de aprendizagem naquela instituição. Em dois anos apenas, entre a data da sua reorganização e finais de 1936, 21 alunos ou recém-diplomados do IST e 14 do ISA colaborariam nos projectos então em estudo ou em execução. Caso para dizer, efectivamente, e tal como fazia o autor, que «Os trabalhos da Junta têm sido pois, para os antigos estudantes da Universidade Técnica de Lisboa, um verdadeiro seminário, um prolongamento da vida escolar no campo da aplicação (...)»⁶⁰⁶.

E realmente, ao reforço da política hidráulica e à acção da JAOHA corresponderia não só o reforço da componente prática na formação dos alunos do ISA mas também uma reorientação de parte da investigação científica aí realizada,

⁶⁰⁵ Id., *ibidem*, p. 235.

⁶⁰⁶ Id., *ibidem*, pp. 234-235.

consubstanciada no desenvolvimento dos relatórios finais de licenciatura. A partir de 1935 tornar-se-ão correntes as temáticas de hidráulica agrícola numa lista onde até então não constavam senão cerca de meia dezena de trabalhos nessa área e onde passarão a sobressair tópicos mais estritamente hidrotécnicos (nomeadamente projectos de rega, enxugo e nivelamento) entre outros apenas indirectamente relacionados com o regadio, embora subordinados às possibilidades e efeitos da sua aplicação⁶⁰⁷. Grande parte deles, aliás, virá a ser efectuada no próprio quadro institucional da JAOHA, justamente no âmbito dos tirocínios que alguns finalistas do ISA ali realizariam e no quadro dos diversos estudos prévios aí efectuados, com vista à delimitação das condições hidrológicas, agronómicas, económicas mas também sociais das obras de hidráulica⁶⁰⁸.

Seria esse o caso, por exemplo, de *Estudo económico comparativo das explorações agrícolas de sequeiro e regadio em Agra do Bougado*, relatório de licenciatura de 1935 redigido por finalista integrado numa dessas campanhas de estudos e de cujo estágio dava conta o correspondente relatório de tirocínio, *Aspecto económico da exploração agrícola da Agra de Bougado*, do mesmo ano⁶⁰⁹. Sugerido pela chefia dos serviços agronómicos da Junta, por sua via procurava-se determinar em específico o preço por que se poderia vir a pagar a água irrigada na região. O autor agradecia em especial a Lima Basto e a Rui Mayer, pelos esclarecimentos quanto às orientações a seguir, e ainda a Mário de Azevedo Gomes (que por então dirigia ainda a Estação Agrária Central), pelo elementos fornecidos⁶¹⁰. Tratava-se de uma das primeiras instâncias desse regime de colaboração que tão profícuo se viria a revelar durante as duas décadas seguintes, em particular na referida Repartição Técnica de Estudos Agronómicos e Económico-Sociais, de onde por recurso a métodos adoptados no ISA, nomeadamente em *Inquérito Económico-Agrícola*,

⁶⁰⁷ Cf. uma vez mais a lista completa dos relatórios finais de curso entregues até 1955 no ISA em Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior (op. cit.)*.

⁶⁰⁸ Conclusões vertidas nomeadamente nos relatórios de actividade da Junta. Vd., por exemplo, Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (Ministério das Obras Públicas e Comunicações), *Estudos, projectos e construções. Hidráulica Agrícola. Relatório de 1937, op. cit.*

⁶⁰⁹ Manuel de Lencastre Araújo Bobone, *Estudo económico comparativo das explorações agrícolas de sequeiro e regadio em Agra do Bougado*, Lisboa, ISA, 1935 e id., *Aspecto económico da exploração agrícola da Agra do Bougado*, Lisboa, ISA, 1935.

⁶¹⁰ Id., *ibidem*, p. 6. O autor agradecia ainda a Eduardo Mendes Frazão, Chefe da Divisão dos Estudos Económicos e Chefe da Divisão dos Estudos Fisiográficos da Estação Agrária Central.

viriam então a surgir, entre outros de mais estrita inclinação agrícola, alguns relatórios daquela natureza.

Era precisamente com essa referência bibliográfica que se abria *Monografia de uma unidade económico-social*, relatório entregue em 1936 por finalista do ISA tirocinante na JAOHA encarregado do estudo de várias unidades económico-sociais na região do Ribatejo, ainda antes da reestruturação da Junta (e por indicação do falecido Mário Fortes, que entretanto transitara da Direcção Geral de Acção Social Agrária para a Direcção dos Serviços Sociais e Económicos daquele organismo)⁶¹¹. Já após a reorganização da JAOHA, em 1935, suceder-se-iam na mesma lista outros trabalhos de investigação económico-social, de âmbito mais alargado, destinados a apurar as condicionantes preliminares e os potenciais resultados da beneficiação hidráulica nas futuras zonas de intervenção. A este título refira-se *Elementos para o estabelecimento do regadio numa Zona do Vale do Sorraia. Aspecto agronómico e económico-social*, relatório final de curso de 1938 expressamente indicado pela chefia da repartição técnica da JAOHA encarregue desses estudos, com vista à determinação dos efeitos que poderiam advir da construção de quatro barragens⁶¹²; refira-se ainda *Vale de Soure. Inquérito Económico-Agrícola* (1939), executado por finalista incumbido do estudo hidrológico dos vales secundários do Mondego, com o objectivo declarado de «dar algumas indicações sobre a vantagem e a viabilidade da realização de determinadas obras de beneficiação hidráulica que muito contribuiriam para melhorar a condição social do pequeno agricultor do vale»⁶¹³. Destaque-se finalmente o excelente *Vale do Pranto. Estudo agronómico e económico-social*

⁶¹¹ Miguel Caeiro Carvalho Rico, *Monografia de uma unidade económico-social*, Lisboa, ISA, 1936. Do mesmo ano e no mesmo âmbito mas sem referência à Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola ou a qualquer outro organismo oficial, refira-se o relatório de licenciatura de Manuel Eugénio de Campos Godinho, *Subsídios para o estudo económico-pecuário-social no vale inferior do Mondego*, Lisboa, ISA, 1936. A respeito da componente social da obra, o seu autor afirmava: «Ao realizar o estudo económico-agrário e seu desenvolvimento na futura zona a regar, logo resolvi ligá-lo ao social, porquanto, ligadas ao regadio, há a desvalorização das terras altas e a fixação duma maior população, por virtude da cultura intensiva. § Calcular a mínima área, em terreno de 1.ª classe, da qual se poderiam obter os produtos necessários à alimentação duma família, ao rendimento líquido de outras culturas que seja o bastante para fazer face a todas as outras despesas incluindo até a de previdência e, ainda a alimentação duma junta de vacas, tomando como base o cálculo as necessidades médias duma família que me foram dadas a observar, era já um problema de real valor e que ousou apresentar» (id., *ibidem*, p. 72).

⁶¹² José Augusto d'Azevedo, *Elementos para o estabelecimento do regadio numa Zona do Vale do Sorraia*, Lisboa, ISA, 1938.

⁶¹³ M. F. M. Vilasboas, *Vale de Soure. Inquérito Económico-Agrícola*, Lisboa, ISA, 1939, pp. 4-5.

(1939), trabalho em tudo equivalente àqueles, embora dos primeiros entre todos os relatórios de curso a recorrer à noção de «níveis de vida»⁶¹⁴.

«No decorrer de laboriosos inquéritos, fixou-se no nosso espírito a ideia de que pelo menos no norte do paiz onde a propriedade atinge um grau de divisão incompatível com a exploração racional da terra, causas que se prendem com o baixo nível de vida das nossas população rurais são também determinantes das fracas produções verificadas»⁶¹⁵. Assim se justificava nesse trabalho singular a acção da ciência agronómica no terreno e a intervenção hidráulica em particular – com vista ao aumento da produção e de modo a fazer face àquela situação e às condições geoclimáticas, consideradas adversas. Era também por recurso àquele conceito que por cálculo indirecto se estimava de forma aproximada o número de indivíduos efectivamente abrangidos pela operação técnica «neste vale», cuja população se considerava repartida por freguesias pertencentes a diversos concelhos: «Supomos porém, não andarmos muito longe da verdade, considerando de 12000, o número de pessoas cujo nível de vida o Pranto exerce indiscutível influência»⁶¹⁶. A pretexto daquela operação, em capítulo dedicado ao «Aspecto social» da região, e para além das condições genéricas de habitação, descreviam-se ainda os salários e os horários de trabalho vigentes, invocados como causas do êxodo rural e da emigração para o estrangeiro e, no limite, da escassez de braços e, enfim, da débil produção agrícola.

Tais anotações, de par com a monografia de um pequeno proprietário da região que aqui completava a secção dedicada à população e ao seu nível de vida (e que se pretendia expressiva das «circunstâncias difíceis» em que decorria a vida do agricultor), emprestavam desde logo ténue vocação sociológica ao trabalho em causa, análoga ao de outros que na mesma altura, como vimos, começavam a ser realizados no estrito âmbito do ISA (em particular as referidas monografias agrícolas). Mas seria então através da acção da recém-criada Junta de Colonização

⁶¹⁴ Alberto Cabral Nabais, *Vale do Pranto. Estudo agronómico e económico-social*, Lisboa, ISA, 1939. Para efeitos de caracterização da actividade de investigação da Junta e da complementaridade das várias valências científicas, e do regime de colaboração mantido entre esta e o ISA, destaque-se ainda, entre muitos outros trabalhos: Francisco Dias Antunes, *Hortas da Várzea de Loures (Alguns elementos para o seu estudo económico)*, Lisboa, ISA, 1941; e Carlos Coutinho de Azambuja Martins, *Estudo de uma rede de rega na Várzea de Loures*, Lisboa, ISA, 1941.

⁶¹⁵ Alberto Cabral Nabais, *Vale do Pranto. Estudo agronómico e económico-social*, op. cit., pp. III-IV.

⁶¹⁶ Id., *ibidem*, p. 219.

Interna (JCI) que, como dissemos, por recurso à aparelhagem metodológica associada ao conceito de «níveis de vida» e por via de regime de parceria com o ISA em tudo idêntico ao estabelecido por este com a JAOHA, se viria ali a constituir uma área de estudos sociais. Em termos gerais, a importância relativa daquela instituição na orgânica dos serviços agrícolas do Estado pode ser aferida desde logo pelo número de licenciados do ISA que entre 1937 e 1955 terão por destino profissional a JCI (57, no total), que absorverá mais do dobro dos diplomados incorporados na JAOHA (22) e que se assumirá assim, ao longo de quase duas décadas, como o segundo maior empregador de engenheiros agrónomos em Portugal (logo após a Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, com 255 agrónomos e 81 silvicultores)⁶¹⁷. Importa porém ressaltar desde já, entre as suas atribuições genéricas, a incumbência específica de criar colonatos agrícolas e a consequente necessidade de lidar mais directamente com a população; e ainda os objectivos eminentemente político-sociais, entre outros económicos, que determinavam a sua acção, nomeadamente o combate à proletarização da mão-de-obra agrícola e, no limite, a manutenção da paz social nos campos e o saneamento físico e moral da população rural.

Na realidade, mais do que um “simples” processo de reforma da agricultura, estava em causa um verdadeiro projecto de reorganização social. É o que começaremos por ver de seguida.

⁶¹⁷ Cf. Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, *op. cit.*, p. 131.

8. «AGRONOMIA DE CLÍNICA GERAL»

PELA REMODELAÇÃO TECNOLÓGICA DA GREI RÚSTICA

Sabemos hoje como o tradicionalismo conservador do Estado Novo conviveu bem com modernismos vários. E se em certos casos esse convívio expressou contradições económicas e sociais efectivas, e outras decorrentes destas e inerentes ao seu próprio poder, noutros decorreu da articulação entre meios e fins só aparentemente contraditórios. Em termos estéticos, e a título de exemplo, considere-se a evolução do arquétipo arquitectónico do regime, inicialmente espartilhado entre o nacionalismo tradicionalista dos velhos proponentes da «Casa Portuguesa» e o racionalismo modernista de uma nova geração de arquitectos familiarizados com as novas linguagens internacionais e à procura de afirmação⁶¹⁸: é verdade que a prazo a hegemonia dos primeiros acabaria por prevalecer, mas nem por isso se deixaria de começar por convocar os segundos para projectar o poder de uma nova autoridade técnica, burocrática e financeira – a este título refiram-se os casos emblemáticos dos moderníssimos Instituto Superior Técnico, Instituto Nacional de Estatística e Casa da Moeda; mas também, e de forma perfeitamente sintomática, para exaltar a própria tradição e história nauta – a este respeito, a Exposição do Mundo Português de 1940 marcaria o culminar dessa pródiga simbiose entre modernismo artístico e Estado Novo, que de resto não se cingiria à arquitectura⁶¹⁹. Diga-se a propósito que a nível

⁶¹⁸ Sobre a arquitectura portuguesa durante o período do Estado Novo vd., entre outros, José Manuel Fernandes, «Os modelos na arquitectura dos anos 40 em Portugal», em *Lisboa: Arquitectura & Património*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pp. 117-124; José Manuel Fernandes., «Habitação – Tecnologia e urbanismo», em Joel Serrão, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. VIII, *op. cit.*, pp. 169-170; Nuno Teotónio Pereira, Nuno, «A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959», em AAVV, *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia*, vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 323-357; e José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, *op. cit.* A propósito do argumento avançado vd. Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito», 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999; e João Leal, *Etnografias Portuguesas*, *op. cit.*, cap. 4 («Um lugar ameno no campo: a casa portuguesa»), p. 121.

⁶¹⁹ Cf. Júlia Leitão de Barros, «Exposição do Mundo Português», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, *op. cit.*, pp. 325-327.

da propaganda, e no domínio das artes visuais (mas de outras também), nada obsteu a que novos formalismos dessem curso aos arcaísmos ideológicos do regime⁶²⁰.

De forma mais alargada, a afirmação das virtudes da «grei agrária», embora tenha começado por se sobrepor a uma aposta decisiva na industrialização, não impediu o florescimento de uma crença alargada na técnica e na ciência aplicadas à condução de economia e sociedade – efectivada apenas de forma moderada, é certo, e sempre sob estrito controlo superior. Mais a mais, terá sido precisamente em domínio agrário que primeiro se terá expressado uma «utopia tecnocrática» que só se viria a manifestar plenamente já para lá da década de 1940 e onde pontuariam os mais destacados apologistas da modernização económica, entretanto chamados a ocupar importantes cargos da administração pública⁶²¹. Num e noutro caso, a promoção de quadros técnicos a funções dirigentes fez-se em boa parte pela acção do ministro Rafael Duque, que, no início daquela década (então como ministro da Economia), convidaria economistas de renome para ocupar posições de destaque na direcção do desenvolvimento industrial (nomeadamente Ferreira Dias, para a Subsecretaria de Estado da Indústria⁶²²), já depois de ter convocado os agrónomos

⁶²⁰ Jorge Ramos do Ó, *Os Anos de Ferro, op. cit.* O mesmo pode ser dito, de facto, relativamente à música e à literatura. A este respeito vd., respectivamente, Manuel Silva, «*La musique a besoin d'une dictature*»: *musique et politique dans les premières années de l'État nouveau portugais*, tese de doutoramento, Universidade de Paris 8, 2005; e Luís Trindade, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, ICS, 2008.

⁶²¹ Entre eles destaquem-se José Ferreira Dias, que em 1940 passaria da Junta de Electrificação Nacional para a subsecretaria de Estado do Comércio e Indústria (vd. nota seguinte); João Ferreira do Amaral, que transitaria sucessivamente da Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos (onde assumira funções técnicas) para a mesma subsecretaria de Estado (como secretário do primeiro), depois para o Ministério da Economia (como secretário do ministro Daniel Barbosa, 1947-48) e ainda para a chefia da direcção-geral dos Serviços Industriais (1948); e, finalmente, o próprio Daniel Barbosa, que depois de assumir funções técnicas na Administração dos Portos de Douro e Leixões e ser designado para o cargo de governador do Distrito Autónomo do Funchal, seria então indicado, em 1947, para ocupar a pasta da Economia.

⁶²² Licenciado em Engenharia Electrotécnica e Mecânica pelo Instituto Superior Técnico em 1924, Ferreira Dias (1900-1966) viria a ser a principal figura entre os industrialistas do regime – facto que lhe valeria o título de «pai da indústria» portuguesa. Iniciou a sua actividade profissional na CUF e foi docente do referido instituto, onde leccionou (entre outras) as cadeiras de Electricidade e de Máquinas Eléctricas. Ocuparia o cargo de subsecretário de Estado do Comércio e Indústria entre 1940 e 1944 já depois de ter sido presidente da Junta de Electrificação Nacional (1936-1940). Ficam-se-lhe a dever as duas mais importantes leis económicas do período, a Lei n.º 2002, de Electrificação do País e a Lei n.º 2005, do Fomento e Reorganização Industrial. Destacar-se-ia ainda pela redacção daquela que viria mais tarde a ser considerada a «bíblia» da ideologia industrialista, *Linha de Rumo. Notas de Economia Portuguesa*, obra publicada já depois de abandonar as suas funções governativas; e na defesa e promoção do estatuto profissional dos engenheiros, tendo sido o grande impulsionador e secretário-geral do I Congresso Nacional de Engenharia e assumindo mais tarde funções como bastonário da Ordem dos Engenheiros (1945). Regressaria uma vez mais ao governo (1958) como ministro da Economia (cf. José Maria Brandão de Brito e Maria Fernanda Rolo, «Dias Júnior, José Nascimento Ferreira», em F. Rosas e J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, *op. cit.*, pp. 266-268).

do ISA (mas também os engenheiros civis do Instituto Superior Técnico) para conduzir uma reforma geral da agricultura – em nada contraditória, diga-se, com o conservadorismo político proclamado. Na realidade, o «reformismo agrário» do Estado Novo, tal como viria a ser apresentado (e em específico nos projectos de colonização), revelar-se-ia não só compatível com aquele conservadorismo mas perfeitamente funcional para a promoção activa do modo de vida e dos valores rurais⁶²³ – desígnio que aliás se destacaria entre os seus objectivos expressos.

De facto, o principal modelo de intervenção proposto – o «casal agrícola» – deveria constituir não só o eixo de uma economia agrícola centrada na empresa familiar, mas também, e simultaneamente, instrumento fulcral de preservação e reforço da própria instituição «família», fundamento da política social do regime em domínio rural – tal como de resto acabaria por ser formalmente consagrado pela aplicação do regime jurídico do «casal de família» àquela forma de colonização⁶²⁴ –

⁶²³ Parece ser essa também a opinião de Fernando Rosas («O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal...», *op. cit.*) ao referir-se a esta tradição reformista de forma genérica: «Vemos assim que, para estes autores, colonização/rega/florestação são elos de uma mesma cadeia que liga a reestruturação fundiária à reconversão cultural: dividir ou emparceirar/colonizar/regar/arborizar/converter. Todo este processo está, aliás, profundamente marcado por uma lógica preventiva de “equidade social” que transcende o mero cálculo económico. Tratar-se-ia, pelo menos para os técnicos e autores dos anos vinte e trinta deste século, não só de melhorar a produção e a produtividade da terra – nela assentando o progresso do país – mas, simultaneamente, de criar nos campos, a partir da nova “lavoura” reestruturada e reconvertida, uma pequena e média burguesia rural, uma ampla camada social intermédia, cuja mediania e apego à terra funcionassem como principal factor moderador e de estabilidade social e política: “novos trabalhadores, com outros argumentos para a vida, outro ambiente, outra missão”, que tenham “na alma e nos lábios, em vez de uma revolta, uma oração: o milagre das estruturas agrárias equilibradas”» (p. 365).

⁶²⁴ A figura consagrada na lei previa a possibilidade de qualquer chefe de família «poder instituir um casal de família, indivisível e inalienável, não susceptível de penhora, compreendendo a casa, as dependências necessárias ao exercício de qualquer ofício, uma ou mais glebas agricultadas sob administração directa. Semelhante possibilidade remontava já à República e à aprovação do Decreto 7.033 de 16 de Outubro de 1920, que retomava no essencial o ideário condensado pelo senador integralista Xavier Cordeiro num projecto de lei de sua iniciativa de 8 de Janeiro de 1919 e que não viria a ter qualquer aplicação prática. Historicamente, o casal de família entroncava na figura jurídica do Morgado, cuja aplicação beneficiaria os grandes patrimónios das famílias aristocráticas e que viria a ser abolido em 1863 (com a exclusão da Casa de Bragança). Não obstante, e de acordo com Eugénio Castro Caldas, os propósitos de defesa da «pequena e média propriedade» viriam a inspirar ideólogos do primado da família e da função social e espiritual do respectivo património, «considerado o melhor suporte da sobrevivência institucional»; e seria assim que Xavier Cordeiro, então presidente da Junta Central do Integralismo Lusitano, começaria por apresentar em 1914 uma memória sobre o problema da vinculação para mais tarde retomar a questão no referido projecto de lei. Com o advento do Estado Novo a ideia seria recuperada pelo Decreto 18.551, de 3 de Julho de 1930, que reproduziria aquele primeiro projecto quase sem alterações. De acordo com o mesmo autor, a instalação dos primeiros casais agrícolas (em baldios e em Pegões) pela Junta de Colonização Interna viria a levantar o problema do regime jurídico da fruição desses casais por parte dos colonos. A Lei 2.014 de 27 de Maio de 1946 instituiria então formalmente o casal agrícola destinado a transformar-se em casal de família, depois de os colonos entrarem na posse definitiva, dando-lhe finalmente aplicação prática (cf. Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura na História de Portugal*, Lisboa, Empresa de Publicações Nacionais, Lda., 1998, pp. 437-438; vd. também João Lemos de Castro Caldas, *Política de Colonização Interna...*, *op. cit.*, p. 15).

e, no limite, base para o saneamento vital e moral da nação. E se é verdade que a seu tempo este impulso reformista viria a revelar-se frustrado, tendido como dissemos pelos interesses instalados da lavoura, nem por isso deixaria de começar por se afirmar de forma radical – mais, porventura, do que em domínio industrial. A profusa acção da Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola e da Junta de Colonização Interna, nos respectivos domínios de actividade, é disso o melhor exemplo e representa no seu conjunto parte de uma estratégia articulada de profunda remodelação tecnológica da economia mas também da sociedade rurais – em perfeita consonância, insista-se, com a ideologia ruralista dominante e relativamente à qual destoará tão-somente (e apenas de forma aparente) pelo carácter hiper-racionalista da intervenção, rigorosamente vertido no pendor ultra-estetizante dos núcleos de colonização projectados. Também aqui, afinal, se projectariam as sementes de um modernismo político que encontraria aliás solo particularmente fértil para germinar em regimes do tipo fascista⁶²⁵.

Em boa verdade, diga-se, semelhante modernismo não foi específico desses regimes ou sequer exclusivo dos representantes do Estado. Pelo contrário. Como também é sabido, a sua influência estender-se-ia a diversos quadrantes políticos e a amplos sectores sociais, circunstancialmente unidos por *uma confiança intrínseca no fomento científico e técnico, nos benefícios da sua aplicação alargada à produção e reprodução da vida social – e em particular na capacidade institucional do Estado para acomodar em conformidade Homem e Natureza*. Nestes seus traços formais, insinuar-se-ia tanto em ambições totalitárias, características de certos ideários de direita, como em aspirações revolucionárias de alguns movimentos de esquerda, ou ainda em programas liberais de desenvolvimento económico – dando corpo a projectos de controlo social pleno, de transformação radical das condições de produção e da vida em sociedade ou a planos dirigidos de incremento industrial⁶²⁶. E

⁶²⁵ A acepção conceptual que aqui se atribui à expressão «modernismo político» deriva da utilização que James C. Scott faz do termo «alto modernismo» (*Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1998), originalmente cunhado por David Harvey, *The Condition of Post-Modernity: An Enquiry into the Origins of Social Change*, Oxford, Basil Blackwell, 1989. A descrição que se segue procede por utilização livre mas bastante exhaustiva da definição que este autor faz daquele conceito e das atribuições que lhe imputa (cf. pp. 87-102).

⁶²⁶ A leitura que aqui se faz do que James C. Scott designa por «alto modernismo» procura destacar precisamente as suas componentes formais – e em específico a designada confiança ilimitada na técnica e na ciência aplicadas ao governo – em detrimento do progressismo ideológico que Scott lhe imputa e que em determinadas passagens do seu texto, em aparente desacordo com outras, considera ser-lhe intrínseco.

entre os seus cultores destacar-se-iam não só quadros administrativos ou dirigentes políticos mas também muitos daqueles que mais directamente ou com maior vantagem haviam desenvolvido ou se apropriariam desses instrumentos técnico-científicos para os seus próprios desígnios profissionais: engenheiros e arquitectos, para além de cientistas e técnicos, ou ainda salientes empresários capitalistas, entre outros.

Em certo sentido, semelhante ideologia pode ser considerada prolongamento da convicção iluminista na autoridade da Razão e na correspondente confiança na força do conhecimento para destinar os assuntos do Homem. Na sua afirmação plena, porém, semelhante modernismo esteve largamente dependente não só da legitimidade mas do próprio desenvolvimento dos meios burocráticos do Estado. Na

Efectivamente, na primeira definição expressa do termo, Scott começa por referir-se-lhe apenas como «a strong (one might even say muscle-bond) version of the beliefs in scientific and technical progress that were associated with industrialization in Western Europe and in North America from roughly 1830 until World War I» (p. 89) – destacando também ele os aspectos formais daquela crença. A discriminação que faz do termo, dois períodos adiante (quando o distingue daquilo que seria um modernismo *tout court*), parece confirmar esta leitura: «*High modernism is thus a particularly sweeping vision of how the benefits of technical and scientific progress might be applied – usually through the state – in every field of human activity*» (p. 90, sublinhado no original). De resto, na nota para que somos remetidos no final desta última asserção Scott afirma de forma perfeitamente explícita: «What is new about high modernism, I believe, is not so much the aspiration for comprehensive planning. (...) What are new are the *administrative technologies and social knowledge* that make it plausible to imagine organizing an entire society in ways that only the barracks or the monastery had been organized before (n. 11, p. 378, sublinhado nosso). Entre aquelas duas formulações, contudo, caracteriza substantivamente aquelas crenças, enquanto ideologia, nos seguintes termos: «At its center was *a supreme self-confidence about continued linear progress*, the development of scientific and technical knowledge, the expansion of production, the rational design of social order, the growing satisfaction of human needs, and, not least, as increasing control over nature (including human nature) commensurate with scientific understanding of natural laws (pp. 89-90, sublinhado nosso). E mais adiante afirma ainda: «*The temporal emphasis of high modernism is almost exclusively on the future*. Although any ideology with a large altar to progress is bound to privilege the future, high modernism carries this to great lengths. *The past is an impediment, a history that must be transcended*; the present is the platform for launching plans for a better future. *A key characteristic of discourses of high modernism and of the public pronouncements of those states that have embraced it is a heavy reliance on visual images of heroic progress toward a totally transformed future*» (p. 95, sublinhados nossos). Ora, aquilo que poderia não ser senão uma especificação do primeiro argumento ameaça tornar-se uma contradição efectiva quando o autor começa por admitir a existência de um «alto modernismo» de direita, de que o nazismo seria o exemplo paradigmático (p. 89) – o que aliás começa por confirmar o carácter formal da definição. Mas a contradição torna-se manifesta pela mão do próprio Scott quando afirma, primeiro, que o nazismo «is best understood as *reactionary form of modernism*. Like the progressive left, the Nazi elites had grandiose visions of state-enforced social engineering (...)» (n. 5, p. 377, sublinhado nosso), e, depois, quando a agradece a um colega (James Ferguson) por tê-lo lembrado (porventura demasiado tarde) «that *reactionary high-modernist schemes* are about as *ubiquitous* as progressive variants» (n. 6, p. 377, sublinhados nossos) – asserções que no seu conjunto embatem directamente na asserção acima citada «*The temporal emphasis of high modernism is almost exclusively on the future...*». A este respeito, a imprecisão com que designa o «alto-modernismo» ora como «ambição», «fé» (p. 88), «desejo» (p. 89), por um lado, e como «ideologia» (p. 95), por outro, parece corresponder *grosso modo* a esta hesitação. Seja como for, a caracterização genérica que Scott faz do termo conforma-se melhor àquela primeira acepção; o espírito do texto confirma-o e é a ela que recorremos quando fazemos uso da nossa expressão.

realidade, poder-se-ia mesmo dizer, um e o outro são de certa forma correlativos: a aplicação e a própria formulação de projectos de disposição racional da Natureza e do Homem requerem em vasta medida a instituição de uma grelha administrativa centralizada que cubra de forma mais ou menos exaustiva o território e a população em causa⁶²⁷; de modo simétrico, o desenvolvimento do Estado moderno pode ser também entendido como processo de extensão progressiva de uma racionalidade técnica a diferentes domínios da vida social⁶²⁸. Não cabe aqui discutir em que medida ou até que ponto é ou não legítimo considerar essa reciprocidade. Admitindo genericamente que sim e deixando em suspenso aquela determinação, cumpre pelo menos especificar que, nas suas ambições extremas, esse modernismo terá sido especialmente característico da primeira metade do século XX e de situações políticas mais ou menos autoritárias: contextos internacionais marcados pela depressão económica ou pela guerra, nomeadamente o primeiro pós-guerra, e regimes ditatoriais⁶²⁹.

Nada impede portanto que se recorra ao conceito para caracterizar genericamente pelo menos algumas medidas do regime e em específico a decisiva aposta na remodelação agrária. A opção ajudaria desde logo a compreender as afinidades electivas manifestas entre muitos daqueles que em Portugal (mas também noutros locais) podem ser considerados como seus principais proponentes (engenheiros, arquitectos, etc.) e alguns dos mais insignes desígnios fascistas, formalmente conformes àquela orientação⁶³⁰. E isto à margem da explicitação de filiações políticas directas, que bastas vezes não se verificam, ou de posicionamentos homólogos na estrutura social, entre técnicos e classes dominantes,

⁶²⁷ Cf. James Scott, *Seeing Like a State...*, *op. cit.*, caps. 1 e 2.

⁶²⁸ A este respeito vd. Michael Mann, «The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results», *European Archive of Sociology*, vol. 25, 1984, pp. 185-212.

⁶²⁹ Cf. James Scott, *Seeing Like a State...*, *op. cit.*, p. 97.

⁶³⁰ Parece ser precisamente essa a opinião do historiador João Bernardo que, a propósito de uma nota dirigida por Salazar ao país a 3 de Setembro de 1940, afirma: «Foi graças também a esta aura tecnocrática que o salazarismo conseguiu atrair apoios num âmbito muito mais vasto do que o das suas bases consagradas. Aquilo que permitiu a Quirino de Jesus e a Ezequiel de Campos transitarem do grupo da Seara Nova para os bastidores do Estado Novo e ocuparem aí posições de considerável influência foi o elitismo tecnocrático, que caracterizava tanto, na esquerda moderada, os seareiros, como na direita conservadora, os salazaristas. De então em diante, e até ao fim, o regime de Salazar jamais deixou de seduzir muitas inteligências técnicas que de modo algum se consideravam as mesmas como fascistas ou que pensavam estar acima da política. Era através das suas habilitações que esses técnicos participavam na governação, e não por efeito de quaisquer instintos políticos» (*Labirintos do Fascismo...*, *op. cit.*, p. 322).

que só aparentemente confirmam uma correspondente comunidade de interesses – por vezes inferida de modo circular da função reguladora que efectivamente ocupam no sistema político-económico. Semelhante assunção não significa aliás que esses técnicos não estejam cientes do papel social que desempenham, como de resto aparentam estar (se tomarmos como exemplo os casos atrás aferidos); ou que a adopção desse papel seja determinada por pura aspiração à ciência e à técnica. Independentemente da sua génese, sabemos como os desígnios abstractos da nação e do Estado que movem de forma explícita o sentido de responsabilidade tecnocrático são mais que mero disfarce ideológico dos interesses economicamente dominantes ou simples instrumentos filosóficos de narrativas progressistas: possuem força performativa própria e inflamam de si mesmos os procedimentos de racionalização social de que os técnicos são agentes – ou, de forma mais prosaica (e especificando uma das variantes do argumento), que geram boa parte das funções que os técnicos desempenham e dos cargos que ocupam⁶³¹.

Em contrapartida, a mesma opção ajudaria ainda a enquadrar devidamente o protagonismo que eles próprios reclamam e que de facto lhes será reconhecido. Na realidade, não está apenas em causa o seu prestígio social acrescido ou a sua preparação intelectual genérica para assumir postos dirigentes – em função de um novo «espírito do tempo», dominado pela «técnica», e em suposta e correspondente consonância. Em larga medida, são as suas competências específicas, enquanto técnicos, e o acréscimo progressivo das suas responsabilidades, a nível do Estado, que os elevam a novos postos e que no limite lhes destinam um papel social renovado (e um estatuto social proporcionado). É que semelhante modernismo procede essencialmente por intervenção directa no terreno – e não apenas por acção normativa, doutrinária ou meramente reparadora. E são eles, os técnicos, que melhor se encontram preparados para operar nos respectivos domínios de actividade: evidentemente, por dominarem os instrumentos tecnológicos específicos da intervenção – o que não faria deles senão técnicos, industriais, agrícolas, hidráulicos, etc.; mas também porque são eles, por inerência das suas funções intermédias (administração e fiscalização estatal, produção particular, etc.), que melhor dominam *o meio* em que se pretende intervir. Porque são eles, enfim, que detêm o tipo de

⁶³¹ Sobre a noção de autonomia relativa do Estado vd. Peter Evans, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol (orgs.), *Bringing the State back In*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

conhecimento necessário à reforma *imediate* do domínio administrado em causa – ou, por outras palavras, porque é o seu conhecimento que melhor opera a mediação entre as intenções políticas que a motivam (produção económica, regulação social, etc.) e as condicionantes (naturais, sociais) que se interpõem a esses desígnios⁶³².

ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIA

Vimos como, num curto espaço de tempo e beneficiando simultaneamente do fulgor inaugural da Universidade Técnica de Lisboa e da inicial benevolência do regime para com o reformismo agrário (perfilhado por alguns sectores do próprio regime e entretanto dignificado em orientação governativa), se desenvolveu no Instituto Superior de Agronomia um conhecimento bastante elaborado acerca do meio agrário nacional e em particular das condições de vida nos campos portugueses – pudemos observá-lo em pormenor, atendendo também e predominantemente às suas condições de emergência intrínsecas, que fariam ressaír o homem como factor económico, enquanto potencial mão-de-obra. Ora, a relevância desses conhecimentos, entretanto acumulados no ISA, para o desenho e estabelecimento de uma estratégia articulada de remodelação agrária e em específico para o lançamento de colonatos agrícolas revelar-se-á indisputável, como teremos oportunidade de apreciar à distância pelo ascendente metodológico e substantivo que virão a ter nos trabalhos prévios à implantação dessas medidas⁶³³ – em parte vimo-lo já para o caso específico da

⁶³² Sublinhe-se o quão circunstancial é a opção predominante por agrónomos no caso da política de colonização – pode não parecê-lo – aludindo ao papel que hoje desempenhariam paisagistas, geógrafos, urbanistas e sociólogos na direcção de semelhantes projectos. Relativamente aos engenheiros, e a respeito da ocupação de áreas do saber não imediatamente relacionadas com a engenharia, vd. Nuno Luís Madureira, «Visionários e dirigentes: os engenheiros portugueses na primeira metade do século XX», comunicação apresentada ao XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, APHES, Faculdade de Economia do Porto, 24-25 de Novembro de 2000.

⁶³³ Em 1942, o presidente da Junta de Colonização Interna (o engenheiro Agrónomo José Garcês Pereira Caldas) considerava a questão, entre outros impedimentos: «Em época mais recente, no chamado período constitucional ou liberal, foram as lutas de partido, mais pessoais do que de sistema ou doutrina, que criaram os embaraços. § E ainda quando êstes obstáculos ou os de ordem financeira não intervissem, havemos, em abono da verdade, de considerar que *a falta de uma justa apreciação das condições do meio regional*, a carência de opinião pública esclarecida e ainda a inexistência dum corpo de especialistas dificultavam a execução de melhores projectos («O povoamento do Sul», em Junta de Colonização Interna, *Problemas de Colonização. I – A zona pliocénica ao sul do Tejo*. Lisboa, Ministério da Economia, 1943, p. 11, sublinhado nosso).

hidráulica agrícola. A este respeito, e no que se refere à criação de colonatos, vale a pena lembrar como já antes ambições idênticas viriam a redundar em iniciativas pontuais – em rigor, apenas uma realmente consumada, no final da I República – no quadro de uma abordagem que se pode considerar fundamentalmente avulsa. Na realidade, ambições daquele tipo remontavam a meados do século XIX e seriam decisivamente reformuladas logo após a queda da monarquia, no âmbito de desígnios mais gerais de utilização racional das riquezas nacionais (nomeadamente de aproveitamento dos incultos), muito embora sem grandes consequências práticas⁶³⁴.

Não é esta a ocasião para especificar a importância de um tal conhecimento na tentativa de consagração efectiva dessas ambições. A tarefa exigiria por si mesma a composição de uma outra narrativa, extrínseca aos objectivos do presente trabalho, alternativamente centrada na sucessão histórica desses projectos e nas respectivas

⁶³⁴ Durante as Segundas Jornadas Agrícolas promovidas pela Estação Agronómica Nacional (realizadas de 3 a 8 de Dezembro de 1942 no Instituto Superior de Agronomia), José Garcês Pereira Caldas apresentava a genealogia da questão: «Não podem também ficar no olvido, por mais notáveis, algumas medidas de fomento cujos objectivos tendiam principalmente a promover a colonização da vasta região transtagana. § Mousinho, como grande reformador do período liberal, encarou o problema. § Oliveira Martins com o notável projecto de lei de fomento rural de Abril de 1887, entre outras medidas, pretendia promover a colonização, quer nos terrenos particulares, quer nos domínios nacional e dos municípios; mas, na frase de Basílio Teles, não foi aprovado “o ataque, como era, à onnipotência da oligarquia que em Portugal, há muito, monopoliza a terra, o capital e poder”. § A proposta de lei de arrendamento da exploração das linhas férreas do sul e sueste e da colonização do Alentejo a norte do Algarve, de Mariano de Carvalho e Emídio Navarro, apareceu em Dezembro de 1887, e teve a sorte da anterior. Recorria-se à expropriação dos terrenos incultos dos particulares para se fundarem pela empresa adjudicatária da exploração dos caminhos de ferro não menos de duzentas colónias agrícolas, de vinte famílias cada uma, e considerava-se “inculto o terreno conservado sem cultura de qualquer espécie durante cinco anos”. § Passado pouco mais de um ano, era apresentada por Elvino de Brito, em sessão parlamentar de 21 de Fevereiro de 1889, uma proposta contendo disposições sobre a divisão de prédios rústicos, a expropriação de terrenos encravados, a reunião de glebas dispersas e a instituição de casais de família. O desenvolvimento das redes de estradas e de caminhos de ferro no Alentejo eram para o insigne estadista factor importante do incremento da colonização desta província. § Tal como as anteriores, as providências de fomento de 30 de Setembro de 1892 não lograram execução. O problema pouco avançava em soluções, a ponto do visconde de Coruche, em 1893, afirmar serem, ao tempo, algumas sesmarias do seu conhecimento tão grandes como na época de D. Fernando. § Não podem deixar de enumerar-se ainda os preceitos do decreto de 20 de Dezembro de 1893 que criava uma comissão colonizadora encarregada de promover por todos os meios o desenvolvimento da colonização. Em 1910 Moreira Júnior, entre outras propostas de lei de fomento nacional, apresenta uma relativa ao regime de povoamento agrícola ou colonização interna do País, declarando-a de utilidade pública e nacional. § No fecho da Grande Guerra e a seguir, por força das dificuldades criadas ao abastecimento público, as medidas, visando a melhor utilização da terra, sucedem-se com relativa frequência. No fim de 1917 o Ministro Lima Basto publica o decreto que ficou sendo chamado de mobilização agrícola. Em 1918 promulgam-se disposições de emergência que tomam mais corpo com a legislação de António Granjo, Antão de Carvalho e Joaquim Ribeiro, sobre o casal de família e a exploração de incultos e baldios. § Em 1924 o problema reaparece, e com mais largueza nas propostas de Ezequiel de Campos, as quais visando sobretudo o povoamento do sul, foram renovadas mais tarde pelo Ministro Azevedo Gomes. § O casal de família volta a interessar; em 1930 o Ministro Lopes da Fonseca, baseado no consagrado trabalho de Xavier Cordeiro, fixou as normas jurídicas da sua instituição (id., *ibidem*, pp. 9-11).

condições de produção e aplicação⁶³⁵. Mais relevante aliás que os próprios saberes disponíveis terá sido a autoridade pós-revolucionária do poder ou até mesmo a requalificação dos desígnios subjacentes àqueles projectos. Por si só, porém, o voluntarismo político, por mais iluminado que tenha sido, não viria a bastar para realizar uma utopia a que apenas uns quantos reconheciam os méritos. O real fracasso da quimera pode ser medido por alguns dos resultados da actividade dos seus principais instrumentos institucionais: embora relevante noutros domínios, a acção da Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola não viria a ter qualquer articulação efectiva com a intervenção estatal no domínio da propriedade fundiária⁶³⁶; e, ao contrário do que inicialmente se previra, a obra colonizadora da Junta de Colonização Interna (já de si reduzida) concentrar-se-ia a Norte do Tejo (com a excepção do colonato de Pegões) e sem chegar a atingir a propriedade privada⁶³⁷. Nem por isso deixaria de produzir importantes resultados políticos, designadamente a nível ideológico, e – é este o ponto que nos interessa elaborar – de ter decisivas consequências ao nível da produção dos saberes sócio-agrários, particularmente pela acção da JCI, comparáveis (mas muito mais profundas e abrangentes) às que evidenciámos ao referirmo-nos à relação institucional e científica entre Instituto Superior de Agronomia e JAOHA.

Efectivamente, só atendendo à acção da Junta de Colonização Interna se poderá compreender que, num contexto político reputadamente adverso à ciência em geral e à ciência social em particular, o conhecimento sócio-agrário tenha chegado a

⁶³⁵ Esta linha de argumentação, que não prosseguiremos aqui, foi-nos sugerida por Elisa Lopes da Silva. Manuel Villaverde Cabral aborda directamente a questão no quadro mais geral das tentativas para incrementar a pequena exploração em terras de sequeiro, nomeadamente sob a forma de colonização interna. Diz o autor: «A partir de Oliveira Martins, a instalação de pequenos agricultores na região mediterrânica estará cada vez mais ligada à questão da irrigação e, portanto, à necessidade de importantes obras de hidráulica agrícola. Por que razão estes projectos nunca foram para diante senão muito tardiamente (e ainda aqui com resultados muito limitados), é algo que não pode ser explicado apenas em termos de falta de capitais e muito menos de carência técnica. Alguns elementos novos devem ser introduzidos no debate: um deles é o facto, raramente admitido pela literatura agrária progressista, de nunca ter havido no Alentejo real «fome de terra» ou, mais exactamente, forte pressão social pela posse da terra (...). Outro elemento de ordem social que ajuda a compreender por que razão se fez tão pouco para colonizar a região mediterrânica pode ser a necessidade de manter certo êxodo rural alentejano com vista a alimentar a industrialização das regiões de Setúbal e Lisboa (...). Um terceiro elemento é a ambiguidade permanente das classes dirigentes a respeito dos complexos efeitos da emigração (...)» (*Materiais para a História da Questão agrária...*, *op. cit.*, p. 67-68).

⁶³⁶ Cf. Fernando Oliveira Baptista, «Hidráulica agrícola», em F. Rosas e J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, *op. cit.*, pp. 423-425. Vd. ainda, do mesmo autor, *A Política agrária do Estado Novo*, *op. cit.*, e *Política Agrária (anos trinta-1974)*, Lisboa, ISA, tese de doutoramento, 1984, pp. 95-260, especialmente pp. 97-106.

⁶³⁷ Cf. Fernando Oliveira Baptista, «Colonização Interna», *op. cit.*, p. 160.

atingir o desenvolvimento institucional que de facto alcançou no âmbito do Estado, por intermédio da utilização sistemática que dele se fará na própria Junta para a prossecução dos respectivos objectivos económicos e sócio-políticos, mas também à sua margem, na academia, por via de um regime de colaboração entre JCI e ISA em tudo idêntico ao que este mantinha com a JAOHA. A este respeito específico, aliás, a distinção entre os dois domínios – académico e administrativo – não é senão analítica e destituída até de qualquer valor heurístico. E não apenas pela hibridez institucional do ISA – em rigor, nas raias do Estado, mais do que à sua margem – ou devido à estreiteza do relacionamento mantido por ambas as instituições – nalguns casos sobrepostas numa mesma pessoa. Não especificamente por isso, pelo menos, o que por si só não tornaria a distinção inútil mas antes necessária para a determinação de reciprocidades directas e outras influências. Na realidade, a série de pares de opostos com que normalmente se discrimina a natureza do conhecimento social com aquelas proveniências – fundamental ou aplicado, científico ou prático – não se aplica simetricamente ou sequer individualmente a cada um daqueles dois domínios institucionais e aos respectivos trabalhos⁶³⁸. Resta aliás saber de forma geral em que medida semelhantes categorias não serão adstritas aos contextos a que por convenção se referem, mais do que ao conhecimento que descrevem⁶³⁹.

No caso em análise, como veremos, e independentemente das respectivas incumbências (efectivamente distintas), o conhecimento sócio-agrário produzido no âmbito de cada uma daquelas duas instâncias é *exactamente o mesmo*: ou porque é esse objectivamente o caso (os relatórios de licenciatura entregues no ISA são perfeitos duplos dos relatórios de tirocínio produzidos na JCI) ou porque, não o sendo, nem por isso é possível destrinchá-lo: comunga de uma mesma abordagem (o que provisoriamente denominámos de proto-sociologia económica), animada pelos mesmos conceitos (níveis de vida e outros afins), aferidos pelos mesmos métodos (inquéritos orçamentais) e apontados ao mesmo objecto (a família) – ou, inversamente, e pela devida ordem genealógica, para o estudo da condição sócioeconómica da família socorre-se do inquérito orçamental cujos dados são

⁶³⁸ Um outro exemplo apenas: o *Inquérito à Habitação Rural* representa um trabalho de investigação fundamental ou aplicada, científica ou prática?

⁶³⁹ A este respeito específico vd. o inspirador artigo de Benoît de L'Estoile, «The “natural preserve of anthropologists”: social anthropology, scientific planning and development», *Social Science Information*, 36 (2), pp. 343-376.

traduzidos nos respectivos níveis de vida e que agregados compõem aquilo que se poderia designar por sociologia da vida rural. Não obstante os objectivos particulares decorrentes das respectivas missões oficiais – por exemplo, determinar o nível de subsistência da população agrária, no ISA, ou construir colonatos agrícolas, na JCI – as determinações epistémicas inerentes à produção de saberes em cada um dos casos pouco ou nada se distinguem: não se pode propriamente dizer que vigorem num deles predisposições científicas *por oposição* a resoluções instrumentais no outro. De modo a atestá-lo bastará lembrar por exemplo como a inovadora abrangência geográfica e sociográfica dos resultados de *Inquérito Económico-Agrícola* procede directamente dos objectivos reformistas que então animam Lima Basto e não da especificidade científica do seu objecto, da natureza do seu método, dos conceitos invocados ou sequer do carácter de uma qualquer teoria. Não fora aliás conveniente sublinhá-lo e desnecessário seria voltar a invocar a distinção dita analítica entre domínios académico e administrativo para afirmar que essa «relação» (de uma certa perspectiva, uma «identidade») ajudará não só a compreender o *desenvolvimento institucional* da investigação sócio-agrária mas também a sua *progressiva constituição*, enquanto tal, e, por paradoxal que possa parecer, *a sua relativa autonomização académica* – é-lhe inerente. Mas avançámos já demais, porventura. É justamente a esse processo que pretendemos atender.

Começámos por ver *a)* como a publicação de *Inquérito Económico-Agrícola* e as palavras de Azevedo Gomes parecem ter sido decisivas para a constituição de um primeiro conjunto de trabalhos monográficos no ISA sobre diversas freguesias do país e as respectivas condições de vida – entre os quais se destacará progressivamente a sua componente sócio-agrária. Considerámos ademais aquilo que se nos afigurou ter sido *b)* a ascendência indirecta do impulso reformista governamental sobre as vocações científicas dos estudantes do ISA – personificada naquelas palavras. A esta subsérie de relatórios finais de índole económico-social, como dissemos, uma outra acresceria, na mesma lista, directamente procedente de organismos técnicos do Estado – que apenas por decomposição crítica se consegue apartar da primeira. Entre uma e outra, aliás, não é lícito estabelecer precedências: o ano de 1938 assinala cronologicamente a génese simultânea de ambas, definidas pelas características específicas atrás enunciadas e por sequências sustentadas; e se quiséssemos assinalar simbolicamente o seu início poderíamos fazê-lo com o rigor

de meses, invocando *Subsídios de Estudo para o Fomento de Alameda; Elementos para o estabelecimento do regadio numa Zona do Vale do Sorraia. Aspecto agronómico e económico-social*; e *A Agricultura no Concelho da Vidigueira. Subsídios para o seu estudo económico-social* – respectivamente dimanados dos domínios institucionais do ISA, JAOHA e JCI, e entregues no ISA entre Janeiro e Maio daquele ano⁶⁴⁰. Fizemos finalmente referência c) à saliência relativa da acção da JAOHA para a formação daquela segunda subsérie de relatórios finais e para a constituição daquele tipo de conhecimento sócio-agrário.

Enfim, impõe-se atender em concreto d) à importância da actividade da JCI no mesmo processo, no quadro genérico da política de colonização interna de que foi mais a directa responsável – e a que por já mais que uma vez aludimos e que acabamos de reputar do mais alto significado.

PROJECTOS DE COLONIZAÇÃO

Explicitamente inspirada em políticas equivalentes do fascismo italiano (no quadro da designada *Bonifica Integrale*), a política de colonização interna do Estado Novo começaria por ser apresentada como antídoto ao avanço da revolução nos campos mas também como base para a defesa da nacionalidade e para a expansão da raça⁶⁴¹. Em conhecido parecer da Câmara Corporativa de 1938, por exemplo, poderia ler-se a seu respeito que «Conserva e aumenta uma população rural sadia, forte e [é] garante fiel da nacionalidade; combate as consequências exageradas da

⁶⁴⁰ Importa no entanto não esquecer a ocorrência pontual de alguns relatórios anteriores com características semelhantes resultantes da acção directa de Mário de Azevedo Gomes e de Mário Fortes no âmbito das funções que detinham respectivamente na Estação Agrária Central, entretanto extinta, e da Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola, entretanto reorganizada. Referimo-nos nomeadamente aos trabalhos já citados José Sebastião de Torres Vaz Freire, *Da alimentação e da habitação das classes rurais no distrito de Évora* (1934) e Miguel Caeiro Carvalho Rico, *Monografia de uma unidade económico-social* (1936). A estes, deve-se ainda acrescentar o também já citado *Subsídios para o estudo económico-pecuário-social no vale inferior do Mondego*, (1936) de procedência incerta.

⁶⁴¹ Cf. Fernando Oliveira Baptista, «Colonização Interna», *op. cit.*. A este respeito e do mesmo autor vd. ainda *A Política Agrária do Estado Novo*, *op. cit.*, cap. 1 («Dos projectos de colonização interna na capitalismo agrária»).

industrialização, que tanto faz crescer o proletariado e o desemprego»⁶⁴². Embora com objectivos mais alargados do que outras iniciativas análogas⁶⁴³, como vimos,

⁶⁴² Abel Pereira de Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, n.º 192 (10.º suplemento), 29 de Outubro de 1938 (citado por Fernando Oliveira Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo*, *op. cit.*, p. 19). O mesmo parecer adiantava ainda: «(...) os núcleos de colonização metropolitana podem e devem transformar-se em bom e abundante viveiro de colonos, que no Império Colonial irão fixar a raça e valorizar o território» (id., *ibidem*).

⁶⁴³ Reportando-se às sucessivas formulações de que o discurso neo-fisiocrático foi sendo objecto, Fernando Rosas refere-se expressamente à evolução da lógica económico-social subjacente às propostas de colonização interna, apontando judiciosamente que se para Oliveira Martins e outros seus contemporâneos, a colonização era essencialmente uma forma de fixar nas extremas das grandes propriedades um semiproletariado rural (com a dupla vantagem de evitar a fuga dos campos e de desproletarizar os camponeses sem terra), no discurso neo-fisiocrático posterior o eixo da colonização deslocar-se-á «para a constituição de “explorações familiares” viáveis (...)», que pudessem assegurar por si só a respectiva subsistência (cf. «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal...», *op. cit.*, p. 367). Para o autor, tal projecto basear-se-ia «em toda uma “argumentação económica *prenhe de ideologia*” (sublinhado nosso), acerca da superioridade económica da “economia da exploração familiar”, inspirada em Basílio Teles e que viria a ter «nos economistas agrários (dos anos vinte aos cinquenta) uma desenvolvida fundamentação “científica” que atravessa a obra de autores e técnicos como E. A. Lima Basto, Azevedo Gomes, Henrique de Barros, Mário Pereira ou E. de Castro Caldas».

A tese em causa procede explicitamente de Fernando Oliveira Baptista (cf. «Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário (anos trinta-1974)», *Bol. da Faculdade de Direito de Coimbra*, n.º especial, Coimbra, 1978), para quem semelhante argumentação teria também contribuído para associar os principais economistas agrários à política de colonização interna (cf. «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta-1974)», *op. cit.* p. 64). De acordo com este autor, semelhantes economistas teriam então pretendido concluir (como efectivamente concluíram) que, em regime normal de cultura, o rendimento por hectare seria tanto maior quanto menor fosse a área explorada. A montante desta constatação encontrar-se-ia a convicção de que entre as explorações capitalistas, a intensificação cultural (logo, a produtividade por hectare) colidia com a quebra de lucro decorrente da correlativa necessidade de acréscimo de mão-de-obra; ao passo que na exploração familiar a receita do empresário incluiria por si mesma a maior parte da mão-de-obra empregada, sem obstar portanto àquela intensificação. Teria sido pois fundamentalmente a partir daquela constatação, prossegue ainda o mesmo autor, que, para aqueles economistas agrários, as explorações familiares se viriam a sobrepor à empresa capitalista. Desnecessário será notar que se fazia assim assentar aquela suposta superioridade na sobreexploração relativa do trabalho doméstico (face ao preço de mercado da mão-de-obra) – mas que, ao contrário do que pretendiam, nem por isso se veria confirmada.

Para Oliveira Baptista semelhante posição decorreria pois, subentende-se no seu texto, de determinações extra-económicas que vigorariam então no seio da economia agrária e que fariam impender sobre a avaliação comparativa dos diferentes tipos de empresa uma designada «óptica social» segundo a qual as soluções económico-agrárias deveriam procurar «conciliar os interesses da colectividade agrária com as conveniências do maior número de empresas e personalidades que se consagram à agricultura ou dela vivem» (a citação é de Henrique de Barros, *Economia Agrária*, vol. 1, *op. cit.*, pp. 58-59). Os «inconvenientes» da economia de exploração familiar seriam aliás expressamente reconhecidos por aqueles economistas para os quais, não obstante, deveriam ser corrigidos pela cooperação, pelo crédito e pela assistência técnica, visto tratar-se, «*sob o ponto de vista social*», de «uma das melhores formas de actividade económica» que contribuía «para a criação duma população forte, animada de espírito de ordem, de trabalho e de paz social» (a citação é de Mário Pereira, «Empresa agrícola familiar no pliocénico a sul do Tejo», em Junta de Colonização Interna, *Problemas de Colonização*, *op. cit.*, p. 63, sublinhado nosso). A política de colonização interna do Estado Novo, diz finalmente Oliveira Baptista, via-se assim “cientificamente” avalisada (as aspas são do autor) por esta «economia comprometida».

Não fica claro, porém, a procedência daquelas determinações (ou, se quisermos, a origem do compromisso). A este respeito o mesmo Oliveira Baptista limita-se a declarar que «a economia agrária afirma-se comprometida com os interesses colectivos (definidos como? por quem? com que critério?...) e deve, mesmo, procurar a formação de consensos (!)». (p. 63). Uma leitura mais atenta do seu texto, contudo, sugere uma correspondência geral entre aquele pensamento económico-agrário e as sucessivas

semelhante política entroncava também em «ensaios de colonização» promovidos por alguns proprietários do Sul do país ao longo das décadas anteriores com o objectivo de fixar mão-de-obra em parcelas aforadas ou arrendadas⁶⁴⁴ – aos quais se

políticas agrárias do Estado Novo e em particular com as formas de colonização propostas – o que de facto se verifica, tal como fica demonstrado pelo autor, mas que, sem mais, torna ambos os argumentos sequencialmente circulares: desde logo, o de Oliveira Baptista – *a política de colonização interna teria contribuído para associar os economistas agrários (e a economia agrária) à política de colonização interna*; e depois, necessariamente, o de Rosas – *a deslocação do projecto neo-fisiocrático para propostas de colonização assentes na constituição de explorações familiares viáveis teria por base uma argumentação científica acerca da superioridade económica daquelas explorações que, por seu turno, radicaria em propostas de colonização interna assentes na constituição das mesmas explorações*. Efectivamente, julgamos, e sem discutir aquela correspondência, o argumento carece pelo menos de especificação.

Na realidade (e como o próprio Fernando Oliveira Baptista deixa indicado), a distinção entre o que poderíamos designar de racionalidade económica e racionalidade social (que a jusante de uma avaliação estritamente economicista parece sustentar as propostas de colonização) é anterior à política colonizadora do regime e *específica da economia agrária*. Já em 1933 Lima Basto afirmava que «o critério para apreciação dos resultados das empresas capitalistas e familiares é bem diferente», notando que «As empresas capitalistas medem os seus sucessos pelo *rendimento do capital empregado*»; ao passo que «As explorações familiares avaliam os seus benefícios pelo *bem-estar resultante do trabalho da família*» (*A industrialização da actividade agrícola: condições e vantagens do seu estabelecimento*, Lisboa, I Congresso da Indústria Portuguesa, 1933, p. 8, sublinhados nossos). Parece-nos assim legítimo afirmar, tal como temos vindo a insinuar ao longo do texto, que a consagração da designada «óptica social» representa na realidade a consagração de novas determinações *propriamente económicas*, sublinhe-se, relativas à necessidade prática de reprodução da força de trabalho (ou à «revitalização da raça»), tendentes a assegurar o bem-estar genérico da população rural e, no limite, a riqueza nacional – isto no quadro do modo de produção vigente e, em concreto, no âmbito das relações de propriedade dominantes. Admitindo-o, a filiação genérica daqueles economistas agrários nos projectos de colonização do Estado Novo pode ser alternativamente entendida, precisamente (e nos seus próprios termos), como uma tentativa de conciliação daquelas duas racionalidades que se consideram por definição e *a priori* distintas – e *enquanto tal*. Assim também, alternativamente motivada (no caso dos agrónomos), tanto ou mais do que por eventuais compromissos ideológicos, pelos próprios termos económicos da avaliação que a sustenta. E mais: que aqueles economistas tenham defendido a colonização naquele formato concreto (pela constituição de explorações familiares) explica-o certamente tanto razões ideológicas (nalguns casos, porventura, até mesmo filiações políticas), quanto a referida predominância de determinadas relações de propriedade – incompatíveis nomeadamente com a pura e simples industrialização capitalista da agricultura e, por maioria de razão, com uma eventual e obviamente impossível colectivização.

Enfim, assim se poderá perceber melhor, cremos, simultaneamente, que esta «economia comprometida avalise a política de colonização interna» – com a qual se encontra, *desde logo em termos estritamente económicos*, fundamentalmente de acordo; mas também, e do mesmo passo, a própria «evolução da lógica económica subjacente às propostas de colonização interna» – não tanto a economia de exploração familiar propriamente dita, que se manterá inalterada, como a prerrogativa da respectiva “viabilidade”, indistintamente veiculada por governantes e académicos, no sentido de assegurar a subsistência da mão-de-obra rural e, de par com esta, a produtividade económica da agricultura nacional. De resto, é o próprio Fernando Rosas que, sem tornar o nosso argumento perfeitamente explícito, afirma com justeza que «Ainda que não se exclua em absoluto a utilidade da colonização semiproletária, o que está realmente em causa é uma reestruturação fundiária, a *criação de uma nova realidade social e económica, base indispensável de uma “agricultura nova” e até de uma “vida nova”*» («O pensamento reformista agrário no século XX», *op. cit.*, p. 367, sublinhado nosso). Explicar que tenha sido o Estado Novo a procurar dar seguimento – sem sucesso, diga-se – a estas ambições é tarefa exterior aos desígnios do presente trabalho. Que a economia agrária se considere epistemologicamente filiada não necessariamente no projecto ideológico do salazarismo, como vimos, mas nas razões abstractas do Estado e da sua riqueza (e que assim avalise, *de facto*, aquele projecto), estará certamente relacionado com a sua história enquanto disciplina e com as condições de emergência da economia política, não tanto como ciência mas como área de intervenção do próprio Estado.

⁶⁴⁴ Cf. *id.*, *ibidem*, pp. 25-29.

referira Mário Fortes no seu relatório sobre a Colónia dos Milagres (e que voltariam então a ser evocados) – e em diligências legislativas de fomento agrário e de aproveitamento dos incultos, a que também tivemos oportunidade de fazer menção. No plano legal, as leis n.º 1914, de 24 de Maio de 1935 (a conhecida Lei de Reconstituição Económica), e a lei n.º 1949, de 15 de Fevereiro de 1937 (relativa ao aproveitamento para rega das terras irrigadas por obras de hidráulica agrícola realizadas pelo Estado), bem como os sucessivos diplomas acerca dos «casais agrícolas» e de outras formas de colonização, constituem os principais marcos da política de colonização interna do novo regime e definem os seus contornos específicos⁶⁴⁵. No plano institucional, a sua instauração ficaria marcada pela criação, junto do Ministério da Agricultura, daquele que viria a ser o seu principal instrumento técnico – a Junta de Colonização Interna (criada em 1936 pelo Decreto-Lei 27 207, de 11 de Junho)⁶⁴⁶.

Entre outras atribuições de natureza reguladora, e de forma a dar cumprimento àqueles objectivos genéricos, o novo organismo ficaria encarregue de proceder ao estabelecimento de «núcleos de colonização», nomeadamente pela instalação de casais agrícolas, mas também pela atribuição de glebas sem casa, destinadas a assegurar um complemento ao salário dos trabalhadores. Ainda segundo a lei, e de acordo com a orientação doutrinária que a animava, os referidos núcleos poderiam vir a ser estabelecidos não só em terrenos baldios (propriedades das comunidades locais) mas igualmente em propriedades do Estado (ou que este viesse a adquirir) e ainda em propriedades privadas beneficiadas por obras de rega entretanto executadas no quadro da política de hidráulica agrícola. E se as duas primeiras modalidades não viriam a encontrar oposição, já o mesmo não se pode dizer da possibilidade de intervenção em terrenos privados, que seria objecto de fortes críticas da parte de proprietários e de alguns sectores políticos do Estado Novo – que acabariam por vingar, como dissemos. De facto, tais iniciativas deter-se-iam às portas das grandes herdades e saldaram-se no seu conjunto por resultados que ficariam muito aquém das expectativas. De resto, com o desfecho da II Guerra Mundial, este primeiro programa de colonização acabaria por esmorecer, dando

⁶⁴⁵ Cf. Fernando Oliveira Baptista, *A Política Agrária do Estado Novo*, op. cit., p. 21.

⁶⁴⁶ Ver ainda Decretos-Lei n.º 32 439 de 1942 e 36 053 de 1946, que regulamentavam a sua actividade.

lugar a um outro, já em meados da década de 1950, moldado aos novos objectivos industrialistas da política económica – também ele com fracos resultados⁶⁴⁷.

Fosse como fosse, e por mais modesta que tenha sido a obra colonizadora da Junta, o seu primeiro fulgor reformista viria a ter tradução efectiva na criação de algumas colónias agrícolas que, muito embora sem poder chegar a alcançar os efeitos «moralizadores» desejados ou a pretendida «revitalização da raça», não deixariam de funcionar como verdadeiros modelos de virtudes, profusamente apregoados pelo regime para efeitos políticos e ideológicos. O mesmo fulgor reformista, porém, teria sobretudo tradução no gigantesco esforço técnico e científico que daria corpo a essas iniciativas, por si só digno de registo mas cujas realizações não lhe fazem justiça – e que na realidade excederia largamente os seus efeitos mais manifestos.

Exemplo acabado desse empenho começaria por ser o monumental *Reconhecimento dos Baldios do Continente*, tarefa de que se incumbiria a Junta à data da sua instituição e cujos resultados veriam a luz do dia três anos depois, em 1939⁶⁴⁸. Percorrendo literalmente o país de lés a lés, os técnicos da Junta apurariam 7638 relatórios correspondentes a outros tantos baldios, anotando para cada qual, freguesia a freguesia, a respectiva designação, a área aproximada, o corpo administrativo correspondente, as suas características geológicas, agrológicas, orográficas, hidrológicas e económico-sociais, a utilização a que se encontrava sujeito e ainda as possibilidades de colonização futura⁶⁴⁹. A dimensão da tarefa era

⁶⁴⁷ Cf. Fernando Oliveira Baptista, «Colonização Interna», *op. cit.*, p. 160.

⁶⁴⁸ Junta de Colonização Interna, *Reconhecimento dos baldios do continente*, vol. I, Ministério da Agricultura, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1939. A tarefa fora realizado de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 173.º do Decreto-lei n.º 27 207 que instituíra a Junta e que a mandatava a «Efectuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos Corpos Administrativos susceptíveis de aproveitamento para instalação de casais agrícolas (...)».

⁶⁴⁹ Eugénio Castro Caldas sintetizaria nos seguintes termos o resultado do reconhecimento: «Foi empreendido, logo de início, o Reconhecimento dos Baldios do Continente, ficando esclarecido uma das temáticas que mais ocuparam os economistas do século XIX, ligada à questão dos incultos e ao conhecimento efectivo da extensão da propriedade comunitária, cujo cômputo diversas vezes tinha sido ordenado, sem êxito. Em 1938 os baldios não reservados pela Junta para efeitos de colonização deram origem ao Plano de Povoamento Florestal, logo iniciado. Em resultado de trabalhos de campo extremamente árduos, a Junta localizou, cerca de 400000 hectares de baldios, divididos em 7860 parcelas. Todos os Distritos dispunham de baldios, mas os patrimónios mais vastos situavam-se nos Distritos de Viana do Castelo (27%), Vila Real (25%), Viseu (15%), Coimbra (9%), Leiria (6%) e Guarda (5%). Quanto aos restantes Distritos os baldios apresentavam área diminuta, particularmente os do Sul. Deste resíduo de tempos passados, a Junta reservou para futura intervenção 80000 hectares nos quais foi reconhecido «interesse agrícola», sendo o restante considerado de «interesse florestal» (Cf. *A Agricultura na História de Portugal*, *op. cit.*, pp. 475-476).

devidamente sublinhada, a abrir os dois volumes que davam corpo ao trabalho, pela invocação do lastro histórico que lhe pesava:

Foi desejo dos Governos do País, nas últimas dezassete décadas, conhecer o valor da vasta parcela do território nacional constituída pelos baldios, para o que se empregaram esforços vãos. § Sua Excelência o actual Ministro da Agricultura, Senhor Doutor Rafael da Silva Neves Duque, ao ordenar de imediato o inventário da massa baldia e facultando à Junta os meios necessários, assegurou finalmente a sua realização⁶⁵⁰.

Do mesmo empenho, já o afirmámos, resultaria ainda uma miríade de estudos decorrentes das suas incumbências mais imediatas – embora não necessariamente referentes à instauração de colónias ou sequer, como teremos oportunidade de ver, directamente procedentes da sua actividade técnica no terreno⁶⁵¹.

Nesse âmbito específico, e para além do referido Reconhecimento, a Junta começaria por se encarregar do estudo das principais colonizações ditas «espontâneas», do projecto de aproveitamento do Baldio do Sabugal, que transitava já da extinta Direcção Geral de Acção Social Agrária, e da reorganização da Colónia Agrícola dos Milagres, até aí a cargo do mesmo organismo e considerada a todos os títulos um fracasso⁶⁵². Como causas do insucesso apontar-se-iam então, em particular, a forma de selecção dos colonos⁶⁵³, mas também, de forma mais geral, o próprio processo de instalação da colónia. A implantação de novos núcleos, desde logo o de Peladas (Sabugal), viria a obedecer a um conjunto uniforme de regras

⁶⁵⁰ JCI, *Reconhecimento dos baldios do continente*, *op. cit.*, p. não numerada.

⁶⁵¹ Para um lista incompleta dos trabalhos da Junta de Colonização Interna vd. Direcção Geral de Planeamento e Agricultura, *Catálogo: estudos e trabalhos realizados no âmbito da ex-Junta de Colonização Interna*, Lisboa, DGPA, 1992.

⁶⁵² De acordo com a nova orientação doutrinária, no projecto de reorganização da Colónia dos Milagres apresentado pela Junta optar-se-ia então pelo dimensionamento de unidades económicas capazes de «bastar às necessidades de uma família rural, que nelas se empregue exclusivamente e que seja composta por quatro unidades de consumo e duas de trabalho» (Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura na História de Portugal*, *op. cit.*, p. 474).

⁶⁵³ No parecer da Câmara Corporativa acima citado afirmar-se-ia a este propósito: «De alcoólico a mendigo e indolente e desgovernado, a regente de banda de música – tudo existe, (...) nessa infeliz colónia (...)» [Abel Pereira de Andrade (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», *op. cit.*].

estabelecidas em função dos objectivos doutrinários declarados (e do modelo de intervenção correspondente, o casal agrícola) com tradução directa não só ao nível do perfil das famílias seleccionadas, mas também na organização territorial das colónias e nas características de habitações e dependências⁶⁵⁴. O mesmo processo obedeceria ainda, e tal como nos interessa destacar, aos resultados alcançados pela bateria de estudos lançados por ocasião de cada novo projecto, com o duplo intuito de fundamentar a intervenção e de adequar as soluções técnicas preconizadas às realidades específicas da área a intervencionar. O *Projecto de Colonização do Baldio do Sabugal (Peladas)*, de 1937 (o primeiro directamente emanado da JCI), permite ilustrar o procedimento e dar conta da real relevância que a investigação económico-social viria a assumir naquele processo⁶⁵⁵.

A abrir o volume, precedendo o projecto de colonização propriamente dito (em capítulo designado «Colonização») e logo após uma breve sinopse geográfica e histórica do inculto comunitário («O Baldio»), apresentavam-se os dados atinentes aos estudos efectuados no terreno, sintetizados em dois capítulos que tratavam sucessivamente «O Meio» e a «A Exploração Agrícola». Neste último caracterizava-se primeiro de forma genérica a agricultura local e procedia-se depois à monografia de uma unidade produtiva da região. Por sua vez, em «O Meio» começava-se por caracterizar o «Meio Físico» (especificamente o do baldio) em alíneas que qualificavam ordenadamente «Orografia e Hidrografia», «Agrologia e Hidrologia», e «Clima», e que reunidas permitiam traçar a respectiva «Carta Agrológica». Sobre esta proceder-se-ia então à implantação dos casais, em função das categorias dos solos (constantes da correspondente «Carta de Aptidão Cultural»), das culturas agrícolas preconizadas (aferidas por aquele segundo capítulo, «A Exploração Agrícola») e ainda da área considerada necessária ao sustento de uma família. Enfim, de forma a determiná-la, proceder-se-ia ao «Recenseamento da população da freguesia» e a «Monografias de famílias rurais», trabalhos anexos ao projecto que eram resumidos na segunda secção daquele primeiro capítulo, em «Meio Social e Económico» – debaixo de alínea consagrada à «População».

⁶⁵⁴ Cf. João Lemos de Castro Caldas, *Política de colonização interna...*, *op. cit.*, pp. 20-40.

⁶⁵⁵ Junta de Colonização Interna, *Projecto de Colonização do Baldio do Sabugal (Peladas)*, Ministério da Agricultura, 1937. Em boa verdade, e tal como dissemos, o processo de instalação de uma colónia agrícola no Baldio do Sabugal tivera início ainda na extinta Direcção Geral da Acção Social Agrária. Com o respectivo arquivo transitara para JCI o processo do Baldio do Sabugal, do qual constaria planta à escala de 1:5000, estudo agrológico e económico-agrícola e um ante-projecto de colonização.

Aí começava-se por aludir de forma indeterminada ao seu nível de vida geral, considerado bastante baixo: «Situada a grande distância dos maiores centros de actividade e com falta de vias de comunicação, a vila do Sabugal, sede dum dos maiores concelhos, está muito aquém do progresso que, embora lentamente, o País vai acompanhando»; facto a que acrescia um índice de analfabetismo que ainda há poucos anos, e por referência ao Censo de 1930, se situava em 76,7 %, circunstância «deveras para lamentar, visto o atraso intelectual constituir um obstáculo a todos os esforços tendentes a melhorar o nível de vida das populações»⁶⁵⁶. Com base no referido recenseamento, especificava-se a predominância dos diversos ramos de actividade, com franco domínio da Agricultura (65,5 por cento), a que se acrescentava ainda uma ressalva, considerando que raro era o indivíduo ocupado nos diferentes ramos de comércio ou indústria que não cultivava o seu pedaço de terra (própria ou de renda), cujos rendimentos lhe complementavam «os magros lucros» da profissão: «até mesmo os guardas fiscais e soldados da GNR cultivam a sua pequena parcela arrendada, situada na Veiga, próximo da Vila, que lhes produz, principalmente, a batata, o feijão e a hortaliça para alimentação da família»⁶⁵⁷. Não admirava, pois, dizia-se ainda, que muito se fizesse sentir «a falta de terra» e que o seu preço fosse elevadíssimo, atingindo frequentemente valores superiores ao seu rendimento bruto. Se dúvidas subsistissem, dava-se assim por justificada a intervenção prevista para o baldio.

A estes dados genéricos outros cresciam, específicos da condição das famílias e em particular das dos trabalhadores rurais (que predominavam). Em geral numerosas, habitavam em casas «menos que modestas», «totalmente desprovidas dos mínimos confortos e cuidados de higiene, onde vivem em promiscuidade, por vezes repugnante, com tãda a espécie de animais domésticos»; casas que eram geralmente formadas por dois pavimentos, o inferior destinado a curral, o de cima com duas ou três divisões (uma cozinha e um ou mais quartos), separadas entre si por «tôscas tábuas de pinho bastante espaçadas, onde em noites invernosas o vento se faz sentir ruidosamente»⁶⁵⁸. Quanto à alimentação, baseada no pão de centeio e na batata, embora considerada abundante em hidratos de carbono, era reputada

⁶⁵⁶ Id., *ibidem*, p. 31.

⁶⁵⁷ Id., *ibidem*, p. 32.

⁶⁵⁸ Id., *ibidem*, p. 33.

insuficiente em gorduras e proteínas, estas quase exclusivamente de origem vegetal – só raramente se comia carne e o toucinho era empregue apenas «para tempero»; o peixe consumido era o bacalhau e a sardinha; açúcar só em caso de doença («tempera a malga de leite»); e finalmente o vinho, em dias de festa. A pobreza da ementa reflectia-se na mesmice das refeições:

O almoço, às 7 horas da manhã, consta principalmente de uma malga de caldo, pão e batatas cozidas, caldo confeccionado com hortaliças ou massa e batata e temperado com azeite ou toucinho. O jantar, em geral ao meio dia, é constituído por uma malga de caldo, batatas cozidas ou castanhas e sardinha ou bacalhau com pão e toucinho. A merenda às quatro horas, compõe-se de pão e queijo, toucinho ou salada com pão, e à ceia, novamente toma caldo, pão e batata⁶⁵⁹.

Com base nestes elementos (confrontados com outros relativos a salários⁶⁶⁰) concluir-se-ia então que 80 por cento («quando não mais») do orçamento doméstico de um casal com 4 ou cinco filhos se destinava à alimentação e que aquele, no seu conjunto, não deveria ultrapassar os 4.500\$00 por ano (vd. quadro n.º 5). Valor que, depois de ponderado para uma família de 5 pessoas, serviria finalmente de base ao cálculo da área das unidades económicas a constituir, onde viriam a ser instalados os correspondentes casais⁶⁶¹.

⁶⁵⁹ Id., *ibidem*.

⁶⁶⁰ O registo dos salários considerava-os irregularmente distribuídos por todo ano. Os valores praticados eram os seguintes: 10\$00 à jorna no Inverno (em que se ocupavam da apanha de folhado, arranque de cepas, sementeira do centeio, etc.), 8\$00 no Verão (pela ceifa e pela malha daquele cereal, um pouco por todo o concelho e por vezes à empreitada) (id., *ibidem*).

⁶⁶¹ A respeito do primeiro ponto afirmava-se: «Com base nas monografias apresentadas e no conhecimento da região, pode admitir-se que uma família rural composta de 5 pessoas consiga a sua subsistência, quando tiver a receita anual de 3.700\$00» (id., *ibidem*, p. 57). De acordo com o projecto, o rendimento líquido da exploração deveria ser igual àquela quantia. O cálculo deste primeiro valor obedecia a sucessivos cálculos cujo teor é exterior ao nosso trabalho (cf. id., *ibidem*, p. 48). Devido às diversas categorias dos solos do baldio, e de forma a distribuí-los equitativamente pelos diversos casais, previra-se a atribuição de propriedades constituídas por duas ou três parcelas. Especificava-se o arranjo territorial dos casais: «A casa de habitação e anexos (estábulo, curral, etc.) ficarão situados numa gleba dos terrenos de 1.ª categoria, onde seja possível o estabelecimento duma pequena horta. Esta constituição das propriedades permitirá a formação de núcleos de casais, mais ou menos afastados, em semi-aldeamento que, em virtude da situação da maior percentagem dos terrenos de 1.ª categoria, ficará situado junto à estrada principal que liga o baldio à vila» (cf. id., *ibidem*, p. 64).

[QUADRO N.º 5]

**[DESPESAS DOMÉSTICAS POR
UNIDADE DE CONSUMO – SABUGAL]**

Famílias	N.º de unidades de consumo	Alimentação		Vestuário e diversos		Aquecimento e iluminação		Valor total por unidade
		Total	Por unidade	Total	Por unidade	Total	Por unidade	
A. G.	5,00	2.904\$20	580\$84	952\$00	190\$40	386\$40	77\$28	848\$52
J. C. C.	5,00	2.324\$00	464\$80	630\$00	126\$00	136\$00	27\$20	618\$00
A. J. A.	2,25	1.583\$00	703\$55	430\$00	191\$11	111\$40	49\$51	944\$17
J. J. L.	5,00	2.903\$00	580\$60	770\$00	154\$00	120\$00	24\$00	758\$60
M. V.	4,00	2.354\$30	588\$57	396\$80	99\$20	271\$00	67\$75	755\$52
Médias			583\$67		152\$14		49\$14	784\$95

Fonte: Junta de Colonização Interna, *Projecto de Colonização do Baldio do Sabugal (Peladas)*, op. cit., p. 34.

Assim, e num primeiro momento, começar-se-ia por prever a instalação de 79 casais – 78 depois de arredondadas as dimensões das parcelas. A cifra acabaria no entanto por ser radicalmente abreviada, para apenas metade, na sequência de um bizarro e relevante equívoco. Uma visita dos membros da Junta a meio dos trabalhos revelaria afinal que o baldio se encontrava parcialmente cultivado («ostentando por vezes magníficas searas de centeio e algumas de trigo em vias de boa maturação e, em terrenos mais frescos e fundáveis, alguns batatais»); e que a sua exploração detinha por isso uma importância considerável na economia dos seus utilizadores – «entreviram-se desde logo as perigosas consequências sociais e os duvidosos resultados económicos que traria a ocupação total do baldio por meio de casais agrícolas, não tendo, portanto, em linha de conta os importantes direitos adquiridos e até certo ponto defensáveis». Considerara-se assim não apenas a injustiça mas também a efectiva inconveniência de desalojar 349 indivíduos em benefício das 78 famílias que o baldio poderia comportar. Relativamente ao incidente, o relator desculpava-se com o facto de o andamento do estudo económico-social não ter podido acompanhar o ritmo dos estudos «própriamente agrónómicos», uma vez que os segundos se encontravam já parcialmente realizados à data da instituição da Junta (pela extinta Direcção Geral de Acção Social Agrária): «foi causa de que só mais tarde se pudesse julgar quanto a *determinante de ordem social*

viria a modificar as indicações da produtividade dos terrenos em causa»⁶⁶². Invocava-se ainda a parca experiência em matéria de estudos deste tipo, posto que, como precedente, não havia senão o estudo da colonização do baldio dos Milagres, onde de resto sobriariam terras em relação ao número de colonos⁶⁶³.

De molde a obviar-se o imprevisto determinar-se-ia então a aplicação de um «inquérito especial» com o duplo fim de averiguar, relativamente a cada utente, a importância da parte explorada do baldio na economia da respectiva família e de determinar os usuários que habitavam casa própria, podendo portanto dispensar a construção de moradia – procedimento de que resultaria ainda a própria selecção dos colonos. A caricata ocorrência não deixaria no entanto de merecer algumas considerações, da parte do mesmo relator, relativamente ao manifesto significado daqueles estudos e à sua suprema importância: dava-se então por «indelevelmente demonstrado» que, pelo menos quanto às condições gerais dos baldios a colonizar, «os estudos económico-sociais devem acompanhar “pari passum”, *senão anteceder*, os de natureza cultural ou outros preliminares, como o próprio reconhecimento definitivo e levantamento topográfico, estudos agrológico, hidrológico, etc.»⁶⁶⁴. O erro, de resto, só seria cometido uma vez. Daí por diante cada eventual intervenção no terreno passaria a ser precedida por meticolosos estudos económico-sociais de forma a determinar-se as reais possibilidades de aproveitamento do baldio em apreço, agora, sublinhe-se, no contexto alargado da região em causa.

Era precisamente esse o caso de *Estudo Económico-Social da Freguesia de Quadrazais*, publicado pela JCI logo em Dezembro de 1938 e onde à avaliação das potencialidades do logradouro comunitário para efeitos de colonização (em secção designada «O Baldio») se antepunha agora um minucioso exame da sua envolvente (em secção designada «A Região») ⁶⁶⁵. Aí, à qualificação genérica da «Freguesia» (em subsecção homónima) e à descrição das suas condicionantes geográficas (em «Meio Físico»), sucedia-se uma extensa caracterização das respectivas condicionantes humanas (em «Meio Social e Económico»). Fundamentalmente com base num inquérito

⁶⁶² Id., *ibidem*, p. 80 (sublinhado nosso).

⁶⁶³ Id., *ibidem*, p. 81.

⁶⁶⁴ Id., *ibidem* (sublinhado nosso).

⁶⁶⁵ José Moreira de Sousa Andrade, *Estudo Económico-Social da Freguesia de Quadrazais*, [Lisboa], Junta de Colonização Interna, Dezembro de 1938.

de aplicação universal aos habitantes das suas três povoações («usuários e não usuários», num total de 707 agregados familiares) procedia-se à apreciação da sua produção agrícola-pecuária, estrutura fundiária e exploração agrícola, vias de comunicação e comércio, e, a abrir a secção, da respectiva população (considerada «principal factor da prosperidade de uma região»)⁶⁶⁶. Aqui, um primeiro resumo estatístico-demográfico era completado por elaborado estudo do «Trabalhador Rural», condição a que todos se viam compelidos, afirmava o autor, «quando falha[va] outro modo de angariar o pão de cada dia» – particularmente agora, prosseguia, que o contrabando a que invariavelmente se dedicavam se via afectado pela guerra civil em Espanha⁶⁶⁷. De resto, dizia ainda, só então começavam a aplicar-se de forma alargada às tarefas agrícolas, uma vez que preferiam pagar a forasteiros pelos amanhos das suas terras a abandonar o seu modo de vida⁶⁶⁸. De tal forma, que a tabela que reportava a distribuição profissional dos chefes de família era cruzada com uma extensa e caricata lista de 12 subcategorias diferenciadas de contrabandista e seus sucedâneos (vd. quadro n.º 6). No caso dos jornaleiros, a situação afectava, de uma forma ou de outra, cerca de 70 por cento do seu contingente.

A apreciação da situação económico-social da freguesia (e a opção metodológica que a suportava) não deixaria de produzir consequências ao nível da avaliação final quanto às possibilidades de colonização – ademais expressivamente confirmada como seria pelas cinco monografias compiladas em anexo e aplicadas em concreto às famílias de dois «trabalhadores rurais», de um «contrabandista que ganha alguns dias como trabalhador rural», de um puro e simples «contrabandista» e de um «proprietário-rendeiro que vive só da exploração» («tipos médios» dos respectivos «agrupamentos profissionais»). A síntese estatística dos orçamentos compilados, a par com a caracterização genérica de alimentação e habitação⁶⁶⁹, autorizava algumas conclusões

⁶⁶⁶ Id., *ibidem*, p. 28.

⁶⁶⁷ Id., *ibidem*, pp. 28-29.

⁶⁶⁸ Id., *ibidem*, p. 30

⁶⁶⁹ «A alimentação, deficiente e desequilibrada, é, sobretudo, constituída pelos produtos da terra, nomeadamente centeio, batata e feijão. Tanto a carne, como o peixe, só excepcionalmente aparecem em casa dos trabalhadores, salvo alguma carne de porco, para têmpero, e a sardinha, porque é barata. Os géneros de mercearia que entram nas ementas reduzem-se a muito pouco, apenas os que fazem negócio clandestino e conseguem ganhar algum dinheiro se abalançam a esse luxo. Os que possuem gado leiteiro, consomem algum leite ou queijo; os outros não o gastam porque não o podem comprar. A fruta, devido à pequena quantidade de árvores, pondo de lado a castanha, quási não existe em Quadrazais; são relativamente poucos os que têm árvores de fruto, como adiante se mostrará. A água, que a freguesia consome na alimentação, é oriunda duma nascente de charco, que existe na povoação e, como tal, deve

preliminares: desde logo, que os primeiros subsistiam em condições «muito inferiores ao mínimo indispensável. É a miséria», dizia-se, tal como se dava por comprovado pela despesa total fraccionada por unidades de consumo (reputada de «insignificante»). Valia-lhes, a alguns, o preenchimento das «vagas de serviço» com as intermitentes «idas a Espanha». No extremo oposto encontrava-se o contrabandista, com «um nível de vida muito regular» (inclusivamente superior ao do «médio proprietário»). No total, uns e outros despendiam cerca de 90 por cento dos seus orçamentos com alimentação e vestuário (69 por cento e 21 por cento, respectivamente), cifra média que ocultava por exemplo, entre uma das famílias monografadas, despesas com alimentação superiores a 95 por cento (vd. quadro n.º 7). Enfim, afirmava-se, dentro do actual arranjo fundiário não havia qualquer possibilidade de melhorar a situação do jornaleiro; urgia pois, confirmava-se assim, dar novo aproveitamento às terras de logradouro⁶⁷⁰.

Mais do que a solução então preconizada, contudo – na realidade um complexo programa de melhoramentos rurais que envolvia a demolição e reconstrução de parte da povoação e a redistribuição de algumas parcelas já arroteadas (de molde a «poder tirar-se da região o máximo proveito para o povo e, conseqüentemente, para o Estado»⁶⁷¹) – interessa-nos destacar a natureza das conclusões que conduziriam a semelhante corolário. Entre outras, relacionadas com a densidade populacional («que dificilmente permite, pelas suas condições agro-climatéricas e económicas, um aumento de fogos») e com a superfície média da propriedade amanhada pelos quadrazenhos (muito inferior à «área de exploração que julgamos do tipo familiar»), destacava-se ainda a própria natureza dos autóctones: «O estabelecimento de Casais num baldio com aproximada-

ser imprópria para consumo, não só por causa das impurezas que a inquinam como também estrumeiras, nos pátios e caminhos, falta de limpeza dos habitantes, e casas sem latrinas, muito devem contribuir para que a água não seja própria para abastecimento da população. Urge fazer canalização de água para o povoado, obra em que a Câmara do Sabugal se devia empenhar. § No inverno têm três refeições: almoço, jantar e ceia, no verão tem mais a merenda. § 8 h. (almoço) – Caldo de batata com cebola ou couves que às vezes substitui por migas. Todos os dias castanha assada ou cozida. § 12 h. (jantar) – Caldo de feijão ou couve, ou ainda de batatas; castanha assada ou cozida e, mais raramente, batatas, assadas ou cozidas. 18 h. (ceia) – Idêntico ao almoço. § No verão substituem a castanha por batata cozida ou assada e nos dias de maior trabalho comem uma ou outra vez, ao jantar, carne com azeitonas. À merenda (17 h.) pão com azeitonas ou queijo quem o possui. § Na habitação, exígua e suja, o rez-do-chão “loja” serve de arrecadação e de estábulo, aí dormindo também a família quando só há um piso. Quando há dois pisos, a família habita o primeiro andar para o qual se sobe por uma escada de pedra de seis a doze degraus. Esta escada é, quasi sempre encostada à fachada principal, e termina numa espécie de terraço ou placa, o “balcão”. As casas têm geralmente três divisões a saber: cozinha, o meio da casa e as alcôvas, ou apenas a cozinha e as alcôvas» (id., *ibidem*, pp. 31-31).

⁶⁷⁰ Id., *ibidem*, pp. 35-36.

⁶⁷¹ Id., *ibidem*, p. 194.

[QUADRO N.º 6]

**DISTRIBUIÇÃO DAS PROFISSÕES, NA FREGUESIA [DE QUADRAZAIS],
DOS CHEFES DE FAMÍLIA**

	Extre me	A.	a.	C.	c.	A.C.	A.c.	a.C.	a.c.	a.j.	j.	C.j.	c.j.	Total
Proprietário	81	-	-	3	7	-	-	-	-	-	-	-	-	91
Lavrador	32	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	35
Jornaleiro	65	1	1	15	33	-	-	-	-	-	4	16	84	219
Doméstica	74	-	-	4	3	-	-	-	-	-	-	-	1	82
Pastor	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	26
Moleiro	4	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Negociante	-	79	13	14	7	3	11	5	17	1	-	3	3	136
Comerciante	12	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	14
Carpinteiro	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Pedreiro	3	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Ferreiro	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Sapateiro	3	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Barbeiro	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
Carvoeiro	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Forneiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Padeira	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Motorista	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Alfaiate	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Mendigo	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29
Não discriminadas	25	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25
Totais	367	80	14	38	57	3	11	5	17	1	4	19	91	707

Legenda:

- A. – Indivíduo que anda quási todo o ano no negócio ambulante.
- a. – Indivíduo que anda apenas parte do ano no negócio ambulante.
- C. – Indivíduo que todo o ano se emprega no contrabando.
- c. – Indivíduo que só em certos períodos do ano anda no contrabando.
- A. C. – Indivíduo que à sua conta vai buscar a mercadoria a Espanha e a vende no negócio ambulante.
- A. c. – Vendedor ambulante que excepcionalmente também vai a Espanha.
- a. C. – Contrabandista que às vezes também é ambulante.
- a. c. – Contrabandista periódico, que de quando em quando, vende a mercadoria por sua conta.
- a. j. – Vendedor ambulante ora por sua conta ora como assalariado.
- j. – Indivíduo que só faz contrabando como assalariado.
- C. j. – Contrabandista de conta própria e excepcionalmente contrabandista assalariado
- c. j. – Contrabandista periódico que às vezes vai a Espanha por conta de outrem.

Fonte: José Moreira de Sousa Andrade, *Estudo Económico-social da Freguesia de Quadrazais, op. cit., p. 26-27.*

[QUADRO N.º 7]

**PERCENTAGENS DAS DIFERENTES VERBAS, EM RELAÇÃO À DESPESA TOTAL
[QUADRAZAIS]**

Monografias	Habituação	Alimentação	Aquecimento e Iluminação	Vestuário e Calçado	Higiene e Limpeza	Doenças	Instrução	Divertimentos	Diversos
1	0,35	95,25	1,45	6,97	2,65	0,76	0,25	0,61	1,71
2	0,13	72,48	1,09	16,82	2,32	-	0,26	1,36	5,54
3	-	51,75 ⁽²⁾	2,16	40,30	3,19	-	-	-	2,60
4	5,23 ⁽¹⁾	62,10 ⁽²⁾	0,50	29,53	2,64	-	-	-	-
5	0,23	74,25	0,62	15,62	1,05	-	-	-	8,23
Médias	1,19	69,16	1,16	21,84	2,37	0,15	0,10	0,39	5,62

(1) Esta percentagem é referida apenas à renda da casa, em todas as outras monografias somente à sua contribuição.

(2) As duas percentagens descem bastante do normal, pois esta despesa costuma absorver, no nosso país, cerca de 75 % da despesa total. A explicação é simples: as duas monografias referem-se a indivíduos que passam certo tempo do ano fora da família no serviço de contrabando, resultando daí não comerem em casa, alguns dias (costumam levar comida para 3-4 dias) e sobretudo ter um gasto enorme na rubrica “Vestuário e calçado”, sendo portanto muito afectada a percentagem relativa à alimentação. Ainda tentámos rectificar estas percentagens, mas o resultado final vinha afectado apenas de 1,5 a 2 %, resolvendo então não os modificar. A verba do Vestuário e calçado, anda no país por 15 % aproximadamente.

Fonte: José Moreira de Sousa Andrade, *Estudo Económico-Social da Freguesia de Quadrazais*, op. cit., p. 33.

mente 2166 ha dos quais cerca de 50 % são susceptíveis de aproveitamento agrícola, não admitiria discussão se não conhecessemos pormenores sobre o *modus vivendi* do povo (...)»⁶⁷². Tal não impediria que quatro anos mais tarde viesse a ser publicado pela JCI o *Projecto de Colonização do Baldio de Quadrazais* (1942) – que acabaria afinal por não ser executado. Mas importa sobretudo notar a natureza alargada do estudo – estendido a toda a região e ao conjunto universal dos seus habitantes – e o estatuto prospectivo das monografias aplicadas agora (e tal como se explicitava) com o duplo intuito de apreciar a situação económica da população e de veicular uma imagem das condições de vida das classes por que se repartiam⁶⁷³ – e já não imediatamente submetidas à necessidade de apurar a área mínima necessária à viabilidade económica de uma exploração, como no Sabugal (e no primeiro projecto dos Milagres). A

⁶⁷² Id., *ibidem*, p. 191.

⁶⁷³ Id., *ibidem*, p. 32.

ocorrência decorria directamente de desígnios próprios da JCI, como vimos (das motivações «sociais» que a animavam), mas coincidia também, sublinhe-se devidamente, com a implantação do regime de cooperação entre aquele organismo e o ISA – que na realidade remontava já a meados do ano anterior (1937) e de que este trabalho constituía desde logo resultado parcial.

Efectivamente, a sua aplicação no terreno contara já com a assistência de um aluno tirocinante do ISA, colaboração de que resultaria o respectivo estudo *Aspectos sociais e económicos da freguesia de Quadrazais*⁶⁷⁴ – que reproduzia no essencial e de forma abreviada os dados e as conclusões do relatório oficial. O mesmo sucederia então num outro projecto coordenado por Henrique de Barros, que entretanto transitara da extinta Estação Agrária Central para a Junta de Colonização Interna (em 1936): tratava-se do *Projecto de colonização dos baldios de Côta, Calde, Fráguas e Queiriga*⁶⁷⁵ (freguesias contíguas do distrito de Viseu) em cujo inquérito económico-agrícola preliminar (assim designado e da responsabilidade daquele)⁶⁷⁶ tomaria parte um outro finalista do ISA e do qual resultaria o correspondente relatório final, *A freguesia de Côta e o seu Baldio (Subsídios para um estudo Económico-Agrícola)*⁶⁷⁷, de 1938, em tudo semelhante ao do seu colega embora com arrumação ligeiramente diferente. De facto, relativamente àquele, o relatório em causa distinguia-se pela separação entre os aspectos do estudo mais estritamente agrícolas (juntamente com outros relacionados com a economia das culturas, em capítulo denominado «A agricultura na freguesia»), e o que designava de «Estudo económico-social», propriamente dito – indistintamente condensados no primeiro, como vimos, em «Meio Social e Económico», e aqui interpolados pela descrição do baldio. Neste caso, sob aquele tópico, destacavam-se então o estudo da «Propriedade e Exploração Agrícola» e o estudo da «População», este em alíneas que se ocupavam, por um lado, da «demografia» estatística da região e, por outro, da «crítica das monografias» apenas – sucessivamente decompostas pela análise cotejada da «instrução, ocupações, alimentação, vestuário e calçado, luz e higiene,

⁶⁷⁴ João de Sousa e Mello, *Aspectos sociais e económicos da freguesia de Quadrazais*, Lisboa, ISA, 1939.

⁶⁷⁵ Junta de Colonização Interna, *Projecto de Colonização dos baldios de Côta, Calde, Fráguas e Queiriga*, Lisboa, JCI, 1939 (citado em Direcção Geral de Planeamento e Agricultura, *Catálogo...*, *op. cit.*).

⁶⁷⁶ Henrique de Barros e Manuel Costa, *Inquérito económico-agrícola aos baldios do concelho de Viseu*, Lisboa, JCI, 1938 (citado em Direcção Geral de Planeamento e Agricultura, *Catálogo...*, *op. cit.*).

⁶⁷⁷ Manuel Costa Lopes, *A freguesia de Côta e o seu Baldio (Subsídios para um estudo Económico-Agrícola)*, Lisboa, ISA, Junho de 1938.

despesas diversas, habitação, capitais domésticos, receitas, despesas e movimento de caixa».

Semelhante organização derivava de forma mais ou menos directa dos procedimentos empregues para a colheita de informação atinente aos tópicos à partida ponderados, a saber (e para além de um questionário preliminar de aplicação universal): inquéritos às técnicas e economia de culturas e gado; ao aproveitamento actual do baldio; e, finalmente, económico-social da população, *pelo método monográfico e de acordo com as metodologias introduzidas por Lima Basto*. Quanto ao plano das monografias, o autor dizia-se expressamente inspirado no que fora utilizado no *Inquérito Económico-Agrícola*, embora submetido, sublinhe-se, às adaptações então promovidas por Barros no âmbito da JCI⁶⁷⁸ e entre as quais avultava a recolha sistemática de elementos referentes à casa – prática que começaria por se instituir naquele organismo e só depois no ISA. De resto, a tendência subsecutiva para a delimitação, primeiro, e para a disjunção, depois, dos aspectos económico-sociais na investigação agronómica no ISA que assinalámos mais atrás ver-se-ia ela própria confirmada – antes ainda de o ser pelos sucedâneos do *Inquérito Económico-Agrícola* que aí seriam entregues (a partir de 1938) na qualidade de relatórios finais e que tivemos oportunidade de explorar no capítulo anterior – por outros relatórios da mesma série originalmente procedentes da actividade técnica da JCI, dessa feita integrados nos trabalhos entretanto encetados (uma vez mais sob a direcção de Henrique de Barros) com vista à instalação da colónia agrícola da herdade de Pegões: em concreto, *Uma colonização de iniciativa particular em Vendas Novas*⁶⁷⁹ e *Estudo de um caso de colonização*⁶⁸⁰, ambos consagrados ao estudo de alguns casos de povoamento de iniciativa particular ocorridas na região e onde a situação económica da exploração agrícola e a situação social da população (ou, de forma mais específica, do «trabalhador rural») eram avaliadas separadamente.

Seria também esse o caso de *A agricultura no concelho da Vidigueira. Subsídios para o seu estudo económico-social*⁶⁸¹ (aplicado entre Março e Julho de 1937 e datado

⁶⁷⁸ Id., *ibidem*, p. 113.

⁶⁷⁹ José Luís da Silva Carvalho Vieira, *Uma colonização de iniciativa particular em Vendas Novas*, Lisboa, ISA, 1939.

⁶⁸⁰ Francisco Rosa, *Estudo de um caso de colonização*, Lisboa, ISA, 1940.

⁶⁸¹ José Rebelo Vaz Pinto, *A agricultura no concelho da Vidigueira. Subsídios para o estudo económico-social*, Lisboa, ISA, 1938.

de Janeiro de 1938) que, juntamente com *A Colonização da Gafanha (Subsídios para o seu estudo)*⁶⁸², inaugurava a série de estudos dessa índole entregues no Instituto naquela qualidade. Ali era o inquérito ao *Parcelamento da Herdade da Torre (Vidigueira)*, da JCI, que servia de pretexto à investigação – de que resultaria ainda uma publicação oficial⁶⁸³, com base nos mesmos dados mas com estrutura apenas similar. O trabalho em causa destacava-se justamente, não só por ser o primeiro da série, mas também pela distinção estrita que começava por fazer dos elementos económicos e sociais – aspecto que teria neste estudo a mais perfeita tradução na sua versão académica. Assim, a um primeiro e breve capítulo consignado às características «mesológicas, agrícolas e demográficas» da região, sucedia-se antes de mais um outro dedicado à análise da «exploração agrícola» (complementado por um terceiro designado «Contributo para o estudo da divisão predial, da propriedade e da evolução da exploração agrícola»); e um quarto especificamente dedicado ao estudo do «trabalhador rural» – cada um desses dois baseados, respectivamente, em monografias de unidades produtivas, por um lado, e em monografias familiares, por outro⁶⁸⁴. A distinção procedia da própria estrutura do inquérito que lhe estava na origem e, em específico, dos objectivos consignados, a saber: dar conta da «influência» da divisão fundiária aí ocorrida, «na economia» mas também, registre-se, no «bem-estar dos novos proprietários» – no quadro da descrição geral daquele processo de parcelamento de iniciativa privada (que constituía a I Parte) e com base, justamente, naquela caracterização e naquelas monografias, económicas e sociais (II Parte)⁶⁸⁵. Estas últimas, por seu turno, ficariam desde logo marcadas, relativamente às que se encontravam então disponíveis (do *Inquérito Económico-Agrícola*) e ainda antes de o questionário-guia para o *Inquérito à Habitação Rural* ser dado à estampa (no ano seguinte, em 1938), pelo seu pormenor relativo mas também, para além do alargamento do número de aplicações, pela inclusão de elementos referentes à casa e pela exclusão de elementos relativos à empresa agrícola – facto até então inédito neste tipo de trabalhos.

A título de exemplo, atente-se numa das nove monografias familiares compiladas (a mais grave das situações registadas) que respondia sucessivamente aos

⁶⁸² Manuel Sieuve Afonso, *A Colonização da Gafanha (Subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, ISA, 1938.

⁶⁸³ Junta de Colonização Interna, *Parcelamento da Herdade da Torre (Vidigueira)*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1938.

⁶⁸⁴ José Rebelo Vaz Pinto, *A agricultura no concelho da Vidigueira*, op. cit.

⁶⁸⁵ Junta de Colonização Interna, *Parcelamento da Herdade da Torre (Vidigueira)*, op. cit.

tópicos «constituição», «antecedentes e instrução da família», «situação da família e suas aspirações», «habitação», «regime de trabalho», «bens da família», «receitas e despesas anuais», «balanço da situação financeira» e «economias». Tratava-se da família de A. C., jornaleiro de 42 anos, natural e residente da Vidigueira e casado com J. R. N., quatro anos mais nova, pais de três rapazes e duas raparigas (a mais velha dos quais com 12 anos, o mais novo com meses), ambos analfabetos e no limiar da miséria. O seu chefe ademais, e «não obstante ter épocas de desemprego e também bastantes filhos, gasta[va] parte dos salários em vinho, embriagando-se e maltratando a mulher e os filhos, que às vezes são recolhidos e alimentados pelos vizinhos»; fosse como fosse, declarava, mostrava gosto em «ter salário certo e remunerador ou então uma courela de terra que trabalhasse». Viviam numa casa de renda pertencente à Misericórdia, na realidade um telheiro (provavelmente uma antiga cavalaria ou palheiro) com chão de terra batida e tecto de telha vã, com uma divisão apenas, dividida por dois pequenos tabiques de canas e panos: à entrada ostentavam-se quatro cadeiras, uma cómoda, uma arca para o pão e um lavatório de ferro; depois a cozinha e o quarto de família, mobilado com duas camas de ferro e roupas em estado lastimoso. Possuíam ainda um machado, uma roçadoura e um alferce. O confronto entre receitas e despesas resultava num défice superior 20 por cento. Naturalmente, não tinham economias.⁶⁸⁶

De forma mais geral, sublinhava-se no mesmo trabalho, os orçamentos domésticos de cada uma das classes de trabalhadores rurais (mas também de seareiros) acusavam sem excepção um balanço deficitário, «por vezes avultado», ao qual faziam face «com dolorosas compressões das despesas de alimentação e outras, como a sua miséria bem patente confirma». «[A] alimentação chega a absorver 85,5 por cento do total das despesas», salientava-se⁶⁸⁷ (vd. quadro n.º 8). E advertia-se ainda de modo solene (embora apenas na versão académica do trabalho): não obstante o superior interesse destas monografias sobre a família, que proporcionavam «um conhecimento mais do que suficiente do seu modo de vida», ou justamente por isso («sabe-se por exemplo que a verba da alimentação atinge uma percentagem sôbre o total das despesas igual e por vezes superior à que se encontrou para as miseráveis populações chinesas»), não pretendendo actuar, melhor fora evitá-las. Dizia o autor:

⁶⁸⁶ Cf. José Rebelo Vaz Pinto, *A agricultura no concelho da Vidigueira*, op. cit., pp. 210-212; e Junta de Colonização Interna, *Parcelamento da Herdade da Torre (Vidigueira)*, op. cit., pp. 158-159.

⁶⁸⁷ Id., *ibidem*, p. 165.

[QUADRON.º 8]

RESUMO DOS ORÇAMENTOS DAS FAMÍLIAS RURAIS ESTUDADAS [VÍDIGUEIRA]

Família	DESPESA											RECEITAS			Deficit		
	Habituação		Alimentação	Luz e cabr	Vestuário e Calçado	Higiene e Limpeza	Médico e farmácia	Instrução	Vinho e tabaco	Totais	Da exploração da terra e diversos ⁽¹⁾	De salários ⁽²⁾	Totais				
	\$	%															
F.R.C.	40800	0,79	3328\$00	66,17	3248\$90	6,45	5328\$80	10,57	3138\$60	6,27	1408\$00	2,78	5028\$80	3331\$69	3331\$69	1697\$11	
M.A.C	113800	0,11	7300\$00	70,67	361\$00	3,49	1370\$00	13,26	2388\$40	2,31	1008\$00	0,97	10329\$90	2793\$38	5635\$00	8428\$38	1901\$32
M.S.L.	90800	2,08	2711\$00	62,67	2838\$10	6,54	3308\$00	7,65	988\$00	2,26	1008\$00	2,31	4325\$80	1264\$94	1264\$94	3080\$66	
A.B.L.	130800	2,96	3528\$00	74,24	1988\$00	4,46	4008\$00	9,11	1508\$00	3,31	3080\$00	0,93	4388\$00	781\$13	781\$13	3606\$87	
M.J.M.	60800	1,85	2600\$00	80,38	1838\$20	5,66	1508\$00	4,64	1338\$20	4,12	3080\$00	0,93	3254\$40	2046\$00	9208\$00	2966\$00	2688\$40
J.A.B	106800	2,49	2711\$00	63,81	4548\$40	10,69	5368\$00	12,61	1288\$80	3,03	5080\$00	1,30	4248\$20	1772\$30	1772\$30	2475\$70	
A.P.	90800	2,34	2600\$00	67,84	2578\$60	6,72	4808\$00	12,52	1268\$40	3,29	5080\$00	1,30	3832\$00	1840\$00	1840\$00	1992\$00	
F.B.	45800	0,73	3361\$80	54,65	4168\$00	6,76	1054\$00	17,13	2888\$40	4,65	9888\$00	16,06	6151\$20	4320\$00	4320\$00	1831\$20	
A.C.	5800	0,19	2190\$00	85,55	4180	1,62	1908\$00	7,42	1138\$20	4,42	20800	0,78	2559\$80	2000\$00	2000\$00	558\$80	

(1) – Incluído os salários do empresário e família na sua e exploração.

(2) – Salários ganhos por conta de outrem.

Fonte: José Rebelo Vaz Pinto, *A agricultura no concelho da Vidigueira*, op. cit., p. 215.

é uma crueldade continuar a dar ao rural a ilusão de que os governantes se interessam por êle e querem ajudá-lo e, ao técnico que realizará tais inquéritos, é também desagradável tocar êste assunto, préviamente convencido de que o seu trabalho de nada servirá e está remexendo chagas sociais cuja cicatrização e cura se não quiere provocar⁶⁸⁸.

E se é verdade que os «governantes» acabariam por não revelar grande empenho em saná-las – para mal de seareiros e jornaleiros da Vidigueira como do resto do país – nem por isso o apelo viria a ser atendido. Pelo contrário.

Na realidade, o trabalho em apreço marcaria simbolicamente o arranque de uma nova fase da investigação económico-agrícola em Portugal que daí em diante prosseguiria a bom ritmo; com particular incidência, diga-se, precisamente sobre os designados aspectos económico-sociais, em torno dos quais se constituiria então (vimo-lo já em parte) um importante acervo de trabalhos que tenderiam a aprofundar a sua disjunção e a destacar, por um lado as condicionantes económicas da exploração agrícola, e, por outro (e tal como nos interessa salientar), as condições de vida do trabalhador rural – na JCI, desde logo, mas também no ISA, em virtude do tipo de inerências institucionais aludidas.

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA E INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA: A AUTONOMIZAÇÃO DO SOCIAL

O «alcance social» deste tipo de estudos seria expressamente apontado por um outro tirocinante do ISA incorporado na JCI, em relatório final de 1940, *A alimentação e a habitação do rural de Amareleja. Subsídios para o seu estudo*, ele próprio exclusivamente dedicado às circunstâncias sociais da vida daquele trabalhador (neste caso no distrito de Évora) e onde a ascendência dos primeiros trabalhos sobre o

⁶⁸⁸ José Rebelo Vaz Pinto, *A agricultura no concelho da Vidigueira, op. cit.*, pp. 213-214.

Inquérito à Habitação Rural (então em curso) e do plano deste sobre o seu relatório era devidamente sublinhada⁶⁸⁹.

O significado do problema da casa em específico era objecto de extensa explicitação, em sintonia, afirmava-se, com o cuidado especial que o tema merecia já nos designados «países cultos». O acréscimo de população a par do aumento do nível de vida ocorrido «e que exige condições de conforto e higiene até aqui não requeridas» assim o justificavam. Antes de mais nos grandes centros urbanos e industriais, onde o problema se apresentava de mais difícil solução mas onde simultaneamente melhor havia sido atendido até à data – no estrangeiro, por iniciativa do estado ou de empresas particulares, e em Portugal, através da obra das «casas económicas»⁶⁹⁰. Justificava-o ainda a indispensável manutenção da coesão social:

Quando a casa não tem conforto, não proporciona bem estar à família, esta vê-se impelida a procurar êsse conforto e bem estar em outros locais, passando a casa a ser apenas o albergue onde dorme; a sua vida nas horas vagas afasta-se cada vez mais do convívio familiar, o que constitui para o adulto alteração na sua conduta perante a sociedade e é para a criança ainda de mais sérias consequências⁶⁹¹.

Nas cidades, insistia o autor, mas também no campo onde não obstante haver menos a «recrear», se incorria igualmente em «perigo para a sociedade, para a instituição da família, base de toda a organização social, “a mais pura fonte dos factores de produção”»⁶⁹². De facto, prosseguia, dava-se então por adquirido que o lar não só acautelava os inconvenientes da emigração como contribuía ainda para o superior rendimento do serviço agrícola. Na verdade, dizia,

⁶⁸⁹ Ilídio Ismael Gomes Barbosa, *A alimentação e a habitação do rural de Amareleja. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, ISA, 1940, p. 146.

⁶⁹⁰ Id., *ibidem*, p. 103.

⁶⁹¹ Id., *ibidem*, p. 103-104.

⁶⁹² Id., *ibidem*, p. 104 (sublinhado nosso). As palavras grifadas eram atribuídas a Oliveira Salazar.

proporcionar ao trabalhador rural habitação confortável não só lhe aumenta o bem estar como desenvolve amor pelo trabalho e atenua o êxodo rural; é que é mais económica, mais estável, mais bem constituída a família que se abriga sob tecto próprio” e quanto maiores forem os atractivos que prendam a família ao lar, maiores serão os resultados colhidos, debaixo do ponto de vista social⁶⁹³.

Daí também, acrescentava, que ao técnico agrícola interessasse, para além do estudo da alimentação, o estudo da casa rural «como uma das primeiras necessidades do homem, do motôr insubstituível nos mais diversos trabalhos do campo. (...) É mais um ponto de contacto entre o higienista e o agrónomo na missão de contribuir para a defêsa da raça».

E assim se procederia, com efeito, procurando contribuir para o grande inquérito nacional então em curso, com base na distinção entre três classes de trabalhadores rurais – jornaleiros, permanentes e pequenos proprietários. O autor justificava a repartição afirmando que «O estudo isolado da habitação, sem indagar a situação económica dos que nela vivem, pouco interesse oferece». Seguindo de perto a estrutura metodológica do questionário-guia do *Inquérito à Habitação Rural*, procedera-se de forma a «mostrar a casa rural nos seus vários tipos e aspectos e de maneira a interessar uma área maior do que a abrangida pela freguesia». Por referência àquelas categorias, considerava-se ainda que os casos estudados eram representativos não só do concelho de Moura, mas também dos de Serpa e de Mourão⁶⁹⁴. Quanto ao estudo propriamente dito, avultava pelo detalhe empenhado das observações que se detinham sucessivamente no aspecto global da localidade e exterior das habitações, interior dos lares e respectivos recheios.

Em termos gerais, afirmava o autor, as condições geográficas e climáticas regionais bem como a redução dos encargos associados à manutenção começavam por explicar o «aspecto monótono» da localidade. Monotonia que se estendia ao interior das próprias casas, com duas a cinco divisões, uma ou duas portas para o exterior (quando existia quintal) e distribuição idêntica em todas. Acresciam pormenores do interior:

à entrada a casa de estar é a sala de visitas da família: mêsas, cómodas, arcas, uma cantoneira, por vêzes uma máquina de costura, cadeiras e um canapé

⁶⁹³ Id., *ibidem*, p. 104-105.

⁶⁹⁴ Id., *ibidem*, p. 106.

arrumam-se encostados às paredes, deixando espaço livre ao meio, ou quando há “camilha” – mēsa redonda com um patamar rés-vés ao chão onde se põe a brazeira – é ela que preenche êsse espaço, tendo em cima um candieiro de petróleo; reposteiros de chita fecham os vãos de porta que comunicam com os compartimentos contíguos, furtando à curiosidade o desarranjo que nêles reina e que não é o asseio e a arrumação da sala de estar⁶⁹⁵.

À descrição da «casa de estar» sucedia-se primeiro a do quarto de dormir, que albergava toda a família, com uma única abertura (o vão da porta de entrada), sem janelas («são raríssimas») e acanhado: «tem-se a sensação de apêrto, o apêrto em que todos dormem – pais e filhos no mesmo quarto e muitas vêzes (no inverno) na mesma cama...». Depois, a descrição da cozinha, o maior compartimento da casa, «no inverno a sala do cavaco, onde se lamenta a chuva que alagou as searas e impossibilitou as mondas, a contribuição que relaxou e onde a mãe ultima o enxoval da filha que há tantos anos vem amealhando uns dinheiro que agora se dispõem da forma mais económica». E, finalmente, a descrição do recheio, «produto de longos e de sacrifícios sem par, (...) comprado pouco e pouco pela noiva providente com o dinheiro que amealhou desde que começou a ganhar, e algum que, nos últimos preparativos, padrinhos generosos ofereceram»⁶⁹⁶.

Tudo isto, claro, com reflexo ao nível do tempo passado em casa, muito reduzido, e com prejuízo manifesto para os seus ocupantes, o que justificava desde logo o arrolamento de uma lista dos preços dos materiais de construção praticados na zona (para futuros melhoramentos, a efectuar pelo Estado) e ainda a emissão de algumas sugestões (para o mesmo efeito) baseadas em práticas então correntes noutros países: a

⁶⁹⁵ «Retratos de entes queridos, quadros mais ou menos berrantes, ou ainda estampas de santos com letreiros em espanhol, ornamentam as paredes. Na cantoneira, guarda-louça que é o orgulho de uma casa, expõe-se toda a baixela de louça e de vidro que nunca serviu e que ali é enfeite apenas; as arcas cobertas ou não com toalhas de chita, as parêdes pintadas até meia altura de amarelo ou rosa e dali ao tēto branco; o pavimento de “baldosas” (espécie de ladrilho, de barro cosido) irrepreensivelmente lavado, tudo enfim em um ambiente acolhedor e de asseio inexcédível» (id., *ibidem*, p. 108).

⁶⁹⁶ Id., *ibidem*, pp. 108-109. O autor prosseguia: «O noivo, por vêzes, pouco mais que uma arca, mais ou menos recheada, leva para o novo lar. Móveis que a noiva não pode comprar têm que sair de casa de seus pais; por isso o cuidado na sua conservação é o máximo, pois não há meios para adquirir outros nem tão pouco para concertar os antigos, que ficam à mercê do caruncho. Monta-se uma casa bem ou mal e mal ou bem ela serve para a vida inteira. Quanto mais novos forem os casais, mais novos serão os seus móveis; nada se compra a não ser algum copo ou travessa que faça muita falta ou colhêr indispensável e para o qual, muitas vêzes à força de comer menos, tiram da ponta dos lenços o dinheiro que puderam guardar (id., *ibidem*, pp. 109-110).

concessão de empréstimos amortizáveis a longo prazo e a baixos juros, como na Dinamarca e em França, ou reembolsáveis, como na Finlândia; a atribuição de subsídios, como em Inglaterra; isenção de impostos e contribuições estatais, como em Itália; ou a superior instituição de prémios para as aldeias que adoptassem medidas tendentes a melhorar a sua vida social, como fora já feito na Bélgica (pela Comissão pour l'Embellissement de la Vie Rurale) – onde de resto uma sociedade cooperativa particular auxiliada pelo governo construíra um «modelo de aldeia moderna, destinado a dar uma ideia perfeita do que deveria ser um tal centro de vida rural e correspondente a todas as exigências modernas na vida do campo»⁶⁹⁷. Em Portugal, por seu turno, até então – lastimava-se o autor – pouco ou nada a registar: apenas a construção da Colónia Agrícola dos Milagres. «Bases de estudo, exemplos magníficos vamos acumulando; resta encorajar as boas vontades e encarar o problema como de primeira necessidade e de urgente resolução»⁶⁹⁸.

As dificuldades estendiam-se ademais à alimentação, como se dava por demonstrado na primeira parte do trabalho, consagrada ao tema; e ainda, de forma amplificada, às condições de vida genéricas da população, como atestavam as monografias familiares ali compiladas e a que correspondiam, nesta segunda parte, os cadastros monográficos das respectivas habitações, nos termos do futuro *Inquérito à Habitação Rural*⁶⁹⁹. Tal como neste, o estudo da habitação (e, neste caso, da

⁶⁹⁷ Id., *ibidem*, p. 142-143.

⁶⁹⁸ Id., *ibidem*, p. 144.

⁶⁹⁹ Anote-se um exemplo: «Habitação A-3 § A casa de M. B. C. fica na rua Traz das Eiras, exposta ao poente e compõe-se de 4 compartimentos e um quintal sem vedação. De aspecto exterior destoando do conjunto das moradias vizinhas pelo mau estado de conservação, é contudo caiada na fachada principal. As trazeiras não têm qualquer rebôco e nem estão caiadas. Os dois compartimentos da frente destinam respectivamente a quarto de dormir e casa de estar, separados por um vão de porta com reposteiro. Dois outros compartimentos na parte sul destinam-se respectivamente a cosinha e a “cabana” onde alberga um burro. Os primeiros têm o pavimento de “baldosas” e o teto de caniçado com argamassa, os seguintes são de terra firme e o teto é de telha vã em “salto de rato” (em que o caniçado não é contínuo). § Todo o interior da casa se apresenta com aspecto pobre, miserável e uma falta de aseo que contrasta enormemente com o habitual da região. Á miséria alia-se o desleixo e este talvez seja provocado precisamente pelo modo de vida desafortunado que leva a família. § Excluindo algumas casas de mendigos que visitámos, esta deve ser a que representa o tipo mais baixo da habitação do trabalhador rural no que se refere ao arranjo interior. § Na única cama que possuem dormem os pais e os filhos mais novos, os restantes dormem sobre caixotes que juntos com um enxergão, formam o leito. Servem-se para o abastecimento de água de um poço a uns 500 metros. § Valor venal: 1.000\$00 § Rendimento coletavel: 148\$00; Rendimento locativo 180\$00 § Recheio da casa [com os devidos valores de compra e valor actual, que aqui omitiremos]: 1 cama de ferro, 4 mesas pequenas de pinho, 4 cadeiras pequenas de pinho, 4 cadeiras grandes (inutilizadas), 1 mala, 2 arcas, 2 enxergões de palha de centeio, 1 colchão de palha de centeio; 1 tacho de esmalte, 1 tigela de esmalte, 3 frigideiras de barro, 2 frigideiras de esmalte, 2 cantaros de barro, 3 cantaros pequenos de barro, 2 panelas de barro, 6 colheres de folha, 6 garfos de ferro, 2 facas; 12 pratos de esmalte, 15 pratos de louça, 2 pratos de barro vidrado, 4 copos grandes, 1 almotolia de folha,

alimentação) não constituía senão parte de um estudo mais alargado, especificamente dedicado dos níveis de vida do trabalhador rural.

Razões imediatas (algo circunstanciais, diga-se) que aqui conduziriam a semelhante desfecho – falta de tempo para completar o estudo económico-social⁷⁰⁰ – seriam substituídas por outras programáticas em *A Sociedade Rural Barrosã*, relatório final de licenciatura do mesmo ano (1940), de âmbito idêntico mas de ambições mais latas⁷⁰¹; e isto apesar de o respectivo autor ter chegado à JCI como tirocinante do ISA, sem ideias assentes quanto à natureza do trabalho a apresentar. Uma vez colocado no Barroso, porém, «fortemente impressionado» por «uma vida de trabalho intenso», enveredaria pelo inquérito monográfico às condições económicas das famílias da região compilando por recurso ao plano elaborado por Barros para a JCI (no trabalho sobre os baldios de Viseu) um total de nove aplicações (as mesmas que serviriam de base à secção do *Inquérito à Habitação Rural* dedicada a esta zona) distribuídas pelas três camadas em que se considerava repartida a dita sociedade (como no relatório que produziria para o dito inquérito e que tivemos oportunidade de explorar no capítulo 5). Como de costume, do estudo retirar-se-iam conclusões relativas ao «modo de existência» do universo populacional em causa, devidamente examinadas em capítulo próprio pelas alíneas de inquérito convencionadas – alimentação, habitação, vestuário, luz e higiene, e diversão – e globalmente decompostas para cada classe em unidades de consumo diárias, para os devidos efeitos comparativos: entre 6\$46 e 4\$22 para a classe A e 2\$01 e 1\$13 para a classe C⁷⁰² (vd. quadro n.º 9). Mas o procedimento correspondia também, como dissemos, a objectivos mais vastos que, desta feita, extravasariam a sociologia espontânea praticada por alguns dos seus colegas.

Aqui, afirmava-se, a observação detalhada das «manifestações económicas dos agrupamentos menores nela compreendidos», pelo método utilizado, constituía a base do estudo da própria «sociedade», neste caso do Barroso, que deveria englobar ainda, de

1 candieiro de vidro; 2 lenços de pano crú, 1 lenço de pano cru, 2 almofadas de lã; 2 mantas de lã, 2 cobertores de algodão, 2 toalhas de mesa, 6 guardanapos, 2 reposteiros de chita (id., *ibidem*, pp. 123-124).

⁷⁰⁰ Diria o autor: «Não era nosso intuito estudar apenas a alimentação e a habitação do rural; êste assunto fazia parte de um primeiro trabalho sôbre as condições económico-sociais da região, sem dúvida mais vasto mas que exigia tempo de que não podíamos dispor. § Impelidos, portanto, por circunstâncias imperiosas, a desistir do plano delineado, ocupamo-nos de uma matéria que pela importância sempre crescente que lhe vem sendo atribuída aos países cultos julgamos oportuna e a nossa colaboração capaz de trazer pequeno subsídio para o seu estudo em Portugal» (id., *ibidem*, p. 1).

⁷⁰¹ Flávio Soares Martins, *A Sociedade Rural Barrosã*, Lisboa, ISA, 1940.

⁷⁰² Id., *ibidem*, pp. 3-4.

forma mais genérica, *o estudo do meio* – que por seu turno subdeterminava os fenómenos daquela índole e, por via destes, influenciava «a maneira de agir dos homens». Era esse, de resto, o desígnio abstracto a que se propusera de início («estudar quais as razões que tinham determinado ser tão característica a Sociedade barrosã»), muito embora com ambições práticas declaradas: «Conhecer um fenómeno é dominá-lo, evitando ou não a sua produção pelo manejo da causa ou causas que o provocam». E prosseguia: «Porque isto constitui verdade flagrante, é-nos admissível supôr, que se faz trabalho útil quando se estudam êsses fenómenos, isto é, quando determinadas as causas que os originam, o homem consegue dominá-los». Daí também, afirmava ainda, e ao contrário do que era comum encontrar-se em «tais géneros de estudos» (nomeadamente «nos autores franceses», como dizia, mas também em alguns trabalhos do ISA, como vimos), que se tivesse optado pela aplicação de inquéritos a nove famílias (equitativamente repartidas pelas classes designadas) e não apenas pela execução, como reputava de norma naqueles estudos, de «duas ou três monografias, e por vezes mesmo só uma, respeitante a família ou famílias que correspondem ao tipo mais generalizado da região». Assente, como estava, que a Sociedade se fundava em relações de carácter económico, «não é lógico supor que uma família que procura os seus meios de subsistência de um modo diferente de uma outra, se comporte igualmente perante a Sociedade». E completava: «Foi a partir dêste princípio que nós concebemos a Sociedade dividida em várias camadas consoante o seu grau de riqueza»⁷⁰³.

Era esse o princípio em vigor, como vimos, entre os trabalhos realizados na JCI (mesmo que nem sempre justificado em termos tão explícitos e restringido às classes inferiores), entretanto estendido às monografias directamente emanadas do ISA e, neste caso específico, misteriosamente alargado às camadas mais altas da sociedade⁷⁰⁴ – opção que, como vimos, destoaria não só do conjunto destes trabalhos mas também no

⁷⁰³ Id., *ibidem*, pp. 1-2.

⁷⁰⁴ O autor definia-as nestes termos: «Uma camada *A* a que pertencem as famílias mais poderosas em riqueza, empregando na sua exploração pessoal permanente (criados), além de todo o trabalho familiar. § Uma camada *B*, mediana, em que as receitas da família provêm de uma exploração que raramente emprega pessoa permanente e absorve todo o trabalho familiar. § Uma camada *C* a que pertencem as famílias menos possuidoras de riqueza e que sem serem mendigos se dedicam à cultura de um pouco de terra, e cujas receitas provêm em grande parte do trabalho à jorna, e de algum officio» (id., *ibidem*, pp. 3-4).

[QUADRO N.º 9]

**QUADRO DAS DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO POR UNIDADE DE CONSUMO,
POR ANO E POR DIA E DAS PERCENTAGENS DAS DESPESAS DA FAMÍLIA
[BARROSO]**

	Despesa por unidade de consumo		Percentagens					
	Por ano	Por dia	Alimentação	Vestuário	Habitação	Luz e higiene	Diversos	Recreio
Camada A								
1	2365\$70	6\$48	63,35	19,31	4,11	1,35	6,86	5,0
2	1585\$13	4\$34	66,75	21,69	4,14	0,95	6,47	-
3	1540\$50	4\$22	77,08	16,69	2,41	0,62	3,22	-
Camada B								
1	1602\$70	4\$39	79,59	15,36	1,61	0,79	2,65	-
2	1756\$50	4\$80	82,82	12,90	1,21	1,06	2,01	-
3	1372\$70	3\$74	73,31	12,40	2,43	1,06	5,90	-
Camada C								
1	735\$65	2\$01	82,22	13,89	1,65	1,17	1,07	-
2	547\$60	1\$50	86,64	10,37	1,75	1,24	-	-
3	413\$60	1\$13	82,79	13,13	0,78	2,07	1,23	-

Fonte: Flávio Soares Martins, *A Sociedade Rural Barrosã, op. cit.*, p. 53-54.

Inquérito à Habitação Rural e que mereceria de Francisco Ramos da Costa (na sua recensão crítica à obra que acompanhámos mais acima) rasgados elogios. Não é improvável que o facto decorresse directamente da aparente proximidade do autor da monografia em apreço ao Partido Comunista Português⁷⁰⁵. A este respeito, era notória por exemplo a sua insistência na subdeterminação económica dos fenómenos sociais ou naquilo que deveria ser a leitura relacional dos dados obtidos para o «modo de existência» das várias classes («só assim terão valor»)⁷⁰⁶; como notória era a forma

⁷⁰⁵ Vd. *supra* nota 427.

⁷⁰⁶ «Querida ainda esclarecer que os números que aparecem nas monografias não devem ser tomados em sentido absoluto, nem com aquela rigidez que caracteriza os métodos numéricos. No decorrer deste trabalho, quando tratarmos do “modo de existência” apresentamos em quadro vários números e percentagens respeitantes à satisfação das necessidades, donde se pretende tirar algumas conclusões. Em realidade, quando analisados separadamente dificilmente permitem a formação de uma ideia, ou mesmo que seja possível formá-la, quasi nunca corresponde ao verdadeiro. § Os números e as percentagens desse quadro que representa como as necessidades se satisfazem nas 3 camadas devem ser considerados relativamente uns aos outros, porque só assim terão valor» (Flávio Soares Martins, *A Sociedade Rural Barrosã, op. cit.*, p. 3).

como sugeria que a superior conveniência da intervenção estatal (que se opusesse «ao livre desenvolvimento das leis económicas», favorecendo a constituição de explorações familiares, sublinhe-se) pudesse aqui tomar a forma de uma cooperativa, controlada pelo Estado, que «faria a exploração em conjunto dos baldios e as suas receitas seriam proporcionalmente distribuídas, consoante as precisões de cada família, e consoante ainda o trabalho com que cada uma concorreu para a sua exploração»⁷⁰⁷. Fosse como fosse, a ocorrência não deixaria de ter correspondência no âmbito especialmente alargado do presente relatório e em particular na sua pronunciada vocação sociológica: a uma primeira parte dedicada ao estudo da envolvente («o que nos pareceu suficiente a respeito do meio para a compreensão da Sociedade barrosã», justificava), seguiam-se capítulos sucessivamente consignados ao «trabalho», à «propriedade», «economia», e «sociedade» – aqui com especial destaque para os aspectos relacionados com o «modo de existência» e com a «família».

A este último respeito, por exemplo, notava-se como o agregado doméstico («agrupamento primeiro que contribui para a formação das sociedades actuais» e como tal base do estudo pelo qual «se pode chegar à compreensão daquelas») se encontrava determinado na sua forma pela natureza da actividade produtiva (predominantemente pastoril e de que se encarregavam fundamentalmente os elementos masculinos) e pela falta de comunicações com o exterior: «São famílias do tipo patriarcal reduzidas à pequenas do meio»⁷⁰⁸. A mesma ordem de factores – económicos – explicava também que aqui como em toda a parte o casamento se fizesse «entre os indivíduos que pertencem à mesma camada», normalmente combinados entre os pais, sem que os filhos muitas vezes o soubessem: «Um dia resolvem e dizem ‘terás que casar com a filha de A ou B’ o que o filho faz normalmente de bom grado porque casar à vontade dos pais é o mesmo que herdar mais». Era pois natural, afirmava-se, que a nível das camadas inferiores os casamentos entre indivíduos da mesma aldeia fossem mais numerosos, pois ao descer na escala económica o número de famílias aumentava; assim, também, que entre as mais abastadas fosse comum a existência de elementos celibatários, ligada à pobreza relativa das explorações – se cada um daqueles «tivesse ao constituir família de retirar do património familiar a parte que lhe competia, cêdo se produzia a

⁷⁰⁷ Id., *ibidem*, p. 77.

⁷⁰⁸ Id., *ibidem*, pp. 49-50.

desorganização do conjunto»⁷⁰⁹. O fenómeno, ademais, encontrava-se relacionado com um outro, a elevada percentagem de filhos ilegítimos: «Enquanto a percentagem no país anda de 16%, no Barrôso sobe a 30%. Estes elementos celibatários não se furtando às relações de carácter social são a causa dêste efeito». E mais ainda – assim se explicava também que no Barroso não se condenassem as mulheres com filhos naquela condição: «É considerado um acto natural, podendo depois casarem-se sem que isso constitua grande impedimento. Não são no Barrôso votadas ao ostracismo como em tantas regiões do nosso país»⁷¹⁰.

Observações deste tipo (e outras como estas referentes aos restantes tópicos que nos absteremos de relatar aqui) bem como a própria estrutura do trabalho, justificavam que o autor não hesitasse em imputar-lhe o estatuto de primeiro relatório final de curso «tratando questões de sociologia rural». A pretensa novidade justificava ainda que a abri-lo se anexassem algumas definições. Desde logo da própria «sociologia», ou «ciência social», que «engloba no seu objecto tudo o que é relativo à noção de homem social», ou seja, todos os «fenómenos geográficos, botânicos, zoológicos... psicológicos, morais, religiosos, etc. etc.» que influenciam os «agrupamentos» ou são por eles influenciados, assim designados de «factos sociais» e, na especificidade dos seus «efeitos», de «fenómenos sociais»⁷¹¹. Os laivos naturalistas da formulação acusavam abertamente a orientação metodológica subjacente, no presente caso vertida de um discreto leplaysiano, Phillippe Champauld⁷¹². Quanto ao primeiro termo da enunciação – o designado «homem social», ou «sociedade» – não era senão afinal o perfeito decalque desse novo objecto entretanto consagrado no ISA: «um conjuncto de agrupamentos da vida privada ou da vida pública que tem por fim obter para cada um dos seus membros a satisfação das suas necessidades materiais, intelectuais e morais;

⁷⁰⁹ Id., *ibidem*, p. 52.

⁷¹⁰ Id., *ibidem*, p. 51. A este respeito, o autor acrescentava ainda: «Vem a propósito dizer que não há em Barroso bruxas. As pessoas que desempenham êsse papel infelizmente tam espalhadas na nossa terra sôbre o pretexto ingénuo de adivinhar o futuro, ou curar penosos males, desempenham uma função muitíssimo mais nociva – a da provocação de abortos. Nas nossas populações rurais o abôrto é causado mais pela vergonha por que passam as mulheres, a condenação e repulsa a que as vota a sociedade do que por considerações de ordem económica. Como se disse, em Barrôso, a mulher não sendo assim condenada, não necessita de recorrer ao abôrto» (id., *ibidem*).

⁷¹¹ Id., *ibidem*, p. 5.

⁷¹² O autor citava Phillippe Champauld, «La Science sociale d'après Le Play et Tourville», *La Science Sociale*, fasc. 109, 1914.

necessidades que o indivíduo entregue somente às suas forças não poderia satisfazer»⁷¹³.

A LÓGICA DO MEIO

Efectivamente, mais do que um “princípio”, simples traslado de um qualquer modelo teórico ou de alguma filiação política, o trabalho em causa representava sobretudo o culminar de um processo de reconhecimento e de progressiva autonomização científica da dimensão “social” da Economia Rural do qual as lições de Luís de Castro e as monografias por si promovidas no âmbito daquela cadeira representavam de certa forma o proémio; o *Inquérito Económico-Agrícola* de Lima Basto, a respectiva delimitação; e de que o *Inquérito à Habitação Rural*, de Basto e de Henrique de Barros, representaria afinal e tão-somente a sua expressão acabada. Processo propriamente epistémico mas a que não foram alheios, como vimos, a conjuntura de crise da década de 1910 cujos efeitos a I Grande Guerra viria agravar (vd. cap. 2); o esgotamento do modelo económico-agrícola vigente e a crise de subsistências da década de 1930 (vd. cap. 3); a renovada atitude política face ao Estado entre políticos e técnicos, a reestruturação do sistema universitário e a autoridade de práticas internacionais equivalentes (vd. caps. 4, 5 e 6); e sobretudo, na sequência destes factores, o lançamento de projectos reformistas apontados à economia e sociedade rurais de que resultaria de forma mais ou menos directa um importante acervo de trabalhos de investigação económico-social (vd. caps. 7 e 8) – do qual se destacaria o problema do trabalhador rural.

De facto, e independentemente das respectivas procedências e das contingências mais imediatas que terão conduzido à execução de cada qual, o que importa é notar como entre o final da década de 1930 e o início da década seguinte a questão se faz tópico de conhecimento académico-administrativo mais ou menos especializado. Recordem-se, entre outros, para além dos dois que acabamos de acompanhar e dos precedentes a que fizemos menção (originalmente dimanados da JCI), *A freguesia de Alvite. Subsídios para o seu estudo económico, social e agrícola*, de 1940, e *Subsídio*

⁷¹³ Id., *ibidem*, pp. 5-6.

para um estudo dos orçamentos familiares rurais em Portugal, de 1941, ambos tratados no capítulo anterior e directamente dimanados do ISA; e realce-se uma vez mais este último, que sistematizava metodologicamente os procedimentos de recolha e tratamento de informações neste tipo de investigações e que assinalava a constituição dessa área de estudos consagrada aos níveis de vida do trabalhador rural (ou, para sermos rigorosos, à sua «elevação»). Recorde-se também *Subsídio para o Estudo Económico-Social dum Rendeiro Minhoto*, que se ocupava simultaneamente da exploração agrícola e, de modo assaz expressivo, das condições de vida da família que a agricultava; e, tal como este, refira-se ainda o *Seareiro da Freguesia da Cabeça Gorda. Concelho de Beja*⁷¹⁴, de 1941, originalmente executado no âmbito da JCI e de idêntica vocação sociológica.

Processo que, reconheça-se, terá sido menos linear do que o que possamos ter dado a entender e que foi certamente menos ordenado e sistemático do que o que intencionalmente procurámos fazer crer. Um relance à lista completa destes trabalhos reporá a complexidade dos factos, com o benefício conexo de permitir obter-se uma ideia mais exacta da importância da sua vertente mais estritamente económica, que de forma igualmente intencional aqui descurámos⁷¹⁵. A verdade é que aquela complexidade autoriza a presente arrumação e conforma-se perfeitamente, cremos, à narrativa a que temos vindo a dar corpo. Outras seriam possíveis, é certo, mas a autonomização a que fazemos referência não só permitirá explicar mais adiante alguns dos predicados deste domínio científico, nomeadamente a desatenção reiterada às relações sociais de produção ou aos aspectos políticos e ideológicos da vida rural, como permite desde já prosseguir a nossa narrativa nos seus próprios termos. É que a dita partição (entre aspectos económicos e sociais da economia agrícola) viria a ter reflexos bem tangíveis. Desde logo, e como ainda teremos oportunidade de ver no próximo capítulo, no posterior desenvolvimento da série de relatórios finais de licenciatura que temos vindo a acompanhar e da qual constariam, entre outros, trabalhos *especificamente* dedicados ao trabalhador rural. Mas também, e de forma perfeitamente sintomática, no I Congresso Nacional de Ciências Agrárias, de 1943, onde na 14.^a secção «Economia agrícola (incluindo Organização científica do trabalho)» – uma das quinze por que se

⁷¹⁴ Joaquim Pedro D'Oliveira Parreira Bugalho Pinto, *O Seareiro na Freguesia da Cabeça Gorda. Concelho de Beja*, Lisboa, ISA, 1941.

⁷¹⁵ Vd. uma vez mais Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, *op. cit.*

repartiam as 663 comunicações apresentadas – constaria desde logo uma subsecção correspondente, designada «Trabalho Agrícola» (a que acresciam ainda «Propriedade, empresa e exploração», «Aspectos económicos da agricultura em geral», «Organização do trabalho agrícola», «Aspectos económicos da produção pecuária», «Estudos regionais», e «Diversos»)⁷¹⁶. Facto que não representava senão o reconhecimento formal desse subdomínio de estudos (económico-agrário) consignado ao trabalhador rural ou se quisermos, e de forma mais alargada, a delimitação de um campo disciplinar epistemologicamente difuso consagrado ao estudo e elevação das condições de vida da população rústica – do qual se vinham ocupando indistintamente economistas agrários como também higienistas e políticos⁷¹⁷.

O que não significa, evidentemente, que assim se esgotasse por completo o estudo da “população”, em sentido lato, ou sequer dos elementos rurais que a compunham. Longe disso. A este respeito é por demais sabido como aquela figura se encontrava ainda coberta por outros discursos académicos a que correspondiam outros tantos objectos científicos. Desnecessário seria afirmá-lo aliás, em termos abstractos, não fora o ensejo de assim se poder recordar a esse propósito que três anos antes daquele I Congresso Nacional de Ciências Agrária, a Exposição do Mundo Português servira de pretexto a um grandioso Congresso Nacional de Ciências da População (1940) onde especialidades científicas como a demografia, a antropologia e a etnografia (para além da própria higiene) compareceriam lado a lado delimitando aqueles que por então eram os contornos mais salientes desse domínio epistémico genérico, e onde

⁷¹⁶ Cf. Congresso Nacional de Ciências Agrárias, *Sumário das Comunicações – I Congresso Nacional de Ciências Agrárias*, Lisboa, 24-31 de Outubro, 1943. As restantes treze secções do congresso eram as seguintes: Solo, Química agrícola, Botânica, Genética, Culturas, Silvicultura, Fitopatologia, Produção animal, Zootecnia, Higiene Pecuária, Biologia animal e patologia veterinária, Tecnologia. Engenharia agrícola e florestal e, finalmente, Ensino agrícola.

⁷¹⁷ Registem-se as comunicações apresentadas: V. Pinho Leónidas (estudante de agronomia), «Acêrca do trabalho rural assalariado»; Mário Pereira (engenheiro agrónomo da Junta de Colonização Interna), «O trabalho agrícola e o “facies” cultural»; L. Quartin Graça (engenheiro agrónomo da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda), «Protecção aos trabalhadores da terra»; M. Pereira da Silva (médico-cirurgião da Casa do Povo de Corte do Pinto, Baixo Alentejo), «Assistência ao trabalhador»; Mário Pereira (vd. acima), «Considerações sôbre o justo salário rural»; M. Bernardes Pereira (médico do Instituto do Vinho do Porto), «Notas sôbre a psicologia e fisiologia dos trabalhadores rurais nortenhos»; L. Quartin Graça (vd. acima), «Há que facilitar o trabalho da mulher no campo»; I. Gomes Barbosa (engenheiro agrónomo dos Serviços de Agricultura da Colónia de Angola. Director da Estação Agrícola do Cuima), «Subsídios para o estudo da alimentação do trabalhador rural português»; M. Bernardes Pereira (vd. acima), «Reflexões sobre a alimentação dos rurais»; Francisco Cambournac (médico, professor e delegado do Instituto de Medicina Tropical, Director do Instituto de Malariologia), «Sôbre a alimentação dos ranchos migratórios da região de Águas de Moura»; M. Botelho de Macedo (engenheiro agrónomo da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda), «O problema da casa rural» (cf. id., *ibidem*).

categorias como «portugueses», «Portugal», «raça» e «povo» tendiam a substituir quase por absoluto a figura do «trabalhador», rural ou outro, ou a própria «população» – que não eram referidos aqui senão de forma marginal, muito embora avultassem desde logo (e de forma sintomática), a par com secções dedicadas àquelas disciplinas, outras duas consagradas aos «Problemas Sociais da População» e «Problemas Económicos da População»⁷¹⁸. Mas importa salientar, isso sim, a singularidade da abordagem agronómica, ou económico-agrária, face àquelas especialidades, decorrente não tanto da circunscrição do seu universo particular de aplicação (na realidade co-extensivo ao da etnografia, por exemplo, predominantemente centrada também ela no povo rústico) ou pura e simplesmente da sua definição como factor económico (como mão-de-obra), e mais especificamente, como dissemos, da qualificação que dele se passaria a fazer, enquanto *força* de trabalho (agrícola), ou, mais genericamente enquanto *população*, estritamente definida e repartida pelos respectivos níveis de vida.

De facto, vale a pena recordar como a contabilização local dos efectivos rurais (da mão-de-obra agrícola) a que se procederia entre as primeiras monografias do ISA (das décadas de 1910 e 1920) em pouco ou nada se distinguiu da quantificação demográfica pura e simples; e se é verdade que dela emergiria desde logo uma certa «demologia» regional, de marcado pendor sociográfico, seria preciso esperar pelo final década de 1930 para que no seguimento de preocupações económico-políticas específicas com o *bem-estar* do trabalhador agrícola – recordem-se uma vez mais os textos paradigmáticos de Azevedo Gomes – víssemos constituir-se uma verdadeira sociografia rural predominantemente centrada na *alimentação* e *habitação* populares, próxima da etnografia e de outros discursos conexos mas alternativamente decomposta (relativamente àqueles) pelas unidades sociais sobre as quais se considerava impender de forma directa a sua reprodução (as famílias) e pelas classes profissionais por que aquelas se distribuíam (trabalhadores temporários, permanentes, pequenos proprietários, etc.). E dela desprender-se-ia finalmente, como que por inversão de termos, o estudo sociográfico da própria população – repartida por aqueles agrupamentos e definida, portanto, pelas suas condições de existência. Como dissemos, a publicação do primeiro volume do *Inquérito à Habitação Rural*, em 1943, assinala simbolicamente o movimento.

⁷¹⁸ Cf. Congresso Nacional de Ciências da População, *Resumo das Memórias e Comunicações*, op. cit.

Tratava-se, enfim, se quisermos, do reconhecimento, ou melhor seria dizer, da consagração de um estatuto ontológico àquilo que começara por ser um factor económico (e que seria estudado enquanto tal) e ascendera entretanto a objecto de conhecimento com dignidade própria, nos termos definidos no curso desse mesmo processo. Era um estudante de Agronomia quem o formulava de forma mais clara (citando Maurice Halbwachs) em *Um apontamento de economia agrária*, publicado nas páginas da revista *Seara Nova*, igualmente em 1943:

A população não é uma simples quantidade física, um certo número de organismos, que tendem a multiplicar-se dominados por forças puramente biológicas, colocados em presença dos produtos de uma terra cujo rendimento é limitado. § Os fenómenos da população têm a sua natureza especial, e devem ser considerados em si mesmos, independentemente de outros. Não resultam da intervenção de forças físicas e fisiológicas, como julgava Malthus. São fenómenos sociais. Mas também não resultam simplesmente da organização económica, que, pelo contrário, assenta sobre eles e não poderia realizar-se e desenvolver-se num terreno que eles não tivessem preparado para ela⁷¹⁹.

Não nos surpreenderá, portanto, que fosse pela mão desse mesmo estudante que a sociologia rural propriamente dita viria a fazer formalmente a sua entrada em cena, no referido Congresso, com alguns elementos «Para um plano de estudos de sociologia rural» (constante da subsecção «Diversos» da sobredita secção «Economia Agrícola») onde se começava por estabelecer o âmbito próprio da disciplina, no quadro genérico daqueles fenómenos⁷²⁰: o facto «puramente sociológico», dizia, era o que «surgido em certo momento como consequência de determinado fenómeno de natureza colectiva, esteja intimamente ligado com este, por uma relação de causa efeito»⁷²¹.

Compreendamos assim, pois, que, sensivelmente na mesma altura (e como começámos por ver no início da tese), nas suas lições de Economia Agrária, Henrique

⁷¹⁹ Gonçalo Vítor de Santa Ritta, *Um apontamento de economia agrária*, Cadernos da «Seara Nova», Secção de Estudos Económicos, Lisboa, Seara Nova, 1943, p. 80.

⁷²⁰ Gonçalo Vítor de Santa Ritta, *Para um plano de estudos de sociologia rural*, Cadernos da «Seara Nova», Secção de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, Seara Nova, 1944.

⁷²¹ Id., *ibidem*, p. 10.

de Barros passasse a designar-lhe – à população – uma nova especialidade científica – a sociologia – relativamente à qual a constituição daquela área de estudos se assumiria não propriamente como ascendente directo mas, de facto, como sua *condição necessária*. É que esta teria tradução inequívoca nessa primeira invocação formal da sociologia, mas igualmente, e de forma mais penetrante, na delimitação do objecto de estudo que por então a definia: as «populações dos meios rurais (habitantes das herdades, das quintas, dos casais, das aldeias, de certas vilas e, parcialmente, até dalgumas cidades)», em particular dos seus «elementos *vitais*» (composição, distribuição e variação populacionais), «*culturais*» (tradições, usos e costumes, crenças, instituições populares), «*materiais*» (níveis de vida) e «*estruturais*» (forma e disposição dos aldeamentos, caracteres das habitações, associações existentes, formas espontâneas de organização, etc.)⁷²². Reflexo de um «processo geral de diferenciação e especialização seguido em todas as ciências», tal como sugeriria Barros? Certamente que sim, mas enquanto movimento final de um processo de alargamento das atribuições cometidas aos técnicos e aos agrónomos em particular, que eles próprios começariam por reclamar e que efectivamente lhes seriam consignadas. Atribuições económico-políticas, sublinhe-se, dirigidas ao bem-estar da população rural, que afinal poucos ou nenhuns efeitos teriam mas que nem por isso deixariam de reclamar o reconhecimento da sua condição, por recurso a distintas práticas discursivas mais ou menos institucionalizadas.

De resto, e alternativamente, poder-se-ia afirmar precisamente o inverso e imaginar a invocação da sociologia como resultado culminar de um processo de progressiva intersecção e síntese de diferentes práticas e saberes apontados a esse objecto requalificado por uma nova racionalidade económico-política e governativa – o indivíduo na sua relação com o meio. Genealogia que viria a ser enfaticamente confirmada pelo formato que, poucos anos depois, a disciplina começaria por assumir no âmbito da cadeira de Agricultura Comparada e Geografia Económica, como em parte já vimos e teremos oportunidade de rever, e que pode explicar desde já que comparecesse então associada, nessas lições de Castro Caldas, à designada Geografia Agrária, que a precedia. Tratar-se-ia então, de certa forma, da discriminação analítica entre factores ambientais, que determinavam o estado e desenvolvimento da população,

⁷²² Henrique de Barros, *Economia Agrária*, *op. cit.*, p. 63.

e outros caracteristicamente humanos, com efeitos equivalentes e considerados específicos da sociologia – no presente caso, rural.

9. SOCIOLOGIA DE UM PAÍS RURAL

UM CAMPO SOCIAL CIENTÍFICO

À luz do que até aqui foi escrito o título deste capítulo poderá parecer algo inopinado. De resto, chegados a este ponto, é o próprio subtítulo da tese – Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal – que poderá parecer um pouco excessivo. Em boa medida, reconheça-se, o presente trabalho tem invocado sobretudo a história de outras disciplinas, como a economia rural (parte dela pelo menos), e de saberes de Estado sem nome que só pontualmente se reclamaram da sociologia. Efectivamente, durante largas páginas não falámos de sociologia e só a espaços lhe fizemos referência. Fizemo-lo de forma sistemática a abrir o texto, no prólogo, onde passámos em revista os estudos que se ocupam da sua história portuguesa; e no segundo capítulo, a propósito da Faculdade de Direito de Coimbra, onde primeiro figurou nos currículos académicos. E fizemo-lo de forma esporádica, ao longo do texto, quando nos referimos à influência da «ciência social» de Le Play e das sociologias americana e francesa no desenvolvimento da investigação sócio-agrária no ISA; ou quando vimos um destacado engenheiro do Instituto Superior Técnico sugerir a sua inclusão nos currículos das faculdades de Engenharia; ou, finalmente, quando alguns alunos do ISA passaram a reclamar-se do termo nos seus relatórios finais de licenciatura e no I Congresso Nacional de Ciências Agrárias, de 1943. Fizemos ainda referência a uma proto-sociologia económica desenvolvida no mesmo instituto, corporizada nessa série de investigações genericamente auto-denominadas económico-sociais, e à possibilidade de se apurar actualmente, desses mesmos trabalhos, uma sociologia rural de um país que nas décadas de 1930 a 1950 era, como dissemos, fundamentalmente agrícola.

No que se refere a este último ponto, acrescente-se que o próprio termo é equívoco. Vimos no capítulo 1 como a sua definição não só esteve sujeita a variações sucessivas como foi submetida à intencionalidade normativa dos agentes envolvidos na afirmação epistémica e institucional da disciplina. Historicamente, aliás, a questão é ainda mais complexa. Se actualmente nos parece relativamente indisputável que a sociologia pertence (epistémica e institucionalmente) ao domínio científico, a

designação evocou durante muito tempo (juntamente com outras) uma área do saber algures situada entre literatura e ciência⁷²³. Em Portugal, por exemplo, em 1938, o escritor José Régio não hesitaria em desqualificar a nova literatura proposta pela geração de futuros escritores neo-realistas (que só então começava a despontar) designando-a, justamente, como sociologia (e os seus proponentes como sociólogos)⁷²⁴. Epíteto que, procurando privá-la do seu potencial valor artístico, não implicava o reconhecimento de qualquer estatuto científico. E, se explorar as eventuais relações desta «descoberta» literária da população trabalhadora do país rural com a emergência da investigação social agrária no ISA se encontra fora do programa da presente tese, nem por isso se pode à partida ignorá-las – ainda para mais coincidentes no tempo como são, e com pontuais ligações políticas entre si⁷²⁵. Inversamente, e sem qualquer carga pejorativa, aqueles que, desde finais do século XIX e já bem entrado o século XX, se foram reclamando do nome, foram sendo frequentemente apelidados de escritores ou publicistas – e muito raramente de sociólogos e nunca de cientistas (ainda que sociais).

Manifestamente, não se tratou de definir *a priori* o que se entende pelo termo (que ciência ele designa) para depois procurar aferir de forma sistemática o que as anteriores conotações lhe terão ficado ou não a dever – género consagrado em filosofia como história epistemológica, para utilizar a expressão evocada por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*, mas pouco adequado ao estudo do processo de constituição de disciplinas⁷²⁶. Afirmar o contrário, aliás, significaria supor que as disciplinas se impõem por força do seu estatuto epistemológico, o que seria elidir a constituição de disciplinas de estatuto problemático (eventualidade de que a sociologia representa desde logo exemplo paradigmático) ou, inversamente, a existência de saberes epistemicamente bem delimitados mas sem estatuto disciplinar próprio – sub-especialidades (de forma mais restrita) ou campos transdisciplinares (de forma mais alargada) que em qualquer dos casos mantêm os seus congressos, revistas e até mesmo especialistas. Não se tratou também de procurar nos arquivos afloramentos mais ou menos avulsos do nome para

⁷²³ Wolf Lepenies, *Between Literature and Science: The Rise of Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988 [1985].

⁷²⁴ Cf. Alexandre Pinheiro Torres, *O movimento neo-realista na sua primeira fase*, Biblioteca Breve, Lisboa, Secretaria de Estado da Investigação Científica: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, p. 48.

⁷²⁵ São conhecidas as estreitas relações dos protagonistas do movimento neo-realista com o Partido Comunista Português e no decurso do texto referimo-nos pontualmente à proximidade de alguns alunos do ISA e de alguns comentadores evocados à oposição comunista ao regime.

⁷²⁶ Michel Foucault, *A Arqueologia do Saber*, Lisboa, Edições 70, 2005 [1969], p. 243.

chegar à conclusão de que as «sociologias» que eles designam pouco ou nada têm a ver umas com as outras – procedimento certamente legítimo embora mais adequado a uma história conceptual do que a uma história disciplinar propriamente dita (ou mais genericamente a uma história das especialidades do saber) de que esta, não obstante, pode de facto beneficiar.

Tratou-se, isso sim, de começar por identificar um campo científico-institucional (um *campo social* científico, para recorrer ao conceito de Pierre Bourdieu, no presente caso, um campo social *científico-social*) legitimamente reconhecido enquanto tal (enquanto sociologia, embora não necessariamente como disciplina, no sentido pleno do termo) e, desatendendo às suas delimitações epistémicas e institucionais, procurar estabelecer as ligações objectivas (materiais e intelectuais) que *historicamente* o ligam a outras instituições e discursos consagrados ao mesmo objecto – a população rural – e que nos permitem compreender a sua autonomização progressiva, enquanto tal⁷²⁷. Autonomização apenas parcial, reconheça-se também.

Diga-se aliás que não seria impossível – muito pelo contrário – integrar a presente narrativa no quadro de uma história geral da disciplina. Como elo individual mais notório entre cada uma das duas teríamos de apontar o nome de Eugénio de Castro Caldas, com as inerências institucionais que lhe são devidas e que na transição da década de 1950 para a década seguinte contemplavam a titularidade da cadeira de «História da Agricultura. Sociologia Rural», no ISA, mas também a chefia do Grupo de Trabalho de Economia e Sociologia Rurais da Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar e o estatuto de membro da Comissão Técnica Coordenadora do recém-criado Centro de Estudos de Economia Agrária (CEEAA)⁷²⁸. Centro esse que, como ainda teremos oportunidade de ver, viria a contemplar na sua orgânica um Departamento de Sociologia Rural e cujos membros manteriam algumas ligações com o Gabinete de Investigações Sociais (GIS) de Adérito Sedas Nunes. Castro Caldas seria então presença destacada nos primeiros números do periódico daquele gabinete, a revista *Análise Social*, onde viria a publicar em 1964 o artigo «Aspectos da resistência ao desenvolvimento na Agricultura» (no mesmo número onde Sedas Nunes publicaria o seu célebre artigo «Portugal: sociedade dualista em evolução») e onde o seu livro *Níveis*

⁷²⁷ Sobre o conceito de campo social vd. por exemplo Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, 3.ª edição, Lisboa, Difel, 1994, cap. 3.

⁷²⁸ Sobre o segundo ponto cf. *Estudos Agronómicos*, publicação trimestral da Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar, vol. 1, n.º 4, Outubro/Dezembro de 1960.

de Desenvolvimento Agrícola no Continente Português (realizado em co-autoria com Manuel Santos Loureiro no âmbito das actividades do CEEA) seria objecto de recensão e recorrentemente citado⁷²⁹. Ainda a este respeito, poderíamos referir também a presença pontual nas páginas da mesma revista de Alberto de Alarcão, investigador do Departamento de Sociologia Rural do CEEA e ex-aluno do ISA (com o artigo «Êxodo rural e atracção urbana no Continente», igualmente de 1964) ou, mais genericamente, o peso relativo das temáticas agrárias ou do problema da habitação nos primeiros volumes daquela publicação⁷³⁰. E se a exploração sistemática das relações entre a nossa narrativa e a história geral da sociologia em Portugal terá de ficar reservada para uma oportunidade futura, devemos acrescentar ainda que semelhante desígnio beneficiaria certamente do cotejo das problemáticas abordadas e dos conceitos e métodos utilizados em cada um dos dois institutos – CEEA e GIS – e sobretudo da exploração do papel desempenhado por ambos na nova fase de desenvolvimento económico planeado do país (encetada na década de 1950) e do papel da Fundação Calouste Gulbenkian na promoção de ambas as instituições.

Seja como for, e é este um dos nossos principais argumentos, a sociologia rural do ISA – não hesitemos em chamar-lhe assim – chegou a assumir-se ela própria como saber relativamente autónomo, epistémica e institucionalmente, e chegaria de resto a ser reconhecida enquanto tal. Teremos oportunidade de o ver no presente capítulo. E se é verdade que durante o período abrangido pelo nosso estudo acabaria por não conquistar autonomia plena, figurando no currículo daquele instituto ou em organismos de pesquisa relacionados subjugada ou associada a outros saberes, não é menos verdade que ela não se extinguiu e que, já sob um formato diverso, perduraria até hoje, estabelecendo-se entretanto como disciplina independente⁷³¹. Diga-se aliás que, abusando um pouco de lógicas presentistas e funcionalistas (a que desde as primeiras páginas nos opusemos de forma explícita) e agora que damos por reconstruída a sua

⁷²⁹ Eugénio de Castro Caldas, «Aspectos da resistência ao desenvolvimento na Agricultura», *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 7-8), pp. 463-471; Adérito Sedas Nunes, «Portugal: sociedade dualista em evolução», *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 7-8), pp. 407-462; Eugénio de Castro Caldas e Manuel de Santos Loureiro, *Níveis de Desenvolvimento Agrícola no Continente Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1963; Raúl da Silva Pereira, recensão crítica a «Caldas, Eugénio de Castro e Loureiro, Manuel Santos, Níveis de Desenvolvimento Agrícola no Continente Português», *Análise Social*, vol. II, n.º 6, 1964, pp. 376-377.

⁷³⁰ Alberto de Alarcão, «Êxodo rural e atracção urbana no Continente», *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 7-8), pp. 511-573.

⁷³¹ Não obstante, a sociologia rural no Instituto Superior de Agronomia continua actualmente a figurar com a economia agrária num único Departamento.

história à margem dessas mesmas lógicas, afirmar que a sociologia rural do ISA durante o período do Estado Novo foi – mais que isso – a sociologia *tout court* que correspondeu a um país rural e cientificamente subdesenvolvido num contexto político autoritário, seria certamente uma boa maneira de a resumir.

Alternativamente (e de forma mais restrita), tratou-se de reconstituir a história desse saber na sua ambivalência científico-institucional procurando relevar, por recurso a um estudo de caso e à imagem do que tem sido feito noutros contextos nacionais, a importância do intervencionismo público e mais genericamente da acção de organismos oficiais do Estado na constituição (e na própria autonomização relativa) de saberes de tipo científico-social. Isto sem deixar de atender às dinâmicas institucionais próprias do meio académico e às dinâmicas específicas da actividade intelectual. Porque se as abordagens exclusivamente centradas na produção científica (historiográficas ou até mesmo sociológicas, como as que são oriundas da designada sociologia do conhecimento científico), não podem reconhecer a importância de factores extra-científicos no desenvolvimento da ciência, a verdade é que outras, de orientação institucionalista ou funcionalista – considerem elas a institucionalização de tradições intelectuais (e. g. Edward Shils), a manifestação de interacções e de padrões sociais que requerem certos tipos de conhecimento social (e. g. Peter Berger e Thomas Luckmann), ou pura e simplesmente a determinação político-institucional desses saberes (e. g. Louis Althusser) – não atendem às conexões próprias do conhecimento⁷³². Conexões, acrescente-se, que devem ser atendidas, simultaneamente, na sua dimensão negativa – enquanto entrave à emergência de novos conceitos e saberes – e positiva – como condição das suas transformações efectivas.

⁷³² Edward Shils, *The Constitution of Society*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1982 [1972], capítulo 11; Peter Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, 2.ª edição, Lisboa, Dinalivro, 2004 [1969]; Louis Althusser, *For Marx*, Verso, Londres, Nova Iorque, 2005 [1965], p. 171 (nota): «A theory which does not question the end whose *by-product* it is remains a prisoner of this end and of the “realities” which have imposed it as an end. Examples of this are many branches of psychology and sociology (...)». Vd. também Louis Althusser, *Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas*, Lisboa, Editorial Presença, 1976, p. 60: «É preciso enfim pôr a questão das questões: se as ciências humanas são, à parte algumas excepções limitadas, o que pensam ser, isto é ciências; ou se não serão na sua maioria, uma coisa muito diferente, técnicas ideológicas de adaptação e readaptação sociais. Se assim fosse, elas não teriam, como o proclamam, rompido com a sua antiga função ideológica e política “cultural”: agiriam por outros meios mais aperfeiçoados, até “sofisticados”, mas sempre ao serviço da mesma causa. Basta notar a relação directa que mantêm com toda uma série de outras técnicas, como os métodos das *human relations* e as formas modernas dos *mass media*, para nos convenceremos que esta hipótese não é imaginária».

A este respeito, vimos no capítulo 2 como nas primeiras décadas do século XX uma certa concepção do povo essencialmente culturalista e identitária (e fundamentalmente idealizada) impediu, entre as primeiras monografias económico-sociais dos alunos do ISA, o pleno reconhecimento da população; e veremos ainda como esta última figura, por seu turno, em larga medida definida, por metonímia, pelas qualidades vitais dos seus componentes individuais e agregados (na verdade definida pelos seus níveis de vida ou, se quisermos, pelos factores do seu «bem-estar»), se viria ainda a projectar sobre a própria noção de sociedade, entendida como um todo orgânico e «solidário». Mas vimos também, no capítulo 8 (e voltaremos a vê-lo aqui), como foi essa noção de população que acabou por determinar, mais do que qualquer motivação económico-política ou desígnio imediato do poder, a invocação substantiva da sociologia.

De resto, não se tratou propriamente, como ficou expresso na introdução, de perseguir a acção de instituições reunidas por esse desígnio comum – conhecer a população rural – ou, de forma mais alargada (e como poderia porventura depreender-se do que acabou de ser dito), de acompanhar as oscilações semânticas desse objecto sucessivamente fabricado enquanto povo, população e sociedade (e as suas imbricações sucessivas) para ver emergir em torno dele um campo discursivo e institucional a que com propriedade se pudesse dar o nome de sociologia – estratégia que em boa verdade não permitiria excluir da presente tese os discursos literários acima aludidos, entre outros. Tratou-se, enfim, de atender em detalhe, e em estrita conformidade com o nosso programa de pesquisa, à *circulação institucional* (nacional e estrangeira) *de conceitos e métodos* (manifestamente centrais à constituição daquele campo) que, à medida da dialéctica inextrincável entre as diferentes intenções políticas e as estratégias teóricas disponíveis, foram definindo e redefinindo aquele objecto.

Foi, portanto, o trânsito institucional sucessivo de semelhante conceitos e métodos – o inquérito orçamental e procedimentos afins, a que se viria acrescentar a noção de níveis de vida e outras associadas – que estruturou metodologicamente a nossa pesquisa e que organizou a narrativa que agora terminamos. Em traços largos, valerá a pena recordar como, já depois de ter sido aplicado pelo inquérito operário do Ministério do Trabalho de 1916, aquele primeiro instrumento seria introduzido no ISA por D. Luís de Castro, sensivelmente na mesma altura em que o Serviço de Baldios e Incultos da Direcção Geral de Fomento Agrícola procederia à sua utilização no âmbito da

instalação da Colónia Agrícola dos Milagres, ainda durante o período da I República. Vimo-lo respectivamente nos capítulos 2 e 3. E valerá a pena recordar ainda como, já depois do golpe de Estado de 1926, o sucessor académico de Luís de Castro, Eduardo Lima Basto, recuperaria o método no seu *Inquérito Económico-Agrícola* (1934-36), com objectivos reformistas declarados e no seguimento de práticas equivalentes empreendidas no estrangeiro – tal como vimos no capítulo 4. Seria ainda por via do inquérito orçamental (e das monografias familiares a que o método deu corpo) que se aplicaria no terreno o *Inquérito à Habitação Rural* (1943-47), a que dedicámos o capítulo 5, complementado então pela noção de níveis de vida, introduzida e explicitada na conferência de Lima Basto de 1935, *Níveis de Vida e Custo de Vida*, de forma a dar conta da satisfação relativa das necessidades das diferentes categorias de trabalhadores e em consonância com as recomendações emanadas de organismos internacionais – constatámo-lo no capítulo 6. E seria finalmente por via dos mesmos conceitos e métodos que, na sequência daqueles dois inquéritos nacionais e da imposição de desígnios reformistas ao mais alto nível da burocracia agrícola, se procederia à execução – como vimos nos capítulos 7 e 8 – de um vastíssimo acervo de trabalhos de investigação económico-social em organismos oficiais do Estado e entre os alunos do ISA.

Conceitos e métodos, diga-se, que ao longo da década de 1940 (onde nos detivemos no capítulo anterior) continuariam a ser acessórios a toda uma gama de relatórios finais de índole económico-agrária e que passariam entretanto a estruturar outros *especificamente consagrados ao trabalhador rural*, de pronunciada vocação sociológica. É o que passaremos a ver agora, para concluir.

A INVESTIGAÇÃO SOCIAL AGRÁRIA DA DÉCADA DE 1940

Começemos por admitir uma vez mais que a divisão aludida, entre os trabalhos de investigação que farão uso meramente acessório do inquérito orçamental e do conceito de níveis de vida e outros centrados no trabalhador rural e fundamentalmente estruturados com base neles, é algo artificiosa. Se é fácil isolar os referidos trabalhos no seu conjunto – relativamente a outros da mesma série, de cariz mais estritamente

económico ou referentes a outras especialidades – pelo recurso sistemático que fazem a semelhantes conceitos e métodos, e se é de facto legítimo distingui-los entre si quanto à especificidade do seu objecto e à importância relativa que neles assume a dita instrumentação metodológico-conceitual, nem por isso é possível destrinchá-los de forma categórica⁷³³.

Efectivamente, se o conceito de níveis de vida e o inquérito orçamental são utilizados em todos eles é justamente porque o tópico do trabalhador rural passaria entretanto, como vimos, a ser parte importante da generalidade dos trabalhos de investigação económico-agrária, ela própria de cariz predominantemente económico-social. Por outro lado, alguns dos trabalhos expressamente centrados naquele tópico não deixarão por isso de continuar a abordar o tópico da exploração agrícola (ou outros relacionados com as economias agrícolas das regiões estudadas), nomeadamente no quadro de iniciativas tendentes à melhoria do «bem-estar» social. Importa porém distinguir estes (que se virão a ocupar *especificamente* do trabalhador rural) não tanto pelo seu conteúdo substantivo ou não propriamente pelo seu significado científico imediato – a amplitude e a profundidade relativas dos seus resultados sociológicos ou a materialização dessa área de estudos sociais submetida à economia – mas principalmente para vermos esses mesmos estudos adquirirem dignidade própria (relativamente àquela disciplina) ou, numa palavra, para os vermos tornarem-se epistemicamente *auto-justificados*. Dito ainda de outra forma, importa distingui-los para se poder assistir à consumação plena entre os alunos do ISA (aludamos à importância deste facto recordando o que acima se disse a respeito da proibição que impedia os professores universitários de acumularem a docência com cargos de investigação) do programa de pesquisa instaurado pelo *Inquérito à Habitação Rural* – avaliar/melhorar a situação social da população portuguesa – e à demarcação definitiva de uma área de estudos sociais no ISA, relativamente autónoma. E importa também distingui-los para assistirmos ainda, no seguimento deste tipo de estudos, ao surgimento da própria cadeira de sociologia – agora mais pormenorizadamente – e ao *reconhecimento formal* da investigação nessa área.

⁷³³ A este respeito servimo-nos da bibliografia de João António Oliveira e Silva, *Níveis de Vida do Trabalhador Rural Português. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, ISA, 1948. Trataremos este trabalho mais adiante.

Admitindo a distinção como válida, teríamos então, por um lado, depois de 1943 e no seguimento de trabalhos anteriores equivalentes, um subconjunto de estudos destinados a aferir a viabilidade e a justificação de determinadas intervenções técnico-agrícolas ou a optimização da empresa agrícola (de acordo com o modelo de exploração familiar designado) e onde a questão humana assumiria de facto relevância assinalável. Trata-se de trabalhos económicos originalmente procedentes da Junta de Colonização Interna e relativos ora a intervenções de natureza hidráulica (*A Importância da cultura em socalcos*, de 1945, e *Ante-projecto de Irrigação do Vale de Cidadelhe de Aguiar*, de 1948), ora a ante-projectos de colonização (*Elementos para o Estudo Económico Agrícola da Freguesia de Messejana* e *Alguns Elementos para o Estudo da Colonização da Boalhosa*, ambos de 1946, e *Estudo de um Núcleo de Foros de Salvaterra*, de 1948), ora ainda ao estabelecimento do modelo de exploração familiar adequado a determinada região (*Um tipo de empresa familiar. Subsídio para o estudo da sua viabilidade na região de Coruche*, de 1947, e *A empresa familiar no concelho de Alter do Chão*, de 1948)⁷³⁴. Formalmente, tais relatórios assumiriam uma estrutura mais ou menos habitual que contemplava sucessivamente (para além do tratamento do tema em questão) o estudo físico da região e o estudo do meio económico-social, onde o exame dos níveis de vida (efectuado por via das monografias familiares compiladas e dos respectivos orçamentos domésticos) se encontrava submetido aos objectivos enunciados: respectivamente, avaliar a rentabilidade económica da intervenção hidráulica e determinar o preço da água; determinar a exequibilidade da eventual implantação de um núcleo de colonização e estabelecer o número de famílias por ele comportável; e, finalmente, determinar o limiar de subsistência que a empresa agrícola familiar deveria conseguir prover.

Por oposição a estes trabalhos, nos termos definidos, veríamos ainda surgir, como dissemos, um outro subconjunto de estudos menos imediatamente submetidos à apreciação das possibilidades de intervenção hidráulica ou fundiária e apostados,

⁷³⁴ João de Deus Vaz Pereira, *Importância Económica e Social da Cultura em Socalcos*, Lisboa, ISA, 1945; Eurico de Campos Gondim, *Ante-projecto de Irrigação do Vale de Cidadelhe de Aguiar*, Lisboa, ISA, 1948; Nuno de Lusignan Villaça de Sousa, *Elementos para o Estudo Económico Agrícola da Freguesia de Messejana*, Lisboa, ISA, 1946; Manuel António Matias, *Alguns Elementos para o Estudo de Colonização da Boalhosa*, Lisboa, ISA, 1946; Manuel José Cascais, *Estudo de um núcleo de Foros de Salvaterra*, Lisboa, ISA, 1948; Amadeu Augusto Domingues Calejo, *Um tipo de empresa familiar. Subsídio para o estudo da sua viabilidade na região de Coruche*, Lisboa, ISA, 1947; João de Oliveira Marques Antunes, *A empresa familiar no concelho de Alter do Chão. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, ISA, 1948.

primeiro, em *contribuir directamente para a melhoria das condições vida* do trabalhador rural e, entretanto, e de forma mais restrita, em *avaliar os seus níveis de vida* – enfim, estudar a situação social da população portuguesa.

«Neto de modestos mas honrados lavradores; impelido, talvez, por êste ancestral motivo, para o estudo dos assuntos económico-sociais, foi com o maior entusiasmo que aceitámos, da Junta de Colonização Interna, o encargo de auscultarmos as condições de vida do assalariado rural do concelho de Viana do Alentejo, com vista às possibilidades de melhoramento das suas condições de vida»⁷³⁵. Assim começava por se justificar o autor de *O Assalariado Rural do Concelho de Viana do Alentejo*, de 1944. A estas razões pessoais, outras acresciam relacionadas com a conjuntura política e com o fulgor dessa área de estudos: «É um facto incontestável que os estudos económico-sociais têm, no presente momento, uma oportunidade enorme, como fulcro do ressurgimento agrário, que entre nós se procura efectuar»⁷³⁶. A este respeito, aliás, não se deixe de referir que no ano anterior o mesmo finalista tivera já o ensejo de apresentar o seu estudo à subsecção «Trabalho Agrícola» do I Congresso Nacional de Ciências Agrárias⁷³⁷. Mais do que os resultados alcançados, porém, ou até mesmo mais do que as motivações pessoais e as razões circunstanciais aduzidas para a realização deste trabalho – idênticas às de outros relatórios da mesma época –, importa aqui sublinhar a especificidade do seu programa de pesquisa que estipulava que à composição das já tradicionais monografias familiares (e ao cálculo dos respectivos orçamentos domésticos) se antepusesse a aplicação de um inquérito geral à população assalariada – temporária e permanente – das duas freguesias do concelho.

A prática tinha precedentes na JCI, como vimos, enquanto tarefa preliminar à implantação de núcleos de colonização. No presente caso, contudo, tratava-se de confrontar os dias de trabalho anuais conseguidos por cada chefe de família e pela mulher (número obtido por via do referido inquérito) com «as necessidades de um nível de vida decente», de modo a determinar o «cômputo do salário suficiente para uma

⁷³⁵ Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas, *O Assalariado rural do concelho de Viana do Alentejo (Subsídios para o estudo das possibilidades das suas condições de vida)*, Lisboa, ISA, 1944, p. I (sublinhado nosso).

⁷³⁶ Id., *ibidem*, p. III.

⁷³⁷ Vd. *supra* nota 717.

família média da região»⁷³⁸ – enfim, de modo a garantir o seu «bem-estar». Procedimento que correspondia apenas a um passo de uma estratégia mais alargada que contemplava ainda, como potencial alternativa ao aumento salarial, a avaliação dos reflexos que a introdução de novas culturas na região (e a modificação do regime de exploração da terra) ou a distribuição de courelas (para obviar o desemprego) pudessem vir a ter especificamente na «melhoria das condições de vida do trabalhador»⁷³⁹. Era esse o objectivo do trabalho e era esse de resto o seu subtítulo.

O mesmo objectivo – melhorar as condições de vida do trabalhador agrícola – e o mesmo programa de pesquisa genérico – como fazê-lo – seriam prosseguidos por dois outros relatórios finais de 1947, *A Distribuição Cultural e o Trabalho Agrícola (Freguesias de Trindade e Vila de Frades)* e *Aspectos do Trabalho Familiar na Obra de Colonização do Alentejo. O Caso da Freguesia de Igrejinha*, também eles provenientes da JCI⁷⁴⁰. O primeiro tratava-se de um estudo comparativo destinado a avaliar os efeitos diferenciados dos regimes de monocultura e de policultura, vigentes numa e noutra freguesia do mesmo concelho, sobre os níveis de vida dos trabalhadores de cada uma delas, e ainda a determinar a melhor forma de otimizar a distribuição da mão-de-obra, ora pela introdução de novas culturas ora pela canalização do «excedente populacional» para regiões de «reconhecidas possibilidades de colonização»⁷⁴¹. O segundo procurava explicitamente as razões da instabilidade social que assolava a freguesia de Igrejinha:

Conforme foi verificado durante a nossa estadia no campo, esta freguesia atravessa actualmente um período bastante difícil, o que contrasta flagrantemente com o aspecto de aparente florescimento e com a situação do seu povoado. § A brancura e limpeza das suas casas, a graciosidade dos seus

⁷³⁸ Vasco Rodrigues de Pinho Leónidas, *Bases para o estudo do problema do trabalhador rural do concelho de Viana do Alentejo*, relatório de tirocínio do curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa, ISA, 1944, p. 5.

⁷³⁹ Id., *ibidem*, p. 3.

⁷⁴⁰ António J. V. S. Cortez de Lobão, *A Distribuição Cultural e o Trabalho Agrícola (Freguesias de Trindade e Vila de Frades)*, Lisboa, ISA, 1947; e Joaquim Brites Fernandes, *Aspectos do Trabalho Familiar na Obra de Colonização do Alentejo. O caso da freguesia de Igrejinha*, Lisboa, ISA, 1947.

⁷⁴¹ António J. V. S. Cortez de Lobão, *A Distribuição Cultural e o Trabalho Agrícola...*, *op. cit.*, p. 243.

arruamentos, e até as linhas harmoniosas da sua Casa do Povo, aparentam um desfêgo de vida que, na verdade, os seus habitantes estão longe de possuir⁷⁴².

Era pois «natural», dizia, «o descontentamento que hoje se nota entre a população rural que se vê contrariada nos seus mais legítimos anseios»⁷⁴³. Entendera assim a JCI, acrescentava, «procurar saber quais as causas que motivavam tal estado de coisas e averiguar das soluções necessárias para resolver a presente situação»⁷⁴⁴, que no presente caso contemplariam uma eventual operação fundiária, sugestão da responsabilidade do autor superiormente legitimada por palavras de Lima Basto antepostas ao texto, em epígrafe: «A estabilidade social num país depende do modo como a terra é dividida e está tanto mais assegurada quanto maior fôr o número de proprietários».

À margem de quaisquer objectivos técnicos imediatos mas ainda assim submetido à intenção declarada de contribuir directamente para o «bem-estar» do trabalhador agrícola, caberia a *Habitação Rural. Províncias do Alto Alentejo e Baixo Alentejo* (1947) cumprir de forma mais consequente o programa de pesquisa instituído pelo *Inquérito à Habitação Rural*⁷⁴⁵. No seguimento directo deste, a delimitação do problema das condições de vida do operariado agrícola e a posição relativa que a casa aí ocupava (na elevação do seu bem-estar) seria explicitada de forma lapidar: «A vontade de melhorar, de educar o hábito inveterado, secular e mau que exista, de impor condições mínimas de salubridade para os alojamentos, são directrizes a que os governos dos estados modernos se cingem com pertinácia, porque sabem o que representa para as comunidades nacionais, a melhoria do nível de vida das populações, para o qual o estado sanitário geral é determinante e de capital importância»⁷⁴⁶. O trabalho em causa seria aliás fundamentalmente composto com base em elementos recolhidos para o terceiro volume do referido inquérito (que nunca chegaria ao prelo, como vimos), aqui apresentado no formato de ensaio escolar. Em alternativa à apresentação de sucessivas vinhetas familiares, tal como se procedera no *Inquérito à*

⁷⁴² Joaquim Brites Fernandes, *Aspectos do Trabalho Familiar na Obra de Colonização do Alentejo...*, op. cit., p. 2-3

⁷⁴³ Id., *ibidem*, p. 3.

⁷⁴⁴ Id., *ibidem*, p. 4.

⁷⁴⁵ Carlos da Silva, *Habitação Rural. Províncias do Alto Alentejo e Baixo Alentejo*, op. cit.

⁷⁴⁶ Id., *ibidem*, p. 6.

Habitação Rural, o corpo do trabalho seria composto pela descrição geral das condições físicas da habitação alentejana (orientação, número e dimensão dos compartimentos, materiais de construção, etc.), precedida pela análise de 29 monografias familiares aplicadas a outros tanto agregados domésticos – distribuídos de forma grosseira pela frequência do número de filhos por casal (para Portugal Continental) e pela diversidade de classes de trabalhadores da região. A este exame sucedia-se a descrição de «Experiências do estrangeiro» apontadas à resolução do problema habitacional e, a terminar, anexavam-se algumas considerações pessoais do autor tendentes à sua solução nacional.

À imagem daquele primeiro inquérito, a índole sociológica do trabalho teria tradução manifesta no estudo da casa propriamente dita e na avaliação das condições de vida da família, e seria devidamente sublinhada (na I Parte) pela evocação de palavras de uma publicação do Bureau International du Travail relativas à pertinência do conceito de níveis de vida, que implicitamente estruturava o ensaio⁷⁴⁷. A mesma vocação sociológica teria ainda tradução numa primeira tentativa (após a tentativa abortada do *Inquérito à Habitação Rural*) de cotejo dos diferentes níveis de vida da generalidade da população do país, efectuado com base em informação recolhida em algumas monografias do ISA (e em inquérito próprio) e desagregada pelas diferentes classes de trabalhadores e pelas três principais regiões do território continental (norte, centro e sul). Expediente que seria então (e desde logo) justificado por pertinentes considerações de índole geográfico-social: «Como o fâcies agrícola difere de região para região e variam também os costumes, a distribuição da propriedade, a organização do trabalho, etc., é evidente que o viver do Minho diverge bastante do viver Alentejano, não sendo iguais a vida serrana e a da lezíria (...)»⁷⁴⁸.

Ainda em 1947, o relatório de uma outra finalista, *Subsídios para o Estudo da Mão de Obra na Orizicultura*, circunscreveria as ambições daquele programa de pesquisa, tornando-as de resto (e de forma significativa) perfeitamente manifestas, propondo-se *apenas* a avaliar as condições de vida da população rural e destacando para

⁷⁴⁷ A frase citada era: «(...) tomaremos a expressão “nível de vida” como designando “a soma das satisfações ou utilidades económicas que um indivíduo (ou uma família) retira do consumo das coisas e serviços que o seu rendimento lhe permite obter durante um certo período» (id., *ibidem*, p. 19). A referência da passagem transcrita era Bureau International du Travail, *Contribution à l'étude de la comparaison internationale du coût de la vie*, série N, n.º 17, p. 7 [1932].

⁷⁴⁸ Carlos da Silva, *Habitação Rural...*, *op. cit.*, p. 26.

subtítulo do seu trabalho o conceito que o estruturava e que agora lhe servia de motivo – *Níveis de Vida. Região do Vale do Sado*⁷⁴⁹. A autora explicitaria aliás de forma clara e rigorosa o desígnio relativamente abstracto que a movia:

A nossa atenção recaíu sôbre o nível de vida do trabalhador da região e daquêle que temporariamente a ela se desloca a preencher as deficiências de mão de obra nessas épocas. Fazer o seu estudo, era para nós grata missão a realizar junto da desprotegida classe rural. § Convencidos que o nosso trabalho possa concorrer, embora modestamente, para *o estudo da mão de obra agrícola e do trabalho migratório em Portugal* e desejando conduzi-lo a um resultado útil e definido, esforçámo-nos por alcançar com honestidade a exactidão dos factos⁷⁵⁰.

Caberia no entanto a *Níveis de Vida do Trabalhador Rural Português. Subsídios para o seu estudo*, de 1948, concluir o programa de pesquisa inacabado do *Inquérito à Habitação Rural* e, simultaneamente, demarcá-lo das motivações económico-políticas mais imediatas que a montante lhe estavam na origem⁷⁵¹.

Por recurso à compilação e síntese dos orçamentos domésticos recolhidos pelos trabalhos económico-sociais dos finalistas do ISA (e ainda a pesquisa efectuada pelo próprio nos concelhos de Ponte de Sôr, Sertã e Macedo de Cavaleiros), o autor procederia então – sob indicação da JCI – à avaliação dos níveis de vida da globalidade da população rural do país, criteriosamente distribuída por região (distrito a distrito de Portugal continental) e, sempre que possível, por classes de trabalhadores. A este título em particular, o trabalho representaria um verdadeiro marco na investigação social portuguesa, mas permaneceria, não obstante, fundamentalmente incógnito. Ao mesmo tempo, e a um outro nível, a entrega do trabalho assinalaria simbolicamente uma década de estudos económico-sociais no ISA (enquanto série sustentada) e a circunscrição definitiva de uma área de estudos sociais relativamente autónoma em face da economia. Duplo significado que teria tradução figurada, respectivamente, na bibliografia do

⁷⁴⁹ Maria Porfina Fernandes das Neves, *Subsídios para o Estudo da Mão de Obra na Orizicultura. Níveis de Vida. Região do Vale do Sado*, Lisboa, ISA, 1947.

⁷⁵⁰ Id., *ibidem*, p. 2 (sublinhado nosso).

⁷⁵¹ João António de Oliveira e Silva, *Níveis de Vida do Trabalhador Rural Português...*, *op. cit.*

trabalho, que coligia a lista completa daqueles estudos (incluindo ainda alguns mais remotos a que fomos fazendo referência), e no próprio título do relatório, que promovia declaradamente o conceito – níveis de vida – a rubrica de pesquisa. Duplo significado, insista-se, que teria tradução substantiva na «Introdução» do relatório em causa, que efectivamente assinalava os «numerosos trabalhos realizados nos últimos dez anos»⁷⁵²; e na 1.^a parte do trabalho («Ligeiras referências a respeito de níveis de vida») que delimitava teoricamente aquela área de estudos.

Fundamentalmente com base nas considerações avançadas por Eduardo Lima Basto a respeito do mesmo tema (na supracitada conferência *Níveis de Vida e Custo de Vida*, de 1934) e nas orientações veiculadas pelas II e III Conferências Internacionais de Estatística do Trabalho (de 1925 e 1926), o autor assinalava a importância deste tipo de estudos («O estudo dos níveis de vida tem tomado um grande desenvolvimento nos últimos anos em alguns países com o fim de averiguar das necessidades mínimas compatíveis com cada classe social») salientando de forma circular o papel que neles desempenhavam os métodos a eles associados (a recolha de orçamentos domésticos e a sua análise por tipos de despesa) e o conceito que o estruturava e que lhe emprestava o título (níveis de vida) – por definição referido a *determinados segmentos do território e a segmentos específicos da população*, e destinado a dar conta (como efectivamente se pretendia) da *satisfação relativa* daquelas necessidades⁷⁵³. Nestes exactos termos, a incorporação simultânea da geografia humana e da sociologia rural no currículo académico do ISA, a que se procederia no ano seguinte à entrega deste trabalho, seria mais do que uma simples coincidência: a sua invocação (e o respectivo formato) encontrava-se de certa forma inscrita na própria noção de população ou, mais especificamente, nas modalidades metodológico-conceituais de a conceber (originalmente reportadas à sua qualidade de força de trabalho) enquanto constituída por grupos homogéneos e hierarquizados – e tal como entretanto se destacaria dos trabalhos acima referidos.

⁷⁵² Id., *ibidem*, p. 1.

⁷⁵³ Id., *ibidem*, pp. 7-14.

CONSAGRAÇÃO E RECONHECIMENTO DA SOCIOLOGIA RURAL

Vimos no capítulo 2 como na década de 1910 Luís de Castro começaria por falar em ciências sociais e em impor à cadeira de Economia Rural do ISA o «ponto de vista» daquelas ciências. Tratava-se então de facultar enquadramento teórico ao estudo do contexto da actividade económico-agrícola e, muito em particular, ao estudo da população e dos seus movimentos migratórios que, juntamente com a forte instabilidade político-social da época, representariam (para os proprietários agrícolas) graves contrariedades ao nível do recrutamento de mão-de-obra e do custo dos salários. E se Luís de Castro incitaria desde logo os seus alunos a práticas de inquérito e à utilização de metodologias sociológicas, a verdade é que seria Eduardo Lima Basto (que praticamente não se referiria ao termo «sociologia») a aplicá-los e a fazê-los aplicar no ISA de forma mais consequente, fazendo ressaltar a *correlação* entre o modo de vida concreto dos trabalhadores agrícolas e as condicionantes socioeconómicas que lhe subjaziam – numa palavra, ressaltando os diferentes *níveis de vida* das diferentes categorias de trabalhadores. A este respeito, seria verdadeiramente decisiva a introdução daquele conceito, a exemplo de práticas idênticas empreendidas noutros países e de acordo com as normas internacionais vigentes, mas também a vontade política (partilhada ao mais alto nível) de proceder à reforma económica e social dos campos portugueses – já de si tributária de uma nova abordagem ao problema da mão-de-obra que, em detrimento de aspectos meramente quantitativos, faria ressaltar o problema das suas qualidades. Veríamos então consumir-se uma noção renovada desse sujeito colectivo, definitivamente desembaraçada dos essencialismos culturais que a demarcavam enquanto povo (muito embora não menos construída) e definida agora, enquanto tal, pelos factores do seu «bem-estar» e pelo conjunto das unidades que, a este título, a compunham – enfim, pelos seus diferentes níveis de vida.

Como também vimos, caberia a Henrique de Barros introduzir o tópico «sociologia» no currículo da cadeira de Economia Rural, definindo-a de modo relativamente abrangente (e sobrepondo-a de certa forma à demografia, à geografia e à etnografia), como o estudo dos aspectos vitais, estruturais, culturais e materiais da população rural⁷⁵⁴. Mas seria Eugénio de Castro Caldas a integrar no programa da

⁷⁵⁴ Henrique de Barros, *Economia Agrária*, op. cit., p. 63.

cadeira de «História da Agricultura. Agricultura Comparada», juntamente com conteúdos equiparados de geografia humana, conteúdos desenvolvidos de sociologia, fazendo aliás da respectiva sebenta – *Lições de Geografia Agrária e Sociologia Rural* – um verdadeiro compêndio introdutório a cada uma das duas disciplinas⁷⁵⁵. Tratar-se-ia então, na sequência do nosso argumento, da explicitação de um complexo teórico que condensava as influências naturais e humanas sobre o desenvolvimento da população, ou, de forma mais específica, da destriça analítica das variáveis independentes – região e classe – que, por essa ordem, determinavam os factores que a definiam⁷⁵⁶. De forma correspondente, a parcela do programa especificamente consagrada à sociologia representaria a sistematização e desenvolvimento teórico de uma dessas vertentes e a correspondente aplicação de semelhante complexo (no seu conjunto) à população portuguesa⁷⁵⁷.

Assim, em «Características Gerais do Meio Rural» (capítulo 1), após algumas considerações preliminares que discriminavam as implicações geográficas sobre a estrutura genérica da sociedade e que procuravam delimitar «O “Mundo urbano” e o “Mundo rural”» e, relativamente a este, a influência acrescida do meio natural – facto com tradução concreta na respectiva organização social – suceder-se-ia o estudo da «Estratificação Social», devidamente complementado pelo estudo de outros tópicos afins e directamente decorrentes deste e, indirectamente, de uma noção de sociedade

⁷⁵⁵ [Eugénio de] Castro Caldas, *Apontamentos da Cadeira de Agricultura Comparada*, *op. cit.*

⁷⁵⁶ O facto teria tradução mais ou menos implícita na «Explicação prévia» que o autor antepunha ao manual: «Embora seja possível à Geografia, através da descrição crítica, restringir o seu campo de aplicação a simples espaços regionais, pode dizer-se que completa este meio de investigação, apoiando-se todavia nas leis geográficas, esse outro da análise directa do resultado actual da ocorrência de fenómenos agrários, bom como da feição que reveste a sua evolução futura. Este objectivo alcança-se através da aplicação da “Sociologia Rural” ou “Sociologia da Vida Rural”, que se preocupa com o estudo das Sociedades Rurais, quanto ao seu aspecto formal e suas condições de vida, desenvolvimento e progresso» (id., *ibidem*, p. 5).

⁷⁵⁷ «Analisar uma Sociedade Rural através dos métodos da Sociologia é determinar-lhe a constituição orgânica e as necessidades que resultam do facto de viver e progredir – determinar-lhe as necessidades que justificam todo o esforço e acção de especialistas de problemas agrícolas, porque toda a investigação, toda a cultura de espírito, quando animada de um anseio superior e generoso, tem de ser dirigida no sentido social, de melhorar dia a dia as condições de vida dos agrupamentos sociais» (id., *ibidem*, p. 6). «Simple ramo, talvez, mas o mais ambicioso das Ciências Sociais, vai atravessando aquela fase de evolução em que são possíveis, dada a juventude que lhe é peculiar, as construções pessoais e arrojadas, defeituosas em regra, mas sempre aliciantes. Pretende, todavia, constituir a cúpula deste grande sector do conhecimento humano – no qual o homem se procura analisar a si próprio desapassionadamente – enunciando os factos e princípios, reunidos num corpo de doutrina para a obtenção do qual, e tendo em vista o estudo das relações do homem em sociedade, se foram aplicando sistematicamente métodos científicos» (id., *ibidem*, p. 235).

essencialmente reificada e deduzida, por mediatizações sucessivas, da funcionalidade económica da população para os desígnios do Estado.

À cabeça dos tópicos tratados surgiria a «Mobilidade Social», susceptível de ocorrer no «plano horizontal» (de um grupo profissional ao outro), «no plano vertical» (de uma classe social a outra) e «no aspecto territorial» (de um lugar a outro). No nosso país, acrescentava como exemplo, «as iniciativas que respeitam a “Melhoramentos Rurais” tem como consequência, ao facilitarem os meios de vida e desenvolvimento do ambiente rural, a criação de novas perspectivas de mobilidade no plano horizontal (novas ocupações, novas fontes de rendimento) sem acréscimo, ou pondo travão, à mobilidade no plano territorial». Por seu turno, dizia ainda, «Da acção da Junta de Colonização Interna resulta aquele conjunto de meios que, pela intervenção do crédito que reforça a estrutura da economia agrícola e pelo estabelecimento de “casais agrícolas” promove o acesso de trabalhadores de uma classe a outra, de simples assalariados a empresários, auxiliando assim a mobilidade no plano vertical, que entrava a mobilidade no plano territorial»⁷⁵⁸. Na sequência de algumas das questões levantadas pelo problema da mobilidade, sucedia-se o estudo da «Interacção Social», aqui reportada à «frequência e natureza de contactos sociais entre indivíduos de mentalidade e cultura diferentes», que determinavam aliás «profundas alterações na reacção dos agrupamentos populacionais» – embora nem sempre de significado semelhante. Efectivamente, dizia, «A virtude e o vício que se albergam na alma humana, quantas vezes se permutam, ou melhor cedem o seu lugar, quando se encontram frente a frente». Era porém no «ambiente rural», afirmava, que residia o «melhor das virtudes da raça»⁷⁵⁹. Finalmente, e antes do estudo aplicado da «População Rural» portuguesa (no capítulo II da parcela da sebenta, consagrada à sociologia) procedia-se ao estudo da «Solidariedade Social», estabelecida, na cidade (e de acordo com Émile Durkheim), «a partir de relações do tipo rigidamente formal ou contractual» e como consequência «das

⁷⁵⁸ Id., *ibidem*, pp. 250-252.

⁷⁵⁹ Id., *ibidem*, 252-253. O autor acrescentava: «(...) nesse ambiente fechado à influência da interacção social, onde uma população homogénea respeita os costumes e cumpre as tradições, sem introduzir na sua norma de vida bruscas alterações. Na cidade, a interacção mais frequente oferece toda uma gama de solicitações, perante as quais é necessário o vigor de uma sólida formação moral. Basta ver a transformação que se opera muita vez no rural à medida que a acção da cidade se exerce sobre ele, abrindo-lhe horizontes que, no campo, nunca pressentiu, não revelando portanto condições de defesa. Mas nem tudo é mau, como resultado da interacção social. A visão estreita das realidades da vida que no reduzido horizonte do campo se cria, alarga-se ao contacto da verdadeira cultura. A rotina cede lugar ao progresso e à técnica, o curandeiro apaga-se ante o médico, o agrupamento social evoluciona mais esclarecido e lúcido» (id., *ibidem*, p. 253-254).

diversidades ou dissemelhanças que resultam da divisão do trabalho e da grande especialização de que é motivo»; e procedente, no campo, de relações do tipo «informal e não contractual» radicadas em «objectivos e experiências comuns»⁷⁶⁰.

Tal como começámos por ver (e como Castro Caldas faria questão de assinalar alguns anos mais tarde), a introdução de semelhantes conteúdos no currículo académico do ISA ficar-se-ia a dever à sua própria iniciativa. A este respeito, ressalve-se que não é de todo improvável que a crescente influência da designada «sociologia católica» e mais genericamente da doutrina social da Igreja – Castro Caldas era então destacada figura do apostolado laico – a tal o tenham instado de forma mais imediata. Algumas das suas formulações no referido manual parecem de facto denunciá-lo. Diga-se aliás que a ascendência de semelhantes ideias e mais concretamente da Acção Católica Portuguesa se manifestava há já alguns anos entre certos relatórios finais do ISA (e nomeadamente no caso de *O Assalariado Rural de Viana do Alentejo*, a que atendemos mais acima) e viria entretanto a acentuar-se. Não se pode porém elidir, por esse facto, a importância de mais de três décadas de investigação económico-social agrária e o seu significado no que toca à implantação da sociologia no ISA. Efectivamente, a introdução da sociologia rural no ISA (e, depois, o seu reconhecimento formal) não seria senão o culminar de um longo processo científico-institucional (mas não estritamente académico) que conduziria primeiro à implantação de um programa de pesquisa apontado ao saneamento físico e moral do povo rústico e, de forma mais abrangente, à reforma da economia e sociedade rurais – uma «agronomia de clínica geral», para voltar a evocar a expressão utilizada por Mário de Azevedo Gomes, de que se viriam a destacar, progressivamente, o problema da reprodução da força de trabalho agrícola e, no limite, a necessidade de apuramento das suas condições de vida.

Processo, diga-se, que viria a ser atalhado, em virtude dos seus resultados e de algumas consequências não desejadas, entre as quais, a própria implantação da sociologia rural: depois das dificuldades que impenderiam sobre a publicação do III volume do *Inquérito à Habitação Rural*, que acabaria por não sair do prelo, a cadeira de

⁷⁶⁰ Id., *ibidem*, p. 254. A este último respeito, o autor acrescentava: «No campo especialmente nas regiões onde domina a empresa do tipo familiar, o espírito de solidariedade chegar a levar à troca de serviços sem perfeita compensação, auxiliando-se famílias vizinhas mutuamente na execução de diversos trabalhos agrícolas. § Sem que se quebre o natural individualismo das nossas populações rurais, a solidariedade perante problemas de interesse económico no campo (muitos existem) é um sentimento tão forte, que basta tocar o sino a rebato no campanário de qualquer pequena Igreja paroquial, para reunir a freguesia inteira, pronta a indagar a natureza do perigo que ameaça a colectividade» (id., *ibidem*, p. 255-256).

«Agricultura Comparada e Geografia Económica» (consagrada, como vimos, à geografia humana e à sociologia rural) ver-se-ia eliminada por decisão superior. Temporariamente atalhado, apenas, pois os protestos de docentes e alunos redundariam na consagração definitiva da disciplina em 1955, sob a denominação de «História da Agricultura. Sociologia Rural»⁷⁶¹. Como vimos no início da tese, o decreto que o promulgava contemplaria ainda a instituição de cadeiras de sociologia nas Faculdades de Engenharia de todo o país (Coimbra, Lisboa e Porto) e no curso de Engenharia do Instituto Superior Técnico; um ano depois, essa mesma medida seria estendida à Faculdade de Medicina Veterinária. E se é verdade que nas Faculdades de Engenharia e em particular no Instituto Superior Técnico o tópico tinha também alguma tradição, sobretudo teórica, no ISA a instituição da cadeira de Sociologia Rural representaria afinal o reconhecimento de um campo científico-social emergente que uma simples decisão administrativa não pudera suprimir⁷⁶².

Em 1956, o I Curso de Sociologia Rural do ISA, organizado pela Juventude Universitária Católica, serviria de pretexto a Eugénio de Castro Caldas para recordar o episódio mas para afinar também o programa da nova disciplina, menos dependente agora da geografia e mais estritamente dedicado aos efeitos da conjuntura económica sobre a estrutura ocupacional e social da população⁷⁶³. As próprias diferenças de *habitat* rural e urbano – a inscrição da actividade humana no território – encontravam-se mais directamente associadas às respectivas actividades profissionais (agricultura e indústria) cuja predominância, por seu turno, radicava em índices de desenvolvimento económico diferenciados e que começava aliás por determinar as estruturas regionais da população por sectores de actividade. O mesmo sucedia, de resto, com a distribuição regional da população por classes e com os seus respectivos efeitos, tal como se pode depreender da ilustração que o autor emprestava ao argumento.

⁷⁶¹ Cf. Mário de Azevedo Gomes, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, op. cit., p. 134.

⁷⁶² Sobre alguns dos antecedentes da cadeira de «Sociologia Geral (Questões morais e sociais relacionadas com a técnica)», de marcada influência católica vd. a publicação do seu regente, José Pereira Athayde, *As Humanidades e as Ciências Sociais na Formação dos Engenheiros*, Lisboa, s/ ed., 1966, pp. 7-9; vd. ainda José Pereira Athayde, *As Disciplinas Formativas nas Escolas Superiores de Engenharia*, separata de *Técnica* (Revista de Engenharia dos Alunos do I.S.T.), Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1956.

⁷⁶³ Eugénio de Castro Caldas, *Problemas da Sociologia Rural*, op. cit. Vd. ainda Eugénio de Castro Caldas, *A Sociologia Rural e o Moderno Pensamento Agrário*, conferência proferida no Curso de Direito e Economia Agrários promovido em Março e Abril de 1964 pela Faculdade de Direito de Lisboa com a colaboração da Junta de Colonização Interna, Lisboa, s/ ed., 1965.

Por exemplo, em Melgaço, no Minho, a dominância percentual de um estrato intermédio de empresários familiares e membros da família activos (ocorrência de que representava o caso extremo, a nível nacional) e o reduzido número de patrões e assalariados correspondia a uma «sociedade rural evoluída, onde se operou um processo de mobilidade social que elevou o simples trabalhador assalariado à gestão directa das empresas ou, o que é mais rigoroso, onde se instalou de início, como esteio de uma civilização agrária, a empresa familiar, a que mais se adapta ao mundo das ambições e aspirações do trabalhador dos campos»⁷⁶⁴. Forçado porém além dos limites convenientes, o processo de divisão de terra dera origem a uma sociedade rural estagnada, que podia deixar de oferecer aos seus componentes «quaisquer perspectivas de mobilidade social» e provocar a «pobreza generalizada ao nível da classe intermédia»⁷⁶⁵. De qualquer forma, sublinhava, «o ambiente é de paz social baseada na justiça da repartição da riqueza»⁷⁶⁶. Já o mesmo não se podia dizer do Alto Alentejo, acrescentaria ainda, onde «a base da pirâmide que exprime a estratificação social tem grande desproporção em relação ao vértice e ao caso intermédio. § Poucos patrões, muitos assalariados: a cada patrão correspondem 20 assalariados. E para estes, vedado está o acesso na escala social. O estrato intermédio é excepção de raros, a mobilidade social é muito reduzida». O quadro esboçado era pois o de uma sociedade rural «pouco evoluída, baseada numa economia do tipo colonial, *sui generis*, dependente dos problemas de mão-de-obra e de colocação dos produtos, permanentemente ameaçada de crise de carência e de excesso de produção». Em Alcácer do Sal (caso inverso ao de Melgaço), a pirâmide social era verdadeiramente «pavorosa»: «A falta de mobilidade social é evidente, por ausência de estrato intermédio, e pelo carácter com certeza hermético do reduzido vértice. Exprime um ambiente carregado do fermento activo de conflito social, que só pode ser remediado com uma profunda Reforma Agrária que, em nossa opinião, promova a instalação de empresas familiares»⁷⁶⁷.

Paralelamente, os trabalhos de investigação social entretanto executados pelos finalistas do ISA patenteariam um desenvolvimento análogo. Para além de alguns relatórios finais de licenciatura que prosseguiriam programas de pesquisa anteriores,

⁷⁶⁴ Eugénio de Castro Caldas, *Problemas da Sociologia Rural*, op. cit., p. 20.

⁷⁶⁵ Id., *ibidem*, p. 21.

⁷⁶⁶ Id., *ibidem*.

⁷⁶⁷ Id., *ibidem*.

como *Níveis de Vida. A alimentação do rural de Coruche*, de 1951 (assente em monografias de famílias e, de acordo com o autor, «tanto quanto possível representativas de diversos extratos económico-sociais da sua população»), *Contributos para o Estudo da Crise Rural no Concelho de Mértola*, de 1951 (destinado a avaliar-lhe as causas), e *Monografia da Freguesia de S. Vicente do Paúl*, de 1953 (de estrutura clássica), surgiriam outros directamente decorrentes do complexo geográfico-sociológico que daria corpo às lições de Agricultura Comparada, tais como *O Habitat Rural* (1949), *Subsídios para o Estudo da Geografia Agrária da Beira Alta* (1949), *Zonas Mesodemográficas. Influência do meio no desenvolvimento das populações (Concelho de Gouveia)* (1950)⁷⁶⁸. A par destes, sublinhe-se, surgiriam ainda outros trabalhos consagrados agora a fenómenos sociais específicos – *Sobre alguns problemas da propriedade rústica. Doações para casamento em Terras da Maia* (1954), *Da Alimentação do Rural Português. Subsídio para um Estudo de Ecologia Alimentar* (1955), *Dos Ranchos Migratórios em Portugal* (1956) e *O “Êxodo Rural”. Introdução ao seu estudo no Continente* (1958)⁷⁶⁹. E se apenas alguns destes e dos anteriores se viriam a reclamar explicitamente da sociologia, uns e outros viriam efectivamente a ser classificados como tal numa iniciativa editorial do recém-criado Centro de Estudos de Economia Agrária (CEEAA), financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e a cuja Comissão Técnica Orientadora viriam a pertencer Henrique de Barros e Eugénio de Castro Caldas⁷⁷⁰.

O próprio centro, como dissemos, viria a contar na sua orgânica com um Departamento de Sociologia Rural, entre outros de Estudos Regionais e Desenvolvimento Económico, de Gestão e Cooperação Agrícolas e de Econometria. Na

⁷⁶⁸ Manuel Ferreira Suspiro, *Níveis de Vida. A Alimentação do Rural de Coruche*, Lisboa, ISA, 1951, p. I; Rui Manuel da Silva Santos Gonçalves, *Contribuição para o Estudo da Crise Rural no Concelho de Mértola (Freguesia de S. Sebastião dos Carros)*, Lisboa, ISA, 1951; Alexandre Mário Carvalho Caldas, *Monografia da Freguesia de S. Vicente do Paúl (Concelho de Santarém)*, op. cit.; Henrique Manzaneres Abecassis, *O Habitat Rural*, Lisboa, ISA, 1949; Francisco José Nogueira Lopes Pereira, *Subsídios para o Estudo da Geografia Agrária da Beira Alta*, Lisboa, ISA, 1949; e Álvaro de Brito Peres, *Zonas Mesodemográficas. Influência do meio no desenvolvimento das populações (Concelho de Gouveia)*, relatório final do curso de Engenheiro Silvicultor, Lisboa, ISA, 1950.

⁷⁶⁹ Marcelino Ilídio Vilarinho Pereira da Rocha, *Sobre alguns problemas da propriedade rústica. Doações para casamento em terras da Maia*, Lisboa, ISA, 1954; Adílio Salgado Amador da Cunha e Paiva, *Da Alimentação do Rural Português. Subsídio para um Estudo de Ecologia Alimentar*, Lisboa, ISA, 1955; José Miranda Magalhães, *Dos Ranchos Migratórios em Portugal*, Lisboa, ISA, 1956; e Alberto Eduardo Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, *O «Êxodo Rural». Introdução ao seu estudo no continente*, Lisboa, ISA, 1958.

⁷⁷⁰ Centro de Estudos de Economia Agrária, *Trabalhos Portugueses Inéditos Sobre Economia Agrária – Inventário*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, Lisboa, 1959.

verdade, a designação inicialmente prevista para a instituição contava com o próprio termo «sociologia» – Centro de Estudos de Economia Agrária e Sociologia Rural. Tal era o nome que constava do projecto inicial redigido por Henrique de Barros entre finais de 1956 e o início de 1957 e entregue por Mário de Azevedo Gomes a Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Calouste Gulbenkian (que acolheria o centro)⁷⁷¹. O dito projecto seria aliás parcialmente justificado no mesmo documento com a necessidade de garantir a investigação especializada nessa área e ainda, sublinhe-se, de dar seguimento aos trabalhos de sociologia encetados no ISA e na JCI.

Tal como se afirmava, a criação de um Centro de Estudos de Economia Agrária e Sociologia Rural era considerada «Altamente necessária, porquanto o Estado não dispõe actualmente de qualquer organismo especializado em semelhantes estudos». Efectivamente, dizia-se, depois da extinção em 1936 da Estação Agrária Central, que contava na sua orgânica com uma Secção de Estudos Económicos, «os principais estudos efectuados em matéria económico-agrária têm-no sido por parte de Organismos Corporativos e de Coordenação Económica com a finalidade de esclarecerem problemas cuja resolução está entregue a tais organismos». O facto havia conduzido, acrescentava-se, «a uma acentuada dispersão em tais trabalhos não raro até a disparidades de critério, e tem sido o responsável pela ausência de visão de conjunto e de sistematização em matéria de análise dos nossos problemas estruturais e conjunturais no campo económico-agrária». Quanto ao que mais nos interessa, a situação da «Sociologia Rural» era considerada «ainda mais precária: nem o inquérito, aliás nunca completado, da Universidade Técnica de Lisboa sobre a Habitação Rural, nem os numerosos estudos, por sinal meritórios, da Junta de Colonização Interna, sobre níveis de vida, – constituem material bastante para um conhecimento satisfatório da situação real das populações rurais portuguesas»⁷⁷². A criação do centro era ainda considerada «muito oportuna», atendendo nomeadamente a que «O problema da melhoria do nível de vida e de elevação da preparação profissional da população agrícola encontra-se, por toda a parte, na ordem do dia»⁷⁷³. E, entre a lista dos problemas que ficariam a cargo do centro, destacar-se-ia à cabeça o «Estudo das condições de vida das populações rurais a

⁷⁷¹ Henrique de Barros, «Antecedentes e Criação do Centro de Estudos de Economia Agrária: Breve Notícia Histórica», em AAVV, *Centro de Estudos de Economia Agrária. 25 anos, op. cit.*, pp. 45-58. anexo 1, p. 7.

⁷⁷² Id., *ibidem*.

⁷⁷³ Id., *ibidem*, p. 8

levar a efeito simultaneamente pela compilação e análise dos dados estatísticos disponíveis, e pela realização de monografias de explorações agrícolas e famílias rurais, escolhidos de modo a representarem as diversas categorias existentes em cada região»⁷⁷⁴.

Sem aparente prejuízo para a vertente sociológica do projecto (que viria a ser prosseguida no Departamento de Sociologia Rural do CEEA), entre este documento e a proposta final (de 1958) que conduziria à sua criação, o termo «sociologia» desapareceria da respectiva designação (de acordo com Henrique de Barros, por opção do Conselho de Administração da Fundação Gulbenkian)⁷⁷⁵ e, de forma mais significativa, das próprias passagens que acima transcrevemos. Os trabalhos supracitados da Universidade Técnica de Lisboa e da JCI, que voltariam a ser recordados naquela segunda proposta, seriam agora apodados de «sócio-agrários» ou, mais especificamente, relativos a «aspectos» de semelhante natureza⁷⁷⁶. Diga-se aliás que do documento final não constaria sequer qualquer referência ao Departamento de Sociologia Rural, que só seria criado já depois da inauguração do centro (tal como indicava o seu relatório de actividades de 1965)⁷⁷⁷. Podemos apenas imaginar as razões para que tal tenha ocorrido. Também não exploraremos aqui os inumeráveis trabalhos realizados no âmbito do CEEA, muitos dos quais no seguimento mais ou menos directo de algumas das linhas de pesquisa desenvolvidas na JCI e no ISA⁷⁷⁸. Importa porém sublinhar, para terminar que, com a sua criação, a sociologia passaria a contar também com um instituto específica e formalmente consignado à investigação nessa área.

Ao facto não fora igualmente alheio, como vimos, o desenvolvimento da investigação económico-social em domínio agrónómico, nos termos por nós relatados. O próprio Eugénio de Castro Caldas faria questão de sublinhar essa evidência, recordando em traços largos (numa comunicação apresentado ao Symposium

⁷⁷⁴ Id., *ibidem*.

⁷⁷⁵ Id., *ibidem*, p. 5.

⁷⁷⁶ Id., *ibidem*, anexo 4, p. 19.

⁷⁷⁷ Centro de Estudos de Economia Agrária, *Objectivos, Estrutura e Actividades do Centro de Estudos de Economia Agrária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1965.

⁷⁷⁸ Para uma lista exaustiva dos trabalhos realizados até 1969 vd. Centro de Estudos de Economia Agrária, *Objectivos, Estrutura e Actividades do Centro de Estudos de Economia Agrária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1969.

Euromediterrâneo sobre Investigação em Economia e Sociologia Rural, realizado em Lisboa em 1966) o processo genérico que conduziria à implantação da sociologia rural:

Chaque fois qu'on s'efforce de réunir une bibliographie d'études de Sociologie Rurale, effectuées au Portugal et dans les pays représentatifs de l'espace méditerranéen, nous trouvons, même dans une période récente, un nombre réduit de travaux élaborés suivant la méthodologie et l'objectif d'une recherche encadrée dans la moderne Sociologie Rurale. Toutefois, une observation plus approfondie nous oblige à sélectionner de nombreux travaux qui touchent plus ou moins, le *domaine d'études* de la Sociologie Rurale. Des Monographies régionales et de communautés d'agriculteurs, des enquêtes familiales visant à l'études des conditions de vie d'exploitants agricoles et de ouvriers ruraux, des enquêtes sur l'exploitation agricole constituent un très grand recueil de renseignements qui, bien qu'ayant un caractère surtout économique, traduisent aussi une recherche sociologique généralement très vaste. Outre les travaux de ce type, de recherche appliquée, nous avons reçu un précieux héritage traditionnel d'études de base, tels que ceux de l'Anthropologie Culturelle et de l'Ecologie Humaine et ceux de l'Histoire des faits, des institutions, des mœurs et des techniques, et, encore plus, récemment, des travaux réalisés dans le cadre de la Démographie Sociale et la Géographie Humaine et Rurale. Toutefois, il semble facile de conclure que, c'est l'essor de la recherche económico-agraire qui a obligé à ouvrir le domaine de la Sociologie Rurale. Cet essor a créé une orientation qu'on peut considérer comme l'alliance de deux finalités, peut-être inséparables, qui a conduit à la synthèse socio-économique, correspondant à une conception d'Économie qu'on peut désigner comme *Économie-Sociale*, laquelle a déjà donné des fruits généreux⁷⁷⁹.

O mesmo processo, como vimos, não deixaria de ter também reflexo ao nível das próprias orientações sociológicas adoptadas no ISA e nos outros organismos referidos e muito em particular na desatenção reiterada a que os seus diversos cultores

⁷⁷⁹ Eugénio de Castro Caldas, *Importance et difficultés spécifiques de la recherche en sociologie rurale*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1966, p. 1.

submeteriam as relações sociais de produção nos campos ou os aspectos políticos e ideológicos da vida rural⁷⁸⁰. Tanto quanto orientações ideológicas específicas, estava em causa a própria noção de sociedade, distante já de formulações naturalistas ou mais estritamente organicistas (a sociedade como corpo, constituído por células familiares) e aberta à «especificidade do social», mas concebida como um todo solidário e, de certa forma, naturalizado.

⁷⁸⁰ Fernando Oliveira Baptista, «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta-1974)», *op. cit.*, pp. 67-68 e 78.

EPÍLOGO

10. POR UMA SOCIOLOGIA HISTÓRICA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO-SOCIAL

Chegados a este ponto, as sucessivas sínteses que fomos apresentando no final de cada capítulo e esporadicamente ao longo do texto deverão permitir que sejam já bastante claros os principais contornos da narrativa que a esta tese deu corpo.

Em traços largos, procurámos mostrar o significado da acção do Estado e, mais genericamente, de racionalidades radicadas nos seus desígnios, para a constituição de um domínio científico-social – no caso concreto, de uma sociologia rural – ou, para sermos mais rigorosos, a medida da sua importância. Falámos no capítulo 8 de um processo epistémico, que conduziria à autonomização intelectual da dimensão social da Economia Rural, no ISA, a que não foi alheia desde logo a conjuntura de crise da década de 1910, agravada pelos efeitos da Grande Guerra, que determinaria o reposicionamento epistemológico daquela cadeira e a inclusão categórica no seu programa do estudo da população. Processo a que não seriam também alheios, como então dissemos, o impasse do modelo económico vigente e a crise de subsistências, na década de 1930; uma nova atitude política face ao Estado entre certos políticos e técnicos, que procuraria fazer dele instrumento central de uma reorganização económica e social do país; a reestruturação do sistema universitário e a autoridade de práticas de pesquisa veiculadas por fóruns internacionais de política económica e social; e sobretudo, no seguimento destes factores, o lançamento de projectos reformistas apontados à economia e sociedade rurais de que resultaria um importante acervo de trabalhos de investigação económico-social realizados em organismos oficiais do Estado e no ISA. Desse mesmos trabalhos destacar-se-ia sucessivamente o problema da reprodução da força de trabalho agrícola e a necessidade do estudo das condições de vida da população rural.

Trata-se, portanto, de um processo científico-institucional, que pode, não obstante, ser reconstituído nas suas implicações epistémicas mais imediatas. Foi o que procurámos fazer ao longo da presente tese e foi esse empreendimento que procurámos resumir no início do último capítulo, quando tornámos inteiramente explícito o nosso programa de pesquisa.

Dissemos então que seria já depois de o inquérito orçamental às famílias ter sido utilizado pelo Ministério do Trabalho em 1916 (a par da presença em Portugal de alguns dos seus mais destacados cultores internacionais, ligados à Escola de Le Play) que o titular da cadeira de Economia Rural no ISA, D. Luís de Castro, introduziria o método na instituição, para se proceder ao estudo da população (de acordo com as indicações dos mais recentes tratados nacionais e estrangeiros de economia política) e um pouco antes de a Direcção Geral de Fomento Agrícola lançar mão do mesmo método no âmbito do processo de instalação da Colónia Agrícola dos Milagres. E dissemos ainda que o seu sucessor académico, Eduardo Lima Basto, a ele recorreria no seu *Inquérito Económico-Agrícola*, publicado entre 1934 e 1936, no seguimento de práticas equivalentes empreendidas no estrangeiro – e nomeadamente em Itália. Seria ainda por intermédio do inquérito orçamental e como consequência directa deste *Inquérito Económico-Agrícola* que se aplicaria no terreno aquele que viria a ser o mais importante trabalho de investigação social realizado em Portugal na primeira metade do século XX, o *Inquérito à Habitação Rural*, promovido (tal como o anterior) pela Universidade Técnica de Lisboa e dirigido por Lima Basto e Henrique de Barros. A orientação sociológica do trabalho decorreria então, mais especificamente, da aplicação do conceito de níveis de vida, introduzido e explicitado na conferência do mesmo Lima Basto, *Níveis de Vida e Custo de Vida. O caso do operário agrícola português*, de 1935, prosseguindo prerrogativas promulgadas pelo Bureau International du Travail. Seria ainda em parte por recurso a semelhante instrumentário metodológico-conceptual e seguindo o exemplo dos inquéritos económico-agrícola e à habitação rural que se procederia à realização da série de trabalhos de investigação económico-social acima referidos. Seria enfim, por esta via que se destacaria dessa série, no ISA e noutros organismos associados, um subconjunto de trabalhos de investigação social e mais especificamente de sociologia.

Como dissemos, tratou-se de atender à circulação académico-burocrática de conceitos e métodos manifestamente centrais para um domínio epistémico em formação, de modo a dar conta do processo que lhe deu origem sem o reduzir às estratégias dos agentes nele envolvidos ou tão-pouco às determinações estruturais que limitaram ou promoveram as suas acções. Foi assim também que vimos surgir a própria cadeira de Sociologia Rural no ISA, não tanto como resultado dos objectivos

mais imediatos dos docentes que a promoveram ou como resultado directo da investigação económica aplicada em domínio agronómico (ou da acção dos poderes que começariam por ocasioná-la) mas como consequência da formação prévia de uma área de estudos sociais que dela se autonomizou e na decorrência directa de uma noção de população por esta mesma consagrada – e que de resto se projectaria ainda na própria noção de sociedade veiculada por aquela cadeira e na orientação científica que lhe seria imprimida. Mais do que estas consequências, contudo, interessa-nos sobretudo deixar registadas, para terminar, algumas implicações da narrativa proposta para a história das ciências sociais e da investigação social em Portugal.

Para concluir, interessa-nos sugerir que no quadro de um país essencialmente rural, e ainda antes do advento das designadas «sociologia colonial», em meados da década de 1950, no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, e «sociologia do desenvolvimento e do trabalho», na década posterior, junto do Gabinete de Investigações Sociais, tenha emergido uma «sociologia rural», predominantemente descritiva e debilmente institucionalizada (como as demais) mas com direito a nome próprio. Admiti-lo permite certamente discutir a novidade relativa das iniciativas que na segunda metade do século XX terão inaugurado uma nova fase de desenvolvimento das ciências sociais portuguesas e da sociologia em particular e lançado as bases da sua futura consagração académica. E permite ainda discutir o próprio atraso relativo imputado a Portugal neste domínio.

Se é verdade que só na década de 1970 se assistiu à criação do primeiro curso público de licenciatura em sociologia, não é menos verdade que o processo tipificado de institucionalização internacional da disciplina, em boa parte idealizado com base nas experiências norte-americana e francesa, se aplica sobretudo aos Estados Unidos, onde, efectivamente, logo em finais do século XIX, a sociologia conquistou importantes posições académicas e, com base nelas, viria a desenvolver-se de forma consistente⁷⁸¹. No caso francês, sem prejuízo de uma primeira institucionalização da disciplina anterior à Grande Guerra (em que pontuou Émile Durkheim e o grupo que se reuniu ao seu redor) e da posterior consagração de

⁷⁸¹ Cf. Theodore Caplow, “La invención de la sociología estadounidense: fundadores y ideas”, em Salustiano del Campo (org.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, op. cit., 2000, pp, 61-70.

nomes como Marcel Mauss, Maurice Halbwachs, Marcel Granet ou François Simiand, no período entre guerras a sociologia conheceu um período de relativa estagnação (sem perder as posições entretanto conquistadas) que só viria a ultrapassar já depois da II Guerra Mundial – havendo mesmo quem fale de um processo de reconstrução da sociologia francesa, entre 1945 e 1965, durante o qual a disciplina adquiriu os contornos que hoje conhece⁷⁸². O mesmo se passou de certa forma na Alemanha⁷⁸³.

Ainda a este propósito valerá a pena recordar ainda que noutros países tidos por cientificamente desenvolvidos como a Inglaterra, a Itália ou a Suécia, a sociologia só viria a conquistar o estatuto de licenciatura já depois da II Guerra Mundial, o que em qualquer dos casos não invalida que se possa falar com propriedade de sociologia para períodos anteriores a essa data⁷⁸⁴. Por maioria de razão, noutros países cientificamente menos desenvolvidos mas de forte tradição científico-social como a Argentina ou o Brasil, até à década de 1950 a sociologia permaneceria marcada por uma fraca diferenciação disciplinar⁷⁸⁵. Em Espanha, enfim, para referir um caso análogo ao português, após uma primeira fase de orientação positivista e uma segunda de orientação social-católica, o desenvolvimento da sociologia ficaria marcado por uma fase de renascimento entre as décadas de 1940 e 1960 que propiciaria a sua definitiva institucionalização mas que só teria tradução alargada, quer ao nível do ensino quer ao nível da investigação, já depois dessa data⁷⁸⁶.

⁷⁸² Cf. Laurent Mucchielli, “El nacimiento de la sociología en la universidad francesa (1880-1914)”, em Salustiano del Campo, *La institucionalización de la sociología (1870-1914)*, *op. cit.*, pp. 41-59; e Francis Farrugia, *La Reconstruction de la Sociologie Française (1945-1965)*, Paris, Harmattan, 2000.

⁷⁸³ Cf. Wolfgang Glatzer, «La institucionalización de la sociología en Alemania (1871-1933)», *op. cit.*; vd. ainda Wolf Lepenies, *Between Literature and Science...*, *op. cit.*

⁷⁸⁴ Cf. respectivamente Jennifer Platt, “Una institucionalización problemática: La primera sociología británica”, em Salustiano del Campo (org.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, *op. cit.*, pp. 71-93; Alberto Martinelli, “La difícil institucionalización de la sociología italiana”, em Salustiano del Campo, *La institucionalización de la sociología (1870-1914)*, *op. cit.*, pp. 111-130; e Alain Gras e Richard Sotto, «La sociologie en Suède», *Revue Française de Sociologie*, vol. 19, n.º 1, 1978, pp. 125-146.

⁷⁸⁵ Cf. respectivamente Sérgio Miceli, «Por uma sociologia das ciências sociais», em Sérgio Miceli (org.), *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, 2.ª edição, São Paulo, Editora Sumaré, 2001, pp. 11-28; e Juan Carlos, «La sociología: una profesión en disputa», em Federico Neiburg e Mariano Plotkin (orgs.), *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina*, Buenos Aires, Paidós, 2004, pp. 327-370.

⁷⁸⁶ Cf. Salustiano del Campo (org.), *Historia de la sociología española*, Madrid, Editorial Ariel, 2001.

Relativamente a Portugal, e à margem das grandes periodizações políticas, importa também sugerir que, por força de outras dinâmicas sociais mais perenes ligadas ao desenvolvimento burocrático do Estado, à expansão de grupos profissionais conexos (e nomeadamente dos técnicos) e ao alargamento progressivo das suas competências políticas e sociais, os primeiros empreendimentos ao nível da investigação social estatal levados a cabo ainda durante a Monarquia e depois sob a tutela do Ministério do Trabalho republicano tenham começado por ter seguimento nos trabalhos académico-administrativos acima referidos, circunstancialmente impulsionados pelas opções político-económicas dos primeiros anos do Estado Novo (embora a elas não redutíveis). E se é verdade que o seu lastro histórico acabaria por não resistir ao silêncio forçado a que o mesmo regime acabaria por submetê-los, em virtude dos resultados entretanto alcançados e pela obstinação política em encobri-los, nem por isso se pode elidir o manifesto significado científico daqueles trabalhos e do domínio epistémico a que deram corpo. A própria ambivalência do Estado relativamente a esta matéria permite compreender simultaneamente a constituição de uma sociologia rural que de facto muitos dos mais altos responsáveis políticos não terão ambicionado (mas para cuja emergência contribuíram de forma indirecta) e o esquecimento a que ela entretanto seria votada. Relativamente a este último aspecto, porém, importa ressaltar que a operação selectiva de que aquele esquecimento procede resultaria não só do anátema político que passaria a impender sobre esta sociologia rural, como também da ulterior imposição de genealogias disciplinares que, no ocaso do Estado Novo e já no novo regime democrático, foram instrumentais para a definitiva afirmação e legitimação de um campo científico-social.

De forma mais geral, importa salientar a importância que a imposição de métodos de governo modernos apoiados no conhecimento empírico da realidade, possa ter tido, em Portugal como noutros locais, para o desenvolvimento das ciências sociais e da sociologia em particular. De facto, e sem que isso implique desatender à natureza própria dos processos científicos e aos sistemas de circulação internacional desses saberes, a sua emergência e institucionalização devem ser consideradas também à luz do desenvolvimento de saberes de Estado especificamente centrados na população, a partir do século XIX, no contexto de aplicação de práticas governativas genericamente fundadas numa razão de Estado e apontadas nomeadamente à vitalidade física e expansão do corpo social – e que

remontam pelo menos a meados do século XVIII.⁷⁸⁷ É a própria pertinência histórica da divisão entre conhecimentos aplicados e fundamentais que deve começar por ser questionada, de forma a atender às correlações produtivas entre saberes académicos e administrativos e, até mesmo, dar conta, por paradoxal que possa parecer, da sua progressiva constituição e relativa autonomização disciplinar.

⁷⁸⁷ Sobre a constituição desses saberes em Portugal vd. Rui Miguel Carvalhinho Branco, *The cornerstones of modern government: maps, weights and measures and census in liberal Portugal (19th century)*, tese de doutoramento, Florença, Instituto Universitário Europeu, 2005.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1. a) Arquivos

Arquivo Histórico do Ministério do Trabalho e Solidariedade

Arquivo Histórico Ultramarino

Biblioteca do Instituto Superior de Agronomia

1. b) Entrevistas

Prof. Doutor Adriano Moreira (registada)

Prof. Doutor Fernando Oliveira Baptista

Prof. Doutor João Leal

Prof. Doutor José Augusto França

Prof. Doutor Lúcio Craveiro da Silva

Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz

Prof. Doutor Vitorino Magalhães Godinho

1. c) Dissertações e relatórios finais de alunos do Instituto Superior de Agronomia*

Abecassis, Henrique Manzanares, *O Habitat Rural*, Lisboa, ISA, 1949.

Afonso, Manuel Sieuve, *A Colonização da Gafanha (Subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, ISA, 1938.

Alves, Henrique Maria de Azevedo Coutinho Lobo, *Subsídios para o estudo da exploração agrícola minhota*, Lisboa, ISA, 1930.

Amaral, António Augusto Monteiro do, *O Concelho de Pinhel sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, ISA, 1920.

Amorim, José Justino d', *O Minho Rural*, Lisboa, Instituto de Agronomia e Veterinária (Tip. a vapor de Augusto Casta & Mattos, Braga), 1907.

* Excepto onde expressamente indicado, os trabalhos citados constituem dissertações ou relatórios finais do curso de Engenheiro Agrónomo.

- Andrade, António Henriques da Costa e, *Monografia da Freguesia da Encarnação (Maфра)*, Lisboa, ISA, 1940.
- Andrade, José Moreira de Sousa, *Estudo Económico-Social da Freguesia de Quadrazais*, Junta de Colonização Interna, Dezembro de 1938.
- Antunes, Francisco Dias, *Hortas da Várzea de Loures (Alguns elementos para o seu estudo económico)*, Lisboa, ISA, 1941.
- Antunes, João de Oliveira Marques, *A empresa familiar no concelho de Alter do Chão. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, ISA, 1948.
- Azevedo, José Augusto d', *Elementos para o estabelecimento do regadio numa Zona do Vale do Sorraia*, Lisboa, ISA, 1938.
- Baptista, Manuel Martins, *Estudos sob o ponto de vista económico e social, baseados no estudo das famílias segundo o método monográfico de Le Play (concelho de Cantanhede)*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1926.
- Barbosa, Ilídio Ismael Gomes, *A alimentação e a habitação do rural de Amareleja. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, ISA, 1940.
- Barradas, Leren Antunes, *Elvas Agrícola*, Lisboa, ISA, 1932.
- Barreto, Eduardo Francisco de Salles, *Da necessidade da protecção dos trabalhadores rurais*, Lisboa, Instituto Geral de Agricultura, 1877.
- Barros, Henrique de, *Ensaio sobre a história da colonização metropolitana*, Lisboa, ISA, 1930.
- Basto, Elgar V. C. D. Laborde, [*Correcção das valas da Lezíria da Eira*], Lisboa, ISA, 1941.
- Basto, Elgar V. C. D. Laborde, *Subsídio para o Estudo Económico-Social dum Rendeiro Minhoto*, Lisboa, ISA, 1941.
- Bobone, Manuel de Lencastre Araújo, *Aspecto económico da exploração agrícola da Agra do Bougado*, Lisboa, ISA, 1935.
- Bobone, Manuel de Lencastre Araújo, *Estudo económico comparativo das explorações agrícolas de sequeiro e regadio em Agra do Bougado*, Lisboa, ISA, 1935.
- Borges, Alberto Baptista, *Subsídios para o estudo monográfico do concelho de Aldegalega do Ribatejo (População, Natureza e Trabalho Agrícola)*, Lisboa, ISA, 1921.
- Bruges, Jacome d'Ornellas, *A Ilha Terceira. Notas sobre a sua agricultura, gados e indústrias anexas*, Lisboa, ISA, 1915.
- Caldas, Alexandre Mário Carvalho, *Monografia da freguesia de S. Vicente do Paul, concelho de Santarém*, Lisboa, ISA, 1953.
- Calejo, Amadeu Augusto Domingues, *Um tipo de empresa familiar. Subsídio para o estudo da sua viabilidade na região de Coruche*, Lisboa, ISA, 1947.
- Carvalho, Francisco José Gomes de, *Monografia da freguesia rural de S. João Baptista de Capeludos*, Lisboa, ISA, 1923.
- Cascais, Manuel José, *Estudo de um núcleo de Foros de Salvaterra*, Lisboa, ISA, 1948.
- Coelho, Laurentino Pereira, *Esboço monográfico da freguesia rural de Loivos*, Lisboa, ISA, 1921.

- Coutinho, Martinho de França Pereira, *A cultura no Concelho de Cascais*, Lisboa, Instituto de Agronomia e Veterinária, 1900.
- Cruz, António Luís Seixas Felix da, *A freguesia de Alvalade (Subsídios para um estudo económico-agrícola)*, Lisboa, ISA, 1941.
- Cruz, João Cândido Ventura da, *A freguesia de Alvite (Moimenta da Beira). Subsídios para o seu estudo económico, social e agrícola*, Lisboa, ISA, 1940.
- Eça, Luís Matos Salazar d', *Monografia da Freguesia de S. Cipriano de Pinheiros (Concelho de Monção)*, Lisboa, ISA, 1941.
- Fernandes, Joaquim Brites, *Aspectos do Trabalho Familiar na Obra de Colonização do Alentejo. O caso da freguesia de Igrejinha*, Lisboa, ISA, 1947.
- Ferreira, David Pinto de Moraes, *Monografia da freguesia rural de S. Martinho do Bispo, do concelho e distrito de Coimbra*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, 1921.
- Fialho, Luís Pereira da Cunha, *A cultura da vinha – Seu aspecto económico agrícola no concelho de Aldegalega do Ribatejo*, Lisboa, ISA, 1930.
- Frazão, Eduardo Augusto Mendes, *Esboço de uma Monografia da freguesia de Alcoentre*, exercício escolar da cadeira de Economia Rural, 7 de Janeiro de 1923.
- Freire, José Sebastião de Torres Vaz, *Da alimentação e da habitação das classes rurais no distrito de Évora*, Lisboa, ISA, 1934.
- Freitas, Augusto Sanches Barjona de, *A Região de Manteigas (Solo, clima, população e agricultura)*, Lisboa, ISA (Imprensa de Manuel Torres), 1918.
- George, João da Fonseca, *Subsídio para um estudo dos orçamentos familiares rurais em Portugal*, Lisboa, ISA, 1941.
- Godinho, Manuel Eugénio de Campos, *Subsídios para o estudo económico-pecuário-social no vale inferior do Mondego*, Lisboa, ISA, 1936.
- Gonçalves, Rui Manuel da Silva Santos, *Contribuição para o Estudo da Crise Rural no Concelho de Mértola (Freguesia de S. Sebastião dos Carros)*, Lisboa, ISA, 1951.
- Gondim, Eurico de Campos, *Ante-projecto de Irrigação do Vale de Cidadelhe de Aguiar*, Lisboa, ISA, 1948.
- Junior, António José da Rosa, *A freguesia rural de Chancellaria*, Lisboa, ISA, 1924.
- Leónidas, Vasco Rodrigues de Pinho, *Bases para o estudo do problema do trabalhador rural do concelho de Viana do Alentejo*, relatório de tirocínio do curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa, ISA, 1944.
- Leónidas, Vasco Rodrigues de Pinho, *O Assalariado rural do concelho de Viana do Alentejo (Subsídios para o estudo das possibilidades das suas condições de vida)*, Lisboa, ISA, 1944.
- Lobão, António J. V. S. Cortez de, *A Distribuição Cultural e o Trabalho Agrícola (Freguesias de Trindade e Vila de Frades)*, Lisboa, ISA, 1947.
- Lopes, Manuel Costa, *A freguesia de Côta e o seu Baldio (Subsídios para um estudo Económico-Agrícola)*, Lisboa, ISA, Junho de 1938.
- Lorena, Alfredo Alberto da Silveira e, *Notas sobre a crise actual dos géneros e salários*, Lisboa, ISA, 1921.

- Lorêto, José Birne de Sousa, *A região de Aguiar da Beira sob o ponto de vista agrícola e algumas considerações para o melhoramento da sua agricultura*, Lisboa, ISA, 1927.
- Magalhães, José Miranda, *Dos Ranchos Migratórios em Portugal*, Lisboa, ISA, 1956.
- Martinho, José Gonçalves, *O Concelho da Póvoa de Varzim sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, ISA, 1920.
- Martins, Carlos Coutinho de Azambuja, *Estudo de uma rede de rega na Várzea de Loures*, Lisboa, ISA, 1941.
- Martins, Flávio Soares, *A Sociedade Rural Barrosã*, Lisboa, ISA, 1940.
- Martins, João, *Subsídios de estudo para o fomento da freguesia de Alameda*, Lisboa, ISA, 1938.
- Matias, Manuel António, *Alguns Elementos para o Estudo de Colonização da Boalhosa*, Lisboa, ISA, 1946.
- Mello, João de Sousa e, *Aspectos sociais e económicos da freguesia de Quadrazais*, Lisboa, ISA, 1939.
- Moura, Henrique Carlos de, *Contabilidade Agrícola – Sua importância no estudo da economia rural e possibilidades da sua adaptação às condições de lavoura portuguesa*, Lisboa, ISA, 1934.
- Nabais, Alberto Cabral, *Vale do Pranto. Estudo agronómico e económico-social*, Lisboa, ISA, 1939.
- Natividade, Joaquim Vieira, *A Região de Alcobaça. Algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural*, Lisboa, ISA, 1922.
- Neves, Maria Porfina Fernandes das, *Subsídios para o Estudo da Mão de Obra na Orizicultura. Níveis de Vida. Região do Vale do Sado*, relatório final do curso de Engenheiro Agrónomo, Lisboa, ISA, 1947.
- Oliveira, Agnelo Galamba de, *Mateus. Subsídios de estudo para a sua monografia*, Lisboa, ISA, 1941.
- Paiva, Adílio Salgado Amador da Cunha e, *Da Alimentação do Rural Português. Subsídio para um Estudo de Ecologia Alimentar*, Lisboa, ISA, 1955.
- Palmeiro, C. Moraes, *Economia Rural da 7.ª Região Agronómica*, Instituto de Agronomia e Veterinária, 1891.
- Peixoto, José Henrique da Fonseca, *Monografia da freguesia de Vale de Santarém*, Lisboa, ISA, 1949.
- Pereira, Aurélio Marcos, *A ilha de S. Miguel sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, ISA, 1919.
- Pereira, Francisco José Nogueira Lopes, *Subsídios para o Estudo da Geografia Agrária da Beira Alta*, Lisboa, ISA, 1949.
- Pereira, João de Deus Vaz, *Importância Económica e Social da Cultura em Socalcos*, Lisboa, ISA, 1945.
- Peres, Álvaro de Brito, *Zonas Mesodemográficas. Influência do meio no desenvolvimento das populações (Concelho de Gouveia)*, relatório final do curso de Engenheiro Silvicultor, Lisboa, ISA, 1950.

- Pestana, João Carlos das Neves, *O concelho da Figueira da Foz sob o ponto de vista agrícola (Subsídios para o seu estudo)*, Lisboa, ISA (Figueira da Foz, Tipografia Popular), 1924.
- Pinto, Joaquim Pedro D'Oliveira Parreira Bugalho, *O Seareiro na Freguesia da Cabeça Gorda. Concelho de Beja*, Lisboa, ISA, 1941.
- Pinto, José Rebelo Vaz, *A agricultura no concelho da Vidigueira. Subsídios para o estudo económico-social*, Lisboa, ISA, 1938.
- Pontes, Manuel Simões, *A freguesia de Requeixo (Aveiro), Subsídios para o seu estudo económico, social e agrícola*, Lisboa, ISA, 1943.
- Ribeiro, António Lopes, *Monografia da freguesia de Reguengo Grande (Concelho da Lourinhã)*, Lisboa, ISA, 1940.
- Rico, Miguel Caeiro Carvalho, *Monografia de uma unidade económico-social*, Lisboa, ISA, 1936.
- Rocha, Floriano Sobral, *O Concelho da Maia sob o ponto de vista agrícola*, Lisboa, ISA (Tip. Progresso, Porto), 1919.
- Rocha, Marcelino Ilídio Vilarinho Pereira da, *Sobre alguns problemas da propriedade rústica. Doações para casamento em terras da Maia*, Lisboa, ISA, 1954.
- Rosa, Francisco, *Estudo de um caso de colonização*, Lisboa, ISA, 1940.
- Rosado, Clementina das Mercês Dinne, *Esboço monográfico da freguesia de S. Bento de Ana Loira*, Lisboa, ISA, 1925.
- Sarmento, Dinis de Castro e Sousa de Almeida, *A emigração e a crise agrícola*, Lisboa, ISA, 1913.
- Sequeira, Artur Fontoura de, *Subsídios para o estudo agrícola da região de Chaves*, Lisboa ISA, 1925.
- Silva, Alberto Eduardo Nogueira Lobo de Alarcão e, *O «Êxodo Rural». Introdução ao seu estudo no continente*, Lisboa, ISA, 1958.
- Silva, Carlos, *Habitação Rural. Províncias do Alto Alentejo e Baixo Alentejo (Ensaio)*, Lisboa, ISA, 1947.
- Silva, João António Oliveira e, *Níveis de Vida do Trabalhador Rural Português. Subsídios para o seu estudo*, Lisboa, ISA, 1948.
- Silvestre, Manuel de Oliveira, *A freguesia de Troviscal (Oliveira do Bairro)*, Lisboa, ISA, 1946.
- Soares, José, *A freguesia da Achadinha (estudo económico-agrícola)*, Lisboa, ISA, 1940.
- Sousa, Nuno de Lusignan Villaça de, *Elementos para o Estudo Económico Agrícola da Freguesia de Messejana*, Lisboa, ISA, 1946.
- Suspiro, Manuel Ferreira, *Níveis de Vida. A Alimentação do Rural de Coruche*, Lisboa, ISA, 1951, p. I.
- Vieira, Carlos Artur de Melo, *Subsídios para o estudo da população agrícola*, Lisboa, ISA, 1921.
- Vieira, José Luís da Silva Carvalho, *Uma colonização de iniciativa particular em Vendas Novas*, Lisboa, ISA, 1939.

Vilasboas, M. F. M., *Vale de Soure. Inquérito Económico-Agrícola*, Lisboa, ISA, 1939.

1. d) Outras fontes

AAVV, *Arquitectura Popular em Portugal*, Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 2004 [1961].

Alarcão, Alberto de, «Êxodo rural e atracção urbana no Continente», *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 7-8), pp. 511-573.

Amorim, Diogo Pacheco de, *Princípios fundamentais de sociologia cristã*, Coimbra, Gráf. de Coimbra, 1944.

Andrade, Abel de, *Curso de Economia Social na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1898-1899*, Coimbra, Minerva, 1899.

Andrade, Abel Pereira de (relator), «Parecer referente a dois projectos de colonização interna», *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 192 (10.º suplemento), 29 de Outubro de 1938.

Andrade, Anselmo de, *Portugal económico*, 2.ª edição revista, Coimbra, 1918 [1902].

Anónimo, «A-propósito de “Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal” do Prof. E. A. Lima Basto», *Agros*, Ano XXI, n.º 3, Maio-Agosto de 1938, pp. 90-100.

Antoine, Charles, *Curso de Economia Social*, Viseu, Imprensa da Revista Católica, 1904-1905.

Arquivo Histórico do Ministério do Trabalho e Solidariedade, «Junta da Acção Social, Comissão Executiva, Relatório de Actividades – 1962», em Fundo da Junta de Acção Social, Comissão Executiva, Caixa 468.

Arquivo Histórico Ultramarino, «[Relatório final, Colóquio Pedagógico. ISCSPU. 1968]», em AHU/UM/DGEDU/RE/CX 165.

Athayde, José Pereira, *A Missão Social dos Engenheiros*, Lisboa, A.E.C, 1949.

Athayde, José Pereira, *As Disciplinas Formativas nas Escolas Superiores de Engenharia*, separata de *Técnica* (Revista de Engenharia dos Alunos do I.S.T.), Lisboa, Instituto Superior Técnico, 1956.

Athayde, José Pereira, *As Humanidades e as Ciências Sociais na Formação dos Engenheiros*, Lisboa, s/ ed., 1966.

Barata, Óscar Soares, «O ensino do ISCSPU e as novas aplicações das ciências sociais» (separata de *Estudos Políticos e Sociais*, 1965).

Barros, Henrique de, «Antecedentes e Criação do Centro de Estudos de Economia Agrária: Breve Notícia Histórica», em AAVV, *Centro de Estudos de Economia Agrária. 25 anos*, Fundação Calouste Gulbenkian – Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras, 1983, pp. 45-58.

Barros, Henrique de, *A população e o trabalho agrícolas na Freguesia de Cuba*, Lisboa, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas – Ministério da Agricultura, Junho de 1934.

Barros, Henrique de, *Economia Agrária*, vol. 1, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1948.

Barros, Henrique de, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. II, *A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Baixa)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1947.

Barros, Henrique de, *Prof. Mário de Azevedo Gomes. Contribuição para uma biografia*, s/ l., edição do autor, s/ d. – separata da *Revista Agronómica*, vol. XLVIII, Tomo III e IV, 1965.

Barros, Henrique de, e Manuel Costa, *Inquérito económico-agrícola aos baldios do concelho de Viseu*, Lisboa, JCI, 1938.

Basto, E. A. Lima, *A Casa Rural*, Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas – Ministério da Economia, 1942.

Basto, [E. A.] Lima, *Agricultura Comparada*, sebenta das lições, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, s/ d.

Basto, E. A. Lima, *A industrialização da actividade agrícola: condições e vantagens do seu estabelecimento*, Lisboa, I Congresso da Indústria Portuguesa, 1933.

Basto, E. A. Lima, *Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, vol. IV de *Inquérito Económico-Agrícola*, dirigido por E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1936.

[Basto, E. A. Lima], «Bases para o plano de Inquérito Económico-Agrícola a realizar pela Universidade Técnica», em Henrique de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, vol. I de *Inquérito Económico-Agrícola* dirigido pelo Prof. E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1934, pp. VII-XXXII.

Basto, E. A. Lima, «Carta-prefácio», em E. A. Lima Basto, *Alguns aspectos económicos da agricultura em Portugal*, vol. IV de *Inquérito Económico-Agrícola*, dirigido por E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1936.

Basto, E. A. Lima, *Contas de exploração. Contas de cultura*, Lisboa, Serviço Editorial da Repartição de Estudos, Informação e Propaganda, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Ministério da Economia, 1941.

Basto, E. A. Lima, *Inquérito à Habitação Rural. 1. Questionário-guia*, Lisboa, ISA-UTL, 1938.

Basto, E. A. Lima, *Níveis de vida e custo de vida. O caso do operário agrícola português*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1935.

Basto, E. A. Lima, «O problema da habitação rural», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro.)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943, pp. 3-26.

Basto, E. A. Lima, «Prefácio», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro.)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943.

Basto., E. A. Lima, «Prefácio», em Henrique de Barros, *Inquérito à Freguesia de Cuba*, vol. I de *Inquérito Económico-Agrícola* dirigido pelo Prof. E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1934.

- E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943.
- Beça, Humberto, *Ermezinde. Monografia Histórico-Rural*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1924.
- Benoliel, Benjamim, «População. Importância do seu estudo dentro da Economia», *Agros*, II Série – 3.º ano, n.º 6, Junho de 1927, pp. 128-133.
- Braga, Teófilo, *Systema de Sociologia*, Lisboa, Typographia Castro Irmão, 1884.
- Brandão, Francisco Maria de Sousa, *A Economia Social. I – O Trabalho*, Lisboa, Tipografia do Progresso, 1857.
- Bureau International du Travail, *Contribution à l'étude de la comparaison internationale du coût de la vie*, série N, n.º 17, p. 7 [1932].
- Caldas, Eugénio de Castro, *A Agricultura na História de Portugal*, Lisboa, Empresa de Publicações Nacionais, Lda., 1998.
- Caldas, Eugénio de Castro, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.
- Caldas, Eugénio de Castro, «A Habitação Rural na Região Demarcada do Douro», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro.)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943, pp. 387-444.
- Caldas, [Eugénio de] Castro, *Apontamentos da Cadeira de Agricultura Comparada*, sebenta das lições, ISA, 1949-1950.
- Caldas, Eugénio de Castro, *A Sociologia Rural e o Moderno Pensamento Agrário*, conferência proferida no Curso de Direito e Economia Agrários promovido em Março e Abril de 1964 pela Faculdade de Direito de Lisboa com a colaboração da Junta de Colonização Interna, Lisboa, s/ ed., 1965.
- Caldas, Eugénio de Castro, «Aspectos da resistência ao desenvolvimento na Agricultura», *Análise Social*, vol. II, 1964 (n.º 7-8), pp. 463-471.
- Caldas, Eugénio de Castro, «As províncias da Beira – Introdução», em Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. II, *A Habitação Rural nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Baixa)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1947, pp. 27-34.
- Caldas, Eugénio de Castro, *Importance et difficultés spécifiques de la recherche en sociologie rurale*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1966.
- Caldas, Eugénio de Castro, «O “Instituto de Economia Agrária” que, em 1940, Lima Basto idealizou», em AAVV, *Centro de Estudos de Economia Agrária. 25 anos*, Fundação Calouste Gulbenkian – Instituto Gulbenkian de Ciência, Oeiras, 1983, pp. 45-58.
- Caldas, Eugénio de Castro, *Problemas da Sociologia Rural*, separata de *I Curso de Sociologia Rural*, Lisboa, edição da JUC do Instituto Superior de Agronomia, 1956.

Caldas, Eugénio de Castro, e Manuel de Santos Loureiro, *Níveis de Desenvolvimento Agrícola no Continente Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1963.

Campos, Ezequiel de, *A conservação da riqueza nacional: a grei, os mineraes, a terra, as matas, os rios*, Porto, s/ ed., 1913.

Cardoso, Mário, *Notícia do XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Porto, s/ ed., 1962, pp. 239-240.

Carqueja, Bento, *O Futuro de Portugal. Questões Económico-Sociais*, Lisboa, José Bastos, 1900.

Carqueja, Bento, *O Povo Portuguez. Aspectos Sociaes e Económicos*, Porto, Chardron, 1916.

Castro, D. Luís de, «A cadeira de Economia Rural, Legislação e Estatística», *Agros*, número especial dedicado ao ensino da agronomia e da silvicultura, s. d. [1927], pp. 311-312.

[Castro, D. Luís de], *Apontamentos para a lição d'Abertura do curso d'Economia Rural (Ano lectivo de 1919-1920)*, Famalicão, Typ. «Minerva» de Cruz, Souza & Barbosa, Lda, 1920 (publicado originalmente em *Agros*, n.º 10, 11 e 12, 1919).

Castro, D. Luís de, *Prelecção inaugural da cadeira de Economia Rural no ano lectivo de 1921-1922*, Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

Centro de Estudos de Economia Agrária, *Objectivos, Estrutura e Actividades do Centro de Estudos de Economia Agrária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1965.

Centro de Estudos de Economia Agrária, *Objectivos, Estrutura e Actividades do Centro de Estudos de Economia Agrária*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1969.

Centro de Estudos de Economia Agrária, *Trabalhos Portugueses Inéditos Sobre Economia Agrária – Inventário*, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, Lisboa, 1959.

Champauld, Phillippe, «La Science sociale d'après Le Play et Tourville», *La Science Sociale*, fasc. 109, 1914.

Congresso do Mundo Português, 13.º vol., *Discursos e Comunicações apresentadas ao Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa (VIII Congresso), Tomo 2.º, II Secção – 2.ª Parte: Ciências Médicas, III Secção: Ciências Sociais e Morais*, Lisboa, Comissão Executiva, 1940.

Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, *Resumo das Comunicações. 5.ª, 6.ª e 7.ª Secções*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1942

Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, *Resumo das Comunicações*, Lisboa, s/ ed., 1950.

Congresso Nacional de Ciências Agrárias, *Sumário das Comunicações – I Congresso Nacional de Ciências Agrárias*, Lisboa, 24-31 de Outubro, 1943.

Congresso Nacional de Ciências da População, *Resumo das Memórias e Comunicações*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1940.

- Correia, António Mendes, «Prefácio», em France Govaerts Marques Pereira, *Curso de Sociologia proferido na Escola Superior Colonial*, Gabinete de Estudos Ultramarinos, Centro Universitário de Lisboa, 1954, pp. 5-7.
- Correia, António Augusto Mendes, «Introdução», em Instituto Nacional de Estatística, *A Alimentação do Povo Português*, bibliografia prefaciada e coordenada pelo Prof. Doutor António Augusto Mendes Correia, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, 1951.
- Correia, Fernando da Silva, *Portugal Sanitário: subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Direcção Geral de Saúde Pública, 1938.
- Costa, Afonso, *Estudos de Economia Nacional. O problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911.
- Costa, B. C. Cincinnato da, e D. Luís de Castro, *L'enseignement supérieur de l'agriculture en Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- Costa, B. C. Cincinnato da, e D. Luís de Castro, *Le Portugal au point de vue agricole*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1900.
- Costa, F. Ramos da, *Inquérito à Habitação Rural. Crítica à obra - estudo e soluções do problema* (Cadernos da Seara Nova), Lisboa, Seara Nova, 1944.
- Cunhal, Álvaro, *A Questão Agrária em Portugal*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- Cunhal, Álvaro, *Contribuição para o Estudo da Questão Agrária*, Volume I, Lisboa, Editorial «Avante!», 1976.
- Cutileiro, José, «Será possível ao higienista abstrair dos problemas económico-sociais?», *Gazeta Médica Portuguesa*, vol. 1, n.º 1, pp. 119-122.
- Descamps, Paul, *Histoire sociale du Portugal*, Paris, Firmin-Didot et Cie., 1959.
- Descamps, Paul, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Firmin-Didot et Cie., 1935.
- Descamps, Paul, *Les Répercussions Sociales du Climat du Portugal*, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Oficinas Fernandes, 1934 [1933].
- Descamps, Paul, *Resumé de L'histoire de Science Sociale*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1941.
- Descamps, Paul, *Sociologie expérimentale*, Paris, Marcel Rivière, 1933.
- Dias, Jaime, *Regime e organização do trabalho rural, englobando a questão de higiene e conforto no concelho de Idanha-a-Nova*, separata do *Boletim da Agricultura*, Ano II, n.ºs 9 e 10, III Série, Lisboa, Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direcção Geral da Acção Social Agrária, 1934.
- Dias, José Lopes, *Doze lições sobre serviço social*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1945.
- Direcção Geral de Planeamento e Agricultura, *Catálogo: estudos e trabalhos realizados no âmbito da ex-Junta de Colonização Interna*, Lisboa, DGPA, 1992.
- Direcção Geral de Saúde, *Higiene Rural*, Direcção Geral de Saúde – Ministério do Interior, 1935.
- Direcção Geral do Ministério do Interior, *Inquérito Alimentar entre os operários da fábrica de louça de Sacavém* (trabalho efectuado pelo Serviço Técnico de Higiene da

Alimentação e Bromatologia, em colaboração com o Instituto Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge), Lisboa, Direcção Geral de Saúde, 1949.

Ducpétieux, Édouard, *Budgets économiques des classes ouvrières en Belgique: subsistances, salaires, population*, Bruxelas, 1855.

Ducpétieux, Édouard, *Le Paupérisme en Belgique. Causes et remèdes*, Bruxelles, Librairie Polytechnique d'Aug. Decq., 1844.

Ducpétieux, Édouard, *De la condition physique et morale des jeunes ouvriers et des moyens de l'améliorer*, 2 tomos, Bruxelas, Meline, Cans et Compagnie, 1843.

Dumont, Arsène, *Dépopulation et Civilisation: Étude Démographique*, Paris, Lecrosnier et Babé, 1890.

Dumont, Arsène, *La Morale Basée sur la Démographie* (Paris, Schleicher Frères, 1901.

Dumont, Arsène, *Natalité et Démocratie: Conférences Faites à l'École d'Anthropologie de Paris*, Paris, Schleicher, 1898.

Duque, Rafael, *As Subsistências e a População*, conferência proferida em 17 de Abril de 1940, no Teatro da Trindade, pelo Ministro da Agricultura Dr. Rafael Duque, a convite da União Nacional, Lisboa, Ministério da Agricultura, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, Repartição de Estudos Informação e Propaganda, 1940.

Engel, Ernst, «Die Productions- und Consumptionsverhältnisse des Königreichs Sachsen», em *Zeitschrift des Statistischen Bureaus des Königlich Sächsischen Ministeriums des Innern*, n.º 8 e 9, 1857.

Engel, Ernst, *Die Lebenskosten belgischer Arbeiter-Familien*, em *Bulletin de l'Institut International de Statistique*, tomo IX, Première Livraison, pp. 3-15.

Estácio, Fernando, «Dom Luís Filipe de Castro. O professor e primeiro presidente da SCAP», *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XXVIII, n.º 1, 2005, pp. 468-473.

Faculdade de Direito, *Programa do Curso de Economia Social*, s/ l., Imprensa da Universidade, 1912.

Faria, Fernando Rocha, *A Alimentação dos Trabalhadores Rurais Portugueses (resumo de algumas investigações)*, separata do *Jornal do Médico*, n.º 44-48, 1942.

Ferreira, António Vicente (relator), «Parecer sobre a proposta de lei n.º 45 relativa às casas de renda económica», *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, n.º 78, 6 de Abril de 1944, p. 422-430.

Ferreira, Vicente, *O Engenheiro, Dirigente Social*, s/ l., s/ed., Junho de 1939.

Ferro, António, *Salazar: o homem e a sua obra*, 3.ª edição, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

Figueiredo, Felipe de, «D. Luís de Castro», *Agros*, fasc. 9-12, Setembro-Dezembro de 1929, pp. 193-206.

Figueiredo, Filipe, *O Antigo Instituto Agrícola e a sua Obra (1852 a 1911)*, Lisboa, ISA, 1917.

Fontes, José, *Sciencia Social. O método*, prefácio de Bento Carqueja, Officina de “O Comércio do Porto”, Sociedade Portuguesa de Sciencia Social, 1918.

Fortes, Mário, *Colónia Agrícola dos Milagres. Concelho de Leiria – Freguesia dos Milagres*, separata do *Boletim da Agricultura*, ano II, n.^{os} 4 e 5, III Série, Lisboa, Serviço de Publicidade e Biblioteca da Direcção Geral da Acção Social Agrária, 1935.

Garcia, Fernando, *A Physionomia de Setúbal*, Setúbal, Typ. Mascarenhas, Edição da Liga de Defeza e Propaganda de Setúbal, 1918.

George, João da Fonseca, e Elgar Laborde Basto, «A Habitação Rural no Minho Interior ou Alto-Minho – Secção B» em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro.)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943, pp. 126-127.

George, João da Fonseca, e Elgar Laborde Basto, «A Habitação Rural no Minho Litoral ou Baixo-Minho», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro.)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943, pp. 137-183.

Gomes, Mário de Azevedo, *A função social do agrónomo na actualidade. O caso português*, Lisboa, Oficina Gráfica do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, 1932.

Gomes, Mário de Azevedo, *A função social dos técnicos universitários. O caso português*, Estudos Sociais I, s/ l., edição do autor, 1946.

Gomes, Mário de Azevedo, *A situação económica da agricultura portuguesa*, Instituto Superior de Comércio de Lisboa, 1920.

Gomes, [Mário de] Azevedo, «Cartas a um aluno», *Agros*, ano XVI, I Série – N.º 6, Novembro-Dezembro de 1934, pp. 189-191.

Gomes, [Mário de] Azevedo, «Cartas a um aluno», *Agros*, ano XX, N.º 2, Março-Abril de 1937, pp. 51-54.

Gomes, [Mário de] Azevedo, «Contra a incorporação do ensino agrícola no Ministério da Instrução», *Seara Nova*, n.º 149, 1929, pp. 68-69.

Gomes, Mário de Azevedo, *Informação histórica a respeito da evolução do ensino agrícola superior*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1953.

Gonçalves, Caetano, *O ideal do serviço social e a escolha duma carreira*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

Gonçalves, Luís, *A evolução do movimento operário em Portugal*, Lisboa, Adolpho de Mendonça, 1905.

Goodolfim, Costa, *A Previdência: Associações de Socorro Mútuo, Cooperativas, Caixas de Pensões e Reformas, Caixas Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889.

Graça, Luís Quartin, *Problemas da Vida Rural*, Lisboa, Livraria Luso-Espanhola, Lda., 1945.

Halbwachs, Maurice, «Budgets de familles», *Revue de Paris*, Agosto de 1908, pp. 534-562.

Halbwachs, Maurice, *La Classe Ouvrière et les niveaux de vie. Recherches sur la hiérarchie des besoins dans les sociétés industrielles contemporaines*, Paris, Librairie Félix Alcan, 1913.

- Halbwachs, Maurice, *Morphologie Sociale*, Paris, Librairie Armand Alcan, 1938.
- Halbwachs, Maurice, «Remarques sur la position du problème sociologique des classes», *Revue de Métaphysique et de Morale*, 13, 1905.
- Instituto Nacional de Estatística, *A alimentação do povo português*, bibliografia prefaciada e coordenada pelo Prof. Doutor António Augusto Mendes Correia, Publicações do Centro de Estudos Demográficos, Lisboa, 1951.
- Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito às explorações agrícolas*, Lisboa, INE, 1952-1954.
- Instituto Nacional de Estatística, *IX Recenseamento geral da população, s/ l., s/ e.*, 1950.
- Instituto Nacional de Estatística, *X Recenseamento geral da população*, Lisboa, INE, 1960.
- Istituto Nazionale di Economia Agraria, *Monografie di Famiglie Agricole*, vol. I. Mezaddri di Val di Pesa e del Chianti (Toscana), Roma, Libreria Internazionale, 1931.
- Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, *Estudos, projectos e construções. Hidráulica Agrícola. Relatório de 1937*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1937.
- Junta de Colonização Interna, *Parcelamento da Herdade da Torre (Vidigueira)*, Lisboa, Ministério da Agricultura, 1938.
- Junta de Colonização Interna, *Problemas de Colonização. I – A zona pliocénica ao sul do Tejo*. Lisboa, Ministério da Economia, 1943.
- Junta de Colonização Interna, *Projecto de Colonização do Baldio do Sabugal (Peladas)*, Ministério da Agricultura, 1937.
- Junta de Colonização Interna, *Projecto de Colonização dos baldios de Côta, Calde, Fráguas e Queiriga*, Lisboa, JCI, 1939.
- Junta de Colonização Interna, *Reconhecimento dos baldios do continente*, vol. I, Ministério da Agricultura, Lisboa, Imprensa Portugal-Brasil, 1939.
- Juste, Théodore, *Notice sur Édouard Ducpetieux*, Bruxelles, Comptoir Universel d'Imprimerie et de Librairie, Victor Devaux et Cie., 1871.
- Kirkpatrick, E. L., «The Standard of Life in a Typical Section of Diversified Farming», *Bulltetin no. 423*, Agricultural Experiment Station, Cornell University, 1923.
- Knibbs, G. H., *Expenditure on Living in the Commonwealth, November, 1913*, Melbourne, Commonwealth Bureau of Census and Statistics, 1914.
- Laranjo, Frederico, «A População», *O Instituto*, 24, 1877, pp. 193-203, 241-252; 25, 1878, pp. 1-14.
- Laranjo, Frederico, «Causas Económicas da Emigração», *O Instituto*, 25, 1878, pp. 99-110, 145-158, 193-206.
- Laranjo, Frederico, *Theoria geral da emigração*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1877.
- Le Play, Frédéric, *Les ouvriers européens*, 2.^a edição, Tours, Alfred Mame et fils, 1879.
- Lima, José Lobo de Ávila, *Movimento operário em Portugal*, Lisboa, Ferreira & Oliveira, 1905.

- Loureiro, J. A. Maia de, *A Saúde do Homem (Sondagens e Interrogações)*, Lisboa, Barcelona, Rio de Janeiro, Livraria Luso-Espanhola, Lda., 1947.
- Loureiro, J. A. Maia de, «Estimativa das disponibilidades alimentares da população do continente português», *Amatus Lusitanus*, vol. 1, n.º 6, pp. 442-457, Maio de 1942.
- Lucci, Filipe, *Emigração e Colonização*, Lisboa, Typ. do Anuario Comercial, 1914.
- Machado, Fernando Falcão, *Considerações sobre o método em Sociologia*, separata do n.º 6 do *Boletim de Orientação Profissional*, Lisboa, s/ ed., 1945.
- Marshall, Alfred, *Principles of Economics*, 8.ª edição, Londres, Macmillan, 1920.
- Martins, António Júlio Lobo, «A Habitação Rural em Trás-os-Montes (Distrito de Bragança)», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943, pp. 303-308.
- Martins, Flávio, «A Habitação Rural em Trás-os-Montes (Região do “Barroso”)», em E. A. Lima Basto e Henrique de Barros, *Inquérito à Habitação Rural*, vol. I, *A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro.)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1943, pp. 351-385.
- Martins, Oliveira, «Projecto de lei de fomento rural», em Oliveira Martins, *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editora, 1994, pp. 9-156.
- Mayer, Rui Ferro, «A acção da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola – aspectos técnicos, económicos e sociais», *Agros*, ano XIX, n.º 6, Novembro-Dezembro, 1936, pp. 220-242.
- Melo, Manuel de, *As grandes correntes da sociologia católica*, Coimbra, Gráf. de Coimbra, 1946.
- Ministério das Corporações e Previdência Social, *Plano de Formação Social e Corporativa*, «Biblioteca Social e Corporativa» (Publicação n.º 1), Colecção III – Textos legais e outra documentação, Série A – n.º 1, 1958.
- Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria – Repartição do Trabalho Industrial, *Monografias Industriales*, 1.ª Circunscricção dos serviços technicos da industria, *Economia Social, Instituições de Beneficencia e Associações de Previdencia no Disctrico do Porto. Situação do Operariado*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904.
- Mira, M. Ferreira de, «Inquérito à alimentação e condições sanitárias do pessoal numa exploração agrícola» (*Gazeta Médica Portuguesa*, vol. 1, n.º 2, 1948, pp. 371-393).
- Mira, M. Ferreira de, *O Trabalho e a Alimentação*, Biblioteca Rural (publicada sob a direcção do Eng. Agrónomo Luís Quartin Graça), 12, Lisboa, Livraria Luso-Hespanhola, 1946.
- Moreira, Manuel Vicente, *Ensaio Médico-Sociais II. Habitações Operárias*, separata de *O Instituto*, vol. 99, Lisboa, Gráfica de Coimbra, 1941.
- Moreira, Manuel Vicente, *Problemas da Habitação (Ensaio sociais)*, Lisboa, Grandes Oficinas Gráficas «Minerva», 1950.

- Moura, Francisco Pereira de, «Notas sobre o marxismo», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 6, Abril-Junho de 1951, pp. 42-49 e n.º 7, Julho-Setembro de 1951, pp. 46-54.
- Moura, Francisco Pereira de, «Reformas de estrutura (Introdução a um estudo de Economia)», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 1, Janeiro-Março de 1950, pp. 31-43 e n.º 2, Abril-Junho de 1950, pp. 23-40.
- Natividade, M. Vieira, *O povo da minha terra: notas e registos de etnografia alcobacense*, Lisboa, Anuario Commercial, 1917.
- Niny, Henrique Jorge, *Inquérito Habitacional*, Lisboa, Direcção Geral de Saúde – Ministério do Interior, 1941.
- Nunes, Adérito Sedas, «Histórias, uma história e a História – sobre as origens das modernas ciências sociais em Portugal», *Análise Social*, vol. XXIV (1.º), 1988 (n.º 100), pp. 11-55.
- Nunes, Adérito Sedas, «Portugal: sociedade dualista em evolução», *Análise Social*, vol II, 1964 (n.º 7-8), pp. 407-462.
- Oliveira, Ernesto Veiga de, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2003.
- Pereira, France Govaerts Marques, *Curso de Sociologia proferido na Escola Superior Colonial*, Gabinete de Estudos Ultramarinos, Centro Universitário de Lisboa, 1954.
- Pereira, Raúl da Silva, recensão crítica a «Caldas, Eugénio de Castro e Loureiro, Manuel Santos, Níveis de Desenvolvimento Agrícola no Continente Português», *Análise Social*, vol. II, n.º 6, 1964, pp. 376-377.
- Picão, José da Silva, *Através dos Campos. Usos e Costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983 [1903].
- Pinho, Bernardino de, *Inquéritos Alimentares Portugueses*, separata de *O Médico*, n.º 384, 1959.
- Pinho, Bernardino de, *Inquéritos Alimentares Portugueses*, separata de «O Médico», n.º 384, 1959.
- Pinho, Bernardino de, *Relatório do Serviço Técnico de Higiene da Alimentação e Bromatologia, para o ano de 1949*, Lisboa, Direcção Geral de Saúde, 1950.
- Pires, D. R. Victoria, e J. J. Paiva Caldeira, *Inquérito à Freguesia de Santo Ildefonso do Concelho de Elvas*, vol. II de *Inquérito Económico Agrícola* dirigido por E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Junho de 1934.
- Poinsard, Léon, «Le Portugal inconnu. I. Paysans, marins et mineurs», *La Science Sociale*, fasc. 67 e 68, 1910.
- Poinsard, Léon, «Le Portugal inconnu. II. L'industrie, le commerce et la vie Publique», *La Science sociale*, fasc. 74 e 75, 1910.
- Poinsard, Léon, *Portugal Ignorado*, Porto, Magalhães & Moniz Lda., 1912.
- Porto, João, *O Homem e a ordem social cristã*, Coimbra, Gráf. de Coimbra, 1944.
- Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.
- Reis, José Alberto dos, *A formação social do inglês e do alemão e a educação portuguesa*, Coimbra, França Amado, 1919.

- Ritta, Gonçalo Vítor de Santa, *Para um plano de estudos de sociologia rural*, Cadernos da «Seara Nova», Secção de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, Seara Nova, 1944.
- Ritta, Gonçalo Vítor de Santa, *Um apontamento de economia agrária*, Cadernos da «Seara Nova», Secção de Estudos Económicos, Lisboa, Seara Nova, 1943.
- Rocha, Albino Vieira da, *Situação Económica de Portugal. A Alta dos Preços*, França & Arménio, Coimbra, 1913.
- Roucek, Joseph S., *Current Sociology*, Nova Iorque, Philosophical Library, 1958.
- Salazar, António de Oliveira, «A crise das subsistência em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, ano IV, 1917-18, pp. 272-345.
- Sampaio, Adrião Pereira Forjaz de, *Elementos de Economia Política e Estadística*, 3.^a edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, s/ data.
- Sand, René, *Vers la Médecine Sociale*, Paris, J.-B. Bailliére et fils, Liège, Desoer, 1948.
- Santos, José Vitorino de Seiza, *Exercício Escolar sobre o Concelho de Coimbra*, Coimbra, s/ ed., 1936.
- Serpieri, Arrigo, *Guida a Ricerche di Economia Agraria*, Bolonha, Edizioni Agricole, 1928.
- Silva, Carlos, «Recordando o “Inquérito à Habitação Rural”», em F. O. Baptista, J. P. Brito e B. Pereira (orgs.), *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, pp. 755-790.
- Silva, Fernando Emídio da, *As Greves*, Lisboa, F. E. Silva, 1913.
- Silva, Fernando Emídio da, *Emigração Portuguesa*, Lisboa, Typografia Universal, 1917.
- Silva, Fernando Emídio da, *Lições de Economia Social Feitas ao Curso do 3.º Ano de 1916 pelo Ex.mo Sr. Dr. Fernando Emidio da Silva* (José de Azeredo Perdigão, ed.), Lisboa, Tip. do Inst. Prof. dos Pup. Do Exérc., 1916.
- Silva, Fernando Emídio da, *O operariado português na Questão Social*, Lisboa, Typ. Universal, 1905.
- Silva, João Serras e, *A Ciência Social na Educação e na História*, Coimbra, Coimbra Editora, 1926.
- Sims, Newell Leroy, *Elements of Rural Sociology*, Nova Iorque, Thomas Y. Cromwell Company, 1927.
- Sousa, José Ferreira Marnoco e, *Lições de Economia Social Feitas na Universidade de Coimbra ao Curso do Segundo Ano Jurídico de 1900 a 1901*, Coimbra, França Amado, 1901.
- Sousa, José Ferreira Marnoco e, *O Capitalismo Moderno. Lições Feitas ao Curso do 2.º Ano Jurídico de 1907-1908*, Coimbra, França Amado, 1907.
- Sousa, José Ferreira Marnoco e, *Sciencia Económica. Prelecções Feitas ao Curso do Segundo Anno Jurídico do Anno de 1901-1902*, Coimbra, França Amado, 1901.
- Sousa, José Ferreira Marnoco e, *Sciencia Social. Lições sobre o Methodo e Doutrinas desta Escola feitas na Universidade de Coimbra ao Curso de Sciencia Económica e Direito Económico de 1907-1908*, Coimbra, França Amado, 1908.

- Sousa, José Ferreira Marnoco e, *Tratado de Economia Política*, vol. I, Coimbra, França Amado, 1917.
- Staehle, H., *Une enquête internationale sur les coûts de la vie*. Revue Internationale du Travail, Vol. XXVI, n.º 3, 1932.
- Teles, Basílio, *A carestia de vida nos campos: cartas a um lavrador*, Porto, Chardron, 1903.
- Ulrich, Ruy Enes, *Estudos de Economia Nacional II, Legislação Operária Portuguesa*, Coimbra, França Amado, 1906.
- União Nacional, *I Congresso da União Nacional*, VII vol., s/ l., União Nacional, 1934.
- Universidade de Lisboa. Faculdade de Direito. *Monografias sobre os concelhos portugueses. Plano elaborado pelo professor da cadeira de Direito Administrativo*, Lisboa, Tip. da Empresa do Anuário Comercial, 1935.
- Veiga, António Jorge da Motta, «Breves considerações sobre alguns problemas sociais contemporâneos», *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.º 6, Abril-Junho de 1951, pp. 11-28.
- Vilhena, D. Francisco d'Almeida Manuel de, *Inquérito à Freguesia de Santo Tirso*, vol. III de *Inquérito Económico-Agrícola* dirigido por E. A. Lima Basto, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1934.
- Wloszczewski, Stefan, *Le diagnostic de Poinard sur le Portugal à la lumière des investigations sur la structure des agglomérations humaines*, Lisboa, Institut Français au Portugal, 1941.
- Zimmermann, Carle, «The Family Budget as a Tool for Sociological Analysis», *The American Journal of Sociology*, XXXIII-26, Maio de 1928.

2. Estudos

2. a) História da sociologia e das ciências sociais em Portugal

- Academia de Ciências de Lisboa, *História e Desenvolvimento da Ciências em Portugal no século XX*, Lisboa, A.C.L., 1992.
- Almeida, Ana Nunes de, Cristiana Bastos, João Ferrão, Karin Wall, *Perfil da Investigação Científica em Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia em Portugal*, Lisboa, Ministério da Ciência e da Tecnologia, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Observatório da Ciência e Tecnologia, 1999.
- Almeida, J. C. Ferreira de, «Situação e problemas do ensino de Ciências Sociais em Portugal», *Análise Social*, vol. VI, 1968 (n.º 22-23-24), pp. 697-729.
- Almeida, João Ferreira de, «Ciências sociais», em José Mariano Gago (org.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.
- Araújo, Fernando, *O Ensino da Economia Política nas Faculdades de Direito (e algumas Reflexões sobre Pedagogia Universitária)*, Lisboa, Almedina, 2000.

- Catroga, Fernando, «O Sociologismo Jurídico em Portugal e as Suas Incidências Curriculares, 1837-1911», em *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas. Actas do Congresso «História da Universidade»*, Coimbra, s/ ed., 1991, I, 399-414.
- Catroga, Fernando, «Os Inícios do Positivismo em Portugal. O seu significado Político-Social», *Revista de História das Ideias*, vol. I, 1977, pp. 287-394.
- Correia, Fernando da Silva, «Esboço da História das Ciências do Homem em Portugal», *Imprensa Médica*, n.º 5, 15 de Maio de 1956, pp. 249-276; n.º 6, 15 de Junho de 1956, pp. 328-341; n.º 7, 15 de Julho de 1956, pp. 389-404; n.º 9, 15 de Setembro de 1956, pp. 463-478; n.º 10, 15 de Outubro de 1956, pp. 546-559.
- Cruz, Manuel Braga da, «Sociologia», em Joel Serrão, António Barreto e Maria Filomena Mónica (orgs.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. IX, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 466-468.
- Cruz, Manuel Braga da, *Para a História da Sociologia Académica em Portugal*, Coimbra, Faculdades de Direito da Universidade de Coimbra, 1983.
- Estácio, Fernando, «O caso das ciências sociais aplicadas à agricultura», em Academia de Ciências de Lisboa, *História e Desenvolvimento da Ciências em Portugal no século XX*, Lisboa, A.C.L., 1992, pp. 791-806.
- Fernandes, António Teixeira, «O conhecimento científico-social: elementos para a análise do seu processo em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 20, Lisboa, 1996, pp. 9-41.
- Ferreira, Fátima Moura, «Do individualismo ao(s) sociologismo(s) na formação jurídica: as relações entre o processo de cientificação dos saberes e a teorização sobre o social», VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 16-18 de Setembro de 2004.
- Ferreira, Nuno Estêvão, *A Sociologia em Portugal: da Igreja à Universidade*, Lisboa, ICS, 2006.
- Gomes, Adelino, «A JUC, o *Jornal Encontro* e os primeiros inquéritos à juventude universitária. Contributos para a história das modernas ciências sociais em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 2005, pp. 95-115.
- Hespanha, António Manuel, «L'histoire juridique et les aspects politico-juridiques du droit (Portugal 1900-1950)», *Quaderni fiorentini per la storia del pensiero giuridico*, 10, 1981, pp. 423-454.
- Kalaora, Bernard, «Paul Descamps ou la sociologie leplaysienne à l'épreuve du Portugal de Salazar», *Gradhiva*, n.º 6, Verão de 1989, pp. 50-64.
- Leal, António da Silva, «Sociologia em Portugal», *Estudos Sociais e Corporativos*, n.º 6, Abril de 1963, pp. 131-136.
- Leal, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultural Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.
- Leal, João, *Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- Machado, Fernando Falcão, «Sociologia em Portugal», *Expansão*, n.º 62, Dezembro de 1962, pp. 1, 2, 13, 14 e 12.

- Machado, Fernando Luís, «Meio Século de investigação sociológica em Portugal – uma interpretação empiricamente ilustrada», *Sociologia*, vol. XIX, 2006, pp. 283-343.
- Madureira, Nuno Luís, *As Ideias e os Números. Ciência, Administração e Estatística em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.
- Medeiros, Fernando, *Groupes domestiques et habitat rural dans le nord du Portugal. La contribution de l'école de Le Play (1908-1934)*, Paris, Centro Cultural Português, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- Murteira, Mário, «Um olhar (dos anos 60) sobre Portugal», *Análise Social*, vol. XXVIII (4.º-5.º), 1993 (n.º 123-124), pp. 745-752.
- Nunes, Adérito Sedas, «Problemas da Sociologia em Portugal», *Análise Social*, vol. I, Jul. 1963 (n.º3), pp. 459-464 (reproduzido com alterações em *Boletim da Associação Académica do Instituto Superior de Ciências Sociais Política Ultramarina*, Jan. 1964, pp. 9-11)..
- Pedrosa, Alcino, «A Faculdade de Direito de Coimbra e o ensino da economia política em Portugal (1836-1933)», em José Luís Cardoso e António Almodovar (orgs.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992, pp. 427-438.
- [Pereira, Raúl da Silva], «Investigação social em Portugal – organismos e instituições», *Análise Social*, vol. III, 1965 (n.º 9-10), pp. 160-219.
- Pereira, Rui, *Conhecer para Dominar. O Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique (1926-1959)*, dissertação a obtenção do grau de Doutor em Antropologia, Lisboa, Faculdades de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- Pereira, Virgílio Borges, «Le difficile essor de la sociologie portugaise», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 176-177, Março de 2009.
- Pinto, José Madureira, «A Sociologia em Portugal: formação, tendências recentes e alternativas de desenvolvimento», em id., *Indagação Científica, Aprendizagens Escolares, Reflexividade Social*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, pp. 69-114.
- Pinto, José Madureira, «Formação, tendências recentes e perspectivas de desenvolvimento da sociologia em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 2004, pp. 11-31.
- Roque, Ricardo, *Antropologia e Império: Fonseca Cardoso e a expedição à Índia em 1895*, Lisboa, ICS, 2001.
- Santos, Gonçalo Duro dos, *A Escola de Antropologia de Coimbra, 1885-1950: o que significa seguir uma regra científica?*, Lisboa, ICS, 2005.
- Sá, Victor de, *Esboço Histórico das Ciências Sociais em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- Silva, Augusto Santos, *Palavras para um País*, Oeiras, Celta, 1997

2. b) Estado, ciências sociais e investigação social

Althusser, Louis, *Filosofia e Filosofia Espontânea dos Cientistas*, Lisboa, Editorial Presença, 1976.

Althusser, Louis, *For Marx*, Verso, Londres, Nova Iorque, 2005 [1965].

Abrams, Philip, *The Origins of British Sociology: 1834-1914*, Chicago, University of Chicago Press, 1967.

Bannister, Robert C., «Sociology», em Theodor M. Porter, Dorothy Ross (org.), *The Modern Social Sciences*, vol. 7 de *The Cambridge History of Science*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 329-353.

Berger, Peter, e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, 2.^a edição, Lisboa, Dinalivro, 2004 [1969].

Berthelot, Jean-Michel, *La Construction de la Sociologie*, Paris, Puf, 2003 (1991).

Blankaert, Claude, «Fondements disciplinaires de l'anthropologie française au XIX^e siècle», *Politix*, 29, 1995, pp. 31-54.

Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, 3.^a edição, Lisboa, Difel, 1994.

Bulmer, Martin, *Essays on the History of British Sociological Research*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

Bulmer, Martin, Kevin Bales e Kathryn Kish Sklar (orgs.), *The Social Survey in Historical Perspective, 1880-1940*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

Calhoun, Craig, «Les transformations institutionnelles des sciences sociales américaines», em Johan Heilbron, Remi Lenoir, Gisèle Sapiro (org.), *Pour une histoire des sciences sociales*, op. cit., pp. 263-280.

Camic, Charles, «Structure After 50 Years: Parsons and the Institutionalists», *American Sociological Review*, vol. 57, pp. 421-445.

Campo, Salustiano del (org.), *Historia de la sociología española*, Madrid, Editorial Ariel, 2001.

Caplow, Theodore, «La invención de la sociología estadounidense: fundadores y ideas», em Salustiano del Campo (coord.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000, pp. 61-70.

Blanco, Alejandro, «La sociología: una profesión en disputa», em Federico Neiburg e Mariano Plotkin (orgs.), *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina*, Buenos Aires, Paidós, 2004, pp. 327-370

Chartier, Roger, «Qu'est-ce qu'une discipline? Luigi Einaudi et l'histoire de l'économie politique», *Revue de synthèse*, 1989, 3-4, pp. 257-275.

Connell, R. W., «Why is Classical Theory Classical?», *American Journal of Sociology*, vol. 102, n.º 6, Maio de 1997, pp. 1511-1557.

Donzelot, Jacques, *L'invention du social. Essai sur le déclin des passions politiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1994 [1984].

Estoile, Benoît de L', «The “natural preserve of anthropologists”: social anthropology, scientific planning and development», *Social Science Information*, 36 (2), pp. 343-376.

- Evans, Peter, Dietrich Rueschemeyer e Theda Skocpol (orgs.), *Bringing the State back In*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.
- Farrugia, Francis, *La Reconstruction de la Sociologie Française (1945-1965)*, Paris, Harmattan, 2000.
- Foucault, Michel, *A Arqueologia do Saber*, Lisboa, Edições 70, 2005 [1969], p. 243.
- Foucault, Michel, *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio d'Água, 1997 [1971]).
- Foucault, Michel, «La “gouvernementalité”», Michel Foucault, *Dits et Écrits II, 1975-1988*, Paris, Gallimard, 2001, pp. 635-657.
- Foucault, Michel, «La naissance de la médecine sociale», em Michel Foucault, *Dits et Écrits II, 1975-1988*, Paris, Gallimard, 2001, pp. 207-228.
- Foucault, Michel, «Les mailles du pouvoir», em Michel Foucault, *Dits et Écrits II, 1975-1988*, Paris, Gallimard, 2001, pp. 1001-1020.
- Glatzer, Wolfgang, «La institucionalización de la sociología en Alemania (1871-1933)», em Salustiano del Campo (coord.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000, pp. 95-110.
- Graham, Loren, Wolf Lepenies e Peter Weingart (orgs.), *Functions and Uses of Disciplinary Histories*, Boston, D. Reidel, 1983.
- Gras, Alain, e Richard Sotro, «La sociologie en Suède», *Revue Française de Sociologie*, vol. 19, n.º 1, 1978, pp. 125-146.
- Harvey, David, *The Condition of Post-Modernity: An Enquiry into the Origins of Social Change*, Oxford, Basil Blackwell, 1989.
- Heilbron, J., Lars Magnusson, B. Wittrock (orgs.), *The Rise of the Social Sciences and the Formation of Modernity: Conceptual Change in Context, 1750-1850*, Boston, Kluwer Academic Publishers, 1998.
- Heydrich, Bernabé Sarabia, «Precursores de la Sociología Española. Siglo XIX», em Salustiano del Campo (org.), *Historia de la sociología española*, Barcelona, Ariel Sociología, 2001, pp. 17-40.
- Kalaora, Bernard, e Antoine Savoye, *Les Inventeurs oubliés. Frédéric Le Play et ses continuateurs aux origines des sciences sociales*, Seyssel, Champ Vallon, 1989.
- Kent, Raymond A., *A History of British Empirical Sociology*, Aldershot, Gower Publishing Company, 1981.
- Lacey, Michael J., e Mary O. Furner (orgs.), *The State and social investigation in Britain and the United States*, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.
- Lepenies, Wolf, *Between Literature and Science: The Rise of Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988 [1985].
- Levine, Donald N., *Visions of the Sociological Tradition*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1995
- Lindenfeld, David F., *The Practical Imagination: The German Sciences of State in the Nineteenth Century*, Chicago, The University of Chicago Press, 1997.
- Martinelli, Alberto, “La difícil institucionalización de la sociología italiana”, em Salustiano del Campo, (coord.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000, pp. 111-130.

Mann, Michael, «The autonomous power of the state: its origins, mechanisms and results», *European Archive of Sociology*, vol. 25, 1984, pp. 185-212.

Meller, Hellen, *Patrick Geddes: Social Evolutionist and City Planner*, Londres, Routledge, 1990.

Miceli, Sérgio, «Por uma sociologia das ciências sociais», em Sérgio Miceli (org.), *Historia das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1, 2.^a edição, São Paulo, Editora Sumaré, 2001, pp. 11-28.

Monroe, Day, «Pre-Engel Studies and the Work of Engel: The Origins of Consumption Research», *Family and Consumer Sciences Research Journal*, vol. 3, n.º 1, 1974, pp. 43-64.

Muchielli, Laurent, «El nacimiento de la sociología en la universidad francesa (1880-1914)», em Salustiano del Campo (coord.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000, pp. 41-59.

Mucchielli, Laurent, *La découverte du social: naissance de la sociologie en France*, Paris, Éditions La Découverte, 1998.

Oberschall, Anthony, *Social Empirical Research in Germany: 1848-1914*, Paris, Haia, Mouton, 1965.

Oberschall, Anthony, «The institutionalization of American sociology», em Anthony Oberschall (org.), *The Establishment of Empirical Sociology: Studies in Continuity, Discontinuity and Institutionalization*, Nova Iorque, Harper and Row, 1972, pp. 187-251.

Platt, Jennifer, «Una institucionalización problemática: La primera sociología británica», em Salustiano del Campo (coord.), *La Institucionalización de la Sociología (1870-1914)*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 2000, pp. 71-93.

Porter, Theodore M., «Genres and objects of social inquiry, from the enlightenment to 1890», em Theodore M. Porter, Dorothy Ross (org.), *Social Sciences and Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 13-39.

Savoye, Antoine, *Les débuts de la sociologie empirique. Études socio-historiques*, Paris, Meridiens Klincksieck, 1994.

Scott, James C., *Seeing Like a State. How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1998.

Shils, Edward, *The Constitution of Society*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1982 [1972].

Suttler, Jean, «Un démographe engagé: Arsène Dumont (1849-1902)», *Population*, vol. 8 (1), pp. 79-92.

Stigler, George J., «The Early History of Empirical Studies of Consumer Behavior», *The Journal of Political Economy*, Vol. 62, n.º 2, Abril de 1954, pp. 95-113.

Stone, Richard, «Nobel memorial lecture 1984: the accounts of society», *Journal of Applied Econometrics*, vol. 1, n.º 1 (Janeiro de 1986), pp. 5-28.

Stone, Richard, *Some British Empiricists in the Social Sciences, 1650-1900*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

Taguieff, Pierre André, «Sélectionnisme et socialisme dans une perspective aryaniste: théories, visions et prévisions de Georges Vacher de Lapouge (1854-1936)», *Mil neuf cent. Revue d'histoire intellectuelle*, Cahiers Georges Sorel, vol. 18 (1), 2000, p. 7-51.

Therborn, Göran, *Science, Class and Society. On the Formation of Sociology and Historical Materialism*, Londres, Verso, 1980 (1976).

Topalov, Christian, «La Ville, “terre inconnue”: l'enquête de Ch. Booth et le peuple de Londres, 1886-1891», *Genèses*, n.º 5, Setembro de 1991, pp. 5-34.

Topalov, Christian, «Les usages stratégiques de l'histoire des disciplines. Le cas de l'“école de Chicago” en sociologie», em Johan Heilbron, Remi Lenoir e Gisèle Sapiro (orgs.), *Pour une histoire des sciences sociales*, s/ l., Fayard, 2004, pp. 127-157.

Walle, Etienne van de, «Arsène Dumont», em Paul George Demeny e Geoffrey McNicoll (orgs.), *Encyclopedia of Population*, Nova Iorque, Macmillan Reference USA, 2003.

Wittrock, Björn, Peter Wagner e Helmut Wollmann, «Social Science and the modern State: policy knowledge and the political institutions in Western Europe and the United States», em Peter Wagner, Carol Hirschon Weiss, Björn Wittrock e Helmut Wollmann (orgs.), *Social Sciences and Modern States: National Experiences and Theoretical Crossroads*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991, pp. 28-85.

Yeo, Eileen Janes, «Social surveys in the eighteenth and nineteenth centuries», em Theodor M. Porter, Dorothy Ross (org.), *The Modern Social Sciences*, vol. 7 de *The Cambridge History of Science*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003, pp. 83-99.

2. c) Estudos gerais sobre Portugal

Alves, António Monteiro, «Mário de Azevedo Gomes. Um professor de carácter», *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XXVIII, n.º 1, 2005, pp. 594-602.

Alves, António Monteiro, Fernando Luís Estácio, Ilídio Moreira, Edgar de Sousa, *O Instituto Superior de Agronomia na Segunda Metade do Século XX*, Lisboa, ISAPress, 2007.

Amaral, Luciano do, «Alimentação», em Joel Serrão, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. VII, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 87-88.

Amaral, Luciano do, «Federação Nacional de Produtores de Trigo», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 346-347.

Amaral, Luciano do, «Reformismo Agrário», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 821-823.

Amaral, Luciano do, «Rafael Duque», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 278-279.

Amzalak, Moisés Bensabat, *Para a História da Universidade Técnica de Lisboa – A fundação da Universidade*, Lisboa, Editorial Império, 1956.

- Baptista, Fernando Oliveira, «Colonização Interna», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 159-162.
- Baptista, Fernando Oliveira, «Dos projectos de colonização interna ao capitalismo agrário (anos trinta-1974)», *Bol. da Faculdade de Direito de Coimbra*, n.º especial, Coimbra, 1978.
- Baptista, Fernando Oliveira, «Hidráulica agrícola», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 423-425.
- Baptista, Fernando Oliveira, «Mário de Azevedo Gomes», em F. Rosas e J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 387-388.
- Baptista, Fernando Oliveira, «Pequena agricultura: economia agrária e política agrária (anos trinta-1974)», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Dezembro de 1981, pp. 59-81.
- Baptista, Fernando Oliveira, *A Política agrária do Estado Novo*, Porto, Afrontamento, 1993.
- Baptista, Fernando Oliveira, *Política Agrária (anos 30-1974)*, dissertação de doutoramento, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 1984.
- Bastien, Carlos, «Artur Águedo de Oliveira», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 680.
- Bastos, Susana Pereira, *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o Estudo das Identidades Marginais e da sua Repressão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1997.
- Bernardo, João, *Labirintos do Fascismo. Na Encruzilhada da Ordem e da Revolta*, Porto, Edições Afrontamento, 2003.
- Branco, Rui Miguel Carvalhinho, *The cornerstones of modern government: maps, weights and measures and census in liberal Portugal (19th century)*, tese de doutoramento, Florença, Instituto Universitário Europeu, 2005.
- Brandão, Maria de Fátima, «Introdução», em José Ferreira Marnoco e Sousa, *Ciência Económica. Prelecções feitas ao curso do segundo ano jurídico do ano de 1909-1910*, Lisboa, Banco de Portugal, 1997, pp. IX-XXXVI.
- Brito, José Maria Brandão de, e Maria Fernanda Rolo, «Dias Júnior, José Nascimento Ferreira», em F. Rosas e J. M. B. Brito (orgs.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 266-268.
- Cabral, Manuel Villaverde, *Materiais para a história da questão agrária em Portugal – Séc. XIX e XX*, Editorial Inova, Porto, 1974.
- Cabral, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1979.
- Calafate, Pedro (org.), *História do Pensamento Filosófico Português*, volume V, *O Século XX*, tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2000, pp. 541-582.
- Caldas, João Lemos de Castro, *Política de colonização interna. A implantação das colónias agrícolas da Junta de Colonização Interna*, Lisboa, ISA, 1988.

- Caldas, João Lemos de Castro, *Terra e Trabalho: parcerias e parceiros*, Oeiras, Celta, 2001.
- Cardoso, José Luís, e Maria Manuela Rocha, «Corporativismo e Estado-Providência (1933-1962)», *Ler História*, nº 45, 2003, pp. 111-136.
- Costa, Mário Júlio de Almeida, «O Ensino do Direito em Portugal no Século XX (Notas sobre as Reformas de 1901 e de 1911)», *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, 39, 1963.
- Domingos, Nuno, «Desproletarizar: a FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo», em Nuno Domingos e Victor Pereira, *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Edições 70, 2010, pp. 165-196.
- Fernandes, José Manuel., «Habitação – Tecnologia e urbanismo», em Joel Serrão, António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. VIII, Porto, Livraria Figueirinhas, 2000, pp. 169-170.
- Fernandes, José Manuel, «Os modelos na arquitectura dos anos 40 em Portugal», em *Lisboa: Arquitectura & Património*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pp. 117-124.
- França, José Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX, 1911-1961*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991.
- Gonçalves, Carlos Manuel, *Emergência e Consolidação dos Economistas em Portugal*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2006.
- Gonçalves, Maria Eduarda, «Mitos e realidades da política científica portuguesa», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 46, Outubro de 1996.
- Júlia Leitão de Barros, «Exposição do Mundo Português», em F. Rosas e J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 325-327.
- Lopes, Sara Mónico, *De baldio a colonato: a Colónia Agrícola dos Milagres*, Leiria, (1925-1950), Lisboa, tese de mestrado do ISCTE, 2003.
- Lucena, Manuel de, «Uma leitura americana do corporativismo português», *Análise Social*, vol. XVII (2.º), 1981 (n.º 66), pp. 415-434.
- Madeira, João, «“Nas nossas terras o partido somos nós”. A rede do Partido Comunista Português nos campos», em D. Freire, I. Fonseca e P. Godinho, *Mundo Rural. Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*, Lisboa, Edições Colibri e Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2004, pp. 119-132.
- Madureira, Nuno Luís, «Visionários e dirigentes: os engenheiros portugueses na primeira metade do século XX», comunicação apresentada ao XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, APHES, Faculdade de Economia do Porto, 24-25 de Novembro de 2000.
- Mansinho, Maria Inês, e Luísa Schmidt, «A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico», *Análise Social*, vol. XIX (125-126), 1994 (1.º-2.º), pp. 441-81.
- Medeiros, Fernando, *A sociedade e a economia portuguesas nas origens do salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- Melo, Daniel, *Salazarismo e cultura popular (1933-1958)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

- Mêrea, Paulo, «Esboço de uma História da Faculdade de Direito», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, 1953, pp. 23-197.
- Moncada, Cabral de, «Subsídios para uma História da Filosofia do Direito em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XIV, 1937-38, pp. 105-146, 259-342; vol. XV, 1938-39, pp. 25-117.
- Nunes, Fátima, «O “público entendimento da Ciência” nos Congressos da Associação para o Progresso das Ciências: Portugal e Espanha. Estratégias e realidades institucionais», em Manuel Baiôa (org.), *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS/Universidade de Évora, 2004, pp. 381-395.
- Ó, Jorge Ramos do, *Os Anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a «Política do Espírito», 1933-1949*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- Pereira, José Pacheco, *As lutas operárias contra a carestia de vida em Portugal – A greve geral de Novembro de 1918*, Porto, 1971.
- Pereira, José Pacheco, *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América, s/ d.
- Pereira, Miriam Halpern, «The origins of the welfare state in Portugal: the new frontiers between public and private», *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 4, n.º 1, Abril de 2005, pp. 3-26.
- Pinto, Mário, *Direito do Trabalho*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 1996.
- Radich, Maria Carlos, «Ciências agrárias, sociedade e tecnologia no Portugal oitocentista», *Revista de Ciências Agrárias*, vol. XXVIII, n.º 1, 2005, pp. 410-419.
- Ramos, Rui, *A Segunda Fundação*, vol. VI de José Mattoso (org.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- Rezola, Maria Inácia, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.
- Rodrigues, Manuel (org.), *A Universidade de Coimbra no Século XX, Actas da Faculdade de Direito. I (1911-1919)*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, *Os engenheiros em Portugal: profissionalização e protagonismo*, Oeiras, Celta, 1998.
- Rodrigues, Maria de Lurdes, e Sandra Pereira, «Congressos de Engenharia», em F. Rosas e J. M. B. Brito (eds.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, pp. 186-188.
- Rosas, Fernando, «Estado Novo, Universidade e depuração política», *Seara Nova*, 62, Outono de 1998, pp. 11-20.
- Rosas, Fernando, *O Estado Novo*, vol. VII de José Mattoso (org.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- Rosas, Fernando, «O pensamento reformista agrário no século XX em Portugal: elementos para o seu estudo», em José Luís Cardoso e António Almodovar (orgs.), *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992, pp. 357-372.

- Rosas, Fernando, «Rafael Duque e a política agrária do Estado Novo (1934-44)», *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991, pp. 771-790.
- Rosas, Fernando, e Maria Fernanda Rolo, *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009.
- Ruivo, Beatriz, «As instituições de investigação e a política de ciência», em J. M. Gago (org.), *Ciência em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1991, pp. 25-48.
- Saraiva, Tiago, «Paisagens Tecnológicas. O domínio das águas e a colonização de Portugal e do Ultramar», *V Congresso Ibérico Gestão e Planeamento de Água*, Faro (Universidade do Algarve), 4-8 de Dezembro de 2006.
- Seabra, J., A. R. Amaro e J. A. Nunes, *O C.A.D.C. de Coimbra, A Democracia Cristã e os Inícios do Estado Novo (1905-1934)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993.
- Silva, Manuel, «*La musique a besoin d'une dictature*»: *musique et politique dans les premières années de l'État nouveau portugais*, tese de doutoramento, Universidade de Paris 8, 2005.
- Teotónio Pereira, Nuno, «A arquitectura do Estado Novo de 1926 a 1959», em AAVV, *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia*, vol. II, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1987, pp. 323-357.
- Torres, Alexandre Pinheiro, *O movimento neo-realista na sua primeira fase*, Biblioteca Breve, Lisboa, Secretaria de Estado da Investigação Científica: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.
- Trindade, Luís, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, ICS, 2008.
- Wiarda, Howard G., *Corporatism and Development: the Portuguese Experience*, Nova Jérсия, Princeton University Press, 1977.